



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1711

Quinta-feira - 26 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	3
Alto Bela Vista	12
Antônio Carlos	12
Atalanta	13
Balneário Rincão	16
Biguaçu	16
Blumenau	17
Braço do Trombudo	36
Brunópolis	82
Brusque	88
Caçador	99
Camboriú	100
Campo Alegre	127
Campos Novos	132
Canelinha	151
Canoinhas	151
Capinzal	154
Catanduvas	155
Caxambu do Sul	157
Celso Ramos	211
Chapadão do Lageado	213
Cocal do Sul	214
Concórdia	225
Cordilheira Alta	251
Coronel Freitas	252
Coronel Martins	253
Corupá	254
Curitiba	257
Dionísio Cerqueira	281
Doutor Pedrinho	283
Forquilha	298
Fraiburgo	306
Galvão	309
Garopaba	312
Garuva	314
Gaspar	316
Governador Celso Ramos	318
Grão Pará	320
Guaraciaba	321
Guaramirim	323
Guarujá do Sul	326
Herval d'Oeste	326
Ibiam	327
Ilhota	330
Imarui	332
Imbituba	332
Indaial	346
Iomerê	350

Irineópolis	351
Itapiranga	352
Itapoá	354
Jacinto Machado	355
Joaçaba	361
Lages	369
Lauro Muller	373
Lebon Régis	375
Leoberto Leal	381
Lindóia do Sul	387
Luzerna	388
Macieira	389
Mafra	396
Maravilha	396
Massaranduba	400
Meleiro	401
Modelo	401
Morro da Fumaça	402
Navegantes	402
Nova Trento	404
Orleans	412
Ouro	419
Ouro Verde	420
Paial	424
Palhoça	424
Palmitos	446
Papanduva	446
Passo de Torres	448
Passos Maia	450
Paulo Lopes	451
Penha	454
Peritiba	454
Pinheiro Preto	455
Pomerode	465
Porto Belo	477
Porto União	478
Pouso Redondo	481
Rio do Sul	481
Santa Rosa do Sul	491
Santa Terezinha do Progresso	492
São Bento do Sul	492
São Domingos	496
São João do Oeste	497
São João do Sul	501
São Joaquim	507
São José	520
São José do Cedro	533
São Lourenço do Oeste	534
São Miguel do Oeste	537

Schroeder	538
Serra Alta	554
Tigrinhos	558
Timbé do Sul	559
Timbó	560
Treze Tílias	568
Tunápolis	576
Turvo	576
Urussanga	584
Vargem Bonita	585
Videira	587
Vitor Meireles	614
Xaxim	615

Associações

AMMVI	616
FECAM	617

Consórcios

ARIS	617
CIGA	618
CIMCATARINA	619
CIMVI	620
CITMAR	620

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 43/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 54/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 43/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E PLANTIO DE MUDAS DE FLORES.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 07 de Abril de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 44/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 44/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE HORA MECANICA NOS VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 07 de Abril de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 5/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 8/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 5/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO E CONTINUO DE ACORDO COM CADASTRO REALIZADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 08 de Abril de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Luciano Hermes

Pregoeiro

TOMADA DE PREÇOS 5/2015

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 57/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 5/2015

Objeto: Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de poço tubular profundo no Parque Municipal de Eventos, conforme especificações e condições constantes do Anexo 1 - Projeto Básico, que integra o presente edital para todos os fins. TIPO : Menor preço GLOBAL.

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 14 de Abril de 2015 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 25 de Março de 2015.

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

João Paulo da Silva

Presidente da Comissão

Água Doce

PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 1º BIMESTRE 2015

Município de ÁGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.036.862,64	2.017.396,93	2.059.661,94	1.784.483,48	1.970.492,75	2.068.273,49	1.890.622,84	2.033.976,11	2.197.516,71	2.544.412,43	2.153.342,76	1.995.948,48	24.742.689,66	24.671.318,16
	I.P.T.U.	357.167,64	101.908,34	141.795,02	89.845,65	67.029,98	92.513,25	85.033,82	97.382,49	109.593,18	151.827,75	104.443,19	124.369,72	1.522.800,03	1.527.574,00
	I.R.R.F.	136.475,51	11.430,31	1.375,38	1.185,15	1.338,38	1.181,30	692,51	3.441,72	522,61	1.681,61	11.741,00	34.873,34	207.938,82	206.220,00
	I.S.S.	14.352,40	23.295,06	23.996,97	23.814,18	14.044,19	33.844,34	24.041,86	23.652,51	23.679,63	49.116,33	12.736,33	10.549,35	277.123,15	233.000,00
	I.T.B.I.	166.588,38	50.298,47	38.608,64	28.735,66	28.240,14	41.182,88	51.674,30	53.677,01	76.580,41	65.513,85	58.223,46	38.210,89	697.534,09	651.330,00
	Outras Receitas Tributárias	34.871,35	14.284,50	17.194,46	14.160,66	14.675,23	8.604,73	4.365,15	11.511,25	6.440,53	6.590,56	13.976,40	33.186,74	179.853,56	100.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.847,45	25.774,79	25.150,66	25.338,32	24.827,81	28.210,14	32.757,59	15.059,80	56.602,80	38.204,93	36.210,58	22.863,75	358.848,62	376.185,00
	RECEITA PATRIMONIAL	16.862,97	30.153,79	25.170,50	38.711,93	-3.963,83	121.141,68	32.752,01	21.356,89	25.411,00	88.629,51	0,00	4.061,32	401.297,77	221.550,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.899,33	6.818,38	6.062,99	2.261,42	1.251,84	4.633,09	2.985,31	6.517,42	2.400,00	2.050,00	985,00	3.255,02	41.319,80	15.750,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.607.409,12	1.840.320,62	1.846.135,37	1.617.507,22	1.854.985,88	1.781.284,82	1.724.009,86	1.879.164,25	1.985.715,61	2.234.811,33	2.000.238,41	1.821.052,82	22.191.615,41	22.390.854,16
	Cota-Parte do F.P.M.	376.793,29	541.655,35	461.480,05	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.503,84	491.732,86	790.906,07	599.335,67	611.805,61	5.886.628,35	5.786.616,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	723.688,34	708.286,15	722.011,55	727.943,23	677.346,29	709.751,08	734.995,61	795.320,72	895.081,51	827.822,24	848.357,79	761.906,06	9.092.497,57	8.883.000,00
	Cota-Parte do IP.V.A.	59.515,88	65.349,47	64.659,64	65.775,59	68.032,64	55.374,99	64.150,12	55.440,15	42.708,82	16.625,79	25.785,60	48.314,10	651.952,79	608.250,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	Outras Transferências Correntes	302,39	482,41	516,23	474,19	946,19	1.595,33	15.157,61	282.711,48	56.579,66	37.167,92	26.374,76	676,64	422.894,81	286.900,00
	Transferências da LC 61/1989	211.518,49	283.264,43	332.779,19	143.946,87	507.050,37	318.202,84	244.526,44	120.639,46	253.381,95	287.913,42	221.959,59	146.690,07	3.071.913,12	3.703.038,16
	Transferências da LC 87/1996	9.814,17	10.682,33	11.618,79	11.066,28	11.388,51	11.718,43	11.027,65	11.809,69	13.561,05	13.380,80	17.702,50	10.523,90	144.274,10	160.650,00
	Transferências do FUNDEB	0,00	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	0,00	0,00	28.214,55	32.400,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.676,13	12.421,01	16.347,40	9.818,94	26.361,07	30.310,51	13.074,25	14.295,26	17.803,12	28.888,91	11.465,58	20.345,85	228.808,03	139.405,00
DEDUÇÕES (II)	Contribuição do Associado	243.019,79	252.305,61	283.990,17	256.776,00	234.211,22	256.686,57	263.739,19	316.967,64	309.546,06	304.935,15	316.316,96	289.042,39	3.327.542,75	3.319.748,20
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	8.997,56	8.848,38	8.944,29	9.150,09	8.272,43	10.062,94	14.809,40	15.059,80	15.005,40	17.154,44	12.825,11	2.423,90	131.553,74	172.185,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I – II)		1.793.842,85	1.765.091,32	1.775.671,77	1.527.705,48	1.736.281,53	1.801.584,92	1.626.883,75	1.716.708,47	1.887.967,65	2.239.477,28	1.837.025,80	1.706.906,09	21.415.146,91	21.367.569,96
FONTE:															
ÁGUA DOCE															
23/03/2015															

NOVELLI SOANZERLA
Prefeito Municipal

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
					Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015	
				Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
			0,00	0,00	
Continua 1/4					

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
				Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	------------------------------------	--

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	783.956,52	783.956,52	740.312,46
DEDUÇÕES (II)	6.294.848,04	6.294.848,04	7.342.420,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.436.585,82	6.436.585,82	7.662.411,78
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	141.737,78	141.737,78	319.991,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.510.891,52	-5.510.891,52	-6.602.108,13
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.510.891,52	-5.510.891,52	-6.602.108,13

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-1.091.216,61	-1.091.216,61

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.505.039,21	3.567.233,44	3.567.233,44	3.512.824,97
Receita Tributária	1.527.574,00	228.812,91	228.812,91	237.078,59
I.P.T.U.	206.220,00	46.614,34	46.614,34	47.498,03
I.S.S.	551.330,00	96.434,35	96.434,35	77.274,88
I.T.B.I.	100.000,00	15.313,40	15.313,40	20.435,00
I.R.R.F.	233.000,00	23.285,68	23.285,68	46.589,90
Outras Receitas Tributárias	437.024,00	47.165,14	47.165,14	45.280,78
Receita de Contribuição	548.370,00	71.188,19	71.188,19	69.963,14
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	548.370,00	71.188,19	71.188,19	69.963,14
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	221.550,00	4.061,32	4.061,32	54.192,12
(-) Aplicações Financeiras	221.550,00	4.061,32	4.061,32	54.192,12
Transferências Correntes	19.273.940,21	3.231.180,89	3.231.180,89	3.162.283,24
F.P.M.	4.629.292,80	968.913,09	968.913,09	984.019,48
I.C.M.S.	7.106.400,00	1.288.211,26	1.288.211,26	1.179.456,20
Convênios	608.960,00	62.942,36	62.942,36	28.531,15
Outras Transferências Correntes	6.929.287,41	911.114,18	911.114,18	970.276,41
Demais Receitas Correntes	155.155,00	36.051,45	36.051,45	43.500,00
Dívida Ativa	16.431,00	11.394,56	11.394,56	15.055,11
Diversas Receitas Correntes	138.724,00	24.656,89	24.656,89	28.444,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.028.320,00	130.659,22	130.659,22	12.907,38
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	66.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	962.120,00	130.659,22	130.659,22	12.907,38
Convênios	962.120,00	130.659,22	130.659,22	12.907,38
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	962.120,00	130.659,22	130.659,22	12.907,38
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	22.467.159,21	3.697.892,66	3.697.892,66	3.525.732,35
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	21.238.271,06	2.381.045,40	2.381.045,40	2.578.277,73
Pessoal e Encargos Sociais	12.191.548,74	1.754.540,54	1.754.540,54	1.682.259,87
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.180,00	2.037,97	2.037,97	6.182,85
Outras Despesas Correntes	9.036.542,32	624.466,89	624.466,89	889.835,01
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.228.091,06	2.379.007,43	2.379.007,43	2.572.094,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.806.953,32	44.823,06	44.823,06	31.793,71
Investimentos	4.188.435,32	1.179,00	1.179,00	1.760,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	618.518,00	43.644,06	43.644,06	30.033,11
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.188.435,32	1.179,00	1.179,00	1.760,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	38.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	38.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	25.454.526,38	2.380.186,43	2.380.186,43	2.573.855,48
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.987.367,17	1.317.706,23	1.317.706,23	951.876,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO- 1º BIMESTRE 2015

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	141.737,78	42.835,46	178,23	98.724,09	172.020,78	1.797.668,73	443.465,94	442.465,94	1.827,92	1.525.395,65
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	141.737,78	42.835,46	178,23	98.724,09	172.020,78	1.797.668,73	443.465,94	442.465,94	1.827,92	1.525.395,65
DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.963,00	0,00	0,00	0,00	8.963,00
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	285,00	285,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.810,00	1.810,00	1.810,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.088,61	1.215,40	1.215,40	363,63	509,58
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	179.318,04	40.846,67	40.846,67	657,82	137.813,55
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
SEC RETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	0,00	761,46	761,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC RETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E URBANIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.106,22	0,00	0,00	0,00	0,00	107.106,22
SEC. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	4.267,42	4.218,09	49,33	0,00	0,00	1.085.976,94	157.236,70	157.236,70	0,00	928.740,24
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.464,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.464,84
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	98.210,33	210,33	0,00	98.000,00	15.620,00	258.780,00	136.390,00	136.390,00	0,00	138.010,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	36.411,17	36.411,17	0,00	0,00	13.483,39	51.917,79	51.111,30	51.111,30	806,47	13.483,41
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTUF	0,00	1.591,80	738,90	128,90	724,00	34.346,33	8.515,10	714,60	714,60	0,00	42.146,83
SECRETARIA DE URBANISMO	0,00	210,60	210,51	0,00	0,09	0,00	199.299,25	53.141,27	53.141,27	0,00	146.157,98
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	141.737,78	42.835,46	178,23	98.724,09	172.020,78	1.797.668,73	443.465,94	442.465,94	1.827,92	1.525.395,65

FONTE:

AGUA DOCE , 23/03/2015

NOVELLI SGANZLERIA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controladoria Interna
--	------------------------------------	---

Alto Bela Vista**PREFEITURA****PORTARIA Nº 037, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

CONCEDE LICENÇA PARA CASAMENTO ÀOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E TEMPORÁRIO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do cap. VI, artigo 105, Seção II, alínea "a" da Lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para casamento da Servidora Pública Municipal, TLEILI TIEGS ocupante do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA - 20 HORAS, matrícula nº 682; no período de cinco (05) dias, a contar da presente data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 20 de março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

Antônio Carlos**PREFEITURA****40º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014**

40º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 26/03/2015 a 25/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 26 de março de 2015.
Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
12º	LYDIANE TAKIMOTO	1289

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2015**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 025/2015; Modalidade: Pregão Presencial nº. 016/2015; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Aquisição de parques de diversões infantil para serem instalados nas Escolas da Rede Municipal e na Praça Anchieta, Centro, no Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 09 de abril 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de fevereiro de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO N 023/2015

DECRETO Nº 000023/15 de 24 de Março de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 96.560,10 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 76.560,10

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.27.812.0006.1.007-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 96.560,10

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Março de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 024/2015

DECRETO Nº 000024/15 de 24 de Março de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.733,60 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.733,60

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 14.733,60

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Março de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****DECRETO 012/2015**

DECRETO Nº. 012/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Contas Despesas no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Créditos Adicionais Especiais e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1414 de 04 de março de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0122 e a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - As Contas Despesas acrescidas na ação que trata o artigo 1º, ficam por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.1.003 - Construção/Ampliação da Rede Física - Educação Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Por conta das inclusões previstas no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.90.00.00.00.00.0122 e a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Créditos Adicionais Especiais, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0043 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Projeto Atividade 2.016 - Manutenção da Educação Infantil

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0122 - Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 18 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO 013/2015

DECRETO Nº 013/2015

"Institui Comissão para Revisão e Adequação do Plano Municipal de Educação no Município de Atalanta e dá Outras Providências". O Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e dando cumprimento à lei Federal nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, a partir desta data, a Comissão para revisão e adequação do Plano Municipal de Educação do Município de Atalanta.

Art. 2º - A Comissão a que se refere o Artigo 1º deste decreto será constituída por:

- a) Marizéte Antunes Pezenti - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
- b) Wagner Bechtold - Representante da Secretaria da Administração e Finanças;
- c) Irene Luiz Marcilio - Representante dos diretores de escolas municipais;
- d) Katia Raquel Testoni Longen - Representante dos diretores das escolas estaduais;
- e) Rosane Jochem Herbst - Representante dos professores das escolas municipais;
- f) Elenice Cristina Neckel Lima - Representante dos professores das escolas estaduais;
- g) Raquel Rodrigues Berteli - Representante do Conselho Municipal de Educação;
- h) Dimas Evaldo Becker - Representante da Câmara de Vereadores.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Educação, através de seu representante, caberá à coordenação da comissão e dos trabalhos.

Art. 3º - A Comissão terá como atribuições:

a) Reformular estudos sobre a história, geografia e economia do município para embasar os objetivos do Plano Municipal de Educação - PME e referenciá-lo a seus projetos de desenvolvimento;

b) Estudar as bases legais do PME, principalmente os capítulos das constituições Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal, a LDB (Lei 9394/96 e a Lei do Plano Nacional de Educação, Lei Nº 10.172/01);

c) Discutir internamente e através de conferências municipais, criar comissões setoriais por níveis e modalidades de ensino para discutir os problemas educacionais do Município, as aspirações da sociedade e dos recursos disponíveis para eleger as metas e estratégias do PME, em regime de colaboração com a União e o Estado;

d) Fazer estudos sobre os recursos financeiros públicos do Município, atuais e potenciais, para subsidiar as decisões sobre metas, prazo e fontes dos gastos e investimentos necessários para atingir os objetivos do PME com qualidade, partindo da atual percentagem de atendimento da rede municipal;

e) Elaborar anteprojeto do PME sob forma de Lei Municipal de iniciativas do Executivo para ser submetida à Câmara Municipal.

Art. 4º - A presente comissão terá acesso irrestrito às informações estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias de todos os setores da Prefeitura Municipal para elaboração do PME.

Art. 5º - Fica destinado uma verba irrestrita à conta da Secretaria Municipal de Educação para fazer face as despesas necessárias à realização dos passos operacionais que conduzem à revisão e adequação do PME, sob ordenação financeira e controle da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 6º - Fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a contratar serviços de Assessoria e/ou Consultorias para viabilizar os trabalhos de revisão e adequação do PME.

Art. 7º - A comissão terá prazo inicial de 30(trinta) dias, a partir da data da conferência para entregar ao Poder Executivo Municipal e anteprojeto do PME, podendo o mesmo ser prorrogado por

30(trinta) dias a pedido da maioria simples dos integrantes da Comissão.

Parágrafo Único - A comissão se dissolve automaticamente, findo o prazo do caput do artigo 7º, a menos que fato relevante ou exigência do regime de colaboração com o Estado exigirem uma Segunda prorrogação.

Art. 8º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes responsável em tornar as providências de constituição da Comissão.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

LEI 1417/2015

LEI Nº. 1417/2015

"Autoriza Subsídio para Inseminação Artificial Bovina."

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal de Atalanta - SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, do Município de Atalanta, autorizado a subsidiar inseminação artificial bovina, no valor de até 100% (cem por cento) por dose de sêmen.

Parágrafo Único - O percentual será fixado por meio de decreto, conforme as dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 2º - Quando o percentual for abaixo de 100% (cem por cento), será cobrado a diferença aos cofres públicos.

Art. 3º - O controle das inseminações serão feitas por um funcionário designado pela Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Econômico, perante ordem de liberação, onde será controlado pela numeração do brinco do animal, não podendo receber mais que duas inseminações artificiais um mesmo animal num período de 12 (doze) meses.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM -SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº. 1095/2009, de 15.04.2009, revogando a Lei nº. 1327/2013, de 09 de agosto de 2013.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 25 de março de 2015.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

LEI N.º 1418/2015

LEI N.º 1418/2015

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 258.000,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
 3.3.93.00.00.00.00.00.0080 - Aplicação Direta Decor. de Op. Entre Órgãos.... R\$ 3.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

04.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 20.606.0031.2.012 - Mecanização Agrícola
 4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações DiretasR\$ 205.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Conviv. e Fortal. de Vínculos
 3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 14.000,00
 08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integ. a Família - PAIF
 3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 21.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0116 - Alienação de Bens, no valor de R\$ 15.000,00; e por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.122.0007.2.003 - Manutenção da Administração Geral
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações DiretasR\$ 3.000,00
 04.122.0008.1.002 - Construção e Reformas do Paço Municipal
 4.4.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações DiretasR\$ 205.000,00

07.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.243.0076.2.030 - Manutenção do Serviço de Conviv. e Fortal. de Vínculos
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 14.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
 08.244.0076.2.042 - Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integ. a Família - PAIF
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações DiretasR\$ 1.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 25 de março de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

LEI Nº 1419/2015

LEI Nº 1419/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0116; no Programa 0031 - PATRULHA MECANIZADA, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0116 - Alienação de Bens, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0116; no Programa 0031 - PATRULHA MECANIZADA, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Órgão: 04.00 Secretaria da Agricultura e do Desenv. Econômico
 Unidade: 04.01 Secretaria da Agricultura e do Desenv. Econômico
 Função: 20 - Agricultura
 Sub-Função: 606 - Extensão Rural
 Programa: 0031 - PATRULHA MECANIZADA
 Projeto Atividade 2.012 - Mecanização Agrícola
 Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0116 - Aplicações Diretas20.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 8º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 25 de março de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 024/PMBR/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 024/PMBR/2015

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de profissional habilitado na área de Biologia, para ministrar oficina com a temática Educação Ambiental, em cumprimento do Projeto Técnico Social (PTTS), do Convênio Nº. 152/2014, firmado entre o município de Balneário Rincão e Caixa Econômica Federal.

CONTRATADO: RAFAEL CASAGRANDE DA ROSA.

CONTRATANTE: Município de Balneário Rincão - SC, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 24/03/2015, por Aníbal Valdomiro Patrício - Secretário de Administração e Finanças Interino.

RATIFICAÇÃO: em 24/03/2015, por Décio Gomes Góes - Prefeito Municipal.

Balneário Rincão, 24 de Março de 2015.

RENATO DA SILVA VITCHE

Presidente Substituto da Comissão de Licitações

Biguaçu**PREFEITURA****EXTRATO CONTRATO Nº 10.010/2015 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO - DL Nº 03/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.010/2015

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 03/2015 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO PISO NAS SALAS DE VACINA E CONSULTÓRIO MEDICO 15, QUE SE ENCONTRAM NA POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA ME

Valor: R\$1.544,00 (mil quinhentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 16/03/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.078/2015

LEI Nº 8.078, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A DESTINAÇÃO PREFERENCIAL DE APARTAMENTOS DE PROGRAMAS DE HABITAÇÃO POPULAR, CONSTRUÍDOS PELO MUNICÍPIO, ÀS PESSOAS QUE ESPECIFICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A preferência na ocupação dos apartamentos localizados nos andares térreos dos edifícios exclusivamente residenciais, que vierem a ser construídos pelo poder público do município de Blumenau ou em parceria com o governo do Estado de Santa Catarina ou com o governo federal, nos programas de habitação popular, constitui direito subjetivo das seguintes pessoas:

I - portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - idosas;

III - com obesidade mórbida;

IV - que coabitem com parentes portadores de necessidade especial.

Parágrafo único. A destinação prevista neste artigo deve beneficiar as pessoas cuja natureza ou estado físico impossibilite ou dificulte o seu acesso aos andares superiores do edifício, desde que regularmente inscritas nos programas de habitação popular.

Art. 2º Para os fins desta lei considera-se:

I - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida aquela que se enquadra nas condições estabelecidas na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que a regulamenta;

II - pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos;

III - pessoa com obesidade mórbida aquela cujo Índice de Massa Corpórea (IMC = peso/altura²) estiver em conformidade com os seguintes itens:

a) com IMC igual ou maior do que 40 kg/m² (quarenta quilogramas por metro quadrado);

b) com IMC entre 35 kg/m² (trinta e cinco quilogramas por metro quadrado) e 39,9 kg/m² (trinta e nove vírgula nove quilogramas por metro quadrado), portadoras de doenças crônicas desencadeadas ou agravadas pela obesidade.

Art. 3º São condições para o exercício do direito de preferência de que trata esta Lei:

I - não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

II - enquadrar-se no perfil socioeconômico da população a que se destinam os programas referidos no caput do artigo 1º.

Art. 4º Caso o número de pessoas com deficiência inscritas não preencha as unidades habitacionais térreas, as excedentes serão destinadas, preferencialmente, a pessoas entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI Nº 8.079/2015

LEI Nº 8.079, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO ENGENHEIRO DE MATERIAIS", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Engenheiro de Materiais, a ser comemorado, anualmente, no dia 31 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.589/2015

DECRETO Nº 10.589, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 912.251,80 (novecentos e doze mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Projeto 04.02.04.122.0002.1002 - Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (636) Aplicação Diretas R\$ 457.805,26

Fonte de Recursos 0380.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 - Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.00042042 - Man. Ativ. Ens. Fund. - Salário Educ.

Modalidade 3.3.90 (641) Aplicações Diretas R\$ 233.000,00

Fonte de Recursos 0336.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.3.90 (637) Aplicações Diretas R\$ 9.800,00

Fonte de Recursos 0337.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 - Prol. Rua Humberto de Campos

- Programa Mobilidade Sust. Blumenau

Modalidade 4.4.90 (645) Aplicações Diretas R\$ 211.114,37

Fonte de Recursos 0386.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1103 - Const. Terminais Integ. Norte e

Oeste Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (647) Aplicações Diretas R\$ 532,17

Fonte de Recursos 0386.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.590/2015

DECRETO Nº 10.590, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 3.922,12 (três mil, novecentos e vinte e dois reais e doze centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Sup/Proj/Mel/Amp. Corredor Est.

Norte - Prog. Mob. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (644) Aplicações Diretas R\$ 3.922,12

Fonte de Recursos 0386.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.591/2015

DECRETO Nº 10.591, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

32 - SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3204 - Diretoria Técnica

Projeto 32.04.17.605.0005.1058 - Amp. Sist. Abast/Tratamento de Água

Modalidade 4.4.90 (51) Aplicação Diretas R\$ 3.000.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.592/2015

DECRETO Nº 10.592, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Fundação Cultural de Blumenau, por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na dotação abaixo discriminada:

23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2303 - Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 23.03.13.392.0007.2129 - Fundo Mun. de Apoio a Cultura

Modalidade 3.3.90 (52) Aplicação Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.560/2015

PORTARIA Nº 18.560, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

LETICIA BARBIERI PEREIRA, do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotada na Procuradoria Geral do Município - PRO- GEM, a contar de 02 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1788/03/2015;

ROCKY WILSON MORITZ, do cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 09 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1740/03/2015;

FATIMA MELO DE VARGAS, do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 11 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1813/03/2015;

MARIA GISELE FARRIAS FORTE, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 14 de fevereiro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 1804/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.561/2015

PORTARIA Nº 18.561, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA FABIO HORNBURG DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE APOIO A OBRAS INTERNAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR

FABIO HORNBURG, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Apoio a Obras Internas, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeado pela Portaria nº 16.517, de 02 de janeiro de 2013, no dia 19 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.562/2015

PORTARIA Nº 18.562, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MICHAEL RAUL SCHNEIDER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE APOIO A OBRAS INTERNAS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MICHAEL RAUL SCHNEIDER, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Apoio a Obras Internas, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, no dia 20 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.567/2015

PORTARIA Nº 18.567, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, "II", "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com suporte no art. 13 da Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, juntamente com os demais:

NELI MARIA DUARTE LUCIANO, representante titular da Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN em substituição a DENISE APARECIDA RIBEIRO SILVA, nomeada pela Portaria nº 17.413, de 27 de novembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.568/2015

PORTARIA Nº 18.568, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA REPRESENTANTE PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 4º da Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, resolve:

NOMEAR

sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 865, de 28 de setembro de 2012, para comporem o Conselho Municipal de Educação - CME, conforme Memorando SEMED nº 119/2015:

ROSELI NAZÁRIO, representante titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, em substituição a MARIA LUCI BITTENCOURT, nomeada pela Portaria nº 17.009, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.569/2015

PORTARIA Nº 18.569, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores, e conforme Memorandos GAC/SEMUDES nº 13/2015 e nº 15/2015, resolve:

NOMEAR,

sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 com alterações posteriores, e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

NAIDE MAENCHEN, representante suplente da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM, em substituição a ARI SCHMUDE, nomeada pela Portaria nº 17.412, de 27 de novembro de 2013;

MILTON CARVALHO, representante suplente da Fundação Municipal de Desportos - FMD, em substituição a GABRIELA MASS VIEIRA, nomeada pela Portaria nº 17.786, de 08 de maio de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.570/2015

PORTARIA Nº 18.570, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - CMDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o parágrafo único do art. 4º, da Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998 e alterações posteriores, combinado com o Decreto nº 6.892, de 06 de agosto de 2001, resolve:

NOMEAR, a contar desta data e sem ônus para o Município, para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social - CMDES, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 179, de 20 de agosto de 1998 e alterações posteriores:

MARCOS INÁCIO RUEDIGER, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, em substituição a JORGE JOSÉ CENCI, nomeado pela Portaria nº 17.232, de 26 de agosto de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 10.571/2015

PORTARIA Nº 18.571, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE COMBATE À PIRATARIA - CMCP.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 666, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

NOMEAR

sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 666, de 12/12/2007, alterada pela Lei Complementar nº 755, de 17/05/2010 e Lei Complementar nº 852, de 09/04/2012, o cidadão abaixo relacionado, para compor juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Combate à Pirataria - CMCP:

MARCOS INÁCIO RUEDIGER, representante titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, em substituição a JORGE JOSÉ CENCI, nomeado pela Portaria nº 17.758, de 25 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 383/2015 - SEMUS

PORTARIA Nº 383 / 2014 / GABSEMUS

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

no uso de suas atribuições, com base no Artigo 17 da Lei Complementar 870 de 01 de janeiro de 2013, combinado com os artigos 2º, 3º e 8º da Lei complementar nº 84 de 09 de junho de 1995, RESOLVE:

DESIGNAR

A servidora pública municipal abaixo relacionada para exercer as atribuições de Fiscal de Serviços em Saúde à contar do dia 05 de janeiro de 2015 a 01 de maio de 2015

MAT	NOME
69628-6	ANNA JULIA GIRARDI

Secretaria Municipal de Saúde, em 17 de março de 2015.

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA RH Nº 121/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 121

DISPENSA RUBENS SCHREIBER DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA LOTADA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB.

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, e de acordo com o art. 100, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelo art. 37-A da lei Complementar n.º 870, de 01 de janeiro de 2013, acrescido pela Lei Complementar n.º 880, de 01 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR

O servidor público municipal Rubens Schreiber, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal, lotado na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, da função gratificada de confiança de Coordenador Financeiro e de Tesouraria, FGC - 70% concedida pela Portaria RH N.º 100 de 17 de junho de 2013, em 18 de março de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodieck

Presidente

PORTARIA RH Nº 122/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 122

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO

ALCIMAR ANTONIO FELCZAK

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado desistência do cargo, a nomeação de ALCIMAR ANTONIO FELCZAK, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 4ª colocação, através da Portaria RH Nº 108, de 10 de fevereiro de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodieck

Presidente

PORTARIA RH Nº 123/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 123

NOMEA ELIZA DOS SANTOS SCHULTZ NO CARGO DE AGENTE DE VIGILANCIA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

ELIZA DOS SANTOS SCHULTZ, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GO, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodieck

Presidente

PORTARIA RH Nº 124/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 124

NOMEA JAIRO CLEMER NO CARGO DE AGENTE DE VIGILANCIA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

JAIRO CLEMER, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GO, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodieck

Presidente

PORTARIA RH Nº 125/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 125

NOMEA ILSON CRESTANI MEURER NO CARGO DE AGENTE DE VIGILANCIA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

ILSON CRESTANI MEURER, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GO, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodiek
Presidente

PORTARIA RH Nº 126/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 126

NOMEA ANTONIO CANDIDO SOBRINHO NO CARGO DE AGENTE DE VIGILANCIA NA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

NOMEAR,

ANTONIO CANDIDO SOBRINHO, para o exercício do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, do Grupo Ocupacional - GO, jornada de 40 horas semanal, Faixa de Vencimento " I ", Padrão de Vencimento A.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 25 de março de 2015

Ricardo Stodiek
Presidente

PORTARIA Nº 297/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL

PORTARIA Nº. 297/2015

Concede exoneração à servidora pública municipal do cargo de Provimento Efetivo.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº 704, de 29 de janeiro de 2009, acrescido pela LC nº 710, de 06 de abril de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER A PEDIDO

Exoneração à RAQUEL BRAMBILLA, do cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, do Grupo Funcional - GF - Categoria D4, Faixa I, Padrão de Vencimento A, aprovada através do Concurso Público Nº. 001/2011, nomeada pela Portaria nº 229/2013, de 25 de julho de 2013, lotada no Departamento Histórico/Museológico, nesta Fundação Cultural de Blumenau, a partir do dia 20 de março de 2015.

Blumenau, 20 de março de 2015
SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO
Presidente

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 014/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA POLI CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma geral na EBM Quintino Bocaiuva.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-034/14.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais).

PRAZO: A vigência da presente contrato será de 7 (sete) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 05 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 020/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA FREEDOM TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de drenagem na Rua Max Scheidemantel - Bairro Fortaleza.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-033/14.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 205.182,05 (duzentos e cinco mil, cento e oitenta e dois reais e cinco centavos).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua assinatura.

DATA: 06 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 23/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº 23/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O SR. GILMAR BARTH.

OBJETO: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos, para alunos da rede de educação básica pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2014.

PREÇO: O CONTRATADO receberá o valor total de R\$ 19.990,25

(dezenove mil, novecentos e noventa e vinte e cinco centavos).

PRAZO: A vigência da presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 09 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 41/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº 41/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A COPAJAS COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ DO SUL.

OBJETO: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos, para alunos da rede de educação básica pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2014.

PREÇO: A CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 275.208,16 (duzentos e setenta e cinco mil duzentos e oito reais e dezesseis centavos).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual.

DATA: 09 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 44/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº 44/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SRA. ALMARINA PELLIS MELCHIORETT.

OBJETO: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos, para alunos da rede de educação básica pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2014.

PREÇO: A CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 19.981,00 (dezenove mil novecentos e oitenta e um reais).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual.

DATA: 09 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 46/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº 46/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FAVI - COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ.

OBJETO: A aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR e do EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL preferencialmente orgânicos e ecologicamente corretos, para alunos da rede de educação básica pública.

FUNDAMENTO LEGAL: Chamada Pública nº 001/2014.

PREÇO: A CONTRATADA receberá o valor total de R\$ 9.839,50 (nove mil, oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de assinatura deste instrumento contratual.

DATA: 09 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 047/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 047/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CONSÓRCIO SIGA.

OBJETO: Aquisição de 58.800 (cinquenta e oito mil e oitocentos) vales transporte urbano para os usuários do SUS - CAPS AD, CAP-SI, CAPS II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-002/2015, de 27 de janeiro de 2015.

PREÇO: O valor unitário de cada vale transporte é de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), totalizando R\$ 194.040,00 (cento e noventa e quatro mil e quarenta reais).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato será de 1º de março de 2015 até 29 de fevereiro de 2016.

DATA: 11 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 048/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 048/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CONSÓRCIO SIGA.

OBJETO: Aquisição de vale transporte urbano municipal a serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-008/2015.

PREÇO: O valor unitário de cada vale transporte é de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 145.543,20 (cento e quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

PRAZO: O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, a contar de 1º de fevereiro de 2015.

DATA: 12 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 050/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 050/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de praças e jardins públicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-008/2015.

PREÇO: O valor estimado a ser pago à Contratada pela execução dos serviços contratados é de R\$ 115.524,65 (cento e quinze mil,

quinhentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.386.295,80 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

PRAZO: O prazo deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento contratual.

DATA: 12 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 053/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº 053/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA INSTITUTO ESPAÇO CLIN DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA ME.

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados para atendimento na área de ultrassonografia a ser executado em espaço, e com equipamentos próprios da Secretaria Municipal de Saúde, instalados nas dependências da Policlínica de Referência e Especialidades "Lindolf Bell", visando a prestação de serviços do Sistema Único de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-10/15, de 04 de fevereiro de 2015.

PREÇO: A CONTRATANTE, através do FUNDO pagará mensalmente a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, a importância estimada em R\$ 48.074,50 (quarenta e oito mil setenta e quatro reais e cinquenta centavos), totalizando em R\$ 576.894,00 (quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e quatro reais).

PRAZO: O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, tendo início a partir da assinatura do contrato.

DATA: 23 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 289/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 289/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A CERVEJARIA SUDBRACK LTDA.

OBJETO: O presente termo tem por objeto a permissão de uso de bem público, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial de cerveja, chope, refrigerante, energéticos, suco e água nos períodos correspondentes à realização das edições da SOMMERFEST 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e das edições da OKTOBERFEST de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, de cessão de camarote no setor 4, com área de 477 m².

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 024/14.

PREÇO: Pela permissão de uso, a PERMISSIONÁRIA pagará ao PERMITENTE, a importância de R\$ 1.505.000,00 (um milhão, quinhentos e cinco mil reais).

PRAZO: A presente Permissão de Uso outorga o direito a explorar os locais especificados no Anexo VII por 6 (seis) anos, contados da assinatura do instrumento contratual, durante os períodos de realização das SOMMERFEST 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 e das edições da OKTOBERFEST de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

DATA: 11 de dezembro de 2014.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 003/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. EPP

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos elevadores.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 146, de 26 de novembro de 2012.

PREÇO: Renova o valor pago pelos serviços que se mantém em R\$ 3.000,00 (três mil reais) para execução do lote II e de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para execução do lote III, totalizando o valor contratual em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de janeiro de 2015 até 20 de janeiro de 2016.

DATA: 12 de fevereiro de 2015.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 019/14

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 019/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)

E A EMPRESA VOELZ E CIA LTDA.

OBJETO: Locação de dois terrenos (matrícula nº 18.026 e matrícula nº 24.485) destinados a servir exclusivamente como depósito de veículos apreendidos ou removidos pelo SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa n.º 08-226, de 16 de dezembro de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 20.047,40 (vinte mil, quarenta e sete reais e quarenta centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 240.568,79 (duzentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e nove centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 25 de janeiro de 2015 até 24 de janeiro de 2016

DATA: 10 de fevereiro de 2015.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 027/14

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 027/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A

OBJETO: Serviços de implantação e pavimentação do prolongamento da Rua Humberto De Campos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 1002/2012.

PREÇO: Altera-se o valor do contrato, acrescentando a quantia de R\$ 1.928.088,96 (um milhão, novecentos e vinte e oito mil, oitenta e oito reais e noventa e seis centavos).

DATA: 04 de fevereiro de 2015.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 031/14

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 031/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de pavimentação com lajotas sextavadas Rua Bruno Schreiber - Bairro Progresso, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-022, 14 de novembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 10 de maio de 2015.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 055/14

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 055/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (ISSBLU)

E A EMPRESA MELO ATUARIAL CÁLCULOS LTDA.

OBJETO: Execução de avaliação atuarial da administração direta e indireta do município e Poder Legislativo que celebram o Instituto Municipal de Seguridade Social.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite 01-035/13

PREÇO: Renova o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 26 de março de 2015 até 25 de março de 2016.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 082/12

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 082/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CONSTRUIAS PAVIMENTAÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução de ponte na Rua Erich Belz.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-018/11, de 15 de fevereiro de 2012.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 119.034,76 (cento e dezenove mil, trinta e quatro reais e setenta e seis centavos) e suprime a quantia de R\$ 117.811,62 (cento e dezessete mil, oitocentos e onze reais e sessenta e dois centavos).

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 190/14

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 190/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: Reforma do CAPS AD 24h, para instalação de leitos e enfermaria.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-015/14.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 7.048,46 (sete mil quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 12 de março de 2015.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 168/12

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 168/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CONSÓRCIO ENGEPLAN-FREEDOM.

OBJETO: Execução macrodrenagem da bacia hidrográfica do Ri-beirão da Velha.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-022/11

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 364.131,14 (trezentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e quatorze centavos) e suprime a quantia de R\$ 362.398,32 (trezentos e sessenta e dois mil trezentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual em 90 (noventa) dias, a contar de 09 de fevereiro de 2015.

DATA: 12 de fevereiro de 2015.

3º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 200/13

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 200/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação com lajotas sextavadas na Rua Chipre - Bairro Progresso, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-021, 28 de novembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 16 de maio de 2015.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 201/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 201/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação com lajotas sextavadas na São Domingos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-021, 28 de novembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 18 de maio de 2015.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 227/14

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 227/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: Prestação de serviços assistência técnica na manutenção adaptativa e evolutiva do software timoneiro visa.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-040/2014, de 08 de abril de 2014.

PREÇO: Renova o valor dos serviços que se mantém em R\$ 132.480,00 (cento e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta reais), conforme análise por ponto de função fixado em R\$ 92,00 (noventa e dois reais) a unidade, num total de 1440 (mil e quatrocentos e quarenta) pontos.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 02 de março de 2015 até 1º de março de 2016.

DATA: 29 de janeiro de 2015.

8º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 300/09

EXTRATO - 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 300/2009

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA GARCIA SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de remessa de correspondência e correlatos da administração direta e indireta.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-084/09, de 26 de novembro de 2009.

PREÇO: Renova renova-se também o valor estimado pago à contratada que se mantém em R\$ 87.820,00 (oitenta e sete mil, oitocentos e vinte reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 14 de dezembro de 2014 até 13 de fevereiro de 2015, ou até que se homologue nova licitação.

DATA: 13 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2015

EXTRATO - CONTRATO Nº. 10/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA FERNANDO FAGUNDES ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de limpeza para as edições da SOMMERFEST.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 01-031/14.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 54.614,37 (cinquenta e quatro mil seiscientos e quatorze reais e trinta e sete centavos).

PRAZO: A vigência do presente contrato será de 08 de janeiro até 13 de março de 2015.

DATA: 21 de janeiro de 2015.

7º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 195/10

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 195/10

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU.

OBJETO: Prestação de serviços de urbanização e limpeza.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-122, de 09 de agosto de 2010.

PREÇO: Renova o valor da prestação dos serviços que se mantém em R\$ 2.017.920,00 (dois milhões, dezessete mil e novecentos e vinte reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 1º de fevereiro até 31 de julho de 2015.

DATA: 04 de fevereiro de 2015.

EXTRATO CONVENIO Nº 016/2014

EXTRATO - CONVÊNIO Nº 016/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO

OBJETO: Cooperação técnica/financeira entre os convenientes visando a prestação do "Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos", na modalidade Unidade Institucional.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

VALOR DO CONVÊNIO: Valor total de R\$ 4.848.000,00 (quatro milhões e oitocentos e quarenta e oito mil reais), de acordo com o cronograma de desembolso do anexo Plano de Trabalho e Aplicação de Recursos.

PRAZO: 36 meses, a contar de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2017.

DATA: 25 de março de 2015.

EXTRATO Nº 058/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 058/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa Prevenção Extintores Ltda.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 078/2012- TERMO ADITIVO Nº. 009

OBJETO: Prestação de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro nível, segundo nível e terceiro nível nos extintores de incêndio e mangueiras de combate a incêndio da FURB, com treinamento de funcionários.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 039/2012 e Contrato Nº. 078/2012 de 10 de maio de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 078/2012 suplementado em R\$ 20,90 (vinte reais e noventa centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 0,117596 % (zero vírgula um um sete cinco nove seis por cento).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Fica registrado que para o período de vigência do aditivo nº 05 (1º/05/2014 a 30/04/2015), este contrato foi suplementado em R\$ 807,40 (oitocentos e sete reais e quarenta centavos), em decorrência das suplementações feitas através dos Termos Aditivos nos 006, 007, 008 e 009, equivalente a 4,54292 (quatro vírgula cinco quatro dois nove dois por cento).

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 078/2012 e nos Termos Aditivos nos. 001 a 008.
DATA: 23/03/2015

EXTRATO Nº 059/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 059/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Prevenção Extintores Ltda.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 078/2012- TERMO ADITIVO Nº. 010

OBJETO: Prestação de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro nível, segundo nível e terceiro nível nos extintores de incêndio e mangueiras de combate a incêndio da FURB, com treinamento de funcionários.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 039/2012 e Contrato Nº. 078/2012 de 10 de maio de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 078/2012 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 1º de maio de 2015 até 30 de abril de 2016, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 078/2012 e nos Termos Aditivos nos. 001 a 009.

DATA: 23/03/2015

EXTRATO Nº 060/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 060/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e Ricarl Distribuidora EIRELI ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de materiais de expediente para a FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 170/2014 e Ata de Registro de Preços nº. 014/2015, firmado em 11 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Produto	Marca	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	1361	50	Peça	Adesivo instantâneo / tubo de 5g	Henkel	6,50	325,00
7	3596	250	Peça	Bateria 9V (LR61) / alcalina.	Elgin	4,20	1.050,00
10	1428	100	Rolo	Bobina para calculadora / tamanho 57mm x 65mm	Allcart	0,89	89,00
18	12123	200	Peça	Caixa para arquivo morto tipo polionda / tamanho 13cm x 25cm x 36cm	Alaplast	2,18	436,00
19	28497	10	Peça	Caixa para correspondência simples / em acrílico	Novacril	8,00	80,00
20	18031	50	Peça	Calculadora básica de bolso / com 8 dígitos / tamanho aproximado de 12,5cm x 7cm / alimentação bateria	classe	6,00	300,00
22	1069	5.000	Peça	Caneta esferográfica azul / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio	BRW	0,21	1,050,00
23	1070	1.500	Peça	Caneta esferográfica preta / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio	BRW	0,21	315,00

24	1071	1.200	Peça	Caneta esferográfica vermelha / corpo cilíndrico transparente / tampa ventilada / ponta média de latão de 1.0mm / com esfera de tungstênio	BRW	0,21	252,00
26	1076	1.000	Peça	Caneta fluorescente marca texto amarela / com ponta facetada para traços de até 4mm / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Jocar	0,59	590,00
27	1079	150	Peça	Caneta fluorescente marca texto azul / com ponta facetada para traços de até 4mm / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Jocar	0,59	88,50
28	1077	150	Peça	Caneta fluorescente marca texto laranja / com ponta facetada para traços de até 4mm / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Jocar	0,59	88,50
29	1078	200	Peça	Caneta fluorescente marca texto rosa / com ponta facetada para traços de até 4mm / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Jocar	0,59	118,00
30	1080	250	Peça	Caneta fluorescente marca texto verde / com ponta facetada para traços de até 4mm / com fixação sobre tinta esferográfica, hidrográfica, lápis e textos impressos	Jocar	0,59	147,50
34	150	150	Peça	Caneta para retroprojektor / ponta de 1.0mm / cores: vermelha, azul, preta e verde	CIS	1,38	207,00
37	1829	2.000	Peça	Carteirinha plástica para documento / tamanho 7cm x 10cm	Dac	0,24	480,00
41	26594	1.800	Folha	Cartolina color plus / gramatura 180gr/m² / tamanho 66cm x 96cm	Bignard	0,83	1.494,00
42	1578	200	Folha	Cartolina color plus / gramatura 240g/m²	Bignard	1,11	222,00
48	13855	250	Tube	Cola para isopor / embalagem com aproximadamente 35g a 40g	Acrilex	1,13	282,50
58	1387	100	Peça	Estilete tamanho grande / corpo plástico / tipo retrátil com lâmina larga de aproximadamente 18mm / com trava	Foska	0,75	75,00
60	1379	80	Folha	Etiqueta A4349 / tamanho de 15,0mm x 26,0mm / quantidade de 126 etiquetas por folha	Informis	0,18	14,40
61	1351	400	Folha	Etiqueta A4350 / tamanho 55,8mm x 99,0mm / quantidade de 10 etiquetas por folha	Informis	0,18	72,00
62	14481	300	Folha	Etiqueta A4354 / tamanho 25,4mm x 99,0mm / quantidade de 22 etiquetas por folha	Informis	0,18	54,00
63	1364	150	Folha	Etiqueta A4355 / tamanho 31,0mm x 63,5mm / quantidade de 27 etiquetas por folha	Informis	0,18	27,00
64	13600	150	Folha	Etiqueta A4356 / tamanho 25,4mm x 63,5mm / quantidade de 33 etiquetas por folha	Informis	0,18	27,00
65	1380	1.000	Folha	Etiqueta A4361 / tamanho 46,5mm x 63,5mm / quantidade de 18 etiquetas por folha	Informis	0,18	180,00
66	14118	600	Folha	Etiqueta A4362 / tamanho 33,9mm x 99,0mm / quantidade de 16 etiquetas por folha	Informis	0,18	108,00
67	15306	600	Folha	Etiqueta A4363 / tamanho 38,1mm x 99,0mm / quantidade de 14 etiquetas por folha	Informis	0,18	108,00
68	1382	1.000	Folha	Etiqueta carta 6180 / tamanho 25,4mm x 66,7mm / quantidade de 30 etiquetas por folha	Informis	0,18	180,00
69	1375	500	Folha	Etiqueta carta 6181 / tamanho 25,4mm x 101,6mm / quantidade de 20 etiquetas por folha	Informis	0,18	90,00
70	1369	2.000	Folha	Etiqueta carta 6189 / tamanho 33,9mm x 101,6mm / quantidade de 14 etiquetas por folha	Informis	0,18	360,00
72	1370	100	Rolo	Fita adesiva incolor / permite escrita sobre a fita / tipo mágica / tamanho 25mm x 65m	3M	61,55	6.155,00
75	1339	200	Rolo	Fita crepe branca para pintura / tamanho 25mm x 25m	Eurocel	3,20	640,00
77	1356	200	Rolo	Fita dupla face / material papel / tamanho 19mm x 30m	Epa	3,00	600,00
92	1390	300	Peça	Lâmina para estilete grande/largo / largura 18mm	Make	0,15	45,00
93	167	300	Peça	Lápis 2B / corpo em madeira	Leonora	0,30	90,00
94	163	70	Peça	Lápis 6B / corpo em madeira	Leonora	0,30	21,00
101	1110	30	Peça	Lapiseira 0,7mm com ponteira de metal / prendedor de metal e protetor da borracha de metal	Jocar	0,93	27,90
111	1518	180.000	Folha	Papel almaço pautado	Panamericana	0,05	9.000,00
112	1520	700	Folha	Papel almaço quadriculado	--	0,05	35,00
113	1519	1.500	Folha	Papel almaço sem pauta	--	0,05	75,00
115	1652	1.500	Folha	Papel canson / cor branca / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 160g/m²	Off paper	0,15	225,00
116	1513	400	Folha	Papel carbono para escrita manual / tamanho A4 / cor preta	CIS	,017	68,00

118	1521	50	Folha	Papel milimetrado / tamanho A3	Trevo	4,50	225,00
119	1628	30	Bloco	Papel milimetrado / tamanho A4	Trevo	2,40	72,00
122	1638	2.500	Folha	Papel sulfite / cor branca / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 120g/m²	Bignard	0,13	325,00
124	28399	300	Folha	Papel vergê / colorido / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 120g/m²	Off Paper	0,12	36,00
125	1559	400	Folha	Papel vergê / cor branca / tamanho A4 (210x297mm) / gramatura 180g/m²	Off Paper	0,17	68,00
141	1254	1.500	Peça	Pasta suspensa	ICL	0,57	855,00
144	1423	20	Peça	Perfurador manual de papel / material em metal pintado / com capacidade até 60 folhas	Cavia	44,54	890,80
161	1403	20	Peça	Porta fita adesiva / tamanho grande	Cavia	9,53	190,60
162	1282	50	Peça	Prancheta portátil / material acrílico / com prendedor niquelado / tamanho ofício	Novacril	6,60	330,00
164	28047	50	Pacote	Refil para cola quente / pacote de 1kg / 11,2mm x 30cm (bastão grosso)	Rendicola	19,13	956,50
170	1305	20	Peça	Régua plástica colorida / tamanho 30cm	Dello	0,96	19,20
179	1266	1.200	Peça	Visor para pasta suspensa de papel	Cemil	0,14	168,00
Valor Total Registrado (em R\$)							30.028,40

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) material(is), desde que o(s) mesmo(s) esteja(m) em perfeitas condições de uso e seja(m) aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/03/2015.

EXTRATO Nº 061/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 061/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

BEE2B Informática LTDA ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisição futura de projetores multimídia, lâmpadas e telas retráteis para projeção, com garantia e assistência técnica.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 004/2015 e Ata de Registro de Preços nº. 020/2015, firmado em 18 de março de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Equipamento	Marca/ Modelo	Prazo de Garantia (em meses)	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
5	29796	30	Peça	Tela de projeção retrátil, com as seguintes características: - Tecido: vinil convencional 1.0; - Fixação: parede ou teto; - Dimensões: 180x180cm; - Diagonal: de 97 a 100 polegadas; - Enrolamento: por molas e com trava; - Bordas: com bordas pretas; - Perfil/Estojo: com acabamento em pintura epóxi na cor preta; - Garantia: 12 (doze) meses, com assistência técnica no Brasil, indicando empresa autorizada para prestação de serviço.	Telas Nardelli NR003 com bordas	12	230,00	6.900,00
Preço Total Registrado (em R\$)								6.900,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega do(s) equipamento(s), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal, através de depósito bancário (hipótese na qual a Nota Fiscal deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a Nota Fiscal).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 23/03/2015.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2201/15 - SAMAE

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2201/2015 - Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Item 01

Valor Total R\$ 500,00

Empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA

Item 02

Valor Total R\$ 175,00

Item 10

Valor Total R\$ 260,00

Item 11

Valor Total R\$ 240,00

Empresa: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP

Item 03

Valor Total R\$ 590,00

Item 05

Valor Total R\$ 780,00

Empresa: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Item 04

Valor Total R\$ 310,00

Item 06

Valor Total R\$ 310,00

Item 07

Valor Total R\$ 490,00

Item 09

Valor Total R\$ 290,00

Item 14

Valor Total R\$ 2.800,00

Item 15

Valor Total R\$ 4.000,00

Item 16

Valor Total R\$ 120,00

Empresa: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA EPP

Item 08

Valor Total R\$ 640,00

Item 12

Valor Total R\$ 6.400,00

Item 13

Valor Total R\$ 990,00

Item 17

Valor Total R\$ 940,00

Empresa: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO INFORMATIVA LTDA - EPP

Item 18

Valor Total R\$ 380,00

Item 19

Valor Total R\$ 818,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 23 de Março de 2015

PORTARIA Nº 961/2014 - FURB

PORTARIA Nº 961/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de ALESSANDRA EMANUELE TONETTO no cargo de Professor Universitário.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 745/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de ALESSANDRA EMANUELE TONETTO no cargo de PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, nomeada pela Portaria nº 875/2014, de 9 de julho de 2014.

Blumenau, 25 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 962/2014 - FURB

PORTARIA Nº 962/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Alessandra Micoski.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 03 (três) dias -, no período de 28 a 30 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003, ao Servidor

ALESSANDRA MICOSKI

cadastro funcional nº 2571, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante.

Blumenau, 25 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 963/2014 - FURB

PORTARIA Nº 963/2014, DE 25 DE JULHO DE 2014

Concede Abono de Permanência à Servidora Elisabete Terezinha Compiani.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais e com base no § 19 do art. 40 da Constituição Federal, CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA à Servidora

ELISABETE TEREZINHA COMPIANI

cadastro funcional nº 3094, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Rádio e Televisão Educativa.

Blumenau, 25 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 964/2014 - FURB

PORTARIA Nº 964/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Reenquadra servidores na Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, à vista das conclusões da Comissão Permanente da Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos, com base na Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010, REENQUADRA os servidores adiante nominados, conforme as seguintes situações:

Cod	Nome	Cargo	Referência de Vencimento	LC 744/2010	A contar de
3133	Ezequiel Targino Santos	Auxiliar de Serviços Administrativos	40	Art. 24 § 2º	04/07/2014
3136	Julio Cesar Mazzini	Auxiliar de Serviços Administrativos	37	Art. 24 § 2º	13/07/2014
4097	Leuri Arlênio Fritsch	Assistente Administrativo	50	Art. 24 § 2º	27/07/2014
3061	Márcia Tomaz Berto Eyng	Auxiliar de Serviços Administrativos	43	Art. 24 § 2º	23/07/2014
4098	Marco Eduardo Oechsler	Assistente Administrativo	44	Art. 24 § 2º	27/07/2014
3142	Rosana Andrade Rebelo Boehme	Auxiliar de Serviços Administrativos	43	Art. 24 § 2º	25/07/2014
3143	Selésio Rodrigues	Auxiliar de Serviços Administrativos	41	Art. 24 § 2º	25/07/2014
3085	Tania Maria de Souza Ferreira	Bibliotecário	67	Art. 24 § 2º	15/07/2014
4100	Ursula Lanznaster	Assistente Administrativo	49	Art. 24 § 2º	27/07/2014
3125	Wilson Reichert	Encanador	42	Art. 24 § 2º	07/07/2014

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 965/2014 - FURB

PORTARIA Nº 965/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Adriana Padilha Rosa.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

ADRIANA PADILHA ROSA

cadastro funcional nº 5397, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, a contar de 1º de julho de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 966/2014 - FURB

PORTARIA Nº 966/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Marilene de Lima Korting Schramm.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 381 (trezentos e oitenta e um) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de março de 1993 a 28 de fevereiro de 1998 (75 dias); b) 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003 (90 dias); c) 1º de março de 2003 a 5 de maio de 2008 (90 dias); e d) 6 de maio de 2008 a 25 de julho de 2018 (126 dias, proporcional), à Servidora

MARILENE DE LIMA KORTING SCHRAMM

cadastro funcional nº 1680, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Artes, a contar de 4 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 967/2014 - FURB

PORTARIA Nº 967/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Designa membros da Comissão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária da FURB.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Memorando nº 022/2014/BU, de 11 de julho de 2014, oriundo da direção da Biblioteca Universitária, DESIGNA os Servidores:

a) Docentes das Unidades de Ensino:

Roberto Fabiano Rosbach	Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras
Marcio Cristiano de Souza Rastelli	Centro de Ciências da Saúde
Juliane Araújo Greinert Goulart	Centro de Ciências Exatas e Naturais
Adiléia Aparecida Bernardo	Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
Rodrigo José Leal	Centro de Ciências Jurídicas
Edson Luiz Borges	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Alexander Christian Vibrans	Centro de Ciências Tecnológicas
Denise Izaguirre Anzorena	Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI

b) Discentes de Pós-Graduação Stricto Sensu:

Martha Regina Maas	Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras
Adriana Lobo Muller	Centro de Ciências da Saúde
Sem indicação	Centro de Ciências Exatas e Naturais
Christiane Fabíola Momm	Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
Sheila Patricia Ramos	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Marcos Gabriel C. Lima	Centro de Ciências Tecnológicas

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Portaria nº 967/2014/Reitoria
Fls. 2/2

c) Discentes de Graduação (um por Centro):

Sem indicação	Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras
Rafael Heusser	Centro de Ciências da Saúde
Francielle Schmitz	Centro de Ciências Exatas e Naturais
Odirlei Colzani	Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
Jan Rycerz	Centro de Ciências Jurídicas
Artur Dare	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Gilvane Carlos Per-suhn	Centro de Ciências Tecnológicas

d) Representantes da Biblioteca Universitária:

Darlan Jevaer Schmitt	Direção
Julia Miranda Bressane	Bibliotecária
Heloisa Maria De Oliveira	Bibliotecária
Jane Cristina Casas	Bibliotecária
Solange Garcia	Assistente Administrativa

Para, sob a presidência do Servidor Darlan Jevaer Schmitt, constituírem a Comissão de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária da FURB, com a finalidade de orientar o processo de seleção e aquisição de obras do acervo, sejam elas provenientes de compra, doação ou permuta, bem como orientar o remanejamento e descarte das mesmas, conforme Resolução nº 046/2012, de 6 de novembro de 2012.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 968/2014 - FURB

PORTARIA Nº 968/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Zelinda Maria Braga Hirano.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ZELINDA MARIA BRAGA HIRANO

cadastro funcional nº 2201, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Reavaliação/Supervisão do Curso de Biomedicina, na Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC, em Juiz de Fora - MG, no período de 20 a 23 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 969/2014 - FURB

PORTARIA Nº 969/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Lauri Amândio Schorn.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

LAURI AMÂNDIO SCHORN

cadastro funcional nº 3401, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, para, em atendimento à designação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP/MEC, realizar Avaliação de Curso de Graduação - Autorização do Curso de Engenharia Ambiental - da Faculdade Norte Capixaba de São Mateus - Multivix São Mateus, em São Mateus - ES, no período de 13 a 16 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 970/2014 - FURB

PORTARIA Nº 970/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Henry França Meier.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

HENRY FRANÇA MEIER

cadastro funcional nº 1810, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Química, considerando a sua participação em exame de qualificação na Faculdade de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Campinas - SP, nos dias 25 e 26 de julho de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 971/2014 - FURB

PORTARIA Nº 971/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Débora Isolani de Matos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DÉBORA ISOLANI DE MATOS

cadastro funcional nº 2432, ocupante do cargo de Engenheiro Químico, lotada no Departamento de Engenharia Química, para participar de reunião de encerramento do 12º PIB, no auditório da ANEEL, em Brasília - DF, no dia 12 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 972/2014 - FURB

PORTARIA Nº 972/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Everaldo Artur Grahl.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

EVERALDO ARTUR GRAHL

cadastro funcional nº 2375, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Sistemas e Computação, para participar do XXXIII Congresso da SBC - Sociedade Brasileira de Computação, em Brasília - DF, no período de 28 a 30 de julho de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 973/2014 - FURB

PORTARIA Nº 973/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Sérgio Luiz Althoff.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

SÉRGIO LUIZ ALTHOFF

cadastro funcional nº 3343, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, para participar do I Congresso Latinoamericano de Morcegos, em Quito - Equador, no período de 31 de julho a 10 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 974/2014 - FURB

PORTARIA Nº 974/2014, DE 28 DE JULHO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Roberto Fabiano Rossbach.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

ROBERTO FABIANO ROSSBACH

cadastro funcional nº 8286, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Artes, para participar do

XXIV Congresso da ANPPOM - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música, em São Paulo - SP, no período de 25 a 29 de agosto de 2014.

Blumenau, 28 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 975/2014 - FURB

PORTARIA Nº 975/2014, DE 29 DE JULHO DE 2014
Concede licença prêmio ao Servidor Fábio Luís Formento.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 30 (trinta) dias -, no período de 28 de julho a 26 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 17 de agosto de 1998 a 16 de agosto de 2003, ao Servidor

FÁBIO LUÍS FORMENTO

cadastro funcional nº 5564, ocupante do cargo de Eletricista, lotado na Divisão de Administração do Campus.

Blumenau, 29 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 976/2014 - FURB

PORTARIA Nº 976/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014
Concede licença prêmio ao Servidor Rubens Jaeger.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, e alterações da Lei Complementar Municipal nº 903, de 29 de agosto de 2013, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 247 (duzentos e quarenta e sete) dias - referente aos períodos aquisitivos de: a) 1º de março de 1998 a 28 de fevereiro de 2003 (45 dias); b) 1º de março de 2003 a 29 de fevereiro de 2008 (90 dias); e c) 1º de março de 2008 a 13 de dezembro de 2018 (112 dias, proporcional), ao Servidor

RUBENS JAEGER

cadastro funcional nº 955, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado no Centro de Ciências Jurídicas, a contar de 4 de agosto de 2014.

Blumenau, 30 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 977/2014 - FURB

PORTARIA Nº 977/2014, DE 30 DE JULHO DE 2014
Designa, em substituição, integrante da Comissão Especial para a eleição de representantes junto ao Conselho Universitário - CONSUNI da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA, a Senhora LUCIA SEVEGNANI, para, em substituição à Senhora Marilúcia Mattedi, designada pela Portaria nº 853/2014, de 7 de julho de 2014, integrar a Comissão Especial para a eleição de representantes junto ao

Conselho Universitário - CONSUNI, na condição de representante dos Servidores Inativos da FURB.

Blumenau, 30 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 978/2014 - FURB

PORTARIA Nº 978/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Sandra Lea Kiihl Benkendorf dos Santos.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

SANDRA LEA KIIHL BENKENDORF DOS SANTOS

cadastro funcional nº 9732, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada no Ambulatório Universitário a contar de 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 979/2014 - FURB

PORTARIA Nº 979/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Etelvina Scottini.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 12 (doze) dias -, no período de 11 a 22 de agosto de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 1998 a 12 de julho de 2003, à Servidora

ETELVINA SCOTTINI

cadastro funcional nº 2340, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 980/2014 - FURB

PORTARIA Nº 980/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Ciro André Pitz.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

CIRO ANDRÉ PITZ

cadastro funcional nº 9010, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, para participar do Simpósio Internacional de Telecomunicações 2014, em São Paulo - SP, no período de 18 a 20

de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 981/2014 - FURB

PORTARIA Nº 981/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Dagoberto Stein de Quadros.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

DAGOBERTO STEIN DE QUADROS

cadastro funcional nº 2456, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal, considerando sua participação na reunião de apresentação do Programa Catarinense de Inovação, em Florianópolis - SC, no dia 30 de julho de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 982/2014 - FURB

PORTARIA Nº 982/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Mauro Scharf.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

MAURO SCHARF

cadastro funcional nº 3035, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Química, para participar do XVII Encontro Nacional de Ensino de Química, em Ouro Preto - MG, no período de 19 a 22 de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 983/2014 - FURB

PORTARIA Nº 983/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Adriana Fischer.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

ADRIANA FISCHER

cadastro funcional nº 9322, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Letras, para participar de:

- Banca de exame de qualificação de mestrado, relativamente ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, em Joinville - SC, no dia 4 de agosto de 2014;
- Comissão Julgadora de Defesa de Tese de Doutorado em Linguística Aplicada, na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em Campinas - SP, nos dias 24 e 25 de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 984/2014 - FURB

PORTARIA Nº 984/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Joel Dias da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

JOEL DIAS DA SILVA

cadastro funcional nº 9313, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia de Produção e Design, para participar do XI Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, em Brasília - DF, no período de 5 a 7 de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 985/2014 - FURB

PORTARIA Nº 985/2014, DE 31 DE JULHO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Sara Cristiane Barauna.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

SARA CRISTIANE BARAUNA

cadastro funcional nº 8285, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais, para participar da XXIX Reunião Anual da FESBE, em Caxambu - MG, no período de 27 a 30 de agosto de 2014.

Blumenau, 31 de julho de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 986/2014 - FURB

PORTARIA Nº 986/2014, DE 1º DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Hélio Jerônimo de Oliveira.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

HÉLIO JERÔNIMO DE OLIVEIRA

cadastro funcional nº 8392, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Administração, para participar do Programa de Capacitação para Resultados - PCR 2014, na Fundação Dom Cabral - FDC, em Nova Lima - MG, no período de 30 de julho a 1º de agosto de 2014.

Blumenau, 1º de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 987/2014 - FURB

PORTARIA Nº 987/2014, DE 1º DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada ao Servidor Gabriel Severo Venco Teixeira da Cunha.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

GABRIEL SEVERO VENCO TEIXEIRA DA CUNHA

cadastro funcional nº 5471, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, lotado na Biblioteca Universitária, para participar do:

- III Workshop Catarinense de Indicação Geográfica e II Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural, em Joinville - SC, nos dias 7 e 8 de agosto de 2014.
- II Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade - SEDRES, em Campina Grande - PB, no período de 13 a 15 de agosto de 2014.

Blumenau, 1º de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 988/2014 - FURB

PORTARIA Nº 988/2014, DE 1º DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Denise Del Prá Netto Machado.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

DENISE DEL PRÁ NETTO MACHADO

cadastro funcional nº 1989, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Administração, para participar de banca de mestrado, relativamente ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, em Florianópolis - SC, no dia 4 de agosto de 2014.

Blumenau, 1º de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 989/2014 - FURB

PORTARIA Nº 989/2014, DE 1º DE AGOSTO DE 2014
Concede licença remunerada à Servidora Marianne Hoeltgebaum.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

MARIANNE HOELTGEBAUM

cadastro funcional nº 4746, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Administração, para participar do XXXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD 2014, no Rio de Janeiro - RJ, no período de 14 a 17 de setembro de 2014.

Blumenau, 1º de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 990/2014 - FURB

PORTARIA Nº 990/2014, DE 1º DE AGOSTO DE 2014
Designa os integrantes da Comissão de Planejamento das Ações para a Avaliação Externa/2015 da FURB.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, DESIGNA:

ANNA ROSSÁRIO FREITAG KOPPER - Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
DIEGO PROBST - Coordenadoria de Assuntos Estudantis;
FERNANDO LUIZ KRAMBECK - Pró-Reitoria de Administração;
FLÁVIA KELLER ALVES - Coordenadoria de Planejamento;
GELCI ROSTIROLLA - Biblioteca Universitária;
MARILEIA SCHUBERT - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante;
MAURO ROGÉRIO DA SILVA - Comissão Própria de Avaliação;
ROSE MARY GREYER - Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante;
VIVIANE ALEXANDRA MACHADO SARAGOÇA - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura

para, sob a presidência da servidora Mariléia Schubert, constituírem Grupo de Trabalho com a finalidade de Planejar as Ações para a Avaliação Institucional Externa da FURB a ser realizada no ano de 2015. O Grupo de Trabalho será responsável por efetuar a análise da Instituição frente à legislação pertinente e apresentar o resultado à Gestão Superior, para ciência e providências quanto à realidade identificada e à organização do processo de Avaliação Institucional Externa. O prazo de conclusão dos trabalhos encerra-se em junho de 2015.

Blumenau, 1º de agosto de 2014.
JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO REVOGAÇÃO 05 2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO - SC
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 04/2015

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao Processo Licitatório Nº 05/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 04/2015 - Registro de Preços. Objeto: Aquisição de serviços de montagem, balanceamento e alinhamento para manutenção da frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo/SC. Justificativa: Licitação Deserta. Data: 25/03/2015.

ALAIR FRANZ HEIN
Pregoeira

EXTRATO REVOGAÇÃO 07 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO - SC
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 05/2015

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao Processo Licitatório Nº 07/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 05/2015 - Registro de Preços. Objeto: Aquisição de veículo automotor para a Secretaria Municipal de Obras de Braço do Trombudo/SC. Justificativa: Licitação Deserta. Data: 25/03/2015.

ALAIR FRANZ HEIN
Pregoeira

PORTARIA 044/2015

PORTARIA 044/2015
Concede Progressão Vertical

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Simone Schaefer	40 hs	09.01.2012	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.02.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.
Romildo Teske
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 045/2015

PORTARIA Nº 045/2015

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013...

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para repouso à gestante, a servidora Jaqueline Kurth Grahl, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 18.02.2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 18.02.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 046/2015

PORTARIA 046/2015

Concede Progressão Vertical

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Clober Schneider	40 hs	07.02.2011	Professor 01-B	Professor 02-A
02	Liane Sofia Guckert	40 hs	06.02.2012	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 047/2015

PORTARIA 047/2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Cristiane Niederhaus Mugge	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	02.03.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 048/2015

PORTARIA 048 /2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Janelize Oliveira Pereira da Silva	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	02.03.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 049/2015

PORTARIA 049 /2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir

relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Lariza da Silva	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	02.03.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 050/2015

PORTARIA 050 /2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Mirian Hoisdaleck Roeder	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	02.03.2015 a 20.12.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 051/2015

PORTARIA 051 /2015

Concede Função Gratificada - FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-06, ao servidor Deivid Lottin da Silva, para coordenar o contra turno da Secretaria Municipal de Educação e o Transporte Escolar, tendo como atribuições o acompanhamento e controle do horário das atividades dos docentes a partir das orientações da Secretaria,

assegurando o pleno funcionamento das atividades no contra turno, bem como acompanhar e avaliar as ações do transporte escolar no Município, aprimorando o sistema de gestão, desenvolvendo estudos, pesquisas e levantamentos no sentido da melhoria da oferta do referido serviço, acompanhando e assessorando a alimentação do sistema de transporte no EducaCIM, além de promover as articulações institucionais necessárias ao aprimoramento da oferta do Transporte Escolar no Município de Braço do Trombudo, a partir de 02.03.2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 052/2015

PORTARIA 052/2015

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Mônica Augusta Lemos dos Santos, ocupante do cargo de Professor - ACT, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 024/2015 de 05.02.2015, a partir de 02.03.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 053/2015

PORTARIA 053/2015

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora Vanessa Taiara Raduntz, ocupante do cargo de Diretor de Esportes, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 072/2014 de 03.04.2014, a partir de 23.03.2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 23.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 054/2015

PORTARIA 054/2015

Admite Professor para atuar em caráter temporário - ACT

Romildo Teske, Prefeito municipal em exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino, em substituição do Professor Deivid Lottin da Silva, por um período de 4 (quatro) meses:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Crislaini Carla Valente Fuck	40	Professor não Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	02.03.2015 a 30.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 055/2015

PORTARIA Nº 055/2015

Romildo Teske, Prefeito municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor José Machado, ocupante do cargo de Operador ETA, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 19.03.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 19.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 056/2015

PORTARIA Nº 056/2015

Romildo Teske, Prefeito municipal em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Ligia Vogel, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 15.03.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 15.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 057/2015

PORTARIA 057 /2015

Concede Função Gratificada - FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, a servidora Isolene Grahl, para assessorar a Secretaria Municipal de Educação, tendo principais funções a de orientador do Sistema de Ensino Aprende Brasil, no acesso ao portal e na realização do cadastro para formação de professores, sendo ainda responsável pela administração das compras da Secretaria de Educação, desde a alimentação escolar, manutenção das unidades escolares ou quando for solicitada por alguma diretora ou coordenadora das diversas unidades educacionais do Município, a partir de 02.03.2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 058/2015

PORTARIA 058 /2015

Concede Função Gratificada - FG

Romildo Teske, Prefeito Municipal em exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 11 da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Função Gratificada, com denominação de FG-03, a servidora Luciana Meurer, para assessorar a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer, na direção, organização e funcionamento do órgão, e também para coordenar as oficinas oferecidas pela secretaria, a partir de 02.03.2015.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Braço do Trombudo, em 24 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO DE JULGAMENTO 04 2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 03/2015 FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 03/2015 FMS e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 04/2015 FMS. Objeto: Aquisição de Pneus novos para a Secretaria Municipal de Saúde. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: MODELO PNEUS LTDA CNPJ:05.077.346/0001-01, Itens: 1, 2, 3, 4, 5 e 6, no valor total de R\$ 14.610,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Fundo Municipal de Braço do Trombudo. Em 25/03/2015.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 02 2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 02/2015 FMS

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Eletrônico SRP nº 02/2015 FMS e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 03/2015 FMS. Objeto: Aquisição de material Odontológico para uso nas Unidades Sanitárias de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MAT. MED. E ODONT. LTDA CNPJ:05.077.346/0001-01, Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8,9, 10, 11,13,14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41,42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69,70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95 E 96, no valor total de R\$ 20.213,45, tornando-se, dessa forma, divulgado resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeira Oficial do Fundo Municipal de Braço do Trombudo. Em 25/03/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 1/33

Número do Registro de Preços: 25/2014				Data do Registro: 25/09/2014				Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
1	Leite em pó integral. Preparado instantâneo. Lata de 400 gr. (9650)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2620AURORA	0	11,9916	1				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ninho	0	12,1100	2				
2	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1291 ALTO ALI	0	8,9860	1				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	caravelas	0	9,9800	2				
3	Café solúvel (vidro de 200 gr) (7436)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1167AMIGO	0	9,9844	1				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nescafe	0	10,6300	2				
4	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9636)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3798 CREMOIS	0	7,9875	1				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	melitta	0	8,9600	2				
5	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (13394)	LT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3935 LATCO	0	1,9969	1				
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Aurora	0	2,4300	2				
6	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor maracujá. (7685)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CODVALE	0	6,9891	1				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 2/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	7,4300	2		
7	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor uva. (7686)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CODVALE	0	5,9906	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,7400	2		
8	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor laranja. (7687)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CODVALE	0	5,9906	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,7700	2		
9	Suco concentrado de frutas - frasco de 500ml no sabor abacaxi. (7688)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CODVALE	0	5,9906	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maguary	0	6,6600	2		
10	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE, LIMÃO E ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê. (7689)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2,9953	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	3,0400	2		
11	Chá em sachês, no sabor MAÇA E CANELA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7690)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2,9953	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	2,7700	2		
12	Chá em sachês, no sabor CHÁ VERDE E LARANJA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7691)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2,9953	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 3/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	3.1000	2
13	Chá em sachês, no sabor AMORA SILVESTRE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7694)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2.9953	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	3.7000	2
14	Chá em sachês, no sabor MACÃ, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7695)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	1.9969	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	2.9700	2
15	Chá em sachês, no sabor CAMOMILA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7697)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	1.9969	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	2.4900	2
16	Chá em sachês, no sabor CAPIM CIDREIRA, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7698)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	2.9953	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	3.1000	2
17	Chá em sachês, no sabor ERVA DOCE, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7699)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	1.9969	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	2.7100	2
18	Chá em sachês, no sabor PÊSSEGO, caixa com 10 unidades com 1g a 1,5g cada sachê (7696)	CX	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2021 REAL	0	2.9953	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 4/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015**Objeto da Compra:** Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	3,1800	2
19	Chá em sachês, no sabor HORTELÃ, caixa com 10 unidades com 1 (14730)	CX	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BARAO	0	1,9969	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	chileno	0	2,6100	2
20	Adoçante Dietético Líquido Cídamato de Sódio e Sacarina Sódica Gotas 200ml (7703)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3255 ASSUGR	0	4,9922	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	adoçil	0	5,2900	2
21	Bala mastigável, sabor iogurte de morango, pct de 700 gr. (14731)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	6,9891	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	yogurte	0	7,8000	2
22	Bala com caramelo de leite, recheados com chocolate branco, pct de 750 gr. (14732)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	10,9828	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Butter toffes	0	11,5600	2
23	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor artificial de coco, pct de 750 gr. (14733)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	10,9828	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	butter toffes	0	11,5600	2
24	Bala caramelo, recheados com creme sabor artificial de caramelo de leite, pct de 750 gr. (14734)	PCT	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	10,9828	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 5/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
25	Bala caramelo com cacau recheado com creme sabor trufas, pct de 750 gr. (14735)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	butter toffes	0	11,5600	2
26	Bala caramelo de leite, recheados com creme sabor cappuccino, pct de 750 gr. (14736)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	10,9828	1
27	Bala caramelo com cacau, recheados com creme artificial de menta, pct de 750 gr. (14737)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	butter toffes	0	11,5600	2
28	Bala caramelo de leite, recheado com chocolate, pct de 750 gr. (14738)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DORI	0	10,9828	1
29	Biscoito doce tipo caseiro, sabor nata, pct de 250 gr. (14739)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	butter toffes	0	11,5600	2
30	Biscoito doce sortidos sabores amantigados, chocolate e recheado com chocolate pct de 400 gr. (14740)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DELICIA	0	7,9875	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	germani	0	8,0300	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2184 PRODAS	0	4,9922	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 6/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Água mineral - galão retornável 20lt (sem frasco) (7704);		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	5,3400	2
		UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TREZE TILHA:	0	5,9906	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	h leve	0	6,8700	2
32	Água mineral - galão retornável 20lt (com frasco) (7705);		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	h leve	0	22,0600	2
		UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	TREZE TILHA:	0	21,9657	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	h leve	0	22,0600	2
33	Copo descartável, estriado, branco, com borda redobrada, em polipropileno ou poliestireno atóxico, forte, de 1ª qualidade, com capacidade para 180 ml, que atende a Norma ABNT NBR 14.865/2002, embalado em pacotes de 100 unidades e acondicionados em caixas de papelão com 2.500 unidades. (12577)		CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	3,9561	1
		PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	CRISTAL COP	0	3,9500	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MINAPLAST	0	3,9536	3
34	Copo térmico isopor branco 180 ml pct c/25 unid. (14741)		COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	totalplast	0	3,9800	4
		PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	COPOSUL	0	3,9363	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DART	0	3,9436	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COPOZAN	0	3,9600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 7/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	dart	0	3,9600	4
35	Fósforo, confeccionado em madeira de 1° qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6 cm de comprimento total. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos, reembalados em pacotes com 10 caixas de forma a garantir a integridade do produto até seu uso. (14742)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	DALMATA	0	2,6739	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	2,6657	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	QUE LUZ	0	2,6700	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	gaboardi	0	2,6900	4
36	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 150mm de diâmetro. (7735)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,8190	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	1,8270	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jota	0	1,8300	3
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZALEANA	0	1,8300	4
37	Coador de café em flanela 100% algodão, arame de aço galvanizado com cabo de madeira de 90mm de diâmetro. (7736)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	1,8091	1
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	1,8071	2
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZALEANA	0	1,8200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 8/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
38	Palito de Dente de madeira, roliço. Embalagem: caixa com 100 unidades, com dados de identificação do produto e marca do fabricante. (14745)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jota	0	1,8200	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GINA	0	0,6073	1		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1907 THEOTC	0	0,6000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GINA	0	0,6026	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GABOARDY	0	0,6100	4		
39	Limpa fornos, 500 ml, removendo a gordura incrustada sem raspar, com aplicador interno, contendo soda caustica como elemento (14746)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	gina	0	0,6200	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	8,1466	1		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	DIABO VERDE	0	8,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	EASY OFF	0	8,1588	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	8,3700	4		
40	Lustra móveis em frasco de 200ml, com fragrância agradável. Composição química mínima: cera de carnaúba, ceras naturais, silicone, solvente e perfume, aplicação móveis e superfícies. (9683)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	saif	0	8,3900	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	3,9115	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3,9190	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 9/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Óleo de Peroba, frasco de 200ml. (12553)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3729 PRATIK	0	4,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	WORKER	0	4,0200	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ype	0	4,0300	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEROBA	0	6,6270	1
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2731 PEROBA	0	6,5000	2
42	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEROBA	0	6,6321	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLWAX	0	6,8000	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	peroba	0	6,8200	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	20,9595	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MAX	0	20,9951	2
43	Sabonete líquido com hidratante e glicerina nas fragrâncias erva-doce, chá verde e tangerina com chá verde - frasco de 5 lt (7726)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3403 flex	0	21,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MAX	0	21,5700	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sequinel	0	21,5900	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 10/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	Álcool líquido - volume 46,2% - Frasco de 1 litro, conforme exigências do INMETRO (11874);	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	3,8821	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	3,8801	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3090 FLOPS	0	3,9000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	3,9700	4
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	araucaria	0	3,9900	5
44	Álcool em gel, etílico hidratado 70° INPM, neutro, embalagem de 500 ml, ideal para limpeza em geral. Conforme exigências do INMETRO (14747)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	FLOPS	0	5,0585	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	5,0664	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	FLOPS	0	5,1900	3
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2612 FLOPS	0	5,2000	4
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cocamar	0	5,2100	5
45	Gel acendedor, ideal para churrasqueira, 80° INPM, embalagem de 600 ml. Conforme exigências do INMETRO (14748)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ZULU	0	4,5585	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	FLOPS	0	4,5608	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	CHAMA	0	4,6000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 11/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Saponáceo em líquido cremoso concentrado 300 ml. - especificação: limpador concentrado em líquido cremoso. Campo de aplicação: utilizado para a limpeza de superfícies esmaltadas, cromados, aço inox, porcelanas e louças, sem causar riscos. Composição química: tensoativos, abrasivos; conservantes; perfumes e água. Embalagem: frascos com 300 ml. rótulo contendo identificação com procedência, data de fabricação, validade, lote, precauções de uso, composição química e técnico responsável. (9677)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,6600	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	zulu	0	4,6900	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	3,3429	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	3,3452	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3732 PATIK	0	3,4000	3
47	Limpa vidros, tubos de 500 ml. acondicionados em caixas de papelão devidamente identificadas. (9687)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	3,4200	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	radium	0	3,4400	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PRATIK	0	4,7350	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PRATIK	0	4,7358	2
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3731 PRATIK	0	4,8000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DA ILHA	0	4,8600	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	gioca	0	4,8700	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 12/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
48	Cera Líquida auto brilho, incolor, frasco com 750 ml. (12547)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOI	0	6,2251	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	6,2334	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	6,4000	3		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2179 ZAVASKI	0	6,4000	4		
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	brilho facil	0	6,4100	5		
49	Cera líquida auto-brilho vermelha (750ml) (8549)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GIRANDO SOI	0	7,6760	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	7,6823	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	7,8900	3		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1026 ZAVASKI	0	7,9000	4		
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	brilho facil	0	7,9000	5		
50	Cera em Pasta vermelha, lata de 400 gramas (14750)	LAT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ANDREA	0	10,7444	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ANDREA	0	10,7650	2		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1029 ANDREI/	0	11,0000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 13/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
51	Detergente líquido, antibacteriano, testado dermatologicamente, que contém tensoativo biodegradável, 500 ml. (12563)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	POLIFLOR	0	11,0500	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	blumenau	0	11,0700	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	1,4705	1		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BRILHO SUL	0	1,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	1,4684	3		
52	Sabão em pó, caixa de 1kg , para roupas brancas e coloridas, de primeira linha. (12561)	CX	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	GIRANDO SOI	0	1,5000	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ype	0	1,5100	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	6,8133	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GIRANDO SOI	0	6,8266	2		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1513 GIRANDI	0	7,0000	3		
53	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação bactericida, aroma lavanda, frasco de 2lt. (9699)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	7,0100	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	omo	0	7,0200	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,7743	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 14/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
54	Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, fragrância lavanda, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água, de tubo com 2 litros. (9700)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,7731	2	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3414 FLEX	0	3,8000	3	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	QUALY	0	3,8600	4	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	girando sol	0	3,8800	5	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GOTA LIMPA	0	4,4409	1	
55	Água Sanitária, composição química hidróxido de sódio e carbonato de sódio, princípio ativo hipoclorito de sódio, teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%p/p, aplicação lavável e alvejante de roupas, banheiros, piscinas, tipo comum, frasco de 2 litros, acondicionadas em embalagem de papelão identificadas. (12542)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	4,4441	2	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2593 SEMPRE	0	4,5000	3	
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BABY PLUS	0	4,5500	4	
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	girando sol	0	4,5700	5	
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	LIMPINHA	0	3,5194	1	
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SEQUINEL	0	3,5203	2	
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3763 FLEX	0	3,6000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 15/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015						
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
56	Desodorante sanitário tipo pedra sanitária, perfumado - odores variados, embalados em celofane à prova de vazamento, com no mínimo 30g, com ação bactericida e aromatizante e suporte plástico. Prazo de validade de no mínimo 06 meses, e data de fabricação não superior a 60 dias, contados retroativamente da data de entrega do produto. (12562)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ECOVILE	0	3,6000
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	girando sol	0	3,6200
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANY	0	1,9803
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SANY BRIL	0	1,9838
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3726 SANY	0	2,0000
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SANY	0	2,0200
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	glade	0	2,0400
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ULTRA FRESH	0	7,8427
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	GLADE	0	7,8574
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1019 CRIVALI	0	8,0000
57	Desodorizador de ar em spray aerosol, não contém CFC (clorofluorcarbono), com 400ml. Nas fragrâncias: lavanda, flores do campo, floral fresh, citrus, brisa fresca, frescor de chuva. (7740)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	8,0600
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	no ar	0	8,0800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 16/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
58	Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente com mini aerosol spray de 12ml. (7741)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM AIR	0	8,7544	1		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AIRWICK	0	8,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	8,6840	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	8,9200	4		
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	no ar	0	8,9300	5		
59	Refil de 12ml para Mini aparelho plástico de aplicação manual para desodorizador de ambiente. Nas fragrâncias: alegria de infância, toque de frescor, lavanda, flores do campo, brisa fresca. (7742)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM AIR	0	6,3329	1		
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AIRWICK	0	6,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	6,2820	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	6,4500	4		
			COOP. REG. AGROP. ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	no ar	0	6,4600	5		
60	Aparelho odorizador de ambiente automático com três ajustes de tempo de liberação de fragrância (6, 18 e 30min) podendo ser desligado quando desejar, funcionamento a pilha. Acompanha 2 pilhas AA + um refil aerosol de 250ml nas fragrâncias lavanda e citrus. (7743)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	GLADE	0	35,5468	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	35,2609	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 17/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Refil de 250ml para Aparelho odorizador de ambiente automático. Nas fragrâncias: lavanda e citrus (7744)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AIRWICK	0	36,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	36,2500	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	bom ar	0	36,2600	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM AIR	0	23,9103	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	23,7180	2
62	Espanja de limpeza, multiuso, dupla face, pacote contendo 1und. 110mmx75mmx20mm, pacote da embalagem fechada, produto que garante alta durabilidade e limpeza (12555)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BOM AR	0	24,3800	3
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	bom ar	0	24,3900	4
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	AIRWICK	0	34,0000	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIN	0	1,7940	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3787 BETANIN	0	1,5000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	BETANIN	0	1,7893	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ALKLIN	0	1,8300	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	scotch brite	0	1,8400	5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 18/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015

Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Espunja de limpeza, material liã ago fina, abrasividade mínima, aplicação utensilio de alumínio, pacote com 8 unidades. (9686)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	INOVE	0	2,5587	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	INOVE	0	2,5575	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3727 KI BRILH	0	2,6000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	INOVE	0	2,6200	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	assolan	0	2,6300	5
64	PANO DE CHÃO ALVEJADO (TRAMA BEIM FECHADA) (1950)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3,9507	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,9579	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3580 MARTIN	0	4,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	4,0600	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	martim	0	4,0700	5
65	Pano Multiuso, pacote com 05 unidades. (12554)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	SANY	0	3,4508	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3,4522	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1302 FACILL	0	3,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 19/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
66	Pano de prato, 100% algodão. Medidas 45x70cm. Com bainha, de 1ª qualidade. (12587)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3.5400	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	scotch brite	0	3.5500	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	MARTINS	0	3.7253	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MARTINS	0	3.7245	2		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3583 MARTINI	0	3.8000	3		
67	Toalhas de papel interfolhadas, pacote com 1000 folhas nos tamanhos 22,5 x 20,5 cm com 02 dobras, branco, extra luxo. De 1ª qualidade. (12574)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARTINS	0	3.8200	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	copa	0	3.8300	5		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2268 GUIPEL I	0	4.7318	1		
			Marcio Fausto 02791793917 (9181)	P & B	0	5.7485	2		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	ilhapel	0	6.1000	3		
68	Papel toalha para cozinha, branco, macio, absorvente, folha dupla, picotado - Pacote com 2 rolos de 60 toalhas de 22 x 20 cm cada uma. (9675)	PCT	APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1038 SORELA	0	2.7038	1		
			Marcio Fausto 02791793917 (9181)	SORELLA	0	2.4856	2		
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	natureza	0	3.0500	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 20/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015							
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	Papel Higiênico, cor branco, não reciclado, folha dupla, toque suave, picotado, neutro, embalagem de 24 rolos de 30 metros x 10 cm (14752)	PCT	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1055FOFINHC	0	10,8153	1
			Marcio Fausto 02791793917 (9181)	FOFINHO	0	15,7774	2
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	fofinho	0	16,4400	3
70	Papel higiênico rolo, macio, resistente, branco luxo - rolos com 300mt (7725)	RL	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2277 PRIMAVI	0	7,4355	1
			BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (9113)	licpel	0	3,5000	2
			Marcio Fausto 02791793917 (9181)	PLUB S	0	4,0211	3
71	Saco plástico para lixo, biodegradável capacidade 30 litros, pacote com 50 unidades, 59x62cm. Composição: Material sintético e reciclável, pigmentos e aditivos biodegradável. De 1ª qualidade. (12560)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	8,8622	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	8,8784	2
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1404 OESTE	0	9,1000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	NOSSE ROLC	0	9,1200	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	rosso rolo	0	9,1300	5
72	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 50 litros, pacote com 50 unidades, 63x80cm. De 1ª qualidade. (12559)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	9,0583	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 21/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1405 OESTE	0	9,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	9,0729	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	NOSSO ROLC	0	9,3200	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nosso rolo	0	9,3300	5		
73	Saco plástico para lixo, biodegradável, capacidade 100 litros, pacote com 25 unidades, 75x105cm. De 1º qualidade. (12558)	PCT	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	PEGA LIXO	0	8,3230	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	PEGA LIXO	0	8,3339	2		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1407 OESTE	0	8,5000	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	NOSSO ROLC	0	8,5500	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nosso rolo	0	8,5700	5		
74	Luva de borrachade borracha tamanho médio para limpeza, resistente, colorida, anti derrapante na face externa, moldada anatomicamente, com forração antialérgica. De 1º qualidade. (12583)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	4,3723	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	4,3760	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	4,4900	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ideatex	0	4,5000	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 22/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015							
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1772 DANY	0	4,5000	5
75	Luva descartável, confeccionada em látex natural, sem adição de pigmentação, na cor natural, não estéril, sem talco, tamanho M. Caixa contendo 100 unidades (14753)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCAPACK	0	22,2535	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3883 DESCAR	0	22,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	22,2885	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DESCARPAC†	0	22,9000	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	mh	0	22,9200	5
76	Touca descartável, branca, tamanho único, pacote com 100 unidades, confeccionada em TNT (Tecido Não Tecido) para uso em refeitórios (14754)	CX	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	DESCARPAC†	0	21,0281	1
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2113 DESCAR	0	21,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	TALGE	0	21,0632	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	TALGE	0	21,6500	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	mh	0	21,6600	5
77	Vassoura de nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22 cm, cerdas de 11,5 cm cor plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica. (9711)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	7,6172	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 23/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
78	Vassoura de palha, material de cerdas palha avermelhadas, cabo madeira, comprimento das cerdas de 40 a 50 cm, vassoura bem firme e forte, na palha amarrada 3 vezes com arrame a cada 3cm e na parte superior e amarrado com barbante com 3 camadas, para uso de limpeza em geral. (12568)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1150 DESAFIC	0	7,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	7,6240	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARINGA	0	7,8200	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	betannim	0	7,8400	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	16,7049	1
79	Escova de chão, 26 x 5 x 3,5 cm, cerdas de P.E.T. 0,50 mm, onduladas. Cabo de madeira plastificado. Para escovar tapetes e calçadas (14756)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	16,7358	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1300 COLONIAL	0	17,0000	3
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	COLONIAL	0	17,2000	4
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	colonial	0	17,2100	5
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	8,5779	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	8,5089	2
			APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1427 DESAFIC	0	8,7000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 24/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
80	Rodo passa cera, espuma de alta densidade, colada em base de plástico com cabo de madeira plastificado, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes (14757)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARINGA	0	8,7400	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	condor	0	8,7500	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	6,8819	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	6,8947	2		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1431 DESAFIC	0	7,0000	3		
81	Rodode borracha, borracha com EVA duplo de 1,5mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 30 cm, com cabo. De 1º qualidade. (12564)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARINGA	0	7,0800	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	condor	0	7,0900	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	10,5876	1		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1242 DESAFIC	0	10,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	10,5997	3		
82	Rodo de borracha, borracha com EVA duplo de 1,5 mm, com acabamento de metal resistente, comprimento do rodo de 60 cm, com cabo de 1º qualidade (14760)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARINGA	0	10,8900	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	forta	0	10,9000	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	HARACEM	0	15,9206	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 25/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
83	Super rodo absorvente, com alavanca de plástico altamente resistente de formato anatômico.Duplo rolete de torção para espremer o refil. Base de plástico altamente resistente. Cabo inteiro em Aço Inox e encaixe com 2 pinos. Espuma do refil feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (8543)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	15,9481	2		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2578 DESAFIC	0	16,0000	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	MARINGA	0	16,3800	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	condor	0	16,4000	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	32,0274	1		
84	Refil para Super rodo absorvente em espuma feita à base de álcool polivinílico (PVA) de baixa micra com 28 cm largura e capacidade de absorver até 500ml de água. (12597)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	32,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	32,0810	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DNA	0	32,9500	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	32,9900	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	NOBRE	0	12,2640	1		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	12,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	12,2820	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 26/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
85	Mop pó completo (armação, cabo e o refil) de 40 cm (9295)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	DNA	0	12,6200	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	12,6300	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIN	0	37,7036	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	37,7698	2		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	38,0000	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRALIMPIA	0	38,8000	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	38,8400	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BETTANIN	0	9,0485	1		
			APOSESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	BETANIN	0	9,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	NOBRE	0	9,0632	3		
86	Refil para Mop Pó de 40cm, sendo em fios 100% acrílicos e parte superior confeccionada com tecido sintético lavável e de fácil secagem. Resistente ao encolhimento sua fixação é através do encaixe na armação de aço galvanizado. (8545)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRALIMPIA	0	9,3000	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	sony	0	9,3200	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	8,2054	1		
87	Balde de plástico com alça de metal, capacidade de 10lt (7729)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	8,2054	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 27/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
88	Bacia de Plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 6 litros (14761)	UND	APOSETE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1459 ARQ PLJ	0	8,0000	2		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	8,2172	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	8,4200	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	cdk	0	8,4500	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	6,5903	1		
89	Bacia de plástico reforçada, plástico resistente, redonda de 3,9 litros (14762)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	6,5700	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	6,6093	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	canela	0	6,6300	4		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ARQUIPLAST	0	4,7812	1		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	4,7700	2		
90	Saco plástico descartável 5 kg, 28x42 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14763)	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ARQPLAST	0	4,7922	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	canela	0	4,8100	4		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM PACK	0	4,2939	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 28/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
91	Saco plástico descartável 8 kg, 35x50 cm, transparente, específico para acondicionamento e congelamento de alimentos. Embalagem com 100 unidades cada pacote (14764)	PCT	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	4,2982	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCPLAST	0	4,4000	3		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2614 MEGAMI	0	4,4000	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	starplast	0	4,4200	5		
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOM PACK	0	5,8918	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	5,8444	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCP'LAST	0	6,0000	3		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	MEGA	0	6,0000	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nosso freezer	0	6,0100	5		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	ROYAL PACK	0	4,6420	1		
92	Papel Alumínio, contendo um rolo de 45 cm x 7,5 metros (14765)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOREDA	0	4,6300	2		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCPLAST	0	4,6425	3		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nosso alumínic	0	4,6700	4		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 29/33

Número do Registro de Preços: 25/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
93	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGÁS	0	42,0000	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	super gasbras	0	42,2500	2		
94	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 36. (14766)	PAR	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VONDER	0	45,8011	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA:	0	45,8898	2		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	47,0000	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRACOL	0	47,1500	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	vulcabras	0	47,1900	5		
95	Bota PVC branca cano médio com forro, numeração 38 (14767)	PAR	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	VONDER	0	45,8011	1		
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	SETE LEGUA:	0	45,8898	2		
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	VULCABRAS	0	47,0000	3		
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	BRACOL	0	47,1500	4		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	vulcabras	0	47,1900	5		
96	Escova sanitária para banheiro de plástico resistente com suporte, cores diversas, altura 35 cm, profundidade 12,30 cm, largura 14 cm (14768)	UND	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	ARQPLAST	0	4,3821	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 30/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015		Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de Alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	HARACEM	0	4,3857	2			
			APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	3356 ARQ PLF	0	4,5000	3			
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	STAR	0	4,5000	4			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	saniprin	0	4,5100	5			
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	STRAWPLAS	0	2,4651	1			
97	Prato plástico descartável, tamanho N° 03 com 18,0 cm com 10 unidades (14769)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	ZANATA	0	2,4460	2			
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	COPOZAN	0	2,4600	3			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	totalplast	0	2,4800	4			
98	Água mineral 500ml sem gás (14770)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	2644 TREZE T	0	0,9984	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	h leve	0	1,0800	2			
99	Água mineral 500ml com gás (14771)	UND	APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (9322)	1645 TREZE T	0	0,9984	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	h leve	0	1,1600	2			
100	Filme de Poliéster para assar em churrasqueira, microondas e forno convencional, rolo 60 cm x 5 metros (14772)	RL	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	MEGA MIL	0	5,1390	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 31/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME (8903)	BOREDA	0	5,1300	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (8738)	SCPLAST	0	5,1417	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 32/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	giopack	0	5,1700	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2014

Página: 33/33

Número do Registro de Preços: 25/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015	
Objeto da Compra: Aquisição de Gêneros de alimentação, gás de cozinha e material de limpeza para manutenção de diversas Secretarias					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2014

PROCESSO Nº 44/2014

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (7649) - I. TRAPP & CIA LTDA
- (8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
- (8738) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME
- (8903) - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
- (9113) - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
- (9181) - Marcio Fausto 02791793917
- (9322) - APOESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Braço do Trombudo, 25 de Setembro de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26 2014 PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 1/8

Número do Registro de Preços: 26/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	RECAPE DE PNEU 14.9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	490,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	500,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	750,0000	3
2	Vulcanizo de pneus 18x4x30 com manchaõ (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	120,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	130,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	305,0000	3
3	Vulcanizo pneu 1300x24 com manchaõ (9161)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	110,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	120,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	290,0000	3
4	Vulcanizo pneu 1400x24 com manchaõ (9162)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	105,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	110,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	290,0000	3
5	Vulcanizo pneu 17.5x25 com manchaõ (9163)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	105,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	110,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 26/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	305,0000	3
6	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164);	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	15,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	32,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	32,0000	3
7	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165);	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	20,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	35,0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	35,0000	3
8	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166);	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	25,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	40,0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	41,0000	3
9	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167);	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	35,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	47,0000	2
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	47,0000	3
10	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168);	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	40,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 26/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015									
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
11	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	54,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	55,0000	3		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	50,0000	1		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	68,0000	2		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	68,0000	3		
12	Recape de pneu 100x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	235,0000	1		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	240,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	480,0000	3		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	199,0000	1		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	200,0000	2		
13	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9171)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	465,0000	3		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	200,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	645,0000	1		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	650,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	465,0000	3		
14	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11338)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	645,0000	1		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	650,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemew	0	465,0000	3		
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	200,0000	2		
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	199,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 26/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	1,245,0000	3
15	Recape pneu 11L 16TL F3 - a quente. (11339)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	234,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	235,0000	2
16	Recape pneu 750x16 - a quente. (11340)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	150,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	243,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemaw	0	250,0000	3
17	Recape de pneu 12.4x24 - a quente (11341)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	385,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	390,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemaw	0	630,0000	3
18	Vulcanizo de pneus 12.4x24 com Manchão. (11342;	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	99,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	100,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbemaw	0	240,0000	3
19	Recape de pneu 750x16 agricola a quente (9160)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	150,0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	243,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 26/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015		Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
20	Vulcanizo de pneu 750x16 com mandrão (11344)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	250,0000	3	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	60,0000	1	
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	70,0000	2	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbenew	0	80,0000	3	
21	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	450,0000	1	
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	630,0000	2	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	650,0000	3	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	449,0000	1	
22	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	450,0000	2	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	780,0000	3	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	499,0000	1	
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	500,0000	2	
23	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	965,0000	3	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	750,0000	1	
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	450,0000	2	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	650,0000	3	
24	Recape de pneu 18x4x30 a quente (9159)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	BOREX	0	450,0000	2	
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	750,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 26/2014 Data do Registro: 25/09/2014 Válido até: 25/09/2015
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	1.200.0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Levorin	0	1.230.0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	400.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	401.0000	2
26	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	399.0000	1
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	400.0000	2
27	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA (6371)	TIPLER	0	400.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 26/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FM PNEUS LTDA (8657)	VIPAL	0	401,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2014

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 26/2014		Data do Registro: 25/09/2014		Válido até: 25/09/2015			
Objeto da Compra: Registro De Preços Para Aquisição De Serviços De Recape Para Conserto De Pneus Da Secretaria De Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2014
PROCESSO Nº 45/2014

- (6371) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS ARI LTDA
- (8657) - FM PNEUS LTDA
- (8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Braço do Trombudo, 25 de Setembro de 2014.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS
Processo Licitatório nº 19/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 19/2015

Objeto: Serviços de transporte escolar. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09hs:00min do dia 09/04/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Nilso Stedile
Prefeito Municipal em Exercício

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 1º BIMESTRE DE 2015.

Município de Brunópolis - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)		R\$ 1,00				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	11.365.000,00	11.365.000,00	2.272.430,64	19,99	2.272.430,64	9.092.569,36
RECEITA TRIBUTÁRIA	11.365.000,00	11.365.000,00	1.956.530,93	17,22	1.956.530,93	9.408.469,07
IMPOSTOS	263.620,00	263.620,00	24.002,57	9,10	24.002,57	239.617,43
TAXAS	245.800,00	245.800,00	20.300,82	8,26	20.300,82	225.499,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.820,00	17.820,00	3.701,75	20,77	3.701,75	14.118,25
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	85.000,00	85.000,00	6.379,24	7,50	6.379,24	78.620,76
RECEITA PATRIMONIAL	85.000,00	85.000,00	6.379,24	7,50	6.379,24	78.620,76
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	65.160,00	65.160,00	32.020,08	49,14	32.020,08	33.139,92
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	2.400,00	2.400,00	550,00	22,92	550,00	1.850,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	62.760,00	62.760,00	31.470,08	50,14	31.470,08	31.289,92
Outras Receitas Agropecuárias	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
RECEITA DE SERVIÇOS	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.880,00	42.880,00	22.379,49	52,19	22.379,49	20.500,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.898.580,00	10.898.580,00	1.867.388,32	17,13	1.867.388,32	9.031.191,68
Transf. de Conv.	10.678.460,00	10.678.460,00	1.867.388,32	17,49	1.867.388,32	8.811.071,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	220.120,00	220.120,00	0,00	0,00	0,00	220.120,00
Multas e Juros de Mora	9.160,00	9.160,00	4.361,23	47,61	4.361,23	4.798,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.880,00	5.880,00	1.304,83	22,19	1.304,83	4.575,17
RECEITA DA DIVÍDUA ATIVA	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00	240,00
RECEITAS DIVERSAS	1.560,00	1.560,00	639,91	41,02	639,91	920,09
RECEITAS DE CAPITAL	1.480,00	1.480,00	2.416,49	163,28	2.416,49	-936,49
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	315.899,71	0,00	315.899,71	-315.899,71
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	315.899,71	0,00	315.899,71	-315.899,71
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	274.665,08	0,00	274.665,08	-274.665,08
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	41.234,63	0,00	41.234,63	-41.234,63
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.365.000,00	11.365.000,00	2.272.430,64	19,99	2.272.430,64	9.092.569,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3						

Município de Brunópolis - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	11.365.000,00	11.365.000,00	2.272.430,64	19,99	2.272.430,64	19,99
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.365.000,00	11.365.000,00	2.272.430,64	19,99	2.272.430,64	19,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	64.541,02	—	—	19.716,76	—
Superávit Financeiro	—	64.541,02	—	—	19.716,76	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.365.000,00	122.482,09	11.487.482,09	2.084.537,39	2.084.537,39	969.293,95	969.293,95	8,44
DESPESAS CORRENTES	10.339.330,00	62.238,47	10.401.568,47	2.018.480,28	2.018.480,28	924.762,66	924.762,66	8,89
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.825.210,00	19.616,76	5.844.826,76	654.039,78	654.039,78	604.473,97	604.473,97	10,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.514.120,00	42.621,71	4.556.741,71	1.364.440,50	1.364.440,50	320.288,69	320.288,69	7,03
DESPESAS DE CAPITAL	1.010.670,00	60.243,62	1.070.913,62	66.057,11	66.057,11	44.531,29	44.531,29	4,16
INVESTIMENTOS	980.670,00	60.243,62	1.040.913,62	46.057,11	46.057,11	39.688,11	39.688,11	3,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	30.000,00	0,00	30.000,00	20.000,00	20.000,00	4.843,18	4.843,18	16,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.365.000,00	122.482,09	11.487.482,09	2.084.537,39	2.084.537,39	969.293,95	969.293,95	8,44
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Brunópolis - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	11.365.000,00	122.482,09	11.487.482,09	2.084.537,39	2.084.537,39	969.293,95	969.293,95	10.518.188,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.303.136,69	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	11.365.000,00	122.482,09	11.487.482,09	2.084.537,39	2.084.537,39	969.293,95	2.272.430,64	10.518.188,14

FONTE:
Brunópolis, 25/03/2015

Ademil Antônio da Rosa
Prefeito Municipal

Marcelo Bueno Ribeiro
Contador CRC-SC 032.837/O-1

José Thieres Alves Ribeiro
Sec. de Adm. Planej. e Fazenda

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 1º BIMESTRE DE 2015.

Município de Brunópolis - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	11.365.000,00	11.487.482,09	2.084.537,39	2.084.537,39	969.293,95	969.293,95	100,00	8,44
Ação Legislativa	630.000,00	630.000,00	80.964,83	80.964,83	80.964,83	80.964,83	8,35	12,85
Administração	1.971.160,00	1.971.160,00	401.853,78	401.853,78	191.329,24	191.329,24	19,74	9,71
Administração Geral	1.933.160,00	1.933.160,00	396.723,93	396.723,93	186.644,75	186.644,75	19,26	9,65
Controle Interno	38.000,00	38.000,00	5.129,85	5.129,85	4.684,49	4.684,49	0,48	12,33
Segurança Pública	25.560,00	25.560,00	11.179,30	11.179,30	304,58	304,58	0,03	1,19
Policimento	25.560,00	25.560,00	11.179,30	11.179,30	304,58	304,58	0,03	1,19
Assistência Social	791.080,00	791.080,00	131.017,88	131.017,88	70.287,07	70.287,07	7,25	8,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	133.000,00	133.000,00	34.083,40	34.083,40	15.295,74	15.295,74	1,58	11,50
Assistência Comunitária	658.080,00	658.080,00	96.934,48	96.934,48	54.991,33	54.991,33	5,67	8,36
Saúde	2.421.280,00	2.432.480,00	559.233,51	559.233,51	237.157,49	237.157,49	24,47	9,75
Atenção Básica	2.343.440,00	2.354.640,00	548.497,09	548.497,09	227.080,09	227.080,09	23,43	9,64
Vigilância Sanitária	75.800,00	75.800,00	10.736,42	10.736,42	10.077,40	10.077,40	1,04	13,29
Vigilância Epidemiológica	2.040,00	2.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	2.816.220,00	2.884.980,38	330.866,90	330.866,90	174.291,06	174.291,06	17,98	6,04
Ensino Fundamental	2.274.280,00	2.343.040,38	290.241,36	290.241,36	146.045,86	146.045,86	15,07	6,23
Ensino Profissional	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	421.940,00	421.940,00	40.625,54	40.625,54	28.245,20	28.245,20	2,91	6,69
Cultura	65.000,00	65.000,00	155,00	155,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	65.000,00	65.000,00	155,00	155,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	1.446.970,00	1.446.970,00	275.237,99	275.237,99	138.679,83	138.679,83	14,31	9,58
Infra-Estrutura Urbana	1.366.970,00	1.366.970,00	275.237,99	275.237,99	138.679,83	138.679,83	14,31	10,15
Lazer	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	36.000,00	78.521,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	36.000,00	78.521,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	284.610,00	284.610,00	109.589,00	109.589,00	23.540,43	23.540,43	2,43	8,27
Saneamento Básico Urbano	100.610,00	100.610,00	22.334,00	22.334,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	184.000,00	184.000,00	87.255,00	87.255,00	23.540,43	23.540,43	2,43	12,79

Continua 1/2

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 712/2015

Portaria nº 712/2015, de 24 de março de 2015.
Altera ementa e Artigo 1º (primeiro) da Portaria nº 711/2015 - referente o servidor ÉBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR, onde passa a vigorar da seguinte forma:

RESOLVE

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão processante e dá outras providências.

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13, instaura Processo Administrativo e nomeia Comissão processante e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor ÉBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JÚNIOR, ocupante do cargo de Agente de trânsito, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade da Prefeitura Municipal, portador do CPF 078.654.129-67, Mat. 812986-0, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº 16/15/GTB, encaminhado pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade (datado de 23/01/2015), bem como encaminhado pela autoridade superior, onde em tese o referido servidor, por várias vezes, tentou estabelecer um esquema junto a uma empresa de guinchos que mantém contrato com o Município de Brusque, por ele intitulado como "guinchadas por dinheiro". O esquema articulado pelo servidor, tinha como finalidade usar de suas atribuições como guarda de trânsito para realizar várias abordagens, independente do veículo, e com isso auferir valores para si de forma indevida. O denunciado ainda tentou aliciar outros servidores para integrarem o esquema, porém sem sucesso. Assim, os atos praticados pelo servidor, caracterizam-se como: 1º) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública (art. 175, XIII, da LC 147/2009); 2º) Receber propina, presente, comissão ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições (art. 175, XVI da LC 147/2009); 3º) Não observou as normas legais e regulamentares (art. 174, VI da LC 147/2009); 4º) A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo servidor no desempenho de seu cargo, emprego ou função (art. 179, caput da LC 147/2009).

Art. 2º. Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Sabrina Hoeffmann (matr. 460087-0); Fabio Caetano Pereira (matr. 14753-0) e Tânia Mara Vieira Pompermayer.

Art. 3º. A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes.

§1º O indiciado poderá ser representado por procurador constituído e ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações.

§2º Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado/intimado, não apresentar defesa no prazo legal.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta)

dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quanto as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5.º, CF/88).

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, 24 de março de 2015.
DIEGO FAGUNDES
Secretário de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.659, DE 23 DE MARÇO DE 2014

PORTARIA Nº 9.659, DE 23 DE MARÇO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 147/09, art. 99, c/c o Decreto nº 7.403/14,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Irineu Martins de Lima Neto, matrícula n.º 724157-0, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Educação - PMUTE, gratificação de condução no percentual de 48% (quarenta e oito por cento), calculada sobre o padrão de vencimento "A", da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo - Anexo da L.C. nº 218/13, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

CONTRATO Nº 004/2014

Espécie: Termo de Apostilamento, Contrato nº 004/2014, entre o Município de Brusque e Germann Construtora Ltda EPP, em 23/02/2015. Objeto: reajuste do contrato para prestação de serviços de manutenção e construção/reforma civil. Valor: R\$ 201.402,10. Origem: Pregão nº 133/2013. Fundamento legal: artigo 65, § 8º, da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

CONTRATO Nº 035/2015

Espécie: Contrato nº 035/2015, entre o Município de Brusque e Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE, em 03/03/2015. Objeto: Apresentações artísticas. Valor: R\$ 37.100,00. Fundamento legal: Artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93. Origem: Inexigibilidade nº 006/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 (cento e oitenta) dias. Signatários: Norberto João Maestri e Vendelino Konell

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 009/2015, em 09/03/2015. Objeto: Aquisição de Roupas de cama, colchão, cortina e kit varão. Valor: R\$ 100.740,00. Origem: Pregão nº 113/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: GLEUSA LUCI FISCHER.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 010/2015, em 09/03/2015. Objeto: Aquisição de materiais de segurança e equipamentos de proteção individual. Valor: R\$ 233.133,90. Origem: Pregão nº 124/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 011/2015, em 13/03/2015. Objeto: Aquisição de Pedrisco e pó de brita. Valor: R\$ 2.152.500,00. Origem: Pregão nº 134/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: GILMAR VILAMOSKI.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2015

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 012/2015, em 09/03/2015. Objeto: Aquisição de grama. Valor: R\$ 103.600,00. Origem: Pregão nº 132/2014. Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS 001/2015

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O RESIDENCIAL MINHA CASA MINHA VIDA. Objeto: cessão de bens móveis - Equipamentos de ginástica (academia de todas as idades) e Parque Infantil. Prazo de vigência: da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2016. Pelo Município de Brusque, Paulo Roberto Eccel. Pela Secretaria de Habitação e Assistência Social, Mirella Zucco Müller. Pelo Residencial Minha Casa Minha Vida, Edson Zeferino, Síndico. Data: 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS 002/2015

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE E O CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM SESQUICENTENÁRIO. Objeto: cessão de bens móveis - Equipamentos de ginástica (academia de todas as idades) e Parque Infantil. Prazo de vigência: da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2016. Pelo Município de Brusque, Paulo Roberto Eccel. Pela Secretaria de Habitação e Assistência Social, Mirella Zucco Müller. Pelo Condomínio Residencial Jardim Sesquicentenário, Lucélia Correia Branco, Síndica. Data: 27 de fevereiro de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 001/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A UNIFEFE. Objeto: transferência de recursos para execução do Projeto "OFICINA CRIATIVA - A CONSTRUÇÃO DE AUDIO-LIVROS PARA CRIANÇAS DEFICIENTES VISUAIS". Valor: R\$ 16.000,00. Prazo de vigência: início em 15/03/2015 e término em 30/11/15. Pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, Mirella Zucco Müller, Secretaria de Assistência Social e Habitação. Pela Fundação Educacional de Brusque - FEFE - Günther Lother Pertschy, Reitor. Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 006/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 006/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E A ENTIDADE LAR MENINO DEUS. Objeto: transferência de recursos para execução do Projeto "DESPERTAR PARA A INCLUSÃO". Valor: R\$ 22.000,00. Prazo de vigência: início em 03/2015 e término 12/15. Pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, Mirella Zucco Müller, Secretaria de Assistência Social e Habitação. Pelo Lar Menino Deus, Helena Dias, representante legal. Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 007/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E A ENTIDADE ASSOC. JOGRAL DE ARTE E CULTURA. Objeto: transferência de recursos para execução do Projeto "FORMAÇÃO DE JOVENS ESCRITORES". Valor: R\$ 17.000,00. Prazo de vigência: início em 15/03/2015 e término 30/11/15. Pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, Mirella Zucco Müller, Secretaria de Assistência Social e Habitação. Pelo Associação Jogral de Arte e Cultura, Lieza Boing de Souza Neves, Presidente. Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 02/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 02/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO BRUSQUENSE DOS PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO - ABPC. Objeto: transferência de recursos para execução do Projeto "OFICINA DE INICIAÇÃO EM VÍDEO E TV - II". Valor Global: R\$ 22.000,00. Prazo de vigência: início em 11/03/2015 e término em 26/11/15. Pelo Município de Brusque, Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal. Pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente - FIA, Mirella Zucco Müller, Secretária de Assistência Social e Habitação.. Pela Associação Brusquense dos Profissionais de Comunicação - ABPC, Adriano Machado, Presidente. Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 03/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O LAR SAGRADA FAMÍLIA. Objeto: transferência de recursos a título de cooperação financeira destinados a aquisição de materiais e manutenção das atividades, conforme Plano de Trabalho. Valor: R\$ 42.000,00. Contrapartida: R\$ 258.000,00. Prazo de vigência: da data de sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2015. Pelo Fundo Municipal de Assistência Social, Mirela Zucco Müller. Pela entidade Lar Sagrada Família, Ingeborg Civinski - Presidente. Data: 16 de março de 2015.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 05/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 05/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA E A ASSOCIAÇÃO JOGRAL DE ARTE E CULTURA. Objeto: transferência de recursos para execução do Projeto "FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO". Valor: R\$ 16.000,00. Prazo de vigência: início em 15/03/2015 e término em 31/10/15. Pelo Município de Brusque, Paulo Roberto Eccel, Prefeito Municipal. Pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, Mirella Zucco Müller, Secretária de Assistência Social e Habitação. Pela Associação Jogral de Arte e Cultura, Lieza Boing de Souza Neves, Presidente. Data: 04 de março de 2015.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 023/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 023/2014, entre o Município de Brusque e a Empresa Sona Construtora Ltda ME, em 05/02/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual. Fundamento legal: artigo 57, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preços nº 004/2014. Signatários: Diego Fagundes e Edemilson Pereira.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CONTRATO Nº 042/2013

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 042/2013, entre o Município de Brusque e a Empresa Inovadora Sistemas de Gestão Ltda, em 28/01/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual. Valor: R\$ 226.468,80. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Origem: Pregão nº 087/2013. Signatários: Ana Beatriz Baron Ludvig e Celso Antônio Bevilaqua.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, TERMO DE CONCESSÃO Nº 019/2010

Espécie: 1º Termo Aditivo, Termo de Concessão nº 019/2010, entre o Município de Brusque e a Empresa Julio Cesar Fernandes Trans-ME, em 05/03/2015. Objeto: Renovação do Termo de Concessão. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 001/2009 - B-Trans. Signatários: Paulo Rodrigo Sestrem e Julio Cesar Fernandes.

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO, ATA DE REGISTRO Nº 045/2014

Espécie: 5º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 045/2014, entre o Município de Brusque e a Walendowsky Distribuidora De Combustíveis LTDA, em 11/03/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 045/2014. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 059/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO, ATA DE REGISTRO Nº 067/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 067/2014, entre o Município de Brusque e a Empresa Auto Posto R&R Maluche LTDA, em 13/02/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 067/2014. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 100/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: DIEGO FAGUNDES.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO, ATA DE REGISTRO Nº 067/2014

Espécie: 3º Termo Aditivo, Ata de Registro nº 067/2014, entre o Município de Brusque e a Empresa Irmãos Willrich LTDA, em 13/02/2015. Objeto: Realinhamento do valor do objeto constante na Ata de Registro de Preço nº 067/2014. Fundamento legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93. Origem: Pregão Presencial nº 100/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: DIEGO FAGUNDES.

LEI Nº 3.850, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.850, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 3.660.000,00 (três milhões, seiscentos e sessenta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

60.00 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros
60.001 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros
006.182.0150.1101 Instalações e Equipamentos p/ Corpo de Bombeiros
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.3.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 660.000,00
13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.950.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
015.0451.0125.2036 Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.000.000,00
015.0451.0310.1001 Obras de Infra Estrutura Urbana Projeto Tapete Preto
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
4.4.90.00 Aplicações Diretas - Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 500.000,00
II - superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2012
	B.Brasil - Bombeiros	0.1.00.00 0.3.00.00	27.245,78 0,00
7000.13-7	CEF - C/C	0.1.00.00 0.3.00.00	52.290,95 0,00
153941-0	CEF - Funrebom Poupança	0.1.00.00 0.3.00.00	36.221,70 537.485,61
	BESC - Bombeiros	0.1.00.00 0.3.00.00	14.908,72 0,00
TOTAL		0.1.00.00 0.3.00.00	130.667,15 537.485,61
TOTAL GERAL			668.152,76

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	6,60
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	0,00
TOTAL GERAL		6,60

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.00.00	668.146,16
TOTAL		668.146,16

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque em, 18 de março de 2015.
PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/

SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.851, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.851, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Denomina via pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA OLGA DAY DE SOUZA E SILVA, a via identificada como Rua SF-033, transversal da Rua Rodolfo Steffen, Bairro Steffen, localizada a 150 metros sentido Rodovia Ivo Silveira, antes da Rua América.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 350,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.852, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.852, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Via Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA 03 DE JANEIRO, a via Sem Denominação Oficial, transversal da Rua Pedro Cardeal, Bairro Cedrinho, localizada a 170,00 metros sentido bairro/centro, antes da Rua Alzira Hoegen Buttchevitz.

Parágrafo único. A artéria denominada neste artigo possui uma extensão de 90,00 metros, tendo a pista largura de 6,00 metros e passeios de 1,00 metro para ambos os lados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.853, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.853, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Altera a extensão da Rua JACOB SCHMIDT, denominada pela Lei nº 2082/1996.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Parágrafo Único do art. 3º da Lei nº 2082, de 20/05/1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

Parágrafo único. A artéria a ser denominada possui uma extensão de 890,00 metros, tendo a pista largura de 8,00 metros e passeios de 2,00 metros para ambos os lados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial do Município - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.854, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.854, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a concessão de benefício eventual denominado auxílio transporte destinado às pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder benefício eventual denominado “auxílio transporte” destinado às pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade, para auxiliar na sua locomoção às unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Brusque.

Art. 2º Terão direito ao benefício eventual de que trata esta lei, os requerentes que comprovarem renda familiar mensal per capita inferior a metade do salário mínimo, devendo a família estar inscrita no Programa de Cadastramento Único Federal - CADUNICO.

Art. 3º O requerimento para a concessão do benefício eventual pode ser formulado por qualquer membro da família na Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de residência, que poderá se efetuar por meio da fatura de água ou luz;

II - documentos pessoais de todos os membros residentes no domicílio: C.P.F., carteira de identidade, carteira de trabalho e título de eleitor;

III - comprovante de renda;

IV - laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência;

V - declaração de frequência, emitida pela APAE;

VI - apresentação de estudo sócioeconômico, com análise dos seguintes aspectos:

a) composição familiar;

b) agravantes de saúde na família;

c) gestante ou idoso na família;

d) mais de uma pessoa com deficiência na mesma residência;

e) condições de habitação (aluguel, imóvel cedido ou próprio);

f) gastos com medicação não dispensados pelo SUS;

g) logística da família (distância da APAE);

h) impossibilidade de inclusão em estabelecimento de ensino regular;

i) grau de comprometimento do deficiente (leve/moderado/severo).

Parágrafo único. O benefício será revisto anualmente, ou sempre que ocorrer alteração das informações prestadas.

Art. 4º O benefício denominado “auxílio transporte” destinado às pessoas com deficiência, será concedido nos seguintes valores:

RENDA PER CAPITA MENSAL	VALORES DO AUXÍLIO TRANSPORTE MENSAL (R\$)
½ do salário mínimo	80,00
1/3 do salário mínimo	175,00
¼ do salário mínimo	230,00

§ 1º Os valores do benefício eventual serão reajustados, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º As parcelas mensais somente serão repassadas após comprovação da frequência do beneficiado.

Art. 5º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social realizar o acompanhamento, controle e fiscalização da operacionalização do benefício de que trata esta Lei.

Art. 6º As despesas necessárias para execução desta Lei serão suportadas por dotações do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.855, 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.855, 18 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Praça Ida Hasse, o logradouro público, situado na localidade de Limeira, neste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Ida Hasse logradouro público situado na localidade de Limeira, rua LI 022 (Estrada Geral da Boemia), s/nº, neste Município, com área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

LEI Nº 3.856, DE 18 DE MARÇO DE 2015

LEI nº 3.856, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Denomina Praça Willian Grether, o logradouro público, situado no bairro São Pedro, neste Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Praça Willian Grether o logradouro público situado na Rua Theodoro Albrescht, bairro São Pedro, neste Município, com área de 937,00 m² (novecentos e trinta e sete metros quadrados).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 688/2015

PORTARIA Nº 688/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável o(a) servidor(a) EBERTON GONÇALVES DE SAIBRO JUNIOR, nomeado(a) pela portaria nº 7455/2011 para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Aut. de Trânsito.

Parágrafo único - A estabilidade que trata este artigo, se dá com fulcro no Art. 26 § 2º da LC 147/2009 e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/07/2014, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Publica-se e registra-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 713/2015

PORTARIA Nº 713/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, a(o) servidor(a) JANINE ORTHMANN PULZATO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Sec. de Educação, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 02/05/2015 a 30/07/2015, referente ao período aquisitivo de 01/02/2007 a 31/01/2012.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/01/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 714/2015

PORTARIA Nº 714/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio, a(o) servidor(a) MARILDA JOANA VINOTTI LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Administração, lotado(a) na Sec. de Orçamento e Gestão, pelo prazo de 90 (noventa) dias, no período compreendido entre 07/05/2015 a 04/08/2015, referente ao período aquisitivo de 01/03/2010 a 28/02/2015.

Parágrafo único - A licença que trata este artigo se dá com fulcro no art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 26/01/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, 25 de março de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

DANIEL FELÍCIO

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 9.656, DE 19 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.656, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Telvina Padilha para ocupar o cargo em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.657, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.657, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Exonera e declara extinta a vaga relativa ao cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n.º 147/2009, o servidor Elias da Luz, matrícula 8532-0, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração, lotado na Secretaria de Obras, a partir de 19 de março de 2015.

Art. 2º Fica automaticamente extinta a vaga relativa ao cargo supramencionado, nos termos do inciso II, do art. 68 da Lei Complementar Municipal n.º 143/2009.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.658, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.658, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar nº 143/2009 e Anexo I - E;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Lilian Heckert Dispósito para ocupar o cargo em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Secretaria de Obras, fixando-lhe os vencimentos mensais estabelecidos no Anexo I - E, da Lei Complementar nº 143/2009, reajustados pelas Leis nºs 3.317/10, 3.377/11, 3.457/12, 3.586/13 e 3.703/14.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.660, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.660, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Valquiria Voltolini, matrícula n.º 520314-4, ocupante do cargo em comissão de Diretora, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão - Setor de Patrimônio, gratificação de representação no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.661, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.661, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Rodrigo Fischer Silveira de Souza, matrícula n.º 453773-6, ocupante do cargo em comissão de Coordenador, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, gratificação de representação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.662, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.662, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.174/97 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Paulo Bohn Junior, matrícula 464988-0, gratificação no percentual de 20% (vinte por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.663, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.663, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Lucélio de Faria, matrícula 860590-1, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, gratificação de função de confiança no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.664, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.664, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c o art. 97 da Lei Complementar nº 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora Silvia Kuhn, matrícula 816299-1, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social, lotada na Secretaria de Assistência Social e Habitação, gratificação de função de confiança no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento, a partir de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.665, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.665, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidade Governamental no Conselho Municipal de Cultura - CMC, nomeados por meio das Portarias n.ºs 8.833/13 e 9.537/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Conselho Municipal de Cultura - CMC, nominados no item "f", do art. 1º da Portaria n.º 8.833/2013, conforme segue:

Art. 1º (...)

f) 01 (um) representante da Secretaria de Comunicação Social:

Titular: Cristina Isabel Batistotti Sapata

Suplente: Allan Rodrigo Alcantara

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.666, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.666, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidade Governamental no Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nomeados por meio da Portaria n.º 9.306/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nominados no item I - "e", do art. 1º da Portaria n.º 9.306/2014, conforme segue:

Art. 1º (...)

I - Governamental

(...)

e) Representantes da Secretaria de Saúde:

Titular: Fernanda Lippert

Suplente: Lucie Herta Hilbert

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.667, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.667, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidade Governamental e Não Governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeados por meio da Portaria n.º 9.403/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros suplente e titular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nominados nos itens I - "c", e II - "c", do art. 1º da Portaria n.º 9.403/2014, conforme segue:

Art. 1º (...)

I - Representantes Governamentais:

(...)

c) Fundação Municipal de Esportes e Fundação Cultural de Brusque:

(...)

Suplente: Israel Luiz Pereira

II - Representantes Não Governamentais:

(...)

c) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Helena Cristina Klann Krieger

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.668, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.668, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal de Educação - COMED, nomeados por meio das Portarias n.ºs 8.590/2013, 9.088/2014 e 9.331/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros suplente e titular do Conselho Municipal de Educação - COMED, nominados nos itens "e" e "h", do art. 1º, da Portaria n.º 8.590/13, conforme segue:

Art. 1º (...)

e) Representantes da Secretaria de Saúde:

(...)

Suplente: Juliana Alice de Oliveira Venturine

(...)

h) Representantes dos Professores da Educação Especial da Rede Municipal de Educação:

- Titular: Anelyn Pinheiro

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.669, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.669, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membro representante de Entidade Governamental no Conselho Municipal do Idoso - CMI, nomeado por meio da Portaria n.º 8.780/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.312/98, alterada pelas Leis n.ºs 2.424/00, 2.726/03 e 3.114/08,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro suplente do Conselho Municipal do Idoso - CMI, nominado no item I - "a", do art. 1º da Portaria n.º 8.780/2013, conforme segue:

Art. 1º (...)

I - Representantes Governamentais

a) Secretaria Municipal de Saúde

(...)

Suplente: Doris Teresinha Battisti Archer

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.670, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.670, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membros representantes do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, nomeados por meio da Portaria n.º 8.868/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplente representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Brusque no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Natural e Artístico Cultural, conforme segue:

Art. 1º (...)

Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Brusque:

Titular: Marcelo Baron

Suplente: Nilo Sérgio Krieger

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.671, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 9.671, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Substitui membro representante do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, nomeado por meio da Portaria n.º 8.977/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular representante da Secretaria de Saúde no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme segue:

Art. 1º (...)
Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Jaqueline Nehring

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL
Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

CEDENIR ALBERTO SIMON
Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 006/2015

Pregão nº 003/2015

OBJETO: prestação de serviços de telecomunicações, com o fornecimento de link's dedicados de internet via fibra optica no Município de Brusque.

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, recebo a impugnação apresentada por OI S/A, para no mérito, considerá-la IMPROCEDENTE, mantendo as características iniciais do instrumento convocatório.

06/03/2015

DIEGO FAGUNDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE MARÇO DE 2015 LEGISLATIVO

Resolução Nº 1, de 20 de março de 2015.

Cria o cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais, de provimento em comissão, na Câmara Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criado junto à estrutura funcional da Câmara Municipal, o seguinte cargo de provimento em comissão:

CARGO SIMBOLOGIA Nº

Chefe de Manutenção e Serviços Gerais C.C.CMS. 01

Art. 2º O vencimento do cargo criado na forma do Art. 1º será definido em Lei específica.

Art. 3º O provimento do cargo criado na forma do art. 1º desta Resolução dar-se-á por indicação do Presidente da Câmara.

Art. 4º Aplica-se ao servidor nomeado para o cargo criado por esta Resolução, a Lei Complementar nº 147/09 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação pertinente.

Art. 5º As funções, carga horária e requisitos para investidura do cargo de Chefe de Manutenção e Serviços Gerais são os estabelecidos no Anexo Único desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

ANEXO ÚNICO

Funções do Chefe de Manutenção e Serviços Gerais

- Organizar, supervisionar e auxiliar os serviços de limpeza, de copa e de cozinha e controle de estoque;
- Organizar, supervisionar e controlar os serviços internos e externos de compra de produtos e materiais para cozinha e limpeza da Casa;
- Supervisionar e controlar as funções realizadas pelos servidores subordinados;
- Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

Carga Horária

- 40 horas semanais.

Requisitos para Investidura

- Ensino médio completo.

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - IL 03-2015- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - IL 03-2015- FMS

EDITAL: IL Nº 03/2015
TIPO: CREDENCIAMENTO
OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ENDOCRINOLOGIA, para o Fundo Municipal de Saúde de Caçador - SC
PRAZO DE ENTREGA DO CREDENCIAMENTO: 18h30min do dia 09/04/2015. Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de março de 2015.
Roselaine de Almeida Perico
Secretária de Saúde

DECRETO Nº 6.345

DECRETO Nº 6.345, de 18 de março de 2015.
Aprova unificação de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de áreas compostas de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa de unificação e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, conforme segue:

I - uma área com 382,90m² (trezentos e oitenta e dois metros e noventa décimos quadrados), objeto da matrícula nº 22461, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, de propriedade de Antoninho Roque Hamester, constituído pelo lote nº 80, da quadra "F", do Loteamento Araucária, nesta cidade de Caçador;

II - uma área com 382,90m² (trezentos e oitenta e dois metros e noventa décimos quadrados), objeto da matrícula nº 22463, do Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, de propriedade de Antoninho Roque Hamester, constituído pelo lote nº 82, da quadra "F", do Loteamento Araucária, nesta cidade de Caçador;

Art. 2º A unificação das áreas dispostas no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total com 765,80m² (setecentos e sessenta e cinco metros e oitenta décimos quadrados), de propriedade de Antoninho Roque Hamester, constituído pelos lotes nºs 80 e 82, da quadra "F", do Loteamento Araucária, confrontando: Frente, com a Rua Ayrton Araújo Menzel, ex rua projetada nº 4, com 28,00m; Fundos, com os lotes nºs 79 e 81, com 28,00m; Lado Direito, com o lote nº 78, com 27,35m; e, Lado Esquerdo, com o lote nº 84, com 27,35m.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

IPASC

CONTRATO Nº 02/2015 3º ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 04/2012

Pregão Presencial nº 01/2012
Processo de Licitação nº 01/2012
Contrato nº 02/2015
3º Aditamento ao Contrato nº 04/2012

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 04/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo contratual para locação de software de sistemas para Gestão Pública, compreendendo Contabilidade Pública, Compras e Licitações, Patrimônio, Folha de Pagamento, RH e Tesouraria. PRAZO: 01 ano. VALOR: R\$ 26.955,04. Caçador, 13/02/2015. Alcedir Ferlin, Diretor Presidente do IPASC. Ernesto Muniz de Souza Jr. e Daniela Ramos Silva, Betha Sistemas Ltda.

Camboriú

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE MULTA VIA EDITAL.

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo II, artigo 23, inciso II, e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 018/2015

Valor da Taxa corrigida: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo I, artigos 315, 323 e 324, Capítulo IX, artigo 264 e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 020/2015

Valor das Taxas corrigidas: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte MARCOS DOS SANTOS, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Lei Federal nº 9605/1998, artigo 60; Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo I, artigos 315, 323 e 324 e por estar em desacordo com Autorização Ambiental nº 024/2014. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: MARCOS DOS SANTOS

CPF nº 044.599.599-84

Nº Auto de Infração: 023/2015

Valor das Taxas corrigidas: R\$ 13.565,00

Valor da Multa: 500 UFM

PR 005/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO P13 E P45, DESTINADOS AO PREPARO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS NAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 14 (Catorze) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 023/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (PICK UP E FURGÃO COM KIT TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA TIPO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA - ASU) NOVO, ZERO QUILOMETRO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2015, NA COR VERMELHA, DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 15 (Quinze) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 25 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

TERMO DE ADITAMENTO 001/2015 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

TERMO DE ADITAMENTO Nº 01/2015

ADITAMENTO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CELEBRADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM SEDE NO SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 4, LOTES 3/4, EM BRASÍLIA - DF, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 00.360.305/0001/04, E O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, COM SEDE NA CIDADE DE CAMBORIÚ/SC, NO ENDEREÇO RUA GETÚLIO VARGAS 77, CENTRO, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB Nº 83.102.293/0001-45.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma

de empresa pública, criada nos termos do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data do presente Termo de Aditamento, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF SOB Nº 00.360.305/0001-04, doravante designada CAIXA ou CREDORA, neste ato representada por seu Superintendente Regional, Renato Scalabrin, brasileiro, casado, economista, RG nº 1708640, SSP/SC, CPF nº 592.401.999-34, e o Município de Camboriú/SC, com sede na cidade de Camboriú/ SC, no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 77, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.293/0001-45, por seu representante legal Luzia Lourdes Coppi Mathias, CI nº 4R1209.969, SSP/SC, e CPF nº 486.011.019-68, tendo em vista o que dispõe o contrato de empréstimo, na linha do Programa da Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos - PMAT, nº da FRO: 64062592013, número do Contrato 3523.349.0000001, com vencimento em 15/10/2022, no valor de R\$ 3.285.644,00 (três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), firmado com o município em (01/10/2014), para alterar o contrato conforme a seguir:

DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA CREDITADA

DÉCIMA TERCEIRA - Obriga-se a CREDITADA a:

a) Alinea "m" passa a vigor com a seguinte redação:

m) incluir na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual, durante a vigência do contrato, o aporte de recursos próprios previstos para a execução do projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto;

Acrescentar as seguintes alíneas:

z) aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto objeto deste Instrumento Contra

a.a) comunicar prontamente à CAIXA qualquer ocorrência que importe modificação do projeto;

a.b) cumprir, no que couber, as "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, com suas alterações;

a.c) Permitir ao BNDES/FINAME, diretamente ou por meio da CAIXA, o livre acesso às suas dependências e aos seus registros contábeis, para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada;

a.d) Independentemente de culpa, ressarcir à CAIXA de qualquer quantia que esta seja compelida a pagar em razão de dano ambiental decorrente do projeto objeto deste Instrumento Contratual, bem como a indenizar o BNDES por qualquer perda ou dano que este venha a sofrer em decorrência do referido dano ambiental.

DO VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA E RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, o Parágrafo Primeiro, passa a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", poderá ocorrer, também, o vencimento antecipado do contrato, com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, quando constatada a existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela CREDITADA, exceto quando esta integrar a Administração Pública Direta ou Indireta, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente, bem como a falsidade de declaração constante do Anexo VI da Circular SUP/AOI nº 09/2014, de 02/04/2014, do BNDES, salvo se efetuada a reparação imposta ou quando estiver sendo cumprida a pena imposta à CREDITADA.

E por estarem, assim justas e contratadas, firmam o presente termo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Blumenau/ SC. 09 de Fevereiro de 2015.

PUBLICAÇÃO ANEXOS LRF - RREO 1º BIMESTRE / 2015

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	142.685.500,00	142.685.500,00	27.563.088,34	19,32	27.563.088,34	19,32	115.122.411,66
RECEITAS CORRENTES	138.578.000,00	138.578.000,00	27.496.631,48	19,84	27.496.631,48	19,84	111.081.368,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.100.000,00	28.100.000,00	8.769.171,41	31,21	8.769.171,41	31,21	19.330.828,59
IMPOSTOS	17.040.000,00	17.040.000,00	6.942.254,39	40,74	6.942.254,39	40,74	10.097.745,61
TAXAS	11.050.000,00	11.050.000,00	1.826.917,02	16,53	1.826.917,02	16,53	9.223.082,98
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.240.500,00	4.240.500,00	689.763,15	16,27	689.763,15	16,27	3.550.736,85
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.960.500,00	1.960.500,00	254.972,83	13,01	254.972,83	13,01	1.705.527,17
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	2.280.000,00	2.280.000,00	434.790,32	19,07	434.790,32	19,07	1.845.209,68
RECEITA PATRIMONIAL	1.246.500,00	1.246.500,00	825.627,75	66,24	825.627,75	66,24	420.872,25
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.246.500,00	1.246.500,00	825.627,75	66,24	825.627,75	66,24	420.872,25
RECEITA DE SERVIÇOS	10.456.000,00	10.456.000,00	1.679.621,41	16,06	1.679.621,41	16,06	8.776.378,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.475.908,00	88.475.908,00	14.361.016,31	16,23	14.361.016,31	16,23	74.114.891,69
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	88.243.958,00	88.243.958,00	14.360.764,12	16,27	14.360.764,12	16,27	73.883.193,88
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	252,19	0,00	252,19	0,00	-252,19
Transf. de Conv.	231.950,00	231.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.950,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.059.092,00	6.059.092,00	1.171.431,45	19,33	1.171.431,45	19,33	4.887.660,55
Multas e Juros de Mora	954.000,00	954.000,00	272.395,71	28,55	272.395,71	28,55	681.604,29
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	44.000,00	44.000,00	1.567,00	3,56	1.567,00	3,56	42.433,00
RECEITA DA DIVIDATIVA	4.850.000,00	4.850.000,00	870.839,97	17,96	870.839,97	17,96	3.979.160,03
RECEITAS DIVERSAS	211.092,00	211.092,00	26.628,77	12,61	26.628,77	12,61	184.463,23
RECEITAS DE CAPITAL	4.107.500,00	4.107.500,00	66.456,86	1,62	66.456,86	1,62	4.041.043,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.105.500,00	4.105.500,00	66.456,86	1,62	66.456,86	1,62	4.039.043,14
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	4.105.500,00	4.105.500,00	66.456,86	1,62	66.456,86	1,62	4.039.043,14
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.254.500,00	3.254.500,00	370.584,24	11,39	370.584,24	11,39	2.883.915,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.254.500,00	3.254.500,00	370.584,24	11,39	370.584,24	11,39	2.883.915,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	11,59	347.690,22	11,59	2.651.809,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	11,59	347.690,22	11,59	2.651.809,78
RECEITA DE SERVIÇOS	255.000,00	255.000,00	22.894,02	8,98	22.894,02	8,98	232.105,98
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	145.940.000,00	145.940.000,00	27.933.672,58	19,14	27.933.672,58	19,14	118.006.327,42

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	145.940.000,00	145.940.000,00	27.933.672,58	19,14	27.933.672,58	19,14
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	145.940.000,00	145.940.000,00	27.933.672,58	19,14	27.933.672,58	19,14
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.578.370,00	—	—	201.717,09	—
Superávit Financeiro	—	1.578.370,00	—	—	201.717,09	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	142.685.500,00	7.081.370,00	149.766.870,00	41.821.586,66	41.821.586,66	16.200.213,34	16.200.213,34	10,82
DESPESAS CORRENTES	125.387.520,00	1.160.700,00	126.548.220,00	35.307.636,08	35.307.636,08	15.362.200,26	15.362.200,26	12,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	74.458.200,00	100.000,00	74.558.200,00	10.342.802,23	10.342.802,23	10.261.282,52	10.261.282,52	13,76
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	20.484,05	20.484,05	15.433,08	15.433,08	3,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50.529.320,00	1.060.700,00	51.590.020,00	24.944.349,80	24.944.349,80	5.085.484,66	5.085.484,66	9,86
DESPESAS DE CAPITAL	14.752.980,00	5.920.670,00	20.673.650,00	6.513.950,58	6.513.950,58	838.013,08	838.013,08	4,05
INVESTIMENTOS	12.952.980,00	5.920.670,00	18.873.650,00	6.199.969,49	6.199.969,49	548.276,72	548.276,72	2,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	313.981,09	313.981,09	289.736,36	289.736,36	16,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.545.000,00	0,00	2.545.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.254.500,00	0,00	3.254.500,00	931.358,55	931.358,55	710.402,71	710.402,71	21,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.999.500,00	0,00	2.999.500,00	687.358,55	687.358,55	687.358,55	687.358,55	22,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	255.000,00	0,00	255.000,00	244.000,00	244.000,00	23.044,16	23.044,16	9,04

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.254.500,00	0,00	3.254.500,00	931.358,55	931.358,55	710.402,71	710.402,71	2.544.097,29
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	145.940.000,00	7.081.370,00	153.021.370,00	42.752.945,21	42.752.945,21	16.910.616,05	16.910.616,05	136.110.753,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	145.940.000,00	7.081.370,00	153.021.370,00	42.752.945,21	42.752.945,21	16.910.616,05	16.910.616,05	136.110.753,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	11.023.056,53	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	145.940.000,00	7.081.370,00	153.021.370,00	42.752.945,21	42.752.945,21	16.910.616,05	27.933.672,58	136.110.753,95

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 849.100,44

FONTE:

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	20.882.000,00	20.882.000,00	7.799.486,19	37,35
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.500.000,00	6.500.000,00	4.994.486,21	76,84
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	6.200.000,00	6.200.000,00	1.294.231,61	20,87
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	626.054,86	15,65
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	340.000,00	340.000,00	27.481,71	8,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	32.000,00	32.000,00	166.519,87	520,37
Dívida Ativa dos Impostos	3.750.000,00	3.750.000,00	678.985,88	18,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	60.000,00	60.000,00	11.726,05	19,54
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	44.213.000,00	44.213.000,00	7.648.817,76	17,30
Cota-Parte FPM	28.000.000,00	28.000.000,00	5.248.278,80	18,74
Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	137,73	1,25
Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	586.310,28	11,73
Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.000.000,00	1.782.738,26	16,21
Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	31.352,69	20,90
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	65.095.000,00	65.095.000,00	15.448.303,95	23,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	9.311.000,00	9.311.000,00	1.358.359,03	14,59
Provenientes da União	8.384.500,00	8.384.500,00	1.318.944,50	15,73
Provenientes dos Estados	926.500,00	926.500,00	39.414,53	4,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	437.000,00	437.000,00	99.293,17	22,72
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.748.000,00	9.748.000,00	1.457.652,20	14,95

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	22.496.000,00	23.196.000,00	4.779.988,94	20,61	2.816.142,08	12,14
Pessoal e Encargos Sociais	13.825.000,00	13.825.000,00	2.119.343,00	15,33	2.076.544,33	15,02
Outras Despesas Correntes	8.671.000,00	9.371.000,00	2.660.645,94	28,39	739.597,75	7,89

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	992.100,00	1.459.400,00	981.485,60	67,25	200.446,56	13,73
Investimentos	992.100,00	1.459.400,00	981.485,60	67,25	200.446,56	13,73
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	23.488.100,00	24.655.400,00	5.761.474,54	23,37	3.016.588,64	12,24
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.312.000,00	10.012.000,00	1.574.137,22	27,32	907.983,58	30,10
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	9.312.000,00	10.012.000,00	1.574.137,22	27,32	907.983,58	30,10
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	-	0,00	0,00	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.312.000,00	10.012.000,00	1.574.137,22	27,32	907.983,58	30,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	14.176.100,00	14.643.400,00	4.187.337,32	72,68	2.108.605,06	69,90
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						13,65
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						-208.640,53

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00

LIMITE NÃO CUMPRIDO		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-

DESPESAS COM SAÚDE
(Por Subfunção)

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l) *100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m) *100
Atenção Básica	20.246.100,00	20.713.400,00	5.132.448,39	89,08	2.762.170,05	91,57
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.432.000,00	3.132.000,00	557.528,27	9,68	190.840,71	6,33
Vigilância Epidemiológica	810.000,00	810.000,00	71.497,88	1,24	63.577,88	2,11
TOTAL	23.488.100,00	24.655.400,00	5.761.474,54	100,00	3.016.588,64	100,00

FONTE:

- 1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- 2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- 3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- 4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- 5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
- 6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-
Kaia Helen Testoni Controladoria		

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita HelenTestoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	145.940.000,00
Previsão Atualizada		—	145.940.000,00
Receitas Realizadas		27.933.672,58	27.933.672,58
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	201.717,09
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	145.940.000,00
Créditos Adicionais		—	7.081.370,00
Dotação Atualizada		—	153.021.370,00
Despesas Empenhadas		42.752.945,21	42.752.945,21
Despesas Liquidadas		16.910.616,05	16.910.616,05
Superavit Orçamentário		—	11.023.056,53
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		42.752.945,21	42.752.945,21
Despesas Liquidadas		16.910.616,05	16.910.616,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			137.689.587,76
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.137.303,97	1.137.303,97
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		288.203,53	288.203,53
Liquidadas		288.203,53	288.203,53
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		849.100,44	849.100,44
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		8.000.000,00	-8.456.928,68
Resultado Primário		952.000,00	10.502.598,22
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		12.113.504,07	1.012,28
EXECUTIVO		11.157.025,03	1.012,28
LEGISLATIVO		132.160,00	0,00
EXECUTIVO		824.319,04	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		23.123,33	0,00
EXECUTIVO		22.945,78	0,00
LEGISLATIVO		177,55	0,00
TOTAL:		12.136.627,40	1.012,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.233.117,90	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		4.482.488,36	60%
Liquidadas		4.482.488,36	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.000,00
Despesa de Capital Líquida		838.013,08	19.835.636,92

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	1.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.108.605,06	15,00	13,65
Liquidadas		2.108.605,06		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-1

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
								R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	142.685.500,00	149.766.870,00	41.821.586,66	41.821.586,66	16.200.213,34	16.200.213,34	95,80	133.566.656,66
Legislativa	4.170.000,00	4.170.000,00	568.832,62	568.832,62	410.981,97	410.981,97	2,43	3.759.018,03
Ação Legislativa	4.170.000,00	4.170.000,00	568.832,62	568.832,62	410.981,97	410.981,97	2,43	3.759.018,03
Judiciária	649.000,00	649.000,00	281.883,88	281.883,88	274.428,88	274.428,88	1,62	374.571,12
Ação Judiciária	231.000,00	231.000,00	203.623,61	203.623,61	203.623,61	203.623,61	1,20	27.376,39
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	418.000,00	418.000,00	78.260,27	78.260,27	70.805,27	70.805,27	0,42	347.194,73
Administração	12.519.500,00	12.666.500,00	5.650.434,40	5.650.434,40	1.508.106,55	1.508.106,55	8,92	11.158.393,45
Administração Geral	10.132.500,00	10.279.500,00	5.133.025,25	5.133.025,25	1.246.313,82	1.246.313,82	7,37	9.033.186,18
Administração Financeira	1.661.000,00	1.661.000,00	456.792,42	456.792,42	211.917,85	211.917,85	1,25	1.449.082,15
Normalização e Fiscalização	238.000,00	238.000,00	37.335,15	37.335,15	27.173,30	27.173,30	0,16	210.826,70
Comunicação Social	488.000,00	488.000,00	23.281,58	23.281,58	22.701,58	22.701,58	0,13	465.298,42
Segurança Pública	1.288.500,00	1.468.500,00	139.733,22	139.733,22	21.397,63	21.397,63	0,13	1.447.102,37
Policimento	656.500,00	656.500,00	50.428,12	50.428,12	5.256,55	5.256,55	0,03	651.243,45
Defesa Civil	632.000,00	812.000,00	89.305,10	89.305,10	16.141,08	16.141,08	0,10	795.858,92
Assistência Social	5.799.600,00	6.210.670,00	2.384.096,64	2.384.096,64	628.430,61	628.430,61	3,72	5.582.239,39
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.725.000,00	1.725.000,00	1.460.219,48	1.460.219,48	172.994,27	172.994,27	1,02	1.552.005,73
Assistência Comunitária	4.074.600,00	4.485.670,00	923.877,16	923.877,16	455.436,34	455.436,34	2,69	4.030.233,66
Previdência Social	2.853.000,00	2.853.000,00	361.294,52	361.294,52	288.203,53	288.203,53	1,70	2.564.796,47
Previdência do Regime Estatutário	2.853.000,00	2.853.000,00	361.294,52	361.294,52	288.203,53	288.203,53	1,70	2.564.796,47
Saúde	25.020.100,00	26.187.400,00	7.117.340,20	7.117.340,20	2.984.891,54	2.984.891,54	17,65	23.202.508,46
Atenção Básica	19.978.100,00	20.445.400,00	5.070.816,64	5.070.816,64	2.725.729,59	2.725.729,59	16,12	17.719.670,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.432.000,00	3.132.000,00	557.528,27	557.528,27	190.840,71	190.840,71	1,13	2.941.159,29
Vigilância Epidemiológica	810.000,00	810.000,00	71.497,88	71.497,88	63.577,88	63.577,88	0,38	746.422,12
Alimentação e Nutrição	1.800.000,00	1.800.000,00	1.417.497,41	1.417.497,41	4.743,36	4.743,36	0,03	1.795.256,64
Educação	50.157.000,00	50.157.000,00	8.369.207,70	8.369.207,70	5.955.211,01	5.955.211,01	35,22	44.201.788,99
Ensino Fundamental	30.630.000,00	30.630.000,00	5.523.615,15	5.523.615,15	3.936.535,24	3.936.535,24	23,28	26.693.464,76
Educação Infantil	19.438.000,00	19.438.000,00	2.787.592,55	2.787.592,55	2.008.675,77	2.008.675,77	11,88	17.429.324,23
Educação de Jovens e Adultos	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
Educação Especial	80.000,00	80.000,00	58.000,00	58.000,00	10.000,00	10.000,00	0,06	70.000,00
Cultura	945.500,00	945.500,00	407.639,43	407.639,43	70.787,21	70.787,21	0,42	874.712,79
Difusão Cultural	945.500,00	945.500,00	407.639,43	407.639,43	70.787,21	70.787,21	0,42	874.712,79
								Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	142.685.500,00	149.766.870,00	41.821.586,66	41.821.586,66	16.200.213,34	16.200.213,34	95,80	133.566.656,66
Infra-Estrutura Urbana	11.833.500,00	17.059.500,00	5.836.511,39	5.836.511,39	985.822,23	985.822,23	5,83	16.073.677,77
Serviços Urbanos	10.757.000,00	15.983.000,00	5.537.581,52	5.537.581,52	873.542,41	873.542,41	5,17	15.109.457,59
Habitação	1.076.500,00	1.076.500,00	298.929,87	298.929,87	112.279,82	112.279,82	0,66	964.220,18
Habitação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Saneamento Básico Urbano	16.584.000,00	16.584.000,00	7.958.932,50	7.958.932,50	2.118.965,59	2.118.965,59	12,53	14.465.034,41
Gestão Ambiental	626.500,00	626.500,00	7.958.932,50	7.958.932,50	2.118.965,59	2.118.965,59	12,53	14.465.034,41
Preservação e Conservação Ambiental	626.500,00	626.500,00	132.282,95	132.282,95	62.312,76	62.312,76	0,37	564.187,24
Agricultura	626.500,00	626.500,00	132.282,95	132.282,95	62.312,76	62.312,76	0,37	564.187,24
Extensão Rural	1.250.000,00	1.250.000,00	245.461,08	245.461,08	170.247,85	170.247,85	1,01	1.079.752,15
Comércio e Serviços	1.250.000,00	1.250.000,00	245.461,08	245.461,08	170.247,85	170.247,85	1,01	1.079.752,15
Turismo	1.177.800,00	1.127.800,00	133.586,06	133.586,06	55.921,64	55.921,64	0,33	1.071.878,36
Desporto e Lazer	1.177.800,00	1.127.800,00	133.586,06	133.586,06	55.921,64	55.921,64	0,33	1.071.878,36
Desporto Comunitário	1.562.500,00	1.562.500,00	399.884,93	399.884,93	122.637,04	122.637,04	0,73	1.439.862,96
Encargos Especiais	1.562.500,00	1.562.500,00	399.884,93	399.884,93	122.637,04	122.637,04	0,73	1.439.862,96
Serviço da Dívida Interna	3.700.000,00	3.700.000,00	1.834.465,14	1.834.465,14	541.867,30	541.867,30	3,20	3.158.132,70
Outros Encargos Especiais	2.200.000,00	2.200.000,00	334.465,14	334.465,14	305.169,44	305.169,44	1,80	1.894.830,56
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	236.697,86	236.697,86	1,40	1.263.302,14
	2.545.000,00	2.545.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.545.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	3.254.500,00	3.254.500,00	931.358,55	931.358,55	710.402,71	710.402,71	4,20	2.544.097,29
Ação Legislativa	25.000,00	25.000,00	4.469,39	4.469,39	3.619,53	3.619,53	0,02	21.380,47
Judiciária	25.000,00	25.000,00	4.469,39	4.469,39	3.619,53	3.619,53	0,02	21.380,47
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	446,92	446,92	446,92	446,92	0,00	3.053,08
Administração	3.500,00	3.500,00	446,92	446,92	446,92	446,92	0,00	3.053,08
Administração Geral	143.000,00	143.000,00	50.360,40	50.360,40	19.137,06	19.137,06	0,11	123.862,94
Administração Financeira	102.500,00	102.500,00	44.460,32	44.460,32	13.236,98	13.236,98	0,08	89.263,02
Normalização e Fiscalização	38.000,00	38.000,00	5.620,66	5.620,66	5.620,66	5.620,66	0,03	32.379,34
Comunicação Social	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	2.000,00	2.000,00	279,42	279,42	279,42	279,42	0,00	1.720,58

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.254.500,00	3.254.500,00	931.358,55	931.358,55	710.402,71	710.402,71	4,20	2.544.097,29
Segurança Pública	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Defesa Civil	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Assistência Social	52.000,00	52.000,00	17.066,63	17.066,63	10.798,19	10.798,19	0,06	41.201,81
Assistência Comunitária	52.000,00	52.000,00	17.066,63	17.066,63	10.798,19	10.798,19	0,06	41.201,81
Previdência Social	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Previdência do Regime Estatutário	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Saúde	268.000,00	268.000,00	61.631,75	61.631,75	36.440,46	36.440,46	0,22	231.559,54
Atenção Básica	268.000,00	268.000,00	61.631,75	61.631,75	36.440,46	36.440,46	0,22	231.559,54
Educação	2.545.000,00	2.545.000,00	741.617,15	741.617,15	612.392,18	612.392,18	3,62	1.932.607,82
Ensino Fundamental	1.600.000,00	1.600.000,00	432.319,45	432.319,45	350.329,49	350.329,49	2,07	1.249.670,51
Educação Infantil	945.000,00	945.000,00	309.297,70	309.297,70	262.062,69	262.062,69	1,55	682.937,31
Cultura	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Difusão Cultural	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Urbanismo	135.000,00	135.000,00	17.844,54	17.844,54	17.844,54	17.844,54	0,11	117.155,46
Infra-Estrutura Urbana	115.000,00	115.000,00	14.931,54	14.931,54	14.931,54	14.931,54	0,09	100.068,46
Serviços Urbanos	20.000,00	20.000,00	2.913,00	2.913,00	2.913,00	2.913,00	0,02	17.087,00
Saneamento	16.000,00	16.000,00	2.261,13	2.261,13	2.261,13	2.261,13	0,01	13.738,87
Saneamento Básico Urbano	16.000,00	16.000,00	2.261,13	2.261,13	2.261,13	2.261,13	0,01	13.738,87
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	1.760,64	1.760,64	800,21	800,21	0,00	2.199,79
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	1.760,64	1.760,64	800,21	800,21	0,00	2.199,79
Agricultura	21.000,00	21.000,00	2.645,00	2.645,00	2.645,00	2.645,00	0,02	18.355,00
Extensão Rural	21.000,00	21.000,00	2.645,00	2.645,00	2.645,00	2.645,00	0,02	18.355,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	1.255,00	1.255,00	1.255,00	1.255,00	0,01	2.745,00
Turismo	4.000,00	4.000,00	1.255,00	1.255,00	1.255,00	1.255,00	0,01	2.745,00
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	30.000,00	30.000,00	2.762,49	2.762,49	0,02	28.237,51
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	30.000,00	30.000,00	2.762,49	2.762,49	0,02	28.237,51

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.254.500,00	3.254.500,00	931.358,55	931.358,55	710.402,71	710.402,71	4,20	21,83
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	30.000,00	30.000,00	2.762,49	2.762,49	0,02	8,91
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	30.000,00	30.000,00	2.762,49	2.762,49	0,02	8,91
TOTAL (III) = (I + II)	145.940.000,00	153.021.370,00	42.752.945,21	42.752.945,21	16.910.616,05	16.910.616,05	100,00	11,05

FONTE:

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita HelenTestoni
Controladoria

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.015.727,86	12.405.309,46	12.255.357,85	11.070.351,87	11.307.358,42	11.345.240,75	11.242.052,37	11.467.124,26	11.843.293,38	13.614.557,37	12.890.392,62	16.146.002,02	147.592.768,23
I.P.T.U.	2.979.612,61	2.678.074,97	2.288.491,87	2.099.310,73	2.024.700,86	1.860.317,68	2.042.235,23	1.971.706,66	1.933.344,75	2.293.652,29	2.213.177,57	6.555.953,84	30.922.171,06
I.R.R.F.	939.891,92	667.767,13	304.895,38	251.389,72	228.647,53	165.680,34	173.688,12	170.003,79	136.639,81	72.899,63	543.242,45	4.451.243,76	8.105.996,58
I.T.B.I.	27.044,75	25.590,28	28.435,76	31.799,58	29.841,37	28.069,27	27.600,06	29.272,58	27.921,87	221.178,43	3.453,86	24.027,85	504.245,66
Outras Recitas Tributárias	320.768,43	333.347,29	332.685,51	347.761,09	250.524,73	327.842,83	359.818,17	340.528,17	413.375,14	506.622,02	298.511,22	327.543,84	4.159.118,24
I.S.S.	633.734,78	683.716,85	572.186,52	611.644,69	636.242,63	524.210,15	574.518,10	696.482,58	461.415,65	660.304,55	628.604,04	665.627,57	7.336.688,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.058.082,73	967.683,42	1.030.286,70	856.695,65	879.444,60	814.495,09	907.630,78	745.649,54	893.995,28	834.707,66	739.366,00	1.087.551,02	11.060.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	365.994,26	359.413,19	347.508,93	352.973,93	352.973,93	354.521,97	340.983,66	179.503,72	552.782,86	686.453,79	206.278,72	483.484,43	4.240.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	317.042,28	434.892,03	543.976,38	327.518,71	405.441,40	575.835,48	313.500,89	329.303,33	375.900,48	381.734,95	483.488,47	342.139,28	1.246.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	844.373,76	919.796,76	887.167,23	830.919,00	827.430,39	856.877,24	826.031,03	864.650,77	860.268,80	919.564,58	830.244,23	848.377,18	10.456.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	6.824.162,57	7.383.666,20	7.699.673,36	6.921.934,34	6.852.068,07	7.294.181,09	7.094.457,50	7.432.966,57	7.763.387,57	8.725.588,35	8.603.998,47	7.286.781,00	89.882.865,09
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.507.173,15	1.720.184,40	2.292.357,23	1.719.119,96	1.476.506,52	1.793.704,22	1.672.331,72	1.486.015,41	1.966.931,40	2.160.530,05	2.597.121,21	2.651.157,59	28.943.132,86
Cota-Parte do I.P.V.A.	846.110,66	828.303,72	844.375,79	851.315,73	792.143,58	830.040,38	880.288,97	907.558,53	1.001.281,97	964.456,09	943.087,20	839.651,06	11.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	371.404,11	480.455,25	481.811,63	460.828,54	534.960,35	455.972,25	460.381,05	432.601,96	288.209,33	254.025,95	247.824,04	338.686,24	5.000.000,00
Outras Transferências Correntes	66,40	106,78	96,09	36,80	44,67	549,98	2.789,66	7.468,81	3.985,22	345,61	27,98	109,75	11.000,00
Transferências da LC 61/1989	1.317.941,54	1.547.522,74	1.012.136,41	986.161,80	1.357.379,44	1.336.100,33	1.243.013,42	1.531.827,85	1.299.320,83	2.159.682,38	1.502.955,59	396.973,90	15.105.508,00
Transferências da LC 87/1996	11.474,38	12.492,79	13.597,95	12.941,81	13.295,27	13.704,46	12.896,63	13.811,19	15.859,37	15.648,59	19.857,50	11.695,19	150.000,00
Transferências do FUNDEB	0,00	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	3.665,28	7.330,56	0,00	0,00	52.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.769.992,33	2.790.935,24	3.051.635,98	2.887.864,42	2.674.072,96	2.860.443,19	2.919.130,77	3.049.917,54	3.184.134,17	3.163.589,12	3.293.521,96	3.048.507,27	38.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	684.542,38	629.496,31	508.540,08	526.944,06	844.743,77	403.507,29	622.844,06	688.793,21	357.609,92	625.563,50	543.205,16	628.226,29	6.059.092,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	703.486,38	767.455,65	883.579,19	769.568,63	723.719,27	780.176,59	749.977,97	736.851,93	824.462,11	1.179.166,26	761.503,37	1.023.232,62	9.903.180,47
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	156.241,35	158.414,21	156.399,59	159.987,20	159.596,32	160.649,28	163.515,52	166.827,92	168.454,62	498.699,12	0,00	254.972,83	1.960.500,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	547.245,53	609.041,44	727.179,60	603.551,43	564.122,95	619.527,31	586.482,45	570.224,01	656.007,49	680.467,14	761.503,37	768.259,79	8.942.600,00
FONTE:	11.312.240,98	11.637.853,81	11.371.776,66	10.300.783,24	10.583.539,15	10.855.064,16	10.492.074,40	10.730.272,33	11.018.831,27	12.435.391,11	12.118.889,25	15.122.769,40	136.617.500,00

Camboriú, 24/03/2015

Sérgio Luiz Veriâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaila Helen Testoni
Controladora

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	2.300.500,00	2.300.500,00	789.613,75	789.613,75	618.814,44
Receita de Contribuições dos Segurados	2.300.500,00	2.300.500,00	789.613,75	789.613,75	618.814,44
Pessoal Civil	1.960.500,00	1.960.500,00	254.972,83	254.972,83	323.399,91
Ativo	1.960.500,00	1.960.500,00	254.972,83	254.972,83	323.399,91
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	320.000,00	320.000,00	534.640,92	534.640,92	295.414,53
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	534.640,92	534.640,92	295.414,53
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22	382.199,90
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	5.300.000,00	5.300.000,00	1.137.303,97	1.137.303,97	1.001.014,34
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	2.853.000,00	2.853.000,00	288.203,53	288.203,53	241.524,29
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	9.415,93
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	8.135,93
PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	1.280,00
Pessoal Civil	2.833.000,00	2.833.000,00	288.203,53	288.203,53	232.108,36
	0,00	0,00	280.351,74	280.351,74	232.108,36
Aposentadorias	0,00	0,00	238.575,48	238.575,48	195.356,28
Continua 1/3					

Município de Camboriú - SC
Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
Pensões		0,00	0,00	41.776,26	41.776,26	36.752,08
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		2.833.000,00	2.833.000,00	7.851,79	7.851,79	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		2.833.000,00	2.833.000,00	7.851,79	7.851,79	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		2.855.000,00	2.855.000,00	288.203,53	288.203,53	241.524,29
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)		2.445.000,00	2.445.000,00	849.100,44	849.100,44	759.490,05
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	27.602,47	27.602,47	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	27.602,47	27.602,47	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	27.602,47	27.602,47	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor		2.445.000,00				
BENS E DIREITOS DO RPPS		JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2015	2014		
Bancos Conta Movimento		7.047,92	19.235,45	1.015,31		
Investimentos		24.611.100,18	25.268.084,53	19.224.187,36		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22	382.199,90
RECEITAS CORRENTES (VIII)		2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22	382.199,90
Receita de Contribuições Patronais		2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22	382.199,90
Continua 2/3						

Continuação 3/3

Município de Camboriú - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22
Ativo	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	2.999.500,00	2.999.500,00	347.690,22	347.690,22
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.756.118,35	2.756.118,35	2.442.137,26
DEDUÇÕES (II)	18.856.804,99	18.856.804,99	26.999.752,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	18.879.928,32	18.879.928,32	28.958.976,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	1.322,80
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.123,33	23.123,33	1.960.546,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-16.100.686,64	-16.100.686,64	-24.557.615,32
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-16.100.686,64	-16.100.686,64	-24.557.615,32

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-8.456.928,68	-8.456.928,68

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	8.000.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	24.419.867,23	24.419.867,23	25.287.319,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.423,62	3.423,62	19.235,45
Investimentos	24.416.443,61	24.416.443,61	25.268.084,53
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-24.419.867,23	-24.419.867,23	-25.287.319,98
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-24.419.867,23	-24.419.867,23	-25.287.319,98

FONTE:

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	140.586.000,00	27.041.587,97	27.041.587,97	26.765.675,57
Receita Tributária	28.100.000,00	8.769.171,41	8.769.171,41	8.332.733,90
I.P.T.U.	6.500.000,00	4.994.486,21	4.994.486,21	4.308.715,67
I.S.S.	4.000.000,00	626.054,86	626.054,86	641.314,88
I.T.B.I.	6.200.000,00	1.294.231,61	1.294.231,61	1.528.783,58
I.R.R.F.	340.000,00	27.481,71	27.481,71	25.463,73
Outras Receitas Tributárias	11.060.000,00	1.826.917,02	1.826.917,02	1.828.456,04
Receita de Contribuição	7.240.000,00	1.037.453,37	1.037.453,37	1.140.190,51
Receitas Previdenciárias	4.960.000,00	602.663,05	602.663,05	705.599,81
Outras Contribuições	2.280.000,00	434.790,32	434.790,32	434.590,70
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.246.500,00	825.627,75	825.627,75	562.755,01
(-) Aplicações Financeiras	1.246.500,00	825.627,75	825.627,75	562.755,01
Transferências Correntes	88.475.908,00	14.361.016,31	14.361.016,31	13.970.159,16
F.P.M.	22.400.000,00	4.198.623,09	4.198.623,09	3.936.077,69
I.C.M.S.	8.800.000,00	1.426.190,77	1.426.190,77	1.377.864,23
Convênios	231.950,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	57.043.958,00	8.736.202,45	8.736.202,45	8.656.217,24
Demais Receitas Correntes	16.770.092,00	2.873.946,88	2.873.946,88	3.322.592,00
Dívida Ativa	4.850.000,00	870.839,97	870.839,97	1.319.896,79
Diversas Receitas Correntes	11.920.092,00	2.003.106,91	2.003.106,91	2.002.695,21
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.107.500,00	66.456,86	66.456,86	598.262,35
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.105.500,00	66.456,86	66.456,86	598.262,35
Convênios	4.105.500,00	66.456,86	66.456,86	598.262,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.105.500,00	66.456,86	66.456,86	598.262,35
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	144.691.500,00	27.108.044,83	27.108.044,83	27.363.937,92
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	129.802.720,00	16.072.602,97	16.072.602,97	14.086.452,85
Pessoal e Encargos Sociais	77.557.700,00	10.948.641,07	10.948.641,07	9.791.088,16
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	15.433,08	15.433,08	54.743,04
Outras Despesas Correntes	51.845.020,00	5.108.528,82	5.108.528,82	4.240.621,65
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	129.402.720,00	16.057.169,89	16.057.169,89	14.031.709,81
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	20.673.650,00	838.013,08	838.013,08	662.569,91
Investimentos	18.873.650,00	548.276,72	548.276,72	373.021,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.800.000,00	289.736,36	289.736,36	289.548,39
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.873.650,00	548.276,72	548.276,72	373.021,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DO RPPS (XVII)	2.445.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	150.821.370,00	16.605.446,61	16.605.446,61	14.404.731,33
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-6.129.870,00	10.502.598,22	10.502.598,22	12.959.206,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	952.000,00

FONTE:

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Inscritos		Pagos	Liquidados	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	177,55	22.945,78	177,55	-	824.319,04	11.289.185,03	2.396.511,27	2.779.178,20	1.012,28
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	757.113,56	3.232.903,30	760.762,60	998.160,92	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	757.113,56	3.232.903,30	760.762,60	998.160,92	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA - CAMBORIÚ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283,10	670,00	670,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.283,10	670,00	670,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890,00	670,00	670,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	890,00	670,00	670,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE CAMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.040,00	4.742,38	6.640,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.040,00	4.742,38	6.640,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.382,00	450,00	450,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.382,00	450,00	450,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.949,00	450,00	5.949,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.949,00	450,00	5.949,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.343,72	21.602,05	23.452,05	1.012,28
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.343,72	21.602,05	23.452,05	1.012,28
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.343,72	21.602,05	23.452,05	1.012,28
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	450,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANCA E ADOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	450,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	22.945,78	22.945,78	0,00	0,00	4.144.872,47	435.870,26	500.757,82	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	22.945,78	22.945,78	0,00	0,00	4.144.872,47	435.870,26	500.757,82	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	0,00	0,00	0,00	67.205,48	1.329.668,18	495.201,79	500.213,06	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	67.205,48	1.329.668,18	495.201,79	500.213,06	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.341.157,26	658.386,19	724.509,35	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.341.157,26	658.386,19	724.509,35	0,00
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.106,00	10.456,00	10.456,00	0,00
INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.106,00	10.456,00	10.456,00	0,00
LEGISLATIVO	177,55	0,00	177,55	0,00	0,00	132.160,00	6.800,00	6.800,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	177,55	0,00	177,55	0,00	0,00	132.160,00	6.800,00	6.800,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	177,55	22.945,78	177,55	0,00	824.319,04	11.289.185,03	2.396.511,27	2.779.178,20	1.012,28
FONTE:									
Camboriú, 24/03/2015									
Luzia Lourdes Coppi Mathias Prefeita Municipal	Sérgio Luiz Venâncio Secretário de Finanças	Renata Pereira Contadora - CRC 028070/O-6							
Kaila Helen Testoni Controladora									

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	20.882.000,00	20.882.000,00	7.799.486,19	7.799.486,19	37,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	10.071.000,00	10.071.000,00	5.755.753,52	5.755.753,52	57,15
1.1.1- IPTU	6.500.000,00	6.500.000,00	4.995.368,26	4.995.368,26	76,85
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.000,00	21.000,00	165.401,45	165.401,45	787,63
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	584.306,34	584.306,34	16,69
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	11.559,52	11.559,52	23,12
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(882,05)	(882,05)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.201.000,00	6.201.000,00	1.294.231,61	1.294.231,61	20,87
1.2.1- ITBI	6.200.000,00	6.200.000,00	1.302.041,61	1.302.041,61	21,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(7.810,00)	(7.810,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.270.000,00	4.270.000,00	722.019,35	722.019,35	16,91
1.3.1- ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	627.435,45	627.435,45	15,69
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.118,42	1.118,42	11,18
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	250.000,00	250.000,00	94.679,54	94.679,54	37,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	10.000,00	10.000,00	166,53	166,53	1,67
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(1.380,59)	(1.380,59)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	340.000,00	340.000,00	27.481,71	27.481,71	8,08
1.4.1- IRRF	340.000,00	340.000,00	27.481,71	27.481,71	8,08
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.213.000,00	44.213.000,00	7.648.817,76	7.648.817,76	17,30
2.1- Cota-Parte FPM	28.000.000,00	28.000.000,00	5.248.278,80	5.248.278,80	18,74
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	28.000.000,00	28.000.000,00	5.248.278,80	5.248.278,80	18,74
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.000.000,00	1.782.738,26	1.782.738,26	16,21
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	31.352,69	31.352,69	20,90
2.5- Cota-Parte ITR	11.000,00	11.000,00	137,73	137,73	1,25
2.6- Cota-Parte IPVA	5.000.000,00	5.000.000,00	586.310,28	586.310,28	11,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	65.095.000,00	65.095.000,00	15.448.303,95	15.448.303,95	23,73
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	3.000,00	3.000,00	6.467,22	6.467,22	215,57
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.666.000,00	4.666.000,00	447.111,15	447.111,15	9,58
5.1- Transferências do Salário-Educação	3.740.000,00	3.740.000,00	314.639,40	314.639,40	8,41
5.2- Transferências Diretas - PDDE	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	898.000,00	898.000,00	104.172,00	104.172,00	11,60
5.4- Transferências Diretas - PNATE	14.500,00	14.500,00	1.784,62	1.784,62	12,31
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.000,00	10.000,00	26.515,13	26.515,13	265,15
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.107.000,00	3.107.000,00	92.472,69	92.472,69	2,98
6.1- Transferências de Convênios	3.103.000,00	3.103.000,00	66.456,86	66.456,86	2,14
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	4.000,00	4.000,00	26.015,83	26.015,83	650,40
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	49.000,00	49.000,00	632,80	632,80	1,29
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.825.000,00	7.825.000,00	546.683,86	546.683,86	6,99
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	8.842.600,00	8.842.600,00	1.529.763,16	1.529.763,16	17,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.600.000,00	5.600.000,00	1.049.655,71	1.049.655,71	18,74
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.200.000,00	2.200.000,00	356.547,49	356.547,49	16,21
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	6.270,54	6.270,54	20,90
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.200,00	2.200,00	27,54	27,54	1,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.000.000,00	1.000.000,00	117.261,88	117.261,88	11,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	38.050.000,00	38.050.000,00	6.364.237,74	6.364.237,74	16,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	38.000.000,00	38.000.000,00	6.342.029,23	6.342.029,23	16,69
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.000,00	50.000,00	22.208,51	22.208,51	44,42
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	29.157.400,00	29.157.400,00	4.812.266,07	4.812.266,07	16,50
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.201.000,00	31.201.000,00	4.482.488,36	4.482.488,36	14,37
13.1- Com Educação Infantil	15.000.000,00	15.000.000,00	1.944.970,71	1.944.970,71	12,97
13.2- Com Ensino Fundamental	16.201.000,00	16.201.000,00	2.537.517,65	2.537.517,65	15,66
14- OUTRAS DESPESAS	6.849.000,00	6.849.000,00	895.175,58	895.175,58	13,07
14.1- Com Educação Infantil	1.947.000,00	1.947.000,00	185.398,83	185.398,83	9,52
14.2- Com Ensino Fundamental	4.902.000,00	4.902.000,00	709.776,75	709.776,75	14,48
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	38.050.000,00	38.050.000,00	5.377.663,94	5.377.663,94	14,13
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.377.663,94
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					70,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					14,07
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %					15,50
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	16.273.750,00	16.273.750,00	3.862.075,99	3.862.075,99	23,73
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	18.032.000,00	18.032.000,00	2.248.495,25	2.248.495,25	12,47
23.1- Creche	9.016.000,00	9.016.000,00	1.124.247,63	1.124.247,63	12,47
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.473.500,00	8.473.500,00	1.065.184,77	1.065.184,77	12,57
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	542.500,00	542.500,00	59.062,86	59.062,86	10,89
23.2- Pré-escola	9.016.000,00	9.016.000,00	1.124.247,62	1.124.247,62	12,47
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.473.500,00	8.473.500,00	1.065.184,77	1.065.184,77	12,57
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	542.500,00	542.500,00	59.062,85	59.062,85	10,89
24- ENSINO FUNDAMENTAL	27.705.000,00	27.705.000,00	4.107.859,78	4.107.859,78	14,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	21.103.000,00	21.103.000,00	3.247.294,40	3.247.294,40	15,39
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.602.000,00	6.602.000,00	860.565,38	860.565,38	13,03
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	45.737.000,00	45.737.000,00	6.356.355,03	6.356.355,03	13,90
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.812.266,07
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					22.208,51
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					288.762,55
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.123.237,13
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.233.117,90
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					7,98
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.750.000,00	3.750.000,00	201.248,16	201.248,16	5,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.026.000,00	4.026.000,00	4.743,36	4.743,36	0,12
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.776.000,00	7.776.000,00	205.991,52	205.991,52	2,65
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	53.513.000,00	53.513.000,00	6.562.346,55	6.562.346,55	12,26

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	288.762,55	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.342.029,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.677.581,71	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	4.677.581,71	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	22.208,51	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.975.418,58	0,00

Camboriú, 24/03/2015

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 288.762,55, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Campo Alegre

PREFEITURA

EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no Mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.mgaconcursospublicos.com.br e www.campoalegre.sc.gov.br, e ainda, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC. www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art.1º Consta no Anexo I o Gabarito Preliminar referente às provas realizadas no período da manhã.

Art.2º Consta no Anexo II o Gabarito Preliminar referente às provas realizadas no período da tarde.

Art.3º Abre-se o prazo recursal das 08h do dia 24 de março de 2015 às 23h59 do dia 27 de Março de 2015 no site www.mgaconcursospublicos.com.br.

Campo Alegre/SC, 24 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

GABARITO PRELIMINAR REFERENTE ÀS PROVAS REALIZADAS NO PERÍODO DA MANHÃ

MÉDICO I			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D
7	B	22	D
8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

MÉDICO II			
1	D	16	C
2	C	17	A
3	B	18	A
4	A	19	A
5	C	20	A
6	D	21	D

7	B	22	D
8	C	23	A
9	D	24	C
10	A	25	B
11	A	26	B
12	B	27	D
13	A	28	A
14	C	29	C
15	C	30	A

ANEXO II

(EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015)

GABARITO PRELIMINAR REFERENTE ÀS PROVAS REALIZADAS NO PERÍODO DA TARDE.

MÉDICO III (PEDIATRA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	A
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C
9	B	24	B
10	A	25	B
11	D	26	D
12	A	27	D
13	D	28	B
14	A	29	C
15	C	30	B

MÉDICO IV (PLANTONISTA)			
1	B	16	B
2	D	17	C
3	A	18	A
4	A	19	A
5	C	20	B
6	A	21	A
7	B	22	B
8	C	23	C
9	B	24	C
10	A	25	A
11	D	26	D
12	A	27	C
13	D	28	D
14	A	29	C
15	C	30	C

PORTARIA Nº 11.816 DE 24 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.816 DE 24 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, CELSO FELICIANO, Matrícula Funcional nº 285, Registro no Sistema sob nº 316400, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência F no valor de R\$ 1.248,48 (um mil, duzentos e quarenta e oito reais, quarenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 17 de Maio de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 356,36 (trezentos e cinquenta e seis reais, trinta e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Maio 2014, já descontado o valor de R\$ 44,04 (quarenta e quatro reais, quatro centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 88,09 (oitenta e oito reais, nove centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de Maio de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.817 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.817 DE 24 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, MÁRIO OSVALDO ATNER,

Matrícula Funcional nº 000055, Registro no Sistema sob nº 293350, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência C para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência D no valor de R\$ 1.176,62 (um mil, cento e setenta e seis reais, sessenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Dezembro de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 239,91 (duzentos e trinta e nove reais, noventa e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Dezembro 2014, já descontado o valor de R\$ 29,65 (vinte e nove reais, sessenta e cinco centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 59,30 (cincoenta e nove reais, trinta centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.818 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.818 DE 24 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, ANGELA SOFIA PIERKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência B para o Nível 5 Sub-Nível 51 Referência C no valor de R\$ 1.653,28 (um mil, seiscentos e cinquenta e três reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 10 de Junho de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será

pago o valor de R\$ 428,45 (quatrocentos e vinte e oito reais, quarenta e cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Junho 2014, já descontado o valor de R\$ 52,95 (cincoenta e dois reais, noventa e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 105,91 (cento e cinco reais, noventa e um centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.819 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.819 DE 24 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, CLÁUDIA INÊS CARDOSO, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000508, Registro no Sistema sob nº 954592, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de Setembro de 2014.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "B", para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência "C", no valor de R\$ 2.696,25 (dois mil, seiscentos e noventa e seis reais, vinte e cinco centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 01 de Setembro de 2014.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 489,24 (quatrocentos e oitenta e nove reais, vinte e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do dia 01 Setembro de 2014, já descontado o valor de R\$ 60,47 (sessenta reais, quarenta e sete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 120,94 (cento e vinte reais, noventa e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.820 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.820 DE 24 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal, ocupando o cargo público de Fiscal de Tributos, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Tributos e Fiscalização, LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO, Matrícula Funcional nº 000078, Registro no Sistema sob nº 37000, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, com efeitos retroativos 03 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 52, Referência A para Nível 5 Sub-Nível 53 Referência A no valor de R\$ 2.221,88 (dois mil, duzentos e vinte e um reais, oitenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de Fevereiro de 2015.

Art.3º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 5 Sub-Nível 53, Referência A para Nível 5 Sub-Nível 53 Referência B no valor de R\$ 2.288,49 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais, quarenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de Fevereiro de 2015.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 116,87 (cento e dezesseis reais, oitenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Fevereiro de 2015, já descontado o valor de R\$ 14,45 (quatorze reais, quarenta e cinco centavos), referente a contribuição da Servidora ao GABINETE DO PREFEITO

IPRECAL. O valor de R\$ 28,89 (vinte e oito reais, oitenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Fevereiro de 2015

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.821 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.821 DE 24 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, ao Servidor Público Municipal, ocupando o cargo público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas e Veículos Pesados, CLODOALDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000104, Registro no Sistema sob nº 183000, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com efeitos retroativos 01 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência A para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência B no valor de R\$ 1.530,78 (um mil, quinhentos e trinta reais, setenta e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

Art.3º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 1.576,70 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais, setenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de Março de 2015, será pago o valor de R\$ 80,58 (oitenta reais, cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de Fevereiro de 2015, já descontado o valor de R\$ 9,96 (nove reais, noventa e seis centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL.

GABINETE DO PREFEITO

O valor de R\$ 19,92 (dezenove reais, noventa e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2015

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.822 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.822 DE 24 DE MARÇO DE 2015

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 24 de Março de 2015, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema Sob nº 954556, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de Maio de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.823 DE 23 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.823 DE 24 DE MARÇO DE 2015

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e no Artigo 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art.1º) Fica homologado o resultado da avaliação realizada pela CAESP em data de 24 de Março de 2015, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal, CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema Sob nº 954556, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Agosto de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
24 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.824 DE 25 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.824 DE 25 DE MARÇO DE 2015

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 11.707 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo único do Art. 1º da Portaria nº 11.707 de 29 de Janeiro de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único - A Licença que trata o caput deste artigo a partir de 27 de Janeiro de 2015 a 27 de Março de 2015”.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de Janeiro de 2015.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.825 DE 25 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.825 DE 25 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, Férias a Servidora Pública Municipal, NELCI

TEREZINHA IDALÊNCIO DETROZ, Matrícula Funcional nº 000059, Registro no Sistema Sob nº 293510, ocupante do cargo público de Professor I, exercendo a função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01 de Novembro de 2011 á 01 de Novembro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.826 DE 25 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.826 DE 25 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal, MARLENE DE FATIMA PESSOA MACHADO FOITTE, Matrícula Funcional nº 366, Registro no Sistema sob nº 705480, ocupante do Cargo Público e exercendo a função de Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único - O abono pecuniário de que trata o caput deste Artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de Outubro de 2013 á 30 de Setembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
25 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 26/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR LC Nº. 01/2015 DE 18/03/2015 AUTORIZA PODER EXECUTIVO A ISENTAR DO RECOLHIMENTO DE ITBI O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2015 DE 18/03/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ISENTAR DO RECOLHIMENTO DE ITBI O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do recolhimento de ITBI o imóvel abaixo descrito, que se refere a 30 (trinta) unidades habitacionais construídas através de convênio firmado com o Ministério das Cidades (Loteamento Faedo), conforme mapa em anexo, o qual faz parte da presente lei:

Matrícula: 28.282 Livro nº 224, folhas 235 Cartório 1º Tabelionato de Notas e Protestos

Área: 6.320 m² (seis mil trezentos e vinte metros quadrados)

Endereço: Rua Projetada - Bairro Nossa Senhora Aparecida

Localização: Chácara Nossa Senhora de Lourdes no perímetro urbano do município de Campos Novos

Parágrafo único. A isenção descrita no caput refere-se especificamente ao ato de transferência da propriedade do imóvel do município para o donatário - na efetivação da doação - e abrange os lotes 01 a 16 da quadra 01, lotes 06 e 10 da quadra 02, lotes 07, 08, 09, 10, 17, 18, 19 e 20 da quadra 03 e lotes 08, 09, 17 e 18 da quadra 05, conforme mapa anexo.

Art. 2º. A isenção concedida por meio da presente lei tem como objetivo o desenvolvimento e implementação da política habitacional do município, para a promoção do acesso à moradia digna, especialmente as famílias de mais baixa renda.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 18 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 669/15

PORTARIA Nº 669/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIN REGINA SCHALY

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ELIZETE DA ROSA BECKER, encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KARIN REGINA SCHALY para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 670/15

PORTARIA Nº 670/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINE VICENTE DANIELEWICZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KARINE VICENTE DANIELEWICZ para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 671/15

PORTARIA Nº 671/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIZE FACIN MARCHEZAN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KARIZE FACIN MARCHEZAN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 672/15

PORTARIA Nº 672/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARIZE VICENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KARIZE VICENTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 673/15

PORTARIA Nº 673/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 674/15

PORTARIA Nº 674/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELLY TAYNARA GIUSTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, KELLY TAYNARA GIUSTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 676/15

PORTARIA Nº 676/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEILA GOTTSSELIG

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LEILA GOTTSSELIG para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 678/15

PORTARIA Nº 678/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETICIA FURTADO TITON

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LETICIA FURTADO TITON para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 679/15

PORTARIA Nº 679/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETICIA SABEI DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LETICIA SABEI DE ALMEIDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 680/15

PORTARIA Nº 680/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIDIANE APARECIDA SUTIL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LIDIANE APARECIDA SUTIL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 681/15

PORTARIA Nº 681/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 685/15

PORTARIA Nº 685/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LILIANE STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LILIANE STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 686/15

PORTARIA Nº 686/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LINDER DE LARA MACHADO GRACIANO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 689/15

PORTARIA Nº 689/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANA APARECIDA PIZZATO DA CRUZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANA APARECIDA PIZZATO DAS CRUZ para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 690/15

PORTARIA Nº 690/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANA RIBEIRO LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANA RIBEIRO LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 691/15

PORTARIA Nº 691/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANA TEREZINHA FLESCH NUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANA TEREZINHA FLESCH NUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de

2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 694/15

PORTARIA Nº 694/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE REGINA JUNG

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANE REGINA JUNG para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 695/15

PORTARIA Nº 695/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMAR DOS SANTOS MORAES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIMAR DOS SANTOS MORAES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 696/15

PORTARIA Nº 696/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMARA DE OLIVEIRA DE VILLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas

pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIMARA DE OLIVEIRA DE VILLA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 697/15

PORTARIA Nº 697/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIMARI APARECIDA VICENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIMARI APARECIDA VICENTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 698/15

PORTARIA Nº 698/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCY MARA WOLFF

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCY MARA WOLFF para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 699/15

PORTARIA Nº 699/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUZIA DE MENECH

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUZIA DE MENECH para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 712/15

PORTARIA Nº 712/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA ELSA GRACIETTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIA ELSA GRACIETTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 724/15

PORTARIA Nº 724/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINALVA DA COSTA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARINALVA DA COSTA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 725/15

PORTARIA Nº 725/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARINES CECHIN ROTINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário MARINES CECHIN ROTINI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 771/15

PORTARIA Nº 771/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA GOUVEIA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SABRINA GOUVEIA RIBEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 772/15

PORTARIA Nº 772/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SAMANTA SANTOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SAMANTA SANTOS DAS SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 773/15

PORTARIA Nº 773/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANDRA APARECIDA LOPES MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SANDRA APARECIDA LOPES MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 779/15

PORTARIA Nº 779/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVIA SIMA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SILVIA SIMA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 781/15

PORTARIA Nº 781/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SINTHIA MARIA MECABO CORREA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SINTHIA MARIA MECABO CORREA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 786/15

PORTARIA Nº 786/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SOLANGE DE FATIMA ALVES FAGUNDES DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SOLANGE DE FATIMA ALVES FAGUNDES DE LIMA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 787/15

PORTARIA Nº 787/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA APARECIDA DOS SANTOS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 789/15

PORTARIA Nº 789/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA APARECIDA GONÇALVES THIBES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA APARECIDA GONÇALVES THIBES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 790/15

PORTARIA Nº 790/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA APARECIDA TESSER QUIBEM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA APARECIDA TESSER QUIBEM para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 793/15

PORTARIA Nº 793/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SONIA GORETI MARTINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SONIA GORETI MARTINS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 795/15

PORTARIA Nº 795/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUELI MARIA REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SUELI MARIA REDANTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 797/15

PORTARIA Nº 797/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUZAMARA BRANCO MAXIMILIANO PERIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SUZAMARA BRANCO MAXIMILIANO PERIN para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 798/15

PORTARIA Nº 798/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TANIA TORMEM

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TANIA TORMEM para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 799/15

PORTARIA Nº 799/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TANISMAR APARECIDA RIBAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TANISMAR APARECIDA RIBAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 800/15

PORTARIA Nº 800/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TATIANA SERPA CORREA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TATIANA SERPA CORREA BECKER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 801/15

PORTARIA Nº 801/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAYNARA XAVIER ALVES DO AMARAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário TAYNARA XAVIER ALVES DO AMARAL para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 802/15

PORTARIA Nº 802/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO THAIS APARECIDA BECKER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário THAIS APARECIDA BECKER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 803/15

PORTARIA Nº 803/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDERI MIORELLI DISSEGNA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VALDERI MORELLI DISSEGNA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 804/15

PORTARIA Nº 804/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALERIA BELLOZUPKO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária CRISTIANI PEREIRA DE SOUZA, encontra-se em auxílio doença;

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VALERIA BELLOZUPKO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E .

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 806/15

PORTARIA Nº 806/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALQUIRIA TEREZINHA BOEIRA DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VALQUIRIA TEREZINHA BOEIRA DA ROSA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 808/15

PORTARIA Nº 808/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANDERLEIA MARIA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VANDERLEIA MARIA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 810/15

PORTARIA Nº 810/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA SCHNEIDER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VANESSA SCHNEIDER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 811/15

PORTARIA Nº 811/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANIA CATARINA MEIRA DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VANIA CATARINA MEIRA DE CARVALHO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 813/15

PORTARIA Nº 813/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANICE SABEI CASSANIGA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VANICE SABEI CASSANIGA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 814/15

PORTARIA Nº 814/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 816/15

PORTARIA Nº 815/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VIVIANE DE SOUZA GRAEFF

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VIVIANE DE SOUZA GRAEFF para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 817/15

PORTARIA Nº 817/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VIVIANI VICENTE BERNABE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VIVIANI VICENTE BERNABE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 831/15

PORTARIA Nº 831/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FATIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, FATIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA para exercer o cargo de PROFESSORA, para atuar no SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, da Secretaria de Assistência Social, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de janeiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 847/15

PORTARIA Nº 847/15 DE 06/03/15

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA MODALIDADE DE PRELÂTIMO PRESENCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem a Comissão Permanente de Pregão Presencial;
Diogenes Zoldan - Presidente
Ana Paula Walter - Membro
Robson Joubert dos Santos - Membro

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 06 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 881/15

PORTARIA Nº 881/15 de 17/03/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº202/14

PORTARIA Nº 202/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JUCIMAR FERREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JUCIMAR FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/04/13 a 31/03/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº205/14

PORTARIA Nº 205/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MAURICIO DE CARVALHO BRAGA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MAURICIO DE CARVALHO BRAGA referente ao período aquisitivo de 11/03/13 a 11/03/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 04/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº206/14

PORTARIA Nº 206/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NARCISO LUIZ NERES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NARCISO LUIZ NERES referente ao período aquisitivo de 01/04/12 a 31/03/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº207/14

PORTARIA Nº 207/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS referente ao período aquisitivo de 13/03/13 a 12/03/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº208/14

PORTARIA Nº 208/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) PEDRO ALDORI MIGUEL

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) PEDRO ALDORI MIGUEL referente ao período aquisitivo de 01/03/12 a 28/02/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº209/14

PORTARIA Nº 209/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSANA CANDIDO DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSANA CANDIDO DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº210/14

PORTARIA Nº 210/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSANE MARIA LAZZARI MORO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSANE MARIA LAZZARI MORO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº211/14

PORTARIA Nº 211/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA AP. DE ANDRADE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA AP. DE ANDRADE referente ao período aquisitivo de 22/03/13 a 21/03/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº212/14

PORTARIA Nº 212/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SEBASTIÃO CORREIA DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SEBASTIÃO CORREIA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/04/13 a 31/03/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº213/14

PORTARIA Nº 213/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SOLIDÊ VOLPATO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SOLIDÊ VOLPATO referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº214/14

PORTARIA Nº 214/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VALTER MARCELO SCOLARO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VALTER MARCELO SCOLARO referente ao período aquisitivo de 10/07/13 a 09/07/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº215/14

PORTARIA Nº 215/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VANDERLEIA SCAPINI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VANDERLEIA SCAPINI referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 06/01/15 a 04/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº216/14

PORTARIA Nº 216/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VILMA RIBEIRO DRUM

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VILMA RIBEIRO DRUM referente ao período aquisitivo de 06/02/12 a 05/02/13 a serem gozadas no período de 12/01/15 a 10/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº217/14

PORTARIA Nº 217/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELIR JOSE VALDUGA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELIR JOSE VALDUGA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº218/14

PORTARIA Nº 218/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELMO PETRI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELMO PETRI referente ao período aquisitivo de 16/08/11 a 15/08/12 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº219/14

PORTARIA Nº 219/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALCIDIR ZINI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALCIDIR ZINI referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº220/14

PORTARIA Nº 220/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALFEU FRIGO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALFEU FRIGO referente ao período aquisitivo de 01/04/11 a 31/03/12 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº221/14

PORTARIA Nº 221/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CELIO ROSSI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CELIO ROSSI referente ao período aquisitivo de 17/01/14 a 16/01/15 a serem gozadas no período de 21/01/15 a 19/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº222/14

PORTARIA Nº 222/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CILSO DE JESUS MOREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CILSO DE JESUS MOREIRA referente ao período aquisitivo de 02/07/12 a 01/07/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº223/14

PORTARIA Nº 223/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELE AP. CARABOLANTE

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELE AP. CARABOLANTE referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº224/14

PORTARIA Nº 224/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DARLAN MIGUEL GONÇALVES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DARLAN MIGUEL GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº225/14

PORTARIA Nº 225/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DILSANIR LUIS MACHADO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DILSANIR LUIS MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 02/01/15 a 01/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº226/14

PORTARIA Nº 226/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DIONEI MACHADO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DIONEI MACHADO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº227/14

PORTARIA Nº 227/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDMILSON ANTONIO MARTINS DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/12/13 a 30/11/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº228/14

PORTARIA Nº 228/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EVA MARIA ANTONIAZZI

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EVA MARIA ANTONIAZZI referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº229/14

PORTARIA Nº 229/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FRANCISCO ALLUP GONÇALVES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FRANCISCO ALLUP GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº230/14

PORTARIA Nº 230/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ILENICE SCAPIM

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ILENICE SCAPIM referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº231/14

PORTARIA Nº 231/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANDIRA TERRES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANDIRA TERRES referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 19/01/15 a 18/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº232/14

PORTARIA Nº 232/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANE A. DE OLIVEIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANE A. DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 17/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº233/14

PORTARIA Nº 233/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSE WALDEMAR DA SILVA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSE WALDEMAR DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº234/14

PORTARIA Nº 234/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA AP. ALMEIDA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA AP. ALMEIDA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 17/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº235/14

PORTARIA Nº 235/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCO AURELIO PADILHA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCO AURELIO PADILHA referente ao período aquisitivo de 24/05/13 a 23/05/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 30/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº236/14

PORTARIA Nº 236/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCO EMIR MOREIRA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCO EMIR MOREIRA referente ao período aquisitivo de 05/04/12 a 04/04/13 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº237/14

PORTARIA Nº 237/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCOS RODRIGUES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCOS RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 20/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº238/14

PORTARIA Nº 238/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARI ROSANE DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARI ROSANE DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº239/14

PORTARIA Nº 239/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA CRISTINA AVILA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA CRISTINA AVILA referente ao período aquisitivo de 01/10/13 a 01/10/14 a serem gozadas no período de 01/02/15 a 02/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº240/14

PORTARIA Nº 240/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA LUIZA DE SOUZA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA LUIZA DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 16/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº241/14

PORTARIA Nº 241/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NEUSA SALETE P. VALDUGA

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NEUSA SALETE P. VALDUGA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº244/14

PORTARIA Nº 244/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA MARIA DE ARAÚJO

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE ARAÚJO referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº245/14

PORTARIA Nº 245/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARLA RENATA ANTUNES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARLA RENATA ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº246/14

PORTARIA Nº 246/14 de 26/01/2015.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEONICE DE O. FAGUNDES

Jairo Luft, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEONICE DE O. FAGUNDES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de janeiro 2015.

Jairo Luft

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº285/15

PORTARIA Nº 285/15 DE 19/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAIR FERNANDES DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAIR FERNANDES DOS SANTOS, para exercer o cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº290/15

PORTARIA Nº 290/15 DE 19/02/2015

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) PATRICIA MENEGAZZO RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o (a) servidor (a) PATRICIA MENEGAZZO RIBEIRO do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM- SAMU. Retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº440/15

PORTARIA Nº 440/15 DE 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANDRÉ GRANZOTTO MACHADO, para exercer o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº766/15

PORTARIA Nº 766/15 de 27/02/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSEMERY RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSEMERY RECALCATTI para exercer o cargo de PROFESSOR EM NÍVEL II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 34/2015 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 34/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 27/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de lâminas, parafusos e porcas para manutenção corretiva e preventiva da motoniveladora, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 09 de abril de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 25 de março de 2015.
ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 35/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 35/2015
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 28/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de material didático para manutenção das atividades educacionais da Rede Municipal de ensino Infantil e Fundamental, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 09 de abril de 2015, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 25 de março de 2015.
ANTONIO DA SILVA
Prefeito do Município.

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 14/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/15
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15
CONTRATADO: BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
DATA: 25/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/15
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15
CONTRATADO: GISIANE MATILDE VIEIRA - ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 872,00 (oitocentos e setenta e dois reais)
DATA: 25/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/15
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/15
HOMOLOGAÇÃO: 24/03/15
CONTRATADO: MARIA & HELENA CONSTRUTORA LTDA ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESAS PARA ESCRITORIO EM MDP, MESAS RETANGULARES, ARMARIOS FECHADOS EM MDP, BALCÕES FECHADOS EM MDP, ARQUIVOS EM MDP, ARQUIVOS DE AÇO, ARMÁRIOS GUARDA-VOLUME, CADEIRAS GIRATORIAS ESTILO SECRETÁRIA, DIRETOR, PRESIDENTE, CADEIRAS FIXAS ESTILO DIRETOR, POLTRONAS COM RODIZIO, ESTANTES DE AÇO, 01 TV LED 60", 02 CABOS HDMI 1,5 M, 01 CONJUNTO EXTENSOR HDMI, 01 CABO ADAPTADOR HDMI, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais)
DATA: 25/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 24/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/15

HOMOLOGAÇÃO: 25/03/15

CONTRATADO: KERBER E CIA LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais)

DATA: 25/03/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

RESOLUÇÃO 03/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 03/CMDCA/2015

Formar Comissão Especial para delegar o de escolha dos membros do Conselho Tutelar no âmbito do Município de Canoinhas- Santa Catarina, para Eleições Unificadas.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, através de sua presidente, Sra. Vera Lúcia Piotrowski Cubas, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/2015 estão abertas as inscrições, para a eleição dos Conselheiros Tutelares Suplentes de Canoinhas.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 10 de Março de 2015;

CONSEIDERANDO a Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;

RESOLVE

Art.1º - Formar Comissão Especial para delegar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar no âmbito do Município de Canoinhas - Santa Catarina, para Eleições Unificadas.

Nome	Representação
Mozara Carvalho Schadeck	Governamental
Juceres Maria Wiese Roeder	Governamental
Ivan Gilberto Krauss	Governamental
Denise Cardoso	Não Governamental
Franciele Geraldo	Não Governamental
Katia Simone Bueno da Silva	Não Governamental

Art.2º - Estabelece as atribuições da Comissão:

- A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios;

- Diante da impugnação de candidatos ao Conselho tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe a comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para

apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

- Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

-Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial e encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;

- Cabe ainda à Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção de cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

- O Ministério Público será notificado com a Antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 23 de Março de 2015.

Vera Lúcia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 375.000,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 42/2015

Licitação.....: 24/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL, COMPOSTO POR ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, BRITADOR MÓVEL E CARREGADEIRA, DESTINADOS A BRITAGEM DE PEDRAS PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS DO MUNICÍPIO.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	16460	- HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS POR CONJU	- Unidade: hrs				
12506	KERBER E CIA LTDA	KERBER	500.000	0.0000	750.0000	375.000.00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em/...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
MARCIANO FERNANDES CORREA -	SUPLENTE
PAULO CESAR SAFANELLI -	PREGOEIRO
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
VANESSA LANGER -	CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 038/2015

DECRETO No 038, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 323.303,00 (trezentos e vinte e três mil, trezentos e três reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 323.303,00 (trezentos e vinte e três mil, trezentos e três reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0701.10.301.0150.1067	CONST. AMPL. E REAPARELHAMENTO DE UNID SAÚDE	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-214	Aplicações Diretas	1023	00	R\$	323.303,00
	Total	1023	00	R\$	323.303,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso provável de arrecadação nos meses de janeiro a dezembro do corrente exercício, no valor de R\$ 323.303,00 (trezentos e vinte e três mil, trezentos e três reais), na fonte de recursos 1.24 "Transferências de Convênios - Saúde", da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Saúde	1023	00	R\$	323.303,00
Total	1023	00	R\$	323.303,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 17 de março de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PMC PTOCESSO LICITATÓRIO 0077/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0047/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0077/2015

Pregão Presencial Nº 0047/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de cascalho para manutenção e melhorias dos serviços urbanos e estradas do interior do Município.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 09/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 26 de março de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

RESOLUÇÃO 08/2015 - CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada de forma emergencial até a realização de processo seletivo, conforme Ata 01/2015 de 13 de março de 2015, Marilda Esganzela, brasileira, solteira, nascida em 07 de junho de 1979, inscrita no CPF sob o nº 032.577.129-44, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 23 de março de 2015.

VITOR JOAO FACCIN

Prefeito de Ouro

Presidente do CIALAR

RESOLUÇÃO 09/2015 - CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada de forma emergencial até a realização de processo seletivo, conforme Ata 01/2015 de 13 de março de 2015, Edinéia de Moraes, brasileira, solteira, nascida em 20 de abril de 1991, inscrita no CPF sob o nº 081.367.409-33, para exercer as funções do cargo de Monitor Social no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 23 de março de 2015.

VITOR JOAO FACCIN

Prefeito de Ouro

Presidente do CIALAR

Catanduvras**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.058, DE 25 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 2.058, de 25 de março de 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvras-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, c/c alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal; art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e art. 182, § 3º, art. 30, e art. 5º, XXIV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina, mantém em funcionamento no Perímetro Urbano desta cidade de Catanduvras-SC, uma Subestação de Energia Elétrica, sendo que atualmente executa projeto de instalação de uma Rede de Distribuição, visando o abastecimento da indústria de alimentos Aurora, localizada no município de Joaçaba-SC;

CONSIDERANDO, que o projeto de instalação prevê que o traçado da rede se estenda pelo perímetro urbano dessa cidade, iniciando-se pela Rua Rui Barbosa, e seguindo pelo seu prolongamento, sobre as chácaras urbanas pertencentes às famílias Giacomini/Bortolon, Paviani, Paganini e Ozório, até alcançar a rua central do Loteamento Colina Verde;

CONSIDERANDO, que há na atualidade uma crescente demanda de acesso a: a) ao Loteamento Colina Verde (Imobiliária Casa-grande) e adjacências; b) propriedades agrícolas; c) futuro loteamento industrial da família Breda e d) outros usuários, em face das restrições apontadas pelo DNIT no que diz ao acesso pela Rodovia BR 282, desde a Estrada Municipal Fazendinha, prolongando-se até o trevo de acesso a Jaborá;

CONSIDERANDO, ainda, que em face da existência de áreas urbanas ainda não loteadas, naquela Região, haverá ampliação da demanda por acesso viário.

CONSIDERANDO, que, por outro viés, o prolongamento da Rua Rui Barbosa até alcançar o Loteamento "Colina Verde" mostra-se natural e imprescindível ao escoamento viário daquela região até o Centro da cidade de Catanduvras, já contando este prolongamento com a Rede de Energia Elétrica constante do projeto da Celesc;

CONSIDERANDO, que, com a construção do viaduto sobre a Rod. BR 282, no Km 409,5, dentro do Perímetro Urbano de Catanduvras-SC, haverá a facilitação do acesso aos moradores do Loteamento Colina Verde e adjacências e outros citados acima, seguindo-se pela Rua Rui Barbosa;

CONSIDERANDO, que o prolongamento da Rua Rui Barbosa, se estende sobre o terreno constante da Matrícula nº 0836, pertencente a Pedrinho Giacomini e Lucimar Fátima Bortolon; pelo terreno constante da Matrícula nº 0776, pertencente a Pedro Paviani, ou a quem de direito; pelo terreno constante da Matrícula nº 2.311, denominado "Colônia Três Irmãos", pertencente a Adão Pedro Paganini e outros; e pelo terreno constante da Matrícula nº 1.598, pertencente a Antonio Ozório Neto e outros, todos registradas no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvras-SC;

CONSIDERANDO, que diante da situação acima descortinada, para facilitar a mobilidade urbana, e a implantação de obras de infraestrutura, outra solução não há senão em promover-se a

expropriação da área do traçado da Rua em cada uma das áreas acima descritas e que compete ao Município, de acordo com o previsto na alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal, promover a desapropriação;

CONSIDERANDO, que em procedimento administrativo prévio, restou indicado objetivamente: a) a adequação e a necessidade das áreas a serem desapropriadas para a satisfação da necessidade coletiva de Catanduvas-SC, para ordenar e possibilitar obras de infraestrutura no referido prolongamento da Rua; e b) os encargos a que deve satisfazer e os recursos econômico-financeiros de que dispõe o Município;

CONSIDERANDO, a existência de situação fática configurando causa jurídica hábil a acarretar a expropriação do bem, como a elencada na letra "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como a existência da necessidade, adequação e proporcionalidade;

CONSIDERANDO, a não existência de outra solução dotada de menor lesividade, tanto ao interesse do expropriado, tanto quanto aos interesses públicos municipais;

CONSIDERANDO, a existência de autorização orçamentária constante do Orçamento Municipal do exercício de 2015, cumprindo assim com as determinações constante do art. 167, I e II da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, finalmente, que dessa mesma forma, o Decreto Municipal nº 2.055, de 18 de fevereiro de 2015, já procedeu a desapropriação de parte do trecho do prolongamento da Rua; e a natureza constitutiva do presente ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser necessário à mobilização urbana e obras de infraestrutura, parte da área do imóvel situado no prolongamento da Rua Rui Barbosa, nesta cidade de Catanduvas-SC, assim descrito, conforme Memorial Descritivo emitido pelo Engenheiro Civil Denir Narcizo Zulian: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Rui Barbosa, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 1.626,22m² (mil, seiscentos e vinte e seis metros e vinte e dois decímetros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: Partindo do marco '9', deste, segue por linha seca, dividindo-o com o IMÓVEL MATRÍCULA 0836 PEDRINHO GIACOMIN, GISA APARECIDA GIACOMIN, LUCIMARA FÁTIMA BORTOLON (PROJEÇÃO DA RUA RUI BARBOSA); Daí segue por linha seca confrontando com IMÓVEL MATRÍCULA 0836 PEDRINHO GIACOMIN, GISA APARECIDA GIACOMIN, LUCIMARA FÁTIMA BORTOLON (PROJEÇÃO DA RUA RUI BARBOSA) com o azimute de 57º47'44" e a distância de 30,92 m até o marco '6' (E=433680.851 m e N=7004580.936 m); Daí segue por linha seca confrontando com o IMÓVEL RURAL 0776 EDSON PAVIANI, GERSON PAVIANI, SIMONE PAVIANI LUVISON, RONALDO LUVISON, USUFRUATUÁRIOS: PEDRO PAVIANI E LOURDES GASPARINI PAVIANI com o azimute de 197º29'59" e a distância de 88,33 m até o marco '5' (E=433654.289 m e N=7004496.690 m); Daí segue por linha seca confrontando com o IMÓVEL MATRÍCULA 2.311 ADÃO PAGANINI, SÔNIA DE FÁTIMA BAZANELLA PAGANINI, GESSY PAGANINI, TE-REZINHA APARECIDA DE QUADROS PAGANINI, JAIR PAGANINI com o azimute de 261º59'50" e a distância de 22,16 m até o marco '10' (E=433632.346 m e N=7004493.605 m); daí segue por linha seca confrontando com o IMÓVEL RURAL 0776 EDSON PAVIANI, GERSON PAVIANI, SIMONE PAVIANI LUVISON, RONALDO LUVISON, USUFRUATUÁRIOS: PEDRO PAVIANI E LOURDES GASPARINI PAVIANI com o azimute de 17º29'59" e a distância de 74,29 m até o marco '9' (E=433654.684 m e N=7004564.455 m)

início da descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área de 1.626,22 m², de propriedade de Edson Paviani, Gerson Paviani, Simone Paviani Luvison, Ronaldo Luvison, Usufrutuários Pedro Paviani e Lourdes Gasperini Paviani, imóvel este devidamente registrado e matriculado sob nº 0776, no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC.

Art. 2º De acordo com o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, justifica-se a dimensão da área a ser desapropriada, pela necessidade de abranger toda a área relativa ao prolongamento da Rua Rui Barbosa, no limite do imóvel.

Art. 3º Em face de a área ora desapropriada integrar o sistema viário urbano do município, como acima consta, bem como a necessidade de se proceder ao seu nivelamento definitivo para a instalação da rede no leito definitivo da Rua Rui Babosa, EMITE-SE o MUNICÍPIO NA POSSE PROVISÓRIA da área do imóvel acima descrita de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proceder e promover os atos subsequentes ao presente decreto expropriatório, destinados à formalização da desapropriação propriamente dita, convocando-se o proprietário do imóvel a ser expropriado para, no processo administrativo, norteado das garantias constitucionais, em que poderão ser discutidos temas pertinentes, dirimir eventuais pontos controvertidos, notadamente, a tentativa de formalização de acordo para a respectiva indenização.

Art. 5º Fica afetada como bem de uso comum do povo, a área desapropriada, à manutenção do prolongamento da Rua Rui Barbosa.

Art. 6º Atribui-se, para efeitos meramente fiscais, o valor da área expropriada, em R\$ 16.262,20 (dezesesseis mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), de acordo com os parâmetros encontrados pela Comissão de Avaliação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 2.019, de 10 de outubro de 2014.

Art. 7º As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

15.451 Infraestrutura Urbana

15.451.0046 SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA
15.451.0046.1.0037000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Art. 8º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 25 de março de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 28/2015

DECRETO Nº 28/2015

Dispõe sobre a regulamentação do "Serviço de Inspeção Municipal - SIM" que fixa normas de inspeção sanitária para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal, e dá outras providências.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O presente Regulamento estabelece as normas que regulam, em todo o território do Município de Caxambu do Sul, a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária para produtos de origem animal, destinadas a preservar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor.

Art. 2º. Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização de agroindústrias;

II - Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Art. 3º. Ficam sujeitos à inspeção e fiscalização previstas neste Regulamento, os animais destinados ao abate, a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, os ovos e seus derivados, o leite e seus derivados e os produtos das abelhas e seus derivados.

Parágrafo único. A inspeção e a fiscalização a que se refere o caput deste artigo abrangem, sob o ponto de vista industrial e sanitário, a inspeção ante e post mortem dos animais, a recepção, manipulação, beneficiamento, industrialização, fracionamento, conservação, embalagem, rotulagem, armazenamento, expedição e trânsito de quaisquer matérias-primas e produtos de origem animal.

Art. 4º. A inspeção a que se refere o artigo anterior são privativas do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, sempre que se tratar de produtos destinados ao comércio dentro de sua jurisdição.

Art. 5º. Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de Caxambu do Sul, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Agricultura atuará em parceria com os demais Municípios através do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União

para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º. Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ao Sistema Brasileiro de Inspeção - SISBI, os produtos inspecionados pelo serviço de inspeção municipal poderão ser comercializados em todo o território nacional.

§3º. A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Vigilância Sanitária do Município, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei nº 8.080./1990.

§4º. A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Art. 6º. As ações do SIM contemplam as seguintes atribuições:

I - coordenar e executar as atividades de inspeção e fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos registrados ou relacionados, dos produtos de origem animal comestíveis ou não e seus derivados;

II - verificar a aplicação dos preceitos do bem-estar animal e executar as atividades de inspeção ante e post mortem de animais de abate;

III - manter disponíveis registros nosográficos e estatísticas de produção e comercialização de produtos de origem animal;

IV - elaborar as normas complementares para a execução das ações de inspeção, fiscalização, registro, relacionamento e habilitação dos estabelecimentos, bem como registro, classificação, tipificação, padronização e certificação sanitária dos produtos de origem animal;

V - verificar a implantação e execução dos programas de autocontrole dos estabelecimentos registrados ou relacionados;

VI - coordenar e executar os programas de análises laboratoriais para monitoramento e verificação da identidade, qualidade e inocuidade dos produtos de origem animal;

VII - executar o programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em produtos de origem animal;

VIII - elaborar e executar programas de combate à fraude nos produtos de origem animal;

IX - verificar os controles de rastreabilidade dos animais, matérias-primas, ingredientes e produtos ao longo da cadeia produtiva; e

X - elaborar programas e planos complementares às ações de inspeção e fiscalização.

Art. 7º. O presente Regulamento e demais atos complementares que venham a ser expedidos devem ser executados em todo o território municipal.

Art. 8º. A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º. A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 2º. Nos demais estabelecimentos que constam neste Regulamento a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos

por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º. A inspeção industrial e higiênico-sanitária de produtos de origem animal abrange os seguintes procedimentos:

- I - a inspeção ante e post mortem das diferentes espécies animais;
- II - a verificação dos programas de autocontrole dos estabelecimentos dirigido ao atendimento dos regulamentos técnicos de identidade e qualidade do produto específico;
- III - a verificação do rótulo ou rotulagem dos produtos destinados à venda;
- IV - os resultados dos exames microbiológicos, histológicos, toxicológicos, físico-químicos ou sensoriais e as respectivas práticas laboratoriais aplicadas nos laboratórios próprios ou conveniados dos estabelecimentos inspecionados, utilizados na verificação da conformidade dos seus processos de produção;
- V - a verificação dos controles de resíduos de produtos veterinários e contaminantes ambientais utilizados pelos estabelecimentos industriais;
- VI - as informações inerentes ao setor primário com implicações na saúde animal, ou na saúde pública;
- VII - o bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena, e no abate.

Art. 10º. A concessão de inspeção pela Secretaria Municipal de Agricultura isenta o estabelecimento de qualquer outra fiscalização industrial ou sanitária federal, estadual ou municipal para produtos de origem animal.

Art. 11º. Para fins deste Regulamento são adotadas as seguintes definições:

- I - análise de controle: análise efetuada pelo estabelecimento para controle de processo e monitoramento da qualidade das matérias-primas, ingredientes e produtos;
- II - análise fiscal: análise efetuada por laboratório de controle oficial ou credenciado ou pela autoridade sanitária competente, em amostras colhidas pela Inspeção Municipal;
- III - análise pericial: análise laboratorial realizada a partir da amostra oficial de contraprova quando o resultado da amostra de fiscalização for contestado por uma das partes envolvidas, para assegurar amplo direito de defesa ao interessado; ou de amostras colhidas em caso de denúncias, fraudes ou problemas endêmicos constatados a partir da fiscalização no município.
- IV - animais exóticos: todos aqueles pertencentes às espécies da fauna exótica, criados em cativeiro, cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro, aquelas introduzidas pelo homem, inclusive domésticas em estado asselvajado, e também aquelas que tenham sido introduzidas fora das fronteiras brasileiras e das suas águas jurisdicionais e que tenham entrado em território brasileiro;
- V - animais silvestres: todos aqueles pertencentes às espécies das faunas silvestres, nativas, migratórias e quaisquer outras aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte do seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou das águas jurisdicionais brasileiras;
- VI - auditoria: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pela Secretaria Municipal de Agricultura, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento;
- VII - Boas Práticas de Fabricação - BPF: condições e procedimentos higiênico - sanitários e operacionais sistematizados aplicados em todo o fluxo de produção, com o objetivo de garantir a qualidade, conformidade e inocuidade dos produtos de origem animal,

incluindo atividades e controles complementares;

VIII - desinfecção: procedimento que consiste na eliminação de agentes infecciosos por meio de tratamentos físicos, biológicos ou agentes químicos;

IX - equivalência de sistemas de inspeção: estado no qual as medidas de inspeção higiênico-sanitária e tecnológica aplicadas por diferentes sistemas de inspeção ainda que não sejam iguais as medidas aplicadas por outro serviço de inspeção, permitem alcançar os mesmos objetivos de inocuidade e qualidade dos produtos, na inspeção e fiscalização, estabelecidos neste regulamento e de acordo com o SUASA.

X - fiscalização: procedimento oficial exercido pela autoridade sanitária competente, junto ou indiretamente aos estabelecimentos de produtos de origem animal, com o objetivo de verificar o atendimento aos procedimentos de inspeção, aos requisitos previstos no presente Regulamento e em normas complementares;

XI - higienização: procedimento que consiste na execução de duas etapas distintas, limpeza e sanitização;

XII - inspeção: atividade de fiscalização executada pela autoridade sanitária competente junto ao estabelecimento, que consiste no exame dos animais, das matérias-primas e dos produtos de origem animal; na verificação do cumprimento dos programas de autocontrole, suas adequações às operações industriais e os requisitos necessários à sua implementação; na verificação da rastreabilidade, dos requisitos relativos aos aspectos higiênicos, sanitários e tecnológicos inerentes aos processos produtivos; na verificação do cumprimento dos requisitos sanitários na exportação e importação de produtos de origem animal; na certificação sanitária, na execução de procedimentos administrativos e na verificação de demais instrumentos de avaliação do processo relacionados com a segurança alimentar, qualidade e integridade econômica, visando o cumprimento do disposto no presente Regulamento e em normas complementares;

XIII - laboratório de controle oficial: laboratório próprio, ou laboratório público ou privado credenciado e conveniado com os serviços de inspeção equivalentes para realizar análises, por método oficial, visando atender às demandas dos controles oficiais;

XIV - legislação específica: atos normativos emitidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, ou por outros órgãos oficiais e responsáveis pela legislação de alimentos e correlatas;

XV - limpeza: remoção física de resíduos orgânicos, inorgânicos ou outro material indesejável das superfícies das instalações, equipamentos e utensílios;

XVI - memorial descritivo: documento que descreve, conforme o caso, as instalações, equipamentos, procedimentos, processos ou produtos relacionados ao estabelecimento de produtos de origem animal;

XVII - norma complementar: ato normativo emitido pela Secretaria Municipal de Agricultura, contendo diretrizes técnicas ou administrativas a serem executadas durante as atividades de inspeção e fiscalização junto aos estabelecimentos ou trânsito de produtos de origem animal, respeitadas as competências específicas;

XVIII - padrão de identidade: conjunto de parâmetros que permitem identificar um produto de origem animal quanto à sua origem geográfica, natureza, característica sensorial, composição, tipo ou modo de processamento ou modo de apresentação;

XIX - Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO: procedimentos descritos, implantados e monitorados, visando estabelecer a forma rotineira pela qual o estabelecimento industrial evita a contaminação direta ou cruzada do produto, preservando sua qualidade e integridade, por meio da higiene, antes, durante e depois das operações industriais;

XX - produto de origem animal: aquele obtido total ou predominantemente a partir de matérias-primas comestíveis ou não, procedentes das diferentes espécies animais, podendo ser adicionado de ingredientes de origem vegetal e mineral, aditivos e demais substâncias permitidas pela autoridade competente;

XXI - produto de origem animal comestível: produto de origem animal destinado ao consumo humano;

XXII - produto de origem animal não comestível: produto de origem animal não destinado ao consumo humano;

XXIII - programas de autocontrole: programas desenvolvidos, implantados, mantidos e monitorados pelo estabelecimento, visando assegurar a inocuidade, a qualidade e integridade dos seus produtos, que incluem BPF, PPHO ou programas equivalentes reconhecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura;

XXIV - qualidade: conjunto de parâmetros mensuráveis (físicos, químicos, microbiológicos e sensoriais) que permite caracterizar as especificações de um produto de origem animal em relação a um padrão desejável ou definido em legislação específica, quanto aos seus fatores intrínsecos e extrínsecos, higiênico-sanitários e tecnológicos;

XXV - rastreabilidade: capacidade de detectar no produto final a origem e de seguir o rastro da matéria-prima e produtos de origem animal, de um alimento para animais, de um animal produtor de alimentos ou de uma substância a ser incorporada em produtos de origem animal, ou em alimentos para animais ou com probabilidade de o ser, ao longo de todas as fases de produção, transformação e distribuição;

XXVI - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ: documento emitido pela Secretaria Municipal de Agricultura, mediante ato normativo, com o objetivo de fixar a identidade e as características e padrões mínimas para a qualidade que os produtos de origem animal devem atender.

XXVII - Sanitização: aplicação de agentes químicos, biológicos ou de métodos físicos nas superfícies das instalações, equipamentos e utensílios, posteriormente aos procedimentos de limpeza, visando assegurar um nível de higiene microbiologicamente aceitável;

XXVIII - Supervisão: procedimento de fiscalização realizado sistematicamente por equipe designada pelo Serviço de Inspeção Municipal, funcionalmente independente, para avaliar a conformidade dos procedimentos técnicos e administrativos da inspeção oficial e do estabelecimento.

XXIX - Entende-se por estabelecimento agroindustrial, aquele que destina-se ao processamento de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura e que dispõe de instalações para abate e/ou industrialização, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, podendo ser classificados em:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais - aqueles destinados ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais como coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais.

b) estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais - aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais, como suínos, ovinos e caprinos e bovinos, bubalinos e equinos respectivamente.

c) Fábrica de produtos cárneos - aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados.

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado - enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos.

e) estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos.

f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas.

g) estabelecimentos industrial de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite.

XXX - Instalações referem-se a toda a área "útil" do que diz

respeito à construção civil do estabelecimento propriamente dito e das dependências anexas.

XXXI - Equipamentos referem-se a tudo que diz respeito ao maquinário e demais utensílios utilizados nos estabelecimentos.

XXXII - Agroindustrialização é o beneficiamento, processamento, industrialização e/ou transformação de matérias-primas provenientes de exploração pecuárias, pesca, aquícolas, extrativistas, incluído o abate de animais, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem operações física, química ou biológica.

II - CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 12º. Os estabelecimentos para produtos de origem animal são classificados em:

I - para carnes e derivados;

II - para pescado e derivados;

III - para ovos e derivados;

IV - para leite e derivados; e

V - para produtos das abelhas e derivados.

Parágrafo único. A designação "estabelecimento" abrange todas as classificações de estabelecimentos para produtos de origem animal previstas no presente Regulamento.

Art. 13º. Os estabelecimentos para leite e derivados são classificados em:

I - Propriedades Rurais, compreendendo Fazenda Leiteira e Estábulo Leiteiro;

II - Estabelecimentos Industriais, compreendendo Granja Leiteira, Usina para Beneficiamento, Fábrica para Laticínios, Queijaria e Entrepasto para Laticínios.

§1º Entende-se por Propriedades Rurais aquelas destinadas à produção de leite para posterior processamento em estabelecimento industrial sob fiscalização e inspeção sanitária oficial. As propriedades rurais devem atender às normas complementares.

§2º Entende-se por Estabelecimentos Industriais os destinados à recepção, transferência, refrigeração, beneficiamento, industrialização, manipulação, fabricação, maturação, fracionamento, embalagem, rotulagem, acondicionamento, conservação, armazenagem e expedição de leite e seus derivados.

Art. 14º. Os estabelecimentos industriais para leite e derivados são classificados em:

I - Granja Leiteira;

II - Usina de Beneficiamento;

III - Fábrica de Laticínios;

IV - Queijaria;

V - Entrepasto de Laticínios.

§1º. Entende-se por Granja Leiteira o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite para o consumo humano direto e à elaboração de derivados lácteos, a partir de leite de sua própria produção e/ou associados.

§2º. Entende-se por Usina de Beneficiamento o estabelecimento que tem por finalidade principal a recepção, pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite destinado ao consumo humano direto.

§3º. Entende-se por Fábrica de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção de leite e derivados para o preparo de quaisquer

derivados lácteos.

§4º. Entende-se por Queijaria o estabelecimento localizado em propriedade rural, destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção, ou de seus associados.

I - a propriedade rural, caracterizada por se situar em área rural do município, deve ser reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

II - a Queijaria deve estar obrigatoriamente vinculada a um Entrepósito para Laticínios registrado no SIM, ou possuir estrutura própria de maturação em escala proporcional à produção da Queijaria, na qual será finalizado o processo produtivo com toalete, maturação, embalagem, rotulagem e armazenagem do queijo, garantindo-se a rastreabilidade.

§5º. Entende-se por Entrepósito de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção, toalete, maturação, classificação, fracionamento, acondicionamento e armazenagem de derivados lácteos. Permite-se a armazenagem de leite para consumo humano direto, desde que o Entrepósito de Laticínios possua instalações que satisfaçam as exigências do presente Regulamento.

Art. 15º. Os estabelecimentos de carnes e derivados são classificados em:

I - Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais;

II - Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais;

III - Fábrica de produtos cárneos.

§1º. Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de aves e outros pequenos animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2º. Entende-se por estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais o que possui instalações, equipamentos e utensílios específicos para o abate das diversas espécies de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, manipulação, industrialização, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição dos seus produtos e derivados sob variadas formas, dispondo de frio industrial e podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

§3º. Entende-se por Fábrica de Produtos Cárneos o estabelecimento que possui instalações, equipamentos e utensílios para recepção, manipulação, elaboração, conservação, acondicionamento, armazenagem e expedição de produtos cárneos para fins de industrialização, com modificação de sua natureza e sabor, das diversas espécies animais de abate e, em todos os casos, possuir instalações de frio industrial, podendo ou não dispor de instalações para aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 16º. Os estabelecimentos de pescado e derivados são classificados em:

I - Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado;

II - Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

§1º. Entende-se por Estabelecimento de Abate e Industrialização

de Pescado o estabelecimento que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

§2º. Entende-se por Estação Depuradora de Moluscos Bivalves o estabelecimento que possui dependências próprias para recepção, depuração, embalagem e expedição de moluscos bivalves.

Art. 17º. Os estabelecimentos de ovos e derivados:

Parágrafo único. Entende-se por Estabelecimentos de Ovos Comerciais aquele destinado à recepção, ovoscopia, classificação, acondicionamento, identificação, armazenagem e expedição de ovos em natureza, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao Entrepósito já classificados, acondicionados e identificados, podendo ou não fazer a industrialização, desde que disponha de equipamentos adequados para essa operação.

Art. 18º. Estabelecimento de extração e/ou Beneficiamento de produtos das abelhas:

§1º. Entende-se por Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas o estabelecimento destinado à extração, classificação, beneficiamento, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição, exclusivamente a granel, dos produtos das abelhas. O estabelecimento poderá industrializar e embalar produtos das abelhas em pequenas embalagens, devendo para isso, dispor de instalações e equipamentos adequados para tal.

§2º. Permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênico-sanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pela Inspeção Municipal, que atendam às condições estabelecidas em normas complementares e deverá ser relacionada junto ao SIM.

III - DO REGISTRO E RELACIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 19º. Nenhum estabelecimento pode realizar comércio municipal com produtos de origem animal sem estar registrado ou relacionado na Secretaria Municipal de Agricultura.

§1º. O Título de Registro é o documento emitido pelo chefe do SIM ao estabelecimento, depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento.

§2º. O Título de Relacionamento é o documento emitido pelo chefe do Serviço de Inspeção Municipal ao estabelecimento depois de cumpridas as exigências previstas no presente Regulamento.

Art. 20º. Devem ser registrados os seguintes estabelecimentos:

I - Granja Leiteira; Usina de Beneficiamento; Fábrica de Laticínios; Entrepósito de Laticínios.

II - Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais; Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais; Fábrica de produtos cárneos.

III - Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado; Estação Depuradora de Moluscos Bivalves.

IV - Estabelecimentos de Ovos Comerciais e Derivados.

V - Unidade de Extração e/ou Beneficiamento de Produtos das Abelhas.

VI - Os entrepostos em supermercados e similares.

§ 1º. A Queijaria quando ligada à Entrepasto de Laticínios deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção e deve ser registrada quando executar as operações previstas para o Entrepasto de Laticínios.

§ 2º. Unidade de Extração de Produtos das Abelhas deve ser relacionada junto ao Serviço de Inspeção Municipal.

§ 3º. Entrepastos em Supermercados e Similares são os estabelecimentos que recebem matéria-prima de produtos de origem animal e a submete a processamento que implique alterações de sua composição química, com adição de temperos, como cloreto de sódio e condimentos, para serem comercializados no próprio estabelecimento.

§ 4º. Toda pessoa proprietário ou responsável por estabelecimento de armazenamento, fracionamento e venda de carne e derivados, também chamado de açougue ou similar, inclusive em supermercados, somente pode fazê-lo funcionar com o Alvará Sanitário, obedecidos os requisitos da legislação específica;

§ 5º. Os estabelecimentos de armazenamento, porcionamento e venda de carnes e derivados são classificados em estabelecimento tipo A e tipo B e deverão adotar sistema de controle de identidade de origem, rastreabilidade até o produto final e procedimentos operacionais padrões.

§ 6º. Considera-se, para fins deste Decreto, como estabelecimentos tipo A, aqueles que dispõem de lugar específico para atividade de porcionar, reembalar e rotular carnes e similares já inspecionadas na origem, para ser comercializado no próprio local, com ambientes climatizados, com controle de temperatura, atendendo às legislações específica de rotulagem, abedecendo ao fluxo de manipulação e às boas práticas, com 1 (um) profissional técnico responsável por empresa.

§ 7º. Considera-se, para os fins deste Decreto, como estabelecimentos do tipo B, aqueles autorizados a armazenar, porcionar e vender carnes e similares já inspecionadas na origem, podendo apenas porcionar conforme pedido do consumidor ou deixando exposta para venda em balcões com controle de temperatura, enquanto perdurar a tempo necessário para a venda, mantendo as condições de conservação e a segurança dos alimentos.

§ 8º. Os estabelecimentos tipo A deverão adotar procedimentos operacionais padrões para as atividades de porcionar, embalar, rotular e comercializar, ficando a critério da responsabilidade técnica a validade dos produtos cárneos e derivados embalados, estabelecendo o prazo de validade igual ou inferior ao da peça original como garantia da segurança dos alimentos.

§ 9º. Toda pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento por estabelecimento tipo A e tipo B somente pode armazenar, manipular, porcionar e vender carnes de animais de abate inspecionado, sendo vedada neste estabelecimento o abate nas suas dependências.

§ 10º. Considera-se, para os fins deste Decreto, como atividade industrial aquele conjunto de operações e processos que tem como finalidade alterar as características organolépticas e nutricionais da carne e derivados, não sendo considerado industrialização o porcionamento de carnes e/ou derivados.

§ 11º. É vedado aos estabelecimentos previstos no inciso VI do Art. 20 deste Decreto a Adesão ao SISBI/SUASA.

§ 12º. É permitido à pessoa proprietária ou responsável por estabelecimento:

I - tipo A:

a) comercializar carne moída embalada para autoatendimento com prazo de validade estabelecido pelo responsável técnico, inferior ao prazo de validade da embalagem original, como garantia da segurança dos alimentos; e

b) dispor as carnes para comercialização em balcões de autoatendimento, manipuladas no próprio estabelecimento, desde que mantenha a temperatura do alimento igual ou inferior a 7º C (sete graus Celsius);

II - tipo B:

a) comercializar somente carnes embaladas por frigoríficos ou entrepostos e inspecionadas pelos órgãos competentes;

b) vender carne moída, desde que moída na presença do consumidor; e

c) comercializar produtos alimentícios derivados de carne e de pescados pré-embalados, desde que após abertos sejam conservados na embalagem original do estabelecimento industrial produtor, mantidos em dispositivos de produção de frio e isolados do depósito e da exposição de carnes in natura;

III - tipo A e tipo B:

a) retirar os produtos cárneos e derivados de embalagem original, com vistas ao porcionamento, de acordo com as exigências dos consumidores, mantendo de forma clara, precisa e ostensiva as informações que garantam a rastreabilidade, identificando o estabelecimento de origem, o número de registro no órgão oficial de inspeção sanitária, o nome do estabelecimento na embalagem original e a rotulagem enquanto houver o produto disposto à venda;

§ 13º. É vedado também aos estabelecimentos tipo A e tipo B temperar carnes, exceto aqueles estabelecimentos de que trata o § 3º do Art. 20 deste Decreto.

Art. 21º. O estabelecimento deve ser registrado de acordo com sua atividade industrial e, quando este possuir mais de uma atividade industrial, deve ser acrescentada uma nova classificação à principal.

Art. 22º. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria no Serviço de Inspeção Municipal e as atividades e os acessos serão totalmente independentes, tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria apenas por óculo.

Art. 23º. Para a solicitação da aprovação de construção de estabelecimentos novos é obrigatório a apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento simples dirigido ao responsável pelo serviço de inspeção municipal;

II - laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pela Secretaria Municipal de Agricultura;

III - Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006. Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV - Documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V - apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI - planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais;

§1º. O pedido de aprovação prévia do terreno deve ser instruído com o laudo de inspeção elaborado por servidor do SIM.

§2º. Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais

e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Art. 24º. As plantas ou croquis a serem apresentadas para aprovação prévia de construção devem ser assinados pelo proprietário ou representante legal do estabelecimento e pelo engenheiro responsável pela elaboração e conter:

I - planta baixa ou croqui de cada pavimento na escala de 1:100 (um por cem);

II - planta baixa ou croqui com leiaute dos equipamentos na escala de 1:100 (um por cem);

§1º. As convenções de cores das plantas ou croqui devem seguir as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§2º. Nos casos em que as dimensões dos estabelecimentos não permitam visualização nas escalas previstas em uma única prancha, estas podem ser redefinidas nas escalas imediatamente subsequentes.

§3º. Tratando-se de agroindústria rural de pequeno e médio porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

Art. 25º. O estabelecimento solicitante de aprovação dos projetos não pode dar início às construções sem que as mesmas tenham sido previamente aprovadas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 26º. A construção dos estabelecimentos deve obedecer a outras exigências que estejam previstas em legislação municipal, desde que não colidam com as exigências de ordem sanitária ou industrial previstas neste Regulamento ou atos complementares expedidos pela Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 27º. Nos estabelecimentos de produtos de origem animal, destinados à alimentação humana, para fins de registro ou relacionamento e funcionamento, exceto para unidade móvel de extração, é obrigatória a apresentação prévia de boletim oficial de análise da água de abastecimento, atendendo os padrões de potabilidade estabelecidos pelo órgão competente.

§1º. Nos casos em que o estabelecimento é servido por rede de abastecimento pública ou privada, as análises prévias da água de abastecimento não se fazem necessárias.

§2º. Onde não for constatada a potabilidade da água, e o caso permitir, mediante autorização do Serviço de Inspeção Municipal, se fará necessário a implementação de equipamento de cloração da água de abastecimento.

Art. 28º. Para a instalação do Serviço de Inspeção Municipal, além das demais exigências fixadas neste Regulamento, o estabelecimento deve apresentar os Programas de Boas Práticas de Fabricação - BPF e de Procedimento Padrão de Higiene Operacional - PPHO, ou programas considerados equivalentes pelo SIM, para serem implementados no estabelecimento em referência.

Art. 29º. Finalizadas as construções do projeto industrial aprovado, apresentados os documentos exigidos no presente Regulamento, a Inspeção Municipal deve instruir o processo com laudo final higiênico-sanitário e tecnológico do estabelecimento, sempre que possível acompanhado de registros fotográficos, com parecer conclusivo para registro no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 30º. Cumpridas as exigências do presente Regulamento será autorizado o funcionamento do estabelecimento e será instalado o

Serviço de Inspeção, concomitantemente deverá ser encaminhada a emissão do Título de Registro no SIM.

§1º. Qualquer estabelecimento que interrompa seu funcionamento por período superior a 6 (seis) meses, só poderá reiniciar os trabalhos mediante inspeção prévia de todas as dependências, instalações e equipamentos, respeitada a sazonalidade das atividades industriais.

§2º. Será cancelado o registro ou relacionamento do estabelecimento que interromper seu funcionamento pelo prazo de 3 (três) anos.

IV - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 31º. O estabelecimento deverá ser instalado afastado dos limites da via pública, preferentemente a 5 m (cinco metros), com entradas laterais que permitam a movimentação e circulação de veículos transportadores de matérias-primas e veículos transportadores de produtos, quando possível com entradas independentes.

Parágrafo único. As dependências que por sua natureza produzam mau cheiro devem estar localizadas de maneira que os ventos predominantes e a situação topográfica do terreno não levem em direção ao estabelecimento poeiras ou emanções.

Art. 32º. Os estabelecimentos de produtos de origem animal devem satisfazer às seguintes condições básicas e comuns, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis:

I - Dispor de área suficiente para construção das instalações industriais e demais dependências, quando necessárias;

II - As vias e áreas que se encontram dentro dos limites do estabelecimento deverão ter uma superfície compacta, ou pavimentada, apta para o trânsito de veículos, com escoamento adequado e meios que permitam a sua limpeza;

III - Todas as seções deverão possuir iluminação e ventilação naturais adequadas em todas as dependências, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológica cabíveis;

IV - A iluminação artificial far-se-á por luz fria, com dispositivo de proteção contra estilhaços ou queda sobre produtos, observando-se um mínimo de intensidade luminosa de 300 lux nas áreas de manipulação e de 50.0 lux nas áreas de inspeção, considerando-se os valores medidos ao nível das mesas, plataformas ou locais de execução das operações;

V - Possuir pisos convenientemente impermeabilizados com material adequado, devendo ser construídos de modo a facilitar a higienização, a coleta das águas residuais e sua drenagem para a rede de esgoto;

VI - As paredes e separações deverão ser revestidas ou impermeabilizadas, com material adequado, devendo ser construídas de modo a facilitar a higienização, com ângulos entre paredes e pisos arredondados e revestidos com o mesmo material de impermeabilização;

VII - As paredes deverão ser lisas, de cor clara, resistentes e impermeabilizadas, como regra geral, até a altura mínima de dois metros e quando forem azulejadas devem ser rejuntadas com cimento ou massa apropriada, mantendo espaçamento mínimo entre si.

VIII - As portas de acesso de pessoal e de circulação interna deverão ser do tipo vai-vem ou com dispositivo para se manterem fechadas, com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de fácil abertura, de modo a ficarem livres os corredores e passagens.

IX - O material empregado na construção das portas deverá ser não oxidável, impermeável e resistente às higienizações;

X - As janelas deverão ser de caixilhos não oxidáveis, com parapeitos em plano inclinado (chanfrados) e impermeabilizadas (ângulo de 45º), providas de telas milimétricas não oxidáveis à prova de

insetos e removíveis, sendo dimensionadas de modo a propiciarem suficiente iluminação e ventilação naturais;

XI - Possuir forro de material adequado em todas as dependências onde se realizem trabalhos de recebimento, manipulação e preparo de matérias-primas e produtos comestíveis e nas dependências onde não exista forro a superfície interna do telhado deve ser construída de forma a evitar o acúmulo de sujeira, o desprendimento de partículas e proporcionar perfeita vedação à entrada de pragas, não sendo recomendável o uso de pintura no forro das dependências onde as carcaças estiverem sendo manipuladas e que ainda não receberam a proteção de embalagem, exceto quando houver a garantia de que a tinta usada é atóxica e que não existe a possibilidade de sua escamação.

XII - O forro será dispensado nos casos em que a cobertura for de estrutura metálica, refratária ao calor solar e proporcionar perfeita vedação à entrada de insetos, pássaros etc, ou quando forem usadas telhas tipo fibro-cimento fixadas diretamente sobre vigas de concreto armado.

XIII - Quando as vigas forem de madeira, estas deverão estar em bom estado de conservação e serem pintadas com tinta óleo ou outro material aprovado pela inspeção.

XIV - O telhado de meia-água é permitido, desde que possa ser mantido o pé direito à altura mínima de 3,00 m para as dependências correspondentes em novas construções, ou mínimo de 2,60 m em casos de construções já existentes, desde que aprovados os projetos junto ao Serviço de Inspeção Municipal, com exceção das salas de abate que deverão obedecer a altura mínima prevista neste Regulamento.

XV - O piso deve ser construído de material impermeável, liso e antiderrapante, resistente a choques, atritos e ataques de ácidos, com declive de 1,5 a 3% (um e meio a três por cento) em direção às canaletas, para a perfeita drenagem.

XVI - Na construção dos pisos poderão ser usados materiais do tipo "gressit", "korodur", cerâmica industrial, cimento ou outros materiais, desde que aprovados pela Inspeção.

XVII - Nas câmaras frigoríficas, a inclinação do piso será orientada no sentido das ante câmaras e destas para o exterior, não se permitindo no local, instalações de ralos coletores.

XVIII - Dispor de rede de esgoto adequada em todas as dependências, projetada e construída de forma a facilitar a higienização, e que apresente dispositivos e equipamentos a fim de evitar o risco de contaminação industrial e ambiental;

XIX - A rede de esgotos em todas as dependências devem ter dispositivos adequados, que evite refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligados a tubos coletores e este ao sistema geral de escoamento, dotado de canalização e instalações para retenção de gorduras, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivos de depuração artificial e dotados de caixas de inspeção.

XX - Os estabelecimentos que adotarem canaletas no piso com a finalidade de facilitar o escoamento das águas residuais, poderão ser estas cobertas com grades ou chapas metálicas perfuradas, não se permitindo qualquer outro material como pranchões de madeira.

XXI - As canaletas devem medir 0,25 m (vinte e cinco centímetros) de largura e 0,10 (dez centímetros) de profundidade, tomada esta em seus pontos mais rasos e terão fundo côncavo, com declive mínimo de 3% (três por cento) em direção aos coletores e suas bordas reforçadas com cantoneiras de ferro.

XXII - Os esgotos de condução de resíduos não comestíveis deverão ser lançados nos condutores principais através de piletas e sifões.

XXIII - A rede de esgoto sanitário, sempre independente da de esgoto industrial, também estará sujeita à aprovação da autoridade sanitária competente.

XXIV - Em abatedouros a canaleta de sangria será construída em alvenaria, inteiramente impermeabilizada com reboco de cimento alisado ou outro material adequado, ou coletado em recipientes adequados para tal fim.

XXV - O sangue quando não for terceirizado, será cozido, visto que jamais poderá ser lançado "in natura" nos efluentes da indústria.

XXVI - Não será permitido o retorno das águas servidas, permitindo-se a confluência da rede das águas servidas dos pré-resfriadores para condução de outros resíduos não comestíveis, desde que comprovadamente tais conexões não promovam nenhum inconveniente tecnológico e higiênico sanitário.

XXVII - Dispor de equipamentos e utensílios adequados, de fácil higienização, resistentes à corrosão, não tóxicos e que não permitam o acúmulo de resíduos, sendo que a localização dos equipamentos deverá atender a um bom fluxo operacional evitando a contaminação cruzada.

XXVIII - Dispor de dependências, instalações e equipamentos para manipulação de produtos não comestíveis, quando for o caso, devidamente separados dos produtos comestíveis, devendo os utensílios utilizados para produtos não comestíveis ser de uso exclusivo para esta finalidade;

XXIX - Deverá existir barreira sanitária completa em todos os acessos ao interior da indústria constituída de lavador de botas com escova, lavatórios de mãos que não utilizem o fechamento manual, sabão líquido inodoro, papel toalha, lixeira com pedal e sanitizantes para as mãos.

XXX - Dispor de rede de abastecimento de água, com instalações apropriadas para armazenamento e distribuição, suficiente para atender as necessidades do trabalho industrial e as dependências sanitárias e, quando for o caso, dispor de instalações para tratamento de água;

XXXI - Dispor de rede diferenciada e identificada para água não potável, quando esta for utilizada para combate de incêndios, refrigeração e outras aplicações que não ofereçam risco de contaminação aos alimentos;

XXXII - Dispor de água fria e, quando necessário de água quente com temperatura mínima de 85°C, em quantidade suficiente em todas as dependências de manipulação e preparo;

XXXIII - A instalação de caldeira, quando necessário, obedecerá as normas específicas quanto à sua localização e sua segurança.

XXXIV - Nas seções onde são manipulados carnes e vísceras deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras acionadas à pedal, joelho ou outro meio que não utilize o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

XXXV - Possuir instalação de frio em número e área suficientes, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento;

XXXVI - Os equipamentos e utensílios, tais como mesas, calhas, carrinhos, caixas, bandejas e outros continentes que recebam produtos comestíveis, serão de superfície lisa, de fácil higienização e sem cantos angulares, de chapa de material inoxidável, permitindo-se o emprego de material plástico apropriado às finalidades, ou ainda outro material que venha a ser aprovado pelo Serviço de Inspeção e de um modo geral, as superfícies dos equipamentos que estejam ou possam vir a estar em contato com as carnes, incluindo soldaduras e juntas, devem manter-se lisas.

XXXVII - Os carros e/ou bandejas para produtos não-comestíveis poderão ser construídos em chapa galvanizada e pintados de cor vermelha com a inscrição "não comestíveis".

Art. 33º. Os estabelecimentos deverão ainda atender aos seguintes requisitos em relação às instalações:

I - As dependências auxiliares, quando forem necessárias, poderão ser construídas em anexo ao prédio da indústria, porém com acesso externo e independente das demais áreas da indústria.

II - dispor de uma única unidade de sanitário/vestiário para estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, sendo que poderá ser utilizado sanitários já existentes na propriedade, desde que não fiquem a uma distância superior à 40 m (quarenta metros) e o piso entre o sanitário/vestiário e o prédio industrial seja pavimentado, e acima de 8trabalhadores o sanitário e vestiário deverão ser proporcional ao número de pessoal, de acordo com a legislação específica, com acesso indireto à

área de processamento, com fluxo interno adequado e independentes para as seções onde são manipulados produtos comestíveis, de acesso fácil, respeitando-se as particularidades de cada seção e em atendimento às BPF.

III - Os sanitários terão sempre à sua saída lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro, papel toalha e lixeira.

IV - Estabelecimentos agroindustriais rural de pequeno porte com até 8 trabalhadores, são dispensados de dispor de refeitório, podendo ser utilizado a casa da propriedade e acima disso, o refeitório será instalado convenientemente, de acordo com a legislação específica, proibindo-se que outras dependências ou áreas dos estabelecimentos sejam usadas para tal finalidade.

V - O sistema de lavagem de uniformes e outras, deve atender aos princípios das boas práticas de higiene, seja em lavanderia própria, terceirizada ou outra forma de lavagem.

Art. 34º. Qualquer ampliação, remodelação ou construção no estabelecimento registrado ou relacionado, em suas dependências e instalações, só pode ser feita após aprovação prévia dos projetos pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 35º. Não será autorizado o funcionamento de estabelecimento de produtos de origem animal, sem que esteja completamente instalado e equipado para a finalidade a que se destine.

Parágrafo único. As instalações e os equipamentos de que tratam este artigo compreendem as dependências mínimas, equipamentos e utensílios diversos, em face da capacidade de produção de cada estabelecimento, conforme o presente Regulamento.

Art. 36º. O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a mesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

V - AS CONDIÇÕES DE HIGIENE

Art. 37º. Os estabelecimentos são responsáveis por assegurar que todas as etapas de fabricação dos produtos de origem animal são realizadas de forma higiênica, a fim de obter produtos inócuos, que atendam aos padrões de qualidade, que não apresentem risco à saúde, à segurança e ao interesse econômico do consumidor.

Parágrafo único. O controle dos processos de fabricação deve ser desenvolvido e aplicado pelo estabelecimento, o qual deve apresentar os registros sistematizados auditáveis que comprovem o atendimento aos requisitos higiênico-sanitários e tecnológicos estabelecidos no presente Regulamento.

Art. 38º. Todas as dependências, equipamentos e utensílios dos estabelecimentos, inclusive reservatórios de água e fábrica e silos de reservatório de gelo, devem ser mantidos em condições de higiene, antes, durante e após a elaboração dos produtos.

§1º. Durante os procedimentos de higienização nenhuma matéria-prima ou produto deve permanecer nos locais onde está sendo realizada a operação de limpeza;

§2º. Os produtos utilizados na higienização deverão ser previamente aprovados pelo órgão competente;

Art. 39º. Os equipamentos e utensílios devem ser higienizados de modo a evitar a contaminação cruzada entre aqueles utilizados no acondicionamento de produtos comestíveis daqueles utilizados no acondicionamento de produtos não comestíveis.

Art. 40º. Os estabelecimentos devem ser mantidos livres de pragas e vetores.

§1º. O uso de substâncias para o controle de pragas só é permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante conhecimento do Serviço de Inspeção Municipal.

§ 2º. É proibida a permanência de cães e gatos e de outros animais nos estabelecimentos.

Art. 41º. Os funcionários envolvidos de forma direta ou indireta em todas as etapas de produção ficam obrigados a cumprir práticas de higiene pessoal e operacional que preservem a inocuidade dos produtos.

Parágrafo único. Os funcionários que trabalham em setores em que se manipule material contaminado, ou que exista maior risco de contaminação, devem praticar hábitos higiênicos com maior frequência e não circular em áreas de menor risco de contaminação, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 42º. A embalagem produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único. Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 43º. É proibida em toda a área industrial, a prática de qualquer hábito que possa causar contaminações nos alimentos, tais como comer, fumar, cuspir ou outras práticas antihigiênicas, bem como a guarda de alimentos, roupas, objetos e materiais estranhos.

Parágrafo único. Deve ser prevista a separação de áreas ou a definição de fluxo de funcionários dos diferentes setores nas áreas de circulação comuns, de forma a evitar a contaminação cruzada.

Art. 44º. Durante todas as etapas de elaboração, desde o recebimento da matéria-prima até a expedição, incluindo o transporte, é proibido utilizar utensílios que pela sua forma ou composição possam comprometer a inocuidade da matéria-prima ou do produto, devendo os mesmos ser mantidos em perfeitas condições de higiene e que impeçam contaminações de qualquer natureza.

Art. 45º. Os funcionários que trabalham na indústria de produtos de origem animal devem estar em boas condições de saúde e dispor de atestado fornecido por médico do trabalho ou autoridade sanitária oficial do município.

§1º. Nos atestados de saúde de funcionários envolvidos na manipulação de produtos deve constar a declaração de que os mesmos estão "aptos a manipular alimentos".

§2º. O funcionário envolvido na manipulação de produtos deve ser imediatamente afastado do trabalho sempre que fique comprovada a existência de doenças que possam contaminar os produtos, comprometendo sua inocuidade.

§3º. Nos casos de afastamento por questões de saúde, o funcionário só poderá retornar às atividades depois de apresentar documento de saúde que ateste sua aptidão a manipular alimentos.

Art. 46º. Todo o pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde o recebimento até a expedição, deverá usar uniformes claros, em perfeito estado de higiene e conservação, sendo: calça, jaleco, gorro, boné ou touca e botas.

§1º. Quando utilizados protetores impermeáveis, estes deverão ser de plástico transparente ou branco, proibindo-se o uso de lona ou similares.

§2º. O avental, bem como quaisquer outras peças de uso pessoal, serão guardados em local próprio, sendo proibida a entrada de operários nos sanitários, portando tais aventais.

Art. 47º. Câmara frigorífica, antecâmara e túnel de congelamento, quando houverem, devem ser higienizados regularmente, respeitadas suas particularidades, pelo emprego de substâncias previamente aprovadas pelo órgão competente.

Art. 48º. Nos estabelecimentos de leite e derivados é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização de vasilhames e dos veículos transportadores de matérias-primas e produtos.

Art. 49º. Nos estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matéria-prima em baldes ou tambores, é obrigatória a rigorosa lavagem e sanitização dos vasilhames para sua devolução.

VI - OBRIGAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS

Art. 50º. Os proprietários de estabelecimentos sob Inspeção Municipal ficam obrigados a:

I - cumprir todas as exigências que forem pertinentes contidas no presente Regulamento;

II - fornecer os dados estatísticos de interesse do Serviço de Inspeção, na forma por ela requerida, alimentando o sistema informatizado do sistema de inspeção, no máximo até o décimo dia útil de cada mês subsequente ao vencido e sempre que for solicitado pelo respectivo serviço de inspeção;

III - dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos sob inspeção permanente, mencionando sua natureza, hora de início e de provável conclusão;

IV - dar aviso antecipado de 24 (vinte e quatro) horas no mínimo, nos estabelecimentos sob inspeção periódica, sobre a paralisação ou reinício parcial ou total das atividades industriais, troca ou instalação de equipamentos e expedição de produtos que requeiram certificação sanitária;

V - manter locais apropriados para recebimento e guarda de matérias-primas e produtos que necessitem de re-inspeção, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaça, matérias-primas e produtos suspeitos;

VI - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

VII - manter em dia o registro do recebimento de animais, matérias-primas e insumos, especificando procedência e qualidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos, que deverá estar disponível para consulta do Serviço de Inspeção, a qualquer momento;

VIII - manter equipe regularmente treinada e habilitada para execução das atividades do estabelecimento;

IX - garantir o livre acesso de servidores à todas as instalações do estabelecimento para a realização dos trabalhos de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, colheita de amostras, verificação de documentos ou outros procedimentos de inspeção previstos no presente Regulamento;

X - realizar imediatamente o recolhimento dos produtos elaborados e eventualmente expostos à venda quando for constatado desvio no controle de processo, que possa incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 51º. Cancelado o registro ou o relacionamento, os materiais pertencentes ao Governo Municipal, inclusive de natureza científica, os documentos, certificados, lacres e carimbos oficiais serão recolhidos pelo Serviço de Inspeção.

Art. 52º. No caso de cancelamento de registro ou relacionamento de estabelecimento, fica o mesmo obrigado a inutilizar a rotulagem existente em estoque, sob supervisão do Serviço de Inspeção.

Art. 53º. Os estabelecimentos devem apresentar toda documentação solicitada pelo Serviço de Inspeção, seja ela de natureza contábil, analítica ou registros de controle de recebimento, estoque, produção, comercialização ou quaisquer outros necessários às atividades de fiscalização.

Art. 54º. O Serviço de inspeção junto aos estabelecimentos de abate deve, ao final de cada dia de atividade, fornecer aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudo onde constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1º. Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados, ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias com o recebido para arquivo no Serviço de Inspeção.

§2º. A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção, de encaminhar mapas mensais com os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal.

Art. 55º. Todos os estabelecimentos de leite e derivados e de produtos das abelhas e derivados devem registrar diariamente, as entradas, saídas e estoques de matérias-primas e produtos, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção, controles do processo produtivo e destino.

§1º. Em estabelecimentos de leite e derivados, quando do recebimento de matéria-prima a granel, devem ser arquivados, para fins de verificação do serviço de inspeção, a etiqueta-lacre e o boletim de análises.

§2º. Os estabelecimentos de leite, produtos lácteos ou de produtos das abelhas que recebem matérias-primas devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal.

VII - INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS

1) Inspeção industrial e sanitária de carnes e derivados

Art. 56º. Nos estabelecimentos sob Inspeção Municipal é permitido o abate de bovídeos, equídeos, suídeos, ovinos, caprinos, aves domésticas e lagomorfos, bem como de animais exóticos, animais silvestres e pescado, usados na alimentação humana, desde que atendidas às demais disposições do presente Regulamento.

§1º. O abate de diferentes espécies em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos adequados para a finalidade.

§2º. O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos

produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

1.a) Inspeção Ante Mortem

Art. 57º. A entrada de animais em qualquer dependência do estabelecimento deve ser feita com prévio conhecimento do Serviço de Inspeção.

§1º. Por ocasião da chegada de animais, a Inspeção deve verificar os documentos de procedência e julgar as condições físicas e sanitárias de cada lote, registrando em documento específico.

§2º. Qualquer caso suspeito implica no exame clínico dos animais envolvidos, procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se ações de sanidade animal que cada caso exigir.

§3º. Quando da recepção de animais fora do horário normal de funcionamento ou na ausência de funcionário da Inspeção, desde que documentados e identificados, estes devem ser desembarcados e alojados em instalações apropriadas e exclusivas, onde aguardarão avaliação pela Inspeção. Os animais que chegarem em veículos transportadores lacrados por determinações sanitárias, só podem ser desembarcados na presença da Inspeção.

Art. 58º. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata determinada pelo setor competente pela sanidade animal, além das medidas já estabelecidas, cabe à Inspeção proceder como se segue:

I - notificar ao setor competente pela sanidade animal;
II - isolar os animais suspeitos e manter o lote sob observação enquanto se aguarda definição das medidas epidemiológicas de sanidade animal a serem adotadas; e
III - determinar a imediata desinfecção dos locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos dos animais ou qualquer outro material que possa ter sido contaminado, atendendo as recomendações estabelecidas pelo setor competente.

Art. 59º. Nos casos em que no ato da inspeção ante mortem os animais sejam suspeitos de zoonoses, enfermidades infectocontagiosas ou tenham apresentado reação inconclusiva ou positiva em testes diagnósticos para essas enfermidades, o abate deve ser realizado em separado dos demais animais, adotando-se as medidas profiláticas cabíveis.

Parágrafo único. No caso de suspeita de outras doenças não previstas no presente Regulamento, o abate deve ser realizado também em separado, para melhor estudo das lesões e verificações complementares.

Art. 60º. Os estabelecimentos são obrigados a adotar medidas para evitar maus tratos aos animais, aplicando ações que visam à proteção e bem-estar animal, desde o embarque na propriedade de origem até o momento do abate.

Art. 61º. É proibido o abate de animais que não tenham permanecido em descanso, jejum e dieta hídrica, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Parágrafo único. O descanso, jejum e dieta hídrica dos animais devem atender às normas complementares.

Art. 62º. Além do exame por ocasião da chegada ao estabelecimento, os lotes de animais devem ser ainda examinados momentos antes do abate.

§ 1º. Este exame deve ser realizado preferencialmente pelo mesmo inspetor encarregado pela inspeção post mortem.

§2º. Qualquer caso suspeito implica no exame clínico do animal ou animais, procedendo-se de acordo com as medidas estabelecidas no presente Regulamento e normas complementares.

Art. 63º. Nenhum animal ou lote pode ser abatido sem autorização da Inspeção.

Art. 64º. Deve ser evitado, a critério da Inspeção, o abate de:

I - fêmeas em estado de gestação;
II - aves que apresentem repleção do trato gastrointestinal.

Art. 65º. As fêmeas em gestação ou de parto recente, não portadoras de doença infectocontagiosa, podem ser retiradas do estabelecimento, para melhor aproveitamento.

Parágrafo único. As fêmeas com sinais de parto recente ou aborto só podem ser abatidas no mínimo 10 (dez) dias depois do parto, desde que não sejam portadoras de doença infectocontagiosa, caso em que são julgadas de acordo com o presente Regulamento.

Art. 66º. Animais com sinais clínicos de paralisia decorrente de alterações metabólicas ou patológicas devem ser destinados ao abate de emergência.

Parágrafo único. No caso de paralisia decorrente de alterações metabólicas é permitido retirar os animais para tratamento.

Art. 67º. É proibido o abate de suídeos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Parágrafo único. É permitido o abate de animais castrados por métodos não cirúrgicos, desde que o processo seja aprovado pelo setor competente.

Art. 68º. Quando no exame ante mortem forem constatados casos isolados de doenças não contagiosas, que pelo presente Regulamento permitam o aproveitamento condicional ou impliquem na condenação total do animal, o mesmo deve ser abatido ao final do abate ou em instalações próprias para este fim.

Art. 69º. Os animais de abate que apresentam alterações de temperatura, hipotermia ou hipertermia, podem ser condenados levando-se em consideração as condições climáticas, de transporte e os demais sinais clínicos apresentados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único. O presente artigo não se aplica às espécies de abate em que não é realizada a termometria.

Art. 70º. A existência de animais mortos ou impossibilitados de locomoção, em veículos transportadores, nas instalações para recepção e acomodação de animais ou em qualquer dependência do estabelecimento, deve ser imediatamente levada ao conhecimento da Inspeção, para providenciar o sacrifício ou necropsia, bem como determinar as medidas que se façam necessárias.

Parágrafo único. As necropsias devem ser realizadas em local específico.

Art. 71º. Quando a Inspeção autorizar o transporte de animais mortos ou agonizantes para a Necropsia deve ser utilizado veículo ou continente especial, apropriado, impermeável e que permita desinfecção logo após seu uso.

§1º. No caso de animais mortos com suspeita de doença infectocontagiosa deve ser feito o tamponamento das aberturas naturais

do animal antes do transporte, de modo a ser evitada a disseminação das secreções e excreções.

§2º. Confirmada a suspeita, o animal morto deve ser incinerado ou auto-clavado em equipamento próprio, público ou privado que permita a destruição do agente. As aves necropsiadas podem ser encaminhadas ao setor ou estabelecimento que processa produtos não comestíveis.

§3º. Concluídos os trabalhos de necropsias, o veículo ou continente utilizado no transporte, o piso da dependência e todos os equipamentos e utensílios que entraram em contato com o animal devem ser lavados e desinfetados.

Art. 72º. A Inspeção levará ao conhecimento do setor competente pela sanidade animal o resultado das necropsias que evidenciarem doenças infecto-contagiosas, remetendo, quando necessário, material para diagnóstico aos laboratórios oficiais ou credenciados, conforme recomendações do setor em questão.

Art. 73º. O lote de animais no qual se verifique qualquer caso de morte natural só deve ser abatido depois do resultado da necropsia, respeitadas as particularidades das diferentes espécies de abate.

Parágrafo único. Considerando-se as particularidades de cada espécie, deve ser realizada a necropsia sempre que a mortalidade registrada no lote de animais, até o momento do abate, for considerada superior àquela estabelecida nas normas complementares ou quando houver suspeita clínica de enfermidades, a critério da Inspeção.

Art. 74º. A inspeção ante mortem de répteis se aplica aos jacarés e quelônios.

§1º. Na inspeção ante mortem de jacarés, devem ser observados os seguintes critérios:

- I - quando apresentem estado de caquexia, devem ser abatidos em separado ou no final do processo normal de abate e condenados;
- II - quando oriundos de confinamento e apresentem lesões provenientes de canibalismo, podem ser afastados do abate para recuperação; e
- III - quando apresentem outras lesões ou afecções não provenientes de canibalismo, devem ser separados para melhor avaliação e destino.

§2º. Na inspeção ante mortem de quelônios, devem ser observados:

- I - os aspectos sanitários e nutricionais no casco;
- II - a inspeção visual e tátil da carapaça, plastrão, pontes, narinas, olhos, pele e garras; e
- III - a presença de secreções leitosas ou purulentas nas narinas, edemas generalizados dos membros, feridas e abrasões na pele, presença de ectoparasitas, letargia e dificuldade de movimentação, não retração dos apêndices quando manipulados, conjuntivites infecciosas, cerato-conjuntivites, ceratites, exoftalmia, ou outras doenças e afecções, devendo ser abatidos em separado.

Art. 75º. A inspeção ante mortem de anfíbios se aplica às rãs.

- I - na inspeção ante mortem, as rãs devem apresentar postura normal, olhos vivos, pele úmida e brilhante; e
- II - os animais que apresentem sinais de contusão ou esmagamento, edema generalizado, apatia, abdômen inchado, hemorragias pelas aberturas naturais ou pele, manchas avermelhadas, ulcerações na pele, cabeça encolhida ou outras afecções, devem

ser abatidos em separado.

Art. 76º. A inspeção de pescado abrange os procedimentos de depuração, insensibilização, sangria, abate e transporte de peixes de cultivo, realizados em propriedade rural, fazenda de cultivo ou equivalente, considerando os preceitos de bem-estar animal e risco mínimo de veiculação e disseminação de doenças, e, ainda outros procedimentos equivalentes aos aplicados para as demais espécies animais de abate, definidos no presente Regulamento e em normas complementares.

Art. 77º. O estabelecimento é obrigado a fornecer, previamente ao abate, a documentação necessária para a verificação pelo serviço de inspeção das condições sanitárias do lote e programação de abate, constando dados referentes à rastreabilidade, número de animais ingressos no estabelecimento, procedência, espécie, sexo, idade, meio de transporte, hora de chegada e demais exigências previstas em legislação específica.

1.b) Processo de abate de animais

Art. 78º. Matança de emergência é o abate dos animais que chegam ao estabelecimento em precárias condições de saúde, impossibilitados de atingirem a dependência de abate por seus próprios meios, bem como dos que foram excluídos do abate normal, após exame ante mortem.

Parágrafo único. Devem ser abatidos de emergência animais doentes, que apresentem sinais de doenças infecto-contagiosas de notificação imediata, agonizantes, contundidos, com fraturas, hemorragia, hipotermia ou hipertermia, impossibilitados de locomoção, com sinais clínicos neurológicos e outros estados, a critério da Inspeção.

Art. 79º. Nos casos de dúvida no diagnóstico de processo septicêmico, a Inspeção realizará colheita de material para exame bacteriológico, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, úbere, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Parágrafo único. Quando se tratar de animais com sinais clínicos neurológicos, a Inspeção poderá realizar colheita de material para envio a laboratórios oficiais ou credenciados para diagnóstico, atendendo ao disposto em normas complementares.

Art. 80º. É proibida a matança de emergência na ausência de funcionário da Inspeção.

Art. 81º. São considerados impróprios para consumo humano os animais que, abatidos de emergência, se enquadrem nos casos de condenação previstos no presente Regulamento ou a critério da Inspeção.

Art. 82º. As carcaças de animais abatidos de emergência que não foram condenadas podem ser destinadas ao aproveitamento condicional ou, não havendo qualquer comprometimento sanitário, liberadas, conforme previsto no presente Regulamento, a critério da Inspeção.

Art. 83º. Animais que tenham morte acidental nas dependências do estabelecimento, desde que imediatamente sangrados, podem ser aproveitados, a critério da Inspeção.

Parágrafo único. Nesses casos, a Inspeção deve avaliar a quantidade de sangue retida na musculatura, fenômenos congestivos das vísceras, sobretudo fígado, rins, baço e do tecido subcutâneo, verificar se a face interna da pele está ressecada, avaliando ainda a presença de congestão hipostática, se a ferida de sangria tem ou não suas bordas infiltradas de sangue, a coloração da parede

abdominal e odor no momento da evisceração, além de outros sinais e informações que obtenha, para julgar se a sangria e a evisceração foram ou não realizadas a tempo.

Art. 84º. Só é permitido o abate humanitário de animais, utilizando-se prévia insensibilização baseada em princípios científicos, seguida de imediata sangria.

§1º. Os métodos empregados para cada espécie animal devem ser aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, cujas especificações e procedimentos devem ser disciplinados em normas complementares.

§2º. É facultado o abate de animais de acordo com preceitos religiosos quando destinados total ou parcialmente ao consumo por comunidade religiosa que os requeira.

I - Os estabelecimentos autorizados a realizar abate de animais para atender preceitos religiosos deverão dispor de instalações, equipamentos e utensílios adequados a esta finalidade e as operações deverão ser executadas em consonância com o disposto no presente Regulamento.

Art. 85º. Antes de chegar à dependência de abate, os animais devem passar por banho de aspersão com água suficiente para promover a limpeza e remoção de sujidades, conforme normas complementares.

Parágrafo único. O banho de aspersão pode ser dispensado atendendo às particularidades de cada espécie.

Art. 86º. A sangria deve ser a mais completa possível e realizada com o animal suspenso pelos membros posteriores ou por outro método aprovado pelo SIM.

Parágrafo único. Nenhuma manipulação pode ser iniciada antes que o sangue tenha escoado o máximo possível, respeitando o período mínimo previsto em normas complementares.

Art. 87º. As aves podem ser depenadas por quaisquer dos seguintes processos:

- I - a seco;
- II - após escaldagem em água previamente aquecida e com renovação; ou
- III - outro processo autorizado pelo SIM.

Parágrafo único. A depenagem pode ser seguida ou não de imersão em substâncias adesivas.

Art. 88º. É obrigatória a depilação completa de toda a carcaça de suídeos pela prévia escaldagem em água quente ou processo similar aprovado pelo SIM, sempre que for entregue ao consumo com pele.

§1º. A operação depilatória pode ser completada manualmente ou por meio de equipamento apropriado e as carcaças devem ser lavadas após a execução do referido processo.

§2º. É proibido o chamuscamento de suídeos sem escaldagem e depilação prévias.

§3º. Pode ser autorizado o emprego de coadjuvantes de tecnologia na água de escaldagem, a juízo do SIM.

Art. 89º. A Inspeção pode determinar a interrupção do abate ou a redução na velocidade de abate aprovada, sempre que julgar necessário, até que sejam sanadas as deficiências observadas.

Art. 90º. A evisceração deve ser realizada em local que permita pronto exame das vísceras, de forma que não ocorram contaminações.

§1º. A evisceração não deve ser retardada.

§2º. Caso ocorra retardamento da evisceração, as carcaças e vísceras serão julgadas a critério da Inspeção, de acordo com o disposto em normas complementares.

§3º. A Inspeção deve aplicar as medidas preconizadas neste regulamento, no caso de contaminação das carcaças no momento da evisceração.

Art. 91º. Quando se tratar de partes de carcaças destinadas ao consumo humano, estas devem manter correspondência com a carcaça ou grupo de carcaças e suas vísceras e não podem ser aproveitadas ou condenadas antes da avaliação da Inspeção.

§1º. A cabeça, antes de removida do corpo do animal, deve ser marcada para permitir identificação com a respectiva carcaça e suas vísceras, respeitando-se as particularidades de cada espécie.

§2º. É de responsabilidade do estabelecimento a manutenção da correlação entre carcaça e vísceras e o sincronismo entre estas nas linhas de inspeção.

Art. 92º. É permitida a insuflação como método auxiliar no processo tecnológico da esfolagem e desossa das espécies de abate, desde que previamente aprovada pelo SIM.

§1º. O ar utilizado na insuflação deve ser submetido a um processo de purificação de forma que garanta a sua qualidade física, química e microbiológica final, devendo ser monitorado regularmente por meio de análises laboratoriais.

§2º. É permitida a insuflação dos pulmões para atender às exigências de abate segundo princípios religiosos

Art. 93º. As carcaças ou partes de carcaças, quando submetidas a processo de resfriamento pelo ar, devem ser penduradas em câmaras específicas e dispostas de modo que haja suficiente espaço entre cada peça, e entre elas e as paredes, colunas e pisos.

Parágrafo único. É proibido depositar carcaças e produtos diretamente sobre o piso.

Art. 94º. É proibido recolher novamente às câmaras, sem conhecimento e avaliação da Inspeção, produtos e matérias-primas delas retirados e que permaneceram em condições inadequadas de temperatura, podendo, desta forma, acarretar perdas de suas características originais de conservação.

Art. 95º. A Inspeção deve verificar o cumprimento dos procedimentos de desinfecção de dependências e equipamentos na ocorrência de doenças infecto-contagiosas, no sentido de evitar contaminações cruzadas.

1.c) Inspeção Post Mortem - Aspectos gerais

Art. 96º. A inspeção post mortem consiste no exame da carcaça, partes da carcaça, cavidades, órgãos, vísceras, tecidos e linfonodos, realizada por visualização, palpação, olfação e incisão, quando necessário, e demais procedimentos definidos em normas complementares, específicas para cada espécie animal.

Art. 97º. Todos os órgãos, vísceras e partes de carcaça devem ser examinados na dependência de abate, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a correspondência

entre eles.

Art. 98º. Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para o consumo devem ser assinalados pela Inspeção e julgados após exame completo.

§1º. Tais carcaças, partes de carcaça e órgãos não podem ser subdivididos ou removidos para outro local, sem autorização expressa da Inspeção.

§2º. Quando se tratar de doenças infecto-contagiosas, o destino dado aos órgãos não deve ser mais brando do que aquele dado à respectiva carcaça.

§3º. As carcaças, partes de carcaças, ou órgãos condenados ficam seqüestrados pela Inspeção e são conduzidos ao destino adequado por meio de chutes, carrinhos especiais ou outros recipientes apropriados e identificados para este fim.

§4º. Todo material condenado deve ser desnaturado ou seqüestrado pela Inspeção quando não possa ser processado no dia do abate ou nos casos em que forem transportados para transformação em outro estabelecimento.

Art. 99º. As carcaças julgadas em condições de consumo devem ser marcadas com carimbos previstos no presente Regulamento, sob supervisão da Inspeção.

Parágrafo único. Pode ser dispensado o uso de carimbo em aves, lagomorfos e pescados, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 100º. O Serviço de Inspeção nos estabelecimentos de abate deve disponibilizar aos proprietários dos animais que tenham sido abatidos, laudo em que constem as eventuais enfermidades ou patologias diagnosticadas durante a realização da inspeção sanitária.

§1º. Os estabelecimentos onde os abates tenham sido efetuados ficam responsáveis pela entrega, mediante recibo, dos mencionados laudos aos proprietários dos animais, retornando cópias acusando o recebimento para arquivo na Inspeção local.

§2º. A notificação mencionada aos proprietários dos animais abatidos não dispensa o Serviço de Inspeção de fornecer os resultados das inspeções sanitárias aos órgãos oficiais responsáveis pela sanidade animal.

Art. 101º. É proibida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões das carcaças ou órgãos antes do exame da Inspeção.

Art. 102º. Após a divisão da carcaça em duas metades ao longo da coluna vertebral, a Inspeção deve examinar visualmente as faces medial e lateral das meias-carcaças, com ênfase na observação da pele, serosa abdominal e torácica, superfícies ósseas expostas, linfonodos superficiais e a medula espinhal, respeitadas as particularidades de cada espécie.

Art. 103º. Durante os procedimentos de inspeção ante e post mortem, o julgamento dos casos não previstos no presente Regulamento fica a critério da Inspeção, que deve direcionar suas ações principalmente para a preservação da inocuidade do produto, da saúde pública e da sanidade animal.

Parágrafo único. Quando houver dúvida sobre o diagnóstico a ser firmado, deve ser colhido material e encaminhado para exame laboratorial.

Art. 104º. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaça e órgãos que apresentem abscessos múltiplos ou disseminados com repercussão no estado geral da carcaça.

I - devem ser condenadas carcaças, partes de carcaça ou órgãos que sejam contaminadas acidentalmente com material purulento;
II - devem ser condenadas as carcaças com alterações gerais como caquexia, anemia ou icterícia decorrentes de processo purulento;
III - devem ser destinadas a tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem abscessos múltiplos em vários órgãos ou partes da carcaça, sem repercussão no estado geral desta, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos múltiplos, em um único órgão ou parte da carcaça, com exceção dos pulmões, sem repercussão nos linfonodos ou no estado geral da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

V - podem ser liberadas as carcaças que apresentem abscessos localizados, depois de removidos e condenados os órgãos e as áreas atingidas.

Art. 105º. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose ou lesões localizadas nos locais de eleição com repercussão no estado geral da carcaça.

I - quando as lesões são localizadas, comprometendo os pulmões, mas sem repercussão no estado geral da carcaça, permite-se o aproveitamento condicional desta para esterilização pelo calor, depois de condenados os órgãos lesados;

II - quando a lesão é discreta e limitada à língua, comprometendo ou não os linfonodos correspondentes, a cabeça pode ser aproveitada para esterilização pelo calor, depois da remoção e condenação da língua e seus linfonodos;

III - quando as lesões são localizadas, sem comprometimento dos linfonodos e outros órgãos, e a carcaça encontra-se em boas condições de nutrição, esta pode ser liberada para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas;

IV - devem ser condenadas as cabeças com lesões de actinomicose, exceto quando a lesão óssea for discreta e estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos.

Art. 106º. Deve ser condenada a carcaça de animais acometidos de afecções extensas do tecido pulmonar, em processo agudo ou crônico, purulento, necrótico, gangrenoso, fibrinoso, associado ou não com outras complicações e com repercussão no estado geral da carcaça.

§1º. A carcaça de animais acometidos de afecções pulmonares ou pleurais em processo agudo ou em fase de resolução, abrangendo o tecido pulmonar, com exsudato e com repercussão na cadeia linfática regional, porém sem repercussão no estado geral da carcaça, deve ser destinada ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção.

§2º. Nos casos de aderências pleurais sem qualquer tipo de exsudato, resultantes de processos patológicos resolvidos e sem repercussão na cadeia linfática regional, a carcaça pode ser liberada para o consumo, após a remoção das áreas afetadas.

§3º. Os pulmões que apresentem lesões patológicas de origem inflamatória, infecciosa, parasitária, traumática ou pré-agônica devem ser condenados, sem prejuízo do exame das características gerais da carcaça.

Art. 107º. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem septicemia, piemia, toxemia ou viremia, cujo consumo possa causar toxinfecção, infecção ou intoxicação alimentar.

Art. 108º. Animais que tiverem reagido positivamente a testes diagnósticos para brucelose devem ser abatidos separadamente e suas carcaças, órgãos e vísceras devem ser encaminhados de acordo com avaliação da inspeção.

§1º. Devem ser condenadas as carcaças de animais sorologicamente positivos, quando em estado febril no exame ante mortem.

§2º. Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças que apresentem lesões localizadas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§3º. Devem ser condenados o úbere, o trato genital e o sangue de animais que tenham apresentado reação positiva a teste diagnóstico, mesmo na ausência de lesões indicativas de brucelose, podendo a carcaça ser liberada para consumo em natureza.

Art. 109º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais em estado de caquexia.

Art. 110º. Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive peles, chifres, cascos, pêlos, órgãos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a imediata execução das seguintes medidas:

I - não podem ser evisceradas as carcaças de animais com suspeita de carbúnculo hemático;

II - quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente a desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como áreas de sangria, pisos, paredes, plataformas, facas, serras, ganchos, equipamentos em geral, bem como o uniforme dos funcionários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

III - uma vez constatada a presença de carbúnculo, o abate deve ser interrompido e imediatamente iniciada a desinfecção;

IV - recomenda-se para desinfecção o emprego de uma solução de hidróxido de sódio a 5% (cinco por cento), hipoclorito de sódio a 1% (um por cento) ou outro produto com eficácia comprovada;

V - devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material carbunculooso, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

VI - todas as carcaças e partes de carcaças, inclusive pele, cascos, chifres, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados;

VII - a água do tanque de esaldamento de suínos por onde tenha passado animal carbunculooso deve ser desinfetada e imediatamente removida para o esgoto.

Art. 111º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais acometidos de Carbúnculo sintomático.

Art. 112º. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhado de alterações musculares.

§1º. Podem ser destinadas à salga, tratamento pelo calor ou condenação total, a critério da Inspeção, as carcaças com alterações por estresse ou fadiga dos animais.

§2º. Devem ser condenadas as carcaças cujas carnes se apresentem flácidas, edematosas, de coloração pálida, sanguinolenta e com exsudação e sejam provenientes de animais que tenham sido abatidos quando em estado febril.

Art. 113º. Devem ser condenadas as carcaças, partes de carcaças,

órgãos e vísceras com aspecto repugnante, congestas, com coloração anormal ou com degenerações.

Parágrafo único. São também condenadas as carcaças em processo putrefativo, que exalem odores medicamentosos, urinários, sexuais, excrementícios ou outros considerados anormais.

Art. 114º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras sanguinolentos ou hemorrágicos, uma vez que a alteração seja consequência de doenças ou afecções de caráter sistêmico.

Parágrafo único. Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção Municipal, as carcaças, órgãos e vísceras de animais mal sangrados.

Art. 115º. Devem ser condenados os fígados com cirrose atrófica ou hipertrófica.

Parágrafo único. Podem ser liberadas as carcaças, desde que não haja comprometimento das mesmas.

Art. 116º. Devem ser condenados os órgãos com alterações como congestão, infartos, degeneração gordurosa, angiectasia, hemorragias ou coloração anormal, relacionados ou não a processos patológicos sistêmicos.

Art. 117º. As carcaças, partes de carcaça ou órgãos que apresentem área extensa de contaminação por conteúdo gastrointestinal, urina, leite, bile, pus ou outra contaminação de qualquer natureza, devem ser condenadas quando não for possível a remoção completa da área contaminada.

§1º. Nos casos em que não seja possível delimitar perfeitamente as áreas contaminadas, mesmo após a sua remoção, as carcaças, suas partes ou órgãos devem ser destinadas à esterilização pelo calor.

§2º. Quando for possível a remoção completa das áreas contaminadas, as carcaças, partes de carcaça ou órgão podem ser liberadas.

§3º. No caso de aves e lagomorfos, devem ser condenados os cortes que entrarem em contato com o piso e materiais estranhos em qualquer fase do processo.

Art. 118º. Devem ser condenadas as carcaças de animais que apresentem contusão generalizada ou múltiplas fraturas.

§1º. Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor as carcaças que apresentarem lesões extensas, mas sem o comprometimento de toda a carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

§2º. Podem ser liberadas as carcaças que apresentem contusão, fratura ou luxação localizada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 119º. Devem ser condenadas as carcaças que no exame post mortem apresentem edema generalizado.

Parágrafo único. Nos casos discretos e localizados devem ser removidas e condenadas as partes das carcaças e órgãos que apresentem infiltrações edematosas.

Art. 120º. Devem ser condenadas as carcaças de animais parasitados por *Oesophagostomum* sp, quando houver caquexia.

Parágrafo único Podem ser liberados os intestinos ou partes dos intestinos que apresentem nódulos em pequeno número.

Art. 121º. Euritrematose - devem ser condenados os pâncreas infectados por parasitas do gênero Eurytrema.

Art. 122º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais parasitados por Fasciola hepatica, quando houver caquexia ou icterícia.

Art. 123º. Gestação - devem ser condenados os fetos procedentes do abate de fêmeas gestantes.

§1º. A fim de atender hábitos regionais, a Inspeção pode liberar para consumo, fetos bovinos que demonstrem desenvolvimento superior a 7 (sete) meses, desde que estes e as fêmeas das quais procedam apresentem bom estado sanitário.

§2º. É proibido o emprego de carne de fetos na elaboração de produtos cárneos.

Art. 124º. Devem ser condenadas as línguas que apresentem glossite.

Art. 125º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem cisto hidático, quando houver caquexia.

Parágrafo único Podem ser liberados órgãos e vísceras que apresentem lesões periféricas, calcificadas e circunscritas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 126º. Devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem icterícia.

Parágrafo único. Podem ser liberadas as carcaças de animais que apresentem gordura de cor amarela decorrente de fatores nutricionais ou características raciais.

Art. 127º. Devem ser condenadas as carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão acidental de produtos tóxicos ou em virtude de tratamento por substância medicamentosa.

§1º. Quando a lesão for restrita aos órgãos e sugestiva de intoxicação por plantas tóxicas, pode ser dado à carcaça aproveitamento condicional ou liberação para o consumo, a critério da Inspeção.

§2º. Nos casos em que fique evidenciada a falta de informações sobre o cumprimento do prazo de carência do uso de drogas, a Inspeção pode seqüestrar os lotes de animais ou produtos até que sejam realizadas análises laboratoriais que permitam decisão acerca de sua destinação.

Art. 128º. Lesões cardíacas - devem ser condenados os corações com lesões de miocardite, endocardite e pericardite.

§1º. Devem ser condenadas ou destinadas ao tratamento pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças de animais com lesões cardíacas, sempre que houver repercussão no seu estado geral.

§2º. Podem ser liberadas as carcaças de animais com lesões cardíacas, desde que não haja comprometimento da carcaça, a critério da Inspeção.

Art. 129º. Lesões renais - devem ser condenados os rins com lesões tais como nefrites, nefroses, pielonefrites, uronefroses, cistos urinários ou outras infecções, devendo-se ainda verificar se estas lesões estão ou não relacionadas a doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, bem como se acarretam alterações na carcaça.

Parágrafo único. Excetuando-se os casos de lesões relacionadas a doenças infectocontagiosas, dependendo da extensão da lesão,

deve-se condenar a área atingida, liberandose o restante do rim e a respectiva carcaça.

Art. 130º. Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões inespecíficas generalizadas em linfonodos de distintas regiões, com comprometimento do estado geral da carcaça.

I - no caso de lesões inespecíficas progressivas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, condena-se a área de drenagem destes linfonodos, com o aproveitamento condicional da carcaça para esterilização pelo calor;

II - no caso de lesões inespecíficas discretas e circunscritas de linfonodos, sem repercussão no estado geral da carcaça, a área de drenagem deste linfonodo deve ser condenada, liberandose o restante da carcaça, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 131º. Magreza - podem ser destinadas ao aproveitamento condicional, as carcaças, órgãos e vísceras de animais livres de qualquer processo patológico, a critério da Inspeção.

Art. 132º. Devem ser condenadas ou destinadas à esterilização pelo calor, a critério da Inspeção, as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, sempre que houver comprometimento sistêmico.

§1º. Podem ser liberadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais que apresentem mastite, quando não houver comprometimento sistêmico, depois de removida e condenada a glândula mamária.

§2º. As glândulas mamárias devem ser removidas intactas, de forma a não permitir a contaminação da carcaça por leite, pus ou outro contaminante, respeitando-se as particularidades de cada espécie e a correlação das glândulas com a carcaça.

§3º. As glândulas mamárias que apresentem mastite ou sinais de lactação, bem como as de animais reagentes à brucelose, devem ser condenadas.

§4º. O aproveitamento da glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido, depois de liberada a carcaça.

§5º. É proibido o emprego de glândula mamária na elaboração de produtos cárneos.

Art. 133º. Devem ser condenadas as partes de carcaças ou órgãos invadidos por larvas.

Art. 134º. Devem ser condenados os fígados com necrobacilose nodular.

Parágrafo único. Quando a lesão coexistir com outras alterações que levem ao comprometimento da carcaça, esta e os respectivos órgãos e vísceras também devem ser condenados.

Art. 135º. Devem ser condenados os órgãos, vísceras e partes que apresentem parasitoses não transmissíveis ao homem, podendo a carcaça ser liberada desde que não haja comprometimento da mesma.

Art. 136º. Devem ser destinadas ao tratamento pelo calor, as carcaças de animais que apresentem sinais de parto recente ou aborto, desde que não haja evidência de infecção

Art. 137º. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa por Sarcocystis spp.

§1º. Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em

incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2º. Entende-se por infecção leve a presença de cistos localizados em um único ponto da carcaça ou órgão, devendo a carcaça ser destinada à pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 138º. Devem ser condenadas as carcaças de animais com infestação generalizada por sarna, com comprometimento no seu estado geral.

Parágrafo único. Quando a infestação for discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser liberada, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 139º. Teleangiectasia maculosa do fígado - devem ser condenados os fígados que apresentem lesão generalizada.

Parágrafo único. Podem ser liberados os fígados que apresentem lesões discretas, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas.

Art. 140º. As carcaças de animais portadores de tuberculose devem ser condenadas quando:

- I - no exame ante mortem o animal apresentar-se febril;
- II - for acompanhada de caquexia;
- III - apresentem lesões tuberculosas nos músculos, nos ossos ou nas articulações, ou ainda nos linfonodos que drenam a linfa dessas partes;
- IV - apresentem lesões caseosas concomitantes em órgãos ou serosas do tórax e abdômen;
- V - apresentem lesões miliares ou perláceas de parênquimas ou serosas;
- VI - apresentem lesões múltiplas, agudas e ativamente progressivas, identificadas pela inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;
- VII - apresentem linfonodos hipertrofiados, edemaciados, com caseificação de aspecto raiado ou estrelado em mais de um local de eleição;
- VIII - existir tuberculose generalizada caseosa ou calcificada, e sempre que houver evidência de entrada do bacilo na circulação sistêmica.

§1º. A tuberculose é considerada generalizada quando, além das lesões dos aparelhos respiratório, digestório e seus linfonodos correspondentes, forem encontrados tubérculos numerosos distribuídos em ambos os pulmões ou lesões no baço, rins, útero, ovário, testículos, cápsulas supra-renais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas.

§2º. As carcaças podem ser destinadas à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as áreas atingidas, quando:

- I - os órgãos apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas, limitadas a linfonodos do mesmo órgão;
- II - os linfonodos da carcaça ou cabeça apresentem lesões caseosas discretas, localizadas ou encapsuladas;
- III - existirem lesões concomitantes em linfonodos e órgãos pertencentes à mesma cavidade.

§3º. Carcaças de animais reagentes positivos a teste de diagnóstico para tuberculose devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que não se enquadrem nas condições previstas nos incisos I a VIII do caput do presente artigo.

§4º. Pode ser liberada a carcaça que apresente apenas uma lesão tuberculosa discreta, localizada e completamente calcificada em um único órgão ou linfonodo, depois de condenadas as áreas atingidas.

§5º. Devem ser condenadas as partes das carcaças ou órgãos que se contaminem com material tuberculoso, por contato acidental de qualquer natureza.

Art. 141º. Nos casos de aproveitamento condicional a que se refere o presente Regulamento, os produtos devem ser submetidos, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

- I - pelo frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;
- II - salga em salmoura com no mínimo 24ºBe (vinte e quatro graus Baumé), em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias;
- III - pelo calor, por meio de:

- a) pasteurização em temperatura de 76,6°C (setenta e seis graus e seis décimos de graus Celsius) no centro térmico da peça, por no mínimo 30 (trinta) minutos;
- b) fusão pelo calor em temperatura mínima de 121°C (cento e vinte e um graus Celsius);
- c) esterilização pelo calor úmido, com um valor de F0 igual ou maior que 3 (três) ou a redução de 12 (doze) ciclos logarítmicos (12 log10) de *Clostridium botulinum*, seguido de resfriamento imediato.

§1º. A aplicação de qualquer um dos tratamentos condicionais anteriormente citados deve garantir a inativação ou destruição do agente envolvido.

§2º. Podem ser utilizados processos diferentes dos propostos, desde que se atinja ao final as mesmas garantias, com embasamento técnico-científico e aprovação do DIPOA ou seu equivalente do SUASA nos estados, Distrito Federal e municípios.

§3º. Na inexistência de equipamento ou instalações específicas para aplicação do tratamento condicional determinado pela Inspeção, deve ser adotado sempre um critério mais rigoroso.

1.d) Inspeção Post Mortem de Aves e Lagomorfos

Art. 142º. Na inspeção de aves e lagomorfos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores sobre aspectos Gerais, além dos que se consignam a seguir e em normas complementares.

Art. 143º. Quando os países importadores exigirem a presença de vísceras torácicas aderentes à carcaça, a inspeção ante mortem deve ser executada individualmente e a post mortem limitada aos caracteres externos das carcaças e exame das vísceras abdominais.

Art. 144º. As aves que, no exame post mortem, apresentem lesões ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, leucoses, influenza aviária, doença de Newcastle, bronquite infecciosa, hepatite por corpúsculo de inclusão, cólera aviária, doença de Gumboro, septicemia em geral, aspergilose, candidíase, síndromes hemorrágicas, erisipela, estafilococose, listeriose, doença de Marek, diátese exsudativa e clamidiose devem ser totalmente condenadas.

Parágrafo único. Aves portadoras de laringotraqueíte infecciosa, criptosporidiose, tifo aviária, pulrose, paratifo, coccidiose, ente o hepatite, histomoníase, espiroquetose, coriza infecciosa, boubá aviária, micoplasmose, sinovite infecciosa quando em período agudo ou quando os animais estejam em estado de magreza pronunciada, devem ser condenadas.

Art. 145º. As carcaças de aves ou órgãos que apresentem evidências de processo inflamatório ou lesões características de artrite,

aerossaculite, coligranulomatose, dermatose, dermatite, celulite, pericardite, enterite, ooforite, hepatite, salpingite, síndrome ascítica, miopatias e discondroplasia tibial devem ser julgadas com o seguinte critério:

I - quando as lesões forem restritas a uma parte da carcaça ou somente a um órgão devem ser condenadas apenas as partes afetadas;

II - quando a lesão for extensa, múltipla ou houver evidência de caráter sistêmico, carcaças e vísceras devem ser totalmente condenadas.

Art. 146º. Nos casos de endo e ecto parasitoses quando não houver repercussão na carcaça, as vísceras ou partes afetadas devem ser condenadas.

Art. 147º. Devem ser condenadas totalmente as carcaças e vísceras com lesões provenientes de canibalismo com envolvimento extensivo repercutindo na carcaça.

Parágrafo único. Não havendo comprometimento sistêmico, a carcaça pode ser liberada após a retirada da parte acometida.

Art. 148º. Devem ser totalmente condenadas as carcaças e vísceras de aves que apresentem lesões mecânicas extensas, incluindo as devido à escaldagem excessiva.

Parágrafo único. As lesões superficiais determinam a condenação parcial com liberação do restante da carcaça e das vísceras.

Art. 149º. Devem ser condenadas as aves, inclusive de caça, que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniaco, revelando crepitação gasosa à palpação ou modificação de coloração da musculatura.

Art. 150º. As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos que, na inspeção post mortem, apresentem lesões de doença hemorrágica dos coelhos, mixomatose, tuberculose, pseudo tuberculose, pio-septicemia, toxoplasmose, espiroquetose, clostridiose e pasteurelose devem ser condenadas.

Art. 151. As carcaças de lagomorfos que apresentem lesões de necrobacilose, aspergilose ou dermatofitose podem ter aproveitamento parcial, removendo-se as partes lesadas, desde que não haja comprometimento sistêmico da carcaça.

Art. 152º. As carcaças, órgãos e vísceras de lagomorfos com ocorrência de endo e ectoparasitoses transmissíveis ao homem ou aos animais, ou com comprometimento da carcaça, devem ser condenadas.

Parágrafo único. Quando não houver comprometimento da carcaça, devem ser condenadas as vísceras ou partes afetadas.

Art. 153º. Na avaliação dos atributos de frescor de lagomorfos, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

I - Anfíbio - carne de rã:

- a) odor suave e característico da espécie;
- b) cor rosa pálida na carne, branca e brilhante nas proximidades das articulações;
- c) ausência de lesões e elementos estranhos;
- d) textura firme, elástica e succulenta.

II - Répteis:

- a) a carne de jacaré deve apresentar odor característico da espécie,

cor branca rosada, ausência de lesões e elementos estranhos e textura macia com fibras musculares dispostas uniformemente; e b) a carne de quelônios deve apresentar odor próprio e suave, cor característica da espécie, livre de manchas escuras e textura firme, elástica e tenra.

§1º. As características sensoriais a que se refere o presente artigo são extensivas, no que for aplicável, às demais espécies de pescado usadas na alimentação humana.

§2º. O pescado deve ser avaliado por pessoal capacitado, utilizando-se uma tabela de classificação e pontuação, de acordo com normas complementares.

§3º. Nos casos em que a avaliação sensorial revele dúvidas acerca do frescor do pescado, deve-se recorrer a exames complementares, físico-químicos ou microbiológicos.

1.e) Inspeção Post mortem de Bovídeos

Art. 154º. Na inspeção de bovídeos, aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 155º. Hemoglobínúria bacilar dos bovinos, varíola, septicemia hemorrágica e febre catarral maligna devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de bovinos acometidos dessas doenças.

Art. 156º. Cisticercose bovina - devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas por *Cysticercus bovis*.

§1º. Entende-se por infecção intensa quando são encontrados 2 (dois) ou mais cistos, viáveis ou calcificados, localizados em 3(três) locais de eleição, sendo que obrigatoriamente 1(um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2º. Permite-se, depois de removidas as áreas atingidas, o aproveitamento condicional das carcaças e demais tecidos envolvidos, nas seguintes situações:

I - esterilização pelo calor ou pasteurização, quando forem observados mais de 1 (um) cisto, viável ou calcificado, e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

II - tratamento pelo frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias ou salga em salmoura com no mínimo 24ºBe (vinte e quatro graus Baumé) em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias quando for observado 1 (um) cisto viável, considerando a pesquisa em todos os locais de eleição;

III - podem ser aproveitadas para consumo humano as carcaças que apresentem 1 (um) único cisto já calcificado, após remoção e condenação dessa parte.

§3º. O diafragma, seus pilares e o esôfago, assim como outros pontos passíveis de infecção, devem receber o mesmo destino dado à carcaça.

§4º. Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto nas normas complementares.

1.f) Inspeção Post Mortem de Equídeos

Art. 157º. Na inspeção de equídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 158º. Meningite cérebro-espinhal, encefalomielite infecciosa, febre tifóide, durina, mal de cadeiras, azotúria, hemoglobinúria paroxística, garrotinho e quaisquer outras doenças e alterações com lesões inflamatórias ou neoplasias malignas - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de eqüídeos acometidos dessas doenças.

Art. 159º. Anemia infecciosa eqüina - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras quando observadas lesões indicativas de um processo agudo.

Parágrafo único. Quando se tratar de uma infecção crônica, as carcaças podem ser liberadas para consumo, desde que não apresentem sinais de icterícia, depois de removidos os órgãos alterados.

Art. 160º. Mormo - devem ser condenadas as carcaças, órgãos e vísceras de animais nos quais, em que forem constatadas lesões indicativas da ocorrência de mormo.

I - quando identificadas as lesões na inspeção post mortem, o abate deve ser prontamente interrompido e imediatamente higienizados todos os locais, equipamentos e utensílios que possam ter tido contato com resíduos do animal ou qualquer outro material potencialmente contaminado, atendendo às recomendações estabelecidas pelo setor competente pela sanidade animal;

II - devem ser tomadas as precauções necessárias junto aos funcionários que entraram em contato com o material contaminado, aplicando-se as regras de higiene e desinfecção pessoal com produtos de eficácia comprovada, devendo ser encaminhados ao serviço médico como medida de precaução;

III - todas as carcaças ou partes de carcaças, inclusive peles, cascos, órgãos, vísceras e seu conteúdo, que entraram em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados.

1.g) Inspeção Post Mortem de Ovinos e Caprinos

Art. 161º. Na inspeção de ovinos e caprinos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 162º. Cenurose - devem ser condenadas as carcaças de animais portadores de Coenurus cerebralis, quando acompanhadas de caquexia.

Parágrafo único. Os órgãos afetados, cérebro ou medula espinhal, devem sempre ser condenados.

Art. 163º. Cisticercose ovina - devem ser condenadas as carcaças com infecções intensas pelo Cysticercus ovis.

§1º. Entende-se por infecção intensa quando são encontrados cistos localizados em 2 (dois) ou mais locais de eleição, como masseteres, língua, esôfago ou coração, sendo que obrigatoriamente 1 (um) local deve ser a musculatura da carcaça.

§2º. Permite-se, depois de removidas as partes atingidas, a esterilização pelo calor das carcaças e demais tecidos envolvidos, quando forem observados mais de um cisto e menos do que o considerado na infecção intensa, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição.

§3º. A carcaça pode ser liberada para consumo após removida a parte atingida, quando for observado no máximo 1 (um) cisto, considerando-se a pesquisa em todos os pontos de eleição

Art. 164º. Linfadenite caseosa - devem ser condenadas as carcaças

de animais que apresentem lesões de linfadenite caseosa em linfonodos de distintas regiões, com ou sem comprometimento do estado geral da carcaça.

§1º. As carcaças com lesões localizadas, caseosas ou em processo de calcificação devem ser destinadas à esterilização pelo calor, desde que permitam a remoção e condenação da área de drenagem dos linfonodos atingidos.

§2º. As carcaças de animais com lesões calcificadas discretas nos linfonodos podem ser liberadas para consumo, depois de removida e condenada a área de drenagem destes linfonodos.

§3º. Em todos os casos em que se evidencie comprometimento dos órgãos e vísceras, estes devem ser condenados.

1.h) Inspeção Post Mortem de Pescado

Art. 165º. Na inspeção de pescado aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post Mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 166º. Nas espécies de pescado para abate, são realizados na inspeção post mortem de rotina:

I - observação dos caracteres sensoriais e físicos do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;

II - exame de cabeça, narinas e olhos;

III - exames visual e tátil do casco, carapaça, plastrão e pontes;

IV - exame dos órgãos internos e da cavidade onde estão inseridos; e

V - exame geral da carcaça, serosas e musculatura superficial e profunda acessível.

§1º. Entende-se por pescado os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, répteis, equinodermos e outros animais aquáticos usados na alimentação humana.

§2º. Os dispositivos previstos no presente Regulamento são extensivos aos gastrópodes terrestres destinados à alimentação humana.

§3º. O pescado deve ser obrigatoriamente identificado com a denominação comum da espécie, respeitando-se a nomenclatura regional, sendo facultada a utilização do nome científico.

Art. 167º. Considera-se como pescado íntegro, em natureza, apenas o pescado fresco.

§1º. Pescado fresco é aquele que não foi submetido a qualquer outro processo de conservação, a não ser a ação do gelo ou métodos de conservação de efeito similar, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

§2º. O gelo utilizado na conservação do pescado deve ser produzido a partir de água potável ou de água do mar limpa.

Art. 168º. O pescado, depois de submetido ao congelamento, deve ser mantido em câmara frigorífica que possua condições de armazenar o produto a temperaturas não superiores a -18°C (dezoito graus Celsius negativos) no seu centro térmico, com exceção das espécies congeladas em salmoura destinadas à elaboração de conservas, que podem ser mantidas a temperaturas não superiores a -9°C (nove graus Celsius negativos) no seu centro térmico.

§1º. O descongelamento sempre deve ser realizado em equipamentos e em condições apropriados, de forma a garantir a inocuidade e qualidade do pescado.

I - uma vez descongelado, o pescado deve ser mantido sob as mesmas condições de conservação exigidas para o pescado fresco;

II - desde que atendidas as condições de conservação exigidas para o pescado fresco, o pescado poderá ser submetido ao congelamento.

Art. 169°. No transporte de espécies de pescado vivas devem ser atendidos os conceitos de segurança e bem-estar animal, estabelecidos em normas complementares.

Art. 170°. Qualquer que seja o meio de transporte utilizado para o pescado fresco, respeitadas as peculiaridades das diferentes espécies, este deve ser realizado em veículos ou contentores isotérmicos, acondicionado em recipientes impermeáveis, lisos e de fácil higienização, mantido em temperaturas próximas à do gelo fundente.

Art. 171°. O pescado congelado, com exceção daquele congelado em salmoura e destinado como matéria-prima para a elaboração de conservas, deve, durante o transporte, ser mantido a uma temperatura constante não superior a -18°C (dezoito graus Celsius negativos), em todos os pontos do produto, tolerando-se um aumento de até 3°C (três graus Celsius).

Art. 172°. É obrigatória a lavagem prévia do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização, respeitadas as particularidades das espécies, com água corrente sob pressão suficiente para promover a limpeza, remoção de sujidades e microbiota superficial.

Art. 173°. Para preservação da inocuidade e qualidade do produto, respeitadas as particularidades das espécies, sempre que necessário o Serviço de Inspeção Municipal exigirá a sangria e a evisceração do pescado utilizado como matéria-prima para consumo humano direto ou para a industrialização.

Art. 174°. Na avaliação dos atributos de frescor do pescado, respeitadas as peculiaridades de cada espécie, devem ser verificadas as seguintes características sensoriais:

I - peixes:

- a) superfície do corpo limpa, com relativo brilho metálico e reflexos multicores próprios à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;
- b) olhos claros, vivos, brilhantes, luzentes, convexos, transparentes, ocupando toda a cavidade orbitária;
- c) brânquias ou guelras róseas ou vermelhas, úmidas e brilhantes com odor natural, próprio e suave;
- d) abdômen com forma normal, firme, não deixando impressão duradoura à pressão dos dedos;
- e) escamas brilhantes, bem aderentes à pele e nadadeiras apresentando certa resistência aos movimentos provocados;
- f) carne firme, consistência elástica, de cor própria à espécie;
- g) vísceras íntegras, perfeitamente diferenciadas, peritônio aderente à parede da cavidade celomática;
- h) ânus fechado;
- i) odor próprio, característico da espécie.

II - crustáceos:

- a) aspecto geral brilhante, úmido;
- b) corpo em curvatura natural, rígida, artículos firmes e resistentes;
- c) carapaça bem aderente ao corpo;
- d) coloração própria à espécie, sem qualquer pigmentação estranha;
- e) olhos vivos, proeminentes;
- f) odor próprio e suave; e

g) as lagostas, siris e caranguejos devem ser preservados vivos e vigorosos.

III - moluscos:

a) bivalves:

1. devem ser preservados vivos, com valvas fechadas e com retenção de água incolor e límpida nas conchas;
2. odor próprio e suave;
3. carne úmida, bem aderente à concha, de aspecto esponjoso, de cor característica de cada espécie.

b) cefalópodes:

1. pele lisa e úmida;
2. olhos vivos, proeminentes nas órbitas;
3. carne firme e elástica;
4. ausência de qualquer pigmentação estranha à espécie; e
5. odor próprio.

c) gastrópodes:

1. carne úmida, aderida à concha, de cor característica de cada espécie;
2. odor próprio e suave; e
3. devem ser preservados vivos e vigorosos;

Art. 175°. As determinações sensoriais, físicas, químicas e microbiológicas para caracterização da identidade, qualidade e inocuidade do pescado, seus produtos e derivados devem ser estabelecidas em normas complementares.

Art. 176°. O julgamento das condições sanitárias do pescado resfriado, do congelado e do descongelado deve ser realizado de acordo com as normas previstas para o pescado fresco, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 177°. Considera-se impróprio para o consumo humano, o pescado:

- I - em mau estado de conservação e de aspecto repugnante;
- II - que apresente coloração, odor ou sabor anormais;
- III - portador de lesões, doenças ou substâncias que possam prejudicar a saúde do consumidor;
- IV - que apresente infecção muscular maciça por parasitas;
- V - tratado por antissépticos ou conservadores não autorizado pelo Serviço de Inspeção Municipal;
- VI - recolhido já morto, salvo quando capturado em operações de pesca;
- VII - que apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;
- VII - apresente outras alterações que o tornem impróprio, a juízo da inspeção; ou,
- VIII - quando não se enquadrar nos limites estabelecidos em normas específicas para o pescado fresco.

Parágrafo único. O pescado nas condições deste artigo deve ser condenado, identificado, desnaturado e descaracterizado visualmente, podendo ser transformado em produto não comestível, considerando os riscos de sua utilização e de acordo com o disposto em norma de destinação.

Art. 178°. É vedado a recepção e o processamento do pescado capturado ou colhido em desacordo com as legislações ambientais e pesqueira.

Art. 179°. Permite-se o aproveitamento condicional, conforme as normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção

Municipal, do pescado que se apresentar:

I - injuriado, mutilado, deformado, com alterações de cor ou presença de parasitos localizados; ou
II - proveniente de águas suspeitas de contaminação ou poluídas, considerando os tipos e níveis de contaminação informados pelos órgãos competentes.

Art. 180°. Nos estabelecimentos de pescado é obrigatória a verificação visual da presença de parasitas.

Parágrafo único. O monitoramento deste procedimento deve ser executado por funcionário do estabelecimento e comprovado por registros auditáveis, utilizando-se um plano de amostragem representativo do lote, levando-se em consideração o tipo de pescado, área geográfica e sua utilização, realizada com base nos procedimentos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, incluindo, se necessário, a transiluminação.

Art. 181°. Nos casos de aproveitamento condicional o pescado deve ser submetido, a critério da Inspeção, a um dos seguintes tratamentos:

I - congelamento;
II - salga; e
III - calor.

Art. 182°. Os produtos da pesca e da aquicultura infectados com endoparasitas com risco para a saúde pública não podem ser destinados ao consumo cru sem que sejam submetidos previamente ao congelamento à temperatura de -20°C (vinte graus Celsius negativos) por 24 (vinte e quatro) horas ou a - 35°C (trinta e cinco graus Celsius negativos) durante 15 (quinze) horas.

Parágrafo único. Podem ser aceitos outros binômios para o tratamento térmico descrito, desde que aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal, com respaldo científico.

Art. 183°. O pescado, partes dele e órgãos com lesões ou anormalidades que possam torná-los impróprios para consumo devem ser identificados e conduzidos a um local apropriado, com instalações específicas, onde devem ser inspecionados, considerando o risco de sua utilização.

1.i) Inspeção Post Mortem de Suídeos

Art. 184°. Na inspeção de suídeos aplicam-se os dispositivos cabíveis estabelecidos na Seção Inspeção Post mortem - Aspectos Gerais, além dos que se consignam nesta subseção e em normas complementares.

Art. 185°. Afecções de pele - as carcaças que apresentem afecções de pele, tais como eritemas, esclerodermia, urticárias, hipotricose cística, sarnas ou outras dermatites, podem ser liberadas para o consumo, depois de removidas e condenadas as áreas acometidas, desde que a musculatura se apresente normal.

Parágrafo único. As carcaças acometidas com sarnas, em estágios avançados, demonstrando sinais de caquexia ou extensiva inflamação na musculatura, devem ser condenadas.

Art. 186°. Devem ser condenadas as carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos ou hipertrofia da membrana sinovial, acompanhada de caquexia.

§1º. As carcaças com artrite em uma ou mais articulações, com reação nos linfonodos, hipertrofia da membrana sinovial, sem repercussão no seu estado geral, devem ser destinadas à pasteurização.

§2º. As carcaças com artrite sem reação em linfonodos e sem repercussão no seu estado geral podem ser liberadas para o consumo, depois de retirada a parte atingida.

Art. 187°. Devem ser condenadas as carcaças com infecção intensa pelo *Cysticercus cellulosae*.

§1º. Entende-se por infecção intensa a presença de cistos em quantidades superiores à infecção considerada leve, após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§2º. Entende-se por infecção leve a presença de 1 (um) cisto vivo ou 2 (dois) cistos calcificados após incisões praticadas em várias partes da musculatura.

§3º. Nos casos de infecção leve, as carcaças podem ser destinadas para aproveitamento condicional, devendo-se realizar um dos seguintes tratamentos:

I - frio em temperatura não superior a -10°C (dez graus Celsius negativos) por 10 (dez) dias;
II - esterilização pelo calor;
III - salga em salmoura saturada em peças de no máximo 2,5kg (dois e meio quilogramas), por no mínimo 21 (vinte e um) dias.

§4º. As carcaças que apresentem um único cisto calcificado podem ser aproveitadas para consumo humano, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

§5º. Os órgãos, com exceção da língua, coração, porções musculares do esôfago e os tecidos adiposos, podem ser liberados após exame, desde que considerados isentos de infecção.

§6º. Pode ser permitido o aproveitamento de tecidos adiposos procedentes de carcaças com infecções intensas para a fabricação de banha, por fusão pelo calor, condenando-se as demais partes.

§7º. Os procedimentos para pesquisa de cisticercos nos locais de eleição devem atender ao disposto em normas complementares.

Art. 188°. Devem ser condenadas as carcaças de animais criptorquidas ou que tenham sido castrados, quando for comprovado, por meio de testes específicos a presença de forte odor sexual.

Parágrafo único. As carcaças com leve odor sexual podem ser destinadas à fabricação de produtos cárneos cozidos.

Art. 189°. Erisipela - devem ser abatidos em separado os suídeos que apresentem casos agudos, com eritema cutâneo difuso detectados na inspeção ante mortem.

§1º. Nos casos previstos no caput deste artigo, bem como nos animais com múltiplas lesões de pele ou artrite complicadas por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico, as carcaças devem ser totalmente condenadas.

§2º. Nos casos localizados de endocardite vegetativa por erisipela, sem alterações sistêmicas, ou nos casos de artrite crônica, a carcaça deve ser destinada para pasteurização, após condenação do órgão ou partes atingidas.

§3º. No caso de lesão de pele discreta e localizada, sem comprometimento de órgão ou carcaça, esta deve ser destinada para pasteurização, após remoção da área atingida.

Art. 190°. As carcaças de suínos que apresentem lesões granulomatosas localizadas e restritas a apenas um sítio primário de infecção, tais como nos linfonodos cervicais ou nos linfonodos mesentéricos ou nos linfonodos mediastínicos, julgadas em condição

de consumo, podem ser liberadas após condenação da região ou órgão afetado.

Parágrafo único. As carcaças suínas em bom estado, com lesões em linfonodos que drenam até dois sítios distintos, sendo linfonodos de órgãos distintos ou com presença concomitante de lesões em linfonodos e um órgão, devem ser destinadas a esterilização pelo calor, após condenação das partes atingidas.

Art. 191º. Devem ser condenadas as carcaças de suínos acometidas de peste suína.

§1º. Quando os rins e linfonodos revelem lesões duvidosas e, desde que se comprove lesão característica de peste suína em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também é total.

§2º. Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicam igualmente em condenação total.

§3º. Quando as lesões forem discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e linfonodos, a carcaça deve ser destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes acometidas.

Art. 192º. Devem ser destinadas ao aproveitamento condicional, por meio de tratamento térmico pelo frio, as carcaças acometidas de *Trichinella spirallis*.

Parágrafo único. O tratamento térmico pelo frio deve atender aos seguintes binômios de tempo e temperatura:

I - por 30 (trinta) dias a -15°C (quinze graus Celsius negativos);
II - por 20 (vinte) dias a -25°C (vinte e cinco graus Celsius negativos); ou
III - por 12 (doze) dias a -29°C (vinte e nove graus Celsius negativos).

Art. 193º. Todos os suídeos que morrerem asfixiados, seja qual for a causa, bem como os que caírem vivos no tanque de escaldagem, devem ser condenados.

1.j) Outros aspectos relativos ao Abate

Art. 194º. Os rins destinados ao preparo de produtos cárneos devem ser previamente abertos e a seguir abundantemente lavados.

Art. 195º. No coração das espécies em que se fizer necessária a aplicação de incisões para realização da inspeção, deve-se verificar a existência de coágulos sanguíneos, os quais devem ser retirados.

Art. 196º. A Inspeção deve determinar medidas especiais quanto às condições de retirada e subseqüentes cuidados para aproveitamento do encéfalo.

Art. 197º. Os estômagos de ruminantes destinados à alimentação humana devem ser rigorosamente lavados imediatamente após o esvaziamento.

§1º. Na fase de pré-cozimento, permite-se o branqueamento de estômagos de ruminantes pelo emprego de peróxido de hidrogênio, cal ou sua combinação com carbonato de sódio, além de outras substâncias aprovadas pelo órgão competente da Saúde e permitidas pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água, depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

§2º. Permite-se a extração da mucosa do abomaso para produção

de coalho.

Art. 198º. Entende-se por produtos de triparia as vísceras abdominais consideradas como envoltórios naturais, tais como o estômago, intestinos e a bexiga, após receberem os tratamentos tecnológicos específicos.

Parágrafo único. Podem ainda ser utilizados como envoltórios o peritônio parietal, o epíplon e a pele de suíno, devidamente depilada.

Art. 199º. Os produtos de triparia não podem ser empregados como matéria-prima na composição de produtos cárneos, sendo permitido seu uso apenas como envoltório natural para produtos cárneos embutidos.

§1º. Para seu aproveitamento é necessário que sejam raspados e lavados, considerando-se como processos de conservação a desidratação, a salga ou outros aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

§2º. Permite-se o tratamento dos intestinos com coadjuvantes de tecnologia, desde que aprovados pelo órgão competente da Saúde e permitidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, devendo os mesmos ser lavados com água depois do tratamento, para remoção total do produto empregado.

Art. 200º. Os produtos de triparia destinados ao consumo e à produção de envoltórios devem ser inspecionados, principalmente quanto à sua integridade, estado de conservação e toalete.

Art. 201º. É proibido o uso de tonsilas, glândulas salivares, ovários, baço, testículo, linfonodos, nódulos hemolinfáticos e outras glândulas como matéria-prima para o preparo de produtos cárneos.

Art. 202º. Permite-se o aproveitamento de glândulas e outros órgãos, cartilagens, mucosas e bile das diversas espécies animais de abate como matéria-prima destinada à elaboração de enzimas e produtos opoterápicos, bem como de sangue fetal para a obtenção de soro, desde que disponham de instalações e equipamentos apropriados, observadas as disposições da legislação específica.

2) Inspeção industrial e sanitária de ovos e derivados

Art. 203º. Entende-se por ovos, sem outra especificação, os ovos de galinha.

Parágrafo único. Os ovos de outras espécies devem denominar-se segundo a espécie de que procedam.

Art. 204º. Ovos frescos ou submetidos a processos de conservação aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal, só podem ser expostos ao consumo humano quando previamente submetidos à inspeção e classificação previstos no presente Regulamento.

Art. 205º. Entende-se por ovos frescos os que não forem conservados por qualquer processo e se enquadrem na classificação estabelecida no presente Regulamento.

Art. 206º. Os ovos recebidos no Estabelecimento de Ovos Comerciais devem ser provenientes de estabelecimentos avícolas relacionados ou cadastrados junto ao serviço oficial competente

§1º. Os Estabelecimentos de Ovos Comerciais devem manter uma relação atualizada dos fornecedores.

§2º. Os ovos recebidos nestes estabelecimentos devem chegar devidamente identificados e acompanhados de uma ficha de

procedência, de acordo com o modelo estabelecido em normas complementares.

Art. 207º. Após a classificação dos ovos, o estabelecimento deve manter registros auditáveis e disponíveis ao Serviço de Inspeção.

Parágrafo único. Os registros devem abranger dados de rastreabilidade, quantidade de ovos classificados por categoria de qualidade e de peso e outros controles, conforme exigência do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 208º. Os estabelecimentos de ovos e derivados devem executar os seguintes procedimentos, que serão verificados pela Inspeção:

I - garantir condições de higiene em todas as etapas do processo;
II - armazenar e utilizar embalagens de maneira a assegurar a inocuidade do produto;
III - realizar exame pela ovoscopia em câmara destinada exclusivamente a essa finalidade;
IV - medir a altura da câmara de ar com instrumentos específicos;
V - classificar e pesar os ovos com equipamentos específicos;
VI - executar os programas de autocontrole; e
VII - implantar programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução.

Art. 209º. Os ovos destinados ao consumo humano devem ser classificados em ovos de categorias "A" e "B", de acordo com as suas características qualitativas.

Parágrafo único. A classificação dos ovos por peso deve atender as normas específicas.

Art. 210º. Ovos da categoria "A" devem apresentar as seguintes características qualitativas:

I - casca e cutícula de forma normal, lisa, limpas, intactas;
II - câmara de ar com altura não superior a 6mm (seis milímetros) e imóvel;
III - gema visível à ovoscopia, somente sob a forma de sombra, sem contorno aparente, movendo-se ligeiramente em caso de rotação do ovo, mas regressando à posição central;
IV - clara límpida e translúcida, consistente, sem manchas ou turvação e com as calazas intactas; e
V - cicatrícula com desenvolvimento imperceptível.

Art. 211º. Ovos da categoria "B" devem apresentar as seguintes características:

I - ovos considerados inócuos, mas que não se enquadrem nas características fixadas na categoria "A";
II - ovos que apresentem manchas sanguíneas pequenas e pouco numerosas na clara e na gema; ou
III - ovos provenientes de estabelecimentos avícolas de reprodução que não foram submetidos ao processo de incubação. Estes ovos devem ser reclassificados em local específico, previamente ao processo de lavagem, acondicionados e identificados.

Parágrafo único. Os ovos da categoria "B" serão destinados exclusivamente à industrialização.

Art. 212º. Os ovos limpos trincados ou quebrados que apresentem a membrana testácea intacta devem ser destinados para a industrialização, tão rapidamente quanto possível.

Art. 213º. É proibida a utilização de ovos sujos trincados para a fabricação de produtos de ovos. É proibida a lavagem de ovos sujos trincados.

Art. 214º. Os ovos destinados para a produção de produtos de ovos devem ser previamente lavados e secos antes de serem processados.

Art. 215º. Os ovos devem ser armazenados e transportados em condições que minimizem as grandes variações de temperatura.

Art. 216º. São considerados impróprios para consumo os ovos que apresentem:

I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença de manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
II - mumificação ou que estejam secos por outra causa;
III - podridão vermelha, negra ou branca;
IV - contaminação por fungos, externa ou internamente;
V - cor, odor ou sabor anormais;
VI - sujidades externas por materiais estercoreais ou que tenham estado em contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
VII - rompimento da casca e que estiverem sujos; VIII - rompimento da casca e das membranas testáceas;
IX - contaminação por substâncias tóxicas; ou
X - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica;

Parágrafo único. São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que forem submetidos ao processo de incubação ou por outras causas a critério da Inspeção.

Art. 217º. Os ovos considerados impróprios para o consumo humano devem ser condenados, podendo ser aproveitados para uso não comestível, desde que a industrialização seja realizada em instalações apropriadas e sejam atendidas as especificações do produto não comestível que será fabricado.

Art. 218º. É proibido o acondicionamento de ovos em uma mesma embalagem quando se tratar de:

I - ovos frescos com ovos submetidos a processos de conservação; e
II - ovos de espécies diferentes.

Art. 219º. Os aviários, granjas e outras propriedades avícolas nas quais estejam grassando doenças zoonóticas com informações comprovadas pelo setor competente pela sanidade animal não podem destinar sua produção de ovos ao consumo.

3) Inspeção industrial e sanitária de leite e derivados

Art. 220º. A inspeção de leite e seus derivados, além das exigências previstas no presente Regulamento, abrange a verificação:

I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;
II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição;
III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e dos processos analíticos; e
IV - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 221º. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

§1º - O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§2º - Permite-se a mistura de leite de espécies animais diferentes,

desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 222º. Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Art. 223º. Entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de 30 (trinta) dias que antecedem a parição prevista.

Art. 224º. Entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e, por leite de conjunto, o resultante da mistura de leites individuais.

Art. 225º. Entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 226º. O gado leiteiro deve ser mantido sob controle veterinário, abrangendo os aspectos discriminados a seguir e outros estabelecidos em legislação específica:

- I - regime de criação;
- II - manejo nutricional;
- III - estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam comprometer a inocuidade do leite;
- IV - controle dos produtos de uso veterinário utilizados no rebanho;
- V - qualidade da água destinada aos animais e da utilizada na higienização de instalações, equipamentos e utensílios;
- VI - condições higiênicas dos equipamentos e utensílios, locais da ordenha, currais, estábulos e demais instalações que tenham relação com a produção de leite;
- VII - manejo e higiene da ordenha;
- VIII - condições de saúde dos ordenhadores para realização de suas funções, com comprovação documental;
- IX - exame do leite de conjunto e, se necessário, do leite individual; e
- X - condições de refrigeração, conservação e transporte do leite.

Parágrafo único. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção Láctea com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 227º. Os diversos setores da Secretaria Municipal da Agricultura, respeitando-se as suas competências, atuarão em conjunto para verificar, sempre que necessário, a execução dos controles referidos no artigo anterior.

Art. 228º. O Serviço de Inspeção Municipal colaborará com o setor competente pela sanidade animal na execução de um plano para controle e erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 229º. É obrigatória a obtenção de leite em condições higiênicas, abrangendo o manejo do gado leiteiro e os procedimentos de ordenha, conservação e transporte.

§1º - Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

§2º - O leite cru mantido na propriedade rural deve ser conservado sob temperatura e período definidos em normas complementares.

§3º - O vasilhame ou equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local

próprio e específico, mantido em condições adequadas de higiene.

Art. 230º. Entende-se por tanque comunitário o equipamento de refrigeração por sistema de expansão direta, utilizado de forma coletiva exclusivamente por produtores de leite, para conservação do leite cru refrigerado na propriedade rural.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o tanque comunitário poderá ser instalado fora da propriedade rural, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 231º. É proibida, nas propriedades rurais, a padronização ou o desnate parcial ou total do leite.

Art. 232º. É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independente da espécie:

- I - pertençam à propriedade que esteja sob interdição;
- II - não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;
- III - estejam no último mês de gestação ou na fase colostrar;
- IV - apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infecto-contagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;
- V - estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou
- VI - receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 233º. A captação e transporte de leite cru diretamente nas propriedades rurais deve atender ao disposto em normas complementares.

§1º Para fins de rastreabilidade, na captação de leite por meio de carro-tanque isotérmico, deve ser colhida amostra do leite de cada produtor ou tanque comunitário previamente à captação, identificada e conservada até a recepção no estabelecimento industrial.

§2º - É permitido o transporte do leite em latões da propriedade até a instalação industrial, onde o mesmo será processado, desde que conservado em temperatura de até 4°C e garantida a sua rastreabilidade.

Art. 234º. Após a captação do leite cru na propriedade rural, é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 235º. Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implantação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 236º. A análise das amostras de leite colhidas nas propriedades rurais para atendimento ao programa nacional da qualidade do leite é de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, e abrange:

- I - contagem de células somáticas (CCS);
- II - contagem bacteriana total (CBT);
- III - composição centesimal;
- IV - detecção de resíduos de produtos de uso veterinário; e
- V - outras que venham a ser determinadas em normas complementares.

Parágrafo único. Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, para a colheita de amostras.

Art. 237º. Considera-se leite normal o produto que apresente:

I - características sensoriais (cor, odor e aspecto) normais;
II - teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas);
III - teor mínimo de proteína de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas);
IV - teor mínimo de lactose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas);
V - teor mínimo de sólidos não gordurosos de 8,4g/100g (oito inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
VI - teor mínimo de sólidos totais de 11,4g/100g (onze inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
VII - acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido láctico/100 ml;
VIII - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius) entre 1,028 (um inteiro e vinte e oito milésimos) e 1,034 (um inteiro e trinta e quatro milésimos) expressa em g/ml; e
IX - índice crioscópico entre -0,53.0°H (quinhentos e trinta milésimos de grau Hortvet negativos) e -0,55.0°H (quinhentos e cinquenta milésimos de grau Hortvet negativos), equivalentes a -0,51.2°C (quinhentos e doze milésimos de grau Celsius negativos) e a -0,53.1°C (quinhentos e trinta e um milésimos de grau Celsius negativos), respectivamente.

§1º. Para ser considerado normal, o leite cru oriundo da propriedade rural deve se apresentar dentro dos padrões para contagem bacteriana total e contagem de células somáticas dispostos em normas complementares.

§2º. O leite não deve apresentar substâncias estranhas à sua composição, tais como agentes inibidores do crescimento microbiano, neutralizantes da acidez, reconstituintes da densidade ou do índice crioscópico.

§3º. O leite não deve apresentar resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

Art. 238º. A análise do leite para sua seleção e recepção no estabelecimento industrial deve abranger as seguintes especificações e outras determinadas em normas complementares:

I - características sensoriais (cor, odor e aspecto);
II - temperatura;
III - teste do álcool/alizarol;
IV - acidez titulável;
V - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius);
VI - teor de gordura;
VII - teor de sólidos totais e sólidos não gordurosos;
VIII - índice crioscópico;
IX - pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;
X - pesquisa de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade e conservadores; e
XI - pesquisa de outros indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 239º. O estabelecimento industrial é responsável pelo controle das condições de recepção do leite, bem como pela seleção da matéria-prima destinada à produção de leite para consumo humano direto e industrialização, conforme padrões analíticos especificados no presente Regulamento e em normas complementares.

Parágrafo único. Após as análises de seleção da matéria-prima e detectada qualquer não conformidade na mesma, a empresa receptora será responsável pela destinação, de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 240º. A Inspeção Municipal, quando julgar necessário, realizará as análises previstas nas normas complementares ou nos programas de autocontrole.

Art. 241º. Considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru quando:

I - provenha de propriedade interditada por setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura;
II - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores ou outras substâncias estranhas à sua composição;
III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância;
IV - revele presença de colostro; ou
V - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento, bem como toda a quantidade a que tenha sido misturado, deve ser descartado e inutilizado pela empresa, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 242º. Considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru quando:

I - não atenda aos padrões para leite normal;
II - coagule pela prova do álcool/alizarol na concentração estabelecida em normas complementares;
III - apresente fraudes diferentes das previstas no artigo anterior; ou
IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do Serviço de Inspeção Municipal.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pela empresa de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 243º. O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as seguintes operações, entre outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal:

I - pré-beneficiamento do leite compreendendo, de forma isolada ou combinada, as etapas de filtração sob pressão, clarificação, bactofugação, microfiltração, padronização do teor de gordura, termização (préaquecimento), homogeneização e refrigeração; e
II - beneficiamento do leite compreendendo os processos de pasteurização, ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilização.

§1º. Permite-se o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, estabelecido em normas complementares.

§2º. É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 244º. Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Parágrafo único. Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer outra operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Art. 245º. Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente aprovado pelo Serviço de Inspeção Municipal;

Art. 246º. Entende-se por termização (pré-aquecimento) a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

§1º - Considera-se aparelhagem própria aquela provida de dispositivo de controle de temperatura e de tempo, de modo que o produto termizado satisfaça às exigências do presente Regulamento.

§2º - O leite termizado deve:

- I - ser refrigerado imediatamente após o aquecimento; e
- II - manter as reações enzimáticas do leite cru.

§3º - É proibida a destinação de leite termizado para a produção de leite para consumo humano direto.

Art. 247º. Entende-se por pasteurização o tratamento térmico aplicado ao leite com o objetivo de evitar perigos à saúde pública decorrentes de microrganismos patogênicos eventualmente presentes, promovendo mínimas modificações químicas, físicas, sensoriais e nutricionais.

§1º. Permitem-se os seguintes processos de pasteurização do leite:

- I - Pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite de 63. a 65.ºC (sessenta e três a sessenta e cinco graus Celsius) por 30 (trinta) minutos, dispondo de mecanismo que garanta a homogenização da temperatura do leite, em aparelhagem própria;
- II - Pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar de 72. a 75.ºC (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2º. Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§3º.É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da operação.

I - Para o sistema de pasteurização rápida, essa aparelhagem deve ainda incluir válvula para o desvio de fluxo do leite com acionamento automático e alarme sonoro.

§4º. O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado imediatamente entre 2ºC e 4ºC (dois e quatro graus Celsius).

§5º. Para o leite de consumo humano, permitem-se os seguintes tipos de pasteurização e envase:

- I - Pasteurização rápida e envase automático em circuito fechado no menor prazo possível e distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius), desde que os equipamentos utilizados sejam experimentalmente testados, conforme o presente Regulamento;
- II - Pasteurização lenta e envase automático, semi-automático, ou similar, pós pasteurização, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius);
- III - Pasteurização lenta do leite pré-ensado, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não

superior a 4ºC (quatro graus Celsius).

§6º. É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores automáticos a temperatura de 2ºC a 4ºC (dois a quatro graus Celsius).

§7º. O leite pasteurizado deve apresentar prova de fosfatase alcalina negativa e prova de peroxidase positiva.

§8º. É proibida a repasteurização do leite para consumo humano direto.

Art. 248º. Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 130 a 150.ºC (cento e trinta a cento e cinquenta graus Celsius), durante 2 a 4 (dois a quatro) segundos, mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32ºC (trinta e dois graus Celsius) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

§1º. Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§2º. É permitido o armazenamento do leite UHT em tanques assépticos e herméticos previamente ao envase.

Art. 249º. Entende-se por processo de esterilização o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 110 a 130ºC (cento e dez a cento e trinta graus Celsius) durante 20 a 40 (vinte a quarenta) minutos, em equipamentos próprios.

Parágrafo único. Podem ser aceitos pelo Serviço de Inspeção Municipal, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 250º. São fixados os seguintes limites superiores de temperatura aplicados ao leite:

- I - conservação e expedição no Posto de Refrigeração: 4ºC (quatro graus Celsius);
- II - conservação na Usina de Beneficiamento ou Fábrica de Laticínios antes da pasteurização: 4ºC (quatro graus Celsius);
- III - refrigeração após a pasteurização: 4ºC (quatro graus Celsius);
- IV - estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4ºC (quatro graus Celsius);
- V - entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7ºC (sete graus Celsius); e
- VI - estocagem e entrega ao consumo do leite UAT (UHT) e esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 251º. O leite termicamente processado para consumo humano direto pode ser exposto à venda quando envasado automaticamente, semi-automático ou outro sistema similar, por meio de circuito fechado ou não, processado pela pasteurização lenta, pré ou pós envase, em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

§1º. Os equipamentos de envase devem conter dispositivos que garantam a manutenção dos padrões de qualidade e identidade para o leite, embalagens conforme estabelece este regulamento.

§2º. O envase do leite para consumo humano direto pode ser realizado em qualquer estabelecimento de leite e derivados desde tenha estrutura adequada para essa operação e não interfira nas demais operações do estabelecimento, conforme previsto no presente Regulamento.

Art. 252º. O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Parágrafo único. para um raio de até 100 km em torno do local de processamento permite-se o transporte em veículos não-isotérmicos e sem unidade frigorífica instalada, desde que garantam a manutenção de temperatura no local de entrega não superior há 7°C (sete graus Celsius).

Art. 253º. É proibida a comercialização e distribuição de leite cru para consumo humano direto em todo território municipal, nos termos da legislação.

Art. 254º. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar os mesmos requisitos do leite normal, com exceção do teor de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 255º. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como padronizado, semidesnatado ou desnatado, deve satisfazer às exigências do leite integral, com exceção dos teores de gordura, de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 256º. Os padrões microbiológicos dos diversos tipos de leite devem atender às normas complementares.

Art. 257º. Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Parágrafo único. Deve ser atendido o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 258º. Permite-se a mistura de leites de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

4) Inspeção industrial e sanitária de produtos das abelhas e derivados

Art. 259º. A inspeção de produtos das abelhas e seus derivados, além das exigências já previstas no presente Regulamento, abrangem a verificação:

- I - da extração, do acondicionamento, da conservação, da origem e do transporte dos produtos das abelhas;
- II - do processamento, da armazenagem e da expedição; e
- III - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 260º. As análises de produtos das abelhas, para sua recepção e seleção no estabelecimento processador, devem abranger as características sensoriais e as análises determinadas em normas complementares e legislação específica, além da pesquisa de indicadores de fraudes que se faça necessária.

Art. 261º. O mel e o mel de abelhas sem ferrão, quando submetidos ao processo de descristalização, pasteurização ou desumidificação, devem respeitar o binômio tempo e temperatura e demais dispositivos constantes em normas complementares.

Art. 262º. São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os produtos das abelhas que evidenciem:

- I - características sensoriais anormais;
- II - a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos

procedimentos higiênicosanitários e tecnológicos; ou
III - a presença de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

§1º. Em se tratando de mel e mel das abelhas sem ferrão, são também considerados alterados os que evidenciem fermentação avançada, hidroximetilfurfural acima do estabelecido em legislação específica e flora microbiana capaz de alterá-los.

§2º. Em se tratando de pólen apícola, pólen das abelhas sem ferrão, própolis e própolis das abelhas sem ferrão são também considerados alterados os que evidenciem flora microbiana capaz de alterá-los.

§3º. Em se tratando de geléia real, é também considerada alterada a que evidencie conservação inadequada, indícios de colheita realizada após 72. (setenta e duas) horas, flora microbiana capaz de alterá-la e a presença de microrganismos patogênicos.

Art. 263º. São considerados alterados e impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, os derivados de produtos das abelhas, que evidenciem:

- I - características sensoriais anormais;
- II - matéria-prima em desacordo com as exigências definidas para cada produto das abelhas usado na sua composição;
- III - a presença de resíduos estranhos decorrentes de falhas nos procedimentos higiênicosanitários e tecnológicos; ou
- IV - microrganismos patogênicos.

Parágrafo único. Em se tratando de composto de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados alterados os que evidenciem o uso de ingredientes permitidos que não atendam às exigências do órgão competente.

Art. 264º. São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os produtos das abelhas que:

- I - apresentem substâncias que alterem a sua composição original;
- II - apresentem aditivos;
- III - apresentem características de obtenção a partir de alimentação artificial das abelhas;
- IV - houver a subtração de qualquer dos seus componentes, em desacordo com o presente Regulamento ou normas complementares;
- V - forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;
- VI - apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou
- VII - tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

Parágrafo único. Em se tratando de mel e mel de abelhas sem ferrão são também considerados fraudados os que evidenciem a adição de açúcares.

Art. 265º. São considerados fraudados (adulterados ou falsificados) os derivados de produtos das abelhas que:

- I - forem de um tipo e se apresentem rotulados como de outro;
- II - apresentem adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou
- III - tenham sido elaborados a partir de matéria-prima imprópria para processamento.

§1º. Em se tratando de composto de produtos das abelhas sem adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem a presença de aditivos ou quaisquer outros ingredientes não permitidos.

§2º. Em se tratando de compostos de produtos das abelhas com adição de ingredientes, são também considerados fraudados os que evidenciem o uso de ingredientes não permitidos ou de ingredientes permitidos em quantidade acima do limite estabelecido em legislação específica.

Art. 266º. Os produtos das abelhas e derivados alterados, fraudados ou impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, podem ter aproveitamento condicional quando previstos em normas complementares.

Art. 267º. Os estabelecimentos de produtos das abelhas que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores em sistema de informação adotado pelo Serviço de Inspeção Municipal e conforme normas complementares.

Art. 268º. Os produtos das abelhas sem ferrão devem ser procedentes de criadouros, na forma de meliponários, autorizados pelo órgão ambiental competente.

VIII - ESTABELECIMENTO PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS

Art. 269º. Para fins deste regulamento, no estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais podem ser abatidas e industrializadas as diversas espécies de aves, coelhos, rãs, répteis e outros pequenos animais.

§1º. O abate de diferentes espécies, inclusive de médios animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade.

§2º. O abate pode ser realizado desde que seja evidenciada a completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

I - Estão incluídas nas aves as espécies como: peru, frango, pombo, pato, marreco, ganso, perdiz, chucar, codorna, faisão e outras aves

II - Entende-se como carne de aves a parte muscular comestível das aves abatidas, declaradas aptas a alimentação humana por inspeção veterinária oficial antes e depois do abate.

III - Entende-se como carcaça o corpo inteiro de uma ave após insensibilização ou não, sangria, depenagem e evisceração, onde o papo, traquéia, esôfago, intestinos, cloaca, baço, órgãos reprodutores, pulmões tenham sido removidos, sendo facultativa a retirada dos rins, pés, pescoço e cabeça.

IV - Entende-se por corte a parte ou fração da carcaça com limites previamente especificados pelo Serviço de Inspeção Municipal, com osso ou sem osso, com pele ou sem pele, temperados ou não, sem mutilações e/ou dilacerações.

V - Entende-se por recorte a parte ou fração de um corte.

VI - Entende-se como miúdos as vísceras comestíveis o fígado sem a vesícula biliar, o coração sem o saco pericárdio e a moela sem o revestimento interno e seu conteúdo totalmente removido.

VII - Entende-se por pré-resfriamento o processo de rebaixamento da temperatura das carcaças de aves, imediatamente após as etapas de evisceração e lavagem, realizado por sistema de imersão em água gelada ou passagem por túnel de resfriamento, obedecidos os respectivos critérios técnicos específicos.

VIII - Entende-se por resfriamento o processo de refrigeração e manutenção da temperatura entre 0°C (zero grau centígrado) a 4°C (quatro graus centígrados positivos) dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos e/ou derivados), com tolerância de 1°C (um grau) medidos na intimidade dos mesmos.

IX - Entende-se por congelamento o processo de congelamento e

manutenção a uma temperatura não maior que -12°C, dos produtos de aves (carcaças, cortes ou recortes, miúdos ou derivados) tolerando-se uma variação de até 2°C (dois graus centígrados), medidos na intimidade dos mesmos.

X - Entende-se por temperado o processo de agregar ao produto da ave condimentos e/ou especiarias devidamente autorizados pelo Serviço de Inspeção Municipal, sendo posteriormente submetido apenas a refrigeração (resfriamento ou congelamento).

Art. 270º. Não será autorizado o funcionamento ou construção de estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais quando localizado nas proximidades de outros estabelecimentos que, por sua natureza, possam prejudicar a qualidade dos produtos destinados à alimentação humana, que são processados nesses estabelecimentos de abate.

Art. 271º. Os equipamentos fixos, tais como, escaldadores, depenadeiras, calhas de evisceração, pré-resfriadores, tanques e outros, deverão ser instalados de modo a permitir a fácil higienização dos mesmos e das áreas circundantes, guardando-se um afastamento mínimo de 60. cm (sessenta centímetros) das paredes e 20 cm (vinte centímetros) do piso, com exceção da trilha aérea que deverá guardar a distância mínima de 30 cm (trinta centímetros) das colunas ou paredes.

Art. 272º. O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deve dispor de instalações composta de seção de recepção; seção de sangria; seção de escaldagem e depenagem; seção de evisceração; seção de depósito; seção de expedição; seção de subprodutos.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a sangria poderá ser realizada na seção de escaldagem e depenagem, o depósito de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de sub-produtos poderá ser dispensada desde que os sub-produtos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

Art. 273º. A recepção das aves será em plataforma coberta, devidamente protegida dos ventos predominantes e da incidência direta dos raios solares.

Parágrafo único. A critério do serviço de inspeção, essa seção poderá ser parcial ou totalmente fechada, atendendo as condições climáticas regionais, desde que não haja prejuízo para a ventilação e iluminação.

Art. 274º. Os contentores e/ou estrados, após vazios, deverão ser encaminhados para a higienização e desinfecção e depositados em local adequado ou devolvidos para o veículo de transporte das aves.

Art. 275º. A sangria pode ser realizada em "túnel de sangria", com as aves contidas pelos pés, apoiados em trilha aérea, ou sangria em funil.

Art. 276º. O sangue deverá ser recolhido em calha própria, de material inoxidável ou alvenaria, totalmente impermeabilizada com cimento liso, denominada "calha de sangria".

Art. 277º. O sangue coletado deverá ser destinado para industrialização como não comestível, ou outro destino conveniente a critério da Inspeção, podendo, quando não existir graxaria, ser cozido.

Art. 278º. A seção de sangria deverá dispor obrigatoriamente de lavatórios acionados a pedal ou outros mecanismo que impeça o uso direto das mãos.

Art. 279º. A escaldagem e depenagem poderão ser realizadas

em instalações comuns às duas atividades, separadas através de paredes das demais áreas operacionais, podendo ser na mesma área da sangria, desde que esta operação não interfira nas outras atividades.

Art. 280°. O ambiente da escaldagem e depenagem deverá possuir ventilação suficiente para exaustão do vapor d'água proveniente de escaldagem e da impureza em suspensão, recomendando-se o emprego de "lantennins", coifas ou exaustores, quando a ventilação natural for insuficiente, podendo ser dispensado de forro nesta dependência.

Art. 281°. A escaldagem deverá, obrigatoriamente, ser executada logo após o término da sangria, sob condições definidas de temperatura e tempo, ajustados às características das aves em processamento, não se permitindo a introdução de aves ainda vivas no sistema.

Art. 282°. Serão condenadas, total ou parcialmente, as aves quando se verificarem falhas na escaldagem que demonstrem alterações nas carcaças ou parte de carcaças pelo uso de altas temperaturas ou tempo prolongado na execução desta operação.

Art. 283°. Quando a escaldagem for executada em tanque, o mesmo deverá ser construído de material inoxidável, a água de escaldagem deverá ser renovada a cada hora (1,5 litros por ave) e em seu volume total a cada turno de trabalho ou à juízo da Inspeção.

Art. 284°. A depenagem deverá ser processada logo após a escaldagem, sendo proibido o seu retardamento.

Art. 285°. Não será permitido o acúmulo de penas no piso devendo, para tanto, haver o recolhimento contínuo das mesmas para o exterior da dependência.

Art. 286°. Os trabalhos de evisceração deverão ser executados em instalação própria, isolada da área de escaldagem e depenagem, compreendendo desde a operação de corte de pele do pescoço, até a "toalete final" das carcaças.

Parágrafo único. Nessa seção poderão também ser efetuadas as fases de pré-resfriamento, gotejamento, processamento, embalagem primária, classificação e armazenagem, desde que a área permita a perfeita acomodação dos equipamentos e não haja prejuízo higiênico para cada operação.

Art. 287°. Antes da evisceração, as carcaças deverão ser lavadas em chuveiros de aspersão ou pistola, dotados de água sob adequada pressão, com jatos orientados no sentido de que toda a carcaça seja levada, inclusive os pés, sendo que os chuveiros poderão ser localizados no início da calha de evisceração e no final, antes do pré-resfriamento.

Art. 288°. A evisceração, não automatizada, será obrigatoriamente realizada com as aves suspensas pelos pés e pescoços em ganchos de material inoxidável, presos em trilhagem aérea ou em mesas de evisceração.

Art. 289°. As operações de evisceração deverão, ainda, observar os cuidados necessários para evitar o rompimento de vísceras e o contato das carcaças com superfícies contaminadas.

Art. 290°. A trilhagem aérea, quando houver, será disposta sobre a calha a uma altura tal que não permita que as aves aí dependuradas possam tocar na calha ou em suas águas residuais.

Art. 291°. As etapas de evisceração compreendem:

I - cortes da pele do pescoço e traquéia;

II - extração de cloaca;
III - abertura do abdômen;
IV - eventração (exposição das vísceras);
V - inspeção sanitária;
VI - retirada das vísceras;
VII - extração dos pulmões;
h - "toalete" (retirada do papo, esôfago, traquéia, etc.);
IX - lavagem final (externa e internamente);

Art. 292°. Não será permitida a retirada de órgãos e/ou partes de carcaças antes que seja realizada a inspeção "post mortem".

Art. 293°. A calha de evisceração, quando houver, deverá apresentar declive acentuado para o ralo coletor e dispor de água corrente a fim de permitir remoção contínua dos resíduos para o exterior da dependência e dispor de pontos d'água (torneiras) localizadas em suas bordas.

Art. 294°. As vísceras não comestíveis serão lançadas diretamente na calha de evisceração e conduzidas aos depósitos coletores ou diretamente para a seção de subprodutos não comestíveis (gaxaria).

Parágrafo único. No caso de mesa de evisceração serão depositadas em bombonas próprias.

Art. 295°. As vísceras comestíveis serão depositadas em recipientes de aço inoxidável, material plástico ou similar, após previamente preparadas e lavadas, sendo que a moela deve ser aberta e retirado o seu conteúdo imediatamente e após serão acondicionadas em recipientes adequados e resfriadas, podendo ser utilizado gelo.

Art. 296°. Todas as partes comestíveis (coração, fígado, moela, pés e cabeça), quando retirados na evisceração para fins comestíveis, deverão ser imediatamente pré-resfriados em resfriadores contínuos por imersão obedecendo ao princípio da renovação de água contracorrente e a temperatura máxima de 4°C, ou em pré-resfriadores fixos com água gelada ou água com gelo, desde que atendida a determinação de renovação da água.

Art. 297°. A gordura cavitária e de cobertura da moela, poderá ser utilizada para fins comestíveis quando retirada durante o processo de evisceração, antes da retirada e abertura da moela e ainda sob o mesmo tratamento dos miúdos comestíveis.

Art. 298°. Os pulmões serão obrigatoriamente retirados e depositados junto com as vísceras não-comestíveis.

Art. 299°. Após a evisceração as carcaças devem receber uma lavagem final por aspersão, de modo que as superfícies internas e externas sejam limpas eficazmente.

Art. 300°. Não será permitida a entrada de carcaças no sistema de pré-resfriamento por imersão, quando contenham no seu interior água residual de lavagem por aspersão e/ou qualquer tipo de contaminação visível nas suas superfícies externas e internas.

Art. 301°. O recolhimento de ovários de aves (reprodutoras ou poedeiras comerciais) será permitido desde que:

I - A coleta seja realizada somente após a liberação das aves por parte da Inspeção, desde que sejam observados todos os princípios básicos de higiene recomendados.

II - O produto seja resfriado imediatamente após a coleta, a uma temperatura de 4°C ou inferior e seja armazenado e transportado sob refrigeração (0°C) e destinado exclusivamente para pasteurização.

Art. 302° O pré-resfriamento é opcional e poderá ser efetuado

através de:

- I - aspersão de água gelada;
- II - imersão em água por resfriadores contínuos, tipo rosca sem fim;
- III - resfriamento por ar (câmaras frigoríficas);
- IV - imersão em tanque com água gelada;
- V - outros processos aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 303º. A renovação de água durante os trabalhos, nos resfriadores contínuos tipo rosca sem fim ou fixos, deverá ser constante, na proporção mínima de 1,5 l (um e meio litros) por ave.

Art. 304º. No sistema de pré-resfriamento por aspersão a água utilizada deve apresentar os padrões de potabilidade da Portaria 36/90 do Ministério da Saúde.

Art. 305º. A temperatura da água do sistema de pré-resfriamento por aspersão não deve ser superior a 4ºC.

Art. 306º. A água de renovação do sistema de pré-resfriamento por imersão poderá ser hipoclorada, permitindo-se no máximo 5 ppm de cloro livre; no entanto será obrigatoriamente clorada, devendo apresentar cloro residual livre entre 0,5 à 1,00 ppm.

Art. 307º. A temperatura da água residente, medida nos pontos de entrada e saída das carcaças do sistema pré-resfriamento por imersão, não deve ser superior a 16ºC e 4ºC, respectivamente no primeiro e último estágio, observando-se o tempo máximo de permanência das carcaças no primeiro de trinta minutos.

Art. 308º. Cada tanque do sistema pré-resfriadores contínuos por imersão deve ser completamente esvaziado, limpo e desinfetado no final de cada período de trabalho (quatro horas) ou, quando se fizer necessário, a juízo da Inspeção.

Art. 309º. A temperatura das carcaças no final do processo de pré-resfriamento deverá ser igual ou inferior a 7ºC, tolerando-se a temperatura de 10ºC para as carcaças destinadas ao congelamento imediato.

Art. 310º. Os miúdos devem ser pré-resfriados em resfriadores, por imersão, obedecendo a temperatura máxima de 4ºC e renovação de água, na proporção mínima de 1,5 (um e meio) litros por quilo.

Art. 311º. Quando empregada a injeção de ar nos tanques de pré-resfriamento por imersão para efeito de movimentação de água (borbulhamento), deverá o mesmo ser previamente filtrado.

Art. 312º. O gotejamento é destinado ao escoamento da água da carcaça decorrente da operação de pré-resfriamento.

Art. 313º. Ao final da fase de gotejamento a absorção da água nas carcaças não deverá ultrapassar a 8% de seu peso.

Art. 314º. O gotejamento deverá ser realizado imediatamente ao pré-resfriamento, com as carcaças suspensas pelas asas ou pescoço, em equipamento de material inoxidável, dispondo de calha coletora de água de gotejamento.

Parágrafo único. Processos tecnológicos diferenciados que permitam o escoamento da água excedente nas carcaças de aves decorrente da operação de pré-resfriamento por imersão poderão ser autorizados, desde que aprovados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 315º. As mesas para embalagem de carcaças serão de

material liso, lavável, impermeável e resistente, com bordas elevadas e dotadas de sistema de drenagem.

Art. 316º. Os miúdos e/ou partes de carcaças, sejam ou não comercializados no interior das mesmas, receberão embalagem própria, sendo obrigatoriamente a cabeça embalada individualmente.

Art. 317º. Uma vez embaladas primariamente o acondicionamento de carcaças em embalagens secundárias será feito em continentes novos e de primeiro uso, sendo que tal operação pode ser feita na seção de embalagem primária.

Parágrafo único. Poderá ser permitida, para fins de acondicionamento e/ou transporte, a reutilização de caixas ou recipientes construídos de material que possibilite adequada Higienização.

Art. 318º. Os estabelecimentos que realizarem cortes e/ou desossa de aves podem fazer essa etapa na mesma seção de evisceração e embalagem primária, desde que com temperatura ambiente não superior a 15ºC e de maneira tal que não interfiram com o fluxo operacional de evisceração, embalagem e classificação.

Parágrafo único. A temperatura das carnes manipuladas nesta seção não poderá exceder 7ºC.

Art. 319º. Os estabelecimentos que realizam a produção de carne temperada podem realizar esta operação junto a Seção de evisceração e embalagem, desde que não interfira no fluxo operacional da Seção, como também não comprometa sob o aspecto higiênico-sanitário.

Art. 320º. O estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais deverá dispor de um sistema de resfriamento para resfriar e manter resfriado todos os animais abatidos até sua comercialização.

Parágrafo único. O sistema adotado deverá ser proporcional a capacidade de abate e produção.

Art. 321º. As carcaças depositadas no sistema de resfriamento deverão apresentar temperatura de no máximo 5ºC (cinco graus centígrados).

Art. 322º. As carcaças congeladas não deverão apresentar, na intimidade muscular, temperatura superior a -12ºC (doze graus centígrados negativos), com tolerância máxima de 2ºC (dois graus centígrados).

Art. 323º. A seção de expedição terá as seguintes características:

- I - área dimensionada unicamente para pesagem quando for o caso e acesso ao transporte;
- II - totalmente isolada do meio ambiente através de paredes, dispondo somente de aberturas (portas ou óculos) nos pontos de acostamento dos veículos transportadores, bem como entrada (porta) de acesso à seção para o pessoal que aí trabalha.

Art. 324º. Os subprodutos não comestíveis serão armazenados em sala própria para que sejam retirados periodicamente.

Art. 325º. O gelo utilizado na indústria, especialmente no pré-resfriamento de carcaças e miúdos, deverá ser produzido com água potável preferentemente no próprio estabelecimento.

Parágrafo único. O equipamento para fabricação do gelo deverá ser instalado em seção a parte, localizado o mais próximo possível do local de utilização.

Art. 326º. A "casa de caldeira", quando necessária, será construída

afastada 3 metros de qualquer construção, além de atender às demais exigências da legislação específica.

Art. 327º. Quando necessárias, as instalações destinadas à lavagem e desinfecção de veículos transportadores de animais vivos e engradados, serão localizadas no próprio estabelecimento, em área que não traga prejuízo de ordem higiênico sanitária.

Art. 328º. O consumo médio de água em matadouros avícolas poderá ser calculado tomando-se por base o de 30 (trinta) litros por ave abatida, incluindo-se aí o consumo de todas as seções do matadouro, permitindo-se volume médio de consumo inferior, desde que preservados os requisitos tecnológicos e higiênico-sanitários previstos no presente Regulamento, mediante aprovação prévia da Inspeção.

Parágrafo único. Deverá ser instalado mecanismo de dosagem de cloro da água de abastecimento industrial caso água não tenha potabilidade comprovada.

IX - ESTABELECIMENTOS PARA ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO PARA MÉDIOS E GRANDES ANIMAIS

Art. 329º. - Estabelecimento de abate e industrialização para médios e grandes animais é o estabelecimento dotado de instalações com dimensões e equipamentos adequados para o abate, manipulação, elaboração, industrialização, preparo, conservação, armazenagem e expedição das carnes de bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e outros grandes e médios animais, e seus derivados sob variadas formas, devendo possuir instalações de frio compatível com a capacidade de abate.

§1º. O abate de diferentes espécies, incluídos grandes, médios e pequenos animais, em um mesmo estabelecimento pode ser realizado desde que haja instalações e equipamentos específicos para a finalidade, com completa segregação entre as diferentes espécies e seus respectivos produtos durante todas as etapas do processo, respeitadas as particularidades de cada espécie, inclusive quanto a higienização das instalações e equipamentos.

§2º. O tipo de abate referido acima poderá ser realizado em sistema de trilhagem aérea manual ou no modelo estacionário, no qual o abate do animal seguinte só pode ocorrer após o término das operações do animal anterior.

Art. 330º. Deverá ser indicado no momento de protocolar o projeto, as estratégias de destinação das carcaças ou parte destas condenadas pela inspeção sanitária.

Art. 331º. O estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais deve dispor de instalações composta de curral de espera dos animais; box de insensibilização; seção de matança; seção de bucharia e triparia; seção de processamento; seção de resfriamento e/ou congelamento; seção de expedição; seção de sub-produtos.

§ 1º - Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte a bucharia e triparia poderá ser na seção de matança, o resfriamento e/ou congelamento de produtos poderá ser na seção de expedição, e a seção de sub-produtos poderá ser dispensada desde que os sub-produtos sejam retirados do estabelecimento imediatamente.

§2º- Quando o estabelecimento efetuar a industrialização das carnes deverá ter estrutura adequada, de acordo com as exigências definidas neste Regulamento.

Art. 332º. Os animais deverão ficar em currais livres de barro por um período determinado pelo inspetor sanitário antes de serem

insensibilizados.

Art. 333º. Em caso de abate misto no mesmo dia, os bovinos não poderão ficar no mesmo curral dos suínos ou ovinos ou caprinos, sendo que os ovinos e caprinos são os únicos que podem ser alojados no mesmo curral.

Art. 334º. Os animais, com exceção dos ovinos, antes da insensibilização deverão ser lavados sobre piso impermeável com água potável sob pressão de forma que os jatos atinjam todas as partes do animal com uma pressão adequada e com canalização das águas residuais.

Art. 335º. Os boxes de insensibilização serão de construção em concreto armado de superfície lisa e com as partes móveis metálicas.

Art. 336º. Em todos os locais onde são realizadas as operações deverão dispor de lavatórios de mãos com torneiras que não utilizem o fechamento manual, providos de sabão líquido inodoro.

Art. 337º. A mesa de inspeção de vísceras vermelhas deverá ter rebordo de no mínimo 0,05 m de altura, orifício para drenagem das águas servidas e esgoto canalizado.

Art. 338º. Deverá haver fonte de água fria nas mesas de inspeção que propiciem a lavagem das vísceras e água a 85 °C em abundância para a higienização das mesas.

Art. 339º. A sala de matança terá área suficiente para a sustentação dos equipamentos necessários aos trabalhos de sangria, esfolagem, evisceração, inspeção de carcaças e vísceras, toalete, lavagem de carcaças, quais sejam: canaleta, plataformas, pias, mesas, além da área disponível para circulação de pessoas e carros, quando necessários.

Art. 340º. As operações de sangria, esfolagem e/ou depilação e evisceração, poderão ser realizadas em ponto fixo.

Art. 341º. No caso de abate estacionário todas as operações serão realizadas em ponto fixo até a liberação da carcaça pela inspeção para o resfriamento.

Art. 342º. Quando necessária, a área de vômito deverá localizar-se ao lado do box de atordoamento e destina-se à recepção dos animais insensibilizados que daí serão imediatamente alçados e destinados à sangria.

Art. 343º. O trilho, quando necessário, na sala de abate, terá altura mínima adequada no ponto de sangria e esfolagem, de maneira à assegurar no mínimo uma distância de 0,75. m (setenta e cinco centímetros) da extremidade inferior do animal (focinho) ao piso.

Parágrafo único. Na câmara de resfriamento, o trilho ou os penduradores, terão altura suficiente para não permitir o contato das meias carcaças com o piso.

Art. 344º. Quando necessárias, as plataformas serão em número suficiente para realizar as operações de troca de patas, esfolagem, evisceração, inspeção, toalete, carimbagem e lavagem das carcaças, construídas em metal, de preferência ferro galvanizado ou aço inoxidável, antiderrapante e com corrimão de segurança.

Art. 345º. As cabeças deverão ser dependuradas em ganchos próprios, desarticuladas a mandíbula e língua, lavadas e inspecionadas em mesa.

Art. 346º. A lavagem da cabeça é feita com o auxílio de uma mangueira em cuja extremidade ajusta-se um cano bifurcado, que se

introduz nas narinas e na cabeça, sendo que tal dispositivo pode ser substituído por pistola própria apta à introdução nas narinas.

Art. 347º. As meias-carcaças deverão ser lavadas com água sobre pressão antes destas ingressarem no sistema de resfriamento.

Art. 348º. A seção de bucharia e triparia é o local onde serão esvaziados estômagos e intestinos já inspecionados, tendo somente área suja, não sendo, portanto, aproveitados os produtos desta seção como comestíveis.

Parágrafo único. No caso de abate estacionário a seção de bucharia e triparia poderá ser na mesma sala de matança, após a liberação da carcaça pela inspeção para o resfriamento.

Art. 349º. Produtos como patas, couros (peles) e resíduos poderão também ser conduzidos a seção de bucharia e triparia.

Art. 350º. O estabelecimento deve possuir sistemas de frio que se fizer necessário em número e área suficientes segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 351º. Os sistemas de resfriamento deverão fazer com que a temperatura das carcaças (medida na intimidade das massas musculares) atinja a temperatura estipulada pela legislação vigente, devendo também manter uma distância mínima entre as carcaças de modo que elas não fiquem encostadas.

Art. 352º. Os materiais como caixas, bandejas, ganchos e carretilhas deverão ser higienizados sempre ao final dos trabalhos ou quando se julgar necessário.

Art. 353º. As operações de processamento dos subprodutos não-comestíveis e condenados deverão seguir as regulamentações específicas e com controle dos Órgãos de Inspeção Sanitária.

Parágrafo único. Se o recolhimento dos resíduos for diário, estes poderão ficar depositados na bucharia/triparia, área suja, caso contrário, deverá haver uma seção para armazenamento destes produtos até o devido recolhimento.

X - FÁBRICA PARA PRODUTOS CÁRNEOS

Art. 354º. Fábrica de produtos cárneos é o estabelecimento que industrializa carne de variadas espécies de animais, sendo dotado de instalações de frio industrial e aparelhagem adequada para o seu funcionamento.

Art. 355º. Operações é tudo que diz respeito às diversas etapas dos trabalhos executados para a obtenção das carnes e seus subprodutos.

Art. 356º. Produto cárneo são as massas musculares maturadas e demais tecidos que as acompanham, incluindo ou não a base óssea correspondente, procedentes de animais abatidos sob inspeção veterinária.

Art. 357º. O estabelecimento de fabricação de produtos cárneos deve dispor de instalações composta de recepção de matéria-prima; câmara de resfriamento e/ou congelamento; seção de desossa e processamento; seção de envoltórios; seção de condimentos e ingredientes; seção de cozimento e banha; seção de resfriamento; seção de rotulagem e embalagem secundária; seção de expedição; e seção de sub-produtos.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte os condimentos e ingredientes poderão ser preparados e armazenados na seção de processamento, a rotulagem e embalagem secundária poderá ser feita na seção

de expedição e a seção de sub-produtos poderá ser dispensada desde que os mesmos sejam retirados do local imediatamente.

Art. 358º. Os trilhos, quando necessários, serão metálicos com altura mínima de 2,50. m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 359º. A seção de recepção de matérias-primas deve ser localizada contígua ao sistema de resfriamento e depósito de matéria-prima, ou à sala de desossa e processamento, de maneira que a matéria-prima não transite pelo interior de nenhuma outra seção até chegar a essas dependências.

Art. 360º. Toda matéria prima recebida deverá ter sua procedência comprovada por documento do órgão competente aceito pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 361º. A indústria que recebe e usa matéria-prima resfriada deve possuir câmara de resfriamento ou outro mecanismo de frio para o seu armazenamento, quando for necessário.

Art. 362º. Deve existir no interior da câmara de resfriamento, quando for o caso, prateleiras metálicas e estrados metálicos ou de plástico, não sendo permitido, sob hipótese alguma, o uso de madeira de qualquer tipo ou de equipamentos oxidados ou com descamação de pintura.

Art. 363º. As indústrias que recebem matéria-prima congelada, quando necessário, possuirão câmara de estocagem de congelados ou outro mecanismo de congelamento, com temperatura não superior a -12º (doze graus centígrados negativos).

§1º. As câmaras de congelados, quando necessárias, serão construídas inteiramente em alvenaria ou isopainéis metálicos.

§2º. Nas câmaras de congelados não é permitido o uso de estrados de madeira.

§3º. Em certos casos, a matéria-prima congelada poderá ser armazenada no sistema de resfriamento para o processo de descongelamento e posterior industrialização.

Art. 364º. Em estabelecimentos que trabalham com carnes congeladas em blocos (CMS), os mesmos deverão possuir um quebrador de bloco de carnes.

Art. 365º. O "pé-direito" da sala de desossa, sala de processamento e demais dependências terá altura mínima de 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 366º. A manipulação e processamento poderão ser executadas na sala de desossa desde que não traga prejuízos as outras operações e para a higiene e sanidade.

§ 1º. O espaço para o processamento deverá ser dimensionado de acordo com os equipamentos instalados em seu interior e com volume de produção/hora e produção/dia, além da diversificação de produtos aí processados.

§ 2º. O espaço para processamento disporá de todos os equipamentos mínimos necessários para a elaboração dos produtos fabricados pelo estabelecimento, como moedor de carne, cutter, misturadeira, embutideira, mesas de aço inoxidável, tanques de aço inoxidável ou de plástico, carros de aço inoxidável ou de plástico especial, bandejas ou caixas de plástico ou inoxidável.

§ 3º. A desossa poderá ser efetuada na mesma área desde que em momentos diferentes, sendo necessária uma higienização entre as duas operações.

Art. 367º. O resfriamento das massas deverá ser realizado em sistemas de resfriamento com temperatura no seu interior em torno de 4°C.

Parágrafo único. Quando houver espaço suficiente no sistema de resfriamento de matérias-primas, as massas poderão aí ser depositadas.

Art. 368º. A seção de preparação de envoltórios naturais servirá como local para a sua lavagem com água potável, seleção e desinfecção com produtos aprovados pelo órgão competente para tal finalidade, podendo servir também, quando possuir área suficiente, para depósito de envoltórios, em bambonas ou bordalezas, desde que rigorosamente limpos interna e externamente e que possua acesso independente para este tipo de embalagem, sem trânsito pelo interior das demais seções.

Parágrafo único. A preparação dos envoltórios, lavagem, retirada do sal e desinfecção poderá ser feito na própria sala de processamento, sendo necessária para tal uma mesa e pia independentes desde que não fique armazenado nesta sala a matéria-prima e não sejam executados simultaneamente à desossa e ao processamento.

Art. 369º. A seção de preparação de condimentos localizar-se-á contígua à sala de processamento e manipulação de produtos, comunicando-se diretamente com esta através de porta.

§ 1º. A seção de preparação de condimentos poderá ser substituída por espaço específico dentro da sala de processamento.

§ 2º. Caso possuir área suficiente a seção de preparação de condimentos servirá também como depósito de condimentos e ingredientes.

§ 3º. Para preparação de condimentos deverá ter equipamentos como balanças, mesas, prateleiras, estrados plásticos, baldes plásticos com tampa, bandejas ou caixas plásticas etc.

Art. 370º. Todos os recipientes com condimentos deverão estar claramente identificados.

Art. 371º. Cuidados especiais deverão ser dispensados aos nitratos e nitritos pelo perigo à saúde que os mesmos representam.

Art. 372º. A seção de cozimento e banha deverá ser independente da seção de processamento e das demais seções, tendo portas com fechamento automático.

Parágrafo único. Para a fabricação de banha o estabelecimento deve possuir tanque para fusão e tratamento dos tecidos adiposos de suínos, destinada exclusivamente à fusão dos tecidos adiposos, localizada de forma a racionalizar o fluxo de matéria-prima proveniente das salas de matança e desossa.

Art. 373º. A seção de cozimento e banha podem ter como equipamentos tanques de aço inoxidável, estufas à vapor, mesas inox, exaustores.

Art. 374º. Para o cozimento de produtos cárneos esse procedimento poderá ser feito em estufas e/ou em tanques de cozimento.

Art. 375º. A cristalização e embalagem da banha poderão ser realizadas no mesmo local da fabricação.

Art. 376º. Os fumeiros serão construídos inteiramente de alvenaria, não se permitindo pisos e portas de madeira, sendo que as aberturas para acesso da lenha e para a limpeza deverão estar localizadas na parte inferior e externa.

Art. 377º. A seção de resfriamento dos produtos prontos deverá estar equipada com sistema de resfriamento, para armazenar os produtos prontos que necessitarem de refrigeração aguardando o momento de sua expedição.

§ 1º. A seção de resfriamento dos produtos prontos será, de preferência, contígua à expedição e à seção de processamento sendo que a temperatura deverá permanecer entre 2 a 5°C.

§ 2º. Na seção de resfriamento dos produtos prontos, quando todos os produtos aí depositados estiverem devidamente embalados, serão toleradas prateleiras de madeira, desde que mantidas em perfeitas condições de conservação, limpas e secas, não sendo tolerada a sua pintura.

Art. 378º. Os produtos prontos que não necessitam de refrigeração serão encaminhados para o local de rotulagem e expedição.

Art. 379º. O estabelecimento que desejar fabricar produtos curados como salames, copas, presunto cru defumado etc, necessitará de câmara de cura, onde os mesmos permanecerão dependurados em estaleiros a uma temperatura e umidade relativa do ar adequadas, pelo tempo necessário para sua completa cura, conforme a sua tecnologia de fabricação descrito no registro dos produtos e rótulos aprovado e registrado no serviço de inspeção.

Art. 380º. A seção de cura poderá possuir ou não equipamentos para climatização, sendo que quando não houver tais equipamentos, a temperatura ambiente e a umidade relativa do ar serão controladas pela abertura e fechamento das portas e janelas, as quais terão, obrigatoriamente, telas de proteção contra insetos.

Art. 381º. Será tolerado estaleiro de madeira, desde que mantido em perfeitas condições de conservação, limpo, seco e sem pintura.

Art. 382º. Os estabelecimentos que produzirem presuntos, apressuntados ou outros produtos curados que necessitam de frio no seu processo de cura deverão possuir sistema de resfriamento específico ou utilizar a câmara de resfriamento de massas, quando esta dispor de espaço suficiente, desde que separada dos recipientes com massas.

Art. 383º. O estabelecimento que executar fatiamento de produtos possuirá espaço para esta finalidade onde os produtos receberão a sua embalagem primária, com temperatura ambiente máxima de 15°C (quinze graus centígrados).

Parágrafo único. O fatiamento poderá se feito na seção de processamento e manipulação quando apresentar condições de temperatura e de higiene exigidas para a operação e quando houver área suficiente para os equipamentos e, neste caso, será imprescindível que não ocorra mais nenhuma operação neste momento e nesta seção além do fatiamento.

Art. 384º. O equipamento usado no fatiamento será de aço inoxidável e rigorosamente limpo, devendo as máquinas, a cada turno de trabalho, serem desmontadas e totalmente higienizadas e desinfetadas com produtos aprovados.

Art. 385º. O uso de luvas de borracha, com os cuidados de higiene que este acessório requer, será de caráter obrigatório para os operários que nesta seção trabalham, sendo também recomendado o uso de máscaras.

Art. 386º. A seção de embalagem secundária será anexa à seção de processamento, separada desta através de parede e servirá para o acondicionamento secundário dos produtos que já receberam a sua embalagem primária na seção de processamento, fatiamento etc.

Parágrafo único. A operação de rotulagem e embalagem secundária poderão também ser realizadas na seção de expedição quando esta possuir espaços que permita tal operação sem prejuízo das demais.

Art. 387º. A seção de expedição possuirá plataforma para o carregamento totalmente isolada do meio-ambiente.

Art. 388º. A lavagem dos equipamentos e outros poderá ser feita na sala de processamento desde que os produtos utilizados para tal não fiquem ali depositados e esta operação não interfira nos trabalhos de processamento.

Art. 389º. Para bovinos toma-se como referência a proporção de 100 litros de água por cabeça abatida.

Art. 390º. Deverá ter espaço para depósitos de uniformes e materiais de trabalho, materiais de embalagem adequadamente protegidas de poeiras, insetos, roedores etc.

XI - ESTABELECIMENTOS PARA OVOS

Art. 391º. Estabelecimento para ovos é aquele destinado ao recebimento, ovoscopia, classificação, acondicionamento, identificação, armazenagem e expedição de ovos em natureza, oriundos de vários fornecedores, facultando-se a operação de classificação para os ovos que chegam ao Entrepósito já classificados, acondicionados e identificados, podendo ou não fazer a industrialização, desde que disponha de equipamentos adequados para essa operação.

Art. 392º. O estabelecimento deverá ter sala para recepção e seleção de ovos; sala para classificação, envase e armazenamento do produto embalado; depósito para material de envase e rotulagem; sala para embalagem secundária, estocagem e expedição; sendo que a lavagem de recipientes, bandeja ou similares poderá ser feita no mesmo local de recepção desde que não esteja recebendo matéria-prima no mesmo momento.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o depósito de material de envase e rotulagem poderá ser na seção de rotulagem, embalagem secundária e expedição.

Art. 393º. As áreas destinadas à recepção e expedição dos ovos deverão apresentar cobertura.

Art. 394º. O pé direito mínimo será de 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 395º. Os equipamentos basicamente compõem-se de: ovoscópio e mesas de aço inoxidável ou outro material aprovado pela Inspeção.

Art. 396º. É vedado alterar as características dos equipamentos sem a autorização da Inspeção.

Art. 397º. O almoxarifado, quando necessário, será em local apropriado, com dimensões que atendam adequadamente à guarda de material de uso nas atividades do estabelecimento, assim como de embalagens, desde que separados dos outros materiais.

XII - UNIDADE DE EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO PARA PRODUTOS DAS ABELHAS

Art. 398º. Estabelecimento para extração e beneficiamento de produtos das abelhas é o estabelecimento destinado à extração, classificação, beneficiamento, industrialização, acondicionamento, rotulagem, armazenagem e expedição de mel, cera e outros

produtos das abelhas, que deverá ser compatível com a sua capacidade instalada.

Parágrafo único. permite-se a utilização de Unidade de Extração Móvel de Produtos das Abelhas montada em veículo, provida de equipamentos que atendam às condições higiênicosanitárias e tecnológicas, operando em locais previamente aprovados pela Inspeção, que atendam às condições estabelecidas em normas complementares.

Art. 399º. O estabelecimento deverá ser localizado afastado da área de terreno onde se situam as colméias de produção.

Art. 400º. Ter dependência de recepção de sobre caixas com favos

Art. 401º. Ter dependências, podendo ser concomitantes, para extração, filtração, classificação, beneficiamento, decantação, decristalização, classificação e envase do produto, sendo que nesta seção e em local adequado, dispoendo de instalações, instrumentos e reagentes mínimos necessários, poderão ser realizadas as análises de rotina, desde que as demais operações não sejam simultaneamente.

Art. 402º. Ter local para depósito de material de envase e rotulagem, podendo este ser na seção de expedição, desde que tenha espaço adequado para tal.

Art. 403º. Ter dependência para as operações de rotulagem, embalagem secundária, armazenagem e expedição, recomendando-se a previsão de um local coberto e dotado de tanque para o procedimento de higienização dos vasilhames e utensílios.

Art. 404º. Os equipamentos e utensílios basicamente compõem-se de garfos ou facas desoperculadoras, tanques ou mesas para desoperculação, centrífugas, filtros, tanques de decantação, tubulações, tanques de depósitos, mesas, baldes, tanque de decristalização, quando for o caso.

§ 1º. Os filtros de tela devem ser de aço inoxidável ou fio de náilon com malhas nos limites de 40 a 80. mesh, não se permitindo o uso de material filtrante de pano.

§ 2º. As tubulações devem ser em aço inoxidável ou material plástico atóxico, recomendando-se que sejam curtas e facilmente desmontáveis, com poucas curvaturas e de diâmetro interno não inferior a 40 mm.

§ 3º. Não serão admitidos equipamentos constituídos ou revestidos com epoxi, tinta de alumínio ou outros materiais tóxicos, de baixa resistência a choques e à ação de ácidos e álcalis, que apresentem dificuldades à higienização ou que descamem ou soltem partículas.

Art. 405º. O pé-direito deverá ter 3 m (três metros), porem será aceito pé-direito a partir de 2,6 m (dois metros e sessenta centímetros), desde que tenha boa iluminação e ventilação.

Art. 406º. A passagem das sobre caixas com favos da sala de recepção para a sala de extração deverá ser feita através de óculo e não por porta comum.

Art. 407º. A porta de entrada para a sala de extração e beneficiamento, que não poderá ser a mesma porta de entrada da sala de recepção, deverá possuir barreira sanitária.

Art. 408º. O almoxarifado, quando necessário, deverá ser em local apropriado e fora das instalações do estabelecimento, guardando dimensões que atendam adequadamente à guarda de materiais de uso nas atividades do estabelecimento, assim como de ingrediente

e embalagens, desde que separados dos outros materiais.

Art. 409º. As análises de rotina deverão estar em acordo com a legislação vigente sobre identidade e qualidade do produto.

Art. 410º. Para cada extração (safra/produção) deverá ser retirada uma amostra para realização de análises complementares, segundo regulamento técnico específico para cada produto e outras que venham a ser determinadas em legislação específica, oficialmente adotadas pelo Serviço de Inspeção.

XIII - ESTABELECIMENTO PARA LEITE E DERIVADOS

Art. 411º. Os estabelecimentos para leite e derivados são classificados em:

- I - Granja Leiteira;
- II - Usina de Beneficiamento;
- III - Fábrica de Laticínios;
- IV - Queijaria; e
- V - Entrepasto de Laticínios.

§1º. Entende-se por Granja Leiteira o estabelecimento destinado à produção, pasteurização e envase de leite para o consumo humano direto e à elaboração de derivados lácteos, a partir de leite de sua própria produção e/ou de seus associados.

§2º. Entende-se por Usina de Beneficiamento o estabelecimento que tem por finalidade principal a recepção, pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite destinado ao consumo humano direto.

§3º. Entende-se por Fábrica de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção de leite e derivados para o preparo de quaisquer derivados lácteos.

§4º. Entende-se por Queijaria o estabelecimento localizado em propriedade rural, destinado à fabricação de queijos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção e/ou de seus associados.

I - a propriedade rural deve ser reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

II - a Queijaria deve estar obrigatoriamente vinculada a um Entrepasto de Laticínios registrado no Serviço de Inspeção Municipal ou possuir estrutura de maturação própria, sendo que neste caso a Queijaria será registrada, em escala proporcional à produção da Queijaria, no qual será finalizado o processo produtivo com toalete, maturação, embalagem e rotulagem do queijo, garantindo-se a rastreabilidade.

§5º. Entende-se por Entrepasto de Laticínios o estabelecimento destinado à recepção, toalete, maturação, classificação, fracionamento, acondicionamento e armazenagem de derivados lácteos. Permite-se a armazenagem de leite para consumo humano direto, desde que possua instalações que satisfaçam as exigências do presente Regulamento.

Art. 412º. Os estabelecimentos para leite e derivados devem atender ainda as seguintes condições, respeitadas as peculiaridades de ordem tecnológicas cabíveis, dispondo de:

I - Granja Leiteira:

- a) instalações e equipamentos apropriados para a ordenha, separados fisicamente das dependências industriais;
- b) dependência para pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite para consumo humano direto;
- c) dependência para manipulação e fabricação, que pode ser comum para vários produtos quando os processos forem compatíveis

e em caso de agroindústria rural de pequeno porte, pode ser usada a mesma dependência de pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite;

d) refrigerador a placas, tubular ou equivalente, para refrigeração rápida do leite, sendo permitido, entre outros, o uso de tanque de expansão, ou similares;

e) equipamento para pasteurização, rápida ou lenta;

- O protocolo para realização dos testes será estabelecido pelo Serviço de Inspeção Municipal, podendo consistir em até um máximo de 10 amostras e 4 semanas, coletadas pelo serviço de inspeção.

f) o envase do leite pode ser automático, semi-automático ou similar e a pasteurização lenta realizada antes ou após o envase;

g) câmara frigorífica dimensionada de acordo com a produção;

h) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:

- Pistola para álcool alizarol;
- Acidímetro Dornic;
- Termo lacto densímetro;
- Termômetro.

i) as análises micro-biológicas e físico-químicas de auto-controle do leite beneficiado serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados/ou confiável pelos serviços de inspeção.

II - Usina de Beneficiamento:

a) dependência para recepção de matéria-prima;

b) dependência para pré-beneficiamento, beneficiamento e envase de leite para consumo humano direto;

c) refrigerador a placas, tubular ou equipamento equivalente para refrigeração rápida do leite sendo permitido, entre outros, o tanque de expansão ou similares;

d) equipamento para pasteurização, rápida ou lenta;

- O protocolo para realização dos testes será estabelecido caso a caso pelo SIM, podendo consistir em até um máximo de 10 amostras e 4 semanas, coletadas pelo serviço de inspeção.

e) o envase do leite pode ser automático, semi-automático ou similar e a pasteurização lenta realizada antes ou após o envase;

f) câmara frigorífica dimensionada de acordo com a produção;

g) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:

- Pistola para álcool alizarol;
- Acidímetro Dornic;
- Termo lacto densímetro;
- Termômetro.

h) as análises micro-biológicas e físico-químicas de auto-controle do leite beneficiado serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

III - Fábrica de Laticínios:

a) dependência para recepção de matéria-prima;

b) dependências para manipulação e fabricação, podendo ser comum para vários produtos quando os processos forem compatíveis;

c) refrigerador a placas, tubular ou equipamento equivalente para refrigeração rápida do leite, incluído o uso de tanque de expansão, ou similar, nos casos em que a refrigeração seja necessária;

d) equipamento para pasteurização do leite, rápida ou lenta;

e) câmaras frigoríficas, quando necessárias, para salga ou secagem, maturação, estocagem e congelamento, com equipamentos para controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos fabricados;

f) dependência para embalagem, acondicionamento, armazenagem e expedição;

g) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:

- Pistola para álcool alizarol;
- Acidímetro Dornic;
- Termo lacto densímetro;

- Termômetro.

h) as análises micro-biológicas e físico-químicas de auto-controle dos derivados do leite serão executadas mensalmente em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

IV - Queijarias:

- a) instalações isoladas fisicamente do local de ordenha;
- b) dependência para fabricação de queijo;
- c) dependência para estocagem e expedição do produto até o Entrepasto de Laticínios quando não houver estrutura para maturação e estocagem na própria queijaria;
- d) para as queijarias não relacionadas à Entrepastos;
 - dependência e equipamentos adequados para as operações de toalete, maturação, fatiamento, fracionamento, embalagem, estocagem dos queijos;
 - câmaras frigoríficas, quando necessárias, para a maturação e estocagem de queijos, com instrumentos controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos;
- e) laboratório para as análises de rotina do leite cru com os seguintes equipamentos:
 - Acidímetro Dornic;
 - Termômetro.
- f) Realizar análises semestrais, micro-biológicas e físico-químicas de auto-controle do queijo em laboratórios credenciados pelo serviço de inspeção.

V - Entrepasto de Laticínios:

- a) dependência para recepção e classificação das matérias-primas e produtos semi-acabados;
- b) dependência e equipamentos adequados para as operações de recepção, toalete, maturação, fatiamento, fracionamento, embalagem, estocagem e expedição de derivados lácteos;
- c) câmaras frigoríficas para a maturação e estocagem de queijos ou de outros derivados lácteos, com instrumentos de controle da temperatura e da umidade relativa do ar, de acordo com o processo de fabricação e as especificações técnicas dos derivados lácteos.

§1º. Sempre que uma Usina de Beneficiamento realizar também as atividades previstas para o Posto de Refrigeração, Fábrica de Laticínios ou Entrepasto de Laticínios, devem ser atendidas as exigências estabelecidas no presente Regulamento.

§2º. Sempre que uma Fábrica de Laticínios realizar também as atividades previstas para o Posto de Refrigeração ou Entrepasto de Laticínios devem ser atendidas as exigências estabelecidas no presente Regulamento.

§3º. Todos os estabelecimentos em que, no processo de fabricação, seja utilizada injeção direta de vapor ou o produto tenha contato direto com água aquecida por vapor, devem possuir equipamentos apropriados para a produção de vapor de grau culinário.

§4º. A Queijaria pode ser vinculada a um Entrepasto de Laticínios registrado, sendo o mesmo co-responsável em garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e monitoramento de programas de sanidade do rebanho, de qualidade da matéria-prima e de autocontroles.

§5º. A Queijaria não relacionada a um Entrepasto de Laticínios registrado será responsável em garantir a inocuidade do produto por meio da implantação e monitoramento de programas de sanidade do rebanho, de qualidade da matéria-prima e de autocontroles e deverá possuir as instalações e equipamentos necessários conforme o presente regulamento.

Art. 413º Todos os estabelecimentos de leite e derivados devem registrar diariamente a produção, entradas, saídas e estoques de

matérias-primas e produtos, incluindo soro de leite, leiteiro e permeado, especificando origem, quantidade, resultados de análises de seleção, controles do processo produtivo e destino.

§1º. Para fins de rastreabilidade da origem do leite, as pessoas físicas ou jurídicas não Relacionadas que transportam leite cru refrigerado, devem estar cadastradas pelo estabelecimento receptor, o qual será responsável pelos registros auditáveis necessários, de acordo com as orientações do SIM.

§2º. Os estabelecimentos de leite e derivados lácteos que recebem matérias-primas de produtores rurais devem manter atualizado o cadastro desses produtores, conforme normas complementares, em sistema de informação adotado pelo SIM.

Art. 414º. A inspeção de leite e seus derivados, além das exigências previstas no presente Regulamento, abrange a verificação:

- I - do estado sanitário do rebanho, do processo de ordenha, do acondicionamento, da conservação e do transporte do leite;
- II - das matérias-primas, do processamento, do produto, da estocagem e da expedição;
- III - das instalações laboratoriais, dos equipamentos, dos controles e dos processos analíticos;
- IV - dos programas de autocontrole implantados.

Art. 415º. Entende-se por leite, sem outra especificação, o produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas.

§1º - O leite de outros animais deve denominar-se segundo a espécie de que proceda.

§2º - Permite-se a mistura de leite de espécies animais diferentes, desde que conste na denominação de venda do produto e seja informada na rotulagem a porcentagem do leite de cada espécie.

Art. 416º. Entende-se por colostro o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Art. 417º. Entende-se por leite de retenção o produto da ordenha obtido no período de 30 (trinta) dias que antecedem a parição prevista.

Art. 418º. Entende-se por leite individual o produto resultante da ordenha de uma só fêmea e, por leite de conjunto, o resultante da mistura de leites individuais.

Art. 419º. Entende-se por gado leiteiro todo rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 420º. O gado leiteiro deve ser mantido sob controle sanitário, abrangendo os aspectos discriminados a seguir e outros estabelecidos em legislação específica:

- I - regime de criação;
- II - manejo nutricional;
- III - estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação, e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam comprometer a inocuidade do leite;
- IV - controle dos produtos de uso veterinário utilizados no rebanho;
- V - qualidade da água destinada aos animais e da utilizada na higienização de instalações, equipamentos e utensílios;
- VI - condições higiênicas dos equipamentos e utensílios, locais da ordenha, currais, estábulos e demais instalações que tenham relação com a produção de leite;
- VII - manejo e higiene da ordenha;

VIII - condições de saúde dos ordenhadores para realização de suas funções, com comprovação documental;
IX - exame do leite de conjunto e, se necessário, do leite individual; e
X - condições de refrigeração, conservação e transporte do leite.

Parágrafo único. É proibido ministrar substâncias estimulantes de qualquer natureza capazes de provocar aumento da secreção Láctea com prejuízo da saúde animal e humana.

Art. 421°. O SIM colaborará com o setor competente pela sanidade animal na execução de um plano para controle e erradicação da tuberculose, da brucelose ou de quaisquer outras doenças dos animais produtores de leite.

Art. 422°. É obrigatória a obtenção de leite em condições higiênicas, abrangendo o manejo do gado leiteiro e os procedimentos de ordenha, conservação e transporte.

§1º - Logo após a ordenha, manual ou mecânica, o leite deve ser filtrado por meio de utensílios específicos previamente higienizados.

§2º - O vasilhame ou equipamento para conservação do leite na propriedade rural até a sua captação deve permanecer em local próprio e específico, mantido em condições adequadas de higiene.

Art. 423°. É proibido o envio a qualquer estabelecimento industrial do leite de fêmeas que, independente da espécie:

- I - pertençam à propriedade que esteja sob interdição;
- II - não se apresentem clinicamente sãs e em bom estado de nutrição;
- III - estejam no último mês de gestação ou na fase colostrar;
- IV - apresentem diagnóstico clínico ou resultado de provas diagnósticas que indiquem a presença de doenças infecto-contagiosas que possam ser transmitidas ao ser humano pelo leite;
- V - estejam sendo submetidas a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante; ou
- VI - receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do leite.

Art. 424°. A captação e transporte de leite cru diretamente nas propriedades rurais deve atender ao disposto em normas complementares.

Parágrafo único. Para fins de rastreabilidade, na captação de leite por meio de carro-tanque isotérmico, deve ser colhida amostra do leite de cada produtor ou tanque comunitário previamente à captação, identificada e conservada até a recepção no estabelecimento industrial.

Art. 425°. Após a captação do leite cru na propriedade rural é proibida qualquer operação envolvendo essa matéria-prima em locais não registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção.

Art. 426°. Os estabelecimentos que recebem leite cru de produtores rurais são responsáveis pela implantação de programas de melhoria da qualidade da matéria-prima e de educação continuada dos produtores.

Art. 427°. A análise das amostras de leite colhidas nas propriedades rurais para atendimento ao programa nacional da qualidade do leite é de responsabilidade do estabelecimento que primeiramente receber o leite dos produtores, e abrange:

- I - contagem de células somáticas (CCS);
- II - contagem bacteriana total (CBT);

- III - composição centesimal;
- IV - detecção de resíduos de produtos de uso veterinário; e
- IV - outras que venham a ser determinadas em normas complementares.

Parágrafo único. Devem ser seguidos os procedimentos estabelecidos pelo SIM, para a colheita de amostras.

Art. 428°. Considera-se leite normal o produto que apresente:
I - características sensoriais (cor, odor e aspecto) normais;
II - teor mínimo de gordura de 3,0g/100g (três gramas por cem gramas);
III - teor mínimo de proteína de 2,9g/100g (dois inteiros e nove décimos de gramas por cem gramas);
IV - teor mínimo de lactose de 4,3g/100g (quatro inteiros e três décimos de gramas por cem gramas);
V - teor mínimo de sólidos não gordurosos de 8,4g/100g (oito inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
VI - teor mínimo de sólidos totais de 11,4g/100g (onze inteiros e quatro décimos de gramas por cem gramas);
VII - acidez titulável entre 0,14 (quatorze centésimos) e 0,18 (dezoito centésimos) expressa em gramas de ácido láctico/100 ml;
VIII - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius) entre 1,028 (um inteiro e vinte e oito milésimos) e 1,034 (um inteiro e trinta e quatro milésimos) expressa em g/ml; e
IX - índice crioscópico entre -0,53.0°H (quinhentos e trinta milésimos de grau Hortvet negativos) e -0,55.0°H (quinhentos e cinquenta milésimos de grau Hortvet negativos), equivalentes a -0,51.2°C (quinhentos e doze milésimos de grau Celsius negativos) e a -0,53.1°C (quinhentos e trinta e um milésimos de grau Celsius negativos), respectivamente.

§1º. Para ser considerado normal, o leite cru oriundo da propriedade rural deve se apresentar dentro dos padrões para contagem bacteriana total e contagem de células somáticas dispostos em normas complementares.

§2º. O leite não deve apresentar substâncias estranhas à sua composição, tais como agentes inibidores do crescimento microbiano, neutralizantes da acidez, reconstituintes da densidade ou do índice crioscópico.

§3º. O leite não deve apresentar resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica.

Art. 429°. A análise do leite para sua seleção e recepção no estabelecimento industrial deve abranger as seguintes especificações e outras determinadas em normas complementares:

- I - características sensoriais (cor, odor e aspecto);
- II - temperatura;
- III - teste do álcool/alizarol;
- IV - acidez titulável;
- V - densidade relativa a 15°C (quinze graus Celsius);
- VI - teor de gordura;
- VII - teor de sólidos totais e sólidos não gordurosos;
- VIII - índice crioscópico;
- IX - pesquisa de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;
- X - pesquisa de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade e conservadores; e
- XI - pesquisa de outros indicadores de fraudes que se faça necessária.

Parágrafo único. Quando a matéria-prima for proveniente de Usina de Beneficiamento ou de Fábrica de Laticínios, deve ser realizada a pesquisa de fosfatase alcalina e peroxidase.

Art. 430°. O estabelecimento industrial é responsável pelo controle

das condições de recepção do leite, bem como pela seleção da matéria-prima destinada à produção de leite para consumo humano direto e industrialização, conforme padrões analíticos especificados no presente Regulamento e em normas complementares.

Parágrafo único. Após as análises de seleção da matéria-prima e detectada qualquer não conformidade na mesma, o estabelecimento receptor será responsável pela destinação, de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 431º. O SIM, quando julgar necessário, realizará as análises previstas nas normas complementares ou nos programas de autocontrole.

Art. 432º. Considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru quando:

- I - provenha de propriedade interdita por setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura;
- II - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores ou outras substâncias estranhas à sua composição;
- III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância;
- IV - revele presença de colostro; ou
- V - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento, bem como toda a quantidade a que tenha sido misturado, deve ser descartado e inutilizado pela empresa, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 433º. Considera-se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru quando:

- I - não atenda aos padrões para leite normal;
- II - coagule pela prova do álcool/alizarol na concentração estabelecida em normas complementares;
- III - apresente fraudes diferentes das previstas no artigo anterior; ou
- IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pelo estabelecimento de acordo com o disposto no presente Regulamento e nas normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 434º. O processamento do leite após a seleção e a recepção em qualquer estabelecimento compreende as seguintes operações, entre outros processos aprovados pelo SIM:

- I - pré-beneficiamento do leite compreendendo, de forma isolada ou combinada, as etapas de filtração sob pressão, clarificação, bactofugação, microfiltração, padronização do teor de gordura, termização (pré-aquecimento), homogeneização e refrigeração; e
- II - beneficiamento do leite compreendendo os processos de pasteurização, ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) e esterilização.

§1º. Permite-se o congelamento do leite para aquelas espécies em que o procedimento seja tecnologicamente justificado, desde que estabelecido em normas complementares.

§2º. É proibido o emprego de substâncias químicas na conservação do leite.

Art. 435º. Entende-se por filtração a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante passagem sob pressão por material filtrante apropriado.

Parágrafo único. Todo leite destinado ao processamento industrial deve ser submetido à filtração antes de qualquer outra operação de pré-beneficiamento ou beneficiamento.

Art. 436º. Entende-se por clarificação a retirada das impurezas do leite por processo mecânico, mediante centrifugação ou outro processo tecnológico equivalente aprovado pelo SIM.

Art. 437º. Entende-se por termização (pré-aquecimento) a aplicação de calor ao leite em aparelhagem própria com a finalidade de reduzir sua carga microbiana, sem alteração das características do leite cru.

§1º. Considera-se aparelhagem própria aquela provida de dispositivo de controle de temperatura e de tempo, de modo que o produto termizado satisfaça às exigências do presente Regulamento.

§2º. O leite termizado deve:

- I - ser refrigerado imediatamente após o aquecimento; e
- II - manter as reações enzimáticas do leite cru.

§3º. É proibida a destinação de leite termizado para a produção de leite para consumo humano direto.

Art. 438º. Entende-se por pasteurização o tratamento térmico aplicado ao leite com o objetivo de evitar perigos à saúde pública decorrentes de microrganismos patogênicos eventualmente presentes, promovendo mínimas modificações químicas, físicas, sensoriais e nutricionais.

§1º. Permitem-se os seguintes processos de pasteurização do leite:

I - Pasteurização lenta, que consiste no aquecimento indireto do leite de 63. a 65.ºC (sessenta e três a sessenta e cinco graus Celsius) por 30 (trinta) minutos, em aparelhagem própria; e

II - Pasteurização rápida, que consiste no aquecimento do leite em camada laminar de 72. a 75.ºC (setenta e dois a setenta e cinco graus Celsius) por 15 a 20 (quinze a vinte) segundos, em aparelhagem própria.

§2º. Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§3º. É obrigatória a utilização de aparelhagem convenientemente instalada e em perfeito funcionamento, provida de dispositivos de controle de temperatura, termômetros e outros que venham a ser considerados necessários para o controle técnico e sanitário da operação. Para o sistema de pasteurização rápida, essa aparelhagem deve ainda incluir válvula para o desvio de fluxo do leite com acionamento automático e alarme sonoro.

§4º. O leite pasteurizado destinado ao consumo humano direto deve ser refrigerado imediatamente entre 2ºC e 4ºC (dois e quatro graus Celsius).

§5º. Para o leite de consumo humano, permitem-se os seguintes tipos de pasteurização e envase:

I - Pasteurização rápida e envase automático em circuito fechado no menor prazo possível e distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4ºC (quatro graus Celsius), desde que os equipamentos utilizados sejam experimentalmente testados.

II - Pasteurização lenta e envase automático, semi-automático, ou similar, pós pasteurização, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius);

III - Pasteurização lenta do leite pré-ensado, distribuído ao consumo ou armazenado em câmara frigorífica em temperatura não superior a 4°C (quatro graus Celsius).

§6º. É permitido o armazenamento frigorífico do leite pasteurizado em tanques isotérmicos providos de termômetros e agitadores, a temperatura de 2°C a 4°C (dois a quatro graus Celsius).

§7º. O leite pasteurizado deve apresentar prova de fosfatase alcalina negativa e prova de peroxidase positiva.

§8º É proibida a repasteurização do leite para consumo humano direto.

Art. 439º. Entende-se por processo de ultra-alta temperatura (UAT ou UHT) o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 130 a 150.ºC (cento e trinta a cento e cinquenta graus Celsius), durante 2 a 4 (dois a quatro) segundos, mediante processo de fluxo contínuo, imediatamente resfriado a temperatura inferior a 32ºC (trinta e dois graus Celsius) e envasado sob condições assépticas em embalagens esterilizadas e hermeticamente fechadas.

§1º. Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

§2º. É permitido o armazenamento do leite UHT em tanques assépticos e herméticos previamente ao envase.

Art. 440º. Entende-se por processo de esterilização o tratamento térmico aplicado ao leite a uma temperatura de 110 a 130ºC (cento e dez a cento e trinta graus Celsius) durante 20 a 40 (vinte a quarenta) minutos, em equipamentos próprios.

Parágrafo único. Podem ser aceitos pelo SIM, outros binômios de tempo e temperatura, desde que comprovada a equivalência ao processo.

Art. 441º. São fixados os seguintes limites superiores de temperatura aplicados ao leite:

I - conservação e expedição no Posto de Refrigeração: 4°C (quatro graus Celsius);

II - conservação na Usina de Beneficiamento ou Fábrica de Laticínios antes da pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);

III - refrigeração após a pasteurização: 4°C (quatro graus Celsius);

IV - estocagem em câmara frigorífica do leite pasteurizado: 4°C (quatro graus Celsius);

V - entrega ao consumo do leite pasteurizado: 7°C (sete graus Celsius); e

VI - estocagem e entrega ao consumo do leite UAT (UHT) e esterilizado: temperatura ambiente.

Art. 442º. O leite termicamente processado para consumo humano direto pode ser exposto à venda quando envasado automaticamente, semi-automático, ou similar, processado pela pasteurização rápida ou lenta, pré ou pós envase, em embalagem inviolável e específica para as condições previstas de armazenamento.

§1º. Os equipamentos de envase devem conter dispositivos que garantam a manutenção das condições assépticas das embalagens e do processo.

§2º. O envase do leite para consumo humano direto pode ser realizado em Granjas Leiteiras e em Usinas de Beneficiamento de leite, ou outro estabelecimento industrial de leite, desde que com

estrutura compatível e atendido o presente Regulamento.

Art. 443º. O leite pasteurizado deve ser transportado preferencialmente em veículos isotérmicos com unidade frigorífica instalada.

Parágrafo único. para um raio de até 100 km em torno do local de processamento permite-se o transporte em veículos não isotérmicos, desde que garantida a manutenção de temperatura no local de entrega não superior a 7°C (sete graus Celsius).

Art. 444º. É proibida a comercialização e distribuição de leite cru para consumo humano direto em todo território nacional, nos termos da legislação.

Art. 445º. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como integral, deve apresentar os mesmos requisitos do leite normal, com exceção do teor de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 446º. O leite beneficiado, para ser exposto ao consumo como padronizado, semidesnatado ou desnatado, deve satisfazer às exigências do leite integral, com exceção dos teores de gordura, de sólidos não gordurosos e de sólidos totais, que devem atender às normas complementares.

Art. 447º. Os padrões microbiológicos dos diversos tipos de leite devem atender às normas complementares.

Art. 448º. Quando as condições de produção, conservação e transporte, composição, contagem de células somáticas ou contagem bacteriana total não satisfaçam ao padrão a que se destina, o leite pode ser utilizado na obtenção de outro produto, desde que se enquadre no respectivo padrão.

Art. 449º. Permite-se a mistura de leites de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

Art. 450º. É permitida a produção dos seguintes tipos de leites fluidos:

I - leite cru refrigerado;

II - leite cru pré-beneficiado;

III - leite fluido a granel de uso industrial;

IV - leite pasteurizado;

V - leite UAT ou UHT;

VI - leite esterilizado; e

VII - leite reconstituído.

Parágrafo único. É permitida a produção e beneficiamento de leite de tipos diferentes dos previstos no presente Regulamento, mediante desenvolvimento de novas tecnologias, desde que definidos por normas complementares.

Art. 451º. Leite cru refrigerado é o leite produzido em propriedades rurais, refrigerado e destinado aos estabelecimentos de leite e derivados submetidos à inspeção sanitária oficial, devendo:

I - ser transportado em carro-tanque isotérmico da propriedade rural para um estabelecimento industrial;

II - dar entrada nos estabelecimentos industriais em seu estado integral, nos termos do presente Regulamento; e

III - ser processado somente após a realização das análises laboratoriais constantes em normas complementares.

§1º. É fixado o prazo máximo de 48. (quarenta e oito) horas como limite entre o término da ordenha inicial e a chegada do leite ao estabelecimento beneficiador.

§2º. A captação de leite na propriedade rural e seu transporte a

granel, bem como as suas características de composição e qualidade, devem atender às normas complementares.

§3º. É permitido o transporte em latões de leite cru não refrigerado das propriedades rurais, em casos de agroindústria rural de pequeno porte, desde que chegue ao estabelecimento industrial até 2 horas após início da ordenha.

Art. 452º. Leite cru pré-beneficiado é o leite elaborado a partir do leite cru refrigerado, submetido à filtração ou clarificação e refrigeração industrial, podendo ser padronizado quanto ao teor de matéria gorda, transportado a granel de um estabelecimento industrial a outro para ser processado como leite beneficiado para consumo humano direto ou para transformação em derivados lácteos.

§1º. Não é permitida a realização das operações de clarificação e padronização da matéria gorda no Posto de Refrigeração.

§2º. Deve atender às normas complementares.

Art. 453º. Leite fluido a granel de uso industrial é o leite refrigerado, submetido opcionalmente à termização (pré-aquecimento), pasteurização e padronização da matéria gorda, transportado a granel de um estabelecimento industrial a outro para ser processado e que não seja destinado ao consumo humano direto.

Art. 454º. A transferência de leite cru pré-beneficiado, do leite fluido a granel de uso industrial e de outras matérias-primas transportadas a granel entre estabelecimentos industriais deve ser realizada em carros tanque isotérmicos lacrados e etiquetados, acompanhados de boletim de análises, sob responsabilidade do estabelecimento de origem.

Art. 455º. São considerados leites para consumo humano direto o leite pasteurizado, o leite UAT (UHT), o leite esterilizado e o leite reconstituído.

Parágrafo único. Outros tipos de leite para consumo humano direto não previstos no presente Regulamento poderão ser definidos em normas específicas.

Art. 456º. Leite pasteurizado é o leite fluido elaborado a partir de leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, pasteurizado pelos processos previstos no presente Regulamento.

Art. 457º. Leite UAT (Ultra Alta Temperatura) ou UHT é o leite fluido elaborado a partir do leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, homogeneizado e submetido a processo de ultraalta temperatura conforme definido no presente Regulamento.

Art. 458º. Leite esterilizado é o leite fluido elaborado a partir do leite cru refrigerado ou leite cru pré-beneficiado, previamente envasado e submetido a processo de esterilização, conforme definido no presente Regulamento.

Art. 459º. Leite reconstituído é o produto resultante da dissolução em água do leite em pó ou concentrado, adicionado ou não de gordura Láctea até atingir o teor de matéria gorda fixado para o respectivo tipo, seguido de homogeneização, quando for o caso, e tratamento térmico previsto no presente Regulamento.

§1º. A produção de leite reconstituído para consumo humano direto somente pode ocorrer com a autorização do SIM, em situações emergenciais de desabastecimento público.

§2º. Para a produção de leite reconstituído deve ser atendida normas específicas.

Art. 460º. Na elaboração de leite e derivados das espécies caprina, bubalina e outras devem ser seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento e demais legislações específicas.

Parágrafo único. As particularidades de produção, identidade e qualidade dos leites e derivados das diferentes espécies devem atender normas específicas.

Art. 461º. Considera-se impróprio para consumo humano o leite beneficiado que:

- I - apresente resíduos de produtos de uso veterinário ou contaminantes acima dos limites máximos reconstituíntes de densidade ou do índice crioscópico, conservadores e contaminantes;
- II - contenha impurezas ou corpos estranhos de qualquer natureza;
- III - apresente substâncias estranhas à sua composição ou em desacordo com normas Complementares;
- IV - não estabelecidos em legislação específica, inibidores, neutralizantes de acidez, atenda aos padrões microbiológicos definidos em normas complementares;
- V - for proveniente de centros de consumo (leite de retorno); ou
- VI - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do SIM.

Parágrafo único. O leite considerado impróprio para consumo humano deve ser descartado e inutilizado pelo estabelecimento, sem prejuízo da legislação ambiental.

Art. 462º. Considera-se impróprio para consumo humano direto o leite beneficiado que:

- I - apresente características sensoriais anormais;
- II - não atenda aos padrões físico-químicos definidos em normas complementares;
- III - esteja fraudado; ou
- IV - apresente outras alterações que o torne impróprio, a juízo do DIPOA ou seu equivalente do SUASA nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único. O leite em condições de aproveitamento condicional deve ser destinado pela empresa de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo DIPOA ou seu equivalente do SUASA nos estados, Distrito Federal e municípios.

Art. 463º. Considera-se fraudado (adulterado ou falsificado) o leite que:

- I - for adicionado de água;
- II - tenha sofrido subtração de qualquer dos seus componentes, em desacordo com o presente Regulamento ou normas complementares;
- III - for adicionado de substâncias, ingredientes ou aditivos em desacordo com normas complementares ou registro do produto;
- IV - tenha sido elaborado a partir de matéria-prima imprópria para processamento;
- V - for de um tipo e se apresentar rotulado como outro;
- VI - apresentar adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto; ou
- VII - estiver cru e for envasado como beneficiado.

Parágrafo único. Em qualquer destes casos, o leite beneficiado deve ser inutilizado ou destinado ao aproveitamento condicional, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 464º. Produto lácteo é o derivado lácteo obtido mediante processamento tecnológico do leite, podendo conter apenas ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia funcionalmente

necessários para o processamento.

Art. 465°. Produto lácteo composto é o derivado lácteo no qual o leite, os produtos lácteos ou os constituintes do leite constituam mais que 50.% (cinquenta por cento) do produto final massa/massa, tal como se consome, sempre que os constituintes não derivados do leite não estejam destinados a substituir total ou parcialmente qualquer dos constituintes do leite.

Art. 466°. Mistura, para efeito do presente Regulamento, é o derivado lácteo que contém em sua composição final mais que 50.% (cinquenta por cento) de produtos lácteos ou produtos lácteos compostos, tal como se consome, permitindo-se a substituição dos constituintes do leite, desde que a denominação de venda seja "Mistura de ... (incluir o nome do produto lácteo ou produto lácteo composto que corresponda) e ... (produto adicionado)".

Art. 467°. Os produtos que não sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto não podem utilizar rótulos, documentos comerciais, material publicitário nem qualquer outra forma de propaganda ou de apresentação no estabelecimento de venda que declare, implique ou sugira que estes produtos sejam leite, produto lácteo ou produto lácteo composto, ou que faça alusão a um ou mais produtos do mesmo tipo.

Parágrafo único. Excetua-se a denominação de produtos com nome comum ou usual, consagrado pelo seu uso corrente, como termo descritivo apropriado, desde que não induza o consumidor a erro ou engano, em relação à sua origem e classificação.

Art. 468°. Se um produto final estiver destinado a substituir o leite ou um produto lácteo ou um produto lácteo composto, não pode utilizar termos lácteos em rótulos, documentos comerciais, material publicitário nem qualquer outra forma de propaganda ou de apresentação no estabelecimento de venda.

§1º. Entende-se por termos lácteos, os nomes, denominações, símbolos, representações gráficas ou outras formas que sugiram ou façam referência, direta ou indiretamente, ao leite ou produtos lácteos.

§2º. Excetua-se desta proibição a informação da presença de leite, produto lácteo ou produto lácteo composto na lista de ingredientes.

Art. 469°. Permite-se a mistura de mesmos derivados lácteos de qualidades diferentes, desde que prevaleça o de padrão inferior para fins de classificação e rotulagem.

Art. 470°. Na rotulagem dos derivados fabricados com leite que não seja o de vaca deve constar a designação da espécie que lhe deu origem, desde que não contrarie a identidade do produto.

Parágrafo único. Ficam excluídos dessa obrigatoriedade os produtos que, em função da sua identidade, sejam fabricados com leite de outras espécies que não a bovina.

Art. 471°. Os derivados lácteos devem ser considerados impróprios para consumo humano quando:

- I - apresentem características sensoriais anormais que causem repugnância;
- II - apresentem a adição de substâncias estranhas à sua composição e que não seja possível o seu aproveitamento na elaboração de outro produto de origem animal;
- III - contenham impurezas ou corpos estranhos de qualquer natureza;
- IV - não atendam aos padrões microbiológicos definidos em normas complementares;

V - apresentem estufamento;

VI - apresentem embalagem defeituosa, expondo o produto à contaminação e à deterioração;

VII - sejam produtos de retorno, provenientes de centros de consumo; e

VIII - não apresentem identificação de origem.

§1º. Proíbe-se para consumo humano ou industrialização a utilização de resíduos da fabricação de produtos em pó (varredura).

§2º. Em outros casos de anormalidades, o produto deve ser inutilizado ou submetido ao aproveitamento condicional, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 472°. Creme de leite é o produto lácteo rico em gordura retirada do leite por processo tecnológico específico, que se apresenta na forma de emulsão de gordura em água.

§1º. Para ser exposto ao consumo humano direto, o creme de leite deve ser submetido a tratamento térmico específico.

Art. 473°. Os cremes obtidos do desnate de soro, de leiteiro, de outros derivados lácteos ou em decorrência da aplicação de normas de destinação estabelecidas pelo SIM podem ser utilizados na fabricação de outros produtos, desde que atendam aos critérios previstos em normatizações dos produtos finais.

Art. 474°. Manteiga é o produto lácteo gorduroso obtido exclusivamente pela bateção e malaxagem, com ou sem modificação biológica do creme de leite pasteurizado, por processo tecnológico específico. A matéria gorda da manteiga deve ser composta exclusivamente de gordura Láctea.

Art. 475°. Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa é o produto lácteo gorduroso nos estados líquido e pastoso, obtido a partir do creme de leite pasteurizado, pela eliminação quase total da água, mediante processo tecnológico específico.

§ 1º. Fica excluído da obrigação de pasteurização ou outro tratamento térmico o Creme de leite que se destine à elaboração Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa em processo tradicional, submetidos a um processo de maturação a uma temperatura adequada, durante um tempo a ser determinado após a realização de estudos sobre a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares;

§ 2º. dentro dos estudos, padrões microbiológicos diferentes do produto fabricado com leite pasteurizado ou termizado devem ser estabelecidos devido ao comprovado efeito da microbiota endógena da matéria-prima no controle de germes nocivos;

§ 3º. Manteiga da Terra, Manteiga do Sertão ou Manteiga de Garrafa de creme cru deve ser produzida em estabelecimento classificado como Granja Leiteira, localizado em propriedade rural, ou em queijarias, destinado à fabricação produtos tradicionais com características específicas, elaborados exclusivamente com leite de sua própria produção e/ou seus associados.

§ 4º. a propriedade rural deve estar reconhecida oficialmente como livre de tuberculose e brucelose;

Art. 476°. Queijo é o produto lácteo fresco ou maturado que se obtém por separação parcial do soro em relação ao leite ou leite reconstituído (integral, parcial ou totalmente desnatado) ou de soros lácteos, coagulados pela ação do coalho, de enzimas produzidas por microrganismos específicos, de ácidos orgânicos, isolados ou combinados, todos de qualidade apta para uso alimentar, com ou sem adição de substâncias alimentícias, especiarias, condimentos ou aditivos, no qual a relação proteínas do soro/caseína não exceda a do leite.

§1º. Queijo fresco é o que está pronto para o consumo logo após a sua fabricação.

§2º. Queijo maturado é o que sofreu as transformações bioquímicas e físicas necessárias e características da variedade do queijo.

§3º. A denominação Queijo está reservada aos produtos em que a base Láctea não contenha gordura e proteína de origem não Láctea.

§4º. O leite a ser utilizado na fabricação de queijos deve ser filtrado por meios mecânicos e submetido à pasteurização ou tratamento térmico equivalente para assegurar a fosfatase residual negativa, combinado ou não com outros processos físicos ou biológicos que garantam a inocuidade do produto.

§5º. Fica excluído da obrigação de pasteurização ou outro tratamento térmico o leite que se destine à elaboração dos queijos submetidos a um processo de maturação a uma temperatura adequada, durante um tempo não inferior a 60. (sessenta) dias. O período mínimo de maturação de queijos oriundos de Queijarias com produção a partir de leite cru pode ser alterado após a realização de análises sobre a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares.

a) Os produtos das queijarias, obedecendo às normas específicas deste regulamento, localizadas em propriedade rural, destinado à fabricação produtos tradicionais com características específicas a serem definidas e caracterizadas, elaborados exclusivamente com leite cru de sua própria produção e/ou seus associados serão objeto de estudos para determinação do período de maturação que garanta a inocuidade do produto e ser estabelecido em normas complementares;

b) Por se tratarem de produtos fabricados com leite cru, no qual a Microbiota Natural comprovadamente inibe certos germes nocivos e mesmo patogênicos, novos padrões microbiológicos, diferentes daqueles adotados para os produtos à base de leite pasteurizado ou termizado, devem ser estabelecidos através de estudos realizados e referências já existentes;

c) no que se refere às enterotoxinas dos staphilococcus aureus, é necessário introduzir testes de presença das mesmas, antes de condenar o produto para consumo;

d) estudos, em parceria com órgãos públicos, serão realizados para definição de RTIQ, sendo que os seguintes queijos são reconhecidos como tradicionais:

- Queijo Minas Artesanal do Serro;
- Queijo Minas Artesanal da Canastra;
- Queijo Minas Artesanal de Araxá;
- Queijo Minas Artesanal do Alto Paranaíba (Cerrado);
- Queijo de Coalho Artesanal do Nordeste;
- Queijo Artesanal de Manteiga ou Queijo do Sertão;
- Requeijão Artesanal do Nordeste;
- Queijo Serrano;
- Queijo Colonial;
- Queijo Caipira Goiano;
- Mussarela de Búfala da ilha de Marajó;
- Queijo Artesanal Regional do Norte ou Queijo Tropical.

§6º. Os queijos elaborados a partir de processo de filtração por membrana podem utilizar em sua denominação de venda o termo Queijo, porém sem referir-se a qualquer produto fabricado com tecnologia convencional.

§7º. Considera-se a data de fabricação dos queijos frescos o último dia da sua elaboração e para queijos maturados, o dia do término do período da maturação. Os queijos em processo de maturação devem estar identificados de forma clara e precisa quanto a sua origem e o controle do período de maturação.

§8º. Deve atender às normas complementares.

Art. 477º. Para efeito de padronização dos queijos, fica estabelecida a seguinte classificação:

I - quanto ao teor de umidade:

- a) muito alta umidade: umidade não inferior a 55.% (cinquenta e cinco por cento);
- b) alta umidade: umidade de 46 a 54,9% (quarenta e seis a cinquenta e quatro inteiros e nove décimos por cento);
- c) média umidade: umidade de 36 a 45,9% (trinta e seis a quarenta e cinco inteiros e nove décimos por cento); ou
- d) baixa umidade: umidade até 35,9% (trinta e cinco inteiros e nove décimos por cento).

II - quanto ao conteúdo de matéria gorda no extrato seco:

- a) extra gordo ou duplo creme: quando contenham o mínimo de 60.% (sessenta por cento);
- b) gordos: quando contenham de 45 a 59,9% (quarenta e cinco a cinquenta e nove inteiros e nove décimos por cento);
- c) semigordo: quando contenham de 25 a 44,9% (vinte e cinco a quarenta e quatro inteiros e nove décimos por cento);
- d) magros: quando contenham de 10 a 24,9% (dez a vinte e quatro inteiros e nove décimos por cento); ou
- e) desnatados: quando contenham menos de 10% (dez por cento).

Art. 478º. O processo de maturação de queijos pode ser realizado em estabelecimento sob Serviço de Inspeção Municipal, diferente daquele que iniciou a produção, respeitando-se os requisitos tecnológicos exigidos para o tipo de queijo e os critérios estabelecidos pelo presente Regulamento, para garantia da rastreabilidade do produto e do controle do período de maturação.

Parágrafo único. para os queijos com indicação geográfica, o local de maturação deverá estar localizado dentro da zona delimitada de produção.

Art. 479º. Queijo de Coalho Industrial é o queijo que se obtém por coagulação do leite pasteurizado por meio do coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa dessorada, semicozida ou cozida, submetida à prensagem e secagem, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

I - consistência semi-dura e elástica;

II - textura compacta, macia, com algumas olhaduras pequenas ou sem olhaduras;

III - cor branca amarelada uniforme;

IV - sabor brando, ligeiramente ácido, podendo ser salgado;

V - odor ligeiramente ácido; e

VI - crosta fina e uniforme.

Parágrafo único. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outras substâncias alimentícias.

Art. 480º. Queijo Industrial de Manteiga ou Queijo do Sertão é o queijo obtido mediante a coagulação do leite pasteurizado com o emprego de ácidos orgânicos, com a obtenção de uma massa dessorada, fundida e adicionada de manteiga de garrafa, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

I - consistência macia, tendendo à untuosidade;

II - textura fechada, semifrável, com pequenos orifícios mecânicos contendo gordura líquida no seu interior;

III - cor amarelo-palha;

IV - sabor pouco acentuado, lembrando manteiga, levemente ácido e podendo ser salgado;

V - odor pouco pronunciado, lembrando manteiga; e

VI - crosta fina, sem trinca.

Art. 481º. Queijo Minas Frescal é o queijo fresco obtido por coagulação enzimática do leite pasteurizado com coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas ou ambas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa coalhada, dessorada, não prensada, salgada e não maturada, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência branda e macia;
- II - textura com ou sem olhaduras mecânicas;
- III - cor esbranquiçada;
- IV - sabor suave ou levemente ácido;
- V - odor suave e característico; e
- VI - crosta fina ou ausente.

Art. 482º. O Queijo Minas Padrão é o queijo de massa crua ou semi-cozida obtido por coagulação do leite pasteurizado com coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, ou ambos, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa coalhada, dessorada, prensada mecanicamente, salgada e maturada pelo período mínimo de 20 (vinte) dias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura, tendendo à macia, de untura mantegosa;
- II - textura com olhaduras mecânicas e pequenas, pouco numerosas;
- III - cor branca-creme e homogênea;
- IV - sabor próprio, ácido, agradável e não picante;
- V - odor suave e característico; e
- VI - crosta fina e amarelada.

Art. 483º. Ricota Fresca é o queijo obtido pela precipitação ácida a quente de proteínas do soro de leite, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - crosta rugosa, não formada ou pouco nítida;
- II - consistência mole, não pastosa e friável;
- III - textura grumosa;
- IV - cor branca ou branca-creme; e
- V - odor e sabor próprios.

§1º. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º. Esse produto excetua-se da obrigatoriedade de atendimento da relação proteínas do soro/caseína.

Art. 484º. Ricota Defumada é o queijo obtido pela precipitação ácida a quente de proteínas do soro de leite, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, submetido à secagem e defumação, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - crosta rugosa, de cor acastanhada, com aspecto característico;
- II - consistência dura;
- III - textura fechada ou com poucos olhos mecânicos;
- IV - cor creme pardo, homogênea; e
- V - odor e sabor próprios, meio picantes.

§1º. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º. Esse produto excetua-se da obrigatoriedade de atendimento da relação proteínas do soro/caseína.

Art. 485º. Queijo Tipo Mussarela é o queijo que se obtém pela

coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa acidificada, filada, não prensada, salgada e estabilizada, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura a semimole;
- II - textura fibrosa, elástica e fechada;
- III - cor branca a amarelada, uniforme;
- IV - sabor lácteo, pouco desenvolvido;
- V - odor lácteo, pouco perceptível; e
- VI - crosta ausente.

Parágrafo único. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

Art. 486º. Queijo Tipo Parmesão é o queijo que se obtém por coagulação do leite por meio do coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa cozida, prensada, salgada e maturada pelo período mínimo de 6 (seis) meses, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência dura;
- II - textura compacta, consistente, superfície de fratura granulosa e sem olhaduras;
- III - cor ligeiramente amarelada;
- IV - sabor salgado, ligeiramente picante;
- V - odor suave, característico, agradável e bem desenvolvido; e
- VI - crosta firme, lisa e não pegajosa.

Art. 487º. Queijo Petit Suisse é o queijo de muito alta umidade, a ser consumido fresco, obtido por coagulação do leite com coalho ou enzimas específicas ou bactérias específicas, adicionado ou não de outras substâncias alimentícias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência pastosa, branda ou mole;
- II - cor branca ou de acordo com as substâncias adicionadas; e
- III - sabor e odor próprios ou de acordo com as substâncias adicionadas.

Art. 488º. Queijo Prato é o queijo que se obtém por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa semicozida, dessorada, prensada, salgada e maturada pelo período mínimo de 25 (vinte e cinco) dias, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura e elástica;
- II - textura compacta, lisa, fechada ou com algumas olhaduras pequenas, bem distribuídas;
- III - cor amarelada ou amarelo-palha;
- IV - sabor próprio, suave e não picante;
- V - odor próprio e suave; e
- VI - crosta fina, lisa, sem trincas ou ausente.

Art. 489º. Queijo tipo Provolone Fresco é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa filada e não prensada, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência semidura a semimole;
- II - textura fibrosa, elástica e fechada;
- III - cor branca a amarelada, uniforme;
- IV - sabor lácteo, pouco desenvolvido;

V - odor lácteo, pouco perceptível; e
VI - crosta ausente.

§1º. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º. Este tipo pode apresentar pequena quantidade de manteiga na sua massa, dando lugar à variedade denominada "Butirro".

§3º. Este queijo pode ser defumado, devendo atender às características sensoriais adquiridas nesse processo.

Art. 490º. Queijo tipo Provolone Curado é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, complementada pela ação de bactérias lácticas específicas, com a obtenção de uma massa filada, não prensada e maturada pelo período mínimo de 2 (dois) meses, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

I - consistência semidura a dura, não elástica e untada;
II - textura fechada ou apresentando poucas olhaduras pequenas;
III - cor branco-creme e homogênea;
IV - sabor próprio, forte e picante;
V - odor próprio e acentuado; e
VI - crosta firme, lisa, resistente, destacável, de cor amarelo-par-da.

§1º. O produto pode estar adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

§2º. Este queijo pode ser defumado, devendo atender às características sensoriais adquiridas nesse processo.

Art. 491º. Queijo tipo Caccio-cavalo, Fresco ou Curado é o queijo idêntico ao tipo Provolone (Fresco ou Curado, conforme o caso) com formato ovalado ou piriforme.

Art. 492º. Queijo Industrial Regional do Norte ou Queijo Tropical é o queijo obtido por coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas, ou ambos, complementada pela ação de fermentos lácticos específicos ou de soro-fermento, com a obtenção de uma massa dessorada, cozida, prensada, salgada pelo período mínimo de 5 (cinco) dias e submetida à secagem pelo período mínimo de 10 (dez) dias, destinado exclusivamente para processamento industrial, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

I - consistência semidura a dura;
II - textura fechada, quebradiça e granulosa;
III - cor branco-amarelada;
IV - sabor ligeiramente picante;
V - odor característico; e
VI - crosta irregular.

Art. 493º. Queijo Azul é o queijo obtido da coagulação do leite pasteurizado por meio de coalho ou outras enzimas coagulantes apropriadas ou ambos, complementada ou não pela ação de bactérias lácticas específicas, mediante processo de fabricação que utiliza fungos específicos (*Penicillium roqueforti*), complementado ou não pela ação de fungos ou leveduras subsidiários ou ambos, encarregados de conferir ao produto características típicas durante os processos de elaboração e maturação pelo período mínimo de 35 (trinta e cinco) dias.

Art. 494º. Queijo tipo Roquefort é o queijo obtido do leite de ovelha cru ou pasteurizado, de massa crua, não prensada, maturado pelo período mínimo de 3 (três) meses e apresentando as formações características verde-azuladas bem distribuídas, devidas ao *Penicillium roqueforti*.

Art. 495º. Queijo tipo Gorgonzola é o queijo de fabricação idêntica ao do tipo Roquefort, diferenciando-se deste apenas por ser fabricado exclusivamente com leite de vaca.

Art. 496º. Queijo Ralado é o produto obtido por esfarelamento ou ralagem da massa de uma ou até quatro variedades de queijos de baixa ou média umidade.

Art. 497º. Permite-se exclusivamente para processamento industrial a fabricação de queijos em formas e pesos diferentes dos estabelecidos em normas específicas, desde que sejam mantidos os requisitos previstos para cada tipo de queijo.

Art. 498º. Os tipos de queijos não previstos no presente Regulamento devem atender as normas específicas.

Art. 499º. Leites Fermentados são produtos lácteos ou produtos lácteos compostos obtidos por coagulação e diminuição do pH do leite ou do leite reconstituído adicionados ou não de outros produtos lácteos, por fermentação láctea mediante ação de cultivos de microrganismos específicos, adicionados ou não de outras substâncias alimentícias.

Parágrafo único. Os microrganismos específicos devem ser viáveis, ativos e abundantes no produto final durante seu prazo de validade.

Art. 500º. Iogurte é o leite fermentado pela ação de cultivos proto-simbióticos de *Streptococcus salivarius ssp. thermophilus* e *Lactobacillus delbrueckii ssp. bulgaricus*, que podem ser associados de forma complementar a outras bactérias ácido-lácticas que, por sua atividade, contribuem para a determinação das características do produto final.

Art. 501º. Leite Fermentado ou Cultivado é o leite fermentado pela ação de um ou vários dos seguintes cultivos: *Lactobacillus acidophilus*, *Lactobacillus casei*, *Bifidobacterium sp*, *Streptococcus salivarius ssp. thermophilus* ou outras bactérias ácido-lácticas que, por sua atividade, contribuem para a determinação das características do produto final.

Art. 502º. Coalhada é o leite fermentado pela ação de cultivos individuais ou mistos de bactérias mesofílicas produtoras de ácido láctico.

Art. 503º. Leite Acidófilo ou Acidofilado é o leite fermentado exclusivamente pela ação de cultivos de *Lactobacillus acidophilus*.

Art. 504º. Kefir é o leite fermentado pela ação de cultivos ácido-lácticos elaborados com grãos de Kefir, *Lactobacillus kefir*, espécies dos gêneros *Leuconostoc*, *Lactococcus* e *Acetobacter* com produção de ácido láctico, etanol e dióxido de carbono.

Parágrafo único. Os grãos de Kefir são constituídos por leveduras fermentadoras de lactose (*Kluyveromyces marxianus*) e leveduras não fermentadoras de lactose (*Saccharomyces omnispurus*, *Saccharomyces cerevisiae* e *Saccharomyces exiguus*), *Lactobacillus casei*, *Bifidobacterium sp* e *Streptococcus salivarius ssp. Thermophilus*.

Art. 505º. Kumys é o leite fermentado pela ação de cultivos de *Lactobacillus delbrueckii ssp. bulgaricus* e *Kluyveromyces marxianus*.

Art. 506º. Leites concentrados e leites desidratados são os produtos lácteos resultantes da desidratação parcial ou total do leite por processos tecnológicos específicos.

§1º. Consideram-se produtos lácteos concentrados, o leite

concentrado, o evaporado e o condensado, bem como outros produtos que atendam a essa descrição.

§2º. Considera-se produto lácteo desidratado o leite em pó, bem como outros produtos que atendam a essa descrição.

Art. 507º. Na fabricação dos leites concentrados e desidratados, a matéria-prima utilizada deve atender as condições previstas no presente Regulamento e em normas complementares.

Art. 508º. Leite Concentrado é o produto resultante da desidratação parcial do leite fluido ou obtido mediante outro processo tecnológico aprovado pelo SIM, de uso exclusivamente industrial.

Art. 509º. Leite Evaporado ou Leite Condensado sem Açúcar é o produto resultante da desidratação parcial do leite ou obtido mediante outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM, que resulte em produto de mesma composição e características.

Art. 510º. Leite Condensado é o produto resultante da desidratação parcial do leite adicionado de açúcar ou obtido mediante outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM, que resulte em produto de mesma composição e características.

Art. 511º. Leite em Pó é o produto obtido por desidratação do leite, mediante processo tecnológico específico.

Art. 512º. O leite em pó deve atender às seguintes especificações:

- I - ser fabricado com matéria-prima que satisfaça às exigências do presente Regulamento e normas complementares;
- II - apresentar composição de forma que o produto reconstituído, conforme indicação na rotulagem, atenda ao padrão do leite de consumo a que corresponda;
- III - não revelar presença de conservadores nem de antioxidantes; e
- IV - ser envasado em recipientes de um único uso, herméticos, adequados para as condições previstas de armazenamento e que confirmem uma proteção apropriada contra a contaminação.

Parágrafo único. Quando necessário, pode ser realizado o tratamento do leite em pó por injeção de gás inerte, aprovado pelo SIM.

Art. 513º. Quanto ao teor de gordura, fica estabelecida a seguinte classificação para o leite em pó:

- I - integral, o que apresentar no mínimo 26% (vinte e seis por cento);
- II - parcialmente desnatado, o que apresentar entre 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) e 25,9% (vinte e cinco e nove décimos por cento); ou
- III - desnatado, o que apresentar menos que 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

Parágrafo único. De acordo com o tratamento térmico empregado, o leite em pó desnatado pode ser classificado como de baixo, médio ou alto tratamento, conforme o teor de nitrogênio de proteína do soro não desnaturada.

Art. 514º. Para os diferentes tipos de leite em pó, fica estabelecido o teor de proteína mínimo de 34% (trinta e quatro por cento) massa/massa com base no extrato seco desengordurado.

Art. 515º. Leite Aromatizado é o produto lácteo resultante da mistura preparada com leite e os seguintes ingredientes, de forma isolada ou combinada: cacau, chocolate, suco de frutas e aromatizantes, opcionalmente adicionada de açúcar e aditivos

funcionalmente necessários para a sua elaboração e que apresente a proporção mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) massa/massa de leite no produto final, tal como se consome.

Art. 516º. Leite modificado, fluido ou em pó, é o produto lácteo resultante da modificação da composição do leite mediante a subtração ou adição dos seus constituintes, excetuando-se a gordura láctea.

Art. 517º. Doce de Leite é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por concentração, pela ação do calor, do leite ou leite reconstituído adicionado de sacarose, com adição ou não de outras substâncias alimentícias.

Art. 518º. Requeijão Industrial é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido pela fusão de massa coalhada, cozida ou não, dessorada e lavada, obtida por coagulação ácida ou enzimática, ou ambas, do leite pasteurizado, opcionalmente adicionado de creme de leite, manteiga, gordura anidra de leite ou butter oil, separados ou em combinação, devendo apresentar as seguintes características sensoriais:

- I - consistência untável ou fatiável;
- II - textura cremosa, fina, lisa ou compacta;
- III - formato variável;
- IV - cor e odor característicos; e
- V - sabor a creme levemente ácido, opcionalmente salgado para o requeijão ou requeijão cremoso, levemente ácido, salgado a ranço para o requeijão de manteiga.

Parágrafo único. O produto pode ser adicionado de condimentos, especiarias e outros ingredientes.

Art. 519º. Bebida Láctea é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido a partir de leite ou leite reconstituído ou derivados de leite, adicionado ou não de ingredientes não lácteos.

Parágrafo único. O percentual mínimo de proteína de origem láctea no produto final deve variar de 1,0 a 1,7% (um a um inteiro e sete décimos por cento), de acordo com as particularidades estabelecidas em normas específicas.

Art. 520º. Composto Lácteo é o produto lácteo ou produto lácteo composto em pó resultante da mistura de leite ou derivados de leite, adicionado ou não de ingredientes não lácteos.

Parágrafo único. O percentual mínimo de proteína de origem láctea no produto final deve variar de 9,0 a 13% (nove a treze por cento), de acordo com as particularidades estabelecidas em normas específicas.

Art. 521º. Queijo em Pó é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por fusão e desidratação, mediante um processo tecnológico específico, da mistura de uma ou mais variedades de queijo, com ou sem adição de outros produtos lácteos, sólidos de origem láctea, especiarias, condimentos ou outras substâncias alimentícias, no qual o queijo constitui o ingrediente lácteo utilizado como matéria-prima preponderante na base láctea do produto.

Art. 522º. Queijo Processado ou Fundido é o produto lácteo ou produto lácteo composto obtido por trituração, mistura, fusão e emulsão por meio de calor e agentes emulsionantes de uma ou mais variedades de queijo, com ou sem adição de outros produtos lácteos, sólidos de origem láctea, especiarias, condimentos ou outras substâncias alimentícias, na qual o queijo constitui o ingrediente lácteo utilizado como matéria-prima preponderante na base láctea do produto.

Art. 523º. Massa para Elaborar Queijo Mussarela ou Massa para

Elaborar Requeijão são os produtos lácteos intermediários destinados à elaboração de queijo mussarela ou requeijão, respectivamente, exclusivos para processamento industrial.

I - a massa para elaborar queijo mussarela deve ser obtida por coagulação de leite pasteurizado por meio de coalho ou enzimas coagulantes apropriadas ou ambos, complementadas ou não por ação de bactérias lácticas específicas;

II - a massa para elaborar requeijão constitui-se de massa coagulada, cozida ou não, dessorada e lavada, obtida por coagulação ácida ou enzimática do leite ou ambas.

Art. 524°. Soro de Leite é o produto lácteo líquido extraído da coagulação do leite utilizado no processo de fabricação de queijos, caseína e produtos similares.

Parágrafo único. O soro de leite deve conter no mínimo 0,7% (sete décimos por cento) de proteína de origem láctea.

Art. 525°. Soro de Leite Concentrado é o produto lácteo resultante da desidratação parcial do soro fluido ou obtido por outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM.

Art. 526°. Soro de Leite em Pó é o produto lácteo obtido por desidratação do soro de leite mediante processo tecnológico específico.

§1º. O soro de leite em pó deve conter no mínimo 10% (dez por cento) de proteína de origem láctea.

Art. 527°. Gordura anidra de leite ou Butteroil é o produto lácteo gorduroso obtido a partir de creme de leite ou manteiga pela eliminação quase total de água e sólidos não gordurosos, mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 528°. Lactose é o açúcar do leite obtido mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 529°. Lactoalbumina é o produto lácteo resultante da precipitação pelo calor das albuminas solúveis do soro oriundo da fabricação de queijos ou de caseína.

Art. 530°. Leitelho é o produto lácteo resultante da batida do creme pasteurizado durante o processo de fabricação da manteiga, podendo ser apresentado na forma líquida, concentrada ou em pó.

Art. 531°. Caseína Alimentar é o produto lácteo resultante da precipitação do leite desnatado por ação enzimática ou mediante acidificação a pH 4,6 a 4,7 (quatro inteiros e seis décimos a quatro inteiros e sete décimos), lavado e desidratado por processos tecnológicos específicos.

Art. 532°. Caseinato Alimentício é o produto lácteo obtido por reação da caseína alimentar ou da coalhada da caseína alimentar fresca com soluções de hidróxidos ou sais alcalinos ou alcalino-terrosos ou de amônia de qualidade alimentícia, posteriormente lavado e submetido à secagem, mediante processos tecnológicos específicos.

Art. 533°. Caseína Industrial é o produto não alimentício obtido pela precipitação do leite desnatado mediante a aplicação de soro ácido, de coalho, de ácidos orgânicos ou minerais.

Art. 534°. Produtos Lácteos Protéicos são os produtos lácteos obtidos por separação física das caseínas e das soroproteínas por tecnologia de membrana ou outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM.

Art. 535°. Farinha láctea é o produto resultante da dessecação, em condições próprias, da mistura de farinhas de cereais ou leguminosas com leite, nas suas diversas formas e tratamentos, e adicionada ou não de outras substâncias alimentícias.

§1º. O amido das farinhas deve ter sido tornado solúvel por técnica apropriada.

§2º. O rótulo da farinha láctea deve apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito a expressão CONTÉM. XX% DE LEITE.

Art. 536°. Admite-se a separação de outros constituintes do leite pela tecnologia de membrana ou outro processo tecnológico com equivalência reconhecida pelo SIM.

Art. 537°. Além dos produtos já mencionados, são considerados derivados do leite outros produtos que se enquadrem na classificação de produto lácteo, produto lácteo composto ou mistura, de acordo com o disposto no presente Regulamento.

XIV - ESTABELECIMENTO DE ABATE E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PESCADO

Art. 538°. Estabelecimento de Abate e Industrialização de Pescado é o estabelecimento que possui dependências, instalações e equipamentos para recepção, lavagem, insensibilização, abate, processamento, transformação, preparação, acondicionamento e frigorificação, com fluxo adequado à espécie de pescado a ser abatida, dispondo ou não de instalações para o aproveitamento de produtos não comestíveis.

Art. 539°. Estação Depuradora de Moluscos Bivalves é o estabelecimento que possui dependências próprias para recepção, depuração, embalagem e expedição de moluscos bivalves.

Art. 540°. São produtos e derivados comestíveis de pescado aqueles elaborados a partir de pescado inteiro ou parte dele, aptos para o consumo humano.

Parágrafo único. Qualquer derivado de pescado deve conter no mínimo 50.% (cinquenta por cento) de pescado. Esse percentual não prevalecerá para produtos compostos à base de pescado, os quais devem ser submetidos à análise e registro junto ao SIM.

Art. 541°. Os controles oficiais do pescado, seus produtos, derivados e compostos, no que for aplicável, abrangem, entre outros:

- I - origem das matérias-primas;
- II - análises sensoriais;
- III - indicadores de frescor;
- IV - histamina, nas espécies formadoras;
- V - outras análises físico-químicas ou microbiológicas;
- VI - aditivos, resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes;
- VII - biotoxinas ou outras toxinas perigosas para saúde humana;
- VIII - parasitos;
- IX - espécies venenosas, como das famílias Tetraodontidae, Diodontidae, Molidae e Canthigasteridae; e
- X - espécies causadores de distúrbios gastrointestinais, como *Ruvettus pretiosus* e *Lepdocybiium flavobrunneum*.

Art. 542°. Os produtos, derivados e compostos comestíveis de pescado, de acordo com o processamento, compreendem:

- I - produtos frescos;
- II - produtos resfriados;
- III - produtos congelados;
- IV - produtos descongelados;

V - Carne Mecanicamente Separada de pescado;
VI - Surimi;
VII - produtos a base de surimi;
VIII - produtos de pescado empanados;
IX - produtos de pescado em conserva;
X - produtos de pescado em semiconserva;
XI - patê ou pasta de pescado;
XII - caldo de pescado;
XIII - produtos de pescado embutidos;
XIV - produtos de pescado secos e curados;
XV - produtos de pescado liofilizados;
XVI - concentrado protéico de pescado;
XVII - extrato de pescado;
XVIII - gelatina de pescado; e
XIX - geléia de pescado.

Parágrafo único. É permitido o preparo de outros tipos de produtos, derivados e compostos de pescado, desde que aprovados pelo SIM.

Art. 543º. Produtos frescos são aqueles obtidos de pescado fresco, não transformado, inteiro ou preparado, acondicionados, conservados pela ação do gelo ou outros métodos de conservação de efeito similar, mantido unicamente em temperaturas próximas à de gelo fundente.

Parágrafo único. Entende-se por preparados aqueles produtos que foram submetidos a uma operação que alterou a sua integridade anatômica, tal como a evisceração, o descabeçamento, os diferentes cortes e outras formas de apresentação.

Art. 544º. Produtos resfriados são aqueles obtidos de pescado, transformados, embalados e mantidos sob refrigeração.

§1º. Entende-se por transformados aqueles produtos resultantes da transformação da natureza do pescado, de forma que não seja possível retornar às características originais.

§2º. Os produtos obtidos de répteis e anfíbios, mesmo quando não transformados, podem ser designados como resfriados.

Art. 545º. Produtos congelados de pescado são aqueles submetidos a processos específicos de congelamento, em equipamento que permita a ultrapassagem da zona crítica, compreendida de -0,5°C (cinco décimos de grau Celsius negativo) a -5°C (cinco graus Celsius negativos) em tempo não superior a 2 (duas) horas.

§1º. O produto somente pode ser considerado congelado após a temperatura de seu centro térmico alcançar -18°C (dezoito graus Celsius negativos).

§2º. As câmaras de estocagem do estabelecimento produtor devem possuir condições de armazenar o produto a temperaturas não superiores a -18°C (dezoito graus Celsius negativos).

§3º. É permitida a utilização do congelador salmourador, quando o pescado for destinado como matéria prima para a elaboração de conservas, desde que seja atendido o conceito de congelamento rápido e atinja temperatura não superior a -9°C (nove graus Celsius negativos) em seu centro térmico, devendo ter como limite máximo esta temperatura durante a armazenagem.

Art. 546º. Produtos descongelados de pescado são aqueles que foram inicialmente congelados e submetidos a um processo específico de elevação de temperatura acima do ponto de congelamento e mantidos em temperaturas próximas à de gelo fundente.

Parágrafo único. Na designação do produto deve ser incluída a palavra descongelado. O rótulo dos produtos previstos neste

parágrafo deve apresentar no painel principal, logo abaixo da denominação de venda, em caracteres destacados, uniformes em corpo e cor sem intercalação de dizeres ou desenhos, em caixa alta e em negrito a expressão **NÃO RECONGELAR**.

Art. 547º. Carne Mecanicamente Separada de Pescado é o produto congelado obtido de pescado, envolvendo o descabeçamento, a evisceração e a limpeza dos mesmos e a separação mecânica da carne das demais estruturas inerentes à espécie, como espinhas, ossos e pele.

§1º. A carne mecanicamente separada de pescado pode ser lavada e posteriormente drenada, adicionada ou não de aditivos.

§2º. O produto é designado Carne Mecanicamente Separada seguido do nome da espécie ou das espécies de pescado que o constitua.

I - pode ser obtido de peixes de pequeno porte provenientes da fauna acompanhante e outros não classificados para cortes nobres, que apresentem boa qualidade, resíduos de filetagem, carcaças, espinhaços ou partes destes, desde que sejam considerados os riscos de sua utilização.

II - pode ser obtido por diferentes equipamentos e o produto deve ser classificado de acordo com a composição da matéria-prima, as técnicas de fabricação e as características físico-químicas de cada tipo.

§3º. Não é permitida a utilização de Carne Mecanicamente Separada de pescado em produtos não submetidos a tratamento térmico.

§4º. Os produtos que contenham Carne Mecanicamente Separada de pescado devem atender as normas específicas.

Art. 548º. Surimi é o produto congelado obtido a partir da Carne Mecanicamente Separada de pescado, submetida a lavagens sucessivas, drenagem e refino, adicionada de aditivos.

Art. 549º. Produtos a base de surimi são aqueles produtos congelados elaborados com Surimi, adicionados de ingredientes e aditivos.

Art. 550º. Produtos de pescado empanados são aqueles congelados elaborados a partir de pescado, seus produtos ou ambos, adicionados de ingredientes, permitindo-se a adição de aditivos e coadjuvantes de tecnologia, moldados ou não e revestidos de cobertura apropriada que o caracterize, submetidos ou não a tratamento térmico.

Art. 551º. Produto de pescado em conserva é aquele elaborado com pescado, adicionado de ingredientes, permitindo-se a adição de aditivos e coadjuvantes de tecnologia, envasado em recipientes hermeticamente fechados e submetidos à esterilização comercial.

Art. 552º. As conservas de pescado compreendem, entre outras:

- I - Conserva ao Próprio Suco com outro meio de cobertura;
- II - Conserva em Azeite ou em Óleos Comestíveis;
- III - Conserva em Escabeche;
- IV - Conserva em Vinho Branco; e
- V - Conserva em Molho.

§1º. A Conserva de Pescado ao Próprio Suco com outro meio de cobertura é o produto em que o pescado preserva seu próprio líquido de constituição acrescido de outro meio de cobertura, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

§2º. A Conserva de Pescado em Azeite ou em Óleo Comestível é o

produto que tenha por meio de cobertura azeite de oliva ou óleo comestível, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

I - o azeite ou o óleo comestível utilizado isoladamente ou em mistura com outros ingredientes deve ser puro;

II - permite-se o emprego de um único óleo ou a mistura de vários óleos comestíveis na elaboração das conservas de que trata o presente parágrafo, a juízo do SIM; e

III - a designação em azeite fica reservada para as conservas que tenham azeite de oliva como meio de cobertura.

§3º. A Conserva de Pescado em Escabeche é o produto que tenha por meio de cobertura, vinagre, adicionado de sal, acrescido ou não de outros ácidos alimentícios e substâncias aromáticas, com pH apropriado ao produto.

§4º. A Conserva de Pescado em Vinho Branco é o produto que tenha por meio de cobertura principal vinho branco, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

§5º. A Conserva de Pescado em Molho é o produto que tenha por meio de cobertura molho com base em meio aquoso ou gorduroso, adicionado ou não de aditivos. Na composição dos diferentes molhos, o ingrediente principal que o caracteriza deve fazer parte do nome do produto.

§6º. As conservas de pescado submetidas à esterilização comercial devem seguir as normas específicas e os controles e verificações exigidos para as conservas de produtos cárneos.

Art. 553º. Produto de pescado em semi-conserva é aquele obtido pelo tratamento específico do pescado por meio do sal, adicionados ou não de ingredientes, aditivos e coadjuvantes de tecnologia, envasado em recipientes hermeticamente fechados, não esterilizados pelo calor, conservado ou não sob refrigeração.

Art. 554º. As semi-conservas de pescado compreendem, entre outras:

- I - Pescado Anchovado; e
- II - Pescado em Escabeche.

§1º. A Semiconserva de Pescado Anchovado é o produto obtido a partir da cura prolongada do pescado pelo sal e micro-organismos fermentativos, até que atinja características sensoriais específicas de cor, sabor, odor e textura, adicionado ou não de ingredientes e aditivos, envasado com óleos comestíveis ou azeite de oliva.

§2º. A Semiconserva de Pescado em Escabeche é o produto que tenha por meio de cobertura, o vinagre, adicionado de sal, acrescido ou não de outros ácidos alimentícios e substâncias aromáticas, com pH apropriado ao produto.

Art. 555º. Patê ou Pasta de pescado, seguido das especificações que couberem, é o produto industrializado obtido a partir do pescado, partes dele ou seus produtos comestíveis, transformados em pasta, adicionados de ingredientes e aditivos, submetidos a processo tecnológico específico.

Parágrafo único. O produto deve ser classificado de acordo com a composição da matéria-prima, as técnicas de fabricação e as características físico-químicas de cada tipo de produto, conforme disposto em normas complementares.

Art. 556º. Caldo de pescado, seguido das designações que couberem, é o produto líquido obtido pelo cozimento das partes comestíveis de pescado, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

Art. 557º. Embutidos de pescado são aqueles produtos elaborados com pescado, adicionados de ingredientes e aditivos, curados ou não, cozidos ou não, defumados ou não e dessecados ou não.

Art. 558º. Produtos Curados de pescado são aqueles provenientes de pescado, tratado pelo sal, adicionados ou não de aditivos.

Parágrafo único. O tratamento pelo sal pode ser realizado por meio de salgas úmida, seca ou mista.

Art. 559º. Os Produtos Curados de Pescado compreendem, entre outros:

- I - Pescado Salgado;
- II - Pescado Salgado-Seco;
- III - Pescado Prensado; e
- IV - Pescado Defumado.

§1º. O Pescado Salgado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos. O Pescado Salgado quando envasado em salmoura é designado Pescado em Salmoura.

§2º. O Pescado Salgado-Seco é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de dessecação.

§3º. O Pescado Prensado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de prensagem.

§4º O Pescado Defumado é o produto obtido pelo tratamento de pescado com sal, adicionado ou não de aditivos e seguido de defumação.

Art. 560º. Os Produtos Secos ou Desidratados de pescado compreendem, entre outros:

- I - Pescado Seco ou Desidratado por processo natural; e
- II - Pescado Seco ou Desidratado por processo artificial.

§1º. Pescado Seco ou Desidratado por processo natural é o produto obtido pela dessecação do pescado, adicionado ou não de aditivos, objetivando um produto estável à temperatura ambiente.

§2º. Pescado Seco ou Desidratado por processo artificial é o produto obtido pela dessecação profunda do pescado, em equipamento específico, adicionado ou não de aditivos.

I - Pescado Liofilizado é o produto obtido pela desidratação do pescado, em equipamento específico, por meio do processo de liofilização, adicionado ou não de aditivos.

a) o processo de liofilização é realizado em temperatura baixa e sob vácuo, com a eliminação de água e substâncias voláteis.

Art. 561º. Concentrado proteico de pescado é o produto estável à temperatura ambiente resultante da transformação do pescado, na qual se tenha concentrado a proteína, extraindo-se água e gordura, por meio de tecnologia apropriada.

Art. 562º. Extrato de pescado, seguido das designações que couberem, é o caldo de pescado concentrado, adicionado ou não de ingredientes e aditivos.

Art. 563º. Gelatina de pescado é o produto obtido a partir de proteínas naturais solúveis, coaguladas ou não, obtidas pela hidrólise do colágeno presente em tecidos de pescado como bexiga natatória, ossos, peles e cartilagens.

Art. 564º. Geleia de pescado, seguido das designações que couberem, é o caldo de pescado adicionado de gelatina comestível.

Art. 565º. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis, respeitadas as particularidades de cada espécie, de acordo com o processo de elaboração, são considerados alterados quando apresentem:

- I - deteriorações em suas características físicas, químicas ou biológicas;
- II - alterações em suas características sensoriais;
- III - alterações em suas características intrínsecas ou nutricionais;
- IV - tratamento tecnológico inadequado;
- V - cistos, larvas e parasitos;
- VI - corpos estranhos, sujidades ou outras evidências que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento; e
- VII - apresente outras alterações que os tornem impróprios, a juízo do SIM.

Parágrafo único. Os produtos nessas condições serão apreendidos cautelarmente e terão seu destino definido pela Inspeção, de acordo com as normas de destinação estabelecidas pelo SIM.

Art. 566º. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis, respeitadas as particularidades de cada espécie, de acordo com o processamento, devem ser considerados alterados e impróprios para consumo humano na forma em que se apresentam, no todo ou em partes, quando apresentem:

- I - a superfície úmida, pegajosa e exsudativa;
- II - partes ou áreas flácidas ou com consistência anormal à palpação;
- III - sinais de deterioração;
- IV - coloração ou manchas impróprias;
- V - perfuração dos envoltórios dos embutidos por parasitos;
- VI - odor e sabor estranhos;
- VII - resultados das análises físicas, químicas, microbiológicas, parasitológicas, de resíduos de produtos de uso veterinário ou de contaminantes acima dos limites máximos estabelecidos pela legislação específica; e
- VIII - cistos, larvas ou parasitos em proporção maior que a estabelecida em normas complementares.

Parágrafo único. Podem ser também considerados impróprios para o consumo humano, na forma como se apresentam, quando divergirem do disposto no presente Regulamento para os produtos cárneos, naquilo que lhes for aplicável.

Art. 567º. O pescado, seus produtos, derivados e compostos comestíveis são considerados fraudados (adulterados ou falsificados) quando:

- I - elaborados com pescado diferente da espécie declarada no rótulo;
- II - contenham substâncias estranhas à sua composição;
- III - apresentem composição ou formulações diferentes das permitidas pela legislação;
- IV - houver adição de água ou outras substâncias com o intuito de aumentar o volume e o peso do produto;
- V - apresentar adulteração na data de fabricação, data ou prazo de validade do produto;
- VI - utilizadas denominações diferentes das previstas no presente Regulamento; ou
- VII - utilizados procedimentos técnicos inadequados que alterem as características sensoriais, podendo atingir os componentes do alimento, comprometendo sua inocuidade, qualidade ou valor nutritivo.

Art. 568º. Na elaboração de produtos, derivados e compostos

comestíveis de pescado devem ser seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento para os produtos cárneos e legislação específica.

Art. 569º. Produtos não comestíveis de pescado são obtidos de pescado ou qualquer resíduo deste, que se enquadre nas denominações e especificações do presente Regulamento.

Parágrafo único. Os resíduos resultantes da manipulação e elaboração de pescado, bem como o pescado condenado, considerando os riscos de sua utilização devem ser destinados preferencialmente ao preparo de produtos não comestíveis.

Art. 570º. São considerados produtos não comestíveis de pescado a farinha de pescado, o óleo de pescado, a cola de pescado, o solúvel concentrado de pescado e o pescado para isca, entre outros.

§1º. A definição dos referidos produtos bem como de suas características de identidade e qualidade devem ser regulamentadas pelo setor competente da Secretaria Municipal de Agricultura.

§2º. A farinha de pescado que não atender às especificações deste Regulamento e todo produto não comestível que possa ser utilizado como fertilizante podem ser destinados à preparação de adubo de pescado.

Art. 571º. Na elaboração de produtos não comestíveis de pescado devem ser seguidas, naquilo que lhes for aplicável, as exigências previstas no presente Regulamento para os produtos cárneos e legislação específica.

Art. 572º. Tanques de depuração deverá ser revestido com material impermeável com o objetivo de proporcionar o esvaziamento do trato digestivo dos peixes de cultivo e eliminação de resíduos terapêuticos.

Parágrafo único. Poderão ser dispensados caso o lote venha acompanhado de Atestado emitido pelo Responsável Técnico do criatório informando a depuração realizada na propriedade.

Art. 573º. A recepção do pescado deverá ser feita em área coberta com pé direito de no mínimo 3 (três) metros.

Parágrafo único. Esta seção será separada fisicamente por parede inteira e sem possibilidade de trânsito de pessoal entre esta e a seção de evisceração e filetagem.

Art. 574º. A comunicação da seção de recepção e de evisceração dar-se-á através do cilindro ou esteira de lavagem do pescado.

Art. 575º. Para a evisceração e filetagem deverá dispor de mesa para descamação, evisceração, coureamento e corte (postagem ou filetagem) com uma tomada de água a cada m2 de mesa.

§1º. A disposição das mesas deverá viabilizar a produção de tal maneira que não haja refluxo do produto.

§2º. A embalagem primária poderá ser realizada nesta seção quando houver espaço e mesa exclusiva para esta operação, sem prejuízo das demais.

Art. 576º. Deverá dispor de instalações ou equipamentos adequados à colheita e transporte de resíduos de pescado, resultantes do processamento, para o exterior das áreas de manipulação de produtos comestíveis.

Art. 577º. Quando houver, a seção de embalagem secundária será anexa à seção de processamento, separada desta através de parede e servirá para o acondicionamento secundário dos produtos

que já receberam a sua embalagem primária na seção de processamento.

Parágrafo único. A operação da embalagem secundária poderá também ser realizada na seção de expedição quando esta for totalmente fechada e possuir espaços que permita tal operação sem prejuízo das demais.

Art. 578º. As embalagens secundárias ficarão depositadas em seção independente que se comunicará apenas por óculo com a seção de embalagem secundária e o acesso a este depósito será independente do acesso às seções de industrialização.

Parágrafo único. Quando se tratar de agroindústria rural de pequeno porte as embalagens secundárias poderão permanecer na seção de expedição, desde que tenha espaço para tal.

Art. 579º. Deverá possuir instalações para o fabrico e armazenagem de gelo, podendo esta exigência, apenas no que tange à fabricação, ser dispensada em regiões onde exista facilidade para aquisição de gelo de comprovada qualidade sanitária.

Parágrafo único. Preferencialmente o silo para o gelo deverá estar localizado em nível superior às demais dependências e, por gravidade, seja conduzido aos diferentes locais onde o gelo será necessário.

Art. 580º. O estabelecimento possuirá câmaras de resfriamento ou isotérmicas que se fizerem necessárias em número e área suficientes segundo a capacidade do estabelecimento.

Art. 581º. As câmaras de resfriamento ou isotérmicas serão construídas obedecendo normas, tais como:

- I - as portas terão largura mínima de 1,20 (um metro e vinte centímetros);
- II - as portas serão sempre metálicas ou de chapas plásticas, lisas, resistentes a impactos e de fácil limpeza;
- III - possuir piso de concreto ou outro material de alta resistência, liso, de fácil higienização e sempre com declive em direção às portas, não podendo existir ralos em seu interior;
- IV - possuir estrados de material impermeável para deposição de caixas de produtos.

Art. 582º. A construção das câmaras de resfriamento poderá ser em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos.

Parágrafo único. Quando construídas de alvenaria, as paredes internas serão perfeitamente lisas e sem pintura, visando facilitar a sua higienização.

Art. 583º. No caso de pescado fresco serão usadas as câmaras isotérmicas e, para o pescado resfriado serão usadas as câmaras de resfriamento que mantenham o pescado com temperatura entre - 0,5°C e - 2°C.

Art. 584º. Os túneis de congelamento rápido, quando necessário, terão de atingir temperaturas não superiores a - 25°C (menos vinte e cinco graus) e fazer com que a temperatura no centro dos produtos chegue até -18 à -20°C (menos dezoito à menos vinte graus centígrados) no menor período possível.

§1º. Poderão ser construídos em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos.

§2º. Quando construídos em alvenaria, os túneis de congelamento terão paredes lisas e sem pintura para facilitar a sua higienização. As suas portas serão sempre metálicas ou de material plástico resistente à impactos e à baixas temperaturas, e terão largura

mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§ 3º. Será admitido o congelamento em freezer com as seguintes ressalvas:

a) o freezer usado para congelamento não poderá ser usado também para estocagem;

b) os produtos a serem congelados deverão ser dispostos em prateleiras permitindo o espaçamento a fim de acelerar o congelamento.

Art. 585º. A câmara de estocagem de congelados deve ser construída em alvenaria ou totalmente em isopainéis metálicos, as paredes serão sempre lisas, impermeáveis e de fácil higienização, não sendo usado nenhum tipo de pintura, a iluminação será com lâmpadas providas de protetores contra estilhaços, as portas serão sempre metálicas ou de material plástico resistente à impactos e mudanças bruscas de temperatura e terão largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§1º. Os produtos depositados devem estar totalmente congelados e adequadamente embalados e identificados.

§2º. Só serão transferidos dos túneis de congelamento para a câmara de estocagem os produtos que já tenham atingidos -18 a -20°C (menos dezoito à menos vinte graus centígrados) no seu interior e nessa câmara os produtos ficarão armazenados sobre estrados ou em paletes, afastados das paredes e do teto e em temperatura nunca superior à -18°C (menos dezoito graus centígrados) até a sua expedição.

§3º Será admitida a estocagem em freezers.

Art. 586º. A sala de fracionamento de produto congelado deverá existir nos estabelecimentos que realizarem fracionamento de embalagens master, de produtos previamente congelados.

§1º. Esta sala possuirá as seguintes características:

- I - Pé-direito mínimo de 2,70. m (dois metros e setenta centímetros).
- II - Sistema que permita que a temperatura da sala mantenha-se entre 14°C e 16°C (quatorze e dezesseis graus centígrados) durante os trabalhos;
- III - O uso de janelas nesta seção não é recomendado, pois a existência destas prejudicará a sua climatização e caso for de interesse da empresa a iluminação natural da seção, poderão ser utilizados tijolos de vidro refratário ou outro mecanismo aprovado pela inspeção;
- IV - Ser localizada contígua às câmaras de estocagem de matéria-prima, de maneira que o produto congelado ao sair das câmaras com destino à sala de fracionamento não transitem pelo interior de nenhuma outra seção, bem como manter proximidade com a câmara de produtos prontos, com a expedição e com o depósito de embalagens.
- V - Possuir seção de embalagem secundária independente da sala de fracionamento, podendo para isto ser utilizada uma antecâmara ou na seção de expedição, desde que esta possua dimensões que permitam a execução desta operação, sem prejuízo do trânsito dos demais produtos neste setor.

§2º. Quando se tratar de agroindústria rural de pequeno porte o fracionamento de embalagens master poderá ocorrer na seção de evisceração e filetagem, desde que tenha espaço e equipada para tal e realizado em momentos diferentes.

Art. 587º. Na seção de higienização de caixas e bandejas o uso de madeira é proibido, que terá tanques de alvenaria revestidos de azulejos, de material inox ou de fibra de vidro, lisos e de fácil

higienização e disporá ainda de água sob pressão e de estrados plásticos ou galvanizados, sendo que os equipamentos e utensílios higienizados não poderão ficar depositados nesta seção.

Art. 588°. A seção de expedição possuirá plataforma para o carregamento, devendo sua port acoplar às portas dos veículos.

Art. 589°. O pé-direito deverá ter no mínimo 2,60. m (dois metros e sessenta centímetros).

Art. 590°. As mesas de evisceração e inspeção poderão ser fixas ou móveis (mesa rolante) e quando móvel (rolante) a mesa poderá ser de esteira única ou esteira dupla.

Art. 591°. Preferencialmente, as mesas de evisceração deverão possuir sistema de condução de resíduos no sentido contrário ao fluxo de produção, isto é, os resíduos deverão ser conduzidos em direção à entrada do pescado na mesa, enquanto que o pescado já eviscerado se encaminhará às seções de resfriamento ou industrialização.

Art. 592°. As pessoas que exercem operações na área suja não poderão exercer operações na área limpa.

Art. 593°. O almoxarifado, quando necessário, será de alvenaria, ventilados e com acesso independente ao das diversas seções da indústria, podendo ter comunicação com estas através de óculo para passagem de material

Art. 594°. A existência de varejo na mesma área da indústria implicará no seu registro no órgão competente, independente do registro da indústria e as atividades e os acessos serão totalmente independentes tolerando-se a comunicação interna do varejo com a indústria por óculo.

Art. 595°. A seção de preparação de condimentos, quando necessária, localizar-se-á contígua à sala de processamento (manipulação) de produtos, comunicando-se diretamente com esta através de porta, sendo que quando possuir área suficiente servirá também como depósito de condimentos e ingredientes, e neste caso deverá possuir acesso externo para este.

Parágrafo único. Esta seção poderá ser substituída por espaço específico dentro da sala de processamento.

Art. 596°. Os condimentos e ingredientes estarão adequadamente protegidos de poeira, umidade e ataque de insetos e roedores, devendo ficar sempre afastados do piso e paredes para facilitar a higienização da seção.

Art. 597°. Cuidados especiais deverão ser dispensados aos nitratos e nitritos pelo perigo à saúde que os mesmos representam.

Art. 598°. A seção de cozimento deverá ser independente da seção de processamento e das demais seções e terá portas com fechamento automático, possuirá como equipamentos tanques de aço inoxidável com circulação de vapor para aquecimento de água, podendo ter mesas inox, exaustores etc.

Art. 599°. Os fumeiros serão construídos inteiramente de alvenaria, não se permitindo pisos e portas de madeira e as aberturas para acesso da lenha e para a limpeza deverão ser externas.

Art. 600°. A seção de despoldadeira deverá ser mantida a temperatura de 10°C durante as operações.

XV - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 601°. A Secretaria Municipal de Agricultura publicará normas

complementares sobre a elaboração e uso de selos e carimbos relativos ao Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 602°. Sempre que necessário, o SIM solicitará parecer do órgão competente da saúde para registro de produtos com alegações funcionais, indicação para alimentação de criança de primeira infância ou grupos populacionais que apresentem condições metabólicas e fisiológicas específicas ou outros que não estejam estabelecidas em normas específicas.

Art. 603°. A Secretaria Municipal de Agricultura editará normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, no prazo de 120 dias após a publicação deste Regulamento, de acordo com o Decreto Federal nº 7.541/2006 e alterações posteriores.

Art. 604°. O SIM e o setor competente pela sanidade animal, no âmbito de suas competências, atuarão conjuntamente no sentido de salvaguardar a saúde animal e a segurança alimentar.

§1º. O SIM poderá implementar procedimentos complementares de inspeção e fiscalização para subsidiar as ações do setor competente pela sanidade animal do Município no diagnóstico e controle de doenças não previstas neste Regulamento, exóticas ou não, que possam ocorrer no município.

§2º. Quando houver suspeita de doenças infectocontagiosas de notificação imediata, nas atividades de fiscalização e inspeção sanitária, a Inspeção deverá notificar ao setor competente responsável pela sanidade animal.

Art. 605°. Compete ao Conselho Municipal de Agricultura debater, aconselhar, sugerir e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

§1º. No Conselho Municipal de Agricultura deverão participar representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e da Saúde, dos agricultores e dos consumidores e outros de interesse público ligados ao tema.

§2º. A Secretaria Municipal de Agricultura deverá publicar as demais normas de instalação e de funcionamento do Conselho de Inspeção no prazo de 90 dias após a publicação deste Regulamento.

Art. 606°. A Secretaria Municipal de Agricultura terá prazo de 120 dias após a publicação deste Regulamento para constituir o sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo município.

Art. 607°. O SIM proporcionará aos seus servidores treinamento e capacitação em universidades, centros de pesquisa e demais instituições públicas e privadas, com a finalidade de aprimoramento técnico e profissional, inclusive por meio de acordos e convênios de intercâmbio técnico com órgãos congêneres.

Art. 608°. As penalidades aos infratores serão determinadas conforme o presente Decreto.

Art. 609°. As infrações a este Decreto serão punidas pelos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária e consistirão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos,

multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária Municipal e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Quando as infrações sanitárias forem mais graves além da imposição de penalidades o SIM informará oficialmente o Ministério Público.

Art. 610º. As infrações ao presente Decreto serão punidas administrativamente e, quando for o caso, mediante responsabilidade criminal.

Parágrafo único. Incluem-se entre as infrações previstas neste Decreto atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização; desacato, suborno ou simples tentativa; informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência dos produtos e, de modo geral qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse à inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 611º. As penas administrativas a serem aplicadas por servidores do SIM ou da Vigilância Sanitária constarão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 612º. Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Decreto consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal que:

I - se apresentem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, com caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;

II - forem adulterados, fraudados ou falsificados;

III - contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;

IV - forem prejudiciais ou impréstáveis à alimentação por qualquer motivo;

V - não estiverem de acordo com o previsto no presente Decreto.

Parágrafo único. Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem, tais como multas, suspensão da Inspeção Municipal ou cassação do registro ou relacionamento, será adotado o seguinte critério:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após rebeneficiamento determinado pelo SIM;

II - nos casos de condenação, permite-se sempre o aproveitamento das matérias-primas e produtos para fins não - comestíveis ou para alimentação de animais, ambos os casos, mediante assistência do SIM.

Art. 613º. Além dos casos específicos previstos neste Decreto são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações, como regra geral:

I - Adulterações:

a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;

b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;

c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, tipo e espécie diferentes das da composição normal do produto sem prévia autorização do SIM.

d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;

e) quando se verifique intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

II - Fraudes:

a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;

b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão dos produtos fabricados;

c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou valor nutritivo intrínseco;

d) conservação com substâncias proibidas;

e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - Falsificações:

a) quando os produtos forem elaborados e expostos ao consumo com forma, caracteres de rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;

b) quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 614º. Aos infratores de dispositivos do presente Decreto e de atos complementares e instruções que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de R\$40,00 (quarenta reais) a R\$180,00 (cento e oitenta reais);

a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento e a higiene do equipamento e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos, inclusive aos que fornecerem leite adulterado, fraudado ou falsificado;

b) aos responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de Saúde Pública;

c) aos que acondicionarem ou embalsamarem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;

d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo do SIM nas testas dos continentes nos rótulos ou nos produtos;

e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;

f) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.

g) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado nos casos previstos neste Decreto e os destinarem a fins comerciais;

h) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais do SIM para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados e relacionados no SIM;

i) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;

- j) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Decreto;
- k) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros municípios procedentes de estabelecimentos sem inspeção Estadual ou Federal;
- l) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel que, de acordo com o presente Decreto, devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;
- m) às pessoas físicas ou jurídicas que embarçarem ou burlarem a ação dos servidores do SIM no exercício de suas funções;
- n) aos responsáveis por estabelecimentos de leite e derivados que não realizarem a lavagem e higienização do vasilhame, de frascos, de carros-tanque e veículos em geral;
- o) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;
- p) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;
- q) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SIM;
- r) aos estabelecimentos que prepararem com finalidade comercial produtos de origem animal novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo SIM;
- s) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados pelo SIM;
- t) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo SIM;
- u) aos que expuserem à venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;
- v) aos que usarem indevidamente os carimbos da Inspeção Municipal;
- w) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção do SIM que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;
- x) aos responsáveis por estabelecimentos não registrados que enviarem para o comércio intramunicipal produtos não inspecionados pelo SIM;

II - Multa de R\$180,00 (cento e oitenta reais) a R\$400,00 (quatrocentos reais);

- a) aos responsáveis por quaisquer alterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;
- b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite vacas em estado de magreza extrema, atacadas de tuberculose, brucelose, afecções de úbere, diarreias e corrimentos vaginais, que tenham sido afastadas do rebanho pelo SIM ou outro órgão ligado à defesa sanitária animal;
- d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;
- e) aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores do SIM ou de órgãos oficiais, no exercício de suas atribuições;
- f) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;
- g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pelo SIM;

- h) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Decreto ou nas fórmulas aprovadas ou ainda sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
- i) aos responsáveis por estabelecimentos que fizerem comércio intramunicipal de produtos de origem animal, sem que tenham feito o respectivo registro ou relacionamento junto ao SIM;
- j) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal;
- l) aos responsáveis por estabelecimentos que abaterem animais em desacordo com a legislação em vigor principalmente vacas tendo-se em mira a defesa da produção animal do país;

III - Multa de R\$400,00 (quatrocentos reais) a R\$800,00 (oitocentos reais), fixada de acordo com a gravidade da falta a critério do SIM, aos que cometerem outras infrações ao presente Decreto.

Art. 615º. Quando as infrações forem constatadas nos mercados consumidores em produtos procedentes de estabelecimentos que devem estar sujeitos à Inspeção Municipal, nos termos do presente Decreto, as multas a que se refere o artigo anterior poderão ser aplicadas por servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária aos proprietários e responsáveis por casas atacadistas ou comerciais que os tiverem adquirido, armazenado ou exposto à venda, tanto no atacado como no varejo.

Parágrafo único. Serão aplicadas ainda, a quaisquer firmas proprietárias ou responsáveis por casas comerciais que receberem, armazenarem ou expuserem à venda produtos que não procedam de estabelecimentos sujeitos à Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, cabendo aos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária que constatarem as infrações lavrar os competentes autos.

Art. 616º. Todo produto de origem animal exposto à venda no município, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e firma responsável, será sujeito às penalidades previstas neste Decreto.

Art. 617º. As penalidades a que se refere o presente Decreto serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública, de modo especial pelo Departamento de Vigilância Sanitária ou autoridades policiais.

Art. 618º. As multas a que se refere o presente Decreto serão dobradas na hipótese de reincidência, e em nenhum caso isentam o infrator da inutilização do produto, nem tão pouco da ação criminal.

§ 1º. A ação criminal cabe não só pela natureza da infração mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.

§ 2º. A ação criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM, que poderá determinar a suspensão da Inspeção Municipal, cassação do registro ou do relacionamento, ficando o estabelecimento impedido de realizar comércio intramunicipal.

§ 3º. A suspensão da Inspeção Municipal e a cassação do registro e do relacionamento são de alçada do SIM.

Art. 619º. Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a infração cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma ou pessoa física responsável.

Art. 620º. O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar, pelo proprietário do estabelecimento ou representante e por duas testemunhas.

Parágrafo único. Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto de infração, será certificado a respeito no próprio auto remetendo-se ao proprietário uma das vias registrada ou mediante recibo.

Art. 621º. A autoridade que lavrar o auto de infração deve extrair-lo em quatro vias: a primeira será entregue ao infrator, a segunda remetida ao SIM, a terceira à Vigilância Sanitária Municipal e a quarta constituirá o próprio talão de infrações.

Art. 622º. O auto de multa será lavrado, assinado pelo atuante e conterá os elementos que deram lugar à infração.

Art. 623º. Nos casos em que fique evidenciado não haver dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração, a fiscalização deixará de aplicar multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto, advertir o infrator e orientá-lo convenientemente.

Art. 624º. O infrator, uma vez multado, terá 30 (trinta) dias para efetivar o pagamento da multa e exibir ao SIM o competente comprovante de recolhimento.

Parágrafo único. As multas por atos que infringem o presente Decreto e/ou a Legislação Sanitária Municipal, serão recolhidas a conta do Fundo Municipal de Saúde, devendo esta instrução constar nos formulários impressos de imposição de multas.

Art. 625º. O não recolhimento da multa no prazo legal implica, além da execução, na suspensão da Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 626º. Aplicada, a multa somente poderá ser relevada mediante pedido fundamentado da firma responsável e que justifique tal medida.

Art. 627º. São responsáveis pela infração às disposições do presente Decreto, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:

I - produtoras de matérias-primas de qualquer natureza, aplicável à indústria animal desde a fonte de origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM;

II - proprietários ou arrendatários de estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados, acondicionados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

III - proprietários, arrendatários ou responsáveis por casas comerciais atacadistas ou varejistas que receberem, armazenarem, venderem ou despacharem produtos de origem animal;

IV - que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

V - que despacharem ou transportarem produtos de origem animal.

Art. 628º. A aplicação de multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências a que tenha dado motivo, marcando-se lhe novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e a juízo da fiscalização, ser novamente multado no dobro da multa anterior, suspensa a Inspeção Municipal, cassado o registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 629º. Os servidores do SIM, CIDEMA ou de outros órgãos com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou de inspeção industrial e sanitária, têm livre entrada em qualquer dia e hora, em estabelecimentos que manipulem, armazenem ou transacionem com produtos de origem animal.

Art. 630º. Os recursos financeiros necessários à implementação do presente Regulamento e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município e será objeto de regulamentação específica.

Art. 631º. Para efeito deste DECRETO, os alimentos e água de abastecimento devem atender os parâmetros de qualidade exigido pela RDC nº 12 de janeiro de 2001 - ANVISA e PORTARIA 2.914 de dezembro de 2011 - MS respectivamente, ou outro regulamento vigente.

Art. 632º. As normas não previstas neste regulamento, que estabelecem Padrões de Identidade e Qualidade para as matérias primas, ingredientes, aditivos e coadjuvantes tecnológicos de carnes e produtos cárneos, de pescados e derivados, de leite e derivados de ovos e ovoprodutos, de produtos das abelhas e derivados, assim como sobre o Registro de Produtos, do Trânsito e Certificação de Produtos de Origem Animal, das Infrações e Sanções Administrativas, aplica-se o que determinam as normas complementares e demais legislações vigentes.

Art. 633º. Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução do presente Regulamento, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Secretaria Municipal de Agricultura, após debatido e ouvido o Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 634º. O Serviço Municipal de Inspeção Sanitária atuará, no âmbito de sua competência, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 7.889 de 23 de novembro de 1989, Lei Estadual nº 8.534, de 19 de janeiro de 1992, o Decreto Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, a legislação sanitária municipal e as normas oriundas deste Decreto.

Art. 635º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário em especial os Decreto nº 054/2013 de 19 de abril de 2013 e 034/2014 de 28 de março de 2014.

Caxambu do Sul/SC, 24 de Março de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

DECRETO 29/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

DECRETO Nº 000029/15 de 24 de Março de 2015
Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº 001341/15 de 23 de Março de 2015.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FIN. E PLANEJAMENTO
03.01 - Departamento de Administração

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 60.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Março de 2015
VILMAR FOPPA
PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR 001/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2014

“CRIA CARGOS E VAGAS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criados e acrescentados ao Grupo IV - TÉCNICO PROFISSIONAL e ao Grupo V - Técnico Científico do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes de Servidores do Município de Caxambu do Sul - SC, instituído pela Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de dezembro de 2001, os cargos abaixo especificados:

I - CARGOS, CARGA HORÁRIA, NÍVEL E NÚMERO DE VAGAS:

CARGO	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	Nº DE VAGAS
Nutricionista	40 horas semanais	51	1
Médico Ginecologista e Obstetra	20 horas semanais	55	1

II - HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EXIGIDA:

a) Nutricionista: Curso Superior na área de atuação e Registro do Diploma no órgão fiscalizador da profissão;

b) Médico Ginecologista e Obstetra: Curso Superior de Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia, com Registro de Qualificação de Especialidade - RQE, no Conselho Regional de Medicina.

III - REGIME JURÍDICO: Estatutário.

IV - CONDIÇÕES PARA INGRESSO: Concurso Público de Provas e Títulos.

V - ATRIBUIÇÕES:

a) NUTRICIONISTA: Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando o disposto nos incisos I a VIII, do artigo 3º da Resolução nº 358/2005, do Conselho Federal de Nutricionistas, mais as atividades complementares e demais atribuições de que tratam os artigos 4º e 5º, da mesma Resolução.

b) MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA: ao médico ginecologista compete: Realizar atendimentos na área de ginecologia e obstetrícia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutica e acompanhamentos dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área.

Art. 2º. A Administração Municipal poderá abrir vagas para os cargos ora criados, com carga horária inferior à fixada na presente Lei Complementar e redução proporcional do vencimento.

Art. 3º. (...) Vetado.

Art. 4º. Os anexos I, III e IX, da Lei Complementar nº 002/2001, de 06 de dezembro de 2001, serão complementados com os novos cargos e elevação do número de vagas de que trata a presente Lei.

Art. 5º. O vencimento do cargo de Engenheiro Agrônomo com carga horária de 40 horas semanais será igual ao salário mínimo profissional estabelecido pela Lei Federal nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, e de 50% do salário mínimo profissional da categoria para carga horária de 20 horas semanais.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 25 de Novembro de 2014.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

PROCESSO 09/2015 E 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 9/2015

PROCESSO: 9/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CELSO RAMOS/SC, tornam público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 9/2015, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E TABLETES - PARA ATENDER O PROGRAMA E-SUS/(SISAB) - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - GOVERNO FEDERAL - CONFORME AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 08/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 26 de março de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS - PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 24/2015

PROCESSO: 38/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 2/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL E DE DIAGNOSTICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO AO EDITAL.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 16h 30 min do dia 08/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 26 de março de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO 67/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
192	67/2015	25/03/2015	31/12/2015	34/2015	Não	134.900,00		AQUISIÇÃO DE VAN ESCOLAR DE MARCO LTDA	
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO: VAN/MINIBUS, ESPÉCIE: PASSAGEIROS, PARA USO EM TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.									

Total: 1

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

176.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 176/2015

- CONSIDERANDO que o servidor ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, aprovado no Concurso Público nº. 02/2014 está lotado na Administração Central;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, Inciso VII e pelo art. 70, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Servidor Público, JAIR CORREIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, nomeado pela Portaria nº. 175/2015, de 24 março de 2015, para exercer suas funções junto a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N.º01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 -
PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 09 de abril de 2015, às 14h:00min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa à realização de serviço de divulgação por emissora de radiodifusão que tenha comprovada audiência entre a população do território de Chapadão do Lageado, destinado à publicação de boletim Informativo da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado - para divulgação dos trabalhos Legislativos, durante o período Legislativo de 2015, que consistirá na transmissão de 04 (quatro) programas mensais com duração de 06 (seis) minutos cada, a ser vinculado às quartas-feiras, no horário compreendido entre 12h15min e 12h35min. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 13h00min às 18h00min pelo telefone: (47) 3537 0003 ou pelo e-mail: camarachapadao@ibest.com.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, ou ainda pessoalmente, no departamento de Compras e Licitações, Rua Geremias Pedro de Medeiros nº135, Chapadão do Lageado- SC, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 26 de março de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2015 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços de Material para Manutenção de Bens Imóveis (material de construção, material elétrico e afins), para uso no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 27/04/2015.

Abertura: Dia 27/04/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 25 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

RELATÓRIOS 1º BIMESTRE 2015

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	53.818.500,00	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	100,00	9,77
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	1.002.764,43	1.002.764,43	155.686,99	155.686,99	2,59	10,38
Administração	3.754.000,00	3.754.000,00	1.102.224,72	1.102.224,72	528.054,82	528.054,82	8,79	14,07
Administração Geral	3.694.000,00	3.694.000,00	1.102.224,72	1.102.224,72	528.054,82	528.054,82	8,79	14,29
Defesa Civil	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	347.500,00	347.500,00	24.902,38	24.902,38	19.371,73	19.371,73	0,32	5,57
Policimento	227.500,00	227.500,00	19.842,40	19.842,40	15.953,06	15.953,06	0,27	7,01
Defesa Civil	120.000,00	120.000,00	5.059,98	5.059,98	3.418,67	3.418,67	0,06	2,85
Assistência Social	2.603.500,00	2.880.600,00	705.056,38	705.056,38	218.305,89	218.305,89	3,63	7,58
Assistência ao Portador de Deficiência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	435.500,00	451.500,00	33.437,48	33.437,48	26.591,14	26.591,14	0,44	5,89
Assistência Comunitária	1.942.000,00	2.203.100,00	671.618,90	671.618,90	191.714,75	191.714,75	3,19	8,70
Habitação Urbana	216.000,00	216.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	12.497.000,00	12.929.251,95	2.586.783,33	2.586.783,33	1.595.596,48	1.595.596,48	26,55	12,34
Atenção Básica	9.818.000,00	10.115.251,95	2.040.222,65	2.040.222,65	1.286.984,95	1.286.984,95	21,42	12,72
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.405.000,00	2.480.000,00	471.675,74	471.675,74	269.332,57	269.332,57	4,48	10,86
Vigilância Sanitária	164.000,00	184.000,00	55.359,19	55.359,19	29.395,86	29.395,86	0,49	15,98
Vigilância Epidemiológica	110.000,00	150.000,00	19.525,75	19.525,75	9.883,10	9.883,10	0,16	6,59
Trabalho	250.000,00	250.000,00	11.000,00	11.000,00	583,07	583,07	0,01	0,23
Fomento ao Trabalho	250.000,00	250.000,00	11.000,00	11.000,00	583,07	583,07	0,01	0,23
Educação	14.422.000,00	15.600.730,00	3.653.296,12	3.653.296,12	1.856.113,68	1.856.113,68	30,89	11,90
Alimentação e Nutrição	1.122.500,00	1.122.500,00	200.566,12	200.566,12	168.348,79	168.348,79	2,80	15,00
Ensino Fundamental	9.328.500,00	9.803.230,00	2.087.841,64	2.087.841,64	1.230.041,23	1.230.041,23	20,47	12,55
Ensino Médio	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	130.000,00	130.000,00	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	3.690.000,00	4.394.000,00	1.344.888,36	1.344.888,36	457.723,66	457.723,66	7,62	10,42
Cultura	575.000,00	575.000,00	38.569,93	38.569,93	16.359,27	16.359,27	0,27	2,85
Difusão Cultural	420.000,00	420.000,00	6.221,94	6.221,94	928,84	928,84	0,02	0,22
Turismo	155.000,00	155.000,00	32.347,99	32.347,99	15.430,43	15.430,43	0,26	9,96

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	53.818.500,00	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	100,00	9,77
Infra-Estrutura Urbana	7.386.500,00	7.414.500,00	1.305.976,74	1.305.976,74	651.729,98	651.729,98	10,85	8,79
Saneamento	7.386.500,00	7.414.500,00	1.305.976,74	1.305.976,74	651.729,98	651.729,98	10,85	8,79
Saneamento Básico Urbano	5.315.000,00	11.069.623,27	1.267.046,77	1.267.046,77	494.669,24	494.669,24	8,23	4,47
Gestão Ambiental	5.315.000,00	11.069.623,27	1.267.046,77	1.267.046,77	494.669,24	494.669,24	8,23	4,47
Preservação e Conservação Ambiental	448.000,00	448.000,00	60.017,11	60.017,11	38.881,33	38.881,33	0,65	8,68
Agricultura	448.000,00	448.000,00	60.017,11	60.017,11	38.881,33	38.881,33	0,65	8,68
Abastecimento	1.120.000,00	1.120.000,00	121.393,01	121.393,01	86.538,09	86.538,09	1,44	7,73
Comércio e Serviços	1.120.000,00	1.120.000,00	121.393,01	121.393,01	86.538,09	86.538,09	1,44	7,73
Turismo	570.000,00	570.000,00	4.820,60	4.820,60	1.698,60	1.698,60	0,03	0,30
Desporto e Lazer	570.000,00	570.000,00	4.820,60	4.820,60	1.698,60	1.698,60	0,03	0,30
Desporto Comunitário	850.000,00	850.000,00	76.402,21	76.402,21	44.997,69	44.997,69	0,75	5,29
Encargos Especiais	850.000,00	850.000,00	76.402,21	76.402,21	44.997,69	44.997,69	0,75	5,29
Outros Encargos Especiais	2.115.000,00	2.115.000,00	540.386,40	540.386,40	300.454,25	300.454,25	5,00	14,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.115.000,00	2.115.000,00	540.386,40	540.386,40	300.454,25	300.454,25	5,00	14,21
	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	53.818.500,00	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	100,00	9,77

FONTE:

COCAL DO SUL , 25/03/2015

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito

LAERCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.680.000,00	4.680.000,00	445.598,07	445.598,07	9,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.290.000,00	1.290.000,00	26.481,03	26.481,03	2,05
1.1.1- IPTU	880.000,00	880.000,00	686,92	686,92	0,08
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	169,25	169,25	1,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	14.498,13	14.498,13	4,83
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	11.174,49	11.174,49	11,17
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(47,76)	(47,76)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	400.000,00	400.000,00	53.330,90	53.330,90	13,33
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	53.330,90	53.330,90	13,33
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.340.000,00	2.340.000,00	287.579,00	287.579,00	12,29
1.3.1- ISS	2.200.000,00	2.200.000,00	272.549,16	272.549,16	12,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	20.000,00	20.000,00	4.632,14	4.632,14	23,16
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	70.000,00	70.000,00	8.172,38	8.172,38	11,67
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	3.804,09	3.804,09	7,61
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	(1.578,77)	(1.578,77)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	650.000,00	650.000,00	78.207,14	78.207,14	12,03
1.4.1- IRRF	650.000,00	650.000,00	78.207,14	78.207,14	12,03
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.175.000,00	29.175.000,00	4.409.469,50	4.409.469,50	15,11
2.1- Cota-Parte FPM	11.900.000,00	11.900.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	16,96
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.900.000,00	11.900.000,00	2.018.568,77	2.018.568,77	16,96
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.000.000,00	15.000.000,00	2.176.263,32	2.176.263,32	14,51
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	350.000,00	350.000,00	37.563,69	37.563,69	10,73
2.5- Cota-Parte ITR	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	177.073,72	177.073,72	9,84
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.855.000,00	33.855.000,00	4.855.067,57	4.855.067,57	14,34
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.181.000,00	1.181.000,00	174.903,57	174.903,57	14,81
5.1- Transferências do Salário-Educação	700.000,00	700.000,00	151.974,99	151.974,99	21,71
5.2- Transferências Diretas - PDDE	15.000,00	15.000,00	620,00	620,00	4,13
5.3- Transferências Diretas - FNAE	300.000,00	300.000,00	15.826,00	15.826,00	5,28
5.4- Transferências Diretas - FNATE	140.000,00	140.000,00	4.630,57	4.630,57	3,31
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	26.000,00	26.000,00	1.852,01	1.852,01	7,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	450.000,00	450.000,00	122.470,66	122.470,66	27,22
6.1- Transferências de Convênios	450.000,00	450.000,00	122.470,66	122.470,66	27,22
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	646.000,00	646.000,00	17.524,84	17.524,84	2,71
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.527.000,00	2.527.000,00	314.899,07	314.899,07	12,46
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.555.000,00	5.555.000,00	881.893,47	881.893,47	15,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.300.000,00	2.300.000,00	403.713,69	403.713,69	17,55
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	435.252,46	435.252,46	15,54
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	70.000,00	70.000,00	7.512,74	7.512,74	10,73
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	360.000,00	360.000,00	35.414,58	35.414,58	9,84
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	1.086.002,55	1.086.002,55	15,51
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	1.086.002,55	1.086.002,55	15,51
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.445.000,00	1.445.000,00	204.109,08	204.109,08	14,13
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.100.000,00	6.100.000,00	880.194,09	880.194,09	14,43
13.1- Com Educação Infantil	3.100.000,00	3.100.000,00	436.032,97	436.032,97	14,07
13.2- Com Ensino Fundamental	3.000.000,00	3.000.000,00	444.161,12	444.161,12	14,81
14- OUTRAS DESPESAS	925.000,00	925.000,00	88.246,23	88.246,23	9,54
14.1- Com Educação Infantil	200.000,00	200.000,00	19.834,86	19.834,86	9,92
14.2- Com Ensino Fundamental	725.000,00	725.000,00	68.411,37	68.411,37	9,44
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.025.000,00	7.025.000,00	968.440,32	968.440,32	13,79
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					968.440,32
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					81,05
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					8,13
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					10,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	8.463.750,00	8.463.750,00	1.213.766,89	1.213.766,89	14,34
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.330.000,00	3.330.000,00	457.723,66	457.723,66	13,75
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.940.000,00	7.940.000,00	991.373,92	991.373,92	12,49
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.725.000,00	3.725.000,00	512.572,49	512.572,49	13,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.215.000,00	4.215.000,00	478.801,43	478.801,43	11,36
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.270.000,00	11.270.000,00	1.449.097,58	1.449.097,58	12,86
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					204.109,08
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					204.109,08
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.244.988,50
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,64
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	720.000,00	844.000,00	120.401,33	120.401,33	14,27
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.072.000,00	3.126.730,00	286.614,77	286.614,77	9,17
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.042.000,00	4.220.730,00	407.016,10	407.016,10	9,64
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	14.312.000,00	15.490.730,00	1.856.113,68	1.856.113,68	11,98

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
		FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		18.151,34
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.086.002,55
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		508.091,40
49.1 Orçamento do Exercício		489.940,06
49.2 Restos a Pagar		18.151,34
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		586.062,49

COCAL DO SUL, 25/03/2015

ADEMIR MAGAGNIN
PrefeitoLAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	53.818.500,00	53.818.500,00	6.802.796,10	12,64	6.802.796,10	12,64	47.015.703,90
RECEITAS CORRENTES	50.921.500,00	50.921.500,00	6.656.531,87	13,07	6.656.531,87	13,07	44.264.968,13
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.067.000,00	6.067.000,00	576.581,04	9,50	576.581,04	9,50	5.490.418,96
IMPOSTOS	4.130.000,00	4.130.000,00	400.841,67	9,71	400.841,67	9,71	3.729.158,33
TAXAS	1.537.000,00	1.537.000,00	169.635,41	11,04	169.635,41	11,04	1.367.364,59
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	6.103,96	1,53	6.103,96	1,53	393.896,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	51.068,89	8,51	51.068,89	8,51	548.931,11
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	600.000,00	600.000,00	51.068,89	8,51	51.068,89	8,51	548.931,11
RECEITA PATRIMONIAL	321.500,00	321.500,00	35.643,09	11,09	35.643,09	11,09	285.856,91
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	321.500,00	321.500,00	35.643,09	11,09	35.643,09	11,09	285.856,91
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.927.500,00	3.927.500,00	459.541,69	11,70	459.541,69	11,70	3.467.958,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.718.000,00	38.718.000,00	5.382.592,40	13,90	5.382.592,40	13,90	33.335.407,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	37.783.000,00	37.783.000,00	5.369.408,40	14,21	5.369.408,40	14,21	32.413.591,60
Transferências de Instituições Privadas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	880.000,00	880.000,00	13.154,00	1,49	13.154,00	1,49	866.846,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.237.500,00	1.237.500,00	151.134,76	12,21	151.134,76	12,21	1.086.365,24
Multas e Juros de Mora	296.500,00	296.500,00	29.647,05	10,00	29.647,05	10,00	266.852,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	140.000,00	140.000,00	12.600,75	9,00	12.600,75	9,00	127.399,25
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	671.000,00	671.000,00	105.401,21	15,71	105.401,21	15,71	565.598,79
RECEITAS DIVERSAS	130.000,00	130.000,00	3.485,75	2,68	3.485,75	2,68	126.514,25
RECEITAS DE CAPITAL	2.897.000,00	2.897.000,00	146.264,23	5,05	146.264,23	5,05	2.750.735,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	23.793,57	2,97	23.793,57	2,97	776.206,43
Operações de Crédito Internas	800.000,00	800.000,00	23.793,57	2,97	23.793,57	2,97	776.206,43
ALIENAÇÃO DE BENS	242.000,00	242.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242.000,00
Alienação de Bens Móveis	192.000,00	192.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	192.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.855.000,00	1.855.000,00	122.470,66	6,60	122.470,66	6,60	1.732.529,34
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.855.000,00	1.855.000,00	122.470,66	6,60	122.470,66	6,60	1.732.529,34
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	53.818.500,00	53.818.500,00	6.802.796,10	12,64	6.802.796,10	12,64	47.015.703,90

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00		0,00		0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00		0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00		0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	53.818.500,00	53.818.500,00	6.802.796,10	12,64	6.802.796,10	12,64
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	53.818.500,00	53.818.500,00	6.802.796,10	12,64	6.802.796,10	12,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.156.081,95	—	—	139.789,28	—
Superávit Financeiro	—	1.156.081,95	—	—	139.789,28	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	53.818.500,00	7.670.705,22	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	9,77
DESPESAS CORRENTES	43.828.000,00	294.777,95	44.122.777,95	10.048.329,87	10.048.329,87	5.561.531,29	5.561.531,29	12,60
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.506.000,00	0,00	25.506.000,00	4.539.379,57	4.539.379,57	3.678.909,88	3.678.909,88	14,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	220.000,00	0,00	220.000,00	12.924,96	12.924,96	12.924,96	12.924,96	5,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.102.000,00	294.777,95	18.396.777,95	5.496.025,34	5.496.025,34	1.869.696,45	1.869.696,45	10,16
DESPESAS DE CAPITAL	9.925.500,00	7.375.927,27	17.301.427,27	2.452.310,26	2.452.310,26	447.509,82	447.509,82	2,59
INVESTIMENTOS	8.930.500,00	7.375.927,27	16.306.427,27	2.302.322,33	2.302.322,33	298.360,35	298.360,35	1,83
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	995.000,00	0,00	995.000,00	149.987,93	149.987,93	149.149,47	149.149,47	14,99
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.000,00	—	65.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	53.818.500,00	7.670.705,22	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	9,77

Continua 2/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	53.818.500,00	7.670.705,22	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.009.041,11	55.480.164,11
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	793.754,99	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	53.818.500,00	7.670.705,22	61.489.205,22	12.500.640,13	12.500.640,13	6.009.041,11	6.802.796,10	55.480.164,11

FONTE:

COCAL DO SUL , 25/03/2015

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 301/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 301/2015, de 25 de março de 2015.
APROVA TERMO DE CONVÊNIO Nº. 04/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE- AFASSIC E O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ROSENY CITTADIN BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO :

Art. 1º. Fica aprovado o Termo de Convenio nº. 04/2015, que entre si celebram a Associação de Famílias para Assistência ao Indivíduo Carente e o Município de Cocal do Sul que tem por objeto o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para pagamento de despesas na manutenção da entidade.

Art. 2º. Para que haja cumprimento das cláusulas previstas neste Convênio, este passa a ser parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 25 de março de 2015.
ROSENY CITTADIN BARBOSA JOÃO GERALDO ECHELI
Presidente 1º Secretário

Registrado e publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria e no mural da Prefeitura, aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015.

CONVÊNIO Nº. 04/2015, de 10 de março de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A "ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE-AFASSIC", COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE-AFASSIC, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Sete de Setembro, n. 260, 2º andar, sala 203, na cidade de Içara/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.729.206/0001-08, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor AGENOR DOS SANTOS, portador do CPF nº. 417.126.509-63, RG nº. 1.028.652 SSP SC, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para pagamento de despesas na manutenção da entidade.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente para despesas de custeio, para garantir o atendimento aos indivíduos portadores de dependências químicas;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos - A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente - valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), pagos em 12 (doze) parcelas, a partir de 01 de janeiro de 2015, totalizando o valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 02 - Gabinete do Prefeito - 3.3.50.00.00.00.00.0110 - Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a cargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30 (trinta) dias de antecedência.

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste

convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE - AFASSIC

AGENOR DOS SANTOS

Presidente

Testemunhas:

1. _____;

2. _____.

CONVÊNIO Nº. 04/2015, de 10 de março de 2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL E A "ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE-AFASSIC", COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº. 519, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo Senhor ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE-AFASSIC, associação privada sem fins lucrativos, com sede na Rua Sete de Setembro, n. 260, 2º andar, sala 203, na cidade de Içara/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.729.206/0001-08, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor AGENOR DOS SANTOS, portador do CPF nº. 417.126.509-63, RG nº. 1.028.652 SSP SC, doravante denominado simplesmente ENTIDADE, têm entre si, como justo e acertado, o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

Cláusula Primeira. O termo de repasse do recurso financeiro, aqui formalizado é autorizado pela Lei Municipal nº. 1.171, de 02 de outubro de 2013.

Cláusula Segunda. Este convênio tem por objeto proporcionar a ENTIDADE, o repasse de valores financeiros por parte do MUNICÍPIO, para pagamento de despesas na manutenção da entidade.

Cláusula Terceira. São obrigações do MUNICÍPIO:

I - transferir o recurso financeiro consignado na cláusula quinta à ENTIDADE;

II - examinar e aprovar se regulares, as prestações de contas do recurso financeiro repassado à ENTIDADE;

III - fixar prazo para que a ENTIDADE adote providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste termo de repasse, sempre que verificada alguma irregularidade.

Cláusula Quarta. São obrigações da ENTIDADE:

I - empregar os valores financeiros recebidos, exclusivamente para despesas de custeio, para garantir o atendimento aos indivíduos portadores de dependências químicas;

II - prestar contas dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da data da assinatura deste convênio, mediante a apresentação de balancete de prestação de contas devidamente assinado pelo contador e/ou pelo representante legal da entidade composta de:

- Originais as Notas Fiscais de compras e serviços que comprovem as despesas realizadas. (Para compras e serviços não serão aceitos recibos - A Prefeitura dispõe de setor para emissão de Nota Fiscal Avulsa de Serviço e a Superintendência da Fazenda Estadual

fornece Nota Fiscal Avulsa para compras de produtos; Também não serão aceitas quaisquer cópias em papel fax.)

- Nas prestações de contas não serão aceitas notas fiscais de compras ou serviços ou qualquer outro documento de comprovação de despesa com data de emissão anterior à data de publicação da Lei que autorizou o repasse da verba. Para despesas com compras ou serviços com valor superior à três salários mínimos, será exigida a apresentação de, pelo menos, três orçamentos prévios.

- Guias de recolhimento de impostos retidos na fonte relativos aos serviços contratados: ISSQN, IR, INSS (apresentar originais e cópias xerox para autenticação).

- Certidão de execução do objeto. (Os membros da Diretoria ou Conselho Fiscal atestarão em documento que a obra foi executada e a verba utilizada conforme previsto no projeto e no convênio).

- Comprovante bancário de devolução ao Município do saldo remanescente - valor do recurso não utilizado (As Prestações de Contas da Contribuição Financeira serão realizadas de acordo com o disposto na Lei específica que os conceder e/ou no convênio firmado).

III - manter a contabilidade, os procedimentos contábeis e os registros estatísticos atualizados e em boa ordem, colocando-os à disposição dos agentes públicos responsáveis pelo controle interno e externo, de forma a garantir o acesso às informações da correta aplicação e utilização do recurso financeiro recebido;

IV - assegurar ao MUNICÍPIO as condições necessárias ao acompanhamento, supervisão, fiscalização e avaliação do objeto deste termo de repasse.

Cláusula Quinta. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), pagos em 12 (doze) parcelas, a partir de 01 de janeiro de 2015, totalizando o valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. Este Convênio tem a vigência até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula Sexta. As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da dotação: 02 - Gabinete do Prefeito - 3.3.50.00.00.00.00.0110 - Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Cláusula Sétima. O controle e a fiscalização da execução do presente convênio ficarão a encargo do MUNICÍPIO.

Cláusula Oitava. Este instrumento pode ser rescindido a qualquer tempo, desde que tal vontade seja manifestada por uma das partes com 30 (trinta) dias de antecedência.

Cláusula Nona. As partes elegem o foro da Comarca de Urussanga como competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste convênio, não resolvidas amigavelmente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes justas e acertadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS PARA ASSISTÊNCIA AO INDIVÍDUO CARENTE - AFASSIC

AGENOR DOS SANTOS

Presidente

Testemunhas:

1. _____;

2. _____.

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015 - PMC

Objeto: aquisição de set de apresentação e estruturas para montagem de palco, projetor multimídia, caixa de som e tela de projeção, para entidades, conforme Termo de Referência apresentado pelo Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, por meio de recursos próprios do Fundo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 13/04/2015.
Abertura: dia 13/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164

Concórdia, SC, 25 de março de 2015.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 - PMC

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha e contratação de empresas especializadas para prestação dos serviços de limpeza e sonorização (com apresentação musical, em ritmos variados), visando à realização do Encontro Municipal de Mulheres, que ocorrerá no dia 06 de maio de 2015, no Centro de Eventos, com base na Lei 2.752 de 13 de dezembro de 1993.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/04/2015.
Abertura: dia 16/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 25 de março de 2015.
LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica para relógios ponto digital, durante o exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/04/2015.
Abertura: dia 16/04/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 26 de Março de 2015.
SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 248/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 248/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia ELCIO VITORIO LONGO no cargo de Motorista.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ELCIO VITORIO LONGO, no cargo de Motorista - Veículos Pesados, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VANEI LUIZ MELCHIOR
Secretário Municipal de Transportes, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 249/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 249/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora CARLA APARECIDA ANTUNES DE LIMA JUNG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CARLA APARECIDA ANTUNES DE LIMA JUNG, do cargo de provimento em Comissão de Controladora de Divisão de Benefícios Sociais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 250/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 250/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NILVA JUNG SCHELL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora NILVA JUNG SCHELL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 251/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 251/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora SANDRA ZANDAVALLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora SANDRA ZANDAVALLI, ocupante do cargo de Odontólogo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de julho de 2005 a 2 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 252/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 252/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JAIR WOMMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor JAIR WOMMER, ocupante do cargo de Servente Braçal, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de fevereiro de 2010 a 7 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 253/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 253/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLARI BOMBANA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora CLARI BOMBANA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2010 a 14 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 254/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 254/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor GILMAR ANTONIO TOLOTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor GILMAR ANTONIO TOLOTTI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 55310-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de dezembro de 2006 a 30 de novembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 255/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 255/2015, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROSANE FATIMA SEBEM; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora ROSANE FATIMA SEBEM, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 67091-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2010 a 14 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A ementa do Decreto nº 208/2015, de 24 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "Concede gozo de licença-prêmio à servidora Daiane Cristina Pagliari." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 256/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 256/2015, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor RODRIGO CARLOS VALCARENGHI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor RODRIGO CARLOS VALCARENGHI, do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 257/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 257/2015, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia RODRIGO CARLOS VALCARENGHI no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, RODRIGO CARLOS VALCARENGHI, no cargo de Operador de Equipamentos - Escavadeira Hidráulica, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VANEI LUIZ MELCHIOR

Secretário Municipal de Transportes, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 6 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 258/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 258/2015, DE 6 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, o servidor JONATHAN WILLIAM ZANELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor JONATHAN WILLIAM ZANELLA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Agregação de Valor e Agroecologia, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 259/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 259/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia JAQUELINE MENEGETTI, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 593, de 21 de setembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JAQUELINE MENEGETTI, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheira Efetiva, a partir de 16 de março de 2015, em substituição a senhora Fernanda Teles, nomeada pelo Decreto nº 917/2011, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 260/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 260/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EROTIDES BENELLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.861 dias, ou seja: 5 (cinco) anos, 1 (um) mês e 6 (seis) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora EROTIDES BENELLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 90409-00, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC, em 24 de julho de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 261/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 261/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora CLEONICE FERRONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.214 dias, ou seja: 8 (oito) anos, 9 (nove) meses e 24 (vinte e quatro) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora CLEONICE FERRONATTO,

ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 4 de julho de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 262/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 262/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora GISELA GOSENHEIMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora GISELA GOSENHEIMER, ocupante do cargo de Psicólogo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de março de 2010 a 2 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 263/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 263/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANIA POZZEBON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora VANIA POZZEBON, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 67423-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 264/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 264/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NORACI FAVRETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora NORACI FAVRETTO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de fevereiro de 2010 a 14 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 265/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 265/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CATIA REGINA KOWACIC.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora CATIA REGINA KOWACIC, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 95192-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 266/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 266/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor EMERSON BORTOLOTTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor EMERSON BORTOLOTTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49220-05, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de março de 2010 a 1º de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 267/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 267/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora INES
TECCHIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora
INES TECCHIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12,
matrícula 45110-04, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por
assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração
do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17
de fevereiro de 2010 a 16 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 268/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 268/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MA-
RIA DE LOURDES ZAPALAI KOPSEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora
MARIA DE LOURDES ZAPALAI KOPSEL, ocupante do cargo de
Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título
de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à
remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período
aquisitivo de 2 de março de 2010 a 1º de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 269/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 269/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora ANGELINA NUNES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei
Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ANGELINA NUNES,
do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a
partir de 5 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste
Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 270/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 270/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ROMARA RITA POZZA COLOMBO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora ROMARA RITA POZZA COLOMBO, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2010 a 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 271/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANI ADELIR TURATO TIRONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora ROSANI ADELIR TURATO TIRONI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 julho de 2005 a 10 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 272/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 272/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, ao servidor MARCOS ANTONIO MOREIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 outubro de 2009 a 12 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 273/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 273/2015, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia JATIR SILVESTRE MARTINI no cargo de Responsável do Setor de Agregação de Valor e Agroecologia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JATIR SILVESTRE MARTINI, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Agregação de Valor e Agroecologia - Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 9 de março de 2015.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerao do servidor JATIR SILVESTRE MARTINI, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Obras e Orçamento, a partir de 9 de março de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	RUIMAR SCORTEGAGNA Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 274/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 274/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Constitui e designa Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

DECRETA :

Art. 1º Fica constituída Comissão Gestora Integrada de Implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar a referida Comissão, as pessoas abaixo relacionadas:

I - representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação:

a) DARINE GRACIELE POTTRATZ;

b) FRANCIANNE DE OLIVEIRA ZUCCHI;

c) ANI CARINA DOSS GIRARDI;

II - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

b) MARTA CORRADI DE SOUZA;

III - MARGARETE MÜLLER, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - VIRGINIA PEREIRA AMADOR, representante da Fundação Municipal de Esportes;

V - TIAGO ROBERTO D'ÁVILA DOS SANTOS, representante da Fundação Municipal de Cultura;

VI - representantes do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

a) NEUSA PRESOTTO COLOMBO;

b) TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA;

VII - representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

a) DIOMAR JOSE PERIN;

b) ADRIANA CAMARA;

VIII - MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS, representante do Conselho Tutelar;

IX - SIDINEI MUSSELINI, representante do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório - CASEP;

X - DIANA MARIA BOVI, representante da Gerência de Educação;

XI - VANDERLEI RIBEIRO, representante da Polícia Militar;

XII - AMARILDO ANTONIO MORESCO JUNIOR, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;

XIII - JATIR SILVESTRE MARTINI, representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 275/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 275/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 1º de junho de 2015, à servidora MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104558-00, licença remunerada para cursar mestrado, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 276/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 276/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 216/2014, de 11 de março de 2014, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e alterações, e no Decreto nº 5.699, de 26 de abril de 2012.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso V do art. 1º do Decreto nº 216/2014, de 11 de março de 2014, que designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

a) titular: MARCOS ANTÔNIO MIOR;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 277/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 277/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, ao servidor JOAQUIM FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 15 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 278/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 278/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 3/2013.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 3/2013, de 14 de agosto de 2013;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "6" (seis) o número de vagas para o cargo de Motorista - Veículos Pesados, disponibilizadas no Edital nº 3/2013.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 279/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 279/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 2/2014.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 2/2014, de 25 de junho de 2014;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "2" (dois) o número de vagas para o cargo de Médico, disponibilizadas no Edital nº 2/2014.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 280/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 280/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora ELISETTE MARIA PEDOTT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELISETTE MARIA PEDOTT, do cargo de provimento em comissão de Diretora Pedagógica, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 281/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 281/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede Promoção Horizontal ao servidor JOÃO MARCIO HENGGEN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando a avaliação efetuada pela comissão especialmente designada.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor JOÃO MARCIO HENGGEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, do Quadro de Cargos do Poder Executivo, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 17 de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 282/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 282/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora BERENICE MARIA FLECK.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora BERENICE MARIA FLECK, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93629-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º fevereiro de 2009 a 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 283/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 283/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA BERNARDETE POLETTI LORENZETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2015, à servidora MARIA BERNARDETE POLETTI LORENZETTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93785-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 284/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 284/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora JULIANA DO NASCIMENTO PEREIRA DA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANA DO NASCIMENTO PEREIRA DA COSTA, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 2 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 285/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 285/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2015, à servidora MARITANIA FERRAZZO MINUSCOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104558-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 março de 2009 a 1º de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 286/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 286/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de abril e maio de 2015, ao servidor ROBERTO CARLOS DOS SANTOS, ocupante do cargo de Mecânico, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 fevereiro de 2009 a 15 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VANEI LUIZ MELCHIOR
Secretário Municipal de Transportes, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 287/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 287/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação, pelo exercício de função de direção, ao servidor EMERSON BORTOLOTTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 84 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 232/2005, de 15 de fevereiro de 2005, e considerando que, além das atribuições inerentes ao cargo de origem, o servidor abaixo integra o Grupo de Formadores, com a finalidade de capacitar os professores da Rede Pública Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 9 de março de 2015, ao servidor EMERSON BORTOLOTTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49220-05, do quadro de pessoal de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos no Grupo de Formadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 288/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 288/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação aos incisos III e IV do art. 2º do Decreto nº 966/2008, de 15 de maio de 2008 e alteração, que instituem Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família - PBF.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, no Decreto Federal nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, na Portaria Federal nº 555, de 11 de novembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Os incisos III e IV do art. 2º do Decreto nº 966/2008, de 15 de maio de 2008 e alteração, que instituem Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família - PBF, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

III - Operadora Municipal Master: JOSIANE ESPINOSA CABRAL;

IV - Operadora Municipal da Condicionalidade em Educação: MARTA CORRADI DE SOUZA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 289/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 289/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora VIVIANE EINSFELD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora VIVIANE EINSFELD, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 104280-00, a partir de 11 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 290/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 290/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora MICHELI FURMANN COMARELLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MICHELI FURMANN COMARELLA, do cargo de provimento efetivo de Professor, código 10.12, matrícula 80373-02, a partir de 12 de março de 2015.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 291/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 291/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VANILSE TERESINHA MASSOCO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 16 de março de 2015, à servidora VANILSE TERESINHA MASSOCO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 292/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 292/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia o senhor IVANDRO PISSOLO no cargo de Diretor Adjunto da Escola Básica Municipal Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e na Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor IVANDRO PISSOLO, para exercer o cargo de Diretor Adjunto da Escola Básica Municipal Concórdia, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos

Comissionados de Direção de Unidade Escolar, percebendo vencimentos próprios do cargo, a partir de 16 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 293/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 293/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 90/2015, de 29 de janeiro de 2015.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de fevereiro de 2015:
DANIELA STRINGHINI, ocupante do cargo de Arquiteto;

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2015:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO
1	Eliane Maria Pedott	Enfermeiro
2	Giane Martello	Pedagogo
3	Isabel Cristina Tagliari da Silva	Agente de Controle Interno
4	João Marcio Hengen	Operador de Equipamentos
5	Lizandra Slongo Canton	Odontólogo
6	Luana Lis Redecker Kunrath	Agente Administrativo

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 294/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 294/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e 5.354, de 12 de novembro de 2008.

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, com os respectivos órgãos e entidades que representam, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 18 de março de 2015:

I - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

a) efetivo: ROZANA ORSOLIN;

b) suplente: GIANE MARTELLO;

II - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) efetivo: SAIONARA JUDITH MARION RODRIGUES PINTO;

b) suplente: LOURDES SGARBOSSA;

III - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) efetivo: GENAIR LOURDES BOGONI;

b) suplente: CIMELIA MARIA HUBER ROESSEL;

IV - representantes da Assessoria de Comunicação Social do Município:

a) efetivo: SANDRA VENDRUSCOLO;

b) suplente: ADRIANA SALETE ONETTA;

V - representantes da Fundação Municipal de Cultura:

a) efetivo: SIRLEI ANGELINA POZZOBON;

b) suplente: ELIANE REGINA SUZIN;

VI - representantes de entidades não governamentais de defesa da mulher e entidades filantrópicas e assistenciais:

a) efetivos:

1. CLAIRE BACCIN PENSO - Fundação Universidade do Contestado - FUNC, Campus Concórdia;

2. CLENIR GRAFF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, em Cooperativas, Agroindústrias no Meio Rural de Concórdia e Região;

3. EDI MARIA PILONI - Sindicato Regional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai Catarinense - SINTRAF;

4. JURIDES ALLIEVI - Rede Feminina de Combate ao Câncer;

5. SHEILA CANAL - Fundação Adolpho Bósio de Educação no

Transporte - FABET.

b) suplentes:

1. ADRIANA INES MARIA ZUCCHI CORRADI - Pastoral Familiar;
2. INES CAVALLI - Grupos de Mulheres do Município de Concórdia;
3. IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO - Sindicato dos Servidores do Município de Concórdia e Região - SSMCR;
4. LUCIANE BASEGGIO VENDRUSCOLO - Associação Empresarial de Concórdia - ACIC;
5. SCHEILA UGOLINI - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Comissão da Mulher Advogada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretoria Administrativa

DECRETO Nº 295/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 295/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Altera dispositivos do art. 3º do Decreto nº 229/2015, de 4 de março de 2015, que constitui e designa membros para compor a Comissão Coordenadora e Técnica para desenvolver estudo e readequação do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 3º do Decreto nº 229/2015, de 4 de março de 2015, que constitui e designa membros para compor a Comissão Coordenadora e Técnica para desenvolver estudo e readequação do Plano Municipal de Educação, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I - o inciso VIII passa a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - representantes da Educação à Distância e Tecnologias Educacionais:

- a) LEONITA COUSSEAU;
- b) VIVIANE EINSFELD;" (NR)

II - ficam acrescidos incisos XI e XII, com a seguinte redação:

"XI - representantes da Educação Tecnológica e Educação Profissional:

- a) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;
- b) NADIA NARDI;

XII - representantes da Educação Integral:

- a) IVETE CECHIN;
- b) MARIANES SOLIGO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretoria Administrativa

DECRETO Nº 296/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 296/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I - o inciso II passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

1. efetivo: MARTA CORRADI DE SOUZA;
2. suplente: CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;" (NR)

II - a alínea "a" do inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) efetivo: ONEIDA LOURDES ZANELLA DE OLIVEIRA;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 297/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 297/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção à servidora ELISANGELA GABRIELA GERHARD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora ELISANGELA GABRIELA GERHARD, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Amigo da Criança, com dedicação exclusiva, no período de 16 a 30 de março de 2015, em face do afastamento do titular, em gozo de férias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 298/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 298/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Altera dispositivos do inciso I do art. 1º do Decreto nº 129/2014, de 6 de fevereiro de 2014, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 129/2014, de 6 de fevereiro de 2014, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 1 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação:

"1. CLELIO IVO DAL PIAZ, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - Presidente;" (NR)

II - o item 4 da alínea "b" passa a vigorar com a seguinte redação:

"4. KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, Fundação Municipal de Cultura;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 299/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 299/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 271/2014, de 31 de março de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002. DECRETA:

Art. 1º A alínea "b" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 271/2014, de 31 de março de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

b) suplente: LEDA MARIA TURCATEL;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 300/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 300/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora IRACI KOTTVITZ KUFNER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.773 dias, ou seja: 4 (quatro) anos, 10 (dez) meses e 13 (treze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora IRACI KOTTVITZ KUFNER, ocupante do cargo de Agente Operacional, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 10 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 301/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 301/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora TANIA HELENA DE MOURA HUNGARO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.974 dias, ou seja: 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 24 (vinte e quatro) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora TANIA HELENA DE MOURA HUNGARO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 9 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 16 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5959

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.959, DE 9 DE MARÇO DE 2015.

Estabelece Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 280 da Lei Complementar nº 188, de 11 de maio de 2001 e alterações e na Lei nº 3.629, de 15 de abril de 2005 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão das Farmácias do Município de Concórdia, para o período de 16 de março a 31 de dezembro de 2015, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado, a partir de 16 de março de 2015, o Decreto nº 5.951, de 11 de dezembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA
ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

ESCALA DE PLANTÃO DAS FARMÁCIAS - Da 0h (zero hora) às 7h (sete horas)

Período: 16 de março a 31 de dezembro de 2015.

DIA	JAN/2015 Farmácia	FEV/2015 Farmácia	MAR/2015 Farmácia	ABR/2015 Farmácia	MAI/2015 Farmácia	JUN/2015 Farmácia	JUL/2015 Farmácia	AGO/2015 Farmácia	SET/ 2015Far- mácia	OUT/2015 Farmácia	NOV/2015 Farmácia	DEZ/2015 Farmácia
1º				Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
2				RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
3				Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
4				São João – Rua Marechal Deo- doro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comér- cio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Ger- main/ Brasil Po- pular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salette
5				Moderna – Rua Marechal Deo- doro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Ger- main/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salette	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
6				Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
7				Popular – Rua Marechal Deo- doro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769
8				Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comér- cio, 336	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Germain/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bair- ro Nossa Senhora da Salette	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357

DIA	JAN/2015 Farmácia	FEV/2015 Farmácia	MAR/2015 Farmácia	ABR/2015 Farmácia	MAI/2015 Farmácia	JUN/2015 Farmácia	JUL/2015 Farmácia	AGO/2015 Farmácia	SET/ 2015Far- mácia	OUT/2015 Farmácia	NOV/2015 Farmácia	DEZ/2015 Farmácia
9				Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Ger- main/ Brasil Po- pular – Rua 29 de Julho, 451	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826
10				Brasil – Rua Ma- rechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357
11				Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal De- odoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
12				SESI – Rua Ma- rechal Deodoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Ger- main/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000
13				SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357
14				Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969
15				São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Germain/ Brasil Popular – Rua 29 de Julho, 451	SESI – Rua do Comércio, 336
16			Concórdia – Rua do Comércio, 357	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Ger- main/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
17			São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16

DIA	JAN/2015 Farmácia	FEV/2015 Farmácia	MAR/2015 Farmácia	ABR/2015 Farmácia	MAI/2015 Farmácia	JUN/2015 Farmácia	JUL/2015 Farmácia	AGO/2015 Farmácia	SET/ 2015Far- mácia	OUT/2015 Farmácia	NOV/2015 Farmácia	DEZ/2015 Farmácia
18			Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3
19			Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal De- odoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Ger- main/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
20			Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1
21			Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2
22			Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	São João – Rua Marechal Deo- doro, 952	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451
23			Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Moderna – Rua Marechal Deo- doro, 769	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comér- cio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Ger- main/ Brasil Po- pular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete
24			Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Ger- main/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Popu- lar – Rua Marechal Deodoro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
25			SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	Popular – Rua Marechal Deo- doro, 826	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952
26			SESI – Rua do Comércio, 336	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Vittal Far- ma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder- na – Rua Marechal Deodoro, 769

DIA	JAN/2015 Farmácia	FEV/2015 Farmácia	MAR/2015 Farmácia	ABR/2015 Farmácia	MAI/2015 Farmácia	JUN/2015 Farmácia	JUL/2015 Farmácia	AGO/2015 Farmácia	SET/ 2015Far- mácia	OUT/2015 Farmácia	NOV/2015 Farmácia	DEZ/2015 Farmácia
27			Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Germain/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357
28			São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000	Saint Germain/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826
29			Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Concórdia – Rua do Comércio, 357	São João – Rua Anita Garibaldi, 16	Popular – Rua Marechal Deodoro, 826	Vittal Farma – Rua Marechal Deodoro, 799, Loja 2	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357
30			Concórdia – Rua do Comércio, 357	SESI – Rua Marechal Deodoro, 969	São João – Rua Marechal Deodoro, 952	Farmais – Rua 29 de Julho, 444, Sala 3	Concórdia – Rua do Comércio, 357	RAIA S.A. – Rua Dr. Maruri, 451	SESI – Rua do Comércio, 336	Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769	Concórdia – Rua do Comércio, 357	Santa Luzia – Rua do Comércio, 244
31			Oeste Farma – Rua 29 de Julho, 185, Sala 1		Moder-na – Rua Marechal Deodoro, 769		Santa Luzia – Rua do Comércio, 244	Saint Germain/ Brasil Popular – Rua João Suzin Marini, 895, Bairro Nossa Senhora da Salete		Concórdia – Rua do Comércio, 357		Brasil – Rua Marechal Deodoro, 1.000

DECRETO Nº 5960

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.960, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Permite uso de bens municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI e 91, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, à entidade Clube Concor diense de Xadrez, o uso das dos equipamentos abaixo descritos, objetivando o apoio institucional e logístico da Entidade:

I - 1 (uma) impressora jato de tinta modelo 5940, marca DJ PHO-TO, série BR6BB2R, código patrimonial 58.197;

II - 1 (um) notebook L550w7, Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, office 2007, Standart Full, série 100291, código patri- monial 58.226.

Parágrafo único. Para efetivar a permissão, será celebrado Termo de Permissão de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 5961

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.961, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a Primeira Alteração do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso V do art. 20 da Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Primeira Alteração do Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(Diretoria Administrativa), em 11 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

ANEXO ÚNICO

1ª ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GES- TOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Art. 1º Fica alterado o Regimento Interno do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, instituído pelo inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012, em face da vigência da Lei Complementar 649, de 25 de outubro de 2013, na forma abaixo:

Art. 2º O § 1º do art. 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º (...)

§ 1º As sessões plenárias instalar-se-ão com, no mínimo, 4 (qua- tro) de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes." (NR)

Art. 3º O art. 15 terá os seguintes dispositivos alterados e acres- cidos:

I - o parágrafo único fica transformado em § 1º, com a seguinte redação:

"§ 1º É vedada aos membros do Conselho a reconsideração de votos já expressos, salvo hipóteses de fato superveniente ou de reexame, pela deliberação da maioria dos Conselheiros." (NR)

II - fica acrescido § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º Caberá ao Presidente o voto de minerva, em caso de em- pate." (NR)

Art. 4º O art. 20 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. Os recursos de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº 621/2012, poderão ser aplicados:

I - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses e valores relacionados aos direi- tos difusos e coletivos;

II - no auxílio financeiro para a promoção de eventos educativos cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores relacionados ao direito do consumi- dor, cultura, artes, de proteção ao meio ambiente e na edição de material informativo especificamente relacionado com a natureza dos direitos difusos e coletivos ou com o dano causado, desde que a finalidade estatutária da entidade esteja alinhada com os objeti- vos do FMDD e do projeto apresentado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento inves- tigatório preliminar, instaurados para apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;

IV - na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização do PROCON e demais órgãos públicos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

V - aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício de

órgãos públicos de fiscalização, cuja finalidade social relacione-se às áreas citadas no inciso IV, deste artigo;

VI - para pagamento de cursos de capacitação técnica dos funcionários do PROCON, privilegiando-se os cursos voltados à prática de atendimento/encaminhamento das questões afetas ao funcionamento dos órgãos mencionados no inciso IV deste artigo;

VII - para equipar salas de educação ambiental.

§ 1º Na hipótese do inciso III deste artigo, deverá o COMDECON considerar a existência de fontes alternativas para custeio da perícia, sua relevância, urgência e evidências de sua necessidade.

§ 2º A destinação dos recursos será aplicada prioritariamente para projetos relacionados a ressarcir a coletividade por danos causados ao consumidor, ao meio ambiente, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

§ 3º Poderão pleitear recursos do FMDD, para fins de execução de projetos voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores relacionados aos direitos difusos e coletivos, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Estado e dos Municípios, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 2 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

§ 4º Os projetos poderão ser aprovados de maneira parcial, em qualquer percentual, a critério do julgamento promovido pelo Conselho Gestor do Fundo, desde que devidamente justificado, com distribuição a entidades, com vistas à manutenção e preservação do Fundo, para benefício da coletividade.

§ 5º O Conselho Gestor do FMDD poderá lançar Edital de Credenciamento para selecionar projetos cujos objetos estejam relacionados ao disposto nos incisos I a VII deste artigo, ficando limitado a aprovação de 1 (um) projeto por entidade, a cada edital, salvo aqueles relacionados a área do consumidor e meio ambiente.

§ 6º As despesas financeiras dos processos licitatórios, oriundos de projetos aprovados pelo Conselho Gestor do FMDD, serão ressarcidas, semestralmente, ao Município." (NR)

Art. 5º Esta alteração do Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 5968

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.958, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Permite uso de bens municipais, pela Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente - APACA - Concórdia Toni Gol.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 63, VI e 91, § 3º, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, à Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente - APACA - Concórdia Toni Gol, o uso de 1 (um) Notebook 1550w7, Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, office 2007, Standart Full, série 100474, código patrimonial 58.229, objetivando o apoio institucional e logístico da Entidade.

Parágrafo único. Para efetivar a permissão, será celebrado Termo de Permissão de Uso Gratuito, entre o Município e a Entidade interessada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 4/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE

USO GRATUITO Nº 4/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APACA - CONCÓRDIA TONI GOL, inscrita no CNPJ sob nº 11.599.392/0001-73, com sede em Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu presidente, senhor ITAMAR FORNARI.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, dos equipamentos abaixo relacionados, para serem utilizados pela PERMISSIONÁRIA, objetivando o apoio institucional e logístico de 1 (um) Notebook 1550w7, Intelbras, com pasta, mouse óptico, Windows 7, office 2007, Standart Full, série 100474, código patrimonial 58.229

PRAZO: Até 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 5 de março de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 5/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE

USO GRATUITO Nº 5/2015

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, e a entidade a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP QUEIMADOS VIVO, inscrita no CNPJ sob nº 09.180.350/0001-51, com sede em Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor FIORELO RUVIARO.

OBJETO: O objeto do presente Termo é a permissão de uso gratuito, a título precário, à PERMISSIONÁRIA, das instalações da sala 3 do quiosque situado no Largo Rio Branco, nesta cidade, com área de 25,00m2.

PRAZO: Até 31.12.2016.
DATA DA ASSINATURA: 16 de março de 2015.

PORTARIA Nº 52/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 52/2015, DE 11 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 17 de março de 2015:

I - ALCEMIR ANTONIO MACIEL, ocupante do cargo de Mecânico;

II - GRACIELE NOARA, ocupante do cargo de Supervisora de Relações Comunitárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 53/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 53/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI DRH 177/2015, de 10 de março de 2015, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à servidora PAULA REGINA GRAZZIOTIN REDIN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 54/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 54/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 25 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Ana Maria Fontana Mattia	Profesor/10.12	1136674-00	12% (pós-graduação)
2	Ariane Bonatto Munaretto	Profesor/10.12	950645-03	12% (pós-graduação)
3	Cintia Mara Burali	Profesor/10.12	84786-03	12% (pós-graduação)
4	Fabiana Paula Picinin	Profesor/10.12	100064-13	12% (pós-graduação)
5	Maristela Maciel	Profesor/10.12	1140353-00	12% (pós-graduação)
6	Micheli Furmann Comarella	Profesor/10.12	80373-02	12% (pós-graduação)
7	Patricia Luana Zaions	Profesor/10.12	104698-05	12% (pós-graduação)
8	Thaimara Tramonina	Profesor/10.12	1140310-01	12% (pós-graduação)
9	Vanderleia Gheno Bordignon	Profesor/10.12	40509-08	12% (pós-graduação)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 55/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 55/2015, DE 12 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 24358/2014, em 17 de dezembro de 2014, do qual se extrai que a servidora CLAUDIANE SUNTI DO PRADO teria, em tese, ofertado venda de certificado de cursos, conforme denúncia recebida pelo Departamento de Ouvidoria;
- o Parecer nº 155/2015 da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no inciso I do art. 123 da Lei

Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância, a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora CLAUDIANE SUNTI DO PRADO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97756-03.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: MARLEI SALETE RADIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 92622-00, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno;

III - vogais:

a) ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) ANGELA MARLOVA SPERANDIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 56/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 56/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Fundação Municipal de Esportes, na CI FMEC 58/2015, protocolizada em 13 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor ANTONIO DA CRUZ NETO, ocupante do cargo de Servente Braçal, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 17 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 57/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 57/2015, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Processo Seletivo Público nº 8/2014, de 24 de novembro de 2014;

- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar em "4" (quatro) o número de vagas disponibilizadas para o cargo de Auxiliar de Creche, para fins de aproveitamento dos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 8/2014.

Parágrafo único. O candidato aprovado será investido no cargo por ato próprio, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 58/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 58/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Transportes na CI SEMUT 26/2015, protocolizada em 16 de março de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o senhor ANTONIO COLUSSI, Secretário Municipal de Transportes, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 23 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 148/2015

DECRETO N. 148/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, II da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir de 25/03/2015 o Sr. IDINEI SALLES, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 149/2015

DECRETO N. 149/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015

"HOMOLOGA O RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA E TÍTULOS, RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015, DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015, e demais disposições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado de classificação final do Edital de Processo Seletivo Nº 002/2015, destinado à contratação por necessidade temporária, conforme consta no quadro a seguir:

I - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

Cargo: Professor de Música (Instrumento e Coral)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
003	SÉRGIO PAULO RIBEIRO	4,6	4,0	8,6

Cargo: Professor de Artes Visuais (Desenho e Pintura)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
006	ARYANA LUCIA RECH	3,6	4,3	7,9
007	FABIO DANIEL VIEIRA	3,4	4,3	7,7
002	LAIS MODENA RIBEIRO	3,4	3,75	7,15
011	ANDRÉIA RAQUEL VARGAS MARTINS	---	---	Eliminado (Item 4.3.21, "b" do Edital)

Cargo: Professor de Dança (Ballet Clássico)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
010	KASSIA CRISTINA BRIANCINI	4,6	2,46	7,06
009	PATRICIA BRIANCINI	---	---	Eliminado - (Item 4.3.21, "b" do Edital)

Cargo: Professor de Esporte (Futsal)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
008	ANA PAULA DAL SANTO	4,8	3,6	8,4
004	MÁRCIO FERNANDO VIECELLI DELLA BETTA	4,2	2,17	6,37
005	ANA FLÁVIA BIANCHESSI	3,4	1,74	5,14
001	CLAUCIANA LUCIA OBETZENE	0,6	0,73	1,33

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL PROCESSO SELETIVO 002/2015 - CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 002/2015

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO FINAL POR CARGO DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA E TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere art. 70 da Lei Orgânica do Município, CONSIDERANDO a não interposição de recurso, RESOLVE proceder a homologação do resultado de classificação final por cargo da prova escrita/objetiva e títulos, conforme segue:

I - RESULTADO CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Cargo: Professor de Música (Instrumento e Coral)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
003	SÉRGIO PAULO RIBEIRO	4,6	4,0	8,6

Cargo: Professor de Artes Visuais (Desenho e Pintura)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
006	ARYANA LUCIA RECH	3,6	4,3	7,9
007	FABIO DANIEL VIEIRA	3,4	4,3	7,7
002	LAIS MODENA RIBEIRO	3,4	3,75	7,15
011	ANDRÉIA RAQUEL VARGAS MARTINS	---	---	Eliminado (Item 4.3.21, "b" do Edital)

Cargo: Professor de Dança (Ballet Clássico)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
010	KASSIA CRISTINA BRIANCINI	4,6	2,46	7,06
009	PATRICIA BRIANCINI	---	---	Eliminado - (Item 4.3.21, "b" do Edital)

Cargo: Professor de Esporte (Futsal)

Insc.	Candidato	Prova Escrita	Prova de Títulos	Total
008	ANA PAULA DAL SANTO	4,8	3,6	8,4
004	MÁRCIO FERNANDO VIECELLI DELLA BETTA	4,2	2,17	6,37
005	ANA FLÁVIA BIANCHETTI	3,4	1,74	5,14
001	CLAUCIANA LUCIA OBETZENE	0,6	0,73	1,33

Cordilheira Alta, SC, 25 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Freitas**PREFEITURA****ADENDO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 17/2015

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL para a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E CONTÁBIL RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

1. DA INCLUSÃO DE NOVAS EXIGÊNCIAS NO TEXTO DO EDITAL Inclui-se no edital, no item 6.1, a letra "k", passa a vigorar com a seguinte redação:

K) - Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição da empresa proponente junto ao CRC (Conselho Regional de Contabilidade) do estado sede da proponente;

b) Comprovação de aptidão para desempenho da atividade, através de atestado de capacidade técnica de serviço prestado para administração pública, pelo período mínimo de (01) um ano.

3- DA NOVA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA

Em consequência das alterações efetuadas, fica alterada a data para o recebimento das credenciais, propostas e documentação. A nova data de recebimento e, abertura dar-se-á até as 08h30min do dia 09 de Abril de 2015, na SALA DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, sito à Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro - Coronel Freitas - SC

4 - DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO EDITAL

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas do Edital de Pregão Presencial RP nº 09/2015.

Coronel Freitas-SC, 25 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 18/2015 POR PRAZO INDETERMINADO

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 18/2015

DO OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL para a possível CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE MOTONIVELADORA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E CAMINHÃO CAÇAMBA.

FICA SUSPensa A PRESENTE LICITAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO.

Coronel Freitas-SC, 25 de Março de 2015

Mauri J. Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DÉCIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

DÉCIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº 039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos, que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 06 de abril de 2015, para início das atividades de cargo de provimento temporário, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA II – SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ANA POMIECINSKI GUIMARÃES	1º

A candidata supra relacionada devesse apresentar até o dia 06 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil ou CEF);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 25 de Março de 2015.
Dirceu Favretto
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 003, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

EDITAL Nº. 003, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ASSUNTO: Edital de chamamento referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

1 - O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, convoca a candidata aprovada para assumir a vaga, conforme Processo de Seleção referente ao Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015 e conforme Divulgação de Resultado Final de 02 de março de 2015, nos seguintes termos:

2 - Fica convocada a seguinte candidata, em seu respectivo cargo, para comparecer no Departamento de Pessoal e Recursos Humanos, junto a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, no dia 31 de março de 2015, às 13:00 horas, para assumir a vaga a partir do dia 01 de abril de 2015:

ESTAGIARIA:

4º DALVA CRISTINA MACHADO

3 - Este Edital fundamenta-se e baseia-se nas normas e regras estabelecidas no Aviso Público nº. 001, de 23 de fevereiro de 2015.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
25 de março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR NO 053/15

LEI COMPLEMENTAR No 053/15

cria dispositivo que trata de licença para participar de ação de capacitação, e dá outras providências.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria o inciso XI incluído ao art. 87, da Lei Complementar nº 014/09, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 87 - Conceder-se-á, licença ao servidor:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - para concorrer a mandato eletivo;

III - para assistência a filho excepcional;

IV - para tratar de interesse particular;

V - para desempenho de mandato classista;

VI - pela maternidade;

VII - pela paternidade;

VIII - para servir a outro órgão ou entidade;

IX - para tratamento de saúde;

X - por acidente de trabalho;

XI - para participar de ação de capacitação.

§ 1º: O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo nos casos dos incisos II e VIII.

§ 2º: A licença concedida dentro de sessenta dias, do término de outra da mesma espécie, será considerada como prorrogação.

Art. 2º - Cria o art. 95-R da Lei Complementar nº 014/09, passando a vigorar com a seguinte redação:

SEÇÃO XII

Da Licença para participar de Ação de Capacitação

Art. 95-R - Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao Chefe do Executivo, licença não remunerada, por até seis meses, para participar de ação de capacitação.

§ 1º - A concessão da licença de que trata o caput fica condicionada ao planejamento interno da Secretaria á que o Servidor esteja vinculado, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso para o Município.

§ 2º - A licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias.

§ 3º - A licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, tese de doutorado ou congênere, cujo objeto seja compatível com a área de atuação do Servidor junto ao Município.

§ 4º - Concedida a licença de que trata o caput, fica o Município autorizado a admitir em caráter temporário, enquanto perdurar a necessidade, nos termos do art. 249, V.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 054/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 054/15

“DISPÕE SOBRE A REFORMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Senhor LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA

Art. 1º. O Poder Legislativo é exercido pelo Presidente da Câmara Municipal, auxiliado pelos vereadores que a compõem.

Art. 2º. O Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores exercem as atribuições de sua competência constitucional e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração do Poder Legislativo.

Art. 3º. Acatadas as limitações estabelecidas na Constituição Federal e observadas as disposições legais, o Poder Legislativo regulamentará a reestruturação e o funcionamento dos órgãos de sua administração.

Art. 4º. Fica instituída a reforma da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Corupá, no espaço de sua necessidade funcional, segundo os limites descritos nos Anexos I e II, desta Lei.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 5º. O Poder Legislativo Municipal é constituído essencialmente pelo Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários e os Vereadores que compõem o Plenário, bem com os órgãos de assessoramento imediato do Presidente da Mesa Diretora, ficando constituído da seguinte forma:

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

- (01) Diretor(a) Administrativo
- (01) Assessor(a) Jurídico
- (01) Assessor(a) Administrativo
- (01) Assessor(a) de Compras e Manutenção
- (01) Assessor(a) de Expediente
- (01) Assessor(a) de Comunicação
- (02) Assistente Administrativo
- (01) Auxiliar de Serviços Gerais

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

- (01) Chefe de Orçamento e Controle
- (01) Contador(a)

Art. 6º. Os cargos de Diretor Administrativo, Assessor(a) Jurídico, Assessor(a) Administrativo, Assessor(a) de Compras e Manutenção, Assessora(a) de Expediente, Assessor(a) de Comunicação e

Chefe de Orçamento e Controle são de livre nomeação e exoneração do Presidente da Câmara Municipal de Corupá.

Art. 7º. Os cargos de Assistente Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais e Contador(a) são de provimento efetivos e se darão por meio de concurso público, na forma da legislação e de acordo com a necessidade.

Art. 8º. É vedada a acumulação remunerada de cargo designado servidor efetivo para cargo comissionado, sendo que este último perceberá como função comissionada a diferença de salário do cargo assumido.

Parágrafo único. O servidor efetivo da Câmara Municipal ocupante de cargo comissionado, ao deixar de exercê-lo, voltará a perceber somente o vencimento correspondente ao seu cargo, sem direito à incorporação de qualquer vantagem financeira assessória.

TÍTULO III DA FINALIDADE DOS CARGOS

Art. 9º. O Diretor Administrativo será responsável pela execução e controle de todas as atividades administrativas e técnicas da Câmara Municipal, pelo assessoramento junto à Mesa Diretora e aos Vereadores e outra atividades relacionadas ao cargo. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art.10. O Assessor(a) Jurídico será exercido por um advogado, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e conhecedor, em especial do direito Municipal, dentre os demais ramos do Direito, além de assessorar o Presidente da Mesa Diretora, prestará também, assessoria parlamentar ao Plenário e às Comissões. Nível de Escolaridade: Superior com registro junto a OAB.

Art. 11. Ao Assessor(a) Administrativo compete supervisionar a elaboração e redação de expedientes, correspondências, pareceres, despachos, informações, ofícios e/ou relatórios solicitados pelo Presidente e demais Vereadores, bem como: realizar a pedido dos Vereadores, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município; operacionalizar esboços de Pedidos de Providências, indicações, pedido de informações, bem como outras proposições, elaborando a justificativa das mesmas; estudar formas e proposições legislativas, a serem apreciadas pelas comissões da Casa em assuntos que versem sobre necessidades e reivindicações da coletividade, dentro da área de Competência da Câmara. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 12. O Assessor(a) de Compras e Manutenção será responsável pela aquisição de materiais de expediente, produtos de limpeza, higiene e copa, bem como todo e qualquer material/produto solicitado pelo Presidente e demais servidores, mediante orçamento e aprovação do Departamento Financeiro, além de providenciar reparos, melhorias e o que for necessário ao bom funcionamento dos trabalhos realizados pela Câmara Municipal. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 13. O Assessor(a) de Expediente realizará os serviços de atendimento ao público, recepcionando à comunidade e prestando informações de ordem administrativas à comunidade e dando o devido encaminhando das solicitações ao respectivo setor; receber documentos, tais como correspondências, ofícios, protocolos, relatórios, expedientes e encaminhar aos respectivos setores, atendendo as necessidades da Administração; anotar e transmitir recados; auxiliar a Mesa Diretora nas sessões Plenárias. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 14. Ao Assessor(a) de Comunicação caberá emitir comunicações e instruções da Presidência, Vereadores e Servidores, através de correspondência eletrônica, contato telefônico ou outro meio, conforme solicitado; efetuar atividades relativas ao transporte e

acomodações de Vereadores e Servidores quando em representações e/ou cursos fora do Município de Corupá; garantir o funcionamento dos equipamentos de sonorização, aparelhos telefônicos, computadores e TV, para o bom funcionamento dos trabalhos da Câmara, prestando assessoria nas sessões plenárias, dentro de suas atribuições. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 15. Caberá ao Assistente Administrativo a execução de serviços de natureza administrativa e burocrática, como conferência de documentos, serviços de preparação e redação de correspondências, pedidos, informativos; serviços relativos ao setor de recursos humanos, além da organização e arquivamento dos documentos pertinentes. Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 16. O Auxiliar de Serviços Gerais ficará responsável pela limpeza das dependências da Câmara Municipal, tais como banheiros, cozinha, plenário, gabinete e demais salas, bem como realizará serviços de copa e manutenção do jardim. Nível de Escolaridade: Alfabetizado.

Art. 17. O Chefe de Orçamento e Controle coordenará e executará os trabalhos de elaboração orçamentária, bem como de acompanhamento e controle de sua execução e de supervisão, análise, integridade e autenticidade dos atos e fatos de gestão administrativa, apurando desvios de verbas, fraudes e irregularidades, antes da apreciação do Tribunal de Contas do Estado; dirigirá e supervisionará as atividades de registro, tombamento e controle de uso dos bens patrimoniais da Câmara (...). Nível de Escolaridade: Ensino Médio.

Art. 18. O cargo de Contador(a), será exercido por um profissional com registro no CRC, ao qual incumbe a coordenação e execução das atividades financeiras e orçamentárias de despesas, de elaboração e de supervisão, controle e execução do orçamento da Câmara e demais atribuições que lhe forem outorgadas em função de seu grau profissional. Nível de Escolaridade: Técnico com registro no CRC.

TÍTULO IV DA FUNÇÃO GRATIFICADA

Art. 19. O servidor público titular de cargo de provimento efetivo que realizar serviços relativos à elaboração e análise de processo licitatório, bem como estiver na condição de pregoeiro poderá perceber gratificação de função denominada de Gratificação de Apoio aos Serviços Administrativos.

Parágrafo único. O servidor provido em cargo efetivo, quando em exercício de Função Gratificada perceberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor de função para o qual foi designado.

Art. 20. A Gratificação de Apoio aos Serviços Administrativos será no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

Art. 21. A Gratificação de Apoio aos Serviços Administrativos de que trata este Título não se incorpora aos vencimentos do servidor e serão percebidas somente enquanto o servidor estiver desempenhando as atividades descritas no caput do artigo 19.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. A presente Lei é composta dos seguintes Anexos:

ANEXO I - Organograma;
ANEXO II - Quadro de Cargos e Vencimentos da Estrutura Administrativa da Câmara Municipal;

Art. 23. Esta Lei vem reestruturar e modernizar a Administração da Câmara Municipal de Corupá, de modo e forma que os serviços

sejam centralizados e realizados de acordo com a probidade/moralidade administrativa e o interesse social.

Art. 24. Fica extinto o cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 25. O regime jurídico dos servidores da Câmara Municipal de Corupá é o da CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 26. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 27. Os cargos constantes desta Lei serão automaticamente implantados, tornando sem efeito aqueles que dele não constar.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 1º de Março de 2015.

Art. 29. Ficam revogadas todas as Leis, Resoluções e demais disposições em contrário.

Corupá (SC), 25 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015.
Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

ANEXO I ORGANOGRAMA

ANEXO II QUADRO DE CARGOS E VENCIMENTOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

Quantidade	Denominação do Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimentos
CARGOS COMISSIONADOS			
01	Diretor(a) Administrativo	35	R\$ 3.713,63
01	Assessor(a) Jurídico	35	R\$ 4.313,63
01	Assessor(a) Administrativo	35	R\$ 3.591,50
01	Assessor(a) de Compra e Manutenção	35	R\$ 2.745,60
01	Assessor(a) de Expediente	35	R\$ 2.202,55
01	Assessor(a) de Comunicação	35	R\$ 2.202,55
01	Chefe de Orçamento e Controle	35	R\$ 2.745,60
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
01	Contador(a)	20	R\$ 1.531,33
02	Assistente Administrativo	35	R\$ 1.758,80
01	Auxiliar Serviços Gerais	20	R\$ 800,00

LEI Nº 2177/15

LEI Nº 2177/15

REVOGA O ART. 9º DA LEI 1953 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE REGULA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DE ALUGUEL A TAXÍMETRO, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Revoga o Art. 9º da Lei 1953 de 15 de dezembro de 2009.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá (SC), 24 de março de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de março de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 5/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 5/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Sr. João Carlos Martins dos Santos, do FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 5/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE ITENS DE VESTUÁRIO QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS USUÁRIOS DOS EQUIPAMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE DO MUNICÍPIO. CASA LAR INFANTO JUVENIL. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga o FUNDO a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 01 ano, podendo ser prorrogado no máximo, por igual período,

contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 25 de Março de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

Representante Empresa

DECRETO Nº 4.559/2015

DECRETO Nº 4.559/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº 5.413/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015.

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2054 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE

339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015, no montante de R\$ 658,39 (seiscentos e cinquenta e oito reais, trinta e nove centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

10.306.0009.2054 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE

339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 658,39

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 658,39

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAE/FNDE ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2048 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC. FEDERAL

339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015, no montante de R\$ 88,73 (oitenta e oito reais, setenta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2048 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC. FEDERAL

339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 88,73

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 88,73

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNATE/FNDE ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14

e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º. Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

449000000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015, no montante de R\$ 1.033.879,20 (um milhão, trinta e três reais, oitocentos e setenta e nove reais, vinte centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

449000000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 1.033.879,20

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.033.879,20

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso SALÁRIO EDUCAÇÃO ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 10 - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%

319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 11 - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico d do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.413/2015, no montante de R\$ 641.155,53 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais, cinquenta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%

319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 300.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%

319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 341.155,53

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 641.155,53

Art. 12. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 13 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.555/2015

DECRETO Nº 4.555/2015

ESTABELECE PRAZO DE VENCIMENTOS E DESCONTOS NO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA PARA 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, e na forma do artigo 241 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 028 de 17/12/2002 - Código Tributário Municipal com a nova redação da Lei Complementar n. 111/2014,

DECRETA

Art. 1º - Ficam fixadas em seis o número de parcelas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com vencimento nas datas abaixo relacionadas, referente ao exercício financeiro de 2015:

- 1ª parcela - 11 de maio de 2015
- 2ª parcela - 12 de junho de 2015.
- 3ª parcela - 13 de julho de 2015
- 4ª parcela - 11 de agosto de 2015.
- 5ª parcela - 11 de setembro de 2015.
- 6ª parcela - 13 de outubro de 2015.

Art. 2º - Para o pagamento à vista do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU no exercício financeiro de 2015, fica fixado em 15% (quinze por cento) o desconto em parcela única, com vencimento em 10 de abril de 2015 ou 10% (dez por cento) de desconto para pagamento, à vista, em 11 de maio de 2015.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 02 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.556/2015

DECRETO Nº 4.556/2015

DISPENSA GRAVAME DA INALIENABILIDADE PREVISTO NA LEI Nº 4.477/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma disposta pelo artigo 4º da Lei n. 4.477/2010,

DECRETA

Art. 1º - Fica dispensado o gravame da inalienabilidade constante da escritura outorgada à Berflex Indústria de Espumas e Colchões Ltda, através de processo licitatório autorizado pela lei nº 4.477/2010, incidente sobre o imóvel com área de 12.198,94 m² (doze mil, cento e noventa e oito metros e noventa e quatro centímetros quadrados) localizada no Bairro Getulio Vargas objeto da Matrícula imobiliária n. 20.874 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, na forma autorizada pelo § 2º do artigo 4º da Lei n. 4.477/2010 e consoante requerimento protocolado sob n. 4920/2014.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 03 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.557/2015

DECRETO Nº 4.557/2015

FIXA VALOR DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E DOS FUNDOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º. Os valores do superávit financeiro do exercício de 2014 por fonte de recursos apurados em balanço patrimonial de 2014 conforme prevê a Lei n. 5.329/2014 serão de :

I - PREFEITURA MUNICIPAL

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 1.021.948,67
- Alienação de Bens	R\$ 200.200,06
- COSIP	R\$ 985.095,39
- CIDE	R\$ 47.076,87
- Conv. De Trânsito/Polícia Civil	R\$ 266.797,92
- Conv. De Trânsito/Polícia Militar	R\$ 37.703,35
- Conv. De Trânsito/Prefeitura	R\$ 94.830,57
- Recursos de Convênios	R\$ 134.680,18

II - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 6.803,98
- Recurso PSBSCFV	R\$ 86.647,15

- Recurso PBV II	R\$ 11.600,57
- Recurso PAC	R\$ 31.793,06
- Recurso PTMC	R\$ 3.746,20
- Recurso PVMC	R\$ 14.730,71
- Recurso PFMC II	R\$ 82.230,31
- Recurso IGDPMF	R\$ 130.625,13
- Recurso PBF	R\$ 89.972,29
- Recurso IGDSUAS	R\$ 6.596,95
- Recurso ACESSUAS	R\$ 44.926,44
- Recurso ESTADUAL	R\$ 46.667,37

III - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 162.219,36

IV - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 196.904,64
- Recurso SUS UNIÃO - VIG. EM SAÚDE	R\$ 144.319,22
- Recurso SUS UNIÃO - MAC	R\$ 622.217,78
- Recurso SUS UNIÃO - ATENÇÃO BÁSICA	R\$ 538.170,30
- Recurso SUS UNIÃO - ASSIT. FARMACÊUT.	R\$ 4.083,59
- Recurso SUS UNIÃO - INVESTIMENTO	R\$ 26.018,57
- Recurso SUS ESTADO	R\$ 107.577,90

V - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - IPESMUC

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 17.038.260,02

VI - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 67.104,62
- Recurso FUNDEB	R\$ 641.155,53
- Recurso Salário Educação	R\$ 1.033.879,20
- Recurso PNAE	R\$ 658,39
- Recurso PNATE	R\$ 88,73
- Recurso CONVÊNIO	R\$ 635.472,53

VII - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 36.993,29

VIII - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 370,47

IX - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

FONTE DE RECURSO	VALOR
- Recurso Ordinário	R\$ 50.714,44

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 03 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos tres dias do mês de março do ano dois mil e quinzente na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.558/2015

DECRETO Nº 4.558/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 487.500,00 (quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.1034 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 487.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 487.500,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com a União Federal através do Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento, conforme contrato Nº 808800/2014 do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 487.500,00 (Quatrocentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 03 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos tres dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.560/2015

DECRETO Nº 4.560/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NA FORMA DA LEI Nº 5.414/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.414/2015 no montante de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 54.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRO-
 PRIOS
 3390000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 320.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
 4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO
 INFANTIL
 4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 37.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 441.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçame-
 nto do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela
 Lei n. 5.414/2015 no montante de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e
 quarenta e um mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 441.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 441.000,00

Art. 3º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento
 do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n.
 5.414/2015 no montante de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta
 mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1009 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - ENSINO FUN-
 DAMENTAL
 4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
 40%
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 500.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
 4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO
 INFANTIL
 4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%
 3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 300.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 1.030.000,00

Art. 4º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçame-
 nto do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela
 Lei n. 5.414/2015 no montante de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e

trinta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$
 1.030.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.030.000,00

Art. 5º. Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento
 do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n.
 5.414/2015 no montante de R\$ 944.000,00 (novecentos e quaren-
 ta e quatro mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDA-
 MENTAL
 4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 54.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1009 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - ENSINO FUN-
 DAMENTAL
 4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 150.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2050 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO
 FUNDAMENTAL
 3390000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 400.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
 4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 160.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO
 INFANTIL
 4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.365.0014.2051 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO IN-
 FANTIL
 3390000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 130.000,00
 TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 944.000,00

Art. 6º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçame-
 nto do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela
 Lei n. 5.414/2015 no montante de R\$ 944.000,00 (novecentos e
 quarenta e quatro mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
 4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 944.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 944.000,00

Art. 7º Para cobertura das suplementações acima ficam utilizados
 recursos das anulações previstas nos artigos antecedentes.

Art. 8º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 4.561/2015

DECRETO Nº 4.561/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA FORMA DA LEI Nº 5.415/2015

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.415/2015,

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.415/2015, no montante de R\$ 37.703,35 (trinta e sete mil, setecentos e três reais, trinta e cinco centavos) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

4490000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.703,35

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 37.703,35

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.562/2015

DECRETO Nº 4.562/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.416/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.416/2015 no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 80.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.416/2015 no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.563/2015

DECRETO Nº 4.563/2015

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA FORMA DA LEI Nº 5.417/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.417/2015 no montante de R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR

R\$ 83.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃOR\$ 83.500,00

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.417/2015 no montante de R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

17.512.0021.1025 OBRAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PL. E ESG. DOM. TRAT.

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 83.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 83.500,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.564/2015

DECRETO Nº 4.564/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.427/2015.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 5.427/2015;

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ATENÇÃO BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.029 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ASSIST. FARMACÊUTICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0008.2.027 MANUTENÇÃO DO BLOCO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.305.0008.2.026 MANUTENÇÃO DO BLOCO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.031 MANUTENÇÃO DO CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.032 MANUTENÇÃO CEO ESTADUAL

3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.023 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - ESTADUAL

3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.427/2015, no montante de R\$ 1.416.368,79 (Um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais, setenta e nove centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ATENÇÃO BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 70.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 468.170,30

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.029 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ASSIST. FARMACÊUTICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 4.083,59

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0008.2.027 MANUTENÇÃO DO BLOCO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 422.217,78

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.305.0008.2.026 MANUTENÇÃO DO BLOCO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS

..... R\$ 144.319,22

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.031 MANUTENÇÃO DO CO-FINANCIAMENTO
ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
34.698,22

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.032 MANUTENÇÃO CEO ESTADUAL
3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
66.582,84

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.023 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - ESTA-
DO
3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
6.296,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.416.368,79.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, originados de transferências do SUS União e SUS Estadual, conforme decreto nº 4.557/2015.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4554/2015

DECRETO Nº 4554/2015
FIXA VALOR DA TARIFA URBANA DE TRANSPORTE COLETIVO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 97 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Curitibanos:

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 2,65 (dois reais e sessenta e cinco centavos) o valor da tarifa urbana de transporte coletivo de passageiros do Município de Curitibanos, a contar de 1º de março de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 25 de fevereiro de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 6/2015.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 6/2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CURITIBANOS, representado neste ato pelo Secretário de Saúde, Altamir Carvalho Goetten, em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais dispositivos legais aplicados à espécie, comunica que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas da área, interessados na prestação de serviços de: Realização de procedimento cirúrgico eletivo com anestesia local e acompanhamento pós-cirurgia, procedimento cirúrgico eletivo com anestesia geral e acompanhamento pós-cirurgia, bem como atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirurgia a fim de atender as necessidades de usuários do SUS do município de Curitibanos. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se em www.curitibanos.sc.gov.br, porém esta publicação não substitui o texto oficial disponível junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito à Rua Maximino de Moraes, 376 durante horário de expediente. Curitibanos, 25 de março de 2014.

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 17/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 17/2015

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Marcos Gonçalves de Farias, São José, neste ato representado por seu titular Sr. Kleberson Luciano Lima, Presidente do Fundo, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a construção nova da Escola Núcleo Municipal Rotary conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 05 de Maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 05 de Maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 24 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, SC neste ato representado por seu Presidente de Fundo, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO MUNICIPAL TERESA LEMOS PRETO, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 15/04/2015, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 15/04/2015, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Presidente da CPL**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 63/2015**

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 63/2015

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DRENAGEM PLUVIAL NO TRECHO DA AV DUQUE DE CAXIAS, RUA PETRONILHO DE ALMEIDA E AV. SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 15:30 horas do dia 15/04/2015, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 16:00 horas do dia 15/04/2015, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Presidente da CPL**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e a empresa Telecal Tecnologia e Informática Ltda - EPP, com o valor total de R\$ 3.855,00 (Três mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA E CONFIGURAÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

"Art. 24. - É dispensável a licitação:

XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso, XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 24 de março de 2015.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão MembroTalita Daiane Schwinden Correa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 24 de março de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 24 de março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo**LEI Nº 5.394/2015**

LEI Nº 5.394/2015

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituído no Município de Curitiba o "Dia Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde" a comemorar-se anualmente em 05 de outubro.

Art. 2º Esta data fica incluída no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI Nº 5.395/2015

LEI Nº 5.395/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Lindomar Colaço, inscrito no CPF sob n. 038.412.479-89, do lote urbano, Bairro N. S. Aparecida, em forma de retângulo com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), localizado ao lado Oeste da Rua Carlos Betz, distando 16,40m ao Norte da Rua Teodoro Agostini, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Sergio Manfron;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 30,00 metros confronta com Daniel de Souza Cruz;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros confronta com a Rua Carlos Betz;

Ao Oeste: por uma linha reta e seca na distância de 14,00 metros confronta com Helio da Silva Oliveira.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.396/2015

LEI Nº 5.396/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar

escritura Pública a Vanderlei de Jesus, inscrito no CPF sob n. 935.792.179-68, do lote urbano, Bairro Água Santa, em forma de retângulo com área de 292,95 m² (duzentos e noventa e dois metros e noventa e cinco centímetros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Rossa Fogaça, distando 11,00 metros ao lado oeste da Rua Carlos Didomenico, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 15,20 metros confronta com a Rua Rossa Fogaça;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,70 metros confronta com lote da Prefeitura Municipal;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 22,00 metros confronta com lote da Prefeitura Municipal;

Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 20,00 metros confronta com lote de Celso Conceição da Silva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.397/2015

LEI Nº 5.397/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Aluir Novakoski de Paula, inscrito no CPF sob n. 702.726.629-68, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 233,22 m² (duzentos e trinta e três metros e vinte e dois centímetros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Otavio Carvalho, distando 16,90 metros ao lado leste da Rua Faustino da Costa Filho, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 13,80 metros confronta com a Rua Otavio Carvalho;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 13,80 metros confronta com a Rua Otavio Carvalho;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 16,90 metros confronta com o lote de Maria de Fátima Domingues Ferreira;

Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 16,90 metros confronta com lote da casa nº 90, de Teresa Gonçalves de Paula..

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.398/2015

LEI Nº 5.398/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Iara Ruti do Rosario Varela, inscrito no CPF sob n. 896.443.369-68, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 540,00 m² (quinhentos e quarenta metros quadrados), localizado ao lado sul da Rua Laveriano Rodrigues França, distando 131,60 metros ao lado leste da esquina sem denominação, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com a Rua Laveriano Rodrigues França;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 13,50 metros confronta com propriedade de Helio Anjos Ortiz Junior;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 40,00 metros confronta com o lote da casa 10, de Marcia Alves dos Santos;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 40,00 metros confronta com o lote da Igreja Assembleia de Deus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.399/2015

LEI Nº 5.399/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Osmarindo de Oliveira Prates, inscrito no CPF sob n. 649.401.289-20, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 196,40m² (cento e noventa e seis metros e quarenta centímetros quadrados), localizado ao lado oeste da Rua Salvador Inacio Pereira, distando 69,40 metros ao lado sul da Rua

Alfredo Lenzer, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,40 metros confronta com o lote de Gilmar Webber;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 23,70 metros confronta com o lote de Anderson Correa;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Salvador Inácio Pereira;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 4,00 metros confronta com o lote de Luiza da Silva Webber.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.400/2015

LEI Nº 5.400/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vera Marcia Domingues, inscrito no CPF sob n. 035.581.339-43, do lote urbano, Bairro São Luiz, em forma de retângulo com área de 242,40m² (duzentos e quarenta e dois metros e quarenta centímetros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Virgilio Dolberth, esquina ao Oeste da Rua SD. 56, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 06, de Vilson Lourenço Silva Valente;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Virgilio Dolberth;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 20,20 metros confronta com a Rua SD -56;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 20,20 metros confronta com o lote 11, de Darci Andrade.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.401/2015

LEI Nº 5.401/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO BOM JESUS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Sílvia Ortiz de Souza, inscrita no CPF sob n. 039.071.019-95, do lote urbano, Bairro Bom Jesus, em forma de retângulo com área de 525,00m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), localizado ao lado norte da Rua Antonio Tenório Cavalcanti, esquina com a Rua João Maria de Barros, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 35,00 metros confronta com a propriedade de Elenice Gaspar;
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 35,00 metros confronta com a Rua Antônio Tenório Cavalcanti;
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com a propriedade de Cezar do Prado;
Ao Oeste, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com a Rua João Maria de Barros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 09 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**LEI Nº 5.402/2015**

LEI Nº 5.402/2015

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "IVO DO ESPIRITO SANTO. "

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de " IVO DO ESPIRITO SANTO" a rua sem denominação, a qual tem início ao lado leste da Rua João Maria de Barros, segundo sentido Oeste/Leste até encontrar a Rua Antonio Tenório Cavalcanti, seguindo paralelamente ao lado Sul com a Rua Augusto Groener, no Bairro Bom Jesus, no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças**LEI Nº 5.403/2015**

LEI Nº 5.403/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO N. SRA. APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Sergio Manfron, inscrita no CPF sob n. 492.591.720-04, do lote urbano, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em forma de retângulo com área de 420,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), designado pelo n. 189 da quadra 18, a Rua Carlos Betz, distante 16 metros do lado ímpar da Rua Petronílio de Almeida, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 30,00 metros com espólio de Jovino Rosa;

Ao Sul, 30,00 metros com o espólio de Jovino Rosa;

Ao Leste, 14,00 metros com a Rua Carlos Betz;

Ao Oeste, 14,00 metros com terras municipais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**LEI Nº 5.404/2015**

LEI Nº 5.404/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO N. SRA. APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Silvana dos Santos Melo, inscrita no CPF sob n. 750.089.800-25, do lote urbano, Bairro Nossa Senhora Aparecida, em forma de retângulo com área de 450,00m² (quatrocentos e vinte metros quadrados), ao lado sul da Rua Petronílio de Almeida, distante 45 metros ao lado leste da Rua Carlos Calomeno, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 15 metros com a Rua Petronílio de Almeida;
Ao Sul, 15 metros com Patrimônio Municipal;

Ao Leste, 30 metros com Patrimônio Municipal;
Ao Oeste, 30 metros com Patrimônio Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.405/2015

LEI Nº 5.405/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Sandra Aparecida da Luz, inscrita no CPF sob n. 031.718.599-39, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 268,40m² (duzentos e sessenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados), ao lado sul da Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho, distando 99,50 metros ao lado oeste da Rua Estrada para Campo da Roça, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,20 metros com a Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho;
Ao Sul, 12,20 metros com propriedade de Jucemara Pires Lara;
Ao Leste, 22,00 com lote vago do município;
Ao Oeste, 22,00 metros com o lote de Oracídio Alves de Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.406/2015

LEI Nº 5.406/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO N. SRA. APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Luiz Antunes Moreira, inscrito no CPF sob n.

384.596.639-49, do lote urbano, Bairro N. Sra. Aparecida, em forma de retângulo com área de 321,75m² (trezentos e vinte e um metros e setenta e cinco decímetros quadrados), ao lado sul da Rua Norival Varela Duarte, distando 36,50 metros ao leste da Avenida Lions, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 3,00 metros com a Rua Norival Varela Duarte e 12,00 metros com Irondina de Andrade;
Ao Sul, 14,00 metros com Rose Maria Righês Coelho e Iracema Righês;
Ao Leste, 19,00 metros com Ivonete de Andrade França e 20,00 metros com Irondina de Andrade;
Ao Oeste, 18,50 metros com Ivonete Araujo Krieger e 20,00 com Rogerio de Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.407/2015

LEI Nº 5.407/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Vanderlei Neves dos Santos, inscrito no CPF sob n. 039.003.739-73, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 283,20m² (duzentos e oitenta e três metros e vinte decímetros quadrados), situado ao lado norte da Rua Romeu Valdomiro Wordel, distando 15,00 metros ao leste da Rua Fernando Damiani, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 11,80 metros com lote do município;
Ao Sul, 11,80 com a Rua Romeu Valdomiro Wordel;
Ao Leste, 24,00 metros com o lote de Reinaldo Vieira;
Ao Oeste, 24,00 metros com o lote de José Moraes dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.408/2015

LEI Nº 5.408/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO ÁGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Getulio Ventura, inscrito no CPF sob n. 514.294.899-87, do lote urbano, Bairro Água Santa, em forma de retângulo com área de 411,00m² (quatrocentos e onze metros quadrados), situado ao lado norte da Rua Raul Bilck, distando 38,00 metros ao leste da Rua Cornélio de Haro Varella, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 13,70 metros com lote de Nilvo Heller;
Ao Sul, 13,70 com a Rua Raul Bilck;
Ao Leste, 30,00 metros com o lote de Antonio Ribeiro da Silva;
Ao Oeste, 30,00 metros com o lote de Marli Rodrigues de Moraes.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**LEI Nº 5.409/2015**

LEI Nº 5.409/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO JOSÉ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Valdecir Alonso da Silva, inscrito no CPF sob n. 521.860.839-49, do lote urbano, Bairro São José, em forma de retângulo com área de 615,00m² (seiscentos e quinze metros quadrados), situado ao lado sul da Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho, distando 15,00 metros ao oeste da Rua Estrada para o campo da roça, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazer parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 24,00 metros com a Rua Dr. Mario Teixeira Carrilho;
Ao Sul, 17,00 com propriedade de Erinelson Batista da Rosa;
Ao Leste, 23,00 metros com propriedade de Vera Lucia Aparecida Ribeiro;
Ao Oeste, 23,00 metros com a propriedade de José Carlos Alupe de Souza.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação**LEI Nº 5.410/2015**

LEI Nº 5.410/2015

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR DE CURITIBANOS - PROCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituído o PROCON Municipal (Programa Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor de Curitiba - SC), destinado a promover e implementar as ações direcionadas à formulação da política municipal de orientação, defesa e educação do Consumidor.

Art. 2º O PROCON Municipal ficará vinculado a Procuradoria Geral do município.

Art. 3º São objetivos permanentes do PROCON Municipal:
I - assessorar ao Prefeito Municipal na formulação da Política municipal de proteção e defesa ao consumidor.
II - planejar, elaborar, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor.

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
IV - prestar orientação permanente aos consumidores sobre seus direitos e garantias;

V - representar ao Ministério Público, para fins de adoção de medidas judiciais no âmbito de suas atribuições;
VI - solicitar o apoio de órgãos e entidades federais, estaduais e demais órgãos municipais, bem como auxiliar na fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens de consumo, no âmbito de sua competência;
VII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas, em conformidade com a Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97;
VIII - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;
IX - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, na conformidade do previsto no art. 44, da Lei 8.078/90, e registrando as soluções.
X - colocar à disposição dos consumidores, mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;
XI - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução de seus objetivos.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA DO PROCON MUNICIPAL

Art. 4º. O PROCON Municipal será organizado estruturalmente por:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Serviço de Educação e Atendimento ao Consumidor;

III - Serviço de Fiscalização e Apoio Administrativo.

Art. 5º - O Coordenador Executivo do PROCON Municipal é cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal na forma da Lei Complementar n. 024/2002.

Art. 6º. O regimento interno do PROCON será instituído através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. O PROCON Municipal, para o desenvolvimento de suas ações, poderá contar ainda, com o apoio e colaboração dos seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - DNPDC - Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor;

II - PROCON Estadual;

III - Curadoria de Defesa do Consumidor;

IV - Força Pública;

V - INMETRO;

VI - Associações Cíveis da Comunidade e dos Sindicatos;

VII - Juizados Especiais de Pequenas Causas;

VIII - Vigilância Sanitária;

IX - Órgãos de fiscalização fazendária Municipal e Estadual;

X - Fundação de Amparo ao Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS HUMANOS

Art. 8º. A Administração Municipal colocará à disposição do PROCON, os recursos humanos, do quadro de pessoal efetivo, necessários para o funcionamento do Órgão;

Art. 9º. - A Procuradoria Geral do Município dará todo o suporte necessário, no que diz respeito a alocação de bens materiais e recursos financeiros, para o perfeito funcionamento do órgão.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios que tenham por objeto o bom funcionamento do Órgão.

CAPÍTULO IV

DA CONTA VINCULADA À DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de conta corrente sob a denominação PREFEITURA/PROCON, gerida pelo Prefeito juntamente com o Tesoureiro Municipal com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos e receitas destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa do consumidor, compreendendo especificamente:

I - financiamento total ou parcial de programas e projeto de conscientização, proteção e defesa do consumidor;

II - aquisição de material permanente ou de consumo e de outros necessários ao desenvolvimento dos programas;

III - realização de eventos e atividades relativas à educação, pesquisa e divulgação de informações, visando a orientação do consumidor;

IV - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

V - estruturação e instrumentalização de órgão municipal de defesa do consumidor, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

Art. 12. Constituem receitas do PROCON que serão destinados à conta vinculada:

I - as indenizações decorrentes de condenações e multas advindas de descumprimento de decisões judiciais, em ações coletivas relativas a direito do consumidor;

II - as multas oriundas de que trata o inciso I, do art. 56 e caput

do art. 57 da Lei 8.078/90;

III - o produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado;

IV - As transferências orçamentárias provenientes de entidades públicas;

V - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VI - As doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao PROCON

§ 1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento de crédito oficial.

§ 2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades da conta vinculada de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações específicas, constantes do orçamento vigente.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se a Lei nº 3.341/1999 e as demais disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município,

LEI Nº 5.411/2015

LEI Nº 5.411/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Marina das Graças Almeida, inscrita no CPF sob n. 981.392.829-87, do lote urbano, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00m² (trezentos metros quadrados), situado a sudeste da Rua Romeu Valdomiro Wordell, entre lote 03 e 05 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;

Ao Sul, 12,00 metros com lote 25 da mesma quadra e loteamento;

Ao Leste, 25,00 metros com lote 05 da mesma quadra e loteamento;

Ao Oeste, 25,00 metros com lote 03 da mesma quadra e loteamento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.412/2015

LEI Nº 5.412/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I - Ruas	área	Total
R. Santos Dumont	134 x 9 m	1.206 m²
R. Cornélio de Haro Varela	197 x 9 m	1.773 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Hercilio Beppler
Secretário Municipal Transportes e Obras

LEI Nº 5.413/2015

LEI Nº 5.413/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento

do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2054 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 658,39 (seiscentos e cinquenta e oito reais, trinta e nove centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2054 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 658,39

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 658,39

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAE/FNDE ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2048 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC. FEDERAL
339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 88,73 (oitenta e oito reais, setenta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2048 MANUT. DO TRANSP. ESCOLAR - REC. FEDERAL
339000000000.00.3037 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 88,73

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 88,73

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNATE/FNDE ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
449000000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 1.033.879,20 (um milhão, trinta e três reais, oitocentos e setenta e nove reais, vinte centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
449000000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 1.033.879,20

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.033.879,20

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso SALÁRIO EDUCAÇÃO ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Educação as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 11 - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 641.155,53 (seiscentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais, cinquenta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2037 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 300.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.2044 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%
319000000000.00.3018 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 341.155,53

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 641.155,53

Art. 12. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.414/2015

LEI Nº 5.414/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 54.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2034 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PROPRIOS
3390000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 320.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL
4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL
4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 37.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 441.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 441.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 441.000,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2040 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%

3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 500.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 100.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 30.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2047 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%

3190000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 1.030.000,00

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 1.030.000,00 (um milhão e trinta mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1019 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 1.030.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.030.000,00

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais) a saber :

ANULAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 54.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1009 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 150.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.2050 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL

3390000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 400.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1010 OBRAS PARA O ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 160.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1011 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 50.000,00

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2051 MANUT. DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL

3390000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 130.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 944.000,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 944.000,00 (novecentos e quarenta e quatro mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.361.0010.1006 OBRAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

4490000000.00.1036 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 944.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 944.000,00

Art. 7º . Para cobertura das suplementações acima ficam utilizados recursos das anulações previstas .

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

LEI Nº 5.415/2015

LEI Nº 5.415/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS.

4490000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS.

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 37.703,35 (trinta e sete mil, setecentos e três reais, trinta e cinco centavos) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

4490000000.00.3010 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.703,35

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 37.703,35

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2014, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.557/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.416/2015

LEI Nº 5.416/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a saber :

ANULAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

3390000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 80.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Câmara Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

01.00 PODER LEGISLATIVO

01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0001.1001 EQUIP. E MAT. PERMANENTE - CÂMARA DE VEREADORES

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 80.000,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.417/2015

LEI Nº 5.417/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais) a saber :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

20.606.0023.2070 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÕES E EVENTOS

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 83.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃOR\$ 83.500,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 5.329/2014 no montante de R\$ 83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

17.512.0021.1025 OBRAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PL. E ESG. DOM. TRAT.

4490000000.00.1000 APLICAÇÕES DIRETASR\$ 83.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$ 83.500,00

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano

dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.418/2015

LEI Nº 5.418/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSUMIR OS CUSTOS DAS AUTORIZAÇÕES DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR REPRESENTADAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir os custos das Autorizações de Internação Hospitalares - AIH's e efetuar o pagamento para a Fundação Hospitalar de Curitiba, "Hospital Hélio Anjos Ortiz", com sede na Rua Altino Gonçalves de Farias, 1832, neste município, inscrito na CNPJ sob nº 95.991.113/0001-02, na importância de R\$ 45.550,37 (quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais e trinta e sete centavos), referente ao valor das internações que excederam as AIH's - fornecidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS conforme planilhas anexas ao presente.

Art. 2º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
Secretário de Saúde

LEI Nº 5.419/2015

LEI Nº 5.419/2015

ESTABELECE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos de Curitiba para 2015, é fixada em 7,7% (sete vírgula sete por cento) a incidir sobre a remuneração do servidor a partir do mês de março de 2015, conforme variação do índice do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (Lei n. 4.087 de 11/07/2007).

Art. 2º. O piso salarial para os profissionais do magistério público municipal da educação básica é de R\$ 1.917,78 (um mil, novecentos e dezessete reais, setenta e oito centavos) - Professores Nível I 40 horas, com vigência desde 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Os subsídios dos agentes políticos e os ocupantes de mandato eletivo serão revistos em 7,7% (sete vírgula sete por cento) a partir do mês de março de 2015

Art. 4º. A concessão da revisão geral anual de que trata o artigo 1º, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos de Curitiba, com exceção dos Agentes comunitários de saúde, a partir do mês de março do corrente ano.

Art. 5º. Os proventos do pessoal inativo e pensionista do Poder Executivo e do Instituto próprio de Previdência serão aumentados na mesma proporção e na mesma data.

Art. 6º. O piso mínimo de vencimento no âmbito da administração municipal será de R\$ 879,97 (oitocentos e setenta e nove reais, noventa e sete centavos), ficando o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação complementar aos servidores cujos vencimentos não atingirem o valor do piso municipal de vencimento.

Parágrafo Único: O piso mínimo de vencimentos não se estende aos vencimentos ou remuneração do pessoal contratado para os programas denominados Programa Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de Saúde, bem como para o pessoal contratado para os programas CAPS, CEO, SAMU E CREAS, na forma prevista na LC 062/2009.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.420/2015

LEI Nº 5.420/2015

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO ROTARACT CLUB.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica instituído no Município de Curitiba o "Dia Municipal do Rotaract Club" a comemorar-se anualmente em 13 de março.

Art. 2º Esta data fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.421/2015

LEI Nº 5.421/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE .

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com a ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar à entidade a importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em cinco parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), e destinada ao auxílio no custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitiba

Art. 3º - O auxílio é destinado ao transporte de estudantes que estejam matriculados em cursos realizados em outros municípios e não oferecidos no município de Curitiba.

Art. 4º - A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das seguintes dotações:

07.00 - Fundo Municipal de Educação
07.01 - Fundo Municipal de Educação
12.364.0013.2057 - Contribuições para transporte alunos universitários
3.3.50.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima
Secretário de Educação e Cultura

TERMO DE CONVENIO N. 001/2015

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n. 531,619, inscrito no CPF sob n. 352,219.259-15, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO, através

do Fundo Municipal de Educação e de outro lado ASSOCIAÇÃO ESTUDANTIL CORAÇÃO DO ESTADO - AECE, com sede neste município, inscrita no CNPJ n. 72.418.296/0001-76, neste ato representado por sua Presidente Carla Veloso Ortiz, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E A FINALIDADE DO CONVÊNIO

O presente convênio objetiva o repasse de verbas à ASSOCIAÇÃO, para auxílio no transporte de alunos custo com o transporte de alunos residentes neste município, matriculados em cursos de nível superior não ofertados no Município de Curitiba

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES;

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - Executar o objeto do projeto aprovado Pela Secretaria , conforme orçamento e cronograma de desembolso.

II - apresentar sua prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Decreto n. 4.449/2014, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

III - viabilizar conta bancária específica onde serão movimentados os recursos recebidos, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

IV - manter registro contábil e escrituração diária de toda a movimentação dos recursos gerados, recebidos e expedidos, resultantes do presente Convênio;

V - comprovar as despesas somente com notas fiscais ou recibos válidos, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - não repassar os recursos recebidos para outras entidades, de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo MUNICÍPIO.

VII - a devolver os recursos nos casos previstos no Decreto 4.449/2014.

O MUNICÍPIO compromete-se a:

I - Transferir à CONVENIENTE o valor destinado e previsto pela Secretaria.

II - apreciar os relatórios das atividades realizadas pela ASSOCIAÇÃO, avaliando a aplicação das verbas destinadas.

CLAUSULA TERCEIRA : DOS VALORES.

Pelo convênio, o Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Educação repassará à ASSOCIAÇÃO a importância de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) em cinco parcelas mensais e consecutivas de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

07.00 - Fundo Municipal de Educação
07.01 - Fundo Municipal de Educação
12.364.0013.2057 - Contribuições para transporte alunos universitários
3.3.50.00.00.00.00.169- Transf. a Inst. Priv. Sem fins lucrativos

CLÁUSULA QUARTA:

Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal, nem tampouco investimentos e material permanente.

CLÁUSULA QUINTA:

O presente convênio terá prazo determinado iniciando-se na data

da publicação da lei autorizativa com término em 10 dezembro de 2015, podendo ser prorrogado de forma justificada e mediante autorização do Secretário Municipal, desde que o prazo não ultrapasse o exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA: Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.421/2015 de 18/03/2015 poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexequível; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA : Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo. Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	Carla Veloso Ortiz Presidente AECE
--	---------------------------------------

LEI Nº 5.422/2015

LEI Nº 5.422/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública, através do programa de regularização imobiliária denominado Lar Legal, Lei Municipal n. 5.053/2013 aos possuidores dos lotes situados na área descrita, conforme mapa da quadra 100, de forma individual e discriminada pelo rol anexo que passa a fazer parte integrante da Lei.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LISTA DE NOMES - PEDIDO DE OUTORGA BAIRRO SÃO LUIZ

QUADRA 100

Nome	Lote	Área
Izaías Santos da Silva	01	476,79m²
Valdemar Dias	02	285,95m²
Daihane Salles dos Santos	03	266,50m²
Nadir Barbosa	04	320,62m²
Roseli Domingues	05	331,48m²

Noeli de Oliveira	12	242,400²
Fabiano Costa	14	262,60m²
Nilza Aparecida Couto	15	343,40m²

LEI Nº 5.423/2015

LEI Nº 5.423/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO SÃO LUIZ

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Edelberto Matias Lemos, inscrito no CPF sob n. 216.467.169-49, do lote urbano, Bairro São Luiz, com área de 593,01m² (quinhentos e noventa e três metros e um decímetro quadrado), situado no lado norte da Rua Paulo Bernardoni, distante 39,81m² ao leste da Rua Florianópolis, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 31,00 metros com Patrimônio Municipal;
Ao Sul, 34,89 metros com a Rua Paulo Bernardoni;
Ao Leste, 26,00 metros com o lote de Erica Diel Freitas;
Ao Oeste, 10,00 metros com Patrimônio Municipal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 18 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

LEI Nº 5.424/2015

LEI Nº 5.424/2015

DÁ DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de "Nelson Alves de Moraes" a rua sem denominação 20, a qual tem início ao lado Oeste da Rua Carlos Di Domênico, seguindo sentido Oeste até encontrar terrenos particulares, seguindo paralelamente ao lado Sul com a Rua Raulino Almeida no Bairro Água Santa, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do

ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.425/2015

LEI Nº 5.425/2015

INSERE DISPOSITIVOS À LEI ORDINÁRIA Nº 4860/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica inserido parágrafo primeiro ao artigo segundo da Lei Ordinária nº 4860/2012, com a seguinte redação:

“Parágrafo único: Será descontada a importância de 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) do subsídio mensal do vereador, para cada Sessão Ordinária da Câmara que deixar de comparecer, sem justificativa”.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.426/2015

LEI Nº 5.426/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULOS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei nº 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados do patrimônio Municipal, autorizando ainda a sua desafetação pública:

I - Um veículo Fiat Fiorino IE 1.4 ano 2006 Placa MDC-4785 Renavan 889781958;

II - Um veículo Renault Master Bus 16 DCI ano 2005/06 Placa MDM-0916 Chassi 93YCDDUH5J621265 Renavan 863745512.

III - Uma moto HONDA/MOTO CG 125 CARGO, ano/modelo 2000, placa MBE-7932, Renavan 734303599.

IV - Um veículo FIAT/DOBLO 1.8, ano/modelo 2011/2012, placa MJJ-5312, Renavan 325562520.

Art. 2º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda

dos veículos descritos no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa do veículo descrito nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2015.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 5.427/2015

LEI Nº 5.427/2015

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento do Fundo Municipal de Saúde as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.329/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ATENÇÃO BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.029 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ASSIST. FARMACÊUTICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.302.0008.2.027 MANUTENÇÃO DO BLOCO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.305.0008.2.026 MANUTENÇÃO DO BLOCO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.031 MANUTENÇÃO DO CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA

3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.032 MANUTENÇÃO CEO ESTADUAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.023 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - ESTADUAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei nº 5.329/2014, no montante de R\$ 1.416.368,79 (Um milhão, quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e oito reais, setenta e nove centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.028 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ATENÇÃO BÁSICA
 3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 70.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 468.170,30

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.029 MANUTENÇÃO DO BLOCO - ASSIST. FARMACÊUTICA
 3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS ... R\$ 4.083,59

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.302.0008.2.027 MANUTENÇÃO DO BLOCO - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
 3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 422.217,78

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.305.0008.2.026 MANUTENÇÃO DO BLOCO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE
 3.1.90.00.00.00.00.00.3068 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 144.319,22

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.031 MANUTENÇÃO DO CO-FINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁSICA
 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS .. R\$ 34.698,22

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.032 MANUTENÇÃO CEO ESTADUAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 66.582,84

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0008.2.023 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA - ESTADUAL
 3.3.90.00.00.00.00.00.3067 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 6.296,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.416.368,79.

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014, originados

de transferências do SUS União e SUS Estadual, conforme decreto nº 4.557/2015.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 23 de março de 2015.
 José Antônio Guidi
 Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de março do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten
 Secretário de Saúde

REPÚBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

REPÚBLICAÇÃO
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO EDUCACIONAL, COMPOSTO POR MÓDULOS PARA GESTÃO E CONTROLE DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I, II E III DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 09/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. A partir das 14:00 horas do dia 09/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 25 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
 Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
 Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 045/2013.
Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira
Contratado: Betha Sistemas Ltda.
Objeto Contratação de empresa para locação/licenciamento de sistemas de gestão pública Municipal. Origem: Pregão 042/2013 PMDC. Valor R\$ 101.127,41 Vigência: 01/02/2015 à 31/12/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 013/2013.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Betha Sistemas Ltda.
Objeto Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas de contabilidade - sistema de compras...Origem: Pregão 042/2013 PMDC. Valor R\$ 5.252,16 - Vigência: 01/04/2015 à 31/03/2016
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
João Sthal - Gestor do FM

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 009/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Betha Sistemas Ltda.
Objeto Contratação de empresa especializada na área de informática para locação de sistemas de contabilidade - sistema de compras...Origem: Pregão 042/2013 PMDC. Valor R\$ 5.252,16 Vigência: 01/04/2015 à 31/03/2016
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 024/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Casa Cirúrgica Chapecó Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 1.729,55 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 025/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Odontomedi Produtos Odontol. E Hospit. Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 3.040,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 026/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC

Contratado: Cirúrgica Ceron Equip.Hospitalares e Veterin. Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 68.600,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 027/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Edilberto Greinert & Cia Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 30.250,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 028/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Tecnológica Industria e Comercio de peças Equip Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 193.970,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 029/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Logitex Distribuidora Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 20.775,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 030/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Hospmetal Ind. Metalurg. De Equip. Hsopt Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 15.960,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 031/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Magda Medica Com.Varejista de Prod. médicos Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 9.440,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 032/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Cirúrgica São Felipe Prod. Para a Saúde Ltda.
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de

Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 62.008,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 033/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: Andes Comercial Ltda.- ME
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 24.035,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 034/2013.
Contratante: Hospital Municipal Dionísio Cerqueira SC
Contratado: R2 Comercial Ltda -ME
Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira Origem: Pregão 011/2013 HMDC. Valor R\$ 2.420,00 Vigência: 23/03/2015 à 22/09/2015
Dionísio Cerqueira 24/03/2015
Deliziane Lemes dos Santos

DECRETO 5355/2015

DECRETO Nº 5355/2015.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 02 DA QUADRA "B", DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL, COM A ÁREA DE 2.868,91M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 02, da Quadra "B", do Loteamento Industrial, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 11.875, de propriedade de Leonides Dallanora e Sueli Nitsche Dallanora.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra "B", do Loteamento Industrial, nesta cidade, com área de 2.868,91m²(dois mil oitocentos e sessenta e oito metros e noventa e um centímetro quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 da Quadra "B", com a área de 2.207,83m²(dois mil duzentos e sete metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com parte do Lote 01-B, com os Lotes n.os. 01-C, 01-D, 01-E, 01-F, com parte do Lote nº. 04, medindo 50,00m e com o Lote nº.02-B, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 14,21m e com os Lotes n.os 02-B e 02-A, medindo 21,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 03, medindo 81,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.10, medindo 35,21 metros.

b) Lote Urbano nº. 02-A da Quadra "B", com a área de 346,28m²(trezentos e quarenta e seis metros e vinte oito centímetros

quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com os Lotes n.os 01, 01-A e 01-B, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 11,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 02-B, medindo 31,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.02, medindo 11,00 metros.

c) Lote Urbano nº. 02-B da Quadra "B", com a área de 314,80m²(trezentos e quatorze metros e oitenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : Com os Lotes nº. 02-A, medindo 31,48 metros;

LESTE: Com a Estrada Municipal existente, medindo 10,00 metros;

SUL: Com o Lote nº. 02, medindo 31,48 metros;

OESTE: Com o Lote nº.02, medindo 10,00 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei. Data 25/03/2015.

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS

Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 017/2015. Objeto: Aquisição de produtos radiológicos para o Hospital Municipal.. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 08/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 25/03/2015.
Deliziane L.da Silva - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 043/2015. Objeto: Aquisição de nitrogênio, luvas e bainhas. para o programa de inseminação artificial do Município. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 08/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações.

Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 25/03/2015.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 044/2015. Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Dionísio Cerqueira e Administração Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 09:30 horas do dia 09/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 25/03/2015.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 022/2015. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção dos equipamentos odontológicos do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 09/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 25/03/2015.

João Sthal - Gestor do FMS

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que o Convite 013/2015, Processo 013/2015, foi cancelado em virtude da participação de uma única empresa. Objeto: aquisição de produtos radiológicos para uso no Hospital Municipal Dionísio Cerqueira 20/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado DL Nº 041/2015 PMDC. Objeto: Aquisição de assinaturas semanais em jornal para distribuição nas escolas da rede municipal de ensino para uso no programa jornal na escola inserido como prática pedagógica... Origem: DL 041/2015 PMDC. Vencedor RCO Comunicações Ltda - Valor R\$ 7.645,00

Dionísio Cerqueira 25/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO PRÉ-ESCOLAR QUE ENTRE SI CELEBRAM ALZIRA VIVIANI E O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC,

ALZIRA VIVIANI, brasileira, casada, aposentada, inscrita no RG sob o nº. 199.572-3, CPF sob o nº. 146.760.369/49, residente e domiciliada na Rua Brasília, Bairro Centro, cidade de Doutor Pedrinho - SC, doravante denominada simplesmente LOCADORA, e o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº. 02, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em exercício o Sr. JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, de conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93 (principalmente no que dispõe o inciso I, do parágrafo 3º, do art. 62) e demais legislações pertinentes em vigor, às partes têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO PRÉ-ESCOLAR E GARAGEM PARA CARROS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação, pela LOCADORA ao LOCATÁRIO, de salas, cozinha e banheiro e garagem num prédio a Rua Brasília nº 175, mais um pátio de recreação neste mesmo local, para funcionamento dos serviços do Pré-Escolar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

A locação do imóvel acima descrito tem por finalidade o funcionamento dos serviços do Pré-Escolar, no município de Doutor Pedrinho, executados por preposto designado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Pela locação do objeto deste contrato, o LOCATÁRIO pagará a LOCADORA, o preço Total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para um prazo de 10 meses, pagáveis em 05 parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) através de depósito bancário.

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento Programa 2015, como segue:

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL
01 - DIVISÃO DA EDUCAÇÃO
2030- MANUTENCAO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
101000- Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

Fica desde já a LOCADORA obrigada:

- a disponibilizar ao LOCATÁRIO as áreas objeto do presente instrumento, sem qualquer tipo de restrição, permitindo a sublocação do imóvel ou o uso deste por proponente designado;
- a permitir que o LOCATÁRIO execute as obras necessárias ao cumprimento das finalidades constantes deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Fica desde já o LOCATÁRIO obrigado a:

- utilizar os imóveis, objeto deste contrato, exclusivamente para os fins de funcionamento do Pré-Escolar ou outra atividade educacional
- assumir os custos e responsabilidades quanto a manutenção do objeto do presente instrumento;
- cumprir o disposto na Clausula Terceira, ou seja, efetivar o pagamento do preço decorrente da locação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início na sua assinatura e seu término na data de 31 de dezembro de 2015.

Fica esclarecido que a prorrogação deste instrumento dar-se-á através da formalização de novo instrumento contratual, previamente acordado entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A LOCADORA nada poderá exigir, no presente ou no futuro, relativamente a direitos de ressarcimento ou qualquer outro tipo de indenização.

As benfeitorias e equipamentos que o LOCATÁRIO vier a edificar ou instalar, poderão ser todos retirados assim que deixar de vigorar o presente instrumento.

A LOCADORA não se responsabiliza pelos prejuízos que o LOCATÁRIO venha a sofrer durante a vigência deste instrumento, apenas com relação ao imóvel objeto deste instrumento.

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

A LOCADORA reconhece desde já os direitos do LOCATÁRIO em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Este Contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

O presente contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, com seus efeitos extensivos aos herdeiros e sucessores dos contratantes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As questões oriundas deste Contrato serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Timbó.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor para um mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

DOUTOR PEDRINHO, em 05 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO ALZIRA VIVIANI

Prefeito Municipal, em exercício Locadora

Locatário

TESTEMUNHAS:

JOÃO OSLIN ODORIZZI EDIR ANA FRAINER MAZZI

CPF: 501.877.759-15 CPF: 472.463.759/53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 20/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, em exercício JOSÉ ARLDO DE CASTILHO, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa JK PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.653.946/0005-78, situado à Rua DR. JOÃO COLIN, 1.300, CENTRO cidade de JOINVILLE-SC - CEP: 89.204-000, neste ato representado pelo RUI KOLLING, CPF sob nº 492.439.009-78 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 06/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2015, como segue:

JK PNEUS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	12,00000	UNID	1.084,0000	13.008,00	PNEU DIANTEIRO 1000X20 RADIAL 16 LONAS MISTO LISO
Marca: 0001 FIRESTONE					
023	2,00000	UNID	1.215,0000	2.430,00	PNEU DIANTEIRO 12.4 X 24 (10 LONAS)
Marca: 0001 FIRESTONE					
Total JK PNEUS LTDA 15.438,00 Julgamento: MEN. PREÇO					

1.1.1 - Visando garantir a segurança veicular, os produtos ofertados pela CONTRATADA devem ser usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos automotores, caminhões e/ou máquinas. A delimitação do objeto deste contrato busca atender a duas necessidades, quais sejam, preservar a garantia dos veículos, caminhões e máquinas da municipalidade, e adquirir bens de boa qualidade (cujo exame de resistência, compatibilidade e durabilidade já restou realizado pelas montadoras).

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 06/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

04 - SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
 01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
 2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
 33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
 1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
 01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
 2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
 1020000 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCao SOCIAL
 01- DIVISAO DE EDUCACAO
 2009 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
 33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
 1620200 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO
 1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada por agente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS do MUNICÍPIO, conforme solicitação e necessidade da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/12/2015.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 06/2015, a CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do Município ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições

de habilitação;

d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de

cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 05 de março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO RUI KOLLING
Prefeito Municipal, em exercício JK PNEUS LTDA

Testemunhas:

Edir Ana Frainer Mazzi João Oslin Odorizzi
CPF nº 472.463.759-53 CPF nº 501.877.759-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 21/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, em exercício JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.889.977/0001-98, situado à Rua TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 5056, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO cidade de CONCÓRDIA-SC - CEP: 89.700-000, neste ato representado pelo SR. CLAUDINEI AMÉRICO TONIELLO, CPF sob nº 681.675.989-34 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 06/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2015, como segue:

RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	28,00000	UNID	1.070,0000	29.960,00	PNEU TRASEIRO 1000X20 RADIAL, 16 LONAS / BORRACHUDO.
Marca: 0001 JK JETSTELL					
003	2,00000	UNID	365,0000	730,00	PNEU DIANTEIRO 7.50X16 - 12 LONAS / LISO CONVENCIONAL (TOYOTA)
Marca: 0001 LINGLONG LL9					
004	2,00000	UNID	385,0000	770,00	PNEU TRASEIRO 7.50X16 - 12 LONAS BORRACHUDO CONVENCIONAL (TOYOTA)
Marca: 0001 LINGLONG LL59					
005	6,00000	UNID	1.480,0000	8.880,00	PNEU 1400X24, 16 LONAS / CONVENCIONAL
Marca: 0001 SUPERGUIDER G2/L2					
006	2,00000	UNID	2.100,0000	4.200,00	PNEU 17,5X25 L3 16 LONAS
Marca: 0001 GOODRIDE CL729					
007	2,00000	UNID	555,0000	1.110,00	PNEU DIANTEIRO 12X16,5 10 LONAS (RETROESCAVADEIRA 4X4)
Marca: 0001 MARCHER SKS					
011	6,00000	UNID	289,0000	1.734,00	PNEU 205/70 R15C
Marca: 0001 LINGLONG R666					
012	8,00000	UNID	489,0000	3.912,00	PNEU 215/75 R17.5
Marca: 0001 LINGLONG LLF86					
013	6,00000	UNID	349,0000	2.094,00	PNEU 225/70 R15C
Marca: 0001 LINGLONG R666					
014	24,00000	UNID	138,0000	3.312,00	PNEU 165/70 R13

Marca: 0001 SAILUN ATREZZO					
015	4,00000	UNID	219,0000	876,00	PNEU 185/70 R14C
Marca: 0001 LINGLONG LMC5					
016	8,00000	UNID	190,0000	1.520,00	PNEU 185/60 R14
Marca: 0001 LINGLONG GREENMAX					
017	6,00000	UNID	210,0000	1.260,00	PNEU 195/60 R15
Marca: 0001 TRIANGLE TR918					
018	6,00000	UNID	208,0000	1.248,00	PNEU 195/55 R15
Marca: 0001 TRIANGLE TR918					
019	24,00000	UNID	175,0000	4.200,00	PNEU 175/70 R14
Marca: 0001 LINGLONG LL700					
020	4,00000	UNID	1.000,0000	4.000,00	PNEU 175/80 R22.5 DIANTEIRO LISO (ÔNIBUS).
Marca: 0001 GOODRIDE CR976A					
021	8,00000	UNID	1.100,0000	8.800,00	PNEU 275/80 R22.5 TRASEIRO BORRACHUDO (ÔNIBUS)
Marca: 0001 TRIANGLE TR667					
024	2,00000	UNID	820,0000	1.640,00	PNEU DIANTEIRO 12.5/80-18 - 12 LONAS
Marca: 0001 SUPERGUIDER R4					
025	2,00000	UNID	1.850,0000	3.700,00	PNEU TRASEIRO 17.5/25 - 12 LONAS (RETROESCAVADEIRA) L-2
Marca: 0001 DOUBLE HAPPINNES L2					
026	2,00000	UNID	820,0000	1.640,00	PNEU 12.5/80-18 - 10 LONAS (RETROESCAVADEIRA DIANTEIRO 4X4)
Marca: 0001 SUPERGUIDER R4					
027	2,00000	UNID	1.690,0000	3.380,00	PNEU 19.5/24 (RETROESCAVADEIRA 4X4 TRASEIRO)12 LONAS
Marca: 0001 SUPERGUIDER R4					
Total RODA BRASIL COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA				88.966,00 Julgamento: MEN. PREÇO	

1.1.1 - Visando garantir a segurança veicular, os produtos ofertados pela CONTRATADA devem ser usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos automotores, caminhões e/ou máquinas. A delimitação do objeto deste contrato busca atender a duas necessidades, quais sejam, preservar a garantia dos veículos, caminhões e máquinas da municipalidade, e adquirir bens de boa qualidade (cujo exame de resistência, compatibilidade e durabilidade já restou realizado pelas montadoras).

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 06/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2015 do MUNICÍPIO, como segue:

04 - SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1020000 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCao SOCIAL
01- DIVISAO DE EDUCACAO
2009 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1620200 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO
1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada por agente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS do MUNICÍPIO, conforme solicitação e necessidade da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/12/2015.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 06/2015, a CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do Município ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato

em título executivo extrajudicial, ressaltando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 05 de março de 2015.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

CLAUDINEI AMÉRICO TONIELLO
RODA BRASIL COMERCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA

Testemunhas:

Edir Ana Frainer Mazzi João Oslin Odorizzi
CPF nº 472.463.759-53 CPF nº 501.877.759-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 22/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, em exercício JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa MODELO PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 94510.682/0001-26, situado à Rua MAL. HUMBERTO CASTELO BRANCO, 56, BAIRRO PLANALTO, cidade de BENTO GONÇALVES-RS - CEP: 95.700-000, neste ato representado pelo SR. IGELSO LUDOVICO CECON, CPF sob nº 102.757.970-15, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 06/2015, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS, durante o exercício de 2015, como segue:

MODELO PNEUS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
008	2,00000	UNID	2.500,0000	5.000,00	PNEU TRASEIRO 16,9X24 10 LONAS (RETROESCAVADEIRA 4X4)
Marca: 0001 PIRELLI/PN12 10LONAS					
028	4,00000	UNID	650,0000	2.600,00	PNEU 10/16.5 - 10 LONAS (BOB CAT)
Marca: 0001 PIRELLI/PN16 10LONAS					
Total MODELO PNEUS LTDA 7.600,00 Julgamento: MEN. PREÇO					

1.1.1 - Visando garantir a segurança veicular, os produtos ofertados pela CONTRATADA devem ser usados em linha de produção de montadoras nacionais de veículos automotores, caminhões e/ou máquinas. A delimitação do objeto deste contrato busca atender a duas necessidades, quais sejam, preservar a garantia dos veículos, caminhões e máquinas da municipalidade, e adquirir bens de boa qualidade (cujo exame de resistência, compatibilidade e durabilidade já restou realizado pelas montadoras).

1.1.2 - A aquisição do objeto descrito deverá assegurar a manutenção das condições de trafegabilidade e segurança dos veículos, máquinas e caminhões da municipalidade, essenciais para continuidade dos serviços públicos prestados à população, razão pela qual os produtos entregues devem ser de boa qualidade e eficiência.

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 06/2015, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa

2015 do MUNICÍPIO, como segue:

04 - SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
01- SEC MUN DE OBRAS E ESTRADAS E SERV URBANOS
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01- FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
2024 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1020000 - Rec.de Impostos e de Transf.Imp-Saúde

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL
01- DIVISAO DE EDUCACAO
2009 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1620200 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ESTADO
1010000 - Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

03- SEC MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01- ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

07- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01- SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026- MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903099 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
1000000- RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita e liquidada por agente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:

4.1 - O fornecimento se dará na sede da SECRETARIA DE OBRAS do MUNICÍPIO, conforme solicitação e necessidade da mesma.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência deste instrumento se inicia na data de sua assinatura e se estende até 31/12/2015.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os

prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado, sendo este estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 06/2015, a CONTRATADA obriga-se a:

- Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do Município ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos, inclusive fornecendo amostra para teste de qualidade/durabilidade e/ou apresentando laudo técnico, acaso solicitado pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

8.1.2 - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

8.1.3 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.4 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter

compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário de Obras do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 05 de março de 2015.

JOSÉ ARILO DE CASTILHO
Prefeito Municipal, em exercício

IGELSO LUDOVICO CECON
MODELO PNEUS LTDA

Testemunhas:

Edir Ana Frainer Mazzi João Oslin Odorizzi
CPF nº 472.463.759-53 CPF nº 501.877.759-15

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2015 - LOCAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL E CESSÃO DE PARTE DO MATERIAL DA JAZIDA MINERAL

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ ARILO DE CASTILHO - Prefeito Municipal, em exercício doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro o Sr. CONRAD ZICKUHR, portador do CPF no 046.136.849/86, residente na Rua Holanda - Alto Benedito, Município de Benedito Novo - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO,

firmam o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO PARCIAL DE IMÓVEL RURAL E CESSÃO DE MATERIAL, fundamentado na Lei nº 8.666/93 e no Processo de Dispensa de Licitação nº 09/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira:

O CONTRATADO é legítimo proprietário de um terreno rural situado a 2.500 metros da Escola Leopoldo Koprowski no Município de Benedito Novo, contendo sobre este uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, dando-o em locação parcial para o CONTRATANTE, com cessão de parte do material existente na jazida (saibro, argila e/ou gnaíse) para aplicação no revestimento primário e/ou na macadamização de estradas e outros fins, durante os meses de Março a Dezembro de 2015, mediante o recebimento da importância prevista na cláusula seguinte.

Cláusula Segunda:

O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a título de locação parcial do imóvel, o valor de R\$ 1.576,00 (um mil, quinhentos e setenta e seis reais) mensais, no último dia útil de cada mês, totalizando R\$ 15.760,00 (quinze mil, setecentos e sessenta reais) para o período de contrato (dez meses), obtendo o direito de uso parcial do imóvel e a garantia de cessão sem ônus adicional de parte do material existente na jazida mineral, conforme suas necessidades.

Parágrafo Único - É de responsabilidade do CONTRATANTE a manutenção do licenciamento da área da jazida por si explorada, bem como a recuperação ambiental posterior, se necessário.

Cláusula Terceira:

O uso do imóvel e do material descrito no objeto deste contrato não será de exclusividade do CONTRATANTE, podendo o CONTRATADO locar, ceder ou alienar parte deste ao Município de Benedito Novo, para uso do material existente nas suas estradas municipais, e a CEESAM - Cooperativa de Energia Elétrica Santa Maria, para uso na manutenção de suas atividades, com pagamento à parte, conforme valores negociados entre estes, ressalvado, em qualquer caso, o direito ora contratado.

Cláusula Quarta:

A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de dotação do Orçamento-Programa 2015 do CONTRATANTE, com a seguinte descrição:

04 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
01 - SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV. URBANOS
2006 - MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS
100000- RECURSOS ORDINÁRIOS

Cláusula Quinta:

A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores condicionadas à aplicação do art. 26 do mesmo diploma legal.

Cláusula Sexta:

Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, para dirimir qualquer dúvida referente ao presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em três vias, na presença de duas testemunhas.

Doutor Pedrinho - SC, 05 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito Municipal, em exercício

CONTRATANTE

CONRAD ZICKHUR

CPF: 046.136.849/86

CONTRATADO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2015.

LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E TELECENTRO COMUNITÁRIO.

Os que este subscrevem, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ - 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ ARILDO DE CASTILHO - Prefeito Municipal, em exercício, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a Senhora TEREZINHA SALETE VAES, portador do CPF no 806.977.049-04, brasileira, residente na Rua Brasília, 285, Centro, Município de Doutor Pedrinho-SC, proprietária de duas (02) salas comerciais, contendo 110,48m², do imóvel localizado na Rua Brasília, nº 285, Centro, para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Telecentro Comunitário, durante os meses de Março a Dezembro de 2015., doravante denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira:

O CONTRATADO tem em seu nome duas (02) salas comerciais, contendo 110,48m², do imóvel localizado na Rua Brasília, nº 285, Centro, de propriedade da Sra. TEREZINHA SALETE VAES, para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Telecentro Comunitário, durante os meses de Março a Dezembro de 2015.

Cláusula Segunda:

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), a título de locação, pagáveis em 05 parcelas iguais de R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais) cada, até o final da vigência deste contrato.

Cláusula Terceira:

A locação do imóvel acima descrito tem por finalidade o funcionamento dos serviços da Biblioteca Pública Municipal de Doutor Pedrinho e do Telecentro Comunitário executados por preposto designado.

Cláusula Quarta:

A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de dotação própria na unidade orçamentária:

05 - SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCAO SOCIAL

01 - DIVISÃO DA EDUCAÇÃO

2008- MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

33903615 - LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

101000- Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ

Cláusula Quinta:

A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal.

Cláusula Sexta:

Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, para dirimir qualquer dúvida referente ao presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 vias, na presença de duas testemunhas.

DOUTOR PEDRINHO, 10 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito Municipal, em exercício

CONTRATANTE

TEREZINHA SALETE VAES

CPF: 806.977.049-04

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

JOÃO OSLIN ODORIZZI

EDIR ANA FRAINER MAZZI

CPF: 501.877.759.15

CPF:472.463.759/53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 025/2015

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMÓVEL PARA EXPLORAÇÃO DE JAZIDA MINERAL

Os que este subscrevem, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ - 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ ARILDO DE CASTILHO - Prefeito Municipal, em exercício, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro o Sr. ARCANGELO NONES, portador do CPF no 076.518.059/68 e sua mulher LODOVIRGEM J. NONES, brasileiros, casados, residentes na SC-477, Município de Doutor Pedrinho-SC, proprietário de um terreno rural, situado no lado par da SC-477, há 2.000 metros da sede do Município, sentido Centro - Capivari, no qual existe uma jazida mineral, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira:

O CONTRATADO tem em sua propriedade uma jazida mineral licenciada pela FATMA e registrada no DNPM, onde permite à CONTRATANTE extrair saibro, argila e gnaisses, para utilização pela Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, na macadamização de estradas e outros fins, no exercício de 2015, mediante o recebimento da importância prevista na cláusula seguinte.

Cláusula Segunda:

A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, o valor de R\$ 12.810,00 (doze mil e oitocentos e dez reais), a título de locação e indenização do uso do imóvel e exploração da jazida, pagáveis em 07 parcelas iguais de R\$ 1.830,00 (hum mil, oitocentos e trinta reais) cada, até o final da vigência deste contrato.

Cláusula Terceira:

A extração do material, objeto deste contrato, será de exclusividade da CONTRATANTE, podendo esta, ceder a terceiros mediante autorização do CONTRATADO.

Cláusula Quarta:

A despesa com a execução do presente contrato correrá a conta de dotação própria na unidade orçamentária:

04 - Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos

01 - Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos
2006 - Manutenção do setor rodoviário
33903615 - Locação de Imóveis
1000000 - Recursos Ordinários

Cláusula Quinta:

A presente contratação fundamenta-se no artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, observando-se as disposições próprias estabelecidas no artigo 54 e seguintes do mesmo dispositivo legal.

Cláusula Sexta:

Fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, para dirimir qualquer dúvida referente ao presente Contrato.

E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em duas vias, na presença de duas testemunhas.

DOUTOR PEDRINHO, 11 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO
Prefeito Municipal em exercício
CONTRATANTE

ARCÂNGELO NONES
CPF: 076.518.059/68
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

JOÃO OSLIN ODORIZZI EDIR ANA FRAINER MAZZI
CPF:501.877.759-15 CPF:472.463.759/53

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 26/2015

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, com sede à Rua Brasília, 02, Centro, CEP 89.126-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito em exercício JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, CPF nº 448.545.289-15 e Carteira de Identidade nº 691.692-9, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, CNPJ nº 83.052.191/0038-54, com endereço à Rua Braz Wanka, 238, Vila Nova, CEP 89035-160, Blumenau - SC, neste ato representada (em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da EPAGRI) por seu Gerente Regional de Blumenau MARCOS CESAR NOULAS, CPF nº 563.205.159-53 e RG nº 1.625.085, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O presente instrumento está fundamentado na Lei nº 8.666/93 e no Processo de Dispensa de Licitação nº 46/2015 do CONTRATANTE, tendo origem no Plano Anual de trabalho - PAT para o ano de 2015 elaborado pela CONTRATADA.

A despesa decorrente do presente processo correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa Anual do CONTRATANTE (Município de Doutor Pedrinho - SC), na forma que segue:

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
0701 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026 - MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA
1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de trabalho - PAT para o ano de 2015 (Março a Dezembro).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano Anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento;
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços; e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado do contrato terá início na data de sua assinatura, vigorando até 31 de Dezembro de 2015, facultando-se a posterior continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo, na forma do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA, pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 20.006,00 (vinte mil e seis reais), dividido em 04 parcelas, repassadas no período de vigência desse contrato:

Nº Parcela	Data Vencimento	Valor Total R\$	ISS a reter (3%)	IRRF (1,5)	Valor Líquido R\$
01	30/04/2015	5.006,00	150,18	75,09	4.780,73
02	29/05/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00
03	30/06/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00
04	31/07/2015	5.000,00	150,00	75,00	4.775,00

Parágrafo Único - Dos valores acima especificados será descontado/retido o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 da Tabela de serviços da Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE para a CONTRATADA, mediante emissão de boleto bancário, com vencimento no último dia de cada mês, conforme acima especificado. A quitação do pagamento será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Único - A nota fiscal pela prestação do serviço deverá ser emitida até o último dia útil de cada mês de pagamento.

CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado, correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único - A CONTRATADA se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, cabendo multa pela parte que der motivo, ao equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - Pelo descumprimento do pagamento de

quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA poderá suspender a prestação de serviço, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Timbó - SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único - A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá ao CONTRATANTE, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Doutor Pedrinho, 17 de Março de 2015.
JOSÉ ARILDO DE CASTILHO
PREFEITO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, em exercício
CONTRATANTE

MARCOS CESAR NOUALS
GERENTE REGIONAL - EPAGRI
EMPRESA CONTRATADA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2015

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro - Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito em exercício JOSÉ ARILDO DE CASTILHO, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.145.928/0001-40, com endereço à Rua Anita Garibaldi, nº 373, Bairro Centro cidade de Ibirama, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, para EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO TRECHO 02 DA RUA SANTA CATARINA, EM ÁREA TOTAL DE 2.750,00 m², de conformidade com a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2015, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO TRECHO 02 DA RUA SANTA CATARINA, EM ÁREA TOTAL DE 2.750 m², tudo de conformidade com o Processo Licitatório nº 07/2015, Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do prazo e regime de execução:

O início da obra dar-se-á em até 10 (dez) dias após a emissão da ordem de serviço pelo Município de Doutor Pedrinho.

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2015, prazo este prorrogável justificadamente, por meio de termo aditivo, na forma da Lei nº 8.666/93.

O presente contrato rege-se quanto ao regime de execução, pelas cláusulas constantes na Licitação Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2015, adotando-se o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 255.539,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e trinta e nove reais), de conformidade com a proposta vencedora da Licitação de Tomada de Preços p/Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2015.

Os quantitativos e itens apresentados no Projeto Básico e demais anexos do Edital são estimados, ficando a encargo da CONTRATADA sua conferência, bem como seu complemento para integral execução do objeto licitado, sem aditivo de preços. O valor deste contrato não poderá sofrer nenhuma correção/atualização, mantidas as condições originais da proposta vencedora, para execução integral da obra/serviço licitado.

É de responsabilidade da CONTRATADA, por meio de seu Responsável Técnico, tomar conhecimento prévio de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e deste contrato, não podendo alegar desconhecimento destas na execução da obra ou pleitear qualquer aditivo de preço em razão disso.

CLÁUSULA QUARTA - Das Condições de Pagamento:

O pagamento de cada etapa será efetuado de acordo com a execução físico-financeira, após a aprovação de cada Boletim de Medição, mediante apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade, porém fica condicionado à liquidação da despesa e a disponibilidade financeira na conta convênio. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentar a proposta vencedora da licitação.

Será retido na fonte o imposto sobre serviços (ISS) incidente sobre o valor total da Nota Fiscal, de acordo com a legislação local.

A efetividade desta licitação dependerá de sua aprovação pela Caixa Econômica Federal, interveniente do Contrato de Repasse dos recursos do Ministério das Cidades (Federal) e fiscalizadora da execução do objeto do convênio firmado com o Governo Federal.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento-Programa 2015 do Município:

Código Dotação	Descrição
04	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
01	SEC MUN DE OBRAS ESTRADAS E SERV URBANOS
1016	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS
44905199	OUTRAS OBRAS E INSTALACOES
1340100	TRANSF DE CONVENIOS DA UNIÃO
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA - Do Direito de Fiscalização:

O MUNICÍPIO exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre

o objeto ora contratado, conforme previsto no Edital da licitação, sendo que isto em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das suas responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

A fiscalização a ser efetuada pelo MUNICÍPIO será por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

a) pela aceitação dos acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO realizar por escrito, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

b) pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramental e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no memorial descritivo anexo ao Edital da licitação;

c) em refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço reprovado por má execução, trabalho defeituoso, ou com acabamento insatisfatório, bem como por execução fora das especificações técnicas;

d) em fornecer e obrigar os empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individual, bem como as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;

e) em apresentar as guias de encargos sociais devidamente pagas, inclusive a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento da Previdência Social (INSS);

f) em prestar as garantias contratuais estabelecidas no edital de licitação, e em fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto da licitação, e da execução da obra, estes na ocasião da assinatura do presente instrumento contratual;

g) em providenciar o certificado de matrícula da obra junto ao INSS, e pela entrega da respectiva CND na conclusão da obra, se for o caso;

h) em confeccionar e instalar as placas indicativas, sinalizadores, as barreiras, os sinais vermelhos, os sinais de perigo, os sinais de desvio dentre outros, sendo que estes materiais deverão ser quantitativamente suficientes para garantir a segurança das pessoas e da execução da obra;

i) atender todas as orientações e cumprir as recomendações e notificações do agente designado pelo MUNICÍPIO ou da Comissão responsável pela fiscalização, acompanhamento da obra, recebimento das etapas e definitivo da obra;

j) manter o Diário de Obras sempre em dia e apresentá-lo a cada semana para os agentes do MUNICÍPIO; e

k) guardar e disponibilizar, para eventuais fiscalizações futuras dos Órgãos de Controle da Administração Pública, todos os documentos fiscais e jurídicos da empresa e das obras executadas na forma deste instrumento contratual;

l) até o último desembolso, apresentar Laudo de Controle Tecnológico de pavimentação asfáltica, apensar ao Laudo os resultados dos ensaios realizados. O controle tecnológico deverá ser executado em conformidade com as orientações do DNIT, sem ônus para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA - Das Penalidades:

Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início e/ou na entrega da obra;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por culpa ou iniciativa da CONTRATADA.

A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa dos valores devidos pelo MUNICÍPIO, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão:

A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.

A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as conseqüências previstas na cláusula oitava.

Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as conseqüências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do Acompanhamento Do Contrato:

Será designado, pelo MUNICÍPIO, uma comissão para acompanhar

e fiscalizar o presente contrato, dela fazendo parte o titular da Secretaria Municipal de Obras, ressalvado a aplicação do disposto no Edital da Licitação nº 07/2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Do Foro:

Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Doutor Pedrinho (SC), 24 de Março de 2015.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

PREFEITO MUNICIPAL, em exercício

GILBERTO GRABOWSKI

CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 50/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de seixo rolado, contendo no mínimo 20% de material com tamanho das partículas (rochas) acima de 08" (oito polegadas) e distância média de transporte (DMT) para aquisição de 50 km, para utilização em obras de pavimentação do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de abril de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 24 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
(Multientidades)

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 51/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de mobiliários e equipamentos para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 52/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços de sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 25 de março de 2015.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO Nº 241/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 241/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de estudo da reestruturação do quadro de servidores do quadro geral e da área da educação, análise e proposta de adequação da estrutura administrativa e, revisão e atualização do Estatuto dos Servidores Municipais de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), a serem pagos de forma parcelada, de acordo com a execução das etapas conforme proposta apresentada.

VIGÊNCIA - O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e vigorará num período de 210 (duzentos e dez dias), (prazo de execução das atividades correspondente a 150 dias mais 60 dias de prazo contratual).

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26) - Administração; 0501.2015.3390 (82) - Educação.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 219/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 33/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LIGA ATLÉTICA DA REGIÃO MINEIRA

OBJETO - prestação de serviços de arbitragem de atividades esportivas da CME do município de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 109.260,00 (cento e nove mil e duzentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (163)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 23/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 04 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 38/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FEPANI PÃES E DOCES LTDA ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de lanches (sanduíches e sucos) para atendimento aos atletas municipais em participação de campeonatos estaduais e regionais sediados em outros municípios, por meio da Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (163)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 32/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 13 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 45/PMF/2015

CONCEDENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO - COOPERNOVA - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA NOVA FORÇA

OBJETO - O Cedente fornecerá à Concessionária as seguintes máquinas e equipamentos para fomento da produção leiteira:

- a) 01 (um) laboratório para análise de leite, composto por analisador de leite ultrassônico de bancada, analisador de leite ultrassônico portátil e analisador de células somáticas;
- b) 01 (um) ancinho enleirador, marca Luma;
- c) 01 (uma) mini enfardadeira, marca Finardi;

- d) 01 (uma) mini empacotadeira para pré-secado, marca Finardi;
- e) 01 (uma) segadeira condicionadora, marca BCS;
- f) 01 (um) trator 4x4, marca Mahindra;
- g) 01 (um) caminhão truck, marca Ford, com 01 (um) tanque isotérmico de coleta de leite com capacidade de 14.000 litros, marca Metanox.

VIGÊNCIA - 05 (cinco) anos a contar da data da assinatura.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - Lei Municipal nº. 2.071, de 18 de março de 2015.

DATA DA ASSINATURA - 20 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 07/2015

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 07/2015

CONVENENTES - MUNICIPIO DE FORQUILHINHA e SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO mantenedora do COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA

OBJETO - O presente Convênio tem por objeto o implemento de ação conjunta entre as partes para atendimento na Educação Infantil - primeira etapa da Educação Básica - à criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-lingüísticos e sociais, mediante repasse de recursos financeiros oriundos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com base no número de alunos informados no Censo Escolar da Educação Infantil de 2014, conforme Lei Federal nº 11.494/2007 e Decreto Federal nº 6.253/2007, art. 116 da Lei 8.666/93, Lei 9394/1996 e Lei Municipal 1.747/2011 no valor de até R\$ 301.088,51 (trezentos e um mil oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos), referente ao exercício vigente, que poderá ser de forma parcelada, conforme estabelecido no Plano de Trabalho e CLÁUSULA SEXTA deste Convênio.

VIGÊNCIA - até 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA - 12 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS - VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e ANA MARIA DAL TOÉ pela Instituição.

VANDERLEI ALEXANDRE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 08/PMF/2015

EXTRATO DE CONVÊNIO PMF Nº 08/PMF/2015

CONVENENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO - SOCIEDADE LITERÁRIA E CARITATIVA SANTO AGOSTINHO mantenedora do COLÉGIO SAGRADA FAMÍLIA,

DO OBJETO - O presente Convênio tem por objeto o repasse de merenda escolar para atendimento na Educação Básica, com recursos financeiros oriundos do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, com base no número de alunos informados no Censo Escolar da Educação Infantil de 2015, conforme Resolução CD/FNDE N-38 e Lei Municipal nº 1.610, no valor de até R\$ 35.900,00 (trinta e cinco mil e novecentos reais) para o exercício vigente, que poderá ser de forma parcelada, conforme

solicitação da INSTITUIÇÃO e disponibilidade através dos processos licitatórios do MUNICÍPIO e CLÁUSULA segunda deste Convênio.

DO PRAZO - 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Constituição Federal, Lei Federal nº 11.494/07, Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CD/FNDE/ N-38 de 16 de julho de 2009, Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.610 de 08 de dezembro de 2010.

DATA DA ASSINATURA - 23 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 01/FMS/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 01/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 105/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a execução de serviços na construção da unidade de saúde da Vila Lourdes na Rua Hercílio Minatto, Bairro Vila Lourdes, com área de 268,09 m², conforme proposta nº. 10540697000113001 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo da vigência contratual do contrato nº. 105/FMS/2013, de 16/02/2015 para 17/05/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 13 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 19/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 19/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 135/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUTORA NELGUI LTDA

DO OBJETO - Construção do Complexo Esportivo no Bairro Clarissas (quadra de vôlei, campo de futebol, pista de caminhada e espaço para instalação de playground), conforme Proposta nº. 8792, Programa nº. 2013000062 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e Convênio: Contrato de Apoio Financeiro nº 2014TR0001814 junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DO VALOR - Fica suprimido o valor de R\$ 3.700,97 (três mil setecentos reais e noventa e sete centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido aos serviços reduzidos por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.073, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.073, DE 25 DE MARÇO de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha no montante de até R\$ 690.000,00 (seiscentos e noventa mil reais) distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.012 - AQUISIÇÃO VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS P/ FROTA MUNICIPAL

135 - 4490.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 290.000,00

Órgão 18 - Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

2.070 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

014 - 3390.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 400.000,00

TOTAL
.....R\$ 690.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o seu art. 1º, serão utilizadas como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações do orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha das seguintes contas:

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.017 - ABERTURA DE AVENIDAS, PAVIMENTAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM RUAS E ESTRADAS MUNICIPAIS

128 - 4490.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 290.000,00

1.018 - CONTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES

132 - 4490.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 50.000,00

2.032 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

115 - 3390.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 100.000,00

2.033 - MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL

137 - 3390.00.01.00 - Aplicações Diretas
.....R\$ 250.000,00

TOTAL
..... R\$ 690.000,00

Art. 3º Fica autorizado a inserir no Projeto/Atividade 2.070 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, o elemento de despesa 4.4.90.00.02.89, não incluído nas Leis Municipais nº 1902/2013, 2.013/2014 e 2.025/2014 que se referem ao PPA -2014-2017, LDO 2015 e LOA 2015.

Art. 4º O valor do novo elemento de despesa que trata o artigo anterior, será suplementado pela arrecadação lançada no exercício corrente na rubrica 4.2.2.1.9.00.00.02.89 - Receita de Alienação.

Art. 5º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 e Lei do Orçamento Anual/2014, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.074, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.074, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.525, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei nº 1.525, de 24 de fevereiro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É o Executivo Municipal autorizado a doar área de terra à FUNDIÇÃO CRICIÚMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 01.481.058/0001-67, do lote nº 04A, da quadra D, do Desmembramento Núcleo Industrial VI, com área total de 16.636,37m², registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 5.910, com as seguintes confrontações: ao NORTE, 193,67 metros com Afonso Back; ao SUL, 39,68 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidizinski, 153,58 metros com o Lote 04B, da quadra D do Núcleo Industrial VI; ao LESTE, 88,59 metros com Afonso Back e ao OESTE, 12,20 metros com a Rodovia Municipal Maximiliano Gaidizinski e 76,33 metros com o Lote nº 03.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.075, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.075, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REALIZAR DESPESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado realizar despesa diretamente ou repassar recursos financeiros à Associação de Moradores do Bairro Santa Libera, fundada em 07 de outubro de 2001, com sede no Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 838, 07 de março de 2002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.832.522/0001-00, no montante de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforma da cancha de bocha da Associação.

Art. 2º Caso opte-se pela repasse de recursos financeiros, a Associação terá o prazo de até 30 (trinta) dias para aplicação dos recursos e de até 60 (sessenta) dias para a devida prestação de contas.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.076, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.076, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FUNERÁRIO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO SERVIÇO FUNERÁRIO

Art. 1º O serviço funerário no Município de Forquilha, que consiste na prestação de serviços ligados à organização e realização de funerais mediante cobrança de tarifa, tem caráter público e essencial, podendo ser delegado pelo Poder Executivo à iniciativa privada através de concessão ou permissão por meio de prévia licitação.

Parágrafo único. A concessionária ou permissionária deverá possuir sede ou filial no Município de Forquilha.

Art. 2º As atividades integrantes do serviço funerário classificam-se

em:

I - de caráter obrigatório:

- a) preparação de cadáveres, com realização de tanatopraxia;
- b) venda de ataúdes;
- c) transporte de cadáveres e restos humanos que devam ser enterrados nos cemitérios do Município de Forquilha;
- d) prestação de serviços públicos gratuitos, conforme art. 6º, incisos VI e VII, e art. 15 desta Lei;
- e) Fornecimento, quando da realização de velórios e sepultamentos, de cadeiras de rodas para utilização por deficientes físicos, idosos e pessoas com dificuldades de locomoção.

II - de caráter facultativo:

- a) aluguel de altares e mesas;
- b) locação de capela mortuária, banquetas, castiçais, velas e paramentos afins;
- c) confecção de coroas de flores;
- d) ornamentação de flores sobre o cadáver;
- e) transporte de cadáveres exumados;
- f) obtenção de documentação necessária ao sepultamento;
- g) divulgação do falecimento nos meios de comunicação;
- h) outros itens não constantes neste parágrafo, com valores ajustados entre as partes.

Parágrafo único. O serviço descrito na alínea "d" do inciso II deste artigo não tem caráter de exclusividade.

Art. 3º A prestação do serviço funerário obedecerá ao disposto nesta Lei e nos regulamentos expedidos pelo Poder Executivo, ficando igualmente sujeita à sua fiscalização, devendo ser realizada de forma adequada para o pleno atendimento dos usuários.

§ 1º Serviço adequado, para os fins desta Lei, é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade nos preços públicos.

§ 2º Usuário do serviço funerário, para efeitos desta lei, é o familiar da pessoa falecida ou seu representante legalmente constituído, desde que, em qualquer das circunstâncias, encontre-se em pleno exercício de sua capacidade civil.

§ 3º Fica proibida a representação do usuário por pessoas que possuam vinculação societária ou funcional com empresas do serviço funerário, bem como empresas que realizam atividades de seguro funeral ou a estas assemelhadas, podendo, no entanto, o usuário ser assistido e acompanhado por qualquer pessoa.

§ 4º Para atendimento aos usuários, as concessionárias ou permissionárias deverão manter seus serviços durante 24 horas por dia, de forma ininterrupta, pelo que se submeterão à fiscalização permanente do poder concedente.

CAPÍTULO II

DO REGIME DAS CONCESSÕES

Art. 4º A concessão ou permissão do serviço funerário no Município será outorgada conforme o número de habitantes na seguinte proporção:

- I - até 30.000 (trinta mil) habitantes, 02 (duas) empresas funerárias;
- II - mais de 30.000 (trinta mil) até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, 03 (três) empresas funerárias;
- III - mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, 04 (quatro) empresas funerárias.

§ 1º A outorga da concessão ou permissão obedecerá às normas da legislação municipal e federal sobre licitações e contratos administrativos, princípios administrativos, bem como à lei federal que dispõe sobre as concessões e permissões de serviços públicos.

§ 2º A(s) empresa (s) concessionária(s) ou permissionária(s) fica obrigada ao pagamento de 150 (cento e cinquenta) UFM's mensais para reaparelhamento e manutenção das capelas mortuárias e demais despesas relacionadas à execução dos serviços funerários que eventualmente recaiam sobre o Poder Público.

§ 3º Os recursos oriundos do pagamento pela(s) empresa(s)

concessionária(s) ou permissionárias a que se refere o parágrafo anterior deverão ser movimentados através de conta bancária aberta especificamente para esse fim.

§ 4º Quando a concessão ou permissão do serviço for superior a 1 (uma) outorga, a prestação dos serviços funerários adotarão obrigatoriamente o sistema de rodízio, tendo início às 00h00min do dia corrente até as 23h59min.

Art. 5º A concessão ou permissão do serviço funerário será outorgada pelo Poder Executivo, mediante contrato precedido de licitação, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. O Poder Público deverá promover nova licitação para a concessão ou permissão do serviço disposto nesta Lei, no mínimo seis meses antes do prazo limite da concessão ou permissão que estiver vigente.

SEÇÃO I

DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Art. 6º Constituem obrigações da empresa concessionária ou permissionária, sem prejuízo de outras estabelecidas no edital e em regulamentos:

I - sujeitar-se às normas e regulamentos expedidos pelo Poder Executivo e à fiscalização dos serviços prestados;

II - assegurar aos agentes fiscalizadores do Município o livre acesso às suas dependências;

III - manter os documentos contábeis e as despesas operacionais à disposição do Concedente, fornecendo mensalmente cópias das notas fiscais emitidas pelos serviços prestados;

IV - manter instalações adequadas à prestação dos serviços;

V - cumprir as ordens de serviços expedidas pelo Concedente;

VI - prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, comprovadamente, através de parecer da Secretaria Municipal de Assistência Social, não tiver condições financeiras para suportar as despesas com o sepultamento e destinação de restos mortais, na forma desta lei ou qualquer outra legislação aplicável à espécie, na quantidade ofertada no processo licitatório;

VII - prestar atendimento gratuito quando se tratar de falecimento de indigente;

VIII - realizar o serviço de tanatopraxia para o preparo do corpo através de profissional legalmente habilitado;

IX - manter estoques com os tipos de ataúdes previstos em regulamento, responsabilizando-se na falta de qualquer um pelo fornecimento de funeral de preço superior pelo mesmo preço do produto faltante, sem prejuízo das penalidades previstas na presente lei;

X - fornecer a mão-de-obra necessária para a plena execução dos serviços, mantendo funcionários em número e especialização compatíveis com a natureza do serviço, responsabilizando-se perante o Poder Executivo por todos os atos de seus subordinados durante a sua execução, bem como por acidentes ou sinistros praticados ou sofridos por seus prepostos;

XI - assumir o ônus das despesas com serviços de limpeza após o encerramento dos velórios nas capelas mortuárias administradas pelo poder concedente;

XII - arcar com todos os encargos sociais, seguros, uniformes, E.P.I's, alimentação e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, sindicais e securitárias, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora, conforme determina o parágrafo único do art. 31 da Lei Federal nº 8.987/95;

XIII - observar, na prestação dos serviços, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata, sob pena de revogação da concessão ou permissão e rescisão do contrato;

XIV - responder por todos os prejuízos causados, em decorrência de suas atividades, ao Município, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelos órgãos municipais competentes exclua ou atenua essa responsabilidade;

XV - atender à solicitação da autoridade competente para o transporte e remoção de cadáveres até o velório ou cemitério, sempre

dentro dos limites territoriais do Município e nos termos da legislação vigente;

XVI - manter permanentemente exposta ao público e em local de fácil acesso a tabela de preços dos serviços objeto da concessão ou permissão;

XVII - instalar-se em local apropriado, previamente vistoriado pelo Município, distante, no mínimo, 100 (cem) metros de hospitais, casas de saúde, Serviço de Verificação de Óbitos - SVO, Instituto Médico Legal - IML e instituições escolares;

XVIII - ter sala apropriada para a preparação, ornamentação e tanatopraxia de cadáveres;

XIX - manter escala de plantão diuturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

XX - possuir veículo(s) para remoção de cadáveres, transporte de corpos para sepultamento e outros serviços auxiliares, com as características e quantidades a serem estabelecidas no edital de licitação;

XXI - obter alvarás de localização, funcionamento e sanitário para seu estabelecimento, nos termos da legislação vigente, mediante o pagamento dos tributos respectivos;

XXII - comunicar previamente ao poder concedente qualquer alteração contratual, mudança de endereço e modificações no seu quadro de pessoal;

XXIII - manter rigoroso controle sobre o comportamento cívico, moral, social e funcional de seus empregados, que deverão agir com respeitabilidade, decência, honestidade e proteção à intimidade dos requerentes, aplicando-lhes as penalidades estabelecidas na legislação trabalhista em caso de não atendimento;

XXIV - observar, na prestação dos serviços, toda e qualquer prescrição e norma de caráter sanitário expedida pelos órgãos públicos competentes e legislação correlata, sob pena de revogação da concessão ou permissão e rescisão do contrato;

XXV - os estabelecimentos que realizarem manipulações de cadáveres deverão possuir sala apropriada, com instalações hidros-sanitárias adequadas e sistema de ventilação que impeçam a disseminação de odores à comunidade vizinha, observada a legislação federal e estadual vigente, ficando a eficácia e validade do alvará de localização e funcionamento condicionada à manutenção das condições retro mencionadas;

XXVI - seguir o CEARF - Código de Ética e Auto-Regulamentação do Setor Funerário, editado pela ABREDIF - Associação Brasileira de Empresas e Diretores Funerários;

XXVII - manter os veículos funerários que não estiverem em serviço, estacionados nas funerárias ou sede da concessionária ou permissionária, utilizando-o para o exclusivo fim a que se destina;

XXVIII - manter cadastro atualizado, onde conste o nome dos empregados, áreas de atuação, número de serviços mensalmente realizados e nomes dos usuários, com a causa mortis, endereço e estabelecimento de saúde em que se deu o óbito ou médico que o atestou;

XXIX - atender em tempo hábil os pedidos de informações e as instruções emanadas do poder concedente, apresentando os documentos que forem solicitados, realizando as ações determinadas e facilitando o exercício da fiscalização, permitindo aos encarregados desta livre acesso, em qualquer época, às suas instalações, dependências e pertences, bem como a seus registros contábeis;

XXX - manter central de luto com sistema informatizado que viabilize a emissão de relatórios mensais ao Poder Concedente relacionados à prestação dos serviços.

§ 1º Os serviços gratuitos referidos no inciso VI e VII deste artigo serão prestados pelo mesmo sistema de rodízio previsto para a prestação dos serviços funerários quando concedidos a mais de uma concessionária ou permissionária nos termos do Art. 4º desta Lei.

§ 2º Para atender o disposto nos incisos IV, XVIII e XXV deste artigo, os prédios utilizados para a prestação dos serviços funerários deverão ter área mínima de 60 (sessenta) metros quadrados, sendo tal metragem mínima condição para a emissão e manutenção do alvará de localização e funcionamento, compreendendo:

I - Sala de recepção;

II - Sala de exposição (interna) para ataúdes e materiais correlatos;

III - Dependência para plantonista;

IV - Banheiro;

V - Sala de tanatopraxia.

§ 3º Os artefatos funerários adquiridos para revenda serão obrigatoriamente adaptados à tabela de preços fixada pelo Poder Concedente, independente da denominação pela qual tenham sido adquiridos junto aos fabricantes e em caso de divergência serão classificadas por analogia dentro dos padrões e categorias descritos pelo Poder Público.

§ 4º Constitui infração à presente lei a prática de preços superiores aos permitidos, configurando sua reincidência causa para rescisão do contrato e perda da concessão ou permissão.

Art. 7º É vedado às empresas funerárias:

I - efetuar, acobertar ou remunerar o agenciamento de funerais e de cadáveres, bem como manter plantão e oferecer serviços em hospitais, casas de saúde, asilos, delegacias de polícia e Instituto Médico Legal, diretamente ou por pessoas interpostas, ou através de funcionários de quaisquer instituições públicas ou privadas, incluindo-se nesta proibição os atos de contratação, quaisquer que sejam suas extensões, devendo tais procedimentos ocorrer nas empresas, diretamente e por livre escolha dos interessados em sua contratação ou através do sistema de rodízio quando houver mais de uma concessionária ou permissionária no Município;

II - exibir urnas e artigos funerários em local visível ao público que passe em frente ao estabelecimento.

SEÇÃO II

COMPETÊNCIAS DO PODER CONCEDENTE

Art. 8º É da competência do poder concedente:

I - regulamentar, fiscalizar, expedir instruções operacionais e controlar permanentemente a prestação do serviço delegado, tendo no exercício de seu poder de polícia acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária ou permissionária;

II - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos requerentes, cientificando-os das providências tomadas;

III - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão ou permissão, aplicando as penalidades legais e contratuais;

IV - intervir na prestação do serviço e extinguir a concessão ou permissão, nos casos previstos legalmente e contratualmente;

V - autorizar inumações (enterros), traslados e exumações, bem como aprovar projetos e licenciar a construção de jazigos, mausoléus e congêneres, mediante o pagamento das respectivas taxas;

VI - cadastrar e triar os enterros gratuitos e encaminhá-los em sistema de rodízio para as funerárias, distribuindo-os equitativamente;

VII - efetuar pesquisas, levantamentos, estudos e avaliações e implementar melhorias com vistas a ampliar a qualidade na prestação do serviço funerário;

VIII - homologar, fixando em decreto as tarifas a serem praticadas pelas concessionárias ou permissionárias pelos serviços prestados, bem como seus reajustes e atualizações, mediante análise de planilhas de custos, revisando os valores em consonância com o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e considerando o caráter público e essencial do serviço;

IX - intermediar conflitos entre usuários e concessionárias ou permissionárias;

X - disciplinar o uso de salas velatórias (capelas mortuárias), tanatórios e dos demais serviços funerários.

SEÇÃO III

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 9º Para efeitos desta Lei, usuário do serviço público é aquele descrito no § 2º segundo do Artigo terceiro desta lei.

Art. 10. São direitos dos usuários:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber informações relativas ao Serviço Funerário Municipal e sua forma de execução;
- III - receber as orientações necessárias sobre os tipos de serviços disponíveis;
- IV - garantia da oferta dos diversos padrões de produtos e materiais;
- V - exercer o direito de petição perante o Poder Público e às empresas prestadoras dos serviços funerários.

Art. 11. São obrigações dos usuários:

- I - zelar pelo patrimônio público ou particular colocado à sua disposição ou utilizado na execução dos serviços;
- II - atender aos pedidos de informações dos órgãos competentes para esclarecimentos de questões relativas ao serviço prestado;
- III - firmar, quando solicitado, declarações e fornecer documentos relativos ao funeral, assumindo a responsabilidade civil e criminal pelo conteúdo dos mesmos;
- IV - levar ao conhecimento do Poder Executivo e da empresa concessionária ou permissionárias as irregularidades de que tenha conhecimento, referente aos serviços prestados.

SEÇÃO IV

DA POLÍTICA TARIFÁRIA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 12. A empresa concessionária ou permissionária será remunerada por intermédio de pagamento efetuado diretamente pelo contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela editada pelo Município, para cada diferente serviço ou bem à venda.

Art. 13. As tarifas do serviço funerário municipal serão estabelecidas por ato do Chefe do Poder Executivo e atualizadas anualmente.

Parágrafo único. O Poder Concedente poderá proceder à revisão dos valores das tarifas, alterando-os para mais ou para menos, de modo a garantir a modicidade das tarifas.

Art. 14. As atividades integrantes do serviço funerário, dentro do Município, serão prestadas exclusivamente pela empresa concessionária ou permissionária, ficando expressamente proibido que empresas funerárias, com base em outros municípios, exerçam atividades concorrentes.

§ 1º As empresas funerárias sediadas em outra localidade somente poderão executar o serviço funerário no Município de Forquilha nas seguintes situações:

- I - quando o óbito tenha ocorrido em Forquilha e a família opte por efetuar o sepultamento em outra localidade, desde que a funerária seja do local onde será efetuado o sepultamento, comprovado mediante documentação hábil;
- II - quando o óbito ocorrer em outro município e a família optar pelo sepultamento em Forquilha com prévia autorização da Diretoria de Fiscalização.

§ 2º A transladação de corpos para sepultamento em outro município só será permitida mediante a emissão de nota fiscal de todos os serviços efetivamente prestados e autorização da Diretoria de Fiscalização.

§ 3º O transporte de corpos dentro do município será feito somente por meio de veículos fúnebres devidamente autorizados e veículos do IML - Instituto Médico Legal, no exercício de suas atividades;

§ 4º Quando o corpo for trasladado para município localizado a uma distância superior a 250 km (duzentos e cinquenta quilômetros) será obrigatória a devida preparação visando assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais

e de saúde.

§ 5º nos casos de transporte por via aérea, observar-se-ão as determinações do ANAC - Agencia Nacional de Aviação Civil do Governo Federal.

§ 6º Na exceção prevista no § 1º, as funerárias deverão estar comprovadamente regularizadas nos municípios de origem, bem como previamente cadastradas no órgão municipal competente, além de ter que efetuar o recolhimento de tarifa à municipalidade, a ser regulamentada.

§ 7º As funerárias de outros municípios deverão apresentar toda a documentação necessária para sua perfeita identificação e de verificação da regularidade de sua situação, bem como de seus empregados e contratados, a critério do órgão municipal competente.

§ 8º É vedada, no território municipal, a realização de qualquer forma de divulgação e propaganda de funerária que não seja concessionária ou permissionária do Município de Forquilha.

§ 9º O descumprimento do disposto neste artigo ensejará a funerária que não seja concessionária ou permissionária à aplicação multa no valor de até 20.000 (vinte mil) UFM's a ser aplicada de forma gradativa, podendo ser em dobro no caso de reincidência, independente de outras sanções previstas nesta lei.

SEÇÃO V

DOS SERVIÇOS SOCIAIS

Art. 15. A prestação de serviços a usuários carentes constitui obrigação da concessionária ou permissionária, que deverá prestar atendimento gratuito à família do falecido quando esta, não tiver condições financeiras de arcar com os custos, através de parecer da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, a qual o emitirá baseado em critérios definidos em regulamentação própria.

Art. 16. O benefício por morte ao usuário carente poderá contemplar quando necessário:

- I - urna funerária;
- II - velório e sepultamento, incluindo transporte funerário;
- III - utilização de capela mortuária;
- IV - isenção de taxas;

§ 1º Não serão incluídos no benefício por morte as flores e vestes do morto.

§ 2º Por usuário carente entende-se aquele que atenda os critérios definidos em regulamentação própria da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

§ 3º O padrão de atendimento ao usuário carente será simplificado, utilizando-se de serviços de modo estritamente indispensável para a garantia da dignidade da pessoa humana.

Art. 17. O corpo do indigente, assim considerado o cadáver não reclamado por familiares após o decurso de prazo legal, será inumado mediante solicitação do IML (Instituto de Medicina Legal) dirigida ao poder concedente, para as devidas providências.

Art. 18. O sepultamento de natimortos e recém-nascidos seguirá, conforme o caso, a prescrição constante na presente lei, ressalvada a vontade em contrário da família.

Art. 19. O serviço de inumação de fetos e restos mortais, decorrentes de atendimento médico-cirúrgico, solicitado por estabelecimentos hospitalares públicos ou filantrópicos será gratuito.

Art. 20. A execução dos serviços especificados neste Capítulo implica na automática dispensa de taxas e tributos inerentes à prestação de serviços, sendo a nota fiscal emitida sem valor comercial. Parágrafo único. Os serviços gratuitos previstos neste capítulo serão prestados pelo sistema de rodízio.

CAPÍTULO III

DAS PENALIDADES

Art. 21. O Poder Concedente, ao tomar ciência de qualquer infração, promoverá sua apuração mediante processo administrativo próprio, assegurado o princípio da ampla defesa, e será instruído no mínimo com os seguintes elementos:

I - Cópia do auto de infração com relatório circunstanciado da situação verificada;

II - Cópia da notificação, indicando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa pelo infrator;

III - despacho do responsável pelo serviço funerário no Município com aplicação da penalidade cabível, quando for o caso.

Art. 22. Ao infrator punido na forma deste Capítulo é assegurado o direito de interpor recurso, no prazo de 05 (cinco dias) úteis contados da notificação das penalidades aplicadas, e será dirigido ao Secretário da Pasta a qual está vinculado Setor responsável pela gestão dos serviços funerários.

Art. 23. O descumprimento pela empresa concessionária ou permissionária de qualquer exigência contida nesta Lei ou em regulamento sujeitar-lhe-á à aplicação, separada ou cumulativa, pelo Poder Executivo, por meio do órgão municipal competente, das seguintes sanções:

I - advertência escrita para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de multa;

II - multa no valor de até 2.000 (duas mil) UFM's a ser aplicada de forma gradativa, podendo ser em dobro no caso de reincidência, independente de outras sanções previstas nesta lei;

III - apreensão e perda em favor da municipalidade de artigos e materiais utilizados pelos infratores;

IV - suspensão da atividade até correção da irregularidade;

V - revogação da concessão ou permissão e rescisão do contrato de concessão ou permissão.

Art. 24. Constatado pelo órgão municipal competente o descumprimento das normas legais e regulamentares, sofrerá a concessionária ou permissionária a imposição da penalidade de advertência, mediante notificação escrita, que especificará o dispositivo desatendido, fixando prazo para a regularização.

Art. 25. Na continuidade do desatendimento das normas legais e regulamentares será aplicada ao infrator à multa estabelecida no art. 23, II, dessa Lei, e, no caso de reincidência, o dobro do respectivo valor.

§ 1º A multa deverá ser paga pela empresa concessionária ou permissionária no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da notificação ou do indeferimento do recurso.

§ 2º Os bens apreendidos nos termos do inciso III do art. 23 desta lei serão devidamente discriminados em termo de apreensão constante do auto de infração, e somente serão devolvidos na hipótese de ser provido o recurso interposto pelo infrator.

§ 3º Findo o prazo de recolhimento das multas será determinada a remessa do processo administrativo ao setor responsável para que se proceda à inscrição do débito em dívida ativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis para cobrança do débito.

Art. 26. O auto de infração e o termo de apreensão poderão ser formalizados pelo setor de fiscalização e tributos, na pessoa de seu Diretor ou através de seus fiscais ou auditores.

Art. 27. Independentemente das penalidades pecuniárias, impostas à empresa concessionária ou permissionária, a concessão ou permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, sem quaisquer indenizações, além das hipóteses previstas nesta Lei, no caso de a concessionária ou permissionária incorrer nas seguintes situações:

I - perda da capacidade financeira, técnica ou administrativa;

II - paralisação dos serviços objeto da concessão ou permissão;

III - subcontratação ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, dos serviços objeto da concessão ou permissão;

IV - descumprimento de qualquer cláusula do instrumento de

concessão ou permissão.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A encampação, falência, extinção, desistência, alteração do quadro societário, fusão e incorporação de concessionária ou permissionária obriga a novo processo licitatório, caducando automaticamente a concessão ou permissão anteriormente dada, rescindindo-se, em consequência, o termo contratual e cancelando-se o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 1º Considerar-se-á como desistência a constatação da cessação da operação da empresa, mesmo que documentalmente ativa.

§ 2º Entende-se como encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão ou permissão, na forma prevista legalmente.

§ 3º A inexecução total ou parcial do contrato de adesão poderá acarretar, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou permissão, independentemente da aplicação das demais sanções cabíveis.

§ 4º Havendo mais de uma concessionária ou permissionária, estas não poderão fazer parte do mesmo grupo econômico, mesmo que de fato ou familiar.

§ 5º Ocorrendo a constatação que existência de grupo econômico disposto no parágrafo acima, será declarada automaticamente a caducidade da concessão ou permissão de ambas concessionárias ou permissionárias, rescindindo-se, em consequência, o termo contratual e cancelando-se o respectivo Alvará de Localização e Funcionamento.

Art. 29. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no que for necessário.

Art. 30. Aplicam-se às concessões ou permissão disciplinadas pela presente lei as regras gerais previstas pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas respectivas alterações, bem como a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 31. As atuais autorizações, concessões ou permissões para funcionamento de empresas funerárias no município, cessam de pleno direito, cancelando-se os respectivos Alvarás de Localização e Funcionamento, tão logo a vencedora do processo licitatório inicie a prestação do serviço.

Art. 33. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário em especial as Leis nº 169/1992, 2014/2014 e 2055/2014.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.077, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 2.077, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA RUA SALETE NAZÁRIO A VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha faz saber aos habitantes do município que a Câmara de Vereadores, os legítimos representantes do povo, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada Rua Salete Nazário a atual Rua Nº 351 do Loteamento Aloisio Eyng que inicia na Avenida 25 de julho e segue até o seu final em direção Rio Mãe Luzia.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo**PREFEITURA****AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2015- RP- 0003**

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0006/2015 - FMS

Registro de Preço Nº 0003/2015-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO □ SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratações futuras de serviços gráficos para confecção e impressão de expedientes diversos, folders e cartazes, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, SAMU, CAPS e Laboratório Municipal de Próteses Dentárias. Retificação: Foi alterada a data de abertura do presente Certame que ficará sendo: A ENTREGA, PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o CREDENCIAMENTO, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 14:15 horas do dia 09 de abril de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040_2015- RP- 22

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0040/2015 - PMF

Registro de Preço Nº 0022/2015-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO □ SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais diversos de uso veterinário, para atendimento ao Programa de Inseminação Artificial, que faz parte do PISA - Programa de Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas Retificação: Foi alterada a data de abertura do presente Certame que ficará sendo: A ENTREGA, PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o CREDENCIAMENTO, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 14:15 horas do dia 10 de abril de 2015, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de março de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 059/2015

DECRETO Nº 059, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO DE FRAIBURGO - ORTFRAI

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros titulares para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Fraiburgo:

I - Ademir Vicente Franco de Souza Júnior - representante do Poder Executivo Municipal;

II - Diego Michelon Ferreira - representante da Procuradoria Geral;

III - Fernando André Marques - representante da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

IV - Sebastião Olívio Ferreira Leal - representante da Secretária Municipal de Saúde;

V - Fiorindo de Oliveira - representante da Secretária de Infraestrutura Urbana;

VI - Ari Guidani - representante da Aciáf;

VII - Adilson José Dias - representante da Câmara Municipal de Fraiburgo;

VIII - Jhon Endy Lamb - representante da Polícia Civil;

IX - Ademir Marcondes - representante da Polícia Militar;

X - Elaine Vedani Piccoli - representante da Câmara de Dirigentes e Lojistas de Fraiburgo;

XI - Thaís Heiden - representante do ASSEAF.

Art. 2º - Ficam nomeados os seguintes membros suplentes para o Órgão Executivo de Trânsito no Município de Fraiburgo:

I - João Albino de Barros - representante suplente do Poder Executivo Municipal;

II - Marcos Antônio Maestrini Miguel - representante suplente da Procuradoria Geral;

III - Claudete Gheller Mathias - representante suplente da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

IV - Nilce Pinz - representante suplente da Secretária Municipal de Saúde;

V - Gelson Donizete de Souza - representante suplente da Secretária de Infraestrutura Urbana;

VI - Jorge Luiz Pozza Pederiva - representante suplente da ACIAF;

VII - José Darcy Soares França - representante suplente da Câmara Municipal de Fraiburgo;

VIII - Mariá Aparecida Lazzari - representante suplente da Polícia Civil;

IX - Charles A. de Lima - representante suplente da Polícia Militar;

X - Claudio Antônio Padilha - representante suplente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 25 DE MARÇO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 060/2015

DECRETO Nº 060, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo em todo o território municipal, no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira), em razão da comemoração do Dia de Tiradentes.

Parágrafo único. Ficam excetuados do previsto no caput deste artigo, os serviços essenciais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 25 DE MARÇO 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0882/2015

PORTARIA Nº 0882, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Designa Fiscal de Obra decorrente de

Contrato Administrativo.

O Prefeito de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHELLE RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.258.169-92, nomeada no cargo de provimento efetivo de ARQUITETA, matrícula nº 8701, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT15PMF18, Processo Administrativo Licitatório nº 0028/2015, Pregão Presencial nº 0018/2015, cujo objeto é a substituição da cobertura e calhas da Casa da Cultura, localizada na Rua Mar-ly, centro, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com o Memorial Descritivo (ANEXO ao PAL).

Art. 2º. Incumbe a fiscal acima designada acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0883/2015

PORTARIA Nº 0883, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de ROSANGELA APARECIDA SILVANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 008.059.259-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 25 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0884/2015

PORTARIA Nº 0884, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 010.057.889-60, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA, com carga horária de 24 horas semanais, a partir de 31 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 25 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA PGM Nº 002/2015

PORTARIA PGM 002/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ESTIPULA A DISTRIBUIÇÃO EQUALITÁRIA DE PROCESSOS ENTRE OS PROCURADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Procurador Geral do Município no uso de suas atribuições legais, em conformidade no disposto no artigo 71, I, da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de distribuição igualitária de trabalhos, a organização da procuradoria, o bom andamento dos feitos, e considerando as informações da Procuradoria que devem ser repassadas ao Chefe do Poder Executivo, faz publicar a presente Portaria:

Artigo 1º - Os processos em geral, no âmbito administrativo ou judicial, de quaisquer esferas, tribunais, inclusive os de Contas, e

quaisquer Poderes, tanto os que tenham o município como autor ou réu, como os que tenham sido propostas contra autoridade municipal, inclusive os procedimentos administrativos disciplinares, envolvendo interesse público do município serão distribuídos de acordo com sua chegada ou necessidade de propositura de forma equitativa com estrita observância da carga horária de cada procurador, pelo gabinete da procuradoria geral do município, e, com base nas atribuições específicas de cada Procurador, a iniciarse pelo procurador de mais tempo de serviço ao procurador de menor tempo de serviço.

Artigo 2º - Os processos já distribuídos entre os procuradores serão de total responsabilidade daqueles que já os receberam, e os que lhes tenham sido repassados mediante procuração, assim permanecerão até segunda ordem ou redistribuição a critério do procurador geral do município, ressalvado os processos judiciais de execução fiscal, que serão redistribuídos.

Parágrafo único - Os processos judiciais de execução fiscal passarão a partir da publicação desta Portaria a ser distribuídos equitativamente com estrita observância da carga horária de cada procurador, aos procuradores lotados no Paço Municipal, sem prejuízo dos demais processos e procedimentos de toda ordem que envolva o interesse do município, sendo que os pretéritos ficarão distribuídos da seguinte maneira: a) ficará a cargo do procurador João Rudinei Belotto os processos executivos fiscais distribuídos até o ano de 2010; b) ficará a cargo da procuradora Simara Cristina Ferreira de Deus Sarturi os procedimentos distribuídos do ano de 2011 até o ano de 2015, com exceção das petições que pedem o parcelamento, a suspensão e baixa de execução que ficarão todas a cargo do procurador Silvano Pelissaro, tanto os de anos posteriores, tanto os de distribuição novas, como ficarão a cargo do mencionado procurador todos os processos de ordem tributária e fiscal, sem prejuízo do disposto no artigo 1º.

Artigo 3º - O procurador Marcos Antônio Maestri Miguel continuará prestando seu serviço diretamente na Secretaria de Saúde, ficando responsável por todos os processos judiciais e procedimentos administrativos, inclusive os de ordem disciplinar que envolva a Secretaria de Saúde ou atividades afins.

Artigo 4º - Os processos e procedimentos administrativos distribuídos ao procurador que justificar seu impedimento, ou estiver de férias ou licença autorizada por lei, serão distribuídos de forma equitativa, com estrita observância da carga horária, aos demais procuradores, na forma do artigo 1º.

Artigo 5º - A procuradora Simara Cristina Ferreira de Deus Sarturi passará exercer sua função junto ao espaço destinado a procuradoria do município, na parte inferior do Paço Municipal, juntamente com os demais procuradores.

Artigo 6º - Ao receber o processo, o procurador designado obrigatoriamente deverá juntar aos autos procuração outorgada pela municipalidade em seu nome e em nome do procurador geral do município;

Artigo 7º - Os procuradores terão que apresentar ao procurador geral do município relatório de todos os processos a eles vinculados, segundo formulário padrão, inclusive dos processos já distribuídos, informando o estágio processual em que se encontram, até o dia 10 subsequente ao mês que se findou.

Artigo 8º - Os procuradores receberão senhas individuais com o fim específico de informar detalhes do andamento processual em programa de informática destinado ao controle de processos;

Artigo 9º - Serão realizadas reuniões periódicas de todos os procuradores, podendo contra com a preferência de presença do Sr.

Prefeito Municipal, em horário e dia designado previamente, para o fim de exposição de problemas, soluções e prevenção, ligados a questões de interesse público.

Artigo 10º - As comunicações serão enviadas preferencialmente por comunicado interno e por e-mail, sendo requisitados os endereços a todos os procuradores e demais funções ligadas à procuradoria geral do município.

Artigo 11º - Em vista das prerrogativas de prazos que envolvem a Fazenda Pública, e do mínimo zelo profissional que é exigido do Procurador do Município, e tendo em conta a natureza e importância das causas que envolvem o interesse público, nada obstante o disposto no artigo 320, II do Código de Processo Civil, os prazos deverão ser praticados impreterivelmente dentro dos estabelecidos por legislação própria, sob pena de responsabilização civil e disciplinar do responsável pelo descumprimento.

Artigo 12º - Fica expressamente revogada a Portaria de n.º 01/2015 e as disposições em contrário.

Artigo 13º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 25 de março de 2015.
ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

RESOLUÇÃO CMS 001/2015 **DELIBERAÇÃO 001/CMS/15**

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 28 de janeiro de 2015, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, conforme ATA Nº 001/2015, APROVOU a inclusão de representantes dos serviços públicos de Saneamento Básico junto ao Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo com as devidas alterações da Lei nº 1791/2008 e em conformidade com a Lei nº 11.445/2007 do Ministério das Cidades, assegurada a representação:

- I - dos titulares dos serviços;
- II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;
- V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Fraiburgo (SC), 28 de janeiro de 2015.
Nilce Pinz
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Galvão

PREFEITURA

LEI Nº 812 E LEI Nº 814

LEI 812/2015

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, consolidados pela Lei nº 12.435, de 2011.

Art. 2º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1º O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social;

§ 2º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

Art. 3º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou estudo social, elaborado por Assistente Social vinculado ao órgão gestor da Assistência Social, responsável pela concessão dos benefícios eventuais.

Art. 4º Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cujas ocorrências provocam riscos e fragilizam a manutenção do indivíduo, à unidade da família e à sobrevivência de seus membros.

Art. 5º A especificação e a documentação exigida para acessar os benefícios concedidos à população serão definidos nesta lei municipal tendo por base cada benefício eventual concedido pela Assistência Social.

Parágrafo Único: Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados como renda para a concessão de benefício eventual.

Art. 6º São formas de benefícios eventuais:

- I - auxílio natalidade;
- II - auxílio funeral;
- III - situações de vulnerabilidade temporária;
- IV - calamidade pública.

Art. 7º Cada benefício eventual terá critérios próprios de acesso.

Art. 8º O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

necessidades recém nascido; apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e que será atendido através do auxílio funeral e apoio à família no caso de morte da mãe.

Art. 9º São critérios para receber o Auxílio Natalidade.

I - Não possuir direito de receber o Auxílio Maternidade pela Previdência Social;

II - Possuir renda familiar até um salário mínimo vigente na data de concessão do auxílio;

III - Residir no município.

IV - Estudo socioeconômico realizado pelo assistente social.

Art. 10 São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Declaração médica indicando o tempo gestacional, se o benefício for solicitado antes do nascimento;

II - Certidão de nascimento, se solicitado após o nascimento;

III - Comprovante de residência;

IV - Comprovante de renda de todos os membros da família;

V - Documentos pessoais, sendo ele CPF, RG ou NIS.

VI - Estudo socioeconômico.

Art. 11 O benefício pode ser solicitado a partir do 7º mês de gestação até o 90º dia após o nascimento.

Art. 12 O benefício eventual de auxílio natalidade será fornecido uma única vez para o usuário em pecúnia ou em bens materiais limitado ao valor de um salário mínimo vigente.

Art. 13 O auxílio funeral atenderá: despesas de urna funerária, velório, sepultamento e traslado; necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; o ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual momento em que este se fez necessário.

Art. 14 São critérios para o Auxílio Funeral.

I - Possuir renda familiar até dois salários mínimos vigentes na data de concessão do auxílio;

II - Residir no município;

III - Estudo socioeconômico realizado pelo assistente social.

Art. 15 São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - Atestado de óbito;

II - Comprovante de residência;

III - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - Documentos pessoais (CPF e RG) ou NIS.

V - Estudo socioeconômico.

Art. 16 O benefício eventual de auxílio funeral será fornecido em pecúnia ou em bens materiais limitados ao valor de um salário mínimo vigente na data de concessão do benefício.

Art. 17 No caso de usuário da política de assistência social, em extrema pobreza, sem vínculos familiares, em situação de abandono ou morador de rua o valor concedido pelo auxílio funeral poderá custear a integralidade do funeral, sepultamento e traslado.

§ 1º Nos casos em que for pago o auxílio funeral nos termos do que consta no caput haverá necessidade de Estudo Social emitido pelo assistente social responsável pelo atendimento ao usuário em questão, informando inclusive quanto ao valor total do benefício a ser concedido.

§ 2º No caso que consta no caput deste artigo, e em que houver necessidade de traslado, fica o município autorizado a efetuar o pagamento de acordo com os dados constantes no Estudo Social.

Art. 18 O auxílio eventual para situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Art. 19 Fica autorizado nos casos de vulnerabilidade temporária o

acesso a materiais ou serviços como:

I - Cesta alimentação,

II - Passagem e transporte (retorno a origem e velórios),

III - Garantia de segurança alimentar.

Art. 20 São critérios de acesso ao auxílio de vulnerabilidade temporária:

I - Para a cesta alimentação:

Possuir renda per capita de até ¼ do salário mínimo vigente;

Não estar recebendo aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença ou benefício de prestação continuada - BPC;

Residir no município.

II - Para passagem para retorno a origem e velórios:

Possuir renda familiar de até dois salários mínimos;

Passagem no caso de velórios somente para falecimento de parentes até segundo grau.

Residir no município.

III - Garantia de segurança alimentar:

Documento comprobatório da necessidade do auxílio.

Renda familiar de até um salário mínimos vigente.

Residir no município.

Art. 21 São documentos essenciais para o auxílio vulnerabilidade temporária:

I - Documentos pessoais (CPF e RG) e NIS,

II - Comprovante de renda de todos os membros do grupo familiar

III - Comprovante de residência

IV - Documentos necessários de acordo com cada tipo de auxílio,

II - Estudo socioeconômico.

Art. 22 Fica autorizado nos casos de desastres e de calamidade pública o acesso a materiais e serviços descritos conforme resolução específica do CMAS de modo a assegurar aos usuários a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo Único: O CMAS deverá em resolução específica tratar sobre os materiais e serviços necessários no caso de desastres e calamidade pública atendendo a situação apresentada no momento.

Art. 23 Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 24 O auxílio em situação de calamidade pública será concedido de forma imediata ou conforme determinado juntamente com a família em pecúnia ou bens materiais definidos pelo CMAS em resolução.

Art. 25 Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante

ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

Art. 26 Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social podendo criar resoluções no sentido de aprimorar a concessão dos benefícios eventuais.

Art. 27 As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social afirmando que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistida ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 28 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogando a lei Nº 685/2010, 416/2003 e 493/2005.

Galvão, 24 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

LEI Nº 813/2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NO PROGRAMA DE CESTA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas; Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Programa de Cesta Materiais de Construção destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Galvão.

Parágrafo único: Para a concessão deste benefício, considera-se família todas as pessoas residentes na habitação à receber melhorias, que se encontram unidas por laços consanguíneos, de afinidade, aliança e afetividade.

Art. 2º O programa Cesta Materiais de Construção tem como objetivo atender famílias em situação de extrema pobreza, pobreza ou vulnerabilidade social relativo à concessão de materiais de construção para melhorias e reformas nas condições de habitabilidade, prioritariamente a construção de banheiros e reforma de telhados.

Art. 3º São critérios de acesso ao auxílio fornecido pela Cesta Materiais de Construção:

- I - Possuir renda familiar de até 890 (oitocentos e noventa) Unidade Fiscal de Referência Municipal vigente;
- II - Residir no município há no mínimo um ano;
- III - Residir em casas próprias.

Art. 4º Caracteriza-se como público prioritário para concessão da Cesta Materiais de Construção:

- I - Famílias com mulheres chefe de família;
- II - Idosos considerados com 60 anos ou mais;
- III - Famílias com pessoas com deficiência;
- IV - Famílias em situação ou atingidas por intempéries da natureza como: enchentes, vendavais, temporais, granizo.
- V - Famílias com moradias em situação de risco.

Parágrafo Único: O atendimento às famílias inscritas no programa Cesta Materiais de Construção obedecerá aos indicativos de público prioritário, podendo atender os demais desde que todas as famílias inscritas como público prioritário já tenha sido atendido.

Art. 5º São documentos necessários para solicitar o auxílio:

- I - Comprovante de renda de todos os membros da família;
- II - Comprovante de residência;

III - Escritura ou contrato de compra do imóvel onde será investido os recursos do auxílio;

IV - Documentos pessoais (RG, CPF e/ou NIS);

V - Estudo social;

VI - Documento comprobatório de aquisição do material de construção.

Art. 6º A execução do serviço de reforma e construção relativa à mão de obra é de inteira responsabilidade de família beneficiária da cesta materiais de construção.

Art. 7º A concessão do benefício somente será realizada após realização de estudo socioeconômica elaborada por assistente social do município.

Art. 8º O valor do benefício será definido no estudo socioeconômico do assistente social de acordo com as necessidades da família, limitado ao valor de 1.333 (mil trezentos e trinta e três) Unidade Fiscal de Referência Municipal vigente.

Parágrafo único: A família beneficiária do auxílio somete terá acesso a outro auxílio transcorrido o prazo de quatro anos.

Art. 9º O programa previsto nesta lei será automaticamente suspenso quando não persistir dotação orçamentária a fazer frente às despesas dele decorrentes, podendo ser reestabelecido assim que essa circunstância deixar de existir.

Art. 10º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, especialmente a lei municipal 409/2003.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de março de 2015.

Neri Pederssetti
Prefeito Municipal

Sérgio Pacheco
Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 814/2015

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DO SALÁRIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS, E DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS, CONCEDE AUMENTO REAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica efetivada a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo e dos empregados públicos, mediante a aplicação do índice de 7,13% (sete vírgula treze por cento), sobre os vencimentos e salários vigentes em fevereiro de 2015.

§ 1º. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo vigorará com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

§ 2º. Ficam alterados os valores das Funções Gratificadas e demais adicionais, mediante a aplicação do índice de revisão de que trata esta Lei.

Art. 2º. Fica efetivada a revisão geral do subsídio dos agentes políticos municipais, no caso Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários Municipais, mediante a aplicação do índice de 7,13% (sete vírgula treze por cento), sobre o subsídio vigente em fevereiro de 2015.

Parágrafo Único. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo vigorará com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Art. 3º. A revisão geral anual que trata esta Lei, está baseada no acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, relativo ao período de fevereiro de 2014 até janeiro de 2015 conforme Lei Complementar Municipal nº

629/2009 de 05/03/2009.

Art. 4º. Fica concedido aumento real no percentual de 5,87% (cinco vírgula oitenta e sete por cento), nos vencimentos, funções gratificadas e demais adicionais, para os servidores do Poder Executivo, ocupantes do cargo de Vigia, Auxiliar de Biblioteca, Agente de Copa e Limpeza e Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 5º. Fica ainda, concedido aumento real nos vencimentos, funções gratificadas e demais adicionais, para os servidores do Poder Executivo, no percentual de 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento), para os demais cargos não descritos no artigo anterior.

Parágrafo Único. Não serão contemplados com o aumento de que trata o presente artigo os Agentes Políticos, Comissionados e Empregados Públicos.

Art. 6º. Fica ainda, recepcionado o disposto no Decreto Municipal nº 048/2015 de 02 de março de 2015.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Sérgio Pacheco

Prefeito Municipal

Secretário de Administração

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR005/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais de enfermagem para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 09/04/2015.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 09/04/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 25 de março de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº02 AO CONTRATO Nº 119/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo; Contrato nº 060/2014; Processo nº. 119/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: E.F.M CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 08.801.232/0001-50. Objeto: Aumento quantitativo de seu objeto no valor de R\$ 7.669.09 (Sete mil seiscentos e sessenta e nove reais e nove centavos), conforme planilha e justificativa encaminhada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura.; Data da Assinatura: 25/03/2015.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAL PROCESSO SELETIVO N.º 002/2015.

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAL DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2015

FICAM HOMOLOGADO o Resultado parcial do Processo Seletivo, Edital n.º 002/2015, para o seguinte cargo:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 05 MICRO 03
POSIÇÃO
NOME CANDIDATO

001
LIDIANE SILVEIRA DOMINGOS

002
CRISTIANE TARUZZI SOLFA ESPINDOLA

003
ARIEL FABRICIO BOAVENTURA PEREIRA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 05 MICRO 01
POSIÇÃO
NOME CANDIDATO

001
ANA LUCIA ESTEVÃO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03 MICRO 04

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	IVONÉZIA AMORIM DE SOUZA

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 05 MICRO 02

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	CRISTINA SCHREINER PINTO
002	JADNA DOS SANTOS
003	RENATO GUILHERME HEXSEL
004	ANTONIA REGINA DA ROSA
005	EUGENIO VIEIRA MACHADO

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 03 MICRO 05

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	ILMA CRISPIM GONÇALVES
002	ANGELA CARVALHO ENGEL
003	ANGELITA GONÇALVES DE AMORIM
004	JULIANA WEBSTER TEIXEIRA BRASIL
005	ROSANGELA EUFRAZIO (DESCCLASSIFICADO)

Garopaba, 16 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 26/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

JARF - 1ª DISTRIBUIÇÃO_2015

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS
PAUTA DE JULGAMENTO Nº 0001/2015

De ordem do Ilustríssimo Senhor Bacharel JEAN NASCIMENTO PACHECO, Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Gov. Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem interessar possa que, no dia 30 do mês de março de 2015 (30/03/2014), às 10h30min, em sessão ordinária, serão julgados na Sala de Sessões, os recursos referentes aos seguintes processos:

10270053442014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: RENATO BARBOSA GROSS - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA

10270053452014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: JOSÉ CARLOS ZANONI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR

10270053462014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: ESTEVÃO TOMASZEWSKI - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270053472014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FLORENTINA CAROLINA BOTELHO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FABIO DE SOUZA

10270053482014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: IVO MANOEL CARDOSO - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR

1027005534014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: FERNANDA ALCALDE VIEIRA PINHEIRO - ME (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270053502014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: PAUSADA ARTHEMIS LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA

10270053512014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: MARIA DE LOURDES PRIM (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR

10270053522014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: DANIEL NASCIMENTO SANTIAGO (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: JEAN NASCIMENTO PACHECO

10270053532014 - Reexame Necessário - Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância. Participantes: SOUZA & FERREIRA CONT. ASSOCIADOS S/C (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida). Relator: FÁBIO DE SOUZA

Garopaba, 25 de março de 2015.
EMANUELE BARCELLOS CANDIDO
Secretária-Geral

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 52/2015

DECRETO Nº 52, DE 25 DE MARÇO DE 2015

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor José Chaves, o Secretário de Administração, Planejamento e Finanças senhor Valdir Celso Fiedler, e a gestora do Fundo Municipal de Saúde, senhora Vanessa Mariling Backes Nagel, a efetuar as operações bancárias, nas contas 7434-9, 58040-6, 91046-5, 114674-2 de titularidade do Fundo Municipal de Saúde sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, e nas contas 92719-8 e 98326-8 de titularidade do Fundo Municipal de Assistência Social sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Art. 2º - As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas, sendo uma obrigatoriamente do gestor do Fundo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1872/2015

LEI Nº 1872, DE 25 DE MARÇO DE 2015

“Autoriza a alterar ação/meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2015 e na Lei Orçamentária Anual 2015”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a

seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alteradas na Lei Municipal nº 1822, de 14 de agosto de 2014, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2015 e na Lei Municipal nº 1861, de 23 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual do exercício 2015, no Programa 1030 - Manutenção da Educação Infantil, do orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, a ação abaixo que passa a ter a seguinte denominação:

Órgão 07.001 - Secretaria Municipal de Educação
Função 012 - Educação
Sub-função 365 - Educação Infantil
Programa 1030 - Manutenção da Educação Infantil
Ação/Meta - 1011 - Construção, ampliação e reforma de imóveis da Educação Infantil

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 46/2015

PORTARIA Nº 046 de 24 de março de 2015.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 10. Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constantes do anexo I desta Portaria, para os cargos de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico

(quando o cargo requerer);
7) Cópia do RG e CPF;
8) Cópia do título de eleitor;
9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
10) Cópia do PIS/PASEP;
11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;
23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
25) CTPS original

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor a contar de 24 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I - PORTARIA 046/2015
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor - Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300076	GENIELE CINTIA DA SILVA	Reclassificada a pedido em 48º
17300103	ANDREIA DIAS DA SILVA	Reclassificada a pedido em 49º
17300207	LILIAN THALITA DIERSCHNABEL	Reclassificada a pedido em 50º

PORTARIA Nº 49/2015

PORTARIA Nº 049 de 25 de março de 2015

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DA SERVIDORA ANA CAROLINE MARTINS RODRIGUES RAITZ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Considerando, Ofício n.º 39/2015 da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 001/1998;

RESOLVE:

ART. 10. - Remover a servidora ANA CAROLINE MARTINS RODRIGUES RAITZ, da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, mantida a carga horária de 220 horas mensais.

ART. 20. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de Março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 10/2015

RESOLUÇÃO 10/2015

Dispõe sobre o horário de expediente da servidora Jucilene Luiz. Considerando a necessidade administrativa do Poder Legislativo. O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais em especial o artigo 50, §1º XIV e §3º II do Regimento Interno da Casa.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente da servidora Jucilene Luiz:

Segunda a sexta-feira das 13:00 as 19:00 horas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2015.

Gabinete do Presidente em, 25 de março de 2015.
Reginaldo Mews Rosa
Presidente

RESOLUÇÃO 11/2015

RESOLUÇÃO 11/2015

Revoga a Resolução 15/2014.

Considerando o protocolo do Projeto de lei Complementar Legislativo 01/2015 que institui o Plano de Carreira dos servidores efetivos e estabelece os quadros de cargos e vencimentos da Câmara de Vereadores de Garuva.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais em especial o artigo 50, §1º XIV e §3º II do Regimento Interno da Casa.

RESOLVE:

Art. 1º - Revoga a Resolução 15/2014

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/04/2015.

Gabinete do Presidente em, 25 de março de 2015.

Reginaldo Mews Rosa

Presidente

Gaspar**PREFEITURA****DECRETO Nº 6.307, DE 10 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 6.307, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA ROSANGELA APARECIDA CORREA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora ROSANGELA APARECIDA CORREA, CPF nº 020.897.959-05, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, a partir de 24/03/2015, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 5.746/2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

AVISO DE ANULAÇÃO DE ITENS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ANULAÇÃO DE ITENS DO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

Comunica-se, a todos os interessados na Licitação acima epigrafada - OBJETO: Registro de Preços de materiais para iluminação pública para o Município de Gaspar, que os itens 57, 58 e 59, do anexo V, estão anulados e não serão aceitas cotações para os mesmos. Para os demais itens a licitação segue normalmente. Íntegra do documento no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 25/03/2014.

JEAN CARLOS DE OLIVEIRA

Pregoeiro - Dec. 6.094/2014

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2015

OBJETO: Registro de Preços de serviços de escavação, assentamento de tubos, recobrimento das tubulações, confecção de caixas coletoras pluviais, com fornecimento de mão de obra, máquinas, caminhões e ferramentas. ENTREGA DOS ENVELOPES até as 9h do dia 10/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 26/03/2015

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 6.306, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.306, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA NEUSA MARIA SCHMITT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora, da servidora NEUSA MARIA SCHMITT, a qual foi nomeada pelo Decreto n. 390/92, em decorrência de sua aposentadoria por Tempo de Contribuição, a partir de 23/03/2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.332, DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 6.332, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e artigo 10º e seguintes da Lei Municipal nº 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme seguem:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
RODINEI ANTUNES VIEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	18º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
VITOR GONDREK	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	40	19º	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR**AVISO DE ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015 - SAMAE**

SAMAE/GASPAR

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiada pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais dispositivos aplicáveis à espécie, e Considerando a contratação de empresa especializada para executar os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Considerando que, após análise da impugnação interposta constatou-se haver alguns equívocos no conteúdo e projeção de aspectos preponderantes, como, p.ex., "instabilidade contratual" em curto prazo nos serviços de transporte, possível número de pessoal e veículo inferior ao necessário, dentre outros.

Considerando que a Administração pode rever seus atos a qualquer momento, como também, com o escopo de garantir maior qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços contratados.

RESOLVE: ANULAR O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO na modalidade de PREGÃO Nº. 3/2015.

Ao departamento de compras para, revisto o edital e feitas às retificações pertinentes, reabertura de novo prazo de publicação de forma integral do texto (edital), conforme dispõe o §4º do artigo 21 da Lei nº. 8.666/93, com posterior prosseguimento do Pregão Presencial.

Gaspar (SC), em 20 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de 2015, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 04/2015, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 25/03/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de passagens aéreas intermediadas por agência de viagens, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 4/2015. A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

DS TRAVEL TUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. ME.
(09.193.294/0001-90)

Item:	Unidade de medida: Descrição do item:	Quantidade de registrada:	Valor unitário registrado:	Valor total registrado:
1	Serv. SERVIÇOS DE AGENCIA DE VIAGENS PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AEREAS (QUE COMPREENDE: RESERVA, EMISSAO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS, NACIONAIS, DE QUAISQUER EMPRESA DE TRANSPORTE AÉREO.	250	R\$ 20,00	R\$ 5.000,00

Valor total homologado do Licitante: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Valor total homologado da Licitação: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

ENTREGA: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do SAMAE, tendo por referência os gastos realizados nos últimos 03 (três) anos, conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico. Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados ao responsável pela ATA ou Contrato. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado, pelo SAMAE, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento de Compras, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento de Compras.

Gaspar (SC), em 25 de março de 2015.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER - Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

MARCELO HEINZEN - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, no uso de suas atribuições legais e conforme Lei nº 694, de 20 de agosto de 2010, o qual cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, RESOLVE:

Convocar, a presença, até o dia 03 de abril de 2015, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, dos representantes e respectivos suplentes das seguintes instituições da sociedade civil, conforme art. 12º, da Lei nº 964/2010:

- Dois representantes e dois suplentes indicados pelos movimentos de Governador Celso Ramos;
- Um representante e um suplente pelas organizações não governamentais sem fins lucrativos com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, com sede ou filial em Governador Celso Ramos;
- Um representante dos trabalhadores e um suplente indicados pelas entidades sindicais de Governador Celso Ramos;
- Um representante e um suplente indicado pelas Instituições de crédito com sede ou filial em Governador Celso Ramos; e
- Um representante e um suplente indicado pelo setor empresarial, comercial, industrial e de serviços com sede ou filial em Governador Celso Ramos.

Esse edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em comentário.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público que o Processo Licitatório nº 001/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2015, tipo menor preço, foi ANULADO com base no art. 49 da Lei 8.666/93 e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvida poderão ser dirimidas junto a Comissão Permanente de Licitação, junto a Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, sito a Avenida Bela Vista, 946, Calheiros - Governador Celso Ramos - SC.

Governador Celso Ramos, 25 de março de 2015.

HUGO ALVES FILHO

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 002/2015

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Legislativo nº 002/2015 de 07/01/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 13/04/2015, as 10:00 horas, no endereço, Avenida Bela Vista nº 956, Calheiros, Governador Celso Ramos - SC, sede da Câmara Municipal a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 002/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site da Câmara Municipal, www.camara-gcr.sc.gov.br.

Objeto da Licitação
AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO

Governador Celso Ramos, 25 de Março de 2015.
HUGO ALVES FILHO
Pregoeiro

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 022/2015 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 00022/15 de 25 de Março de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(249)3.3.90.00.00.00.00.2.031-0352 - Aplicacoes Diretas

6.391,06

Total Suplementação:

6.391,06

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(226)4.4.90.00.00.00.00.2.031-0352 - Aplicacoes Diretas

6.391,06

Total Anulação:

6.391,06

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Março de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 30.2015 PMGBA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 30/2015
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
Valor : 17.250,00 (dezesete mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 25/07/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMAS DE RUAS COM PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES PARA CONserto DAS RUAS DO MUNICIPIO NO ANO DE 2015

EXTRATOS CONTRATO 42, 43, 44.2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 42/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: CLINICA DA FACE SS LTDA
Valor : 115.500,00 (cento e quinze mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL COM TITULO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA OBSTETRÍCIA INTERESSADO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DESTINADAS AS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PREVE LEI MUNICIPAL Nº 2676 DE 2014 E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº.: 43/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: Techinfo Informática Ltda Me
Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - SERVIDOR INCLUSO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS, SUPORTE PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA G-MUS E CONFIGURAÇÃO DOS COMPUTADORES CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA.

Contrato Nº.: 44/2015
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
Contratada...: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
Valor : 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 25/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - NOBREAK INCLUSO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS, SUPORTE PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA G-MUS E CONFIGURAÇÃO DOS COMPUTADORES CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 42 E 43.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015
PROCESSO Nº 42/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES CORTADAS A MÃO PARA REPAROS DE CALÇAMENTOS, VALOR COTADO POR M² DE PEDRA ASSENTADA. ENTREGUE NO MUNICIPIO DE GUARACIABA JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS.

CONTRATADO: MARIANA MAZIERO & CIA LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.250,00 (dezesete mil duzentos e cinquenta reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 43/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REFORMAS DE RUAS COM PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES PARA CONserto DAS RUAS DO MUNICIPIO NO ANO DE 2015

CONTRATADO: SEBASTIAO DA LUZ BORGES 46935177987
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.250,00 (dezesete mil duzentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 23, 25, 26.2015 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015
PROCESSO Nº 23/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL COM TITULO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA OBSTETRÍCIA INTERESSADO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DESTINADAS AS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PREVE LEI MUNICIPAL Nº 2676 DE 2014 E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA PARA O ANO DE 2015.

CONTRATADO: CLINICA DA FACE SS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil quinhentos reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

PROCESSO Nº 25/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA - SERVIDOR E NOBREAK INCLUSO SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMAS, SUPORTE PARA INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA G-MUS E CONFIGURAÇÃO DOS COMPUTADORES CLIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA.

 CONTRATADO: Techinfo Informática Ltda Me
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais)
 =====
 =====
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015
 PROCESSO Nº 26/2015 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2015
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS
 DESTINADOS AOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA/SC PARA
 O ANO DE 2015.

CONTRATADO: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E
 HOSPITALARES
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.873,95 (cinco mil oitocentos e setenta e
 três reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: DENTAL OESTE EIRELI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.322,80 (cinco mil trezentos e vinte e
 dois reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: VANUSA DIAS EIRELI - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.541,78 (cinco mil quinhentos e qua-
 renta
 e um reais e setenta e oito centavos)

CONTRATADO: FUSAO COMERCIO DE PRODUTOS
 ODONTOLÓGICOS LTDA - ME
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.543,44 (cinco mil quinhentos e qua-
 renta
 e três reais e quarenta e quatro centavos)

CONTRATADO: ODONTOSUL LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 5.425,80 (cinco mil quatrocentos e vinte
 e cinco reais e oitenta centavos)
 =====
 =====

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 20.15 AQUISIÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO PMAQ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICI-
 PAL DE SAÚDE
 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saú-
 de, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a
 Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal
 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 29/15, Edital
 de Pregão Nº 20/15, Objeto: Aquisição de Placas de Identificação
 e Plotagens PMAQ; recebimento de propostas até às 10:00 horas
 do dia 09/04/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia
 09/04/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefei-
 tura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC,
 maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto
 de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no
 site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 25 de março de 2015.
 SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,
 Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 42.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO EDUCAÇÃO INFANTIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PRE-
 GÃO PRESENCIAL Nº42/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais,
 em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações
 vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Li-
 citatório nº 48/15, Edital de Pregão Presencial Nº 42/15, Obje-
 to: Aquisição de material pedagógico; recebimento de propostas
 até às 09:00 horas do dia 09/04/15; a abertura do Edital será às
 09:00 horas do dia 09/04/15, no Setor de Compras, Contratos e
 Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros
 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-
 36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das
 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 25 de março 2015.
 Roque Luiz Meneghini,
 Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 03/2015- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 3/2015

Processo Licitatório: 3/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS.d

Entrega dos Envelopes: 09/04/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 09/04/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.atende.net ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de março de 2015.

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 24 2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço - 24/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIAL (CORRETIVA E PREVENTIVA), PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO.

Entrega dos Envelopes: 08/04/2015 às 08:30 h

Abertura dos Envelopes: 08/04/2015 às 08:45 h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 25/03/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 25 2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - Registro de Preço - 25/2015

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO.

Entrega dos Envelopes: 08/04/2015 às 10:30 h

Abertura dos Envelopes: 08/04/2015 às 10:45 h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 25/03/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

RELATORIO DE AMOSTRAS E ABERTURA DA HABILITACAO 03 2015

Prefeitura Municipal de Guaramirim
Secretaria Municipal de Educação

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS REFERENTE AO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

Aos vinte e cinco dias de março de dois mil e quinze, às nove horas, reuniu-se a comissão nomeada pela portaria nº 112/2015, com intuito de analisar e julgar as amostras previstas no Edital do Pregão Presencial nº 003/2015, REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

A comissão recebeu as amostras, conforme previsto no edital. Verificou que as mesmas foram protocolizadas tempestivamente, decidindo, portanto, recebê-las. Em seguida, as amostras foram analisadas, conforme fundamenta o instrumento convocatório, sendo que tivemos 3 chamadas extras de empresas onde não foram entregue os itens solicitados e amostras reprovadas conforme relatórios e chamamentos anexos ao processo licitatório, sendo assim ficam aprovadas as seguintes amostras:

Resultado dos fornecedores vencedores- Pregão 003/2015
Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar-

Data: 25/03/2015

Item	Gênero Alimentício	Fornecedor vencedor	Marca do gênero alimentício	Avaliação
3	Açúcar branco refinado especial (pct 5 kg)	Supermercado Frontal	Alto Alegre	Positiva
4	Adoçante dietético natural (embalagem com 50 sachês)	Supermercado Frontal	Stevita	Positiva
5	Aletria com ovos-macarrão tipo cabelo de anjo (pct 1 kg)	Distribuidora Oliveira	Germani	Positiva
7	Alimento com soja sabor iogurte (frasco 500g)	José Martini Neto	Verde Campo	Positiva
8	Amido de milho (pct 500g)	Distribuidora Oliveira	Sevenhani	Positiva
9	Aveia em flocos finos (pct 200g)	José Martini Neto	Yoki	Positiva
11	Bebida de soja sem sabor (litro)	Supermercado Frontal	Purity	Positiva
12	Biscoito doce sabor leite (pct 370g)	L.E Comércio Atacadista	Ninfa	Positiva
13	Biscoito doce sabor maizena (pct 370g)	L.E Comércio Atacadista	Ninfa	Positiva
14	Biscoito salgado (pct 370g)	L.E Comércio Atacadista	Ninfa	Positiva
15	Biscoito doce sem glúten (pct 200g)	L.E Comércio Atacadista	Cia dos Caseiros	Positiva
16	Bolachão de mel (kg)	Distribuidora Oliveira	Sobela	Positiva
17	Cacau em pó (pct 200g)	Supermercado Frontal	Garoto	Positiva
18	Café torrado e moído (pct 500g)	L.E Comércio Atacadista	Jurerê	Positiva
19	Canela em pó (frasco 30g)	Supermercado Frontal	Makri	Positiva
20	Carne de Ave/ Frango congelada- tipo coxa/ sobrecoxa (kg)	Raulino Raul Rosar	Pioneiro	Positiva
21	Carne de Ave/ Frango congelada- tipo peito de frango sem osso (kg)	Raulino Raul Rosar	Pioneiro	Positiva
22	Carne bovina moída congelada (posta vermelha) Kg	Raulino Raul Rosar	Pavei	Positiva

23	Carne bovina em pedaços congelada (músculo traseiro) kg	Raulino Raul Rosar	Pavei	Positiva
24	Carne suína congelada (paleta suína) kg	Raulino Raul Rosar	Frigolaste	Positiva
25	Chá sabor camomila (cx 10g)	L.E Comércio Atacadista	Real	Positiva
26	Chá sabor capim-cidreira (cx 10g)	Supermercado Frontal	Leão	Positiva
27	Chá sabor erva-doce (cx 10g)	Comercial Storinny	Chileno	Positiva
28	Chá sabor hortelã (cx 10g)	Comercial Storinny	Chileno	Positiva
29	Chá sabor maçã (cx 15g)	L.E Comércio Atacadista	Leão	Positiva
Item	Gênero Alimentício	Fornecedor vencedor	Marca do gênero alimentício	Avaliação
30	Chá sabor morango (cx 15g)	Supermercado Frontal	Chileno	Positiva
31	Chá sabor pêssego (cx 15g)	Supermercado Frontal	Chileno	Positiva
32	Chocolate em pó (pct 500g)	L.E Comércio Atacadista	Bretzke	Positiva
33	Coco ralado desidratado (pct 100g)	L.E Comércio Atacadista	Unicoco	Positiva
34	Creme vegetal sem leite (pote 500g)	Supermercado Frontal	Becel	Positiva
35	Extrato de tomate concentrado (embalagem 340g)	L.E Comércio Atacadista	Predilecta	Positiva
36	Farinha de arroz (kg)	Supermercado Frontal	Urbano	Positiva
37	Farinha de mandioca (kg)	L.E Comércio Atacadista	Super 10	Positiva
38	Farinha de milho fina (kg)	L.E Comércio Atacadista	Sinhá	Positiva
39	Farinha de trigo tradicional (pct 5 kg)	Comercial Storinny	Sudoeste	Positiva
40	Farinha de trigo integral (kg)	Supermercado Frontal	Nordeste	Positiva
41	Feijão carioca (kg)	L.E Comércio Atacadista	Moinho Jaraguá	Positiva
42	Feijão preto (kg)	L.E Comércio Atacadista	Rei da Mesa	Positiva
43	Fermento em pó químico (embalagem 250g)	Distribuidora Oliveira	Dona Benta	Positiva
44	Fermento biológico seco instantâneo (pct 500g)	L.E Comércio Atacadista	Gloripan	Positiva
45	Fígado de frango congelado (kg)	José Martini Neto	Danieli	Positiva
46	Flocos de milho pré-cozidos (pct 500g)	Supermercado Frontal	Sinhá	Positiva
47	Flocos de milho-cereal matinal (embalagem 500g)	Comercial Storinny	Gold Flakes	Positiva

48	Fórmula infantil com ferro para lactentes de zero a seis meses (lata 400g)	L.E Comércio Atacadista	Milupa 1- Danone	Positiva
49	Fórmula infantil à base de proteína isolada de soja para bebês (lata 400g)	Nutriport	Aptamil Soja 1 e Aptamil Soja 2- Danone	Positiva
50	Gelatina em pó (pct 1.000g)	L.E Comércio Atacadista	Apti	Positiva
51	Gelatina em pó diet (embalagem 12g)	L.E Comércio Atacadista	Apti Zero	Positiva
52	Iogurte parcialmente desnatado (embalagem contendo 1000g)	Supermercado Frontal	Frimesa	Positiva
53	Iogurte light, sem adição de açúcares (embalagem com 850g)	Supermercado Frontal	Danone	Positiva
56	Leite longa vida integral UHT (litro)	Supermercado Frontal	Piracanjuba	Positiva
57	Leite integral com baixo teor de lactose (litro)	Supermercado Frontal	Elegê	Positiva
58	Lentilha (pct 500g)	Supermercado Frontal	Pinduca	Positiva
60	Macarrão tipo espaguete fino (pct 500g)	José Martini Neto	Nordeste	Positiva
61	Macarrão tipo parafuso (pct 500g)	Comercial Storinny	Diana	Positiva
62	Macarrão de arroz com ovos (pct 500g)	José Martini Neto	Urbano	Positiva
65	Margarina (pote 500g)	L.E Comércio Atacadista	Doriana	Positiva
68	Milho em conserva (lata 200g)	L.E Comércio Atacadista	Goiás Verde	Positiva
Item	Gênero Alimentício	Fornecedor vencedor	Marca do gênero alimentício	Avaliação
69	Mucilagem de arroz (pct 230g)	Comercial Storinny	Nutritional	Positiva
70	Óleo de soja (embalagem 900ml)	Comercial Storinny	Cocamar	Positiva
71	Ovos (dúzia)	José Martini Neto	JK	Positiva
72	Pão de minuto (unidade 50g)	José Martini Neto	Fratini	Positiva
73	Pão integral (unidade 50g)	José Martini Neto	Fratini/ Martini	Positiva
75	Pó de pudim (pct 1kg)	Comercial Storinny	Neilar	Positiva
76	Pó para preparo de bebida sabor morango (pct 400g)	Supermercado Frontal	Muky/Bretzke	Positiva
77	Presunto cozido sem capa de gordura (pct 180g)	José Martini Neto	Fratini	Positiva
78	Queijo mussarela (pct 150g)	Supermercado Frontal	LactoVale	Positiva

79	Sagu sem sabor (pct 500g)	Supermercado Frontal	Pinduca	Positiva
80	Sal refinado iodado (pct 1 kg)	L.E Comércio Atacadista	Zizo	Positiva
81	Sopa de pescado congelada (kg)	Supermercado Frontal	Rancho Bom	Positiva
83	Vinagre de álcool (frasco 900ml)	Comercial Storinny	Heinig	Positiva

Em síntese, a comissão manifesta-se pela consistência das amostras apresentadas que se verificou que as mesmas se enquadram na descrição técnica presente no instrumento convocatório.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a comissão decidiu pela aprovação das amostras apresentadas.

Diante do exposto, é como decidimos.

CENIRA TELMA WEBER HOHL
DIRETORA ADMINISTRATIVA

GIANE SEEMANN
NUTRICIONISTA

JULIANA BENTO ANTONIUTTI
NUTRICIONISTA

Assim, diante da aceitabilidade das amostras fica designado o dia 30 de Março de 2015 no horário das 09:00 (nove) horas, na sala de reuniões da Secretaria de Educação de Guaramirim , para abertura dos envelopes de Habilitação dos Licitantes classificados.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de julgamento, que vai assinado pelo Pregoeiro.

Claudio Eduardo Maba
Pregoeiro
Portaria 266/2015

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 44

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 44/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Serviços de Administração (apoio técnico e logístico) para a realização de Campeonatos Municipal durante o ano de 2015.

VALOR: R\$ 48.261,70

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 25 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 450/2015

PORTARIA Nº 450/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora GISELE BULH (Matr. 568), nascida aos 02/03/1976, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/A, anexo XI, a partir de 24 de março de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Março de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2754/2015

DECRETO Nº 2754, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 3.988,14 (Três mil, novecentos e oitenta e oito reais e quatorze centavos) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301- Atenção Básica
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade
Atividade: 2045- Man. da Assistência Farmacêutica Básica
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 1338 - Superávit Financeiro Recursos SUS União
Valor R\$ 3.988,14

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,
EM 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2755/2015

DECRETO Nº 2755, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de

R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3190000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 50.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3390000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 50.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 06 DE FEVEREIRO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2762/2015

DECRETO Nº 2762, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
REGULAMENTA A LEI Nº 565 , DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Nº 565 de 05 de março de 2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), no orçamento em vigor para o exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Ibiam, para atendimento na seguinte programação de despesa:

02.05- Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transporte
15.452.1501.2022 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública
33720000– Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos
(fonte 01.00 – Recursos Ordinários) R\$ 18.000,00

Total
R\$ 18.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial de

que trata o artigo anterior, será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES
FUNÇÃO: 15 - URBANISMO
SUBFUNÇÃO: 452 - SERVIÇOS URBANOS
PROGRAMA: 15.01 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
ATIVIDADE: 2022 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 33710000 - Transf. a C. Públicos
-Fonte: 0100 - R\$ 18.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, SC, em 05 de Março de 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em:

Laécio Antonio Gasaniga
Secretário Municipal Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 2763/2015

DECRETO Nº 2763, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
REGULAMENTA A LEI Nº 566, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Lei Nº 566 de 05 de março de 2015.
DECRETA

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação, Projeto com indicação das fontes de recursos em programa da Lei nº 552/14, que trata da Revisão do Plano Plurianual 2014/2017, e Lei nº 555/2014, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2015:

PROGRAMA 08.01- ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL Nº06					
Ativ. Nº	Ação	Descrição	Quant.	Fonte	Valor R\$
2055	55	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	01	01.00	50.000,00
Total da ação R\$					50.000,00

Art. 2º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no orçamento em vigor para o exercício de 2015, da Prefeitura Municipal de Ibiã, para atendimento a inclusão da ação/projeto - na seguinte programação de despesa:

02.07- Secretaria Municipal de Assistência Social
08.243.2055 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
3390 – Aplicações Diretas (fonte 01.00 – Recursos Ordinários)
R\$ 50.000,00
Total
R\$ 50.000,00

Art. 3º. Para satisfazer a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior, será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0205 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNÇÃO: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUBFUNÇÃO: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
PROGRAMA: 08.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
ATIVIDADE: 2031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 3190000 - Aplicações Diretas -
Fonte: 0100 - R\$ 50.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Ibiã, SC, em 05 de Março de 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em:

Laécio Antonio Gasaniga
Secretário Municipal Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 2765/2015

DECRETO Nº 2765, DE 05 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.888,18 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos), no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade Orçamentária: 0302 - Fundo Municipal da Assistência Social
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 244- Assistência Comunitária
Programa: 0801 - Assistência Social Geral
Atividade: 2047 - Manutenção da Assist. Social Geral
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas
Fonte: 1335 - Superávit Fin. Recursos FNAS União
Valor R\$ 5.888,18

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 05 DE MARÇO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2766/2014

DECRETO Nº 2766 DE 5 DE MARÇO DE 2015

Estabelece o Calendário de Eventos do Município de IBIAM para o ano de 2015.

O Senhor CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de IBIAM, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, DECRETA:

Art.1º Fica estabelecido o Calendário de Eventos Culturais, Esportivos, Turísticos e das demais áreas do Município de Ibiã para o ano de 2015.

§1º Os eventos a serem realizados no Município de Ibiã ocorrerão conforme os incisos a seguir e terão o apoio da Prefeitura Municipal:

I - Janeiro:

II - Fevereiro:

- a) Audiência Pública (Acompanhamento e Avaliação das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2014);
- b) Audiência Pública da Saúde Referente Terceiro Quadrimestre 2014 (LC 141/2012);
- c) 20/02/2015 - Dia nacional de Combate as Drogas e Alcoolismo;
- d) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
- e) 04/02/2015 - Dia mundial de luta contra o câncer

III - Março:

- a) Mês da Mulher - Dia Internacional da Mulher;
- b) 22/03/2015 - Dia mundial da água "O MUNDO TEM CEDE DE INICIATIVAS";
- c) 27/03/2015 - Palestra dia Internacional da Mulher;
- d) 28/03/2015 - Abertura do Campeonato Feminino de Futsal;
- e) Lançamento do Programa "NOTA PREMIADA VOCÊ É QUEM GANHOU";
- f) Encontro do Grupo da Terceira Idade.

IV - Abril:

- a) Festividades da Páscoa
- b) Festa de Páscoas Escolas Municipais - Secretaria de Educação;
- c) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
- d) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
- e) Tarde cultural das Mulheres Agricultoras (AMAI);
- f) Encontro do Grupo da Terceira Idade.

V - Maio:

- a) Dia do trabalhador;
- b) 18/05/2015 - Dia nacional da luta contra abuso sexual infantil;
- c) Abertura do Campeonato de futebol suíço;
- d) Mês das Mães;
- e) Dia das mães nas Escolas Municipais - Secretaria da Educação
- f) Audiência Pública (Acompanhamento e Avaliação das Metas Fiscais do Primeiro Quadrimestre de 2015);
- g) Audiência Pública da Saúde Referente Primeiro Quadrimestre 2015 (LC 141/2012);
- h) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
- i) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
- j) 30/05/2015 - Café Cultural com Palestras sobre Adoção: Mitos e Verdades;

- k) Conferência da Criança e Adolescência;
 - l) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
 - m) 31/05/2015 - Dia mundial sem Tabaco
- VI - Junho:
- a) 04/06/2015 - Corpus Christi
 - b) Campanha do Agasalho;
 - c) 12/06/2015 - Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil ;
 - d) Festa de Santo Antônio (Paróquia de Tangará);
 - e) Festa Junina(Apoio das APPS);
 - f) Festa Junina das escolas da Rede Municipal - Secretaria de Educação;
 - g) Semana do Meio Ambiente ;
 - h) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
 - i) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
 - j) Prevenção de Uso de Drogas;
 - k) Audiência Pública para Revisão do PPA e Definição de Metas para Elaboração da LDO e LOA 2016;
 - l) Encontro do Grupo da Terceira Idade.

VII - Julho:

- a) 04/07/2015 - VI Campeonato Aberto de Quatrilho de Ibiã;
- b) 13/07/2015 25 anos do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- c) Festividades do Aniversário do Município de Ibiã;
- d) Missa de Ação de Graças do Aniversário do Município;
- e) Dia do Colono e Motorista;
- f) Campeonato Regional da AMARP de Futsal masculino e feminino;
- g) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
- h) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
- i) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
- j) Conferência da Assistência Social.

VIII - Agosto:

- a) Semana Mundial da Amamentação;
- b) Mês dos Pais;
- c) Dia dos Pais nas Escolas Municipais - Secretaria da Educação
- d) 19/08/2015 - Gravidez precoce (sexualidade).
- e) 22/08/2015 - Baile Regional dos Idosos;
- f) Evento em comemoração a Sanção da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha)
- g) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
- h) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
- i) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
- j) Abertura do Campeonato de Voleibol Feminino.

IX - Setembro:

- a) Festividades comemorativas a Independência do Brasil;
- b) Maratona juvenil e adulto;
- c) Audiência Pública (Acompanhamento e Avaliação das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2015);
- d) Audiência Pública da Saúde Referente Segundo Quadrimestre 2015 (LC 141/2012);
- e) Baile de Casais;
- f) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
- g) Encontro do Grupo de Hiperdia - Secretaria da Saúde;
- h) Combate ao Mosquito da Dengue;
- i) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
- j) 21/09/2015 - Dia nacional de luta da Pessoa Portadora de Deficiência;
- k) 25/09/2015 - Dia mundial do coração "Setembro Vermelho".

X - Outubro:

- a) Semana do Idoso;
- b) Festa das Crianças nas Escolas Municipais - Secretaria da Educação;
- c) Semana da Criança ;
- d) Campanha Outubro rosa ;
- e) 10/10/2015 - Dia mundial da Saúde Mental, "Depressão uma crise global"
- f) 11/10/2015 - Dia de Nossa Senhora Mãe do Salvador;

g) Festa de Nossa Senhora Aparecida;
 h) 17/10/2015 - Dia nacional da Vacinação;
 i) Olimpíadas da AMAI;
 j) 28/10/2015 - Dia do Funcionário Público;
 k) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
 l) Encontro do Grupo de Hipertensão - Secretaria da Saúde;
 m) Encontro do Grupo da Terceira Idade.
 XI - Novembro:
 a) Acender das Luzes;
 b) Campanha Novembro Azul;
 c) 13/11/2015 - Noite Cultural e Talentos da Terra;
 d) 14/11/2015 - Escolha da Rainha da Terceira Idade;
 e) 25/11/2015 - Dia internacional da Não Violência contra a Mulher;
 f) 25/11/2015 - Dia internacional do Doador de Sangue;
 g) Formatura do PROERD;
 h) Dia da Consciência Negra;
 i) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
 j) Encontro do Grupo de Hipertensão - Secretaria da Saúde;
 k) Encontro do Grupo da Terceira Idade.
 XII - Dezembro:
 a) 01/12/2015 - Dia mundial da luta contra a AIDS;
 b) 08/12/2015 - Dia da Família;
 c) 10/12/2015 - Confraternização em comemoração ao dia do Idoso;
 d) 11/12/2015 - Formatura do Pré Escolar;
 e) Programação Cultural Natalina;
 f) Festa de Natal nas Escolas Municipais - Secretaria da Educação;
 g) Premiação do Programa "Nota Premiada Você é Quem Ganha";
 h) Encontro do Grupo de Gestantes - Secretaria da Saúde;
 i) Encontro do Grupo da Terceira Idade;
 j) Abertura de Campeonato Municipal de Futsal masculino.
 §2º O Município de Ibiá participará de eventos que forem organizados pela AMARP, eventos a serem organizados pela SDR de Campos Novos, e ainda de eventos dos Encontros Regionais da Terceira Idade, durante o ano de 2015.
 §3º Compete a todas as Secretarias e Fundos Municipais do Município de Ibiá, fazer as atividades que contemplam ações, campanhas e divulgação na época própria do evento previsto neste calendário.
 Art.2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIÁ, 05 DE MARÇO DE 2015.
 CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
 PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado:
 LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA
 SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 027 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (INFORMÁTICA)

PROCESSO Nº. 96/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2015 – MULTIENTIDADES

REGISTRO DE PREÇO

Prefeitura Municipal de Ilhota

Fundo Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Educação

Fundo Municipal de Assistência Social

Fundo Municipal de Esporte

Fundação Municipal Cultural

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS E MÁQUINAS NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, conforme Anexo I do Edital.
--------	---

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 09/04/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 09/04/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA
 PREGOEIRO OFICIAL
 Ilhota, 26 de março de 2015.

DECRETO 58 2015

DECRETO Nº 058, de 25 de março de 2015

Cria a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação do Município de Ilhota e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ilhota,

D E C R E T A

DA COMISSÃO EXECUTIVA E DE SISTEMATIZAÇÃO

Art. 1º Constitui-se a Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação - PME, em cumprimento ao § 2º art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, art. 87 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 166 da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 183 da Lei Orgânica Municipal, a qual compete a coordenação do desenvolvimento do processo de construção e promoção do Plano Municipal

de Educação, composta dos seguintes membros:

Secretário Municipal de Educação:

Lauri Armindo Adão Junior

Representante das Escolas Estaduais:

Paulo Roberto Kerscher

Representante do Naes:

Dário Inácio Dalcastagne

Representante da Educação Especial:

Dayana Cristina Pereira Cunha

Representante do Departamento de Esporte:

Paulo Eduardo Pereira

Representante do Departamento de Cultura:

Ana Lúcia Dalcastagne

Representante do Ensino Fundamental Margem Esquerda:

Josilene Constante Wippel

Representante do Ensino Fundamental Margem Direita:

Karla Teixeira

Representante da Educação Infantil:

Andréa AriannaHostins

§ 1º A Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação compromete-se a adotar uma metodologia participativa e democrática, envolvendo entidades representativas dos seguintes segmentos sociais: escolas públicas e da iniciativa privada (professores, servidores e pais), poder público, sindicatos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, entidades empresariais, estudantes e universidades.

§ 2º São atribuições da Comissão Executiva e de Sistematização do Plano Municipal de Educação:

I. elaborar a metodologia e os procedimentos do processo de sistematização do Plano Municipal de Educação;

II. definir as estratégias de coleta de dados e diagnosticar as necessidades levantadas;

III. definir formas e dinâmicas de funcionamento da consulta popular e de participação dos órgãos públicos e entidades privadas que participarão como atores da construção do Plano Municipal de Educação;

IV. criar, se necessário, subcomissões e/ou grupos de trabalhos por temática de abrangência e relevância na educação do Município;

V. elaborar regimento para organização dos trabalhos da Conferência Municipal de Educação e das reuniões temáticas;

VI. analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do município;

VII. estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local.

VIII. formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;

IX. avaliar os investimentos necessários para cada meta;

X. analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;

XI. coordenar a redação do documento-referência do Plano Municipal de Educação;

XII. gerenciar o desenvolvimento do processo de construção democrática do Plano Municipal de Educação juntamente com Conselho Municipal de Educação, para que seja o mais amplo, plural e democrático possível;

XIII. organizar e realizar as reuniões temáticas;

XIV. organizar e realizar Conferência Municipal de Educação;

XV. sistematizar o documento-referência;

XVI. apresentar o documento finalizado ao Prefeito Municipal até o dia 30 de maio de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA, em 25 de março de 2015.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

DECRETO 59 2015

DECRETO Nº 059, de 25 de março de 2015

Nomeia o novo Conselho Municipal de Saúde, nos termos do estabelecido na Lei Municipal nº 0763/1997

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ilhota,

DECRETA

Art. 1º Fica assim nomeado o novo Conselho Municipal de Saúde do Município de Ilhota, cujos membros eleitos em Reunião do Conselho Municipal de Saúde no dia 24/02/2015:

Representantes dos Profissionais de Saúde:

Titular: Maria Lúcia da Costa Xavier Santos Santos

Suplente: Ana Teresa Zwolfer Americano

Titular: Flavia Weigman

Suplente: Ana Paula Kempner

Titular: Luciana Memgarda

Suplente: Jorge Alfredo dos Santos

Titular: Alvarilda Souza

Suplente: Marcia de Souza

Representantes dos prestadores de serviços

Titular: Gerson Clasen

Suplente: Mayara dos Santos Rosa

Representantes dos Usuários:

Titular: Antonio Adão

Suplente: Noeli Adão

Titular: Vilmar Ferretti

Suplente: Fabio Aristimunho Naziazeno

Titular: Maury Miglioli

Suplente: Ailton Rodrigues

Titular: Solange Petry

Suplente: Marineide da Costa

Titular: José Teixeira

Suplente: Paula Cristina de Souza

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IHOTA, em 25 de março de 2015.

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 022, DE 25 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº. 022, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR PARA COMPOR A COMISSÃO A COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial pelo disposto no art. 61, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado o servidor abaixo relacionado, para compor a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, constituída pelo Decreto nº. 031, de 28 de fevereiro de 2014, no âmbito do Poder Executivo Municipal:

KARIM BACHA - Coordenador de Planejamento, matrícula nº. 6814.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 25 de março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****ATA Nº 09 - 02 DE DEZEMBRO DE 2014 - CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI)**

Ata nº 09 - 02 de DEZembro de 2014

Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Idoso - CMI

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às 16 horas, reuniram-se, na sala de reuniões - Gabinete PMI (Prefeitura Municipal de Imbituba), os membros representantes das entidades/CMI. O presidente do Conselho do Idoso, Luiz de Freitas, abriu os trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, fez a leitura da última ata que foi aprovada por todos. A secretária executiva, Adriana Fornasa, verificou a ausência da integrante/ SECULT, Liliane de Souza Miguel Braun, justificando-a por motivos particulares. Foi justificada, também, a ausência da conselheira titular da Secretaria da Saúde, Elisângela Pereira, pelos mesmos motivos. O presidente discutiu algumas lacunas e itens a serem corrigidos no Estatuto do Idoso, em aprovação, apresentando a necessidade de fazê-lo na presente reunião, no que houve a concordância de todos os presentes. Foi feita, em seguida, leitura, item a item, de todo o regimento, buscando-se as mudanças necessárias, segundo sugestões apresentadas pelo setor jurídico da Prefeitura Municipal. Feitas as correções, foi apresentado e aprovado por todos os conselheiros presentes o novo Estatuto Municipal do Idoso de Imbituba, que será encaminhado à PMI, em momento oportuno, para publicação. Em seguida, em obediência à pauta prevista para o encontro, o presidente apontou a necessidade de promover-se uma visita ao Asilo de Imbituba, visando à conhecê-lo mais de perto, inclusive com possibilidades de inscrevê-lo neste CMI, como prevê a legislação. A secretária Adriana falou que o Conselho Estadual do Idoso telefonou, marcando uma audiência com o CMI, que havia solicitado um encontro, para que fossem sanadas dúvidas quanto ao funcionamento da entidade municipal. A data deveria ser fixada em data a ser acordada pelas duas entidades. O presidente apresentou, também, uma visita a ser feita ao Conselho Municipal do Município de São José/SC, também em momento a ser acordado. O Vice-Presidente Antônio Salomão dos Santos sugeriu que se pesquisassem palestrantes com formação e experiência no trabalho com palestras junto aos idosos de Imbituba, além da marcação de uma audiência com o Prefeito Municipal, para a apresentação de reivindicações do Conselho. A conselheira representante da Educação, Ana Lúcia da Silva Marques, encaminhou sugestões para um encontro mais amplo com os demais conselhos municipais, aproximando-os e unindo forças para o crescimento de todas estas ações sociais no município. A secretária Adriana sugeriu que se tomassem mais cuidados com as faltas existentes nas reuniões, pedindo aos presentes que, na ausência do conselheiro titular, exista a substituição pelo suplente. O presidente apresentou ao grupo correspondência encaminhada pelo Conselho Estadual, com denúncias sobre maus tratos, morais e físicos, a pessoas idosas de Imbituba. Seguindo encaminhamentos pelos presentes, verificou-se a urgência em buscar informações junto ao CREAS/Imbituba, para conhecimento sobre o que estaria ocorrendo e medidas que foram/estão sendo tomadas para coibir e solucionar tais problemas. A conselheira ASCOPLE, Maria do Carmo Massih, falou sobre seu comparecimento, em Tubarão/SC, tendo sido autorizada pelo CMI, da Oficina da Lembrança, sob a coordenação do médico geriatra André Xavier, apresentando ao grupo a importância deste trabalho para a saúde e uma inserção social competente a todos os idosos. Às dezessete horas e trinta minutos o presidente da CMI, Luiz de Freitas, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença dos conselheiros presentes. Eu, Adriana Fornasa, Secretária dos Conselhos Sociais

de Imbituba, em substituição ao conselheiro e secretário/CMI, Nilo Pittigliani de Carvalho, impossibilitado de realizar a presente ata, descrevi-a, e vai assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes ao encontro.

Imbituba, 02 de dezembro de 2014

Luiz de Freitas Adriana Fornasa

Presidente/CMI Secretária dos Conselhos

ATA Nº 82 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

Ata de nº 82 de 11 de fevereiro de 2015.

REUNIÃO ORDINARIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às quinze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social reuniram-se Presidente do CMAS e Conselheiros para a reunião ordinária deste Conselho, com a seguinte pauta: Leitura da Ata da reunião anterior; Aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social, período de agosto a dezembro de 2014; Aprovação do Plano Municipal de Acolhimento e Assuntos Gerais. Inicialmente a Srª Edenisi agradeceu as presenças e confirmado quórum regimental, fez a leitura da Ata 81 que foi aprovada, após pequenas correções feitas pela 1ª Secretária. Justificadas as ausências de Cleber da AIPODEF e Eraldo Mota que comunicaram a falta, com antecedência. Leitura do Parecer da Comissão de Finanças assinado por Eraldo, Cristiane, Lurdes Pires e Edenisi, contas do Fundo Municipal de Assistência, período de agosto a dezembro de 2014, dando indicação favorável a aprovação. Colocado em votação foi aprovado pela Assembleia. A Comissão de Política e Projetos composto pelas Conselheiras: Lurdes Pires, Edna e Rita esteve reunida na tarde de ontem, 10 de fevereiro, com a coordenadora do Projeto Acalento, Psicóloga, conselheira Maria Rosa e Presidente do CMAS para conhecimento e análise das ações propostas pelo Plano Municipal de Acolhimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O Plano foi apresentado e explicado pela coordenadora, o qual abrange o Projeto Acalento que já existe e a implantação da Casa Lar que irá resolver situações de encaminhamento para Araranguá. A Comissão, após análise do Plano, considerou bem elaborado e deu indicativo de aprovação. A Presidente leu o Parecer da Comissão e colocou em votação para a Assembleia que aprovou por unanimidade. Publique-se as Resoluções. Assuntos Gerais: a) A Comissão que analisaria a forma de como se dá o controle da Programa Bolsa Família, acordada na reunião anterior, deixou de existir, já que existem setores com a mesma finalidade; b) Reforçado, pelos conselheiros, a necessidade de encaminhamento de ofícios, decididos em reunião; c) A conselheira Lurdes Pires colocou algumas situações que precisam da atenção e providências da Secretaria Municipal de Assistência Social: (i) uma senhora está, periodicamente, pedindo esmolas no centro da cidade, (ii) em Vila Alvorada (Aguada) uma mulher vive em situação de miséria, faltando inclusive alimentação, não tem nenhuma renda. Pode ser que a mesma tenha problemas psiquiátricos. Precisa ser investigado. Maiores informações junto ao Posto de Saúde local. (iii) há indícios de mães com filhos pequenos na Casa de Prostituição, antigo céu. A Presidente prometeu analisar os casos. Disse, também, que provavelmente precisará de uma reunião com a Comissão de Finanças e posteriormente uma reunião extraordinária, para análise da prestação de contas do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), devido ao prazo que temos para encaminhar ao Estado. Encaminhará convite com data, horário e local. Agradecendo a todos, deu por encerrada a reunião a qual lavro esta Ata que vai assinada pela Presidente, Secretária e anexa lista de presença dos Conselheiros.

Edenisi Maria Francisco
Presidente CMAS

Maria Rosa Cardoso de Souza
1ª Secretária CMAS

ATA Nº 83 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

Ata de nº 83 de 24 de fevereiro de 2015.

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Aos vinte quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze (2015), os membros do Conselho Municipal de Assistência Social reuniram-se nas dependências da Prefeitura sala de reuniões dos Conselhos dos Conselhos como pauta do dia: 01) Levantamento de Quórum Regimental; 02) Aprovação das Justificativas membros ausentes; 03) Leitura Correspondências emitidas e recebidas; 04) Aprovação das Contas Recursos do Estado; 05) Regimento Interno Artigo 15º; 05) informes gerais. Dando início a Presidente agradece a presença dos Conselheiros e havendo quórum Regimental da início a Assembléia Extraordinária colocando aos presentes que a Conselheira e Secretaria desse Conselho Maria Rosa C. de Souza justificou sua ausência solicitando que a segunda Secretaria Maria de Lourdes Souza Pires (Indústria da Solidariedade) proceda aos trabalhos de secretaria dessa Assembléia. Ainda no uso da palavra diz aos presentes que essa Assembléia foi necessária devido à urgência do encaminhamento ao Estado da Prestação de Contas, e que já havia consultado os Conselheiros na Assembléia anterior da necessidade dessas Assembléia Extraordinária. Ainda no uso da palavra socializa com os presentes que isso se dá devido à reprogramação do saldo do ano de 2013, e o Termo de aceite do repasse do ano de 2014, que a Comissão de Finanças e Políticas esteve reunida na tarde de ontem (23/02/2014) para análise das referidas contas. A Conselheira Lourdes Pires solicita a palavra para esclarecer aos presentes que a Comissão apenas apresenta relatório indicativo primando ou não pela aprovação mas a Assembléia Constituída é quem vota se aprova ou não. Explica também que todo Conselheiro pode e deve comparecer nas reuniões das Comissões para tirar suas dúvidas se caso as tiver. O Conselheiro Cleber faz questionamento sobre processo de pagamento e Licitação e suas dúvidas são esclarecidas pelos Conselheiros Eraldo e Cristiane. Voltando a fazer uso da palavra a Presidente coloca em votação a Prestação de Contas e a mesma é aprovada sem nenhuma restrição. Dando continuidade aos trabalhos a Presidente coloca aos presentes que a Conselheira Lourdes Pires solicitou assunto de pauta "Regimento Interno, e passa a palavra para a mesma, que explica aos presentes que o Regimento Interno preconiza que as Assembléias tanto Ordinárias como Extraordinária devem ser comunicadas com antecedência de 03 dias, e que as mudanças acabam ferindo o Regimento, e sugere que se crie uma Comissão Provisória para revisar o Regimento e fazer alterações necessária no prazo de 90 dias. Que a Comissão deve apresentar as possíveis alterações numa Assembléia Extraordinária com a metade mais dois dos Conselheiros presentes. E que o Regimento Revisado deve ser aprovado em Assembléia Ordinária com a presença de todos os Conselheiros e baixado através de Resolução. Fazendo uso da palavra a Presidente coloca em votação a criação da Comissão Provisória formada pelos Conselheiros: Maria de Lourdes Souza Pires, Ane C. Carine Ribas, Cleber da Silva Pacheco e Cristiane Xavier, e a mesma é aprovada por unanimidade. Ainda fazendo uso da palavra a Conselheira Lourdes Pires solicita que se altere de imediato a Redação do Artigo 15º com a seguinte redação: As Assembléias Extraordinária podem ser convocadas a qualquer momento pela Presidente desde que o assunto seja de urgência ou grande relevância, sendo a solicitação de alteração aprovada pelos presentes. A Presidente coloca em votação solicitação da Conselheira Rita Regina Hipólito para que as Assembléias possa ter início às 14hs e a solicitação é aprovada pelos presentes. A Presidente agradece a presença da Senhora Sonia Miranda

da Silva Presidente da AMAGE. Os Conselheiros presentes a essa Assembléia são: Edenise M. Francisco (SEDESTH), Aline Cardoso (Bolsa Família), Cristiane Xavier (PGM), Ane C. Carine Ribas (SEMUSA), Eraldo B. Mota (SEFAZ), Maria de Lourdes Souza Pires(Indústria da Solidariedade), Maria Alaide de S. Jeremias(Lanche da Amizade), Cleber da Silva Pacheco(AIPPODEF), Rita Regina Hipólito (AMAI) e Adriana P. Fornasa (Secretaria Executiva). Nada mais tendo para ser discutida a Presidente agradece a participação de todos e solicita que sejam feitas as resoluções de aprovação dessa Assembléia e da por encerrada á mesma. Eu Maria de Lourdes de Souza Pires segunda Secretária lavrei a presente ata será encaminhada a todos via correio eletrônico, e depois de discutida e aprovada na próxima assembléia, possa ser assinada por mim e pela Presidente

Edenise M. Francisco
Presidente

Mª de Lourdes S. Pires
2ª Secretária

DECRETO PMI Nº 050, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 050, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.517, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.479,50 (sessenta e oito mil e quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES			
Aquisição de Veículo			
04.122.0007-1.046			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0156)	Aplicações Diretas	68.479,50	
Total		68.479,50	

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SEDES			
Condomínio Industrial			
22.661.0007-1.045			
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0092 (0162)	Aplicações Diretas	68.479,50	
Total		68.479,50	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 051, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 051, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.518, de 19 de fevereiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0000	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
Total		10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott
Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar
Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 052, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 052, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.525, de 13 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485/2014 de 03/12/2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Construindo o Futuro			
08.243.0015-2.126			
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (0007)	Aplicações Diretas	50.000,00	
Total		50.000,00	

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro do Programa de Atenção a Criança apurados em exercícios anteriores.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 053, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 053, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.630,15 (sessenta e oito mil e seiscentos e trinta reais e quinze centavos), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0019	Aplicações Diretas	68.630,15
Total		68.630,15

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior

será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de exercícios anteriores de recurso do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

DECRETO PMI Nº 054, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 054, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.00 00 (0030)	Aplicações Diretas	5.500,00
Total		5.500,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Assistência Social		
08.244.0013-2.078		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.00 00 (0023)	Aplicações Diretas	5.500,00
Total		5.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/57 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/57 A00

Contratada: AQUINPEL SUP. PARA ESCRITÓRIO INFO. E PAPEL LTDA

C.N.P.J: 00.147.109/0001-56

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO DOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$35.975,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 131 /2014 Pregão 78/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Aquinpel Sup para Escritório Info. E Papel Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/58 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/58 A00

Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO DOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$4.599,35 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 131 /2014 Pregão 78/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Comercial Preço Bom Z&C

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/59 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/59 A00

Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO DOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$5.855,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 131 /2014 Pregão 78/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/60 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/60 A00

Contratada: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA EPP

C.N.P.J: 03.790.887/0001-57

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA USO DOS PROFESSORES E ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$5.726,20 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 131 /2014 Pregão 78/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Papelaria Espaço Escolar Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/61 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/61 A00

Contratada: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA

C.N.P.J: 01.648.513/0001-76

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$22.716,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Pkb Produtos Quimicos Ltda

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/62 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/62 A00

Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$21.794,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/63 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/63 A00

Contratada: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

C.N.P.J: 14.990.312/0001-02

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$5.311,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Elo Comercio e Serviços Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/64 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/64 A00

Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME

C.N.P.J: 10.788.485/0001-83

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$465,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/65 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/65 A00

Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$37.668,90 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Ancs Distribuidora Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/66 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/66 A00

Contratada: LUCIANE CONSTANTINO DA SILVA ME

C.N.P.J: 08.897.022/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$28.128,60 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Luciane Constantino da Silva Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/67 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/67 A00

Contratada: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

C.N.P.J: 09.196.745/0001-42

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM ORÇAMENTO DE 2015.

Valor: R\$5.942,00 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 143/2014 Pregão 87/2014

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Luiz Fernando Sebold Me

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/68 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 2015/68 A00

Contratada: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

C.N.P.J: 01.980.629/0001-08

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valor: R\$10.165,35 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº19 /2015 Pregão 13/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Ancs Distribuidora Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/69 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2015/69 A00
Contratada: KAC LTDA
C.N.P.J: 04.492.199/0001-73
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor: R\$26.635,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº19 /2015 Pregão 13/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Kac Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/70 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2015/70 A00
Contratada: LUCIANE COSNTANTINO DA SILVA ME
C.N.P.J: 08.897.022/0001-08
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor: R\$28.360,15 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº19 /2015 Pregão 13/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Luciane Constantino da Silva Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/71 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2015/71 A00
Contratada: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA ME
C.N.P.J: 10.788.485/0001-83
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Valor: R\$12.806,20 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº.19 /2015 Pregão 13/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Nafi Comercio Atacadista Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: PMI SEDUCE 2015/72 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2015/72 A00
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALTONA - BAIRRO: NOVA BRASÍLIA - IMBITUBA/SC.
Valor: R\$134.140,14 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº 23 /2015 Tomada de Preço 01/2015

Imbituba, 24 de março de 2015.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Itapiruba Comercio de Materiais de Construção Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/12 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/12 A00
Contratada: BIOMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
C.N.P.J: 13.365.644/0001-25
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS, PARA ATENDER PACIENTES ACAMADOS E CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM ORÇAMENTO DE 2015.
Valor: R\$2.579,50 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 08/2015 Pregão 04/2015

Imbituba, 23 de março de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Biomed Material Medico Hospitalar Ltda
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/13 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/13 A00
Contratada: JACQUES BRIAO MOREIRA ME
C.N.P.J: 18.941.818/0001-74
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS, PARA ATENDER PACIENTES ACAMADOS E CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM ORÇAMENTO DE 2015.
Valor: R\$90.655,50 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 08/2015 Pregão 04/2015

Imbituba, 23 de março de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Jacques Brião Moreira Me
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/14 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/14 A00
Contratada: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME
C.N.P.J: 04.989.294/0001-87
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS, PARA ATENDER PACIENTES ACAMADOS E CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM ORÇAMENTO DE 2015.
Valor: R\$30.588,00 Prazo: 31/12/2015
Fundamento: Processo nº. 08/2015 Pregão 04/2015

Imbituba, 23 de março de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Silmes Comercio de Produtos Odontológicos Ltda ME
Representante Legal
Contratada

EXTRATO: SEMUSA 2015/15 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEMUSA 2015/15 A00
Contratada: JOSE DOS PASSOS PACHECO
C.N.P.J: 299.865.169-00
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, SITUADO À RUA: ANTONIO OLEIRO, S/N, VILA ALVORADA, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE VILA ALVORADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Valor: R\$18.000,00 Prazo: 09 meses
Fundamento: Processo nº. 21/2015 Dispensa 04/2015

Imbituba, 03 de março de 2015.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de saúde
Contratante

Jose dos Passos Pacheco
Representante Legal
Contratada

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.533, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.533, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada na estrutura administrativa e funcional da Câmara de Vereadores de Imbituba definida pela Lei Complementar

nº 1.145, de 15 de maio de 1991, a unidade administrativa "Escola do Legislativo", vinculada diretamente ao órgão "Mesa Diretora".
Parágrafo único. A unidade administrativa Escola do Legislativo criada pela Resolução nº 03, de 03 de março de 2015, tem como missão contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para a cidadania.

Art. 2º Para atender ao disposto no caput do Art. 1º desta Lei Complementar, fica criada a alínea "b" ao Inciso II do Art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os órgãos que compõem a estrutura administrativa, financeira e legislativa da Câmara Municipal de Imbituba são subdivididos nas seguintes unidades administrativas:

I - Comissões Permanentes e Especiais:

a) Assessoria Parlamentar Especial (Assessoria Parlamentar de Comissão)

II - Mesa Diretora:

a) Assistência Parlamentar (Assistente Parlamentar de Vereador de Mesa)

b) Escola do Legislativo."

Parágrafo único. Os demais dispositivos do Art. 6º da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, permanecem inalterados.

Art. 3º A Escola do Legislativo, unidade administrativa vinculada à Mesa Diretora da Câmara Municipal, possui, conforme estabelecido na Resolução nº 003/2015 do Poder Legislativo, a seguinte estrutura organizacional:

I - Presidente

II - Diretor Executivo

III - 1 (um) auxiliar; e

IV - Conselho Escolar

Parágrafo único. A função de auxiliar da Escola do Legislativo será ocupada por servidor efetivo, designado pela Mesa Diretora.

Art. 4º O Presidente da Escola do Legislativo será um vereador indicado pelo Presidente da Mesa Diretora, até cinco dias após sua posse, para um mandato de 01 ano, coincidente com o mandato da Mesa Diretora.

Art. 5º A Diretoria Executiva será indicada pelo Presidente e poderá ser exercida:

a) por servidor pertencente ao quadro dos cargos efetivos, tendo direito a perceber uma Função de Representação (FR) pelo desempenho dessa função; ou

b) por servidor de provimento em comissão previsto no quadro funcional da Câmara.

Art. 6º O Conselho Escolar será composto:

I - pelo Presidente da Escola do Legislativo;

II - pelo Diretor Executivo;

III - pelo Assessor Jurídico pertencente ao Quadro Efetivo ou por um servidor de provimento em comissão pertencente à Assessoria Jurídica da Presidência; e

IV - pelo Secretário Administrativo da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A função do membro do Conselho Escolar da Escola do Legislativo não será remunerada.

Art. 7º Para atender ao disposto no Art. 5º desta Lei Complementar, fica criada no Poder Legislativo Municipal 01 vaga de provimento em comissão e a nominata de Função de Representação para o cargo de "Diretor Executivo" para atuar na Escola do Legislativo criada pela Resolução nº 003/2015, de março de 2015.

Art. 8º Consoante modificações impostas pelos Artigos 4º desta

Lei Complementar, ficam alterados o Anexo I "Nominata de Cargos de Provimento em Comissão", e o Anexo VI "Nominata de Funções de Representação - FR", conforme Anexos A e B desta Lei.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

ANEXO A

ANEXO I

Art. 18 da Lei Complementar nº 1.145/91

NOMINATA DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA REMUNERAÇÃO (R\$)
Secretário(a) Administrativo	Secretaria Administrativa	1	Remuneração	1.826,00
Secretário(a) de Gabinete	Secretaria de Gabinete	1	Remuneração	1.826,00
Diretor Executivo da Escola do Legislativo	Escola do Legislativo	1	Remuneração	1.700,00
Coordenador(a) de Cerimonial e Eventos	Coordenadoria de Cerimonial e Eventos	1	Remuneração	1.285,92
Chefe de Departamento	Departamento	5	Remuneração	1.141,79
Assessor(a) Jurídico da Presidência	Assessoria Jurídica da Presidência	2	Remuneração	2.054,26
Assessor(a) de Relações Institucionais	Assessoria de Relações Institucionais	1	Remuneração	798,88
Assessor(a) Parlamentar	Assessoria Parlamentar	13	Remuneração	798,88
Assessor(a) Parlamentar Especial	Assessoria Parlamentar Especial	4	Remuneração	1.141,79
Assistente Parlamentar	Assistência Parlamentar	4	Remuneração	684,75
Controlador(a) Interno	Controladoria Interna	1	Remuneração	2.054,23
Ouvidor(a) Geral	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	1071,60
Assessor(a) de Ouvidoria	Ouvidoria Legislativa	1	Remuneração	905,50
	TOTAL	36		

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

Cargo: Diretor Executivo da Escola do Legislativo

Descrição das atribuições: dirigir, coordenar e fiscalizar a execução das tarefas desenvolvidas pela Escola do Legislativo; gerenciar a execução das atividades e das diretrizes traçadas pelo Conselho Escolar da Escola do Legislativo; e organizar o desenvolvimento de programas de capacitação e treinamento, seminários, palestras, pesquisas e demais atividades afetas aos objetivos específicos da Escola do Legislativo.

ANEXO B

ANEXO VI

Art. 22 da Lei Complementar nº 1.145/91

NOMINATA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

DENOMINAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA	QUANTIDADE	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
Supervisor(a)	Supervisão	9	200,00

NOMINATA DE FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO - FR

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	FORMA REMUNERATÓRIA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO (R\$)
Secretário(a) Administrativo	1	Gratificação	800,00
Secretário(a) de Gabinete	1	Gratificação	800,00
Diretor(a) Executivo da Escola do Legislativo	1	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	5	Gratificação	500,00
Assessor(a) Jurídico da Presidência	2	Gratificação	1.500,00
Coordenador(a) de Cerimonial	1	Gratificação	300,00
Assessor(a) Parlamentar Especial	2	Gratificação	600,00
TOTAL	13		

LEI Nº 4.526, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.526, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a desafetação e permuta de imóvel público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação primitiva e incorporada na dos bens de uso especial, uma área de terra com 6.540,34m² (seis mil quinhentos e quarenta inteiros e trinta e quatro centésimos de metros quadrados), remanescente da quadra H 01, do loteamento Village, situado na Rua Manoel Vicente Lopes, esquina com as ruas Astrogildo Ferreira e Antônio Thomaz Paim, em Imbituba, com registro na Matrícula nº 7.464, Livro n.º 2 AK, folhas 77, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar permuta do imóvel mencionado no artigo precedente, pertencente ao

patrimônio municipal, por um imóvel de propriedade do Serviço Social da Indústria de Santa Catarina - Sesi/SC, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob o nº 03.777.341/0001-66, sediada na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, bairro Itacorubi, Florianópolis/SC, com área de 5.600,00 m² (cinco mil e seiscentos metros quadrados), situado na Rua Vereador Euclides Galdino Porto, esquina com a Rua Francisco Cândido Xavier, em Imbituba, conforme Matrícula nº 17.820 do Registro de Imóveis de Imbituba.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 3.227, de 6 de dezembro de 2007.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.527, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.527, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro ao Instituto dos Pioneiros - IP de Imbituba e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao Instituto dos Pioneiros - IP, inscrito no CNPJ sob nº 09.127.301/0001-55, na importância de até R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referente ao Instituto dos Pioneiros - IP de Imbituba.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.528, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.528, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar auxílio financeiro à Associação de Amigos de Orientação Alternativa - ORIALAN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar repasse de auxílio financeiro à Associação de Amigos de Orientação Alternativa - ORIALAN, inscrita no CNPJ sob o nº 95.787.669/0001-81, no valor de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), no ano de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após do recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2015.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.529, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.529, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo a firmar termo de convênio com a AEUNI - Associação dos Estudantes Universitários de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a Associação dos Estudantes Universitários de Imbituba - AEUNI, com o objetivo de:

I - disponibilizar à AEUNI 4 (quatro) ônibus para o transporte de estudantes universitários de Imbituba com destino a Tubarão e vice-versa.

Parágrafo único. Cabe à AEUNI conceder 10 bolsas (gratuidade) a alunos que comprovem situação socioeconômica familiar, mediante avaliação social.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por

conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Fica revogada a Lei Ordinária nº. 4.343, de 06 de Fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.530, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.530, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Altera a redação do Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.119, de 15 de março de 2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.119, de 15 de março de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento terá a seguinte composição:

I - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

II - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

III - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;

IV - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento Habitação;

V - 1 (um) Representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

VI - 1 (um) Representante da Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM;

VII - 1 (um) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL;

VIII - 1 (um) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - 30ª Subseção de Imbituba;

IX - 1 (um) Representante do Sindicato do Comércio Varejista e Atacadista de Imbituba; e

X - 1 (um) Representante do Conselho da Cidade de Imbituba - CONCIDADE;

Parágrafo Único. A presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento será exercida por um dos membros eleito pelos Conselheiros para o período de 01 (um) ano.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.531, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.531, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Altera a redação de dispositivo da Lei nº 4.215, de 13 de junho de 2013, que institui a nova política municipal de meio ambiente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Inciso I do Parágrafo Primeiro do Artigo 10º da Lei nº 4.215, de 13 de junho de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“I - Representando o Poder Público:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

e) 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação; e

f) 1 (um) representante da Área de Proteção Ambiental - APA da Baleia Franca.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.532, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.532, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder subvenção social à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Araçatuba de Imbituba e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Araçatuba de Imbituba, inscrita no CNPJ sob nº 07.555.895/0001-70, na importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. A concessão da subvenção social de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º A subvenção social a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura das despesas referentes à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Araçatuba de Imbituba.

Art. 3º A instituição beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da Associação, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

LEI Nº 4.534, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.534, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Ponto de Apoio Despertar Jovem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação Ponto de Apoio Despertar Jovem, inscrita no CNPJ sob o nº 80.988.249/0001-96, na importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no ano de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas referentes às atividades da referida Associação.

Art. 3º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas, com referência à aplicação dos recursos repassados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município dos valores repassados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento do Município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo, para este determinado fim.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a entidade beneficiada, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de março de 2015.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andréa Aguiar

Secretária Executiva

PORTARIA PMI/GGP Nº 187/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 187, de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 22 de maio de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2014 e PORTARIA PMI/DGP Nº 226, de 26 de maio de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Márcia Keller Duarte Ferreira	Técnica em Enfermagem 40h	058.185.649-08	29/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 24 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 188/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 188, de 24 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 23 de abril de 1999, através do Concurso Público Edital - 01/1998, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Rosângela Gercina Ferreira	Servente Merendeira 40h	803.118.739-87	24/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 24 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 189/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 189, de 24 de março de 2015.
Dispõe sobre a Admissão de Médico - ESF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 3.330, de 30 de abril de 2008, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Christofer Moraes Balen	Médico - ESF	007.640.210-01	02/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 24 de março de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 190/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 190, de 24 de março de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA MADALENA MONTEIRO VITÓRIO, Servente Merendeira, inscrita no CPF sob o n.º 678.970.709-30, admitida em 09 de março de 2009, contrato nº 4777, referente ao quinquênio devido, remodelada em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
09/03/2009 a 08/03/2015 (remodelada)	05.03.2015 a 02.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2015.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 191/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 191, de 24 de março de 2015.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora CLÁUDIA REGINA MENDES NUNES FERNANDES, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 749.721.039-49, admitida em 15 de janeiro de 1988, contrato nº 92, referente ao quinquênio devido, remodelada em virtude de afastamentos e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
15/01/2003 a 14/01/2009 (remodelada)	01.04.2015 a 29.06.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de março de 2015.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal
(Em exercício)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA Nº 04/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 21/2015

DISPENSA Nº 04/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, SITUADO À RUA: ANTONIO OLEIRO, S/Nº, VILA ALVORADA, PARA INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE VILA ALVORADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Locatário: José dos Passos Pacheco.

Valor Mensal: R\$ 2.000,00 Prazo: 09 meses

Valor Total: R\$ 18.000,00

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 26 de março de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMAS Nº 03/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA – CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 03/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião extraordinária do dia 24 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Prestação de Contas dos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Renda referente ao Repasse efetuado pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) exercício 2014 nos níveis de Proteção Social Especial de Alta e Média Complexidade, Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais.

Edenisi Maria Francisco

Presidenta do CMAS

Imbituba, 24 de fevereiro de 2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 04/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA (CMAS)

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 04/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião extraordinária do dia 24 de fevereiro de 2015:

RESOLVE:

Art. 1º. Apreciar e aprovar a Comissão Provisória de Políticas em assuntos diversos composta por: Maria de Lourdes de Souza Pires, Ane C. Carine Ribas, Cleber da Silva Pacheco e Cristiane Xavier.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Edenisi Maria Francisco

Presidenta do CMAS

Imbituba, 24 de fevereiro de 2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA (CMAS)

Lei Municipal nº 3.936, de 15 de julho de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba (CMAS), em Reunião Ordinária, realizada dia 11 de fevereiro de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 3.936, de 15 de julho de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba- CMAS:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Municipal de Acolhimento.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de fevereiro de 2015.

Edenisi Maria Francisco

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 01/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DO CONSELHO DO IDOSO DE IMBITUBA (CMI)

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

O Plenário do Conselho Municipal do Conselho do Idoso de Imbituba SC, em sua Reunião Ordinária de 05 de dezembro de 2014, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelas Leis Municipais nº 4216 de 13 de Junho de 2013, que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 02 de dezembro de 2014:

RESOLVE: Apreciar e aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal do Idoso - CMI.

Luiz de Freitas

Presidente/CMI

Imbituba, 02 de janeiro de 2015

RESOLUÇÃO Nº 02/2015 - O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA (CMAS)

Lei Municipal nº 3.936, de 15 de julho de 2011.

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

O Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba (CMAS), em Reunião Ordinária, realizada dia 11 de fevereiro de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 3.936, de 15 de julho de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Imbituba- CMAS:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, referente ao 2º semestre de 2014

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de fevereiro de 2015.

Edenisi Maria Francisco

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1334/15

. DECRETO Nº 1334/15

. De 24 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0181.0009.2231.3339000000000000	030000000	50.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1335/15

. DECRETO Nº 1335/15

. De 24 de março de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar /Sandra Kurth Velter - Designa Comissão.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 13/15, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades da servidora SANDRA KURTH VELTER, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Karina Fabrícia Rebelo
- Alexandre Kroeger Reguse
- Humberto Cesário Pereira

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 24 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1336/15

. DECRETO Nº 1336/15

. De 24 de março de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar/Suleise da Cruz - Designa Comissão.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 92, incisos VIII, XI e XII, conforme estabelece a Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seus artigos 107, 109, 112, 113 e 115 e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria 13/15, parte integrante deste Decreto,

DECRETA,

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com o disposto no artigo 109, inciso III, da Lei Complementar 105/10, para apuração de responsabilidades da servidora SULEISE DA CRUZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão do Processo Administrativo, objeto do artigo 1º, os servidores abaixo:

- Karina Fabrícia Rebelo
- Alexandre Kroeger Reguse
- Humberto Cesário Pereira

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência deste Decreto, para a conclusão do Processo Administrativo.

Art. 4º - Fica concedida gratificação da ordem de R\$ 250,00 duzentos e cinquenta reais) para cada servidor designado, conforme dispõe o artigo 53, alínea "d" e parágrafo 2º da Lei Complementar 105/10, o qual deverá ser requerido ao final do Processo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial em 24 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 24 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1337/15

. DECRETO Nº 1337/15

. De 25 de março de 2015

Dispõe dos valores das Metas Bimestrais de Arrecadação do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de INDAIAL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da lei Orgânica do Município e de mais dispositivos legais em vigor, em atendimento ao disposto dos art. 8º e 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal art. 17 da Lei Municipal nº5.064/14 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015).

DECRETA,

Art. 1º - Ficam estipulados os valores constantes do Anexo I do presente Decreto como Metas Bimestrais de Arrecadação da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2015, consoante art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 17 da Lei Municipal nº5.064/14 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 18 de janeiro de 2015.

Prefeitura do Município de Indaial, em 25 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na forma da Lei em 25 de março de 2015)

MARCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1338/15

. DECRETO Nº 1338/15

. De 25 de março de 2015

Dispõe da Programação Financeira e Cronograma Mensal de Desembolso para a Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de INDAIAL, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da lei Orgânica do Município e de mais dispositivos legais em vigor, em atendimento ao disposto do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 17 da Lei Municipal nº 5.064/14 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015).

DECRETA,

Art. 1º - Ficam estipulados os valores constantes dos Anexos I e II do presente Decreto como Programação Financeira (I) e Cronograma Mensal de Desembolso (II) para Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Indaial para o exercício financeiro de 2015, consoante art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 17 da Lei Municipal nº5.064/14 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015).

Parágrafo único. Fica estabelecido que, se ao final de um bimestre o comportamento da receita poderá vir a afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismo de limitação de empenho no montante necessário para as despesas constantes do art. 18, incisos I, II, III e IV, da Lei Municipal nº5.064/14 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015), em conformidade do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a 18 de janeiro de 2015.

Município de Indaial, em 25 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de março de 2015)

MARCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Adm. e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1339/15

. DECRETO Nº 1339/15

. De 25 de março de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NF	MOTIVO
9640/2014	COMPUTEL COMERCIAL LTDA ME	R\$ 23,00	R\$ 23,00	-	empenhado em credor indevido, sendo o correto em Computim Comercial Ltda EPP, conforme Nota Fiscal Nº 8421, ora sendo regularizado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 25 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 25 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1340/15

. DECRETO Nº 1340/15

. De 25 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 649.671,87 (seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2110.3339000000000000	03370009	5,60
05.001.0012.0361.0005.2105.3339000000000000	03625502	265,10
05.001.0012.0361.0005.2105.3339000000000000	03370007	85,08

05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000000	03370005	5.084,41
05.001.0012.0365.0005.2112.3339000000000000	03370003	16.810,79
05.001.0012.0365.0005.2112.3339000000000000	03370002	86.213,78
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000000	03370006	1.393,40
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000000	03370004	2,75
05.001.0012.0361.0005.2108.3339000000000000	03370001	82.407,42
05.001.0012.0365.0005.1106.3449000000000000	03325410	394.411,62
05.001.0012.0361.0005.1102.3449000000000000	03325408	1.697,31
05.001.0012.0361.0005.1100.3449000000000000	03325406	11.607,26
05.001.0012.0361.0005.1108.3449000000000000	03325405	10.116,14
05.001.0012.0361.0005.1105.3449000000000000	03325403	18.250,74
05.001.0012.0361.0005.1109.3449000000000000	03325409	2.008,50
05.001.0012.0361.0005.1104.3449000000000000	03325409	2.460,69
05.001.0012.0361.0005.1109.3449000000000000	03360000	8.219,90
05.001.0012.0361.0005.1104.3449000000000000	03360000	8.631,38

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de março de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1341/15

. DECRETO Nº 1341/15

. De 25 de março de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no MUNICIPIO DE INDAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.115/14,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 201.632,52 (duzentos e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
21.001.0006.0181.0021.2306.3339000000000000	03120000	100.000,00
21.001.0006.0181.0021.2304.3339000000000000	03120000	46.632,52
21.001.0006.0181.0021.1304.3449000000000000	03120000	55.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de março de 2015

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 25 de março de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1599/2015

DECRETO Nº. 1599 DE 25 DE MARÇO DE 2015

Homologa inscrições referente Processo Seletivo - Edital nº 0001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as inscrições referentes ao edital de processo seletivo nº 0001/2015:

ENFERMEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
005	TIANE BOLZON SARTOREL	066.582.509-95
019	JOSEANE MARIA SALES BARBOSA	006.785.029-43
028	DULCILENE MARIA DE ARAÚJO MARINHO	334.985.043-04
029	GRAZIELLA SHMOELLER WALTER	005.174.599-22
039	IVANA MACHADO GORNIACK GRAHL	969.863.019-87

TÉCNICO DE ENFERMAGEM - SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
002	FLÁVIO ROSA DOS SANTOS	005.261.419-05
007	VALÉRIA GRIFANTE	071.440.789-50
021	SIRLEI CLARICE COCCO MOREIRA	022.132.339-26
040	LORECI APARECIDA MUNARI	022.570.529-00
043	IRACI DE FÁTIMA RIBEIRO LOPES DE OLIVEIRA	452.040.129-15

MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Nº. Inscrição	Nome	CPF
004	CLAUDEMIR JOSÉ CASAGRANDE	590.319.059-68
006	DENIS PÉRICO	073.438.669-90
013	ADRIELI BARETTI	075.063.449-98
024	RONALDO QUAIOTTO	026.586.879-31
026	MICHELLE DEBORA NORDT TONETTA	075.309.739-75
031	CARLOS ANDRE FRANCHIN	651.870.329-68
032	HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS	005.748.119-90
037	ANA CLÁUDIA PIROLA TEIXEIRA	076.348.009-61
042	GEAN PAULO PERAZZOLI TORCATTO	052.839.479-71

AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE

Nº. Inscrição	Nome	CPF
009	MARIA INÊS COLOMBO OLTRAMARI	944.530.209-53
010	RONIVON DE SOUZA MACHADO	059.994.889-23
011	JAQUELINE QUAGLIOTO PELIZZARI	089.934.259-06
012	KÁTIA FISCHER	102.873.329-18
014	IVANIR PEROSA PELLE	658.811.259-91
015	GIOVANA CRESTANI FRANCO	102.217.579-37
017	ROSALINA MARIA BUFFON PERETI	949.600.629-91
018	IVA PEROSA PELLE	867.381.949-00
020	IRENE OSS BARICHELLO	645.692.509-63
025	ELZA MARISTELA PENSO BOCARDI	944.534.209-78
030	LEONILDE FERRONATO FACCIN	837.758.469-72
034	LORECI MARIA PERETTI	626.637.399-87
035	CRISTIANE PERETTI	073.716.289-93
041	AMANDA CRISTINA WILMSEN	053.658.779-50

FAXINEIRA

Nº. Inscrição	Nome	CPF
001	JULIANA SCUR BELLEBONI	693.590.409-91
003	ALESSANDRA FERREIRA DOS SANTOS	063.748.449-55
008	PAULINA GÊNERO	056.273.639-59
016	VERA LÚCIA CORRÊA RIBEIRO	032.551.149-77

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - Cursando

Nº. Inscrição	Nome	CPF
033	KEILA CRISTINA MOREIRA HENNIG	077.785.649-20
036	JACIARA REGINA BECKER	047.188.769-23
038	SILVANIA DE CAMARGO DOS SANTOS	027.036.559-16
044	JULIANA MARIA DIAS	088.030.459-61

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - Habilitado

Nº. Inscrição	Nome	CPF
022	JAINE PATRICIO	079.710.829-75
027	MARILDA WOLINGER DE PAULA	387.140.789-53

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 25 de março de 2015
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis - Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: Lech & Cia Ltda.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção dos lanches para as crianças e adolescentes do grupo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - scfv e o programa de promoção do acesso ao mundo do trabalho - acessuas/trabalho, que encontram-se em andamento no centro de referência da assistência social - cras, no município de irineópolis, para o exercício de 2015, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 25.448,20 (vinte e cinco mil quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte centavos).

Vigência: 20.03.2015 a 19.03.2016

Base Legal - Processo Licitatório 06/2015 - Pregão Presencial nº. 06/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis - Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: João Silvestre Jacobovski ME.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a manutenção dos lanches para as crianças e adolescentes do grupo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - scfv e o programa de promoção do acesso ao mundo do trabalho - acessuas/trabalho, que encontram-se em andamento no centro de referência da assistência social - cras, no município de irineópolis, para o exercício de 2015, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 29.495,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Vigência: 20.03.2015 a 19.03.2016

Base Legal - Processo Licitatório 06/2015 - Pregão Presencial nº. 06/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 36/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: FM Pneus Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de recapagem de pneus, para os veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, com entrega parcelada, para o período de 12 meses.

Vigência: 24.03.2015 a 23.03.2016

Base Legal - Processo Licitatório 09/2015 - Tomada de Preços nº. 02/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: J. Luma Construtora Ltda - ME e J Lopes Construcoes Ltda EPP.

Irineópolis, 25 de março de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 52, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 52, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Anula o edital do Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 59/2015, de 05/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 59/2015, de 05/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos.

DECRETO Nº 50, DE 24 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 50, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 59/2015, de 05/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores JANETE FRANTZ BAUMANN, RÉGIS KUERMER BITTENCOURT, THIAGO ROHDEN e ADRIANO KARAL para, sob a presidência da primeira designada, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente o Processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 59/2015, de 05/03/2015 da Prefeitura Municipal de Itapiranga, às 14h00min do dia 25/03/2015, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapiranga - SC, 24 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 51, DE 24 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 51, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Designa Grupo de Trabalho Intersetorial para atuar na Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e o Decreto Federal nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007; e

CONSIDERANDO a necessidade de definir a área técnica responsável para coordenar, em âmbito municipal, a fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó, de preferência aquela já responsável pelas ações de alimentação e nutrição no município;

Decreta:

Art. 1º Fica designado o Grupo de Trabalho Intersetorial para atuar na Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil, com a seguinte composição:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Elaine Schuck Rambo

Claudia Luísa Stefanello

Michele Reis Welter

Oliveta Korbes Bergmann

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Clair Maria Heck Heinen

Kelen Cristiane Rosar

Roseli Inez Puhl

Juleide Piroca

Cheila Dall Agnol

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

Janete Soethe Brixner

Mara Oro

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 24 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PREGÃO Nº 10/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 10/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 10/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de sacolas retornáveis modelo dobra fácil, para distribuição as famílias do Município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 09 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 25 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

PREGÃO Nº 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 70/2015, cujo objeto é a aquisição de um veículo novo, 0 KM, destinado para uso do Corpo de Bombeiros de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 09 de abril de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 25 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 71/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 71/2015, cujo objeto é a aquisição de adesivos com impressão digital, destinados para colocação nas placas da Feira de Exposição de Animais, da 8ª EFRAIT. Entrega da documentação e proposta até às 15:30 horas do dia 09 de abril de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC, 25 de março de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 9/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 9/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 9/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de um veículo novo, 0 KM, destinado para uso da Vigilância Sanitária. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 09 de abril de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 25 de março de 2015.
Luis Carlos Steffenon
Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA INEXIGIBILIDADE Nº02/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	25/03/2015	Horário início: 09h30min
Licitação /Modalidade	INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PROCESSO	Nº 002/2015 Nº 001/2015 Nº 007/2015

OBJETO:

CREDENCIAMENTO de veículos de mídia eletrônica, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site da Prefeitura e Mural Público Municipal, no dia 27/02/2015 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte empresa:

Data	Prot.	Empresa	CNPJ/MF
19/03/2015	885	ELIANA DO ROCIO GUSSO MEI	14.035.698/0001-95

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram o envelope de habilitação ao credenciamento, o qual foi encontrado devidamente lacrado. Aberto o envelope de habilitação ao credenciamento, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, verificou-se que a empresa ELIANA DO ROCIO GUSSO MEI apresentou solicitação de credenciamento com a transcrição das quatro unidades de serviços mensais definidas no edital, contudo é possível apenas o credenciamento de uma unidade por website. Assim sendo, e observando que a respectiva empresa cumpriu as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público nº 01/2015, a CPL considerou a empresa pré-qualificada à uma unidade de serviço conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 meses)
01	Serviço eletrônico de veiculação de todas as notícias publicadas no site oficial da Prefeitura Municipal, publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social e inserção de banner do Município com no mínimo 75 mil pixels quadrado na Página Principal do site.	Serviço	01	R\$ 1300,00	R\$ 1.300,00	R\$ 15.600,00

Observado que a empresa citada foi a única interessada que protocolou envelope ao credenciamento até a presente data, sabendo que o edital Chamamento Público nº 01/2015 já se encontra publicado há aproximadamente um mês da data desta sessão pública, e, tendo em vista o item 6.1.4. do edital: 6.1.4. O sorteio somente será necessário se houver mais de um website credenciado, fica desde já a empresa ELIANA DO ROCIO GUSSO MEI estabelecida como primeira colocada na sequência do rodízio das veiculações. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA MEMBRO	ROSILDA APARECIDA BOLDORI MEMBRO
--	-------------------------------------

EXTRATO DO CONTRATO Nº22/15 - COMODATO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO DO CONTRATO nº 22/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL DE ITAPOÁ, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.797.415/0001-65, estabelecida na Avenida Beira Mar V, 111, na localidade de Pontal do Norte, CEP: 89.249-000, em Itapoá/SC.

Licitação: Comodato

Objeto: O COMODANTE, na qualidade de legítimo proprietário do imóvel, localizado na Avenida Beira Mar V, nº 111, na localidade de Pontal do Norte, ao lado da Capela Senhor Bom Jesus e do Farol do Pontal, no Pontal do Norte, no Município de Itapoá/SC, cede ao ente público as instalações do referido imóvel, sob regime de comodato, em caráter gratuito e para utilização exclusiva em finalidade de atendimento aos alunos da EMEF João Monteiro Cabral, no contra turno escolar, em atividades de ampliação de jornada.

DATA DA ASSINATURA: 24/03/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência pelo período de 30 de março de 2015 à 22 de dezembro de 2015, podendo ser rescindido antes do referido prazo a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, mediante prévio e formal aviso de 60 (sessenta) dias.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 25 de março de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar
PREFEITO MUNICIPAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: COMUNICADO LOCAL E
HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA- EDITAL 016/2015
- AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE LOCALIDADE
BARRA DO SAÍ**

Itapoá, 24 de Março de 2015.

COMUNICADO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA abaixo o local e horário da Prova Objetiva, referente ao Processo Seletivo Simplificado - Edital 016/15 - Agente Comunitário de Saúde da localidade da Barra do Saí

Data: 29/03/2015.

Local: E.M.E.F Euclides Emídio - Barra do Saí, sito a Rua 120 nº 378;

Início: 8:30hs com término previsto para às 12:00hs, lembrando que o candidato deve comparecer ao local da prova com 10 minutos de antecedência, munido de documento com foto, conforme item 6.6 do Edital.

Marciane Rech Joseane Maria Soares de Lima
Enfermeira Coordenadora ESF Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

Jacinto Machado

PREFEITURA

CONVÊNIO 004/2015

CONVÊNIO 004/2015

Termo de Convênio que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Jacinto Machado-SC e a CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE JACINTO MACHADO, objetivando a CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, com sede, Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro - Jacinto Machado-SC, inscrita no CNPJ nº. 82960758/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, usando suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente "PREFEITURA" e a "CEJAMA - COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE JACINTO MACHADO", inscrita no CNPJ nº. 85.665.990/0001-30, neste ato representado pelo Presidente VALDEMIRO RECCO, com endereço na Avenida Padre Herval Fontanella, 443 - Centro, Jacinto Machado SC, doravante denominada simplesmente "CEJAMA", concordam em celebrar o presente "CONVÊNIO", na forma constante das cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Por este ato, o Município de Jacinto Machado, devidamente autorizado pela Lei Complementar nº 002, de 30 de dezembro de 2002, atribui à CEJAMA o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidade de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA

A arrecadação de que trata a Cláusula Primeira será feita juntamente com as Fatura de consumo de energia elétrica, ficando a CEJAMA desobrigada da arrecadação das Contribuições dos consumidores que por qualquer razão deixem de pagar as suas Fatura.

CLÁUSULA TERCEIRA

Competirá exclusivamente à Prefeitura Municipal, a solução, junto aos contribuintes, de todas as pendências administrativas ou jurídicas, decorrentes do lançamento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, assim como a devolução das importâncias cobradas em duplicidade ou indevidamente.

CLÁUSULA QUARTA

Deverão ser excluídos automaticamente da Cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública:

§ 1º - Estão isentos da contribuição os consumidores com consumo de até 50 kw/h/mês.

§ 2º - Estão isentos da contribuição os contribuintes dos Órgãos dos Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal.

§ 3º - Estão excluídos da base de cálculo da COSIP os valores de consumo que superarem os seguintes limites:

- a) classe industrial: 10.000 kw/h/mês;
- b) classe comercial: 7.000 kw/h/mês;
- c) classe residencial: 3.000 kw/h/mês;
- d) classe rural: 2.000 kw/h/mês;
- e) classe serviço público: 7.000 kw/h/mês;
- f) classe poder público: 7.000 kw/h/mês;
- g) classe consumo próprio: 7.000 Kw/h/mês.

CLÁUSULA QUINTA

A cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, relativo aos imóveis edificadas efetuar-se-á mensalmente, com a alíquota de 6,5% (seis e meio por cento)

CLÁUSULA SEXTA

O montante da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, será contabilizado pela CEJAMA, em conta apropriada, obrigando-se a repassar através de depósito em conta corrente fornecida pelo MUNICÍPIO no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do último dia do mês ao qual se operou o recolhimento, obrigando-se a CEJAMA a fornecer ao MUNICÍPIO um demonstrativo da arrecadação, faturas e outros débitos quitados, igualmente até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao qual se operou o recolhimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

O produto da arrecadação destina-se prioritariamente ao pagamento das contas de energia elétrica consumida na Iluminação Pública e dos débitos relativos à mão-de-obra utilizada para extensão e uma adequada manutenção da rede de iluminação pública que é de responsabilidade do Município.

CLÁUSULA OITAVA

Assinado o presente convênio a CEJAMA se compromete a efetuar com pessoal próprio ou através da contratação de terceiros, a manutenção da rede e dos equipamentos destinados à iluminação pública, apenas naqueles instalados nos postes da rede de distribuição de energia elétrica da CEJAMA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a realização do disposto no caput, a CEJAMA cobrará um percentual de 10% (dez por cento) do montante mensal arrecadado para a cobertura das respectivas despesas.

CLÁUSULA NONA

Sempre que se verificar que o produto da arrecadação da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, seja superior às despesas para as quais se destina, os saldos verificados poderão ser aplicados na melhoria do padrão da iluminação, na extensão e deslocamento de partes da rede de iluminação pública, implantação e iluminação ornamental especial em avenidas, praças, logradouros, pontes, quadras de esportes, enfim, em todos os bens e equipamentos destinados ao uso público, com utilização de festividades de acordo com o programa a ser estabelecido pelo Município, ou ainda, para o pagamento de energia elétrica do Próprio Município que venham a existir, desde que haja saldo para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA

O fornecimento e a aquisição de materiais relativos à implantação e manutenção da rede de iluminação pública, bem como de iluminação pública especial, será de responsabilidade do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As contas mensais correspondentes ao consumo de energia elétrica na Iluminação Pública, quaisquer débitos e ou obrigações vencidas do MUNICÍPIO para com a CEJAMA serão relacionadas mensalmente ao MUNICÍPIO, que se obriga a efetuar o pagamento devido.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A CEJAMA se compromete a fornecer até o dia 30 (trinta) de junho de cada ano, a previsão do valor de consumo da energia correspondente à Iluminação Pública e demais despesas com lâmpadas e materiais para o exercício seguinte, a fim de possibilitar que o MUNICÍPIO elabore sua proposta orçamentária e aprove através do Poder Legislativo Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

As contas mensais correspondentes ao consumo de energia da iluminação pública, serão apresentadas ao MUNICÍPIO que submeterá a apreciação da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O prazo de vigência do presente convênio será até 31/12/2016, contados a partir da data de sua assinatura. Poderá, entretanto, ser rescindido, sem ônus, a critério de qualquer das partes contratadas, desde que manifestada tal disposição, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O início da cobrança dar-se-á a partir do mês de abril de 2015.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Turvo para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Convênio em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Jacinto Machado, 25 de março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

VALDEMIRO RECCO

PREFEITO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CEJAMA

TESTEMUNHAS:

1 _____.

Nome:

CPF:

2 _____.

Nome:

CPF:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
 Valor: R\$ 1.040,00 (um mil e quarenta reais).
 Vigência: Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - PR
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 12 de Fevereiro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
 Contratada: MODELO PNEUS LTDA
 Valor: R\$ 13.032,00 (treze mil e trinta e dois reais).
 Vigência: Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - PR
 Dotação: 2.020.3390.00 - 80 - 7/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS PELOS VEÍCULOS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 12 de Fevereiro de 2015.

ANA MARIA BACK MACHADO
 Gestora do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
 Contratada: MODELO PNEUS LTDA
 Valor Global: R\$ 93.458,00 (noventa e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais).
 Vigência: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015/PMJM
 Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
 Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
 Contratada: COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
 Valor Global: R\$ 879,60 (oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).
 Vigência: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015/PMJM
 Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
 Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
 Contratada: COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.
 Valor Global: R\$ 54.822,24 (cinquenta e quatro mil oitocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos).
 Vigência: Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015/PMJM
 Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES DE FABRICAÇÃO NACIONAL PARA SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 17 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
 Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015/PMJM	
<p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: ANTONINHO DE SOUZA MERCADINHO ME Valor Global: R\$ 24.675,32 (vinte e quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos). Vigência: Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015/PMJM Dotação: 2.011.3390.00 - 80 - 40/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 41/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 107 - 35/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 94 - 43/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2015.</p>	
Jacinto Machado – SC, 18 de Março de 2015.	
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2015/PMJM	
<p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: JULIANO POSSAMAI DELLA DE SOUZA - ME Valor Global: R\$ 24.493,40 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta centavos). Vigência: Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015/PMJM Dotação: 2.011.3390.00 - 80 - 40/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 41/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 107 - 35/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 94 - 43/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2015.</p>	
Jacinto Machado – SC, 18 de Março de 2015.	
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2015/PMJM	
<p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: CONSTRUDELLA COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME Valor Global: R\$ 13.838,00 (treze mil oitocentos e trinta e oito reais). Vigência: Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015/PMJM Dotação: 2.011.3390.00 - 80 - 40/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES 2.011.3390.00 - 102 - 41/2015 - MERENDA ESCOLAR 2.008.3390.00 - 107 - 35/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 94 - 43/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS ENGARRAFADO PARA SEREM UTILIZADOS PELAS CRECHES, PRÉ-ESCOLARES E ESCOLAS MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2015.</p>	
Jacinto Machado – SC, 18 de Março de 2015.	
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2015/PMJM	
<p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME Valor Global: R\$ 66.289,28 (sessenta e seis mil duzentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos). Vigência: Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 020/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.013.3390.00 - 695 - 45/2015 - MANUTENÇÃO DAS CRECHES Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA SEREM UTILIZADOS PELAS ESCOLAS, PRÉ-ESCOLARES E CRECHES MUNICIPAIS DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p>	
Jacinto Machado – SC, 18 de Março de 2015.	
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: PORCIPEÇAS ACESSORIOS E SERVIÇOS EIRELI ME Valor Global: R\$ 76.935,48 (setenta e seis mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Vigência: Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 013/2015/PMJM Dotação: 2.008.3390.00 - 104 - 34/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 36/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 708 - 113/2015 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MICROÔNIBUS E ÔNIBUS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 18 de Março de 2015.</p> <p>ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito</p>	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015/PMJM

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2015/PMJM</p> <p>Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Contratada: GRAMADO CAPTAÇÃO - CONSULT. EM PROJ. DE CAPT. DE Recursos e eventos Ltda - me Valor Global: R\$ 51.390,00 (cinquenta e um mil trezentos e noventa reais). Vigência: Início: 20/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/PMJM Dotação: 2.062.3390.00 - 80 - 104/2015 - INCENTIVOS AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO 2.062.3390.00 - 94 - 105/2015 - INCENTIVOS AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL, AFIM DE AGREGAR VALOR AO DESTINO TURÍSTICO JACINTO MACHADO/SC POR MEIO DA PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL NA ROTA CAMINHO DOS CANYONS. Conforme Termos de Referência em anexo ao Edital.</p> <p>Jacinto Machado – SC, 20 de Março de 2015.</p> <p>ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito Municipal</p>	

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015/PMJM**

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
<p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015/PMJM</p> <p>Homologação: 20/03/2015 Contratado: GRAMADO CAPTAÇÃO - CONSULT. EM PROJ. DE CAPT. DE RECURSOS E EVENTOS LTDA - ME Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL, AFIM DE AGREGAR VALOR AO DESTINO TURÍSTICO JACINTO MACHADO/SC POR MEIO DA PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL NA ROTA CAMINHO DOS CANYONS. Conforme Termos de Referência em anexo ao Edital. Valor da Despesa: R\$ 51.390,00 (cinquenta e um mil trezentos e noventa reais)</p> <p>Jacinto Machado – SC, 20 de Março de 2015.</p> <p>ANTONIO JOÃO DE FÁVERI Prefeito Municipal</p>	

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 001/2015/FMS

	ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
<p>TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 001/2015/FMS</p> <p>Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO Contratada: COOPERATIVA AGROPECUARIA DE JACINTO MACHADO Vigência: Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014 - PR Objeto: FICA REAJUSTADO O VALOR UNITÁRIO DO ITEM 02 DO PRESENTE CONTRATO PARA R\$ 3,36 (TRÊS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).</p> <p>Jacinto Machado – SC, 6 de Março de 2015.</p> <p>Ana Maria Back Machado Gestora do Fundo</p>	

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 002/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 002/2015/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
Contratada: POSTO GÁVEA LIMITADA
Vigência: Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014 - PR
Objeto: FICAM REAJUSTADOS OS VALORES UNITÁRIOS DO ITEM 01 DO PRESENTE CONTRATO PARA R\$ 2,84 (DOIS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS) E DO ITEM 03 PARA R\$ 2,73 (DOIS REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).

Jacinto Machado – SC, 6 de Março de 2015.

Ana Maria Back Machado
Gestora do Fundo

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 127/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA
Vigência: Início: 19/03/2015 Término: 30/06/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 005/2014 - TP
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 30/06/2015.

Jacinto Machado – SC, 19 de Março de 2015.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 017/2012/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 017/2012/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Vigência: Início: 06/02/2015 Término: 05/02/2016
Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PRESENTE CONTRATO, COM VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 05/02/2016.

Jacinto Machado – SC, 06 de Fevereiro de 2015.

Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 75/2015/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 75/2015/FMS
PL 05/2015/FMS - DL 01/2015/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: MARIA ALVANI FIORENTIN VOLPATO

OBJETO: a locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, compreendendo uma sala comercial denominada Loja nº 01, localizada no pavimento térreo do Condomínio Edifício Wilmar Volpato, situado na Avenida Santa Terezinha, nº 1.728, bairro Menino Deus, matrícula nº 30.549 - Registro de Imóveis 1º Ofício, destinado à instalação de Unidade de Saúde.

VALOR CONTRATADO:

R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.122 - BLATB - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações diretas

FISCAL DO CONTRATO: Eliane Aparecida Ceron Vier

DATA DE ASSINATURA: 24/032015.

ADEMIR LUIZ RIGHI

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO PL 28/2015/PMJ - PP 18/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015/PMJ

Objeto: A aquisição, de forma parcelada, de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas, para as atividades da Coordenadoria de Serviços Públicos durante o exercício financeiro de 2015, com objetivo de promover o ajardinamento de praças, jardins e demais áreas públicas do perímetro urbano do Município de Joaçaba. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 23/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 23/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, (SC), 26 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 29/2015/PMJ - PP 19/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015/PMJ

Objeto: A aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) e outros materiais afins, destinados à melhoria das condições de trabalho dos servidores municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 22/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 22/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, (SC), 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PL 30/2015/PMJ - PP 20/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015/PMJ

Objeto: A aquisição de equipamentos e instrumentos musicais destinados à constituição de orquestra popular formada por alunos de aulas de música no âmbito do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 24/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 24/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, (SC), 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO PP 21/2015/PMJ - PL 31/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais. Forma de Julgamento: Menor Preço por

Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - SECRETÁRIO

EXTRATO PP 21/2015/PMJ - PL 31/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de materiais elétricos, hidráulicos, louças sanitárias, ferramentas e ferragens em geral, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos municipais. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 15/04/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 15/04/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 25 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO - SECRETÁRIO

BALANCETE FINANCEIRO 02/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	36.088,14	ORÇAMENTÁRIAS	220.847,79
RECEITA PATRIMONIAL	2.907,77	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	197.343,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.180,37	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	155.499,02
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.246,82
		INVESTIMENTOS	10.597,73
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.504,22
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.741,91
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	762,31
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	230.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	230.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	260.009,90	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	292.210,15
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.000,03	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	39.495,86
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	221.009,87	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	221.447,09
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	29.744,20
		RP PROCESSADOS PAGOS	1.523,00
SALDOS ANTERIORES	651.104,80	SALDOS ATUAIS	664.144,90
BANCO C/ MOVIMENTO	396.210,82	BANCO C/ MOVIMENTO	416.410,77
BANCOS C/ VINCULADAS	254.893,98	BANCOS C/ VINCULADAS	247.734,13
TOTAL	1.177.202,84	TOTAL	1.177.202,84

JOACABA, 25/03/2015

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4MARIO WOLFART
Ordenador de Despesas

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
 Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Fevereiro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	442.021,85	ORÇAMENTÁRIAS	1.229.181,54
RECEITA TRIBUTÁRIA	53.264,32	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.151.501,23
RECEITA PATRIMONIAL	21.109,51	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	667.481,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	367.648,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	482.594,76
		INVESTIMENTOS	1.425,20
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	77.680,31
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	76.473,08
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.207,23
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	719.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	719.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.376.601,19	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.466.899,37
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	147.419,65	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	142.175,36
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.229.181,54	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.205.753,06
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	118.970,95
SALDOS ANTERIORES	4.495.841,75	SALDOS ATUAIS	4.337.383,88
BANCO C/ MOVIMENTO	505.554,21	BANCO C/ MOVIMENTO	240.260,20
BANCOS C/ VINCULADAS	3.990.287,54	BANCOS C/ VINCULADAS	4.097.123,68
TOTAL	7.033.464,79	TOTAL	7.033.464,79

JOACABA, 25/03/2015

ADEMIR LUIZ RIGHI
 Ordenador de Despesa - Secretário Saúde

ELIANE AP. CERON VIER
 Contadora CRC/SC 021520/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Fevereiro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	399,62		
RECEITA PATRIMONIAL	399,62		
SALDOS ANTERIORES	75.950,52	SALDOS ATUAIS	76.350,14
BANCO C/ MOVIMENTO	75.950,52	BANCO C/ MOVIMENTO	76.350,14
TOTAL	76.350,14	TOTAL	76.350,14

JOACABA, 25/03/2015

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRAADONES MARCIANO
Contador CRCSC 028953/O-4

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Período: Fevereiro
 Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	36.476,85	ORÇAMENTÁRIAS	21.919,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	32.573,17	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.882,84
RECEITA PATRIMONIAL	3.903,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.869,72
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.346,12
		INVESTIMENTOS	2.667,00
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36,40
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36,40
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.919,84	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.919,84
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	21.919,84	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	21.919,84
SALDOS ANTERIORES	593.625,24	SALDOS ATUAIS	608.182,85
BANCO C/ MOVIMENTO	567.026,45	BANCO C/ MOVIMENTO	581.444,10
BANCOS C/ VINCULADAS	26.598,79	BANCOS C/ VINCULADAS	26.738,75
TOTAL	652.021,93	TOTAL	652.021,93

JOACABA, 25/03/2015

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 ADONES MARCIANO
 Contador CRC.028953/0-4

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária de Gestão Financeira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	5.837.269,87	ORÇAMENTÁRIAS	4.198.072,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.344.304,67	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.780.909,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.988,68	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.925.138,09
RECEITA PATRIMONIAL	70.060,32	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	99.657,93
RECEITA DE SERVIÇOS	4.012,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.572.629,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.620.189,12	INVESTIMENTOS	11.495,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	184.922,44	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	171.989,02
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	16.425,87	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	417.162,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	445.342,81	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	284.850,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.023,78	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.312,29
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.230.666,00
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.230.666,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.692.382,78	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.552.374,45
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	489.462,68	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	480.619,53
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	4.202.920,10	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	4.199.882,29
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	871.872,63
SALDOS ANTERIORES	9.988.751,36	SALDOS ATUAIS	9.537.291,56
BANCO C/ MOVIMENTO	3.665.978,79	BANCO C/ MOVIMENTO	3.873.905,41
BANCOS C/ VINCULADAS	4.652.512,56	BANCOS C/ VINCULADAS	3.983.316,27
POUPANÇA	1.670.260,01	POUPANÇA	1.680.069,88
TOTAL	20.518.404,01	TOTAL	20.518.404,01

JOACABA, 25/03/2015

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO DE JOACABA

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ
 SECRETARIA DE FINANÇAS

 FERNANDA BRAGA
 Contadora CRC SC 038262/0-9

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 002/2015 - MATERIAL DE EXPEDIENTE**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 002/2015
PREGÃO PRESENCIAL NR. 002/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor LUIZ VASTRES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

Processo de licitação nr.: 002/2015

Pregão presencial nr.: 002/2015

Data da homologação: 24/03/2015.

Objeto da licitação: registro de preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, higiene, limpeza, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba durante o exercício de 2015, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital.

Fornecedores e valores:

a) ANDRADE, PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA ME - R\$ 10.254,00 (dez mil, duzentos e cinquenta e quatro reais).

b) DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA - R\$ 7.458,25 (sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

c) OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME - R\$ 22.613,55 (vinte e dois mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e cinco centavos).

d) PRANDO & CARON LTDA - R\$ 11.240,25 (onze mil, duzentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos).

e) ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP - R\$ 66.578,50 (sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

Joaçaba (SC), 24 de março de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

SIMAE**CANCELAMENTO TOMADA DE PREÇO 0002/2015 - SIMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

CANCELAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 0002/2015

Tomada de preço nº 02/2015 - Processo nº 0011/2015. O serviço intermunicipal de água e esgoto dos municípios de Joaçaba, Herval d' oeste e Luzerna, através de sua presidente Elisabet Maria Zanela Sartori, torna público o cancelamento da licitação acima referida, marcada para dia 06/04/2015, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para execução de redes coletoras de esgoto e ligações domiciliares nos bairros Jardim Itália e Anzolin, em Joaçaba-SC; rua Independência em Herval d'Oeste e ligação entre as ruas Teobaldo Horn e rua Jose Pedro Martendal em Luzerna.

26 de Março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

PREGÃO 0007/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0007/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2015

PROTOCOLO JHL 0161/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0007/2015 - Licitação 0007/2015, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: Manutenção de flocladores da estação de tratamento de água do SIMAE, tendo em vista o desgaste das buchas dos mancais.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 10/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/04/2015 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 26/03/2015 a 10/04/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 26 de Março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

TOMADA DE PREÇO 0002/2015 - SIMAE

Licitação nº 0011/2015

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0002/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0002/2015 - Licitação 0011/2015, tipo Menor Preço Global- Empreitada Por Preço Unitário, que trata do Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços, fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para execução de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares nos Bairros Jardim Itália e Anzolin, no município de Joaçaba, Rua Independência em Herval D'Oeste e Ligação entre as Ruas Teobaldo Horn e Rua José Pedro Martendal em Luzerna.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 13/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 13/04/2015 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 26 de Março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 366/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 366/2013

COMODANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: JULIANA GUEDES DAMASCENO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.206.809/0001-77, com sede à Rua Frei Rogério, 714 - centro, nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Zeca Neves, 78, nesta cidade de Lages/SC, onde será instalado o Centro de Educação Infantil Filhos dos Funcionários.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 Dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 01/2013 - 3º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: BSH ADMINISTRADORA S/A, inscrita no CNPJ sob n.º 01.515.577/0001-07, por seu representante que assina ao final, a Sra. Maria Aparecida dos Santos, inscrita no CPF sob n.º 295.076.779-68.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, de uma casa de alvenaria, sito à Rua Curitiba 949, e um Barracão sito à Rua Porto Alegre 366, que será usado como depósito e marcenaria da PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 08/2013 - 3º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADO: JEAN PEREIRA, inscrito no CPF sob n.º 30.795.179-03, RG nº 3.498.989, residente e domiciliado, 120, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Av. Corina Caon, 198 - Bairro Jardim Cepar, Lages, SC, que será usado para acomodar o CEIM Primeiros Passos da Secretaria da Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (dias) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 102/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 102/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel, sito à Praça João Ribeiro, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalada a Secretaria de Segurança das Pessoas e Patrimônio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 11/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0001.50, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel, sito à Rua Bom Jesus n.º 336, Bairro Ipiranga, este de propriedade da Mitra Diocesana de Lages, que será usado como cede do Centro de Educação Infantil Municipal Adotai da Secretaria de Educação de Lages.

DA VIGÊNCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 116/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 116/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: IVONE FURTADO, inscrito no CPF sob n.º 065.308.779-91, C.I. n.º 111.433, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO;

Locação é um Imóvel sito à Rua Humberto de Campos quadra 88, lote 009, com área de 576,00 m², que será usado como depósito e reciclagem do Programa de Reaproveitamento e destinação final de lixo formado por equipamentos de informática, eletrônicos, eletro eletrônicos e outros produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 155/2013 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01.

CONTRATADA: VALÉRIA SCHMITZ inscrita no CPF sob n.º 425.569.299-87, residente e domiciliada nesta cidade de Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de duas salas comerciais sitas a Rua Hercílio Luz 808, nesta cidade de Lages, onde será instalado o Almoxarifado Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento

em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 176/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 176/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: LUCILA BORGES PAGANI, inventariante em tramitação sob n.º 063.11.001939-6 da 1ª Vara Cível da Comarca de São Joaquim, SC inscrita no CNPF sob n.º 030.436.919-54.

PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Frei Justino nº 23 - centro, Lages, SC, inscrito sob n.º 43.207, l 163/164 do livro 3P.II no Cartório do primeiro Ofício em Lages, SC, para uso do Setor de Segurança e Medicina do Trabalho da PML.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 216/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 116/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: IVONE FURTADO, inscrito no CPF sob n.º 065.308.779-91, C.I. n.º 111.433, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO;

Locação é um Imóvel sito à Rua Humberto de Campos quadra 88, lote 009, com área de 576,00 m², que será usado como depósito e reciclagem do Programa de Reaproveitamento e destinação final de lixo formado por equipamentos de informática, eletrônicos, eletro eletrônicos e outros produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 25/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: ANTERIO RONEI VIEIRA ROCHA, CPF n.º 438.369.419-53, C.I. n.º 3.478.427, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um barracão com área de 600 m², sito à Rua Cirilo Vieira Ramos, esquina Helio Bosco de Castro, s/n.º - Bairro Caça e Tiro, nesta cidade de Lages, SC para uso do programa de reciclagem do lixo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços.

DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 406/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 406/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: KARIN DEKKER CAON LOEFF, inscrita no CPF sob n.º 887.101.909-10, RG nº 592.654-8, residente e domiciliado à Rua João Aloísio Barni, 190 - Bairro Souza Cruz, Brusque/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de uma sala comercial nº 70, no Ed. Executivo Cepar, sito à Rua Benjamin Constant, 20 - Centro, para ser utilizada pelo Setor de Auditoria Geral do Município de Lages.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 44/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à

Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Sete de Setembro, sem número, centro, onde será instalado o CASM da Secretaria da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGENCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 31 de Dezembro de 2014.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 65/2013 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MARIA TEREZINHA DA LUZ HENKEMAIER, inscrita no CPF sob n.º 257.446.829-53.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de 17 (dezesete) salas, localizadas à Rua Professor Walter Dachs, 10, centro, nesta cidade de Lages, SC, para instalação da Secretaria de Habitação do Município.

DA VIGENCIA:

Fica Prorrogado por mais 90 (noventa) dias

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de dezembro de 2014

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 72/2013 - 3º TERMO ADITIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CEPAR COMERCIO E ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.981.129/0001-67, com sede à Av. Duque de Caxias, 600 - 2º andar - sala 10 - Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel, sito a Rua Zeca Neves, 218, onde será instalada a Secretaria Municipal de Agricultura.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antonio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 84/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 84/2013 - 3º TERMO ADITIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: GERTRUDES GRETE VOLKERT, inscrita no CPF/MF sob n.º 475.816.469-04, R.G. n.º 2.897.812, representante neste ato pelo Sr. René Alexandre Volkert, inscrito no RG sob n.º 533891-3.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de dois barracões conjugados com área de 600 m², sito à Av. Brasil n.º 777 e n.º 792, nesta cidade de Lages/SC, onde será instalado o Setor de Almoxarifado e Depósito Patrimônio.

DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 95/2013 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 95/2103 - 3º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - sala 01 - Lages/SC - CEP: 88.508-300 - fone:99831026.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Praça dos Esportes e da Cultura.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado por mais 6 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

A sua vigência fica prorrogada em 6 (seis) meses.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 18 de outubro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito de Lages

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 75/2013 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 75/2013 - 4º TERMO ADITIVO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

Karin Valente Ramos Rocha, CPF nº 784.358.549-49, Paulo Valente Ramos, CPF nº 596.316.609-82, Vivian Valente Ramos Brandão, CPF nº 596.316.789-20, residentes e domiciliados nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Presidente Vargas, 958, nesta cidade de Lages, SC, medindo 348,14m² para uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Turismo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Dezembro de 2014.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito de Lages

PP 42-2015 PML

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 42/2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias do Município

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 23/04/2015 às 10:30

Valor Estimado: R\$ 530.614,20

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 25 de março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 PP 28-2015 PML
RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, ACESSO MÓVEL A INTERNET POR VIA DE PACOTES DE DADOS PARA SMARTPHONES, POR MEIO DE APARELHOS MÓVEIS DO TIPO MODEM USB, GESTOR ON-LINE, E TARIFA ZERO INTRA-GRUPO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que houveram algumas alterações no edital em comento. Um novo edital com todas as alterações, será disponibilizado no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 09:00 horas do dia 25/03/2015, para às 16:00 do dia 09/04/2015.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 25 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****ATA CANCELAMENTO PR 127/2014 PMLM.**

ATA CANCELAMENTO PR 127/2014 PMLM.

No dia 10 de fevereiro de 2015, o Pregoeiro abriu a sessão para analisar possível recurso da empresa ITUARA LTDA ME face ao não recebimento do objeto licitado do processo licitatório nº 127/pmlm/2014 que tem por objeto a aquisição de 01(um) trator agrícola, para atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Lauro Muller/SC..

Tal negativa, por parte do departamento técnico da municipalidade, se deu por não estar o objeto de acordo com o exigido no edital.

Assim, a ausência de manifestação por parte da empresa interessada a decisão deste Município, fica deste já cancelado o certame.

EDITAL DE PREGAO Nº37/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº37/2015 PMLM

PROCESSO Nº37/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 08 de abril de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gênero alimentício, material expediente, material permanente, copa e cozinha para entrega PARCELADA, no exercício de 2015, para atender ao Grupo Bem Viver Terceira Idade da Secretaria de Assistência Social mediante a ausência de cotação dos itens no processo 15/2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº38/2015 PMLM/ 12/FMS

EDITAL DE PREGAO Nº38/2015 PMLM/ 12/FMS

PROCESSO Nº38/2015 / 12/FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER E FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 08 de abril de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de lubrificantes, para manter a frota de veículos, maquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Lauro Muller durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 25 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

--	--

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 026/2015

DECRETO Nº 026/2015 - 24 de março de 2015.

Dispõe sobre alteração da nomeação dos membros que compõem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do município de Lebon Régis, e contém outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros e seus respectivos suplentes abaixo relacionados para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - FUNDEB, do município de Lebon Régis - SC, a saber:

- Representante do Poder Executivo:

Titular - Mariza Granemann de Mello

Suplente - Tainá Graziottin

- Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular - Carla Simone Carlin do Prado Lima

Suplente - Odinei Martins

- Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular - Ronievon Weber de Moraes

Suplente - Simone Carlin Thibes

- Representante dos servidores técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular - Roseli de Lima

Suplente - Jacqueline Dalmas

- Representante dos Diretores da Rede Básica Pública:

Titular - Sirleny Sampaio Bortolozo

Suplente - Idinei Alves Granemann

- Representante dos Pais dos alunos da Educação Básica Pública:

- Ensino

Titular - Marcia Dias

Suplente - Eliziana Rosa

- Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular - Daiane Ribeiro da Silva

Suplente - Franciele Alves dos Santos

Titular - Roseli Alves Barbosa

Suplente - Bianca Heine

- Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular - Cecília de Almeida França

Suplente - Nilce Dias Martins

- Representante do Conselho Tutelar

Titular - Eliana Nercollini

Suplente - Angelina Ribeiro Schemacher Peretti

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário contidas no Decreto 10/2015 de 23 de fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 24 de março de 2015

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 027/2015

DECRETO Nº. 27/2015, 23 de Março de 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 18.190,00 (dezoito mil cento e noventa reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
93	30	8	242	26	2.23	3.3.50	0.1.00	18.190,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação da seguinte dotação orçamentaria.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
93	30	8	242	26	2.23	3.3.50	0.1.35	18.190,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 028/2015

DECRETO Nº. 28/2015, 24 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2014, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1506/2014 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	11	1.8	4.4.90	0.6.37	217.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2013 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	6	37	217.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 029/2015

DECRETO Nº. 29/2015, 24 de Março de 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1506 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	60	12	361	11	1.8	4.4.90	0.1.37	244.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	37	244.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 24 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 143/2015

PORTARIA Nº 143 DE 09 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁ

RIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARCIA FERNANDES DE PAULA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 09 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 09 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 144/2015

PORTARIA Nº 144 DE 09 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALINE DO PRADO FRANÇA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 09 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 09 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 145/2015

PORTARIA Nº 145 DE 09 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ALORINDO CORREIA DA SILVA, do cargo de Pedreiro Construtor, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 09 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 09 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 146/2015

PORTARIA Nº 146 DE 09 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário JUCELINO ALVES DE SOUZA, Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 09/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 09 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 09 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 147/2015

PORTARIA Nº 147 DE 10 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARIZETE FERREIRA, Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, AUXILIO DOENÇA, a partir de 10/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 148/2015

PORTARIA Nº 148 DE 10 DE MARÇO DE 2015
ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária KARLA IVANA ZANOTTO, Professor, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, redução de carga horaria de 40 horas semanais para 20 horas semanais, no período de 10/03/2015 á 31/01/2016, com vencimentos consignados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 10 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 10 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 149/2015

PORTARIA Nº 149 DE 10 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária IANDRA MARIA DAVID PRETO, Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA MATERNIDADE, a partir de 10/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 150/2015

PORTARIA Nº 150 DE 10 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, ENEDINA DE JESUS DIAS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 03/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 10 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 10 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 151/2015

PORTARIA Nº 151 DE 13 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR RUANDERSON RODRIGUES DE MORAES, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 13/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 152/2015

PORTARIA Nº 152 DE 16 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, ELZA ALVES PADILHA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 16 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 153/2015

PORTARIA Nº 153 DE 16 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário NELSON MOREIRA ANTUNES, Farmacêutico, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), cf. Art. 96 do Estatuto dos Servidores, a partir de 16/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 16 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 16 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIA Nº 154 DE 18 DE MARÇO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ELIANE NERCOLINNI, Ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, FÉRIAS, a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIA Nº 155 DE 16 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ROSANA APARECIDA PEPES, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 156/2015

PORTARIA Nº 156 DE 18 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JACIANE APARECIDA ROSA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 157/2015

PORTARIA Nº 157 DE 18 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR PATRICIA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 18 de março de 2015.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 18 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 158/2015

PORTARIA Nº 158 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LEOCIR GEOVANI PERETTI, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 159/2015

PORTARIA Nº 159 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR DIANA VANESSA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/03/2015, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Vera Lucia Scheregele.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 160/2015

PORTARIA Nº 160 DE 19 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO 01/2012, CIRENE RIBEIRO DA SILVA, para ocupar o cargo de AGENTE DE SAÚDE (Gruta), com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 19/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 161/2015

PORTARIA Nº 161 DE 19 DE MARÇO DE 2015
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTARIA, FIORAVANTE ALVES DE OLIVEIRA, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 18/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 19 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 19 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARI REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 162/2015

PORTARIA Nº 162 DE 23 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR MARIA LUIZA ARAUJO, para ocupar o cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 23/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 163/2015

PORTARIA Nº 163 DE 31 DE MARÇO DE 2015

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, EDSON ALVES, do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 31/03/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 31 de março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 31 de março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2014 - FMS**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhora ROBERTA OTTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Uruguai, nº 1538E, Bairro Maria Goretti, CEP 89.801-447, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.247.385/0001-49, neste ato representada pelo Senhor CHRISTIANO ALTAIR MATTANA GIORDANI, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Requerimento de Repactuação por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 884/2014 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 011/2014 - Pregão Presencial nº 009/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 007/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

"CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO".

I - "O aditivo tem por objeto o reajuste no preço do Soro Fisiológico 0,9% frasco com 250ml, Soro Fisiológico 0,9% frasco com 500ml e Soro Glicosado frasco com 500ml, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:"

MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
103	Soro Fisiológico 0,9% frasco com 250ml	FRESENIUS	9,79%	2,0150
104	Soro Fisiológico 0,9% frasco com 500ml	FRESENIUS	3,08%	2,34
106	Soro Glicosado frasco com 500ml	HALEX ISTAR	34,17%	3,0550

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 007/2014, do Processo de Licitação nº 011/2014, modalidade Pregão Presencial nº 009/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 007/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de março de 2015.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

PROSAÚDE DITRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014 - FMS

QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2014

QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ADITIVO DE PREÇO.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Avenida Nereu Ramos, nº 1675D, Salas 01 e 02, Bairro Universitário, CEP 89.812-111, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10, neste ato representada pela Senhora IJOWI TOBIN DILDA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a solicitação de Recomposição de Equilíbrio Financeiro por parte da Contratada, através do Protocolo/Processo Interno nº 906/2015 e considerando os pareceres emitidos acerca do exposto, resolvem:

Por este instrumento, as partes acima qualificadas ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e no Processo Licitatório nº 006/2014 - Pregão Presencial nº 005/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços 005/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso IV com a seguinte redação:

"CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO".

IV - "O aditivo tem por objeto o reajuste no preço Fluoxetina comprimido 20mg, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data, o valor do produto, conforme tabela abaixo:"

GRUPO I - MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:

Item	Descrição	Marca	Percentual de Acréscimo	Preço Unitário
274	Fluoxetina comprimido 20mg.	Teuto	100%	R\$ 0,0887

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes a Ata de Registro de Preços nº 005/2014, do Processo de Licitação nº 006/2014, modalidade Pregão Presencial nº 005/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 005/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 02 de março de 2015.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

CONTRATO Nº 026/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 026/2015 - PMLL

Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa SAMUEL DIMORVÄ HOFFMANN 08236369927, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Leonardo Franzen, nº 119, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.585793/0001-08, neste ato representado pelo Senhor Samuel Dimorvã Hoffmann, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente contrato tem por objeto, a Prestação de Serviços de Telecomunicações para o Centro da Juventude, que serão executados os seguintes serviços:

I - Instalação do equipamento roteador para funcionamento da internet;

II - Disponibilização e manutenção da transmissão de dados, Plano 10 (dez) Mega, com velocidade de downloads 1000 (mil) kbps/uploads de 200 (duzentos) Kbps.

Parágrafo único. A instalação dos equipamentos será realizada em até 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA:

I - Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste contrato;

II - Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

III - Corrigir possíveis erros de funcionamento dos serviços disponibilizados na transmissão dos dados;

IV - Prestar atendimento, sem ônus para a CONTRATANTE, desde que em dias úteis e no horário comercial, para dirimir dúvidas ou solucionar problemas quanto falhas na transmissão que impossibilitem sua utilização;

V - Dar garantia dos equipamentos e outros dispositivos instalados no período mínimo de 06 (seis) meses;

Parágrafo único. As visitas de assistência técnica ou manutenção técnica em computadores não estão previstas neste contrato. Caso seja necessário deverão ser previamente consultado com a CONTRATADA sob a cobrança adicional dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO. Este contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2015. Podendo ser prorrogado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer cláusulas implica na rescisão imediata do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL. O presente contrato pode ser encerrado:

I - A qualquer momento, por acordo entre as partes;

II - Por qualquer das partes contratantes, independentemente de qualquer notificação, desde que se verifique:

a) o não cumprimento, pela outra parte, das obrigações aqui assumidas;

b) a falência, pedido de concordata ou liquidação da outra parte.

III - Por qualquer das partes contratantes, desde que regularmente notificada a outra com antecedência de 60 (sessenta) dias e desde que não existam, por ocasião do encerramento, pendência de pagamento por parte do MUNICÍPIO;

IV - Por determinação judicial.

§ 1º. Em encerramento contratual ocasionado pelas circunstâncias dispostas no inciso II da cláusula anterior fica a parte responsável obrigada, desde já, a reparar os prejuízos e indenizar as perdas e danos e os lucros cessantes que a outra parte vier a sofrer.

§ 2º. Não constituem causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior, previstos no art. 1.058 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO. Obriga-se o MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;

II - Fornecer a CONTRATADA endereço para instalação dos equipamentos e disponibilização do serviço;

II - Realizar mensalmente o pagamento dos valores, conforme valores propostos neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Pela Prestação de Serviços de Telecomunicações será pago o valor de R\$ 73,00 (setenta e três reais) mensais, totalizando R\$ 657,00 (seiscentos e cinquenta e sete reais), referente a mensalidade da Internet e instalação do equipamento roteador para disponibilização da transmissão de dados conforme previsto na Cláusula Primeira. Créditos adicionais solicitados não estão previsto nestes valores, estes devem ser pagos pela CONTRATANTE de forma separada.

§ 1º. O pagamento será efetuado mensalmente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após a EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, através de depósito em conta bancária do Contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

§ 2º. As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE. O valor estabelecido na Cláusula Sexta, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - RECURSO FINANCEIRO. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.0001 (31) – Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental

CLÁUSULA NONA - DA CLÁUSULA PENAL. O descumprimento por qualquer das partes, das obrigações que lhes são impostas por este contrato, facultará à outra rescindir o presente contrato.

§ 1º. Se, para promover a defesa dos seus direitos decorrentes do presente contrato ou para haver a satisfação do quanto lhe seja devido, tiver a parte prejudicada que recorrer a meios administrativos ou judiciais terá o direito de receber, além dos valores previstos e multa incidente, 10% (dez por cento) a título de despesas e encargos diversos e 20% (vinte por cento) do total do débito a título de honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO. Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 24 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	SAMUEL DIMORVÃ HOFFMANN 08236369927 SAMUEL DIMORVÃ HOFFMANN Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	---

CONTRATO Nº 027/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 027/2015 - PMLL

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço Unitário, que fazem entre si, o CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência da Tomada de Preços nº 002/2015 - Processo de Licitação nº 017/2015, homologado em 24/03/2015, mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20 - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA,

doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Vidal Ramos, nº 579, Sala 05, Bairro Guanabara, Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.985.955/0001-52, neste ato representada pelo Senhor LINO ANTÔNIO DA SILVA NETO, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O objeto do presente contrato, consiste na execução de obras visando a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DAS RUAS GUSTAVO MARIAN, HILÁRIO GUCHERT E VENDELINO JOSÉ FRANZEN, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor e do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da Contratada, Edital de Licitação nº 002/2015 - Processo nº 017/2015, projeto, plantas, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o regime de Empreitada por Menor preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias conforme cronograma físico financeiro, após a aprovação das medições da conclusão das etapas previstas no processo licitatório.

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.

CLÁUSULA QUINTA - CAUÇÃO

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar, a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta específica no Banco do Brasil S/A, em nome da PREFEITURA;

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços;

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo à obra executada;

04. A Caução será liberada até 01 (um) dia após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades;

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA;

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública;

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a PREFEITURA, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Prefeitura), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução;

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da PREFEITURA.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

06.01.15.451.0010.1.026 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – (137) Sec. de Transp. e Obras – Pavimentação de Ruas
06.01.15.451.0010.1.026 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – (86) Sec. de Transp. e Obras – Pavimentação de Ruas

CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (cinco) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço;

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado;

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor;

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma apresentado pela CONTRATADA na sua proposta;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente, não cabendo a Firma executante o direito de indenização;

06. A partir do início da obra, a CONTRATADA deverá utilizar-se de um diário de obras, registrando todas as atividades executadas, bem como justificando os dias não trabalhados; e apresentá-lo a CONTRATANTE sempre que solicitado, devendo o mesmo permanecer na obra.

CLÁUSULA OITAVA - MULTAS

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado;

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFM, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no

Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente;

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a PREFEITURA dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa;

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela PREFEITURA. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a PREFEITURA;

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a PREFEITURA e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A PREFEITURA e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5;

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A PREFEITURA poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.

O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a PREFEITURA, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros;

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o

equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a PREFEITURA de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

a) As partes assim o acordarem;

b) A PREFEITURA assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;

02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da PREFEITURA;

03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;

04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;

05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);

06. Paralisar os serviços sem justa causa e previa comunicação a PREFEITURA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a PREFEITURA autorizada a liberar a seu favor (Prefeitura) os valores depositados a título de caução;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a PREFEITURA pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da PREFEITURA, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro;

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela PREFEITURA na situação em que se encontrarem, que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. PREFEITURA ou seu(s) preposto(s);

02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

03. Caixa Econômica Federal; e

04. Ministério das Cidades.

PARÁGRAFO ÚNICO - A PREFEITURA poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

A PREFEITURA reserva-se o direito de a qualquer momento alterar para mais ou para menos, os quantitativos do presente Contrato, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$ 105.092,90 (cento e cinco mil noventa e dois reais e noventa centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência até o 31/12/2015 e/ou recebimento definitivo da obra, pela PREFEITURA, conforme Edital, que deu origem ao presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, 24 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME LINO ANTÔNIO DA SILVA NETO Contratada
---	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 01/2015

RESOLUÇÃO Nº 01/2015, de 24 de março de 2015
ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES, INCLUINDO O CAPÍTULO VII AO TÍTULO V E ART. 114-A, DISPONDO SOBRE AS SESSÕES ITINERANTES E AUTORIZA REALIZAÇÃO DE SESSÃO DESCENTRALIZADA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE LINDÓIA DO SUL/SC, Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e, ele, promulga a seguinte resolução:

Art.1º. Ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores fica acrescido o Capítulo VII ao Título V, bem como o art. 114-A, da seguinte forma:

CAPÍTULO VII

Das Sessões Itinerantes

Art. 114-A As sessões itinerantes serão realizadas por proposta de Resolução da Mesa Diretora ou de 1/3 dos Vereadores, mediante aprovação da maioria absoluta dos seus membros, contendo data, horário e local para sua realização.

§ 1º. O Presidente fará a convocação da sessão itinerante indicando data, horário, local e objeto que constituirá a pauta da reunião.

§ 2º. Nas sessões itinerantes, a critério da Mesa, poderão usar da palavra além dos Vereadores, os líderes comunitários, representantes de entidades populares e pessoas das comunidades que tenham comunicados importantes para conhecimento da Câmara Municipal.

§ 3º. As providências administrativas para realização das sessões itinerantes são de responsabilidade da Presidência da Mesa Diretora.

§ 4º. Para o pleno funcionamento e execução dos trabalhos, serão convocados servidores da Prefeitura Municipal para prestarem serviços durante sua realização, além da disponibilização de material e equipamentos necessários para tal fim.

Art. 2º. Fica autorizada, desde já, a realização da sessão ordinária n 1.207, a ser realizada na data de 31 de março de 2015, às 19h30min, na comunidade de Linha Rio Azul, junto ao salão comunitário.

Art. 3º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul/SC, 24 de março de 2015.

Flavio Luiz Benini

Presidente da Câmara Municipal de Lindóia do Sul.

RESOLUÇÃO 02/2015

RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015
AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL ATRAVÉS DA CÂMARA DE VEREADORES A FIRMAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA - FM DE LINDÓIA DO SUL.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERADORES DE LINDÓIA DO SUL/SC, Faz Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e, ele, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica a Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul autorizada a firmar termo de acordo de prestação de serviço com a Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul, nos termos da minuta anexa, para retransmissão em áudio das Sessões da Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul, e para eventuais pronunciamentos de caráter informativo, dos membros do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Resolução correm à conta de dotações do orçamento vigente, previstos na seguinte dotação orçamentária.

Orgão 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade 01 Câmara Municipal de Vereadores

Proj/Ativ 2001 Manutenção do poder Legislativo

4 3.3.90.00.00.00.00.0104 - Aplicação Diretas

Art. 3º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagido seus efeitos a 11 de março de 2015.

Lindóia do Sul/SC, 24 de março de 2015.

Flavio Luiz Benini

Presidente da Câmara Municipal de Lindóia do Sul.

Luzerna

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PL 028.2015-DL 007.2015 - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 028/15

Dispensa nº 007/15

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, da empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA, inscrito no CNPJ nº 07.178.641/001-80, com sede na Rua Orlando Willi Lotermann, S/N, Bela Vista II, Joaçaba/SC, para construção de muro de contenção em concreto ciclópico levemente armado, para acesso ao abrigo de passageiros localizado na Rua Rui Barbosa esquina com a Rua São Francisco, no Município de Luzerna/SC.

Valor homologado: de R\$ 10.054,00 (dez mil e cinquenta e quatro reais).

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso I.

Luzerna (SC), 23 de março de 2015.

Moises Diersmann

Prefeito de Luzerna

RESOLUÇÃO CMAS 001 2015

RESOLUÇÃO CMAS Nº 001/2015

"DELIBERA SOBRE A GESTÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS, ENTRE OS QUAIS ACESSUAS/BSM (Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), PARA UTILIZAÇÃO EM CUSTEIO E MATERIAL PERMANENTE, EQUIPAMENTOS, FOLHA DE PAGAMENTO, GRATIFICAÇÕES, E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 19 de fevereiro de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742. de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 1002 de 13 de setembro de 2011, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Luzerna - CMAS, e

CONSIDERANDO:

- Que o SUAS tem como base um sistema descentralizado político e administrativamente com comando único em cada esfera de governo, de forma a articular as ações sociassistenciais;

- Que os recursos do ACESSUAS/BSM (Resoluções CNAS nº 33/2011, 13/2012, 18/2012, bem como a Portaria MDS nº143/2012 e demais legislações do SUAS) foram utilizados dentro da função finalística, sendo que mesmo dessa forma gerou sobra do referido recurso, disponibilizados na conta do FMAS;

- Que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- Que os Recursos SCFV (Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos) esta sendo aplicado de forma que assegure o atendimento à população usuária durante o exercício; onde os serviços socioassistenciais cofinanciados estão tendo continuidade, sendo que mesmo desta forma há uma sobra de valores que pretende-se aplicar em outras ações que aprimorem a ainda mais os serviços, atendendo com mais qualidade a população;

- Que o Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012 que Regula o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 no seu artigo 4º : Os recursos repassados pelo FNAS destinam-se ao:

I - cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, destinado ao custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial, do Distrito Federal e dos Municípios;

II-cofinanciamento da estruturação da rede socioassistencial dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluindo ampliação e construção de equipamentos públicos, para aprimorar a capacidade instalada e fortalecer o Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o Município a utilizar os Recursos Vinculados das Esferas Estadual e Federal, entre os quais o ACESSUAS/BSM (Programa Nacional de Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), para utilização em Custeio e Materiais Permanentes, Equipamentos, Folha de Pagamento, Gratificações, Aluguel de Espaço Físico e Obrigações Trabalhistas.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social (Gestão) deverá incluir no Demonstrativo para Co-Financiamento do Governo Federal/Sistema Único da Assistência Social/Sintético Anual da Execução Físico-Financeira e apresentar trimestralmente junto aos gastos dos demais recursos FMAS os gastos decorrentes da presente Resolução para controle do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 23 de março de 2015.

Cristina Kull

Presidente do CMAS de Luzerna

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/15 de 24 de março de 2015
"APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC".

JOÃO BATISTA ZAMBONI, Presidente da Câmara municipal de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições descritas no Artigo 17, inciso XII, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com os Artigos 283 e ss., e 159, inciso II, ambos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna, faz saber que esta Casa aprovou e a Mesa da Câmara promulga o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, relativos ao Exercício de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna/SC, 24 de março de 2015.
João Batista Zamboni
Presidente da Câmara de Vereadores

Maurí José Schlindwein
Vice-Presidente

Ezair Terezinha Hoffmann
Primeira Secretária

Sirlei Schumacher Recalcatti
Segunda Secretária

Macieira**PREFEITURA****DECRETO 1474**

DECRETO Nº1474, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR 34162/2014 FNDE/MEC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 778 de 03/03/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo Termo de Compromisso PAR Nº34162/2014.

03.00 Gabinete do Prefeito
03.05 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes.
10.05 Ampliação da rede física escolar
44.90.1036 Aplicações Diretas.
R\$244.737,84

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de março de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO1475

DECRETO Nº 1475, de 04 de março de 2015.

Normatiza a avaliação de desempenho dos Servidores Públicos Municipais pertencentes aos vários Grupos Ocupacionais integrantes do Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Macieira.

O Prefeito Municipal de Macieira, no uso de suas atribuições legais, que lhe são outorgadas pela Lei Orgânica do Município de Macieira,

DECRETA:

Art. 1º - Os Servidores Públicos Municipais ingressantes nos diversos Grupos Ocupacionais, providos em cargo efetivo, serão aferidos, em avaliação de desempenho, pelas normas contidas no Artigo 24 da Lei Complementar nº 55, de 08/10/2013.

Art. 2º - Durante os meses de novembro e dezembro de cada ano, ocorrerá uma avaliação de desempenho.

Art. 3º - Os requisitos a serem aferidos, são os constantes do anexo deste decreto.

Art. 4º O servidor será avaliado por uma comissão, composta dos seguintes membros:

I -Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:
Ariane Spanholi Vigolo (Secretaria de Educação)
Giovana Betinelli (Diretor de Apoio Pedagógico)
Nadir Zimmer (professora)

II -Secretaria de Assistência Social
Leida Castanheiro Maurina (Secretaria de Assistência Social)
Suzana dos Santos (serviços Gerais)

III - Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:
Pedro Felix Zuqui (Secretario de Infraestrutura)
Alvair Arconti (Diretor de Transportes e obras)
Lidio Campgnin (Secretario de Agricultura)

V - Secretaria de Saúde
Marisa Aparecida Perego Schimitzi (Secretario de Saúde)
Liliane Cordeiro (enfermeira)
Marlise Scapin (Diretora de Programas de Saúde)

VI - Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.
Silvana G Maffioletti (Secretaria de Administração Finanças e Planejamento)
Rosane Bertotto (controladora Interna)
Ocimar Carlos Pioli (Assessor juridico)

Art. 5º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº1442ª, 28/10/2014.

Registre-se e publique-se.

Gabinete de Prefeito Municipal de Macieira em, 04 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO1476

DECRETO Nº 1476, 10 de março de 2015.
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004 (LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal 6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,

CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelo proprietário do imóvel, Sr. Veriano Crestani;

CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos legais.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano, com área de 901,44 m², de propriedade do Sr. Veriano Crestani, localizado na Rua José Augusto Royer, no perímetro urbano desta cidade, registrado na Matrícula nº 31.772, do CRI da Comarca de Caçador, SC, desmembrando em 02 lotes urbanos:

ÁREA 02 A DESMEMBRAR
COM ÁREA DE 380,00 M².

Localização do imóvel: Rua José Augusto Royer
Área do imóvel mat 31.772: 901,44 m². Perímetro: 130,22 m
Área 02 a desmembrar: 380,00 m² Perímetro: 80,22 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice ponto L4.1, deste segue por linha reta confrontando ao Nordeste com o imóvel constante da Matrícula 25.635 de propriedade do senhor Itacir Antonio Serighelli, com azimute e distância de 140º13'43" e 14,95 m até o Vértice L5; deste segue por linha reta confrontando ao Sudeste com o imóvel constante da Matrícula 30.300 de propriedade da Prefeitura Municipal de Macieira com azimute e distância de 226º07'53" e 24,77 m até o Vértice L6, deste, segue por uma

linha reta confrontando ao Sudoeste com o imóvel constante da Matrícula nº 3614 de propriedade do Sr. José Valdemar Czerniak Sobrinho com azimute e distância de 320º44'43" e 15,92 m até o Vértice L6.1, deste segue por linha reta confrontando ao Noroeste com a servidão, com azimute e distância de 48º20'56" e 4,00 m até o Vértice L4.2, deste segue por linha reta confrontando ao Noroeste com a área 01 remanescente, com azimute e distância de 48º20'56" e 20,58 m até o Vértice L4.1, ponto inicial desta descrição.

ÁREA 01 REMANESCENTE
COM ÁREA DE 421,00 M².

Localização do imóvel: Rua José Augusto Royer
Área do imóvel mat 31.772: 901,44 m². Perímetro: 130,22 m
Área 01 remanescente: 421,00 m² Perímetro: 91,18 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice ponto L4.3, deste, segue por linha reta confrontando ao Noroeste com a Rua José Augusto Royer com azimute e distância de 48º16'04" e 16,05 m até o Vértice L2; deste, segue por linha reta confrontando ao Nordeste com o imóvel constante da Matrícula 25.635 de propriedade do Sr. Itacir Antonio Serighelli, com azimute e distância de 139º58'58" e 22,09 m até o Vértice L3; deste segue por linha reta confrontando ao Noroeste com o imóvel constante da Matrícula 25.635 de propriedade do Sr. Itacir Antonio Serighelli, com azimute e distância de 48º13'50" e 4,21 m até o Vértice L4; deste segue por linha reta confrontando ao Nordeste com o imóvel constante da Matrícula 25.635 de propriedade do senhor Itacir Antonio Serighelli, com azimute e distância de 140º13'43" e 3,09 m até o Vértice L4.1; deste segue por linha reta confrontando ao Sudeste com a área 02 a desmembrar, com azimute e distância de 228º20'56" e 20,58 m até o Vértice L4.2, deste, segue por uma linha reta confrontando ao Sudoeste com a servidão, com azimute e distância de 320º44'43" e 25,15 m até o Vértice L4.3, ponto inicial desta descrição.

SERVIDÃO
COM ÁREA DE 100,44 M².

Localização do imóvel: Rua José Augusto Royer
Área do imóvel mat 31.772: 901,44 m². Perímetro: 130,22 m
Área da servidão: 100,44 m² Perímetro: 66,28 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no Vértice ponto L1, deste segue por linha reta confrontando ao Noroeste com a Rua José Augusto Royer com azimute e distância de 48º16'04" e 4,00 m até o Vértice L4.3; deste, segue por linha reta confrontando ao Nordeste com a área 01 remanescente, com azimute e distância de 140º44'43" e 25,15 m até o Vértice L4.2; deste segue por linha reta confrontando ao Sudeste com a área 02 a desmembrar, com azimute e distância de 228º20'56" e 4,00 m até o Vértice L6.1; segue por uma linha reta confrontando ao Sudoeste com o imóvel constante da Matrícula nº 3614 de propriedade do Sr. José Valdemar Czerniak Sobrinho com azimute e distância de 320º44'43" e 25,15 m até o Vértice L1, ponto inicial desta descrição.

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 10 de março de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO1477

DECRETO nº1477, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso
De arrecadação do Exercício de 2015 -Sal. Educação.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 779, de 10/03/2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 do Salário Educação.

03.0 Gabinete do Prefeito
03.05 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
20.37 Manutenção Ensino Fundamental
33.90.1036 Aplicações Diretas
R\$ 94.488,04

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de março de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LC 73

LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015
AUMENTA NÚMERO DE VAGAS NOS CARGOS QUE ESPECIFICA,
ALTERANDO A LEI COMPLEMENTAR N 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o seguinte:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Aumenta número de vagas nos cargos de Operador de Maquinas Leves, Psicólogo e Serviços Gerais II, alterando a Lei Complementar nº55/2013, conforme tabelas abaixo:

Nome do Cargo	Carga horária	Vagas da LC 55	Vagas pretendidas
Operador de Maquinas Leves	40 horas	03	04
Serviços Gerais II	40 horas	25	27
Psicólogo	40 horas	01	02

Art. 2º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI 777

LEI Nº777, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2014, contas Vinculadas.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014.

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11.01 Fundo Municipal de Saúde
20.30 Manutenção do Piso Variável
33.90.1038.3 Aplicações diretas (Pmac)
R\$ 52.443,77

31.90.6412.3 Aplicações Diretas. (Ag.saude)
R\$ 746,04

33.90.1038.3 Aplicações Diretas. Nasf
R\$ 34.541,73

20.29 Manutenção da Atenção Básica
33.90.1038.3 Aplicação DiretaP. Fixo. Federal.
R\$ 9.698,18

20.31 Manutenção do MAC Amb. E Hosp.
33.90.1038.3Aplicações Diretas (Mac)
R\$ 1.645,20

20.59 Manutenção Programas Saúde Estado
33.90.1067.3 Aplicações diretas (cofinanciamento)
R\$ 27.664,17

33.90.1038.3Aplicações Diretas . FB
R\$ 2.099,35

20.32 Manutenção da Vigilância em S. Epidemiológica
33.90..1038.3Aplicações Diretas
R\$ 306,67

20.33 Manutenção da Vigilância em S. Sanitária
33.90.10.38.3Aplicações Diretas
R\$19.464,86

20.34 Manutenção da Assistência Farmacêutica
33.90.1038.3 Aplicação Direta
R\$ 1.081,36

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de fevereiro de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 778

LEI Nº778, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Suplementar especial por conta provável excesso de arrecadação conforme TERMO DE COMPROMISSO PAR 34162/2014 FNDE/MEC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação oriundo Termo de Compromisso PAR Nº34162/2014.

03.00 Gabinete do Prefeito

03.05 Séc. Mun. de Educação, Cultura e Esportes.

10.05 Ampliação da rede física escolar

44.90.1036 Aplicações Diretas.

R\$244.737,84

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEI 779

LEI nº779, DE 10 DE MARÇO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2015 -Sal. Educação.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2015 do Salário Educação.

03.0 Gabinete do Prefeito

03.05 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

20.37 Manutenção Ensino Fundamental

33.90.1036 Aplicações Diretas

R\$ 94.488,04

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

LEIS 776

LEI Nº776, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Macieira.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS - de Macieira, com fundamentos nas Leis Federais nº. 11.445/07 e nº 12.305/10 e seus respectivos decretos regulamentadores, tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade da sanidade pública e manter o meio ambiente equilibrado, buscando o desenvolvimento sustentável e fornecendo diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, considera-se limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do resíduo doméstico e do resíduo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, inclusive a triagem para fins de reuso, reciclagem ou compostagem, e os serviços de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública;

Art. 2º Não constitui serviço público de saneamento, a ação executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 3º Faz parte integrante desta lei, o texto completo da construção técnica do PMGIRS, constante do Anexo Único, cujo diagnóstico, diretrizes e metas deverão ser observadas para o seu cumprimento, nos termos do regulamento;

Art. 4º O Município de Macieira poderá adotar medidas e ações conjuntas com municípios vizinhos, para a gestão de resíduos sólidos mediante a criação de consórcios intermunicipais, na forma da lei;

Dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 5º Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305/10 e seu decreto regulamentador, os geradores elencados no artigo 20 da referida lei federal;

§ 1º O conteúdo mínimo dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é aquele definido no artigo 21 da Lei nº 12.305/10 e seu regulamento;

§ 2º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto nesta lei, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Federal Complementar nº 123/06, desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 6º Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final, ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 7º Os responsáveis pelo plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no caput, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no caput serão repassadas, pelos órgãos públicos, ao Sinir, na forma do regulamento.

Dos Resíduos Industriais

Art. 8º O gerenciamento dos resíduos industriais, especialmente os perigosos, desde a geração até a destinação final, será feito de forma a atender aos requisitos de proteção ambiental e de saúde pública, com base no plano de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata esta lei.

Art. 9º Compete aos geradores de resíduos industriais, a responsabilidade pelo seu gerenciamento, desde a geração até a sua disposição final, incluindo:

I - a separação e coleta interna dos resíduos, de acordo com suas classes e características;

II - o acondicionamento, identificação e transporte interno, quando for o caso;

III - a manutenção de áreas para a sua operação e armazenagem;

IV - a apresentação dos resíduos à coleta externa, quando cabível, de acordo com as normas pertinentes e na forma exigida pelas autoridades competentes;

V - o transporte, tratamento e destinação dos resíduos, na forma exigida pela legislação pertinente.

Art. 10º O emprego de resíduos industriais perigosos, mesmo que tratados, reciclados ou recuperados para utilização como adubo, matéria-prima ou fonte de energia, bem como suas incorporações em materiais, substâncias ou produtos, dependerá de prévia aprovação dos órgãos competentes, mantida, em qualquer caso, a responsabilidade do gerador.

§ 1º O fabricante deverá comprovar que o produto resultante da utilização dos resíduos referidos no "caput" deste artigo não implicará risco adicional à saúde pública e ao meio ambiente.

§ 2º É vedada a incorporação de resíduos industriais perigosos em materiais, substâncias ou produtos, para fins de diluição de substâncias perigosas.

Art. 11º As instalações industriais para o processamento de resíduos são consideradas unidades receptoras de resíduos, estando sujeitas às exigências desta lei.

Art. 12º O resíduo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Dos Resíduos da Construção Civil

Art. 13º O Município elaborará seu Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, nos termos da legislação federal e em consonância às disposições da presente lei;

Das Diretrizes e Ações para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 14º A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente centralizará, nos termos do regulamento, todos os contratos relativos à gestão de resíduos sólidos do município;

Art. 15º Sem prejuízo das demais disposições constantes nas Leis Federais nº 12.305/10 e nº 11.445/07, o Poder Público local deverá, nos prazos previstos no Anexo Único, adotar as diretrizes e implementar as ações seguintes:

I- Desenvolver ações e programas de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em parceria com municípios, inclusive na forma de Consórcios Públicos;

II- Estabelecer critérios de diferenciação entre pequeno e grande gerador de resíduos sólidos para o fim de definição da responsabilidade pela gestão e/ou de tarifas diferenciadas, na forma do regulamento;

III-Adquirir, nos termos do Anexo Único e conforme a disponibilidade de recursos, bens e equipamentos para a melhoria no setor de coleta convencional e seletiva em todo o território do município;

IV-Adequar Sistema de Coleta Seletiva, com criação de unidades de triagem e padrões técnicos de segregação de materiais recicláveis na origem;

V-Coordenar campanhas periódicas de conscientização, informação e educação ambiental com foco da gestão integrada de resíduos sólidos;

VI-Elaborar e implantar projeto de Sistema de Compostagem de Resíduos Domésticos Orgânicos;

VII-Adequar o quadro técnico municipal com vistas a suprir a demanda de gestão integrada de resíduos sólidos, especialmente nos setores de organização, fiscalização e educação ambiental;

VIII-Capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos por meio de treinamentos e cursos periódicos;

IX-Criar mecanismos de fomento e estímulo a fontes de negócios, emprego e renda para a atividade de coleta e comercialização de materiais recicláveis, especialmente o apoio às associações e cooperativas de catadores;

X- Criar Pontos de Entrega Voluntária - PEVs para o recebimento de materiais sujeitos à Logística Reversa;

XI-Criar Sistema de Informação e Monitoramento de Cadastro de Geradores e Manejo de Resíduos Sólidos;

XII-Implementar Sistema de Logística Reversa de resíduos especiais;

XIII-Elaborar e Implementar Plano de Recuperação de Áreas Degradadas-PRAD para recuperação dos pontos de disposição inadequada de resíduos sólidos desativados;

XIV-Rever o mecanismo de sustentação financeira dos serviços de Limpeza Pública e Gestão de resíduos Sólidos, adequando o sistema de taxação ou tarificação.

Art. 16º O PMGIRS deverá ser revisto e atualizado a cada 4 (quatro) anos;

Art. 17º Ficam mantidas as disposições legais, normas, programas e ações estabelecidas para a Gestão de Resíduos Sólidos que não conflitem com o disposto na presente lei.

Art. 18º Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macieira, 23 de fevereiro de 2015.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

PORTARIA 3310

PORTARIA N.º 3310/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Delci A Campagnin	Motorista I	02/03/15 a 31/03/15
Gilberto Cerry	Pedreiro	02/03/15 a 31/03/15
Janete T Z Camuzzato	Serviços gerais II	02/03/15 a 31/03/15
Iana S Abraão	Aux Administrativo	12/03/15 a 31/03/15

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de março de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3311

PORTARIA N.º 3311/2015

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Ocimar Carlos Pioli, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, conversão de 10 dias de férias, para pagamento no mês 03/2015, e 10 dias de férias no período de 02/03/15 a 12/03/15.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de março de 2015.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

PORTARIA 3312

PORTARIA N.º 3312/2015

Conceder Férias e Conversão de Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Ronivon Luiz Bridi lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, conversão de 10 dias de férias, para pagamento no mês 03/2015, e 10 dias de férias no período de 02/03/15 a 12/03/15.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de março de 2015.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

PORTARIA 3313

PORTARIA N.º 3313/2015

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 71, de 24/12/2014;

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora Simone L Gomes, ocupante do cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de Fiscal de VISA, e responsável pela Vigilância Sanitária do Município de Macieira, com carga horária de 20 horas semanais.

Esta portaria entra em vigor a partir deste mês, cessando os efeitos da portaria nº3184/2014.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 02 de março de 2015.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3314

PORTARIA N.º 3314/2015

"Nomeia Servidor para Cargo que especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 55/2013.

Considerando a necessidade de contratação imediata de Fiscal de Vigilância Sanitária, para suprir a demanda, até a realização de concurso Público;

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades, mesmo após realização de concurso 001/2014;

Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, Angela Margarida Trindade Antunes, para ocupar o Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Saúde, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 02 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 3315

PORTARIA Nº3315/2015.

Nomeia a Comissão Central Organizadora dos Festejos Comemorativos aos 23 anos de Emancipação Política Administrativa de Macieira

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central Organizadora dos Festejos Comemorativos aos 23 anos de Emancipação Política Administrativa de Macieira, a contar desta data:

PRESIDENTE -Ariane Spanholi Vigolo

VICE PRESIDENTE - Leida Castanheiro

TESOUREIRO - Severino de Oliveira

Art. 2º - Ficam também nomeados os Presidentes das seguintes subcomissões de trabalho:

SUBCOMISSÃO DE SHOWS E EVENTOS:

Eduardo Miguel Zílio

Adriano Lazzarotti

Silvana G Maffioletti

SUBCOMISSÃO DE SAÚDE:

Mariza Ap P Schimitz

Liliane Cordeiro

Lucila Serighelli

SUBCOMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, LIMPEZA E GASTRONOMIA:

Jorge Cerry

Carlos Alberto Pedrozo

Lidio Manenti

SUBCOMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Leida Castanheiro

Pedro Felix Zuqui

Ailson Gomes

SUBCOMISSÃO DE DIVULGAÇÃO, LAZER, CONVITES E ORGANIZAÇÃO:

Ariane Spanholi Vigolo

Giovana Betinelli

Larini Grahl

Cezar Pedrozo

SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA E PLANEJAMENTO:

Revair Ognibene,

Jucimar Cezerniak.

Art. 3º - Cada Presidente de Subcomissão fica autorizado a

convocar os membros necessários para auxiliarem nas respectivas atividades.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 02 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 3317

PORTARIA N.º 3317/2015

Conceder Conversão de Licença Premio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER CONVERSÃO DE 45 DIAS DE LICENÇA PREMIO, ao Servidor Público Municipal, Adelir Antonio da Silva, lotada na Secretaria de Assistencia Social, para pagamento no mês 03/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIAS 3316

PORTARIA N.º 3316/2015

Conceder Conversão de Licença Premio ao Servidor que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER CONVERSÃO DE 30 DIAS DE LICENÇA PREMIO, a Servidora Pública Municipal, Alzira Locatelli, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para pagamento no mês 03/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 10 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra**PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2015.

FORNECEDOR: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - CAMPUS DE MAFRA.

CNPJ: 83.395.921/0001-28

OBJETO: Locação de salas de aula mobiliadas com carteira e cadeira, laboratório de informática equipado com os computadores, utilização de ginásio de esportes, pista de atletismo, área de convivência, sanitários e salas de coordenação e professores perfazendo uma área total de aproximadamente 2.500 M², localizado na Avenida Presidente Nereu Ramos, Nº 1071, bairro Jardim Moinho, cidade de Mafra/SC, o qual a locatária destinará exclusivamente as atividades dos alunos da EMEF São Lourenço, através da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Mafra, (SC) 25 de março de 2.015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maravilha**PREFEITURA****DECRETO Nº 21/2015**

DECRETO Nº 21, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (20), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua Blumenau, distando aproximadamente 101,844 metros da esquina formada pela Avenida Presidente Kennedy, com a área de "Setecentos e setenta metros quadrados" (770,00 m²); sem edificações; Objeto da Matrícula 14.543, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Nei Guzatti, brasileiro, casado, funcionário Público, portador da CI RG nº 1.060.139-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 478.090.009-34, e de sua esposa Lucimar Grumovski Guzatti, brasileira, casada, professora, portadora da CI RG nº 1.715.538-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 642.619.219-87, ambos residentes e domiciliados na Rua Monteiro Lobato, nº 85, Bairro São José, nesta Cidade, que será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Agrônomo Amauri Roque Machado, CREA 95873-6, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (20), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado do Loteamento denominado "Bairro Padre Antonio" com área de "trezentos e oitenta e cinco metros quadrados" (385,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o Lote Urbano nº (10), na extensão de 35,00 metros de Dori Friske, M. 14.544;- ao Sul, com o lote "B", parte do lote urbano nº (9), na extensão de 35,00 metros de Nei Guzatti, M. 14.543;- ao Leste, com a Rua Blumenau, na extensão de 11,00 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (1), na extensão de 11,00 metros, de Dori Friske, M. 14.535.

Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (20), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado do Loteamento denominado "Bairro Padre Antonio" com área de "trezentos e oitenta e cinco metros quadrados" (385,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote "A", parte do lote urbano nº (9), na extensão de 35,00 metros de Nei Guzatti, M. 14.543;- ao Sul, com o lote urbano nº (8), na extensão de 35,00 metros, de Caciene Paula Furtado, M. 14.542;- ao Leste, com a Rua Blumenau, na extensão de 11,00 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (1), na extensão de 11,00 metros, de Dori Friske, M. 14.535.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 27 de fevereiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 24/2015

DECRETO Nº 24, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a baixa de dívida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder à baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 10/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, art. 25 da Lei Municipal nº 1.942/1993, Lei Municipal nº 3.001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminados:

Cadastro	Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$
52-0	Auto Posto Kakareko I Ltda	2014	ISS – parcela 9	42,16
2931-0	Douglas Wianey Kunz	2013 e 2014	Taxa de vistoria anual	350,56
4769-0	Fernanda Geni Baldissera MEI	2013	Taxa de vistoria anual	170,52
267403-0	Jovino Bressani Debertolli	2005 a 2007	Predial e territorial urbano	1.181,95
3020-0	Marcelo Ivandro Bendlin	2014	ISS – parcela 6	24,00
2504-0	Marcos Antonio Diel	2003 a 2007	Taxa de vistoria anual	266,75
280901-0	Município de Maravilha / Antonio da Silva	2014	Territorial urbano	85,82
285305-0	Município de Maravilha / Hilda Ivanila Kepsle	2006 a 2009	Predial e territorial urbano	337,02
285211-0	Município de Maravilha / Irmegat Stefens	2006 a 2008	Predial e territorial urbano	275,30
1285-0	Plantimar Comércio de Representações Ltda	2014	ISS – parcela 10	57,75
2845-0	Sandra Regina Gudiel	2011 a 2013	Taxa de vistoria anual e ISS	480,43

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 25/2015

DECRETO Nº 25, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desdobro do imóvel: Lote Urbano nº (57), da Quadra nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha e, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando aproximadamente 59,50 metros da esquina formada pela Prefeito Baldissera, com a área de "Seis Mil

Cento e Setenta Metros Quadrados" (6.170,00 m²); sem edificações; Objeto da Matrícula 10.880, do Ofício de Registro de Imóveis, desta Comarca; de propriedade de Dovilio Leida, brasileiro, casado, agricultor, portador da CI RG nº 13/R 1.121.889-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 052.314.189-00, e de sua esposa Anahir Favretto Leida, brasileira, casada, agricultora, portadora da CI RG nº 2.437.604-SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 937.842.019-20, ambos residentes e domiciliados na Linha Sanga Natal, nesta Cidade, que será desdobrado, formando assim novos lotes urbanos, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e ART assinado pelo Técnico em Agrimensura Eleandro Schittler, CREA-SC 123535-3, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

LOTE "A" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 114,00 metros da esquina formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "três mil, novecentos e noventa metros quadrados" (3.990,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote urbano nº (56), da quadra nº (82), de Gilmar Zanatta, M. 11.000, na extensão de 110,11 metros;- ao Sul, por duas linhas, uma com o lote "B" parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros, e outra com parte do lote urbano nº (58-D), da quadra nº (82), de Maria Rabuske, M. 10.935, e com os lotes urbanos nº (58-E), da quadra nº (82), de Jacir Salvador Duarte, M. 10.936; nº (58-F), da quadra nº (82), de Marcio Rogério Hermes Simon, M. 10.937; nº (58-G), da quadra nº (82), de Metilde Bonetto, M. 10.938 e nº (58-H), da quadra nº (82), de Durilde Pena Pereira, M. 10.939, respectivamente, na extensão de 61,68 metros;- ao Leste, com o Lajeado Natal por linha sinuosa;- ao Oeste, por duas linhas, uma com a Rua São José, na extensão de 5,00 metros e outra com os lotes urbanos nºs ("B", "C", "D", "E" e "F"), partes do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), todos de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 54,50 metros.

LOTE "B" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 103,10 metros da esquina formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "quatrocentos e trinta e seis metros quadrados" (436,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Sul, com o lote "C", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Leste, com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 10,90 metros;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 10,90 metros.

LOTE "C" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 92,20 metros da esquina formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "quatrocentos e trinta e seis metros quadrados" (436,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote "B", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Sul, com o lote "D", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Leste, com parte do lote "A" parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Dovilio Leida, M. 10.880, na extensão de 10,90 metros;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 10,90 metros.

LOTE "D" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 81,30 metros da esquina

formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "quatrocentos e trinta e seis metros quadrados" (436,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote "C", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Sul, com o lote "E", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Leste, com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 10,90 metros;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 10,90 metros.

LOTE "E" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 70,40 metros da esquina formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "quatrocentos e trinta e seis metros quadrados" (436,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote "D", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Sul, com o lote "F", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Leste, com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 10,90 metros;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 10,90 metros.

LOTE "F" PARTE DO LOTE URBANO Nº (57), DA QUADRA Nº (82), situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha, localizado no lado ímpar da Rua São José, distando 59,50 metros da esquina formada com a Rua Prefeito Baldissera, com área de "quatrocentos e trinta e seis metros quadrados" (436,00 m²), sem edificações; Confrontando:- ao Norte, com o lote "E" parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 40,00 metros;- ao Sul, com parte do lote nº (58-D), da quadra nº (82), de Maria Rabuske, M. 10.935, na extensão de 40,00 metros;- ao Leste, com parte do lote "A", parte do lote urbano nº (57), da quadra nº (82), de Divilio Leida, M. 10.880, na extensão de 10,90 metros;- ao Oeste, com a Rua São José, na extensão de 10,90 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 27/2015

DECRETO Nº 27, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Aprova Canalização de trecho da Sanga Mariporã e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Aprova a Canalização da Sanga Mariporã, na extensão de 20,00 m (vinte metros), necessários para prolongamento da Avenida Alcides Antônio D'Agostini, para acesso ao Loteamento Real Park, que será executado na outra margem da referida Sanga.

Art. 2º O trecho canalizado confronta, na margem direita, com o imóvel objeto da Matrícula nº 19.609, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade de

Valoriza Imóveis Ltda., onde está sendo implantado o Loteamento Real Park, conforme Alvará de Licença para Implantação do Loteamento denominado Real Park, nº 021/2014, datado de 16 de maio de 2014 e, na margem esquerda, com o imóvel objeto da Matrícula nº 18.777, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de Maravilha-SC, de propriedade do Município de Maravilha, destinado ao prolongamento da Avenida Alcides Antônio D'Agostini, conforme consta no R.2/18.777.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 063, de 15 de julho de 2013.

Maravilha - SC, 25 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra.
Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.832/2015

LEI Nº 3.832, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- ARLI AREND

Lote "F", parte do lote urbano nº (87), da quadra nº (67-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 300,00 m², objeto da Matrícula nº 15.318.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de março de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra.
Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.833/2015

LEI Nº 3.833, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com seus respectivos mutuários proprietários:

- DARCI MARIA DA COSTA

Lote urbano nº (2), da Quadra nº (51-A), situado no Loteamento denominado Colina do Sol, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 310,54 m², objeto da Matrícula nº 15.654.

- NELI DE LIMA e CRISTIO MAIKO DE LIMA MARIO

Lote urbano nº (6), da Quadra nº (8), situado no Loteamento denominado Nova Morada, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 276,075 m², objeto da Matrícula nº 12.097.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

LEI Nº 3.834/2015

LEI Nº 3.834, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a contribuição financeira ao Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo - CTG de Maravilha e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ao Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo - CTG de Maravilha, localizado na BR 282, Km 604, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em cota única no mês de março de 2015.

Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, tem como objetivo auxiliar na realização do 16º Rodeio Municipal do CTG Juca Ruivo, realizado todo ano pela entidade.

Art. 3º O CTG Juca Ruivo deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 4º Fica o beneficiário proibido de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da rubrica orçamentária nº 13.392.0009.2.024 - APOIO A CULTURA EM GERAL.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 25 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 8.2014 - LIC. 39.2014 - AD. QUANTIDADE - MONTE ALTO PAV.

ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2014

Aos dez dias do mês de Março do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, residente e domiciliado neste Município, conforme dispõe a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores vigentes e pertinentes à matéria, e Decreto Municipal nº. 2.051, DE 11 DE OUTUBRO DE 2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 39/2014 - Pregão Presencial nº. 18/2014, homologado pelo Prefeito, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores inerentes à mão de obra, destinada a manutenção de ruas pavimentadas com lajotas ou paralelepípedos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO inerente à mão de obra, destinada a manutenção de ruas pavimentadas com lajotas ou paralelepípedos.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Qtde licitada	Acréscimo 25%	Valor Unit.	Valor Total
01	MONTE ALTO PAVIMENTOS LTDA - ME	MAO-DE-OBRA REF MANUTENÇÃO DE PAVIMENTACAO COM LAJOTAS/PARALELEPIPEDOS EM DIVERSAS RUAS MUNICI-PAIS.	m2	Monte Alto Pavimento	5.000	1.250	R\$ 11,00	R\$ 13.750,00

1.3. O valor estimado para o citado aditivo será de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais)

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

2.1. Permanecem inalteradas as demais clausulas da Ata de Registro de Preços que deu origem a este aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO:

3.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem em comum acordo, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente ATA, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Massaranduba - SC	10	de	Março	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	MONTE ALTO PAVIMENTOS LTDA
MÁRIO FERNANDO REINKE	JUNIOR CESAR ROQUES
Prefeito	Contratada

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA N.º 130/2015**

PORTARIA n.º 130/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor JOÃO BATISTA SALVALAIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/03/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 24 de Março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****ERRATA AO CONTRATO 15/2015**

Errata ao Extrato de Contrato n.15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 15/2015

Processo Licitatório: 598/2014

Contratado: Jacoby e Jacoby LTDA

Ficando o valor alterado para R\$ 36.117,04

Do seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MAQUINAS PESADAS E CAMINHÕES, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DMER, E DE-MAIS SECRETARIAS, DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 25 DE MARÇO DE 2015

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 017/2015 DO FMS

Município de Morro da Fumaça. Errata do Registro de Preços 017/2015 do FMS. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA. Data: 07/04/2015 às 09:00. Altera-se a data de abertura dos envelopes para 08/04/2015, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRENCIA 38/2015

ATA CONCORRENCIA 38/2015 - ABERTURA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DO LICITANTE MERCOLUX, DEVIDAMENTE CREDENCIADO, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE INICIOU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES, CONSTATANDO QUE O LICITANTE FOI DEVIDAMENTE HABILITADO E APRESENTOU A PROPOSTA CONFORME PRESCRITO EM EDITAL, O VALOR COTADO FOI R\$ 2.483.180,78, NÃO HOUE MENÇÃO DE RECURSOS, MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA OS AUTOS A AUTORIDADE COMPETENTE.

NAVEGANTES, 25 DE MARÇO DE 2015

DOUGLAS LEMOS - - PRESIDENTE COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO - - MEMBRO

JOZESITE DOS SANTOS -- MEMBRO

LEILA MENGARDA -- MEMBRO

RAUL COUTO NETO -- MEMBRO

ATA DE APROVAÇÃO E APROVAÇÃO AMOSTRA 14/2015 PMN

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 14/2015 que:

A EMPRESA CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME inscrito no CNPJ sob nº. 07.201.527./0001-23, apresentou as amostras dos itens, 1 e 19. Em conformidade ao solicitado no respectivo edital .

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA SCHROEDER COMÉRCIO DE TINTAS E ACESSÓRIOS LTDA - ME. inscrito no CNPJ sob nº. 09182030001 16, apresentou as amostras dos itens, 8 e 9 Em conformidade ao solicitado no respectivo edital .

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

A EMPRESA CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA . inscrito no CNPJ sob nº.08.299.152./0001 -49 apresentou a amostra do item 11 em conformidade ao solicitado no respectivo edital .

Declaro que o ITEM FOI APROVADO , conforme especificações do edital

A EMPRESA CURY DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA. INSCRITO NO CNPJ sob nº .08.299.152./0001 -49 apresentou as mostras dos itens, 3,4,5,6,7,12, e não foi aprovada conforme no respectivo edital .

Motivo pelo quais os ITENS FORAM DESCLASSIFICADOS,

Item 3 . NÃO POSSUI ALGICIDA E SILICONE

Item 4 . NÃO POSSUI NIVEL DE QUALIDADE PREMIUM , ALGICIDA E SILICONE

Item 5. NÃO POSSUI NIVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE

Item 6. NÃO POSSUI NIVEL DE QUALIDADE PREMIUM , ALGICIDA E SILICONE

Item 7. NÃO POSSUI NIVEL DE QUALIDADE PREMIUM, ALGICIDA E SILICONE

Item 12. NÃO POSSUI VISCOSIDADE: 90 - 100 UK SOLIDOS VOLUME 20. 24 %VOC (COMPOSTOS ORGANICOS VOLATEIS) : 2.77 G/L. SOLIDOS / PESO 39 - 43%PONTO DE FULGOR 100 C.

NAVEGANTES 25 DE MARÇO DE 2015

JONAS DE SOUZA SECRETARIO DE OBRAS

ATA I E II PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 PMN

ATA I PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ESAPLAST, BARKI, MARA TEREZINHA, BUGATTI, CE MACEDO, SANEMARK, CCME, MICHELE G. DA SILVA, HIDROVALVULAS, ASPERBRAS, POLIERG, FAE, HIDROLUNA, AVS, MERIDIONAL, A. SANCHEZ, RAIMUNDO DE LUCENA. AS EMPRESAS POLIERG, MERIDIONAL, A SANCHEZ RAIMUNDO DE LUCENA ESTAVAM SEM REPRESENTANTES PRESENTES; NÃO POSSUÍAM O BENEFÍCIO DAS ME/EPP BUGATTI, ASPERBRAS, POLIERG, FAE, AVS, MERIDIONAL, A. SANCHEZ, RAIMUNDO DE LUCENA, AS DEMAIS TODAS POSSUÍAM, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE E INFORMAÇÕES PASSADAS AOS LICITANTES FOI DISPONIBILIZADO O CREDENCIAMENTO PARA VISTOS, SEM APONTAMENTOS, APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS, AS 11:50 O PREGOEIRO SUSPENDEU A SESSÃO PENDENTE AINDA A ABERTURA DOS ENVELOPES RAIMUNDO, MARA TEREZINHA MERIDIONAL, O RESTANTE FOI ABERTO E REPASSADO AOS LICITANTES PARA ASSINATURA, APÓS FOI INFORMADO QUE A SESSÃO RETORNARIA NO MESMO DIA AS 13:30 H NO MESMO LOCAL.

ATA II PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 PMN

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, DESTA VEZ COM A PRESENÇA DO REPRESENTANTE DA POLIERG, FOI FINALIZADO A VERIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, EM SEGUIDA PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, NESTA ETAPA FORAM DESCLASSIFICADOS NOS ITENS 88 MARA TEREZINHA (COTOU VALOR ERRADO), ITEM 113 MARA TEREZINHA (COTOU VALOR ERRADO), ITEM 122 HIDROLUNA COTOU VALOR ERRADO, ITENS 134, 135 RAIMUNDO COTOU VALOR ERRADO (ESTAVAM PRESENTES O SECRETARIO DA SESAN QUE CONFIRMOU QUE OS VALORES ESTAVAM INCOMPATÍVEIS COM A LICITAÇÃO) EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE O LICITANTE RAIMUNDO DE LUCENA ROCHA ME foi inabilitado pois APRESENTOU CERTIDÃO MUNICIPAL E TRABALHISTAS, FALÊNCIA E CONCORDATA VENCIDAS, NÃO APRESENTOU ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA NEM CERTIDÃO NEGATIVA DE PREVIDÊNCIA (abre-se parênteses para mencionar que o licitante raimundo responderá processo administrativo para verificar a má fé, ao encaminhar envelopes, atrasando o processo, sem documentos solicitados na licitação, será indicado suspensão de licitar com este ente). O LICITANTE MARA TEREZINHA MOREIRA APRESENTOU CERTIDÃO ESTADUAL VENCIDA (como o licitante é ME será concedido o prazo para apresentar o documento válido), não havendo menções de recurso encerra-se a presente e encaminha os autos à autoridade competente.

obs. os prazos de entrega contidos no edital deverão ser obedecidos sob pena de processo administrativo.

Navegantes, 24 de março de 2015.

ATA II DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO 11/2015 PMN

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P. PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

AO(S) 25 DE MARÇO DE 2015, ÀS 08:30 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA EQUIPE DE APOIO:

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, SEM PRESENÇA DOS LICITANTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA; COMERCIAL MULTIVILLE LTDA CNPJ Nº 06.220.022/0001-43, SENDO CONSTATADO QUE O VENCEDOR FOI O LICITANTE EM 4º COLOCADO NO ITEM 25, CONSTATADO QUE A EMPRESA ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL, NÃO HAVENDO MENÇÃO E RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO. OBS: A EMPRESA TEM 24 HORAS PARA APRESENTAR A AMOSTRA. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

NAVEGANTES SC, 25 DE MARÇO DE 2015.

ATA II PREGÃO PRESENCIAL 15/2015 PMN

ATA II PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PARECER DECISÃO HABILITAÇÃO MAURICIO DE LIMA

AO FINALIZAR A PRIMEIRA SESSÃO E ATA, FOI MENCIONADO INTENÇÃO DE RECURSO POR PARTE DE MAURICIO DE LIMA, E SONA CONSTRUTORA, AS MESMAS PROTOCOLARAM OS RECURSOS, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOM O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO DECIDIRAM POR HABILITAR O LICITANTE MAURICIO DE LIMA PAVIMENTAÇÃO DEFERINDO SEU RECURSO TORNANDO VENCEDOR DOS ITENS 1,2,9 OS MESMOS QUE HAVIA VENCIDO NA ETAPA DE LANCES, E DECIDIU POR INDEFERIR O RECURSO DA SONA CONSTRUTORA LTDA ME.

NAVEGANTES 25 DE MARÇO DE 2015

DOUGLAS LEMOS PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 13/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (VENENOS) PARA CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 08/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 08/04/2015 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 25 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTAVEIS INFANTIS PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRACASSADOS PP 55/2014). Data da entrega dos envelopes: 08/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 08/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 25 de março de 2015.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Nova Trento**PREFEITURA****PORTARIA Nº 336/2015 (CORRETA)**

PORTARIA Nº 336/ 2015
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 004/2015, de 09/03/2015, convocada conforme Decreto nº 043/2015, PATRICIA REGINA TELL MARCHI, matrícula nº 6666, para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Educação Infantil e Anos Iniciais - Contador de Histórias), na Escola Municipal de Educação Básica Aguti - Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 17 de março de 2015 a 30 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora PATRÍCIA REGINA TELL MARCHI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Elias Salvador Cadorin, nº 146, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 504.940.079-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível I, Referência A, com 10 (dez) horas semanais (Educação Infantil e Anos Iniciais - Contador de Histórias), na Escola Municipal de Educação

aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 17 de março de 2015 a 30 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi Dimas Huelinton Kniss
Secretário Municipal de Educação Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 349/2015

PORTARIA N° 349/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, matrícula nº 6672, para exercer o cargo de Professor Nível III (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 24 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIANA MARIA CADORIN PIAZZA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Francisco Cadorin, nº 133, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 023.834.819-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III (Professor Auxiliar), Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.152,09 (hum mil cento e cinquenta e dois reais e nove centavos), pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de março de 2015 a 18 de dezembro de 2015 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Luciana Maria Cadarin Piazza

Secretário Municipal de Educação

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 350/2015

PORTARIA Nº 350/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 102, Lei Municipal nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde á Servidora Pública Municipal EVANILDA TERESINHA GON FANTINI, matrícula nº 300, concursada, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência J, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 11 (onze) dias, a contar de 23 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, conforme atestado médico datado de 23/03/2015 (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 351/2015

PORTARIA Nº 351/2015

Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", GISELIA DA CUNHA SANTOS, matrícula nº 6673, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 24 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 350/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISELIA DA CUNHA SANTOS, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliado na Rua Ida Franzoi Voltolini, s/n, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 034.481.129-84, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental - Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 350/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 24 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Giselia da Cunha Santos
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 352/2015

PORTARIA Nº 352/2015
Admissão em Caráter Temporário

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, matrícula nº 6674, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 24 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 350/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.130.559-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 350/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 24 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,
III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Lidiane de Souza Koerchs
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHAS:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 353/2015

PORTARIA Nº 353/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 015/2015, que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal IVONE SDRI-GOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 11 de março de 2015 a 09 de maio de 2015, conforme resultado pericial datado de 24/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 24 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

SEGUNDO ADENDO AO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

SEGUNDO ADENDO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.925.025/0001-60, com sede administrativa na Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento, SC, CEP 88270-000, SC, neste ato representado por seu Prefeito, senhor GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, torna público o Segundo Adendo ao Edital de Concurso Público nº 002/2015.

1. O candidato hipossuficiente que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico ou for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e preencher os requisitos do Decreto Federal nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição das vagas disponíveis neste Edital de Concurso Público.

1.1. Somente fará jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição o candidato que declarar e comprovar hipossuficiência de recursos financeiros para pagamento da referida taxa, nos termos do Decreto Federal nº 6.593/2008.

1.1.1. A isenção de que trata o subitem 1.1 deste Adendo deverá ser solicitada através do preenchimento do Modelo de Requerimento de Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição, objeto do Anexo I deste Adendo.

1.2. O Requerimento deverá ser entregue, impreterivelmente, até 24 de abril de 2015, nas seguintes formas:

1.2.1. protocolizado no Setor de Protocolo Geral do Município; ou

1.2.2. enviado pelo correio, com Aviso de Recebimento - AR (cuja data de postagem seja anterior à data prevista para o encerramento do prazo de inscrições), para o endereço que consta no cabeçalho deste Adendo.

1.2.3. Os requerimentos deverão ser entregues em envelopes lacrados e identificados da seguinte forma:

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - NOVA TRENTO, SC

NOME COMPLETO DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

1.3. O Requerimento de que trata o item 1.2 deste Adendo deverá estar acompanhado obrigatoriamente:

1.3.1. pelo Número de Identificação Social - NIS do candidato, atribuído pelo CadÚnico; ou

1.3.2. por Declaração de que atende à condição de ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135/2007 e de Comprovação de Renda Familiar devidamente preenchida, incluindo a renda do candidato;

1.3.3. pelo Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, devidamente preenchido, nos moldes do Anexo I deste Adendo (o Modelo de Requerimento contém espaço destinado para fornecimento das informações solicitadas pelos subitens 1.3.1 e 1.3.2 deste item);

1.3.4. por documento(s) que comprove(m) a renda familiar de todos os membros da família indicados na Declaração de Comprovação de Renda Familiar, incluindo a renda do candidato. Esta comprovação deverá ser realizada por meio do envio/entrega dos seguintes documentos, nos casos de:

a) empregados de empresas privadas: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotações do último contrato de trabalho (com as alterações salariais), e da primeira página subsequente em branco;

b) servidores públicos: cópia do último contracheque;

c) autônomos: declaração de próprio punho dos rendimentos

correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou original ou cópia autenticada em cartório de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA) e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

d) desempregados: declaração de próprio punho de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco e com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

e) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, além dos documentos constantes na alínea "b" deste item;

f) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela instituição pagadora, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

g) estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - páginas que contenham fotografia, identificação e anotação do último contrato de trabalho e da primeira página subsequente em branco ou com correspondente data de saída da anotação do último contrato de trabalho;

1.3.5. cópia do Documento de Identidade do candidato;

1.3.6. cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato;

1.3.7. cópiadas últimas 3 (três) contas de energia elétrica com o mesmo endereço do candidato, conforme indicado no ato de inscrição no site www.assconpp.com.br, as quais não deverão ultrapassar o consumo mensal de 100 Kwh.

1.4. A Declaração de Comprovação de Renda Familiar deve ser preenchida com os dados de todos os membros da família, os quais também deverão ter suas respectivas rendas comprovadas pelos documentos listados no subitem 1.3.4 deste Edital.

1.5. O Município de Nova Trento, SC e a empresa ASSCON-PP verificarão a veracidade das informações prestadas pelo candidato no órgão gestor do CadÚnico e terá decisão terminativa sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de isenção.

1.6. As informações prestadas no Requerimento de Isenção de Taxa de Inscrição, bem como toda a documentação apresentada são de inteira responsabilidade do candidato.

1.6.1. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei.

1.7. O simples preenchimento dos dados necessários para a solicitação da isenção de taxa de inscrição não garante ao candidato a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do Município de Nova Trento, SC e a empresa ASSCON-PP, conforme o caso.

1.8. Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

1.8.1. omitir informações;

1.8.2. fraudar e/ou falsificar documentação;

1.8.3. pleitear a isenção instruindo o pedido com documentação incompleta; ou

1.8.4. entregar o pedido de isenção fora do prazo previsto no item 1.2 deste Adendo.

1.9. Não serão aceitos, após a entrega do requerimento, acréscimos ou alterações das informações prestadas.

1.10. A decisão acerca do deferimento ou indeferimento dos pedidos de isenção será publicada nos sites www.assconpp.com.br e www.novatrento.sc.gov.br e no mural interno da Prefeitura de Nova Trento, SC, no dia 29 de abril de 2015.

1.11. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição indeferidos poderão participar deste Concurso Público desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até o dia 6 de maio de 2015.

2. O cronograma do Edital de Concurso Público nº 002/2015 passa a vigorar na forma do Anexo II deste Edital.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Nova Trento, SC, 26 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito de Nova Trento, SC

ANEXO I MODELO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

À
Comissão Coordenadora do Concurso Público do Município Nova Trento, SC

Nos termos do Edital de Concurso Público nº 002/2015 e alterações do Município de Nova Trento, SC, venho requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição:

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome:	
Cargo pretendido:	
CPF:	
Número de Identificação Social – NIS:	

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem sua condição de hipossuficiente financeiramente.

2. Somente o preenchimento do requerimento de isenção não implica na efetivação da inscrição. O candidato requerente deverá apresentar todos os documentos que comprovem sua condição de hipossuficiente, bem como deverá executar todos os procedimentos exigidos no item 1 do Segundo Adendo Edital de Concurso Público nº 002/2015.

DECLARAÇÃO

Para fins de solicitação de concessão da isenção de pagamento da taxa de inscrição do Edital de Concurso Público nº 002/2015 do Município de Nova Trento, SC, DECLARO:

I - que sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II -estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do(s) Governo(s), com o nº _____;

III -que apresento condição de hipossuficiência financeira e que atendo ao estabelecido no Edital de Concurso Público nº 002/2015, em especial ao item que se refere à isenção da taxa de inscrição;

IV - declaro que residem no mesmo endereço que eu as pessoas abaixo relacionadas:

Nome	RG	Grau de parentesco	Renda mensal

V - estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do concurso Público, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive as de natureza criminal.

Nova Trento, SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato

ANEXO II CRONOGRAMA (sujeito à alterações)

DATA	ATO
27.2.2015	Publicação do Edital do Concurso Público
2 e 3.3.2015	Prazo para impugnações ao Edital
4.3.2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
26.3.2015	Publicação do 2º Adendo ao Edital
5.3 a 6.5.2015	Período de Inscrições
24.4.2015	Data limite para solicitar isenção da taxa de inscrição e envio e requerimento para candidato portador de deficiência.
29.4.2015	Divulgação do deferimento das solicitações de isenção da taxa de inscrição e requerimento para candidato portador de deficiência.
6.5.2015	Data limite para pagamento da inscrição, utilizando o boleto bancário
13.5.2015	Publicação da lista dos inscritos
14 e 15.5.2015	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
20.5.2015	Homologação da lista de inscritos
24.5.2015, com início às 8h30min e término às 11h30min	Realização das provas escritas
24.5.2015, com início às 9h30min e término previsto às 12h30min	Apresentação dos títulos
24.5.2015, com início às 9h30min e término previsto às 16h30min	Realização das provas práticas
25.5.2015, a partir das 19h	Publicação dos gabaritos da prova escrita e dos cadernos de prova
26 e 27.5.2015	Prazo para recurso da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita objetiva
1º.6.2015	Publicação dos gabaritos definitivos, nota final das provas escrita e prática e pontuação da prova de títulos e da lista de classificados
2 e 3.6.2015	Prazo de recurso lista de classificados, nota da prova prática e pontuação da prova de títulos
9.6.2015	Homologação do resultado final, com eventuais recursos julgados

Orleans

PREFEITURA

2.597

LEI Nº 2.597 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA REAJUSTAR GRATIFICAÇÃO DE AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MAGISTÉRIO".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES Prefeito Municipal de Orleans. Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a reajustar os valores da Gratificação de Auxílio Transporte - GAT, aos servidores públicos municipais do magistério ocupantes dos cargos de: Professores, Especialistas em Assuntos Educacionais, Auxiliares de Ensino de Educação Infantil, Auxiliares de Serviços Gerais e Cozinheiras, que possuem dificuldade de acesso ao local de trabalho, durante o período letivo, conforme segue:

a) Gratificação GAT 01 - Servidores que se deslocam do Centro da Cidade para os Bairros: Rio Belo, Nova Orleans, São Gerônimo e Barra do Rio Novo - R\$ 80,00 (oitenta reais)

b) Gratificação GAT 02 - Servidores que se deslocam de Orleans para as comunidades de Barracão, Oratório e Pindotiba - R\$ 140,00 (cento e quarenta reais);

c) Gratificação GAT 03 - Servidores que se deslocam de Orleans para a comunidade de Brusque do Sul - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais);

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 01 de março de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial a Lei n. 2.422 de 06 de março de 2012.

Orleans/SC, em 17 de março de 2015; 130º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interina

3.820

DECRETO N.º 3.820 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.592 de 23 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

2.005 - Manutenção da Administração Geral

F.R. - 03.0000 - superávit Financeiro - Recursos Próprios 3.3.90.00

- Aplicações Diretas R\$ 439.353,79

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

F.R. - 03.0000 - superávit Financeiro - Recursos Próprios

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 589.353,79

Art.2º Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o superávit financeiro do exercício anterior:

F.R. - 01.0000 superávit Financeiro - Recursos Próprios R\$ 589.353,79

TOTAL R\$ 589.353,79

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.821

DECRETO Nº DE 3.821 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 68 Item VII da Lei Orgânica Municipal, e de acordo o Artigo 11 da Lei nº 2.343 de 18 de novembro de 2010, que dispõe sobre a organização e a política Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, os seguintes membros:

1. 05 (CINCO) REPRESENTANTES INDICADOS PELO PODER PÚBLICO:

a) Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação
Tatiani Jung Furlan (titular)
Lucizana Lucio (suplente)

b) Representante da Secretaria da Educação
Tania Benedet Mazzuco (titular)
Arlete de Souza Borba (suplente)

c) Representante da Secretaria de Saúde
Rosiane dos Santos (titular)
Camila Quarezemin Bussolo Pizoni (suplente)

d) Representante do Poder Judiciário
Zenir Zamprogno (titular)
Carini Silva Coelho (suplente)

e) Representante do Gabinete do Prefeito ou Secretaria de Administração
Ariel Alberton Bernardino Borges (titular)
Valdete Deghenhard Stepaniak (suplente)

2. 05 (CINCO) REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL**a) Representante da Pastoral da Criança**

Maria Sirlei Coelho Carrer (titular)

Maria Abatti Pavei (suplente)

b) Representante da Creche Santa Rita de Cássia

Zilda M. Cruz Debiasi (titular)

Albertina Bett Durante (suplente)

c) Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Zuleide Salvalágio Debiasi (titular)

Rosilândia Librelato (suplente)

d) Representante da Fundação Hospitalar Santa Otília

Carlos Alberto Bússolo (titular)

Analuze Priscila Goulart (suplente)

e) Representante da Fundação Educacional Barriga Verde - FE-BAVE

Maria de Lourdes Bet Della Gustina (titular)

Geciani Monteguti Paladini (suplente)

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, terão mandato de 02 anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3.552 de 11 de junho de 2013.

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.822

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.822 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS PARA ATUAREM COMO FISCAIS NO CONCURSO Nº 001/2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 68, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo relacionados para atuarem como fiscais, durante a realização das provas para preenchimento das vagas referentes ao Concurso Público nº 001/2015, a realizar-se no dia 08 de março de 2015, com início às 08h, nas dependências da Escola de Educação Básica Costa Carneiro, localizada na Rua Aristiliano Ramos n. 459 - Centro, Orleans/SC

1. Ariel Alberton Bernardino Borges
2. Bernadete Coelho Mazzuco
3. Camila Quarezemin Bussolo Pizoni
4. Edvaldo Canever
5. Francielli Ceolin Beltrame
6. Glauce Feltrin Canever
7. Maria Orlinda Siqueira Dalmagro

8. Quelis Librelato Massuco**9. Valdair Della Giustina Bagio.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.823

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.823 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BALCÃO DA CIDADANIA E DO GALPÃO DA SOLIDARIEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans, etc.

DECRETA:

Art.1.º Fica criado no âmbito do Município de Orleans o Balcão da Cidadania e o Balcão Solidário, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 1º. O Balcão da Cidadania terá como objetivo o atendimento de demandas, referentes a situações de risco e vulnerabilidade social, que após a realização de triagem, serão encaminhadas para rede de proteção socioassistencial.

§ 2º. O Galpão da Solidariedade terá como objetivo atender famílias em situações emergenciais que residem no Município de Orleans, objetivando a arrecadação de móveis, eletrodomésticos, utensílios, roupas de camas, trabalhando de forma articulada com a sociedade, para construção de uma rede de solidariedade.

Art.2.º Todas as doações serão efetuadas mediante avaliação da Assistente Social da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto n. 3.488 de 04 de fevereiro de 2013.

Orleans/SC, em 03 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.824

DECRETO Nº 3.824 DE 9 DE MARÇO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Orleans,

DECRETA:

Art. 1º A partir do dia 16 de março de 2015, o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Turismo passa a vigorar das 08h às 11h30min, e das 13h às 17h30min, de segunda a sexta-feira, para todos os servidores indistintamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC 09 de março de 2015; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.825

DECRETO Nº 3.825 DE 09 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.592 de 23 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2.014 - Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 03.181 - Superávit Financeiro - Transferência de Convenio União - Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 312.455,14

TOTAL R\$ 312.455,14

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o Superávit financeiro do exercício anterior, referente aos CONVENIOS 785312/2013 - PRODESA E Nº. 1005161-13/13 PRODESA, na seguinte Fonte de recurso:

F.R. - 01.181 - Transferência de Convênios da União - Educação R\$ 312.455,14

TOTAL R\$ 312.455,14

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 09 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.827

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.827 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N. 3.810 DE 30 DE JANEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o prescrito no artigo 68, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e na Lei Municipal Nº 1.293 de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal de Orleans e as Normas Gerais de Direito Tributário Aplicável ao Município.

DECRETA:

Art. 1º - O Inciso II do Artigo 1º do Decreto 3.810, de 30 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

a) - Em parcela única com 30% (trinta por cento) de desconto, com vencimento em 14 de maio de 2015.

b) - Em 04 (quatro) parcelas fixas, sem desconto, sendo, a primeira vencível em 14 de maio de 2015; a segunda vencível em 14 de junho de 2015; a terceira vencível em 15 de julho de 2015 e a quarta vencível em 14 de agosto de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor os demais dispositivos do Decreto 3.810 de 30 de janeiro de 2015.

Orleans, 18 de março de 2015; 130º anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.828

DECRETO Nº 3.828 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIOS ANTERIORES NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso III do Artigo 10 da Lei n 2592 de 23 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º.) - Fica aberto crédito suplementar na seguinte dotação orçamentária.

12.00 - SAMAE

12.01 - SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

1.028 - Aquisição de Equipamentos SAMAE

F.R - 00.06.0040 - Superávit Financeiro Exerc. Anterior - SAMAE
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 98.000,00
TOTAL R\$ 98.000,00

Art.2º. Para a cobertura da abertura do crédito suplementar no artigo anterior, fica utilizado o superávit financeiro do exercício anterior:

F.R - 00.06.0040 - Superávit Financeiro Exerc. Anterior - SAMAE
R\$ 98.000,00

Art.3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 19 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.829

DECRETO N. 3.829 DE 19 DE MARÇO DE 2015.
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO PARA O ANO DE 2015".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais conferidas no Artigo 68, Item VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidos Pontos Facultativos nas Repartições Públicas Municipais, para o ano de 2015 as seguintes datas:

- 02 de abril - quinta-feira (véspera do feriado de Sexta-feira Santa - Páscoa);
- 20 de abril - segunda-feira (véspera do feriado de Tiradentes; e
- 05 de junho - sexta-feira (dia após o feriado de Corpus Christi);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais, nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º - Ficam, as autoridades municipais, autorizadas a determinar expediente normal de trabalho por necessidade de serviço, nos dias declarados como de ponto facultativo de que trata o artigo 1º.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Orleans/SC, 19 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.830

DECRETO N.º 3.830 DE 19 DE MARÇO DE 2015.
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.592 de 23 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO
05.02 - DEPARTAMENTO DE TURISMO
2.011 - Manutenção do Turismo no Município
F.R. - 01.180 - Transferência de Convenio União - Outros
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 243.750,00

TOTAL R\$ 243.750,00

Art.2º) - Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o provável Excesso de Arrecadação, referente ao CONTRATO DE REPASSE Nº784984/2013/ MINISTÉRIO DO TURISMO, PROCESSO Nº 2624.1005298-17/2013, na seguinte Fonte de recurso:

F.R. - 01.180 - Transf. de Conv.União - Outros R\$ 243.750,00

TOTAL R\$ 243.750,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 19 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração Interino

3.831

DECRETO N.º 3.831 DE 19 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA A SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA TOMADA DE PREÇO Nº49/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições que lhe confere a conferidas pelo artigo 68, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal :

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Subcomissão Técnica para Tomada de Preço nº 49/2015, que tem por objeto a contratação de agência de propaganda e/ou publicidade para a prestação de serviço de publicidade e propaganda, pelos seguintes membros:

1. Ariel Rodrigues
2. Agnaldo Aníbal
3. Cristiane de Oliveira Freitas

Art. 2º Ficará como suplente Sadi Kuzbik, jornalista, o qual substituirá quaisquer dos membros que por ventura não possam participar dos procedimentos da Tomada de Preço nº 49/2015.

Art. 3º A Comissão aferirá avaliações, conforme critérios fixados no edital, nas propostas técnicas apresentadas pelas empresas participantes do certame.

Art. 4º Os serviços serão prestados sem ônus ao Município, salvo

custo de deslocamento.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 19 de março de 2015; 130 anos da Fundação e 101 anos da Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

Publicado a presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

3.832

DECRETO Nº 3.832 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

“DESIGNA ASSISTENTE SOCIAL PARA ATUAR JUNTO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município e artigo 33, do Lei Municipal n. 1.957/2006 e;

CONSIDERANDO a necessidade de prover, adequar e capacitar os recursos humanos institucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de criação de rotinas na Secretaria de Administração, consubstanciada na utilização racional dos recursos, bem como aplicação de processos, procedimentos e técnicas específicas para tal finalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar o atendimento ao público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado a servidora pública municipal Hirânia Maria Cascaes Nazário, matrícula n. 300, ocupante do cargo de Assistente Social, para atuar junto a Secretaria de Administração, visando a adequação e capacitação dos recursos humanos institucionais, a criação de rotinas junto a referida secretaria, por meio de utilização racional de recursos, aplicação de processos, procedimentos e técnicas específicas para esta finalidade, desempenhar tarefas administrativas e demais funções inerentes a Assistente Social, constantes da Lei n. 1.957/2006.

Parágrafo único. A designação ora instituída não trará ao designado qualquer benefício em seus vencimentos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Orleans, 19 de março de 2015; 129º ano da Fundação e 100º ano de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino

EDITAL DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

EDITAL DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015

A Comissão Permanente do Concurso Público, torna publico a nota e classificação dos candidatos aprovados, no Concurso Público nº001/2015:

MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
070	BEATRIZ BRIGIDO DE SOUZA	13/09/1990	7,6	1º LUGAR
068	BRUNELLA FLOES PUPO	10/05/1990	6,4	2º LUGAR
105	EDILENE NUNES DA SILVA	29/01/1986	6,0	3º LUGAR
060	MAIRA OLIVEIRA BITEN-COURT	10/11/1988	5,2	4º LUGAR
088	CAROLINA FARACO PERUCHI	26/02/1991	5,2	5º LUGAR
107	RICARDO RABELO SERAFIM	13/01/1985	3,2	REPROVADO

COZINHEIRO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
014	ROSILÉIA SANGALETTI ANTUNES	29/05/1980	9,2	1º LUGAR
022	JUCEMARA TEIXEIRA	31/05/1985	9,2	2º LUGAR
086	CAMILA PIZONI	04/02/1991	9,2	3º LUGAR
043	SOLENI MARIA BONETTI BIANCO	20/11/1956	8,8	4º LUGAR
021	JUDIT ANTUNES ROCHA	01/11/1963	8,8	5º LUGAR
033	SUZETE BONETTI	01/03/1966	8,8	6º LUGAR
118	SILVIA CELSOLINA SILVA SATURNINO	01/01/1984	8,8	7º LUGAR
029	JACIRA MELLO DIAMANTINA MATOS	09/12/1986	8,8	8º LUGAR
067	MARINÊS SCALABRIN DE MORAES	01/11/1963	8,4	9º LUGAR
111	MARIA ESTELA COSTA	11/06/1972	8,4	10º LUGAR
071	DAIANE DA SILVA PACHECO DE OLIVEIRA	05/06/1985	8,4	11º LUGAR
120	IVANA DELINA NUNES	05/03/1972	8,0	12º LUGAR
073	JULIA GRACIELA MACHADO	05/01/1981	8,0	13º LUGAR
066	MARIA DE LOURDES LONGO	17/05/1958	7,6	14º LUGAR
009	ANA PAULA DO NASCIMENTO	27/09/1983	7,6	15º LUGAR
079	VANDA SCHLICKMANN BECKER	01/10/1964	7,2	16º LUGAR
028	ROSIANE FIGUEIREDO NUNES	13/07/1978	7,2	17º LUGAR
037	MARINETE MACHADO SALVADOR	29/05/1980	6,8	18º LUGAR
002	ROSILENE PIZZOLO DE GOES	10/03/1977	6,4	19º LUGAR
047	ANGELINA COSTA MATTEI RADOVANSKI	12/02/1978	6,4	20º LUGAR

062	ROSELI FONTANELA CANEVAR ANTUNES	04/02/1987	6,0	21º LUGAR
061	MADALENA JEREMIAS BURATTO	27/06/1961	5,6	22º LUGAR
024	MARIA APARECIDA FELISBINO	21/10/1968	5,2	23º LUGAR
046	ROSANA MARTINS GARCIA SCURSELI	27/08/1969	5,2	24º LUGAR
063	MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA	08/12/1971	5,2	25º LUGAR
026	ROSINETE MORAES MANOEL GERALDO	01/08/1976	5,2	26º LUGAR
087	ROSIMERI CARDOSO	24/01/1980	5,2	27º LUGAR
057	MARCIA MACHADO	14/07/1982	5,2	28º LUGAR
004	TEREZINHA APARECIDA CONSTANTINO BECHENBACH	31/05/1964	1,6	REPROVADO
082	ANGELITA PEDROSO DE SOUZA	30/10/1970	1,6	REPROVADO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
011	JESIANE DE JESUS RICARDO	07/03/1988	8,8	1º LUGAR
007	NATALIA FABRE MENDES	09/11/1991	8,8	2º LUGAR
025	JANICE MENDES	25/06/1978	8,4	3º LUGAR
032	ROSINETI CAMILO SALVALAGIO GALVANI	05/08/1981	8,4	4º LUGAR
005	LUCILANI PEREIRA WARMEING	27/01/1984	8,4	5º LUGAR
083	GLÓRIA MARIA HONÓRIO VOLPATO	06/01/1985	8,4	6º LUGAR
003	JHENIFER TARTARI OURIQUES	05/11/1987	8,4	7º LUGAR
035	MARIA DE FATIMA BENEDET	21/04/1960	8,0	8º LUGAR
093	ALCIONETE APARECIDA PEREIRA VARGASKI	11/04/1971	8,0	9º LUGAR
048	MARLI APARECIDA DE SOUZA	02/11/1978	7,6	10º LUGAR
114	MARIA HELENA MONTEIRO ALVES DE SOUZA	25/09/1983	7,6	11º LUGAR
042	EDILENE ARAUJO CRUZ	14/03/1988	7,6	12º LUGAR
081	LEIDI LAURA DA CRUZ LUCIANO	07/01/1980	7,2	13º LUGAR
038	SUELI DA SILVA BORGES	04/07/1973	6,8	14º LUGAR
050	MISLAINE VIEIRA MAZUCO	09/01/1979	6,8	15º LUGAR
023	MICHELLI SILVA GEREMIAS	03/05/1985	6,8	16º LUGAR
102	DANIELA MARTINHO DO PRADO	01/10/1994	6,8	17º LUGAR
072	MARINA SIQUEIRA RABELO	17/06/1991	6,8	18º LUGAR
101	MARIANA DA SILVA SILVEIRA	16/11/1984	6,4	19º LUGAR
096	LUCIANE CRISTINA FABRO	14/03/1985	6,4	20º LUGAR
055	CLEUSA MARIA DE SOUZA	20/08/1968	6,0	21º LUGAR
065	MARILEIA COSTA	20/04/1975	6,0	22º LUGAR

020	ANGELA MARIA ADRIANO	20/02/1976	6,0	23º LUGAR
104	DILVINA MACHADO DE SOUZA SOBRINHA	09/06/1986	6,0	24º LUGAR
017	ALESSANDRA FERRAZ DE SANTANA	17/11/1977	5,6	25º LUGAR
040	CRISTIANI ANDRE PEDRO	19/07/1982	5,6	26º LUGAR
016	MARIA ELIZABETE DENGIO DE OLIVEIRA MANIQUE	25/10/1983	5,6	27º LUGAR
090	DAIANE CAMPOS	07/06/1987	5,6	28º LUGAR
115	GISLAINE DA SILVA DE SOUZA	18/02/1987	5,2	29º LUGAR
109	EDIANA MACHADO	06/09/1985	5,2	30º LUGAR
076	MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA CITADIN	08/10/1970	4,8	REPROVADO
078	JOZILENE MARIA DA CONCEIÇÃO	15/03/1972	4,8	REPROVADO
049	ANDRÉA CARRER ALVES	04/04/1975	4,8	REPROVADO
008	DAIANE GALVANI	23/12/1983	4,8	REPROVADO
056	SIMONI DA SILVA MIRANDA	20/11/1981	4,4	REPROVADO
097	TERESINHA BETT LOLI	13/11/1976	4,0	REPROVADO
010	MARIA APARECIDA CORREIA CROZETA	13/05/1990	4,0	REPROVADO
084	NILCEIA DOMINGOS	11/04/1978	3,6	REPROVADO
041	FERNANDA BERNARDO GODINHO	20/08/1980	2,8	REPROVADO
036	SIMONI RODOLFO FABRE	03/11/1972	2,4	REPROVADO
019	SANDRA MARA SILVERIO	25/08/1972	1,2	REPROVADO

MOTORISTA

Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
045	ROBERTO LUIZ CARDOZO	28/02/1980	9,6	1º LUGAR
012	VALDEMIR FERMIANO DA SILVA	12/11/1970	9,2	2º LUGAR
018	LAÉRCIO OSMAR CARDOZO	14/02/1977	9,2	3º LUGAR
077	VITORIO SPRICIGO	06/11/1957	8,8	4º LUGAR
034	VALDIR ALBERTON	27/07/1964	8,8	5º LUGAR
064	GENESIO FELTRIN	27/11/1968	8,8	6º LUGAR
031	CLÉSIO ALBERTON	19/12/1970	8,8	7º LUGAR
006	JOELSON VERONEZ	07/05/1972	8,8	8º LUGAR
098	JOÃO DENIZETE BORGES	28/06/1972	8,8	9º LUGAR
094	LUCIANO DE NES	17/04/1974	8,8	10º LUGAR
051	LUIZ FERNANDO VERGINIO	12/09/1978	8,8	11º LUGAR
001	ROBERTO ALBERTON ROECKER	05/05/1982	8,8	12º LUGAR
121	EVANDRO CARLOS AGERTT BECK	01/05/1973	8,0	13º LUGAR
053	MARCIONEI MACHADO	16/09/1973	7,6	14º LUGAR
091	CLAUDIO DA SILVA DOMINGOS	11/03/1977	7,6	15º LUGAR
013	GESSE GARCIA SCURSELI	04/09/1990	7,6	16º LUGAR
059	NIVALDO MAZON	22/07/1984	7,2	17º LUGAR
058	LUCINEIA ANTUNES DA SILVA	17/10/1985	7,2	18º LUGAR

085	CONRRADO ALBERTON JUNG	11/12/1985	7,2	19º LUGAR
100	VALDONI RAMOS	16/06/1970	6,8	20º LUGAR
044	VALDECIR RAMOS	22/06/1975	6,8	21º LUGAR
069	ARLEI RODRIGUES MADALENA	25/08/1978	6,8	22º LUGAR
108	MURILO MACHADO	12/10/1988	6,8	23º LUGAR
080	EUGENIO BECKER	18/08/1962	6,4	24º LUGAR
092	RICARDO ROUSSELET LEBARBENCHON	09/10/1964	6,4	25º LUGAR
054	DEFENDI MANARIN	12/09/1982	6,4	26º LUGAR
015	DENILERSIO LEMBECK ASCARI	25/11/1988	6,4	27º LUGAR
075	VANDERSON LIMA	16/09/1990	6,4	28º LUGAR
113	MARCEL GOUDINHO	24/10/1978	6,0	29º LUGAR
039	LUCAS DA ROSA	12/05/1981	6,0	30º LUGAR
123	IDIOMAR NEVES	26/09/1974	5,6	31º LUGAR
116	RODRIGO TURAZZI BRATTI	23/03/1984	5,6	32º LUGAR
112	ROBERTO VALENTE JUNIOR	10/04/1975	5,2	33º LUGAR
095	NATHAN JONATA ANTUNES	28/02/1989	5,2	34º LUGAR
117	JADER LUIZ DE OLIVEIRA	03/06/1959	4,8	REPROVADO
122	VALMAR MACHADO	04/01/1961	4,8	REPROVADO
119	JUCEMAR MAZON ALBERTON	02/08/1967	4,8	REPROVADO
074	DOMINGOS RODEN	17/06/1962	4,4	REPROVADO
052	EDSON GOMES	24/12/1970	4,4	REPROVADO
099	ADEMAR SATURNINO	25/08/1965		REPROVADO

O candidato que se sentir prejudicado com sua nota e classificação, tem o prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação deste resultado para entrar com recurso conforme Edital Concurso Público nº 001/2015.

Orleans, 25 de março de 2015.
VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO
Presidente da Comissão do Concurso Público

Ouro

PREFEITURA

TERMOS ADITIVOS 2015

TERMO ADITIVO 01/2015 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 01/2015

Processo Licitatório n 0070/2014

Modalidade de Pregão Presencial n. 0037/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: IRMÃOS DAMBRÓS LTDA

OBJETO: fornecimento de óleo diesel e gasolina comum.

ALTERAÇÃO: reajuste.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento na Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 26/02/2015 e se encerra em 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 26/02/2015.

TERMO ADITIVO 01/2015 AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 02/2015

Processo Licitatório n 0070/2014

Modalidade de Pregão Presencial n. 0037/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: POSTO DE COMBUSTÍVEIS PARQUE LTDA - EPP

OBJETO: fornecimento de óleo diesel S10.

ALTERAÇÃO: reajuste.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: com fundamento na Lei Federal n. 8.666.

VIGÊNCIA: de 26/02/2015 e se encerra em 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 26/02/2015.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2608

DECRETO Nº 2608/2015

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 924/2015, de 25 de março de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 3.215.535,59 (três milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário	7000	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
Unidade Orçamentária	7001	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
Função	17	SANEAMENTO		
Sub-função	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Programa	1702	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Ação	1,38	Construção de Obras de Saneamento Básico		
Despesa	87	4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso	01.34	Transferência de Convênios – União/Outros	R\$	3.215.535,59

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.34 - Transferência de Convênios União/Outros, Conforme Termo de Compromisso n. TC/PAC 0432/2014 entre o Município e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº2609

DECRETO Nº. 2609/2015

"DISPÕES SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 0388 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.437,65 (Dez mil, quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

11001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.301.1001.1.52 – Construção/Ampliação da Rede Física de Saúde		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0388	R\$	10.437,65

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso 0388, no valor Total R\$ 10.437,65 (Dez mil quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2610

DECRETO N.º 2610/2015

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Comp. 019/2005 e 022/2005, e Edital de Teste Seletivo 001/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. ROSELI MARQUES BAPTISTA, para exercer o Cargo em caráter Temporário de Agente de Copa e Limpeza.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 25 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

ERRATA CONTRATOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA DE CONTRATO Nº. 0028/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos do município de Ouro Verde.Onde se lê Valor certo e ajustado de R\$:19.462,16 (dezenove mil quatrocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos). Passa a ser Valor certo e ajustado de R\$:19.410,85 (dezenove mil quatrocentos e dez reais e oitenta e cinco centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 25 de março de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA DE CONTRATO Nº. 0029/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos do município de Ouro Verde.Onde se lê Valor certo e ajustado de R\$:9.742,99 (nove mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos).Passa a ser Valor certo e ajustado de R\$:9.743,04 (nove mil setecentos e quarenta e três reais e quatro centavos).Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93.

Ouro Verde,25 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO XII DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0093/2009

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: RJ PENSIN EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E TRANSPORTE LTDA ME

Objeto: Pavimentação com pedras irregulares na Rua Espírito Santo. Trecho Entre a Rua Adriano Benedetti e Final do Perímetro Urbano. Extensão do trecho 198,29m, Largura total 15,00m, Largura dos passeios 2,50m, largura da pista 10,00m, Área a pavimentar 2.340,00m², e meio-fio laterais de concreto 390,00m. Rua Augusto Simoneto Trecho Entre a a Rua Manoel José Amaro e Sanga. Extensão do trecho 300,00 m, largura total 12m, largura dos passeios 2,00m, largura da pista 8,00m. Área a pavimentar 2.400,00 m², Meio - fio laterais de concreto 583,00m. E a Rua 'A' trecho - Entre a Rua Espírito Santo e Limite do Perímetro Urbano. Extensão do trecho 46,14m, Largura total 15,00m, Largura dos passeios 3,50m, Largura da pista 8,00m, Área a pavimentar 373,00m², e meio - fio laterais de concreto 97,00m. Área Total a Pavimentar 5.113,00 m². Vigência: 31/12/2014 á 30/05/2015. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 22 de dezembro de 2014. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0057/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: REMOVE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Objeto: Contratação de empreiteira para execução de serviços de construção, pelo sistema de empreitada global, com fornecimento de materiais necessários e mão de obra, destinado a Conclusão de Unidade Básica de Saúde, na Rua João Maria Conrado nº414, Centro, na Cidade de Ouro Verde/SC. Vigência: 31/03/2015 á 30/04/2015. Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93

Ouro Verde, 20 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

LEI Nº923

LEI Nº. 923/2015

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE - SC CELEBRAR CONVÊNIO COM A SOCIEDADE PORVIR CIENTÍFICO - COLÉGIO LA SALLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos artigos 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal celebrar convênio com a Sociedade Porvir Científico - Colégio La Salle, com sede em Xanxerê - SC, com a finalidade de fornecimento de bolsa de estudo para alunos do ensino médio (1ª a 3ª série) freqüentadores daquela instituição, observado:

I - Os alunos ou seus pais deverão residir no município de Ouro Verde - SC;

II - Os alunos se obrigam trimestralmente a apresentar atestado de freqüência às aulas na instituição a Administração Pública Municipal.

III - Os alunos se obrigam a bimestralmente prestar serviços voluntários junto a Administração Pública em setor a ser designado pelo Secretário da Administração, perfazendo um total de 08 (oito) horas mensais.

Art. 2º. - O valor do repasse à Sociedade Porvir Científico - Colégio La Salle somará, durante o ano letivo de 2015, a importância total de R\$ 30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais) em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas no valor total de R\$ 3.012,00 (três mil e doze reais), vencendo a primeira parcela no final do mês de Março de 2015.

Art. 3º. - Os valores das parcelas mensais serão repassados diretamente à Sociedade Porvir Científicos - Colégio La Salle de Xanxerê - SC responsabilizando-se, esta a fornecer relatórios de atividades dos discentes, ao Setor Financeiro do município em até quinze dias após a efetivação dos repasses.

Art. 4º. - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. - São revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal Lei nº. 878, de 18 de fevereiro de 2014.

Ouro Verde (SC), em 18 de Março de 2015

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº924

LEI Nº 924/2015

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional Suplementar pelo provável excesso de arrecadação e da outras providencias".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 3.215.535,59 (três milhões, duzentos e quinze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário	7000	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
Unidade Orçamentária	7001	SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA		
Função	17	SANEAMENTO		
Sub-função	512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Programa	1702	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		
Ação	1,38	Construção de Obras de Saneamento Básico		
Despesa	87	4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Fonte de Recurso	01.34	Transferência de Convênios – União/Outros	R\$	3.215.535,59

Art. 2º - Para suplementação que trata o presente, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.34 - Transferência de Convênios União/Outros, Conforme Termo de Compromisso n. TC/PAC 0432/2014 entre o Município e a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 25 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº925

LEI Nº 925/2015.

"AUTORIZA O MUNICIPIO DE OURO VERDE A PARTICIPAR DO CAMPEONATO CATARINENSE DE FUTEBOL NÃO PROFISSIONAL - EDIÇÃO 2015, DO CAMPEONATO REGIONAL DE FUTEBOL ORGANIZADO PELA LIGA ESPORTIVA XANXERENSE (LEX) 2015 E CAMPEONATOS REGIONAIS E MICRORREGIONAIS PROMOVIDOS PELA FEESPORTE, BEM COMO À REALIZAR DESPESAS COM OS REFERIDOS EVENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Ouro Verde autorizado a participar do Campeonato Catarinense de Futebol Não Profissional - Edição 2015, do Campeonato Regional organizado pela Liga Esportiva Xanxerense (LEX) 2015 e Campeonatos Regionais e Microrregionais promovidos pela Feesporte.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) com a participação do Município nos eventos referidos no art. 1º.

Parágrafo único. As despesas de que tratam a presente referem-se a: taxa de inscrição, registro da equipe, serviços de arbitragem, serviços de segurança, aquisição de material esportivo, fornecimento de alimentação, uniformes, transporte e demais despesas necessárias à participação dos eventos supramencionados.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento de 2015, na ação 2.30 - Manutenção do Desporto Comunitário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, em 25 de março de 2015.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

Pedro Luiz Rebeschini

Secretário de Adm. e Gestão

Paial**PREFEITURA****PREGÃO 05/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2015

Objeto: contratação de mão de obra e fornecimento de peças para recuperação do microônibus de Placas MCQ 2258 do Fundo Municipal de Saúde de Paial conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 09/04/2015

Abertura: 09/04/2015 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 25 de março de 2015.

Elizete E. Vortmann

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Palhoça**PREFEITURA****CONVÊNIO Nº 022, DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

CONVÊNIO Nº 022, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA/FIA e CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Sr. Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral Maristela Truppel, e de outro lado o CADI-Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras ,S/N-CEP 88130-350, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. Roberto de Souza Chenk, inscrito no CPF/ sob o nº 493491479-04, RG -1408.444. doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 4.209, de 24 de março de 2015 e Decreto Legislativo nº 372/2015, Lei Municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014, que dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto denominado "Projeto Janela", visando atendimento mensal de 135 Crianças e adolescentes com idade entre 04 e 16 anos, moradores da comunidade Frei Damiao em Palhoça-SC, em situação de vulnerabilidade/risco social e pessoal, prioritariamente aquelas atendidas por programas governamentais, projetos do CADI e estudantes da rede pública de ensino.

O presente Convênio consiste do resultado do Projeto denominado "Projeto Janela", inscrito pelo Conselho Municipal CMDCA de Palhoça no Edital/2014 da Fundação Itaú Social, e com anuência do Secretário de Assistência Social, em conformidade com os documentos Termo de Cooperação em que são partes: 1) Fundação Itaú Social; 2) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Palhoça; 3) Prefeitura Municipal de Palhoça SC.

O referido Projeto foi selecionado para receber o recurso financeiro, repasse de recurso da Fundação Itaú Social, instituição de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 59.573.030/0001-30 empresas pertencentes ao Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. O recurso conforme determina a legislação destinado para o Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 312.036,00

(trezentos e doze mil e trinta e seis reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32, Conta N. 211-4 / Agência 1784/ Banco 104/ Caixa Econômica Federal, no valor total de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais) conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva, de recompor em 09 (nove) as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência ano de 2015, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio, conforme cronograma de desembolso 2015:

1º	MARÇO	31.203,60
2º	ABRIL	31.203,60
3º	MAIO	31.203,60
4º	JUNHO	31.203,60
5º	JULHO	31.203,60
6º	AGOSTO	31.203,60
7º	SETEMBRO	31.203,60
8º	OUTUBRO	31.203,60
9º	NOVEMBRO	62.407,20
TOTAL		312.036,00

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCENCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da

conclusão, denuncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICIPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICIPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;

g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;

i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento das demais parcelas estará sujeito à aprovação da prestação de contas das parcelas anteriores. Após o recebimento de cada parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (5) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Ação e Aplicação o CMDCA 2015,

II- Anexo II - Plano de Trabalho,

II - Anexo III - Resolução do CMDCA,

VI - Anexo IV - Termo de Cooperação Fundação Itaú Social

V - Anexo V - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

CLAÚSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 24 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS

Secretário Municipal de Assistência Social

MARISTELA TRUPPEL

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA /FIA/ Palhoça SC

Roberto de Souza Chenk

Presidente do CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 1.789, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.789, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Constitui membros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Intersetorial de Erradicação do Trabalho Infantil, composta pelos seguintes membros:

I - Angelita Sourilda Teodomiro - Secretaria Municipal de Educação;

II - Andréia de Brito - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Janaina Pereira da Silva - Secretaria Municipal de Assistência Social - Proteção Social Básica;

IV - Priscila Cardoso - Secretaria Municipal de Assistência Social - Proteção Social Especial;

V - Rosi Meri da Silva - Representante Gestão Secretaria Municipal de Assistência Social;

VI - Antônio Nunes da Silva - Emprego e Renda;

VII - Tarcisio da Silva Moreira - Fundação Municipal de Esporte e Cultura;

VIII - Jucélia Oliveira Schneider - Coordenadora do PETI;

IX - Adriana da Rosa - Conselho Tutelar;

X - Fernanda Cechinel - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

XI - Nanci Cecília de Oliveira Veras - Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 06 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
ESTATUTO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Inciso II do artigo 94, da Lei Complementar nº 97, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94 (...)

II - estar em efetivo exercício no cargo, ou em exercício de função de Direção Escolar;” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 24 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.209, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.209, de 24 de março de 2015.
CONVÊNIO. Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CADI - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras, s/n, CEP 88.130-350, Bairro Frei Damião, Palhoça/SC,

no valor global de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais) referente a repasse financeiro de recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, CNPJ sob o nº. 18.246.064/0001-32, Conta N. 211-4 / Agência 1784/ Banco 104/ Caixa Econômica Federal, objetivando apoio efetivo do CMDCA/ FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto denominado “Projeto Janela”, visando atendimento mensal de 135 Crianças e adolescentes com idade entre 04 e 16 anos, moradores da comunidade Frei Damião em Palhoça/SC, em situação de vulnerabilidade/risco social e pessoal, prioritariamente aquelas atendidas por programas governamentais, projetos do CADI e estudantes da rede pública de ensino.

Parágrafo Único. O “Projeto Janela” foi selecionado para receber o recurso financeiro, repasse de recurso da Fundação Itaú Social, instituição de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 59.573.030/0001-30 empresas pertencentes ao Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. O recurso conforme determina a legislação destinado para o Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 18.246.064/0001-32.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 24 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 08 de abril de 2015, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviço de vigilância patrimonial, segurança eletrônica e monitoramento, para atender as necessidades das Unidades de Ensino Municipais. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net.

Palhoça, 25 de março de 2015.
A PREGOEIRA.

RESOLUÇÃO Nº 027/2015 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RESOLUÇÃO Nº. 027 / 2015

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para as entidades privadas de Assistência Social entregarem os documentos para cofinanciamento 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião extraordinária realizada on line entre o dia 24 de março de 2015 a partir das 14 horas e 25 de março de 2015 as 14:15h, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que compete ao CMAS definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de Assistência Social no âmbito Municipal;

Considerando que compete ao CMAS aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para as entidades privadas encaminharem os documentos expressos no edital 001/2015/CMAS art. 15.

Art. 2º As entidades deverão encaminhar os documentos impreterivelmente até o dia 31 de março de 2015.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de março de 2015.

RAFAEL ARNS STOBBE

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PALHOÇA SC

RESULTADO PREGÃO Nº 21/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem, roçada, capina e limpeza geral nos pátios das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

EMPREENTEIRA KJ LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$ 91.200,00 (noventa e um mil e duzentos reais).

Palhoça, 17 de março de 2015.

TOMADA DE PREÇOS 37-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº37/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº37/2015, no dia 22 de abril de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagan, 280-Parque Residencial Pagan - Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº37/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, para sinalização e pavimentação com blocos intertravados (paver) da Rua Aristides Francisco de Mello no bairro Aririú (LOTE 01); pavimentação, drenagem e sinalização com blocos intertravados (paver) da Rua José Macário Cardoso no bairro Jaqueira (LOTE 02); pavimentação, drenagem e sinalização com blocos intertravados (paver) da Rua David José dos Santos (trecho 01) no bairro São Sebastião (LOTE 03) e drenagem da Rua Pedro Antonio de Abreu no bairro Barra do Aririú (LOTE 04) de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça 23 de março de 2015.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº112/2014 - Pregão Presencial 35/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TIME TEC CONTROLE DE PONTO/ACESSO LTDA. OBJETO: Aquisição de 25 (vinte e cinco) Relógios Eletrônicos de Ponto, para as Unidades de Saúde São Sebastião e Patural, CEAP, Novo Centro Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Transporte, Policlínica Municipal, CAPSi, NEPS, UPA Centro, UPA SUL, Laboratório e Zoonose, incluindo mão de obra e fornecimento de todos os materiais necessários para instalação dos relógios.

DATA: 22/09/2014 à 21/09/2015.

Nome da Empresa: TIME TEC CONTOLE DE PONTO/ACESSO LTDA

CNPJ: 10.707.063/0001-36

Lote 1: Total Geral dos Itens

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	----------------	----------------	-------------

Especificação: Relógio Eletrônico de Ponto, com as seguintes especificação mínimas: sistema de gerenciamento, sem necessidade de instalação de software na máquina cliente; fornecer interface de controle através de navegador web; Possuir sistema de impressão com velocidade de 90 mm/s com corte parcial e total do papel;

Impressão com durabilidade de 5 anos; Gravação dos dados em memória não volátil tanto para a memória de trabalho (MT) como para a memória de registro permanente (MRP); Permitir o cadastro das informações do empregador, local de trabalho e funcionários; Armazenar na MRP todos os eventos: registro do empregador, marcação de ponto, alteração de data e hora e cadastro de funcionário; Capacidade de gerenciamento de até 15.000 colaboradores na memória de trabalho (MT); Capacidade para armazenamento de registros em memória (MRP) 8.000.000; Trabalhar com vários tipos de comunicação; Calendário perpétuo, com opção de ajuste da data e hora e configuração do horário de verão; Trabalhar com leitura automática da quantidade de dígitos dos crachás (3 a 20 dígitos); Possuir botão para relação da emissão instantânea dos eventos de ponto realizados nas 24 horas precedentes; Possuir senha, configurável, de segurança no menu; Possuir sistema de No-break opcional com recurso de corte inteligente de energia quando o nível de energia baixar demais; Capacidade de armazenamento de digitais: 300, 1.900, 9.500 ou 15.000 digitais; Operar com Auto On (biometria com recurso de toque único), função que permite realizar a identificação da digital somente colocando o dedo no sensor, sem a necessidade de digitar a matrícula, utilizar o crachá ou a tecla de verificação disponível no teclado; Possuir porta fiscal USB para coleta do arquivo AFD para auditoria dos dados do equipamento pelo fiscal do trabalho; Possuir sistema de importação e exportação de dados via segunda porta USB; Possuir sistema de identificação de status e eventos no equipamento, aplicativo embarcado ou software gerenciador; Possuir sistema de gerenciamento que valide as informações recebidas e as salva se precisar; Possuir sensor de papel que indica através de mensagem no display, aviso sonoro e até mesmo no software gerenciador caso o papel esteja acabando; Possui contador de tickets restantes (valor aproximado), de forma que o empregador saiba quantos tickets ainda podem ser impressos com determinada bobina de papel. Possuir tecnologia de identificação Biometria e Proximidade Mifare, RFID e Unique. Possuir Leitor biométrico tipo ótico com resolução de 500 DPI; Possuir modo de verificação das digitais: 1:1 (reconhecimento feito com a prévia informação da matrícula e em seguida colocando o dedo no sensor biométrico) e 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possuir Auto On: identificação da digital em modo 1:N (reconhecimento feito apenas colocando o dedo no sensor biométrico); Possuir capacidade de armazenamento de digitais de até 15.000 digitais, contendo matrículas, PIS e nome do funcionário; Possuir armazenamento em memória flash para a MT e MRP, no qual a memória MRP possui um sistema de gerenciamento interno para garantir a integridade dos dados; Dados do empregador: armazenar em memória a razão social, CNPJ/CPF, CEI e endereço do local de trabalho; Possuir autonomia para mais de 8.500 bilhetes; Possuir impressão de alta resolução com opção de corte parcial e total do papel via menu do relógio; Possuir aplicativo de configuração embutido, e que ofereça suporte a qualquer plataforma que possua navegador de internet; Modos de comunicação: trabalhar em modo off-line, usando os dados contidos na MT para autenticação no equipamento; Tipos de comunicação: serial RS 232, TCP/IP 10/100 MBits e USB nativos; Módulos externos opcionais: Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial RS 485; Fazer conexão utilizando Wi-Fi, GPRS, 3G e Serial apenas através de um software gerenciador; Velocidade de comunicação (Serial RS 230) : 9.600 bps ou 115.000 bps; Possuir segunda entrada USB, possibilitando a coleta por filtros de registros, configurar o equipamento, cadastrar empregador e digitais; Teclado: 18 teclas sendo 10 em padrão telefônico e 8 teclas adicionais de função; Utilizar display de cristal líquido de 16 caracteres x 2 linhas com backlight (iluminação do display); Calendário perpétuo: gerenciar a passagem da hora, minuto, segundo, dia, mês e ano; Possuir uma bateria de lítio com capacidade de manter a data e hora correta por 1.440 horas, ou seja, 2 meses no caso de desligamento; Sistema de corte da energia do No-break quando a tensão da bateria atingir nível insuficiente para operação; Monitor interno do circuito: possuir sistema de "Watchdog" para supervisão

do funcionamento do equipamento e dos níveis de tensão; Coleta de dados: possibilitar coleta via porta USB Fiscal, segunda USB no próprio equipamento, aplicativo embarcado em um navegador de internet ou via software gerenciador; Sistema de proteção contra violação: Possuir sensores que bloqueiam o equipamento em qualquer tentativa de violação do mesmo. Tensão de operação: 8 Volts; Potência média: 4,8 W; Bateria externa (opcional): 6,4 V para alimentação em caso de falta de energia (No-break).

1
25,00
UN

R\$1.205,00
R\$30.125,00

Valor Total
(trinta mil e cento e vinte e cinco reais)

R\$30.125,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº152/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP

CNPJ: 06.220.022/0001-43

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Esfregadora-secadora de chão com balde e cesto torcedor acoplados, compreende uma esfregadora-secadora, composta por um pano ou fibras resistentes e altamente absorventes, montado sobre um suporte é acoplado mediante rosca a um cabo com agarradeira para manipulação; faz parte também um balde com o desague em forma de bico e uma borda onde se acopla mediante tres encaixes um cesto-torcedor da (esfregadora-secadora) com uma boca circular que se prolonga em forma troncocônica, em toda a superfície se dispõem de orifícios para vazão. Na parte frontal do cesto se dispõem um suporte onde encaixa o cabo da esfregadora-secadora para sustentação da mesma.

118
60,00
UN
BRALIMPIA
R\$225,0000
R\$13.500,0000

Especificação: Pá coletora lixo automática, plástico resistente, cabo longo. (cata cata).

131
60,00
UN
BRALIMPIA
R\$23,7200
R\$1.423,2000

Especificação: Porta copo para copo de café de 50 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,55mmx76cm

136
20,00
UN
columbus
R\$16,1100
R\$322,2000

Especificação: Sabão glicerinado em barra com 200 gr. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

140
800,00
UN
RIO
R\$1,0800
R\$864,0000

Especificação: Saca alvejada para limpeza, branca, dupla, 100% de algodão, pré-amaciado, super resistente, com trama grossa (bem fechada), medindo aproximadamente 50x70cm, para uso doméstico. Embalada em saco plástico transparente contendo 01 unidade.

143
2000,00
UN
PANO PRATIC
R\$2,9000
R\$5.800,0000

Valor Total
(vinte e um mil, novecentos e nove reais e quarenta centavos)

R\$21.909,40

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº153/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JULIANO JAIRO MELO ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JULIANO JAIRO MELO ME

CNPJ: 14.546.646/0001-83

Item
Quantidade
Unidade

Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Achocolatado em pó, 1ª qualidade, embalagem com aproximadamente 400 gramas.

2
100,00
UN
TODDY
R\$5,3000
R\$530,0000

Especificação: Bolacha integral, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.

20
300,00
PCT
ORQUIDEA
R\$3,0400
R\$912,0000

Especificação: Farinha de Milho - Produto obtido pela ligeira torção do grão de milho, desgerminado ou fina, pura, previamente macerado e peneirado, 100% milho. Deverão ser efetuadas determinações de microorganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico-sanitário, dessa classe de alimentos, ou quando ocorrer toxinfecções alimentares. Não deverá conter sujidade, parasitos e larvas, conforme Resolução C.N.N. P A . 12/78 NTE 12/18, de 24/07/78. Embalagem: A embalagem primária do produto deverá se de saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, lacrado, pacotes de 01 Kg.

36
90,00
KG
SINHA
R\$1,2200
R\$109,8000

Especificação: Fermento em pó químico, frasco com aprox. 100 gramas

41
60,00
FRS
FLEISCHMANN
R\$1,6100
R\$96,6000

Especificação: Gelatina em pó, nos sabores: uva, framboeza, limão e tuti fruti, 100 unidades de cada sabor, embalagem com aprox. 85 gramas

43
400,00
UN
NEILAR
R\$0,5700
R\$228,0000

Especificação: Óleo de soja, 1ª qualidade, frs com 900 ml

60
150,00
FRS

COAMO
R\$2,9500
R\$442,5000

Especificação: Refresco - preparo sólido para refresco, nos sabores: laranja, abacaxi, maracujá, uva e morango, adoçado, embalagem com aproximadamente 35 gramas.

69
1650,00
UN
POP TRUTA
R\$0,4000
R\$660,0000

Especificação: Sal refinado de mesa iodato Não deve apresentar sujidade e misturas, Umidade máxima de 02% Embalagem primária: sacos polietileno transparente, pacotes de 1 kg, embalagem secundária: Sacos de polipropileno reforçado e lacrados com fitas adesivas plastificadas, identificados com o nome do fabricante, com capacidade no máximo 10 kg.

70
20,00
KG
ZIZO
R\$1,1000
R\$22,0000

Especificação: COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA EM TIRAS C/100 UN, COR BRANCA, CAPACIDADE PARA 200ML.

116
15000,00
TR
TOTAL PLAST
R\$2,5500
R\$38.250,0000

Especificação: Papel higiênico 100% branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha simples, de qualidade, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 300 metros, caixa com 08 rolos.

132
6000,00
RL
VIPP PLUS
R\$3,5700
R\$21.420,0000

Especificação: Papel higiênico branco, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, folha dupla, de qualidade, picotado, gofrado, macio, com alto poder de absorção, solúveis em água, neutro, 100% fibras naturais, rolo com 30mx10cm, pacote com 04 rolos.

133
10000,00
PCT
FOFINHO
R\$2,8400
R\$28.400,0000

Especificação: Sabão em pó, alto poder de limpeza e remoção de manchas, caixa/pacote c/ 1.000 gr.

139

1500,00
Cx/Pc
LIMPINHA
R\$3,3200
R\$4.980,0000

Valor Total
(noventa e seis mil, cinquenta reais e noventa centavos)

R\$96.050,90

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº154/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME

CNPJ: 85.101.731/0001-86

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Água sanitária, à base de cloro. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto. Teor cloro ativo variando de 2 a 2,50%, cor levemente amarelo-esverdeada. Aplicação: alvejante e desinfetante de uso geral. Frasco resistente que impeça a ação da luz solar, com 01 litro, com bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

112
5000,00
FRS
RARIDADE
R\$1,0000
R\$5.000,0000

Especificação: Detergente para louça glicerinado, biodegradável e consistente. Aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas. Frasco de 500ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

117
5000,00
FRS
RARIDADE
R\$0,9000
R\$4.500,0000

Especificação: Lustra Móveis 200 ml

127

200,00
UN
WOLKER
R\$1,2000
R\$240,0000

Valor Total
(nove mil e setecentos e quarenta reais)

R\$9.740,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº155/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

CNPJ: 09.196.745/0001-42

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Abacaxi em calda, peso drenado com aproximadamente 500 gr.

1
100,00
UN
TOP FRUTA
R\$6,9000
R\$690,0000

Especificação: Amendoim sem casca, pacote com 500 gramas

5
40,00
PCT
CONVEL
R\$7,0000
R\$280,0000

Especificação: Amido de milho, pacote com 500 gramas.

6
10,00
PCT
APTI
R\$3,2000
R\$32,0000

Especificação: Arroz doce, pacote com 50 unidades

7
12,00

PCT
BEIJA FLOR
R\$11,2000
R\$134,4000

Especificação: Bala de banana, pacote com 1kg

11
20,00
KG
Joice
R\$11,0000
R\$220,0000

Especificação: Bala de coco, sabor coco queimado, pacote com 1 kg.

12
10,00
KG
Joice
R\$12,0000
R\$120,0000

Especificação: Bananada, doce de banana, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Polpa de Banana, Amido de Milho Modificado, Xarope de glicose de Milho, Corante Caramelo, Ácido Cítrico(Acidulante - HII), Corante Caramelo, Aroma Artificial de Banana.

13
8,00
CX
Saborita
R\$13,5000
R\$108,0000

Especificação: Caldo de carne em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne bovina, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.

22
10,00
PCT
APTI
R\$6,5800
R\$65,8000

Especificação: Caldo de galinha em pó. Ingredientes: sal, amido, açúcar, gordura vegetal, carne de galinha, cebola, realçadores de sabor. Embalagem de 01 kg.

23
10,00
PCT
APTI
R\$6,5800
R\$65,8000

Especificação: Canela em pó, embalagem com aproximadamente 100 gramas.

24
25,00
UN
CONVEL
R\$4,2000
R\$105,0000

Especificação: Canjica branca de 1ª qualidade, embalagem plástica atóxica de 500gr, contendo data de fabricação.

25
30,00
PCT
CONVEL
R\$2,3500
R\$70,5000

Especificação: Chá sabores diversos, embalados em pacotinhos individuais, caixa com aproximadamente 30 gramas, com 15 pacotinhos.

26
300,00
CX
PRENDA
R\$4,2800
R\$1.284,0000

Especificação: Coco ralado, branco, flocado, pacote com 100 gramas

28
156,00
PCT
flicoco
R\$2,6700
R\$416,5200

Especificação: Cominho em pó, pacote com 15gr.

29
30,00
PCT
EDIMAR
R\$1,9700
R\$59,1000

Especificação: Creme de leite, embalagem com aprox. 300 gramas

30
200,00
UN
TERRA VIVA
R\$1,5600
R\$312,0000

Especificação: Doce de leite, caixa com 50 unidades.

32
8,00
CX
Jazan
R\$15,5000
R\$124,0000

Especificação: Farinha de mandioca, torrada, fina, seca, branca, tipo 1, isenta de sujidades, livre de umidade e fragmentos estranhos, embalagem contendo 1 Kg, em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, data de fabricação, data de validade, quantidade do produto.

35
10,00
KG

Baschirrito
R\$2,6800
R\$26,8000

Especificação: Feijão preto tipo 1, embalagem de 1kg,

38
10,00
KG
Baschirrito
R\$3,3000
R\$33,0000

Especificação: Fermento biológico seco, com aproximadamente 100g

40
40,00
FRS
ROYAL
R\$2,8500
R\$114,0000

Especificação: Fondant de leite, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Xarope de Glicose de Milho, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Leite em Pó, Gordura Hidrogenada, Chocolate Hidrogenado Branco, Sal, Conservante Benzoato de Sódio.

42
8,00
POTE
Mindy
R\$16,5000
R\$132,0000

Especificação: Geleia de frutas (doce), pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar, Amido de Milho Modificado, Xarope de Glicose, Contém Corante Artificial Vermelho Ponceaux e Amarelo Tartrazina, Aroma Artificial de frutas vermelhas. Peso líquido 1000g

44
8,00
CX
Mindy
R\$15,0000
R\$120,0000

Especificação: Ketchup, frasco com aproximadamente 400 gramas

46
20,00
UN
Da Ajuda
R\$3,9700
R\$79,4000

Especificação: Lentilha, pacote 500 gr.

50
50,00
PCT
CONVEL
R\$4,8500
R\$242,5000

Especificação: Macarrão espaguete, 500g , com ovos, Sêmola de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, ovos pasteurizados,

corantes naturais urucum e cúrcuma.

51
30,00
PCT
BORTOLINI
R\$1,4800
R\$44,4000

Especificação: Maionese tradicional, embalagem com 500 gr

52
40,00
UN
SUAVIT
R\$3,1000
R\$124,0000

Especificação: Margarina vegetal, com sal 1ª qualidade, embalagem com aprox. 500 gr

54
130,00
UN
PRIME
R\$2,2000
R\$286,0000

Especificação: Maria mole, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Água, Açúcar Invertido, Coco Ralado, Aroma Art. De Leite Condensado e Acidulante Ácido Cítrico.

55
8,00
CX
PRINCESA
R\$16,5000
R\$132,0000

Especificação: Milho para pipoca, grupo duro, classe amarelo, tipo 1, embalados em plástico atóxico, transparente e incolor, termoselada, isenta de mofo ou bolores, odores estranhos e substâncias nocivas. A embalagem primária deverá declarar a marca, nome e endereço do fabricante, peso líquido, prazo de validade, lote, número do registro no órgão competente, embalagem 500 gramas.

56
30,00
PCT
CONVEL
R\$2,4000
R\$72,0000

Especificação: Milho verde em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.

57
100,00
LATA
CONE
R\$1,6500
R\$165,0000

Especificação: Mostarda, frasco com aproximadamente 200 gramas. Composição: vinagre, mostarda, água e condimento, benzoato de sódio.

59
10,00

FRS
TEO
R\$2,4800
R\$24,8000

Especificação: Orégano seco, embalagem de 100 gramas

61
4,00
PCT
CONVEL
R\$4,8000
R\$19,2000

Especificação: Paçoca rolha, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Amendoim, Xarope de Glicose de Milho com 2% de Umidade, Farinha de Trigo Tipo 1 Fortificada com Ferro e Ácido Fólico, Sal, Conservante Sorbato de Potássio.

62
8,00
CX
Pasoquita
R\$14,8000
R\$118,4000

Especificação: Palmito em conserva preparado com o gomo terminal comestível do caule da Euterpes edulis, sob a forma de roletes tenros, envasados imersos em solução aquosa apropriada, em recipientes herméticos submetidos ao adequado processo tecnológico, atendendo as condições gerais da NTA 31 do Código Sanitário Municipal de Alimentos, embalagem com 300 gr.

63
20,00
FRS
RIO CERRO
R\$16,8000
R\$336,0000

Especificação: Pé de moleque crocante, pote com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Amendoim, Açúcar Cristal, Fermento Químico Bicarbonato de Sódio, Acidulante Ácido Cítrico Anidro.

64
8,00
CX
Carijó
R\$13,3000
R\$106,4000

Especificação: Pêssego em calda, peso drenado com aproximadamente 450 gr

65
60,00
LATA
Grochemore
R\$7,5000
R\$450,0000

Especificação: Pipoca doce 10 gr, pacote com 50 unidades

66
8,00
PCT
BEIJA FLOR
R\$11,8000
R\$94,4000

Especificação: Pirulito sabores diversos, pacote de 1 kg

67
10,00
KG
Fregells
R\$13,8000
R\$138,0000

Especificação: Polvilho azedo, pacote com 500gr

68
100,00
PCT
CONVEL
R\$3,5000
R\$350,0000

Especificação: Sorvete seco, caixa com 50 unidade. Ingredientes do Doce: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Leite Condensado e Corante Vermelho Ponceaux. Ingredientes do Copo Biju: Farinha de Trigo, Fécula de Mandioca e Lecitina de Soja.

72
8,00
CX
PRODASA
R\$19,5000
R\$156,0000

Especificação: Suco de uva (tinto), embalagem de no mínimo 1000 ml

73
10,00
L
SINUÉLO
R\$5,4400
R\$54,4000

Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Frutti e Corante Vermelho Ponceaux.

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Suspiro, caixa com 50 unidades. Ingredientes ou Composição: Açúcar Cristal, Gelatina, Aroma Artificial de Tutti-Frutti e Corante Vermelho Ponceaux.

74
8,00
CX
PRODASA
R\$19,5000
R\$156,0000

Especificação: Teta de Nega, caixa com 50 unidades, doce feito de merengue ou marshmallow e cobertura fina de chocolate.

75
8,00

CX
BELL
R\$19,5000
R\$156,0000

Especificação: Filtro de papel para coar café - referência 103, embalagem com 40 unid.

120
60,00
CX
BRIGITTA
R\$1,9200
R\$115,2000

Especificação: GARRAFA TÉRMICA, COM ALÇA TIPO SERVE A JATO CAPACIDADEDE 01 LITRO.

122
100,00
UN
TERMOLAR
R\$31,5900
R\$3.159,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.395

128
700,00
PAR
LAGROTTA
R\$1,5000
R\$1.050,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho médio. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.394

129
700,00
PAR
LAGROTTA
R\$1,5000
R\$1.050,0000

Especificação: Luva para limpeza. Composição: borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho pequeno. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393

130
700,00
PAR
LAGROTTA
R\$1,5000
R\$1.050,0000

Especificação: Porta copo de água de 200 ml, para aprox. 150 copos, medindo aproximadamente 0,85mmx76cm

135
20,00
UN
AURIMAR
R\$19,5000

R\$390,0000

Especificação: Prendedor de plastico para roupas, pacote com 01 dúzia

137
250,00
PCT
ZAVASKI
R\$1,1800
R\$295,0000

Especificação: Toalha para louça em tecido de algodão, na cor branca, sem estampa, medindo aproximadamente 070X0,50cm, com bainha.

149
1500,00
UN
MARTIMPANO
R\$1,8800
R\$2.820,0000

Especificação: Vassoura com cerdas de polipropileno de aproximadamente 10cm de comprimento espessura média de 0,8mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufos justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, com 64 tufos aproximados (plumadas), a base em polipropileno com cabo de aproximadamente 1,20m, em chapa revestida em polipropileno, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.

150
400,00
UN
CONDOR
R\$7,2400
R\$2.896,0000

Valor Total
(vinte mil, seiscentos e quarenta e três reais e dois centavos)

R\$20.643,02

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº156/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

CNPJ: 02.625.813/0001-00

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo

Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Arroz parboilizado, longo, fino tipo I - registro do produto no Ministério da Agricultura ou Saúde. Embalagem padronizada com 5kg. Data de fabricação do produto de no máximo 30 dias da data de autorização de fornecimento expedida pela prefeitura. prazo de validade 12(doze) meses.

8
80,00
PCT

R\$9,0000
R\$720,0000

Especificação: Batata palha, tradicional, pacote com 400 gramas

14
25,00
PCT
TUTA
R\$7,1500
R\$178,7500

Especificação: Bebida gaseificada a base de cola, frasco com 2 litros.

15
30,00
FRS
COCA COLA
R\$5,2100
R\$156,3000

Especificação: Bebida gaseificada a base de guaraná, frasco com 2 litros

16
30,00
FRS
KUAT
R\$3,5100
R\$105,3000

Especificação: Bebida gaseificada a base de limão, garrafa com 2 litros.

17
30,00
FRS
SPRIT
R\$4,3600
R\$130,8000

Especificação: Ervilha em conserva, lata c/ aprox. 300 gr.

33
60,00
LATA
OLÉ
R\$1,3800
R\$82,8000

Especificação: Farinha de trigo: Devera ser fabricada a partir de grãos de trigo são e limpos, isentos de matéria terrosa. pacote com 5 kg.

37

100,00
PCT
FLOR DO OESTE
R\$7,8500
R\$785,0000

Especificação: Feijão vermelho tipo 1, embalagem de 1kg,

39
10,00
KG
BASCHIROTTO
R\$6,7000
R\$67,0000

Especificação: Iogurte líquido com polpa de frutas vermelhas , embalagem de 1 litro

45
400,00
L
VENEZA
R\$2,7000
R\$1.080,0000

Especificação: Leite condensado, embalagem com aprox. 395 gramas

47
300,00
UN
TERRA VIVA
R\$2,9000
R\$870,0000

Especificação: Leite em pó integral, instantâneo. Embalagem: lata com 400 gr

48
250,00
UN
ITAMBÉ
R\$9,7200
R\$2.430,0000

Especificação: Pão para cachorro quente, tipo hot dog, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Peso aproximado de 50gramas por unidade. Embalagem com 10 pães, plastica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no minimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

78
300,00
PCT
JM
R\$5,5000
R\$1.650,0000

Especificação: Abacaxi Pérola. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde,

permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

79
100,00
UN
IN NATURA
R\$4,4100
R\$441,0000

Especificação: Abóbora paulista. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

80
100,00
KG
IN NATURA
R\$1,9000
R\$190,0000

Especificação: Alho branco, gráudo, novo, de 1º qualidade, sem réstia , com prazo de validade semanal, acondicionando em embalagem resistente e transparente.

81
12,00
KG
SÃO FRANCISCO
R\$15,0100
R\$180,1200

Especificação: Banana Branca - cat.1, classe 16 (16 a 18cm) de conformidade com a Portaria M.A nº. 126 de 15/05/81. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

82
180,00
KG
IN NATURA
R\$2,9900
R\$538,2000

Especificação: Batata doce. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

83
10,00
KG
IN NATURA
R\$3,0800
R\$30,8000

Especificação: Batata inglesa, não lavada. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

84
70,00
KG

IN NATURA

R\$2,0000

R\$140,0000

Especificação: Beterraba. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

85

30,00

FRS

IN NATURA

R\$2,4900

R\$74,7000

Especificação: Cebola de cabeça: classe (4) quatro, tipo: especial, de conformidade com a Portaria M. A nº 529 de 18/03/97. coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.

87

80,00

KG

IN NATURA

R\$2,8000

R\$224,0000

Especificação: Cebolinha verde

88

150,00

PCT

IN NATURA

R\$1,6400

R\$246,0000

Especificação: Cenoura sem folhas, classe 14 (14 e 18 cm) ou cat 1. Tipo especial, conforme adesão voluntário CEAGESP composição das raízes de 14 a 18cm. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

89

50,00

KG

IN NATURA

R\$2,1100

R\$105,5000

Especificação: Couve manteiga folhas, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

90

50,00

PCT

IN NATURA

R\$1,6900

R\$84,5000

Especificação: Espinafre, maço. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de

insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

91

75,00

PCT

IN NATURA

R\$1,7400

R\$130,5000

Especificação: Gengibre, embalagem com 100 gramas. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

92

1,00

KG

IN NATURA

R\$14,0000

R\$14,0000

Especificação: Laranja bergamota: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 61 (61 a 75mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

93

200,00

KG

IN NATURA

R\$3,7700

R\$754,0000

Especificação: Laranja Pêra: grupo I - Classe: 04 A (de 60 a 85 mm) - Tipo: especial - Grupo C4, Classe 81 (81 a 85mm). Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

94

200,00

KG

IN NATURA

R\$1,9000

R\$380,0000

Especificação: Maçã nacional, gala, grupo rajada classe de 70 a 80mm, tipo ou categoria 2. Deve apresentar as características do cultivar bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, com coloração própria, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação. OBS: Isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas à saúde, permitida apenas as tolerâncias previstas em lei.

95

200,00

KG

IN NATURA

R\$3,7300

R\$746,0000

Especificação: Mamão formosa, Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem

manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

96
60,00
KG
IN NATURA
R\$4,6200
R\$277,2000

Especificação: Melância. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

97
70,00
KG
IN NATURA
R\$1,7800
R\$124,6000

Especificação: Repolho, cabeça. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

100
50,00
UN
IN NATURA
R\$2,8000
R\$140,0000

Especificação: Salsinha. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

101
150,00
PCT
IN NATURA
R\$1,5900
R\$238,5000

Especificação: Tomate. Todos os produtos devem apresentar características do cultivar bem definidas, íntegros sem manchas e parasitas, além de ser de primeira qualidade, isento de insetos vivos ou mortos e de substâncias nocivas a saúde, permitindo apenas a tolerâncias previstas em lei.

102
100,00
KG
IN NATURA
R\$5,6000
R\$560,0000

Especificação: Carne bovina inteira: patinho, congelado, sem osso, limpa, sem nervos, sem tendões, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a

Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

103
30,00
KG
CCS
R\$19,8000
R\$594,0000

Especificação: Carne bovina moída: fraldinha, congelado, limpa, sem nervos, sem aponervroses e sem gorduras com características organolépticas (cor, sabor, odor característicos). Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

104
130,00
KG
CCS
R\$19,8000
R\$2.574,0000

Especificação: Linguça calabresa defumada, congelada a -18°C, embalagem de 01 kg, embalada em saco plástico a vácuo." devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

105
50,00
KG
JCW
R\$8,8000
R\$440,0000

Especificação: Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho, de 55 a 60 gramas de peso por unidade, conforme Decreto Lei 3.748 de 12/07/93, artigo 687, Embalagem: com rótulo, descartável, aberta com 30 unidades. Deve apresentar a data de produção e validade.

106
260,00
DZ
AUREA
R\$4,1000
R\$1.066,0000

Especificação: Peito de frango, sem osso. Apresentar Certificado de Inspeção Estadual ou Federal. Embalagem: embalada à vácuo, em pacotes de 01 (um) Kg, devidamente identificadas com etiquetas internas de acordo com a Legislação vigente e especificação de prazo de validade. Prazo de validade: de no mínimo 3 meses a partir da entrega.

107
180,00
KG
SUBLIME
R\$9,0000
R\$1.620,0000

Especificação: Presunto cozido fatiado, sem gordura, embalagem com 150 gr.

108
75,00
KG
JCW
R\$20,5000
R\$1.537,5000

Especificação: Queijo tipo mussarela, fatiado, embalagem com 150 gr

110
90,00
KG
LA SORELLA
R\$22,0000
R\$1.980,0000

Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Salsicha hot dog congelada, carne bovina de uma ou mais espécies de animais, adicionado de ingredientes e condimentos (exceto de pimenta e derivados) embutido em envoltório natural ou artificial ou por processo de extrusão e submetido a um processo térmico adequado. Permitido até 2% de amido e até 2% de sódio.

111
152,00
KG
NAT
R\$5,5000
R\$836,0000

Valor Total
(vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e sete centavos)

R\$24.523,07

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº157/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Esponja de louça dupla face (fibra e espuma), formato retangular, medindo 110x75x23mm, abrasividade média. Composição: espuma de poliuretano com bactericida, fibra sintética com abrasivo. Embalagem com 01 (uma) unidade.

119
3500,00
UN
ESFREBON
R\$0,4300
R\$1.505,0000

Especificação: Rodo de borracha EVA dupla, para limpeza, base com 0,40cm, com serrinha para melhor aderência do pano, em plástico resistente, com cabo de metal revestido em plástico.

138
200,00
UN
HARACEM
R\$3,6100
R\$722,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 50 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 63, altura 80, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

148
2000,00
PCT
VENUS
R\$1,6800
R\$3.360,0000

Valor Total
(cinco mil e quinhentos e oitenta e sete reais)

R\$5.587,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº158/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: LICITAL COMERCIAL LTDA

CNPJ: 11.447.252/0001-80

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Açúcar refinado - Amorfo, de primeira qualidade, isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasito e detritos animais ou vegetais, tendo aspecto próprio do tipo do açúcar, cor: própria, cheiro próprio e sabor doce. Deverão ser efetuadas determinações de microrganismos e substâncias tóxicas de origem microbiana, sempre que se fizerem necessárias à obtenção de dados adicionais sobre o estado higiênico sanitário, dessa classe de alimentos ou quando ocorre toxinfecções alimentares. Deverá ser isento de sujidades, parasito e larvas. No rótulo deve trazer a denominação "açúcar refinado". Embalagem: plástica com 05 Kg. Prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses.

3
3640,00
KG
CARAVELAS
R\$1,6900
R\$6.151,6000

Especificação: GUARDANAPO DE PAPEL, COR BRANCA, MACIO, 30 X 33 CM PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES

123
6000,00
PCT
SOL
R\$0,7200
R\$4.320,0000

Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com tampa acionamento a pedal, com capacidade de 11 até 12 litros, cor branca.

126
50,00
UN
ARQPLAST
R\$9,7500
R\$487,5000

Valor Total
(dez mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dez centavos)

R\$10.959,10

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº159/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: GIZELE REGINA DA SILVA ME

CNPJ: 13.839.796/0001-12

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Biscoito doce tipo maria, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 500 gramas.

18
800,00
PCT
DIANA
R\$2,1500
R\$1.720,0000

Especificação: Biscoito salgado, 1ª qualidade, embalado em embalagem plástica descartável com aproximadamente 400 gramas.

19
600,00
PCT
DIANA
R\$2,1500
R\$1.290,0000

Especificação: Leite longa vida integral, embalagem tetrapack de 1 litro

49
1900,00
L
LANGUIRU
R\$1,8800
R\$3.572,0000

Especificação: Pão de sanduíche de pão branco, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasito e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção. Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

76
540,00
PCT
MENTÚS
R\$4,5000
R\$2.430,0000

Especificação: Pão de sanduiche de pão integral, pacote com no mínimo 16 fatias, massa preparada com farinha de trigo, fermento biológico, água, sal, podendo conter outras substâncias alimentícias, desde que declaradas. Deverá ser preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isenta de matéria terrosa e parasitos e em perfeito estado de conservação. Será rejeitado o pão queimado ou mal cozido e não será permitida a adição de farelos e de corantes de qualquer natureza em sua confecção.

Embalagem de 500 gramas, plástica lacrada com etiqueta constando identificação do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo 02 (dois) dias e tabela com informação nutricional.

77
240,00
PCT
MENTÚS
R\$4,5000
R\$1.080,0000

Especificação: Papel toalha, folha intercalada, 2 dobras, grofado, de qualidade, 100% celulose virgem, cor branca (100% branca), sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, com alto poder de absorção, macio, tamanho 21 x 23cm, gramatura de 28 à 30, pacote com 1000 folhas.

134
5000,00
PCT
MS
R\$8,9500
R\$44.750,0000

Valor Total
(cinquenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e dois reais)

R\$54.842,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº160/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 14.990.312/0001-02

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Adoçante dietético tipo sacarina, em frasco com 100 ml

4
21,00
FRS
LOWÇUCAR
R\$1,6600
R\$34,8600

Especificação: Aveia em flocos finos, pacote com 500 gramas

9

50,00
PCT
APTI
R\$2,0100
R\$100,5000

Especificação: Extrato de tomate simples concentrado, com no mínimo 20%, substância seca e Brix entre 15% a 20%, em latas sem ferrugem e/ou amassadas de aproximadamente 340 gramas, sem aditivos ou conservantes, deve constar na embalagem a data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 24 meses.

34
200,00
UN
OLÉ
R\$1,8000
R\$360,0000

Especificação: Sardinha em lata pescado em óleo, conserva, lata com aproximadamente 125 gramas

71
100,00
UN
88
R\$1,9700
R\$197,0000

Especificação: FÓSFORO CAIXA COM 40 PALITOS, PACOTE COM 10 CAIXAS

121
600,00
PCT

R\$1,2900
R\$774,0000

Especificação: Lixeira material polietileno resistente, com capacidade de 50 litros, com tampa, acionamento a pedal, cor branca.

125
60,00
UN
Tritec/1047
R\$56,5000
R\$3.390,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade para 100 litros, com no mínimo 10 (dez) micras, largura 75, altura 105, de polipropileno, embalados com pacotes com 05 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

146
3000,00
PCT
Geraplast/SC100
R\$1,6700
R\$5.010,0000

Valor Total
(nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e seis centavos)

R\$9.866,36

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº161/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP

CNPJ: 01.648.513/0001-76

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Alcool líquido 70%, frasco com 1000ml

113
3000,00
FRS
SAUBA
R\$3,4000
R\$10.200,0000

Especificação: Álcool líquido 96%, frasco com 1000ml

114
3000,00
FRS
SAUBA
R\$3,6900
R\$11.070,0000

Especificação: Limpa vidro líquido, com bico borrifador, 1ª linha, frasco com 500 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.

124
1500,00
UN
SAUBA
R\$1,3800
R\$2.070,0000

Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 1000 ml.

141
2000,00
FRS
SAUBA
R\$2,9400
R\$5.880,0000

Especificação: Sabonete líquido, fragrância erva doce, frs com 5000 ml.

142
400,00

FRS
SAUBA
R\$8,9900
R\$3.596,0000

Valor Total
(trinta e dois mil e oitocentos e dezesseis reais)

R\$32.816,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº162/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CELIA REGINA W. SANI ME. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS i e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.

DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: CELIA REGINA W. SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Balde plástico c/ alça ferro galvanizado, material resistente, c/ capacidade para 15 à 20 litros.

115
150,00
UN
ARQUIPLAST
R\$2,7000
R\$405,0000

Especificação: Saco de papel para pipoca. Produto não perecível à base de papel sulfite, composto basicamente por pasta celulósica de fibras vegetais não poluentes. Tamanho: 17X25 cm. Embalagem com 500 unidades.

144
15,00
CX
INCORPEL
R\$7,8000
R\$117,0000

Especificação: Saco plástico para cachorro quente, pacote com 500 unidades.

145
10,00
PCT
INCORPEL
R\$8,1000
R\$81,0000

Especificação: Saco plástico para lixo, cor preto, com capacidade

para 30 litros, com no mínimo 8 (oito) micras, largura 59, altura 62, de polipropileno, embalados com pacotes com 10 unidades. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056.

147
2000,00
PCT
Bruklin
R\$1,5000
R\$3.000,0000

Valor Total
(três mil e seiscentos e três reais)

R\$3.603,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº163/2014 - Pregão Presencial 44/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento de refeições aos usuários dos CAPS II, CAPS AD e CAPS I e materiais de higiene, limpeza, copa e cozinha de consumo para as Unidades da Rede Municipal de Saúde e demais setores.
DATA: 17/12/2014 à 16/12/2015.

Nome da Empresa: JJ MATTOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CAFÉ LTDA EPP

CNPJ: 00.214.257/0001-46

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Café em pó torrado e moído, de 1ª qualidade, tipo extra forte, embalagem aluminizada a vácuo, com selo de pureza ABIC, top de linha. Embalagem de 500G, validade de 01 ano.

21
5436,00
PCT
JURERE EXTRA FORTE
R\$5,4500
R\$29.626,2000

Valor Total
(vinte e nove mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos)

R\$29.626,20

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº42/2015 - Pregão Presencial 48/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal as Unidades de Saúde, Centri e SAMU.
DATA: 19/03/2015 à 18/03/2016.

Nome da Empresa: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA

CNPJ: 00.331.788/0060-79

Item
Quantidade
Unidade
Marca e Modelo
Preço Unitário
Preço Total

Especificação: Oxigênio Medicinal: Gás uso medicinal, em cilindro com capacidade de 1m3, incolor, inodoro, grau de pureza não menos de 99,5%, ponto de ebulição - 182,9oC, densidade relativa 1,326 Kg/m espécie oxigênio gasoso; a 20oC e numa pressão de 101 kPa, 1 volume dissolve em 32 volumes de água, conforme especificações da ANVISA. Fornecer os cilindros em comodato.

1
350,00
M3

R\$40,0000
R\$14.000,0000

Especificação: Oxigênio Medicinal: Gás uso medicinal, em cilindro com capacidade de 2m3 até 10m3, incolor, inodoro, grau de pureza não menos de 99,5%, ponto de ebulição - 182,9oC, densidade relativa 1,326 Kg/m espécie oxigênio gasoso; a 20oC e numa pressão de 101 kPa, 1 volume dissolve em 32 volumes de água, conforme especificações da ANVISA. Fornecer os cilindros em comodato

2
1800,00
M3

R\$18,0000
R\$32.400,0000

Valor Total
(quarenta e seis mil e quatrocentos reais)

R\$46.400,00

Palmitos

PREFEITURA

CONTRATO 43/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório: nº 114/2014. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 16/2015. Contrato: nº 43/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO LOBULAR, DISTRIBUIDOR DE ADUBO E CALCÁRIO E COLHEDORA DE FORRAGENS COM COMANDO MANUAL E POLIA. Valor Total R\$: 14.499,00. Contratada: Fatima Representações Comerciais LTDA. Vigência: 30/06/2015.

Palmitos 23/03/2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito.

CONTRATO 44/2014

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Processo Licitatório: nº 29/2015. Modalidade: Tomada de Preço nº 03/2015. Contrato: nº 44/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO E CALÇAMENTO NA LINHA SÃO PAULO, COM UMA ÁREA TOTAL DE 3.677,05M² E EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO EM PEDRA, SINALIZAÇÃO E CALÇAMENTO NA LINHA PASSARINHOS, COM UMA ÁREA TOTAL DE 4.033,80M², NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Valor Total R\$: R\$ 287.852,64. Contratada: Caibi Empreendimentos LTDA. Vigência: 12 meses.

Palmitos 24/03/2015.
Norberto Paulo Gonzatti
Prefeito.

Papanduva

PREFEITURA

LEI N. 2041, DE 23.03.2015 - CONCEDE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO SERVIDORES LEGISLATIVO

Lei nº 2041, de 23 de março de 2015.

Concede Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Papanduva e dá outras providências.

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica concedido Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Papanduva, de acordo com os princípios, normas, critérios e condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º. O Auxílio Alimentação de que trata esta lei será pago mensalmente, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2015, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

Parágrafo único. O valor estipulado neste artigo será reajustado anualmente pelo mesmo índice oficial aplicado na revisão geral anual aos vencimentos dos servidores.

Art. 3º. Não terão direito ao recebimento do Auxílio Alimentação, os Servidores Públicos Municipais, que:

- I - tiverem mais de 05 (cinco) faltas injustificadas ao trabalho, durante o mês ou competência a que se refere o pagamento do Auxílio Alimentação;
- II - se encontrarem no gozo de licença para concorrer ou exercer a mandato eletivo;
- III - se encontrarem no gozo de licença para prestar serviço militar;
- IV - se estiverem em situação de inatividade;
- V - estiverem respondendo processo disciplinar;
- VI - apresentarem durante o mês ou período de competência, mais de 05 (cinco) registros de entradas tardias, ou saídas antecipadas ao trabalho, sem a devida justificação;
- VII - durante o mês ou período de competência, tiverem recebido penalidades de advertência verbal, por escrito ou de suspensão.

Art. 4º. O Auxílio Alimentação concedido por esta lei tem caráter indenizatório não sendo incorporado a qualquer título aos vencimentos ou remuneração dos servidores beneficiados, como também não servirá como base para previdência e imposto de renda.

Art. 5º. Fica vedada a concessão ou continuidade do pagamento de qualquer outro benefício de natureza idêntica, exceto as despesas com alimentação dos servidores que estiverem executando serviços fora da sede do Município.

Art. 6º. As despesas resultantes da execução financeira da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal, previstas e consignadas no orçamento do exercício financeiro de 2015 e exercícios financeiros subsequentes ou pela abertura de créditos especiais e adicionais suplementares, devidamente autorizados por Lei.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de março de 2015.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei n. 1972, de 22/03/2013.

Município de Papanduva/SC, em 23 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI N. 2042, DE 23.03.2015 - CONCEDE ABONO FINANCEIRO AOS CONSELHEIROS TUTELARES

Lei nº 2042, de 23 de março de 2015.

Concede abono financeiro aos Conselheiros Tutelares e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica concedido abono financeiro aos Conselheiros Tutelares, ocupantes de cargos eletivos, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) mensais.

§ 1º. O abono financeiro de que trata esta lei será pago mensalmente, juntamente com os jetons, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2015.

§ 2º. O valor estipulado neste artigo será reajustado anualmente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

§ 3º. O abono financeiro concedido por esta lei, não será incorporado a qualquer título aos jetons dos Conselheiros Tutelares, como também não servirá como base para previdência e imposto de renda.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão cobertas com recursos do orçamento municipal, em cada exercício ocorrentes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1968, de 7 de março de 2013.

Município de Papanduva/SC, em 23 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI N. 2043, DE 23.03.2015 - CONCEDE AUX. ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES DO EXECUTIVO

Lei nº 2043, de 23 de março de 2015.

Concede Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Empregados Públicos e Estagiários do Município de Papanduva e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica concedido Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos Municipais Ativos, Empregados Públicos e Estagiários do Município de Papanduva, de acordo com os princípios, normas, critérios e condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2º. O Auxílio Alimentação de que trata esta lei será pago mensalmente, em pecúnia, juntamente com os vencimentos dos servidores beneficiados com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2015, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

§ 1º. Na hipótese do Servidor Público possuir 02(dois) vínculos empregatícios no município (duas matrículas), terá direito em receber o Auxílio Alimentação de que trata esta lei, em apenas uma das matrículas.

§ 2º. O valor estipulado neste artigo será reajustado anualmente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 3º. Não terão direito ao recebimento do Auxílio Alimentação, os Servidores Públicos Municipais, que:

I - tiverem mais de 05 (cinco) faltas injustificadas ao trabalho, durante o mês ou competência a que se refere o pagamento do Auxílio Alimentação;

II - se encontrarem no gozo de licença para concorrer ou exercer a mandato eletivo;

III - se encontrarem no gozo de licença para prestar serviço militar;

IV - se estiverem em situação de inatividade;

V - estiverem respondendo processo disciplinar;

VI - apresentarem durante o mês ou período de competência, mais de 05 (cinco) registros de entradas tardias, ou saídas antecipadas ao trabalho, sem a devida justificação;

VII - durante o mês ou período de competência, tiverem recebido penalidades de advertência verbal, por escrito ou de suspensão.

Art. 4º. O Auxílio Alimentação concedido por esta lei não será incorporado a qualquer título aos vencimentos ou remuneração dos servidores beneficiados, como também não servirá como base para previdência e imposto de renda.

Art. 5º. Fica vedada a concessão ou continuidade do pagamento de qualquer outro benefício de natureza idêntica, exceto as despesas com alimentação dos servidores que estiverem executando serviços fora da sede do Município.

Art. 6º. As despesas resultantes da execução financeira da presente lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias

previstas e consignadas no orçamento do exercício financeiro de 2015 e exercícios financeiros subsequentes ou pela abertura de créditos especiais e adicionais suplementares, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de março de 2015.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1967, de 07.03.2013.

Município de Papanduva/SC, em 23 de março de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 024/2015

DECRETO Nº. 024, DE 24 DE MARÇO DE 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2015 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ACORDO COM O EDITAL 002/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com as Leis nº 513 de 25 de agosto de 2005 e 736/2011.

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado, para que produza efeitos legais e jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, convocado através do Edital nº 002/2015, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Cultural, cuja relação de classificação é a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO ACT - SELEÇÃO Nº 002/2015
PROFESSOR DE INFORMÁTICA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Marcelo Morette	19

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Catiúcia Soares Dalferth	12

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

Ordem	Nome	Nº Inscrição
1º	Carla Franco Faraco	13
2º	Roselaine Alves da Silva	10
3º	Elenice de Oliveira Cardoso de Freitas	04
4º	Lilian Aurora Fernandes Joaquim	09
5º	Lijeti Roldão Tomasi	21
6º	Cassiani Trajano da Silva	08
7º	Rosana da Silva Rodrigues Monteiro	14
8º	Adriana Evaldt Caetano	22
9º	Amanda Silveira	03
10º	Rafaela Oliveira Furtado de Souza	05
11º	Eliane Pinho Roxo	02
12º	Indiamar Aparecida Rittes da Silveira	15
13º	Marizete Teixeira Machado	07
14º	Carolina Cardoso de Freitas	11
15º	Estéfani da Rosa Silveira	18
16º	Juliana Matos de Souza	01
17º	Clarice Trisch Wih	06

18º	Marina Barros de Brum	17
19º	Eliane Cardoso Pedroso	16
20º	Karen R. Miranda da Silva	20

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 24 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

LEI Nº 982/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 982 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2015 no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade 1.029 Aquis. Área, Constr. Ampli e Ref. Unidades
4.4.90.00.00.00.00.00 0696(7)Aplicações diretasR\$ 100.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade 1.028 Aquis. Equip. Veículos Infra-Estrutura da Saúde
4.4.90.00.00.00.00.0000696(04)Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Proj./Atividade 2.031 Manutenção das Ações de Saúde Pública
3.3.90.00.00.00.00.0000696(17)Aplicações diretas R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal Nº 900/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 - Lei Municipal Nº 954/2014 de 12 de setembro de 2014, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2015 - Lei Nº 964/2014 de 12 de novembro de 2014, que se fizerem necessários em função da transposição de

dotações da presente Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 18 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 085/2015

PORTARIA Nº 085, DE 18 DE MARÇO DE 2015

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA 084 DE 16 DE MARÇO DE 2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da portaria 084 de 16 de março de 2015, referente a mudança de Nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 18 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 18 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 086/2015

PORTARIA Nº 086, DE 25 DE MARÇO DE 2015

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº. 023 DE 05 DE MARÇO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Alessandra Rodrigues Luiz que trata o artigo 1º da Portaria nº 023 de 05 de março de 2014 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 25 de março de 2015.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25 de março de 2015.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal em Exercício de Administração e Finanças.

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO Nº 347, DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 347, de 16 de março de 2015

"ALTERA OS PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS INERENTES, EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o atraso na impressão dos carnês em razão de problemas gráficos e de software;

Considerando que os carnês seriam disponibilizados aos munícipes muito próximo do prazo definido para o primeiro pagamento;

Considerando, assim, a necessidade de prorrogar os prazos para pagamento a fim de proporcionar aos munícipes maior tempo para a retirada dos carnês e planejamento financeiro;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os prazos dispostos no Art. 2º do Decreto nº 333, de 8 de janeiro de 2015, para pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano e taxas inerentes, referente ao exercício de 2015.

Art. 2º. O Pagamento dos tributos poderá ser efetuado em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) até 10/05/2015, com desconto de 10% (dez por cento) até 10/06/2015, e com desconto de 5% (cinco por cento) até 10/07/2015, ou em cinco parcelas iguais e sucessivas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/05/2015, 10/06/2015, 10/07/2015, 10/08/2015, e 10/09/2015.

Art. 3º. O presente Decreto terá vigência a partir da data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Art. 2º do Decreto nº 333, de 8 de janeiro de 2015.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia - SC, 16 de março de 2015.

IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Certifico que o decreto foi publicado.

DOUGLAS AIGNER
Secretário Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 07/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2015

O Município de Paulo Lopes torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no suprimento de materiais e equipamentos odontológicos para abastecer os consultórios da Rede Municipal de Saúde. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 09h00min do dia 08/04/2015. A sessão pública será realizada a partir das 09h10min do dia 07/04/2015, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.paulolopes.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 26 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

AVISO RETOMADA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015

AVISO RETOMADA SESSÃO PÚBLICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que será retomada a sessão pública do PREGÃO PRESENCIAL nº06/2015, que tem por objeto a aquisição de uniformes escolares para atender a Rede Municipal de Ensino. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 31/03/2015, no endereço Rua José Pereira da Silva, , Centro, Paulo Lopes/SC.

Paulo Lopes, 25 de março de 2015.

Almery Alcides Vieira

Pregoeiro

PORTARIA Nº 123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 123/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 05/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ana Carolina Barreto da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 069.357.019-96, Ensino Superior Completo, matrícula nº11122, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/03/2015 até 17/06/2015, ou até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 124/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade da disposição na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONSTITUIR:

A Comissão Chamada Publica 001/2015 integrado pelos seguintes servidores de carreira deste município, Osnilda Rodrigues Vieira, matrícula Nº686, Elize Terezinha Jorge, matrícula nº315, Marilete Santos de Souza Borges, matrícula nº13, Ficando sob a responsabilidade do primeiro, executar e julgar, com os demais, a Chamada Pública nº 002/2014, para os Cargos de Professores Letras - Inglês e Médico do ESF e Professor para (SCFVC) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, respeitando as disposições legais em vigor, para isto tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 125/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 125/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Juliana Rita de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 074.854.989-75, matrícula nº 10260 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, de 03/03/2015 á 30/04/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 126/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 06/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Mariane Luize Caetano, brasileira, portadora do CPF nº 008.951.439-41, matrícula nº 11123, ensino médio completo classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 220 hs mensais a disposição da Secretaria Municipal de Assistente Social Educação, a partir de 19/02/2015 ate volta da funcionaria Adriana Pereira, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 127/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 127/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Haylor Fraga Cargnin, brasileiro, portador do CPF nº 690.482.589-87, matrícula nº 11019 ocupante do Cargo de Secretario de Transportes e Serviços Urbanos, de 19/03/2015 á 17/04/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 128/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 128/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Luciana Vieira, brasileira, portadora do CPF nº690.376.719-34, matrícula nº 1025 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 25/03/2015, conforme beneficio nº 6098482369 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 129/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº129/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei complementar nº 1269 de 25 de março de 2008, artigo 3º resolve.

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável: Mariane Furtado Nascimento, brasileira, portadora do CPF nº 038.975.969-46, matrícula nº 10741, ocupante do Cargo de Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 130/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº130/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei complementar nº 1269 de 25 de março de 2008, artigo 3º resolve.

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável: Rosilei Aparecida Figueredo, brasileira, portadora do CPF nº 916.116.799-15, matrícula nº 10736, ocupante do Cargo de Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 19 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 131/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 131/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Zélia Maria de Souza Santos, brasileira, portadora do CPF nº552.324.009-59, matrícula nº 685 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 30/03/2015, conforme beneficio nº 6099563443 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 132/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA de Secretaria de Unidade Escolar, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Silvani de Oliveira Martins, brasileira, portadora do CPF nº 881.491.020.00, matrícula nº 10883, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 112/2013, a parti do dia 19/02/2015 conforme comunicado interno, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 20 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****PP10/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº17/2015 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MACADAME E BRITA PARA SEREM UTILIZADOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 08/04/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 09/04/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 25 de Março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e

PP11/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº18/2015 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRANULAR PARA BASE E ANTE BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ UTILIZADO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 08/04/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 09/04/2015 às 11h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 25 de Março de 2015.

Mário Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e

Peritiba**PREFEITURA****REAVISO DE LICITAÇÃO 13/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 09/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
REAVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 13/2015 - Pregão Presencial 09/2015.

Objeto: Aquisição de Kit professor digital para escolas da rede municipal de ensino do município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 27/03/2015 09/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até as 08h15min do dia 27/03/2015 09/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo COM AS ALTERAÇÕES, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 25 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 051/2015

OBJETO: Aquisição de um freezer para a secretaria municipal de educação.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 023/2015.

EMPRESA CONTRATADA: LPJ COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o freezer no valor de R\$ 1.989,00 (um mil novecentos e oitenta e nove reais).

DATA DO CONTRATO: 24 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052/2015

OBJETO: Aquisição de armários e prateleiras para o setor de contabilidade.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 024/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JULIO E LINDOMAR MÓVEIS LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os móveis no valor de R\$ 6.920,00 (seis mil novecentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 24 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 058/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 058/2015

OBJETO: Confecção de Panfletos

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 026/2015.

EMPRESA CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material, no valor de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais).

DATA DO CONTRATO: 27 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2015

OBJETO: CONserto no veículo placa IDM 0563

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 07/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS M.A.P. LTDA - POPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 5.924,35 (cinco mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 060/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 060/2015

OBJETO: CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 028/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS M.A.P. LTDA - POPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 5.988,25 (cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 061/2015

OBJETO: CONserto NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 29/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MECÂNICA AUTO PEÇAS M.A.P. LTDA - POPP

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 4.998,65 (quatro mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 062/2015

OBJETO: CONserto VEICULO PLACA MCY 26801

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 30/2015.

EMPRESA CONTRATADA: RETIFICA E AUTO PEÇAS DOCA LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 6.092,05 (seis mil e noventa e dois reais e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 063/2015

OBJETO: Aquisição de material para Educação Física no Centro Educacional

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 026/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JVC COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS LTDA-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais para a secretaria educação, no valor de R\$ 4.192,00 (quatro mil cento e noventa e dois reais).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 032/2015.

EMPRESA CONTRATADA: POSTO VÊNETO LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o óleo no valor total de R\$ 679,88 (seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 065/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 032/2015.

EMPRESA CONTRATADA: AUTO POSTO DOIS TREVOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o óleo no valor total de R\$ 371,82 (trezentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 081/2015.

OBJETO: Conserto nos Veículos das Secretarias de Transportes e Obras, Educação e Cultura, Administração e Agricultura.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 035/2015

EMPRESA CONTRATADA: CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material e serviços de conserto, no valor de R\$ 7.830,86 (sete mil oitocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos).

DATA DO CONTRATO: 04 de março de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 082/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 082/2015

OBJETO: Reforma de iluminação na quadra e cancha de bocha do ginásio de esportes

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 036/2015.

EMPRESA CONTRATADA: ELÉTRICA DEBUS

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor total de R\$ 3.677,24 (três mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos)

DATA DO CONTRATO: 05 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 083/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 083/2015

OBJETO: CONserto NO VEÍCULO PATROLA

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 037/2015.

EMPRESA CONTRATADA: BMC HYUNDAI S.A

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto no valor de R\$ 1.106,45 (um mil cento e seis reais e quarenta e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 084/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 084/2015

OBJETO: CONserto DE ROLO COMPACTADOR

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 038/2015.

EMPRESA CONTRATADA: Miranda e Miranda Com. De Peças E Serv. De Máq. Pes. Ltda

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor total de R\$ 6.163,08 (seis mil cento e sessenta e três reais e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 10 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085/2015

OBJETO: CONserto DE RETRO ESCAVADEIRA RANDON.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 039/2015.

EMPRESA CONTRATADA: Miranda e Miranda Com. de Peças e Serv. De Máq. Pes. Ltda

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor total de R\$ 6.615,16 (seis mil seiscentos e quinze reais e dezesseis centavos).

DATA DO CONTRATO: 05 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 089/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 089/2015

OBJETO: Conserto de Rolo Compactador.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 040/2015.

EMPRESA CONTRATADA: Miranda e Miranda Com. de Peças e Serv. De Máq. Pes. Ltda

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais no valor total de R\$ 4.542,05 (Quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 11 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 090/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 090/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 041/2015.EMPRESA CONTRATADA: VIZU DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais para a secretaria educação, no valor total de R\$ 7.792,00 (sete mil setecentos e noventa e dois reais).

DATA DO CONTRATO: 12 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 097/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 097/2015

OBJETO: Conserto nos veículos Placas IFE 7886 da Secretaria de Educação e IDM 0563 da Secretaria de Transportes e Obras.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 044/2015.EMPRESA CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA LB LTDA - ME
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer a Serviços conserto no valor total de R\$ 974,00 (novecentos e setenta e quatro reais), sendo R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 098/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 098/2015

OBJETO: Elaboração do Plano Municipal de Educação.
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 045/2015.EMPRESA CONTRATADA: BISCARO CONSULTORIA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço para a secretaria educação, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DATA DO CONTRATO: 17 de fevereiro de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 099/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 099/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO
DISPENSA DE LICITAÇÃO: 046/2015.EMPRESA CONTRATADA: VALE VISARE EDITORA GRÁFICA E PROPAGANDA LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os materiais, no valor total de R\$ 7.717 (sete mil setecentos e dezesseis reais).

DATA DO CONTRATO: 18 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecei

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º: 94/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º: 94/2015.

OBJETO: Fornecimento De Equipamento Agrícola
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 010/2015

EMPRESA CONTRATADA: DELMAR KISSMANN ME

VALOR DO CONTRATO A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$15.010,00 (quinze mil e dez reais).

DATA DO CONTRATO: 13 de março de 2015

PREFEITO: Euzebio Viecei

PORTARIA Nº 125, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. 125 DE 23 DE MARÇO DE 2015.

INSTITUI COMISSÃO DE TESTE SELETIVO REFERENTE EDITAL N. 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 4.1 do Edital Processo Seletivo nº 002/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir comissão de direção do teste seletivo para contratação em caráter temporário para as funções de Operário Braçal, Operador de Motoniveladora, Operador de Carregadeira, Professor de Educação Física, Professor de Educação Física, Atendente de Creche I, Servente, Agente Comunitário de Saúde e Profissional de Apoio I, nomeando os seguintes membros para compô-la:

I - Solange Manica - Professor;

II - Hadriel Dalmolin - Fiscal de Rendas, Tributos e Obras;

III - Rosana Bogoni - Professora.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 23 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 124, DE 23 DE MARÇO DE 2015**Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC****CNPJ: 82.827.148/0001-69**
-----**PORTARIA Nº 124, DE 23 DE MARÇO DE 2015.****HOMOLOGA RESULTADO CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2015.**

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o item 11.5, e

Considerando o disposto no Edital de Classificação Final referente Concurso Público, Edital nº 001/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público, Edital nº 001/2015, na forma do Edital nominativo e classificatório constante do anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 23 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL
CONCURSO PÚBLICO, EDITAL 001/20015





Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC

CNPJ: 82.827.148/0001-69

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA
CLASSIFICAÇÃO FINAL**

CONCURSO PÚBLICO 01/2015

Em cumprimento às determinações do Senhor **EUZÉBIO CALISTO VIECELI**, Prefeito do **MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a classificação final dos candidatos para o **CONCURSO PÚBLICO 001/2015**, a COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO.

TORNA PÚBLICO

1. A relação dos candidatos com sua respectiva CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme tabelas abaixo.

AGENTE DE RECURSOS HUMANOS

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.007-00	ELOIZA FELCHILCHER	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,50	1,50	1,00	16,00	23,0	1º
000.300.009-10	MICHEL CALIARI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,50	2,50	1,00	16,00	23,0	2º
000.300.009-47	ROBERTA RIEPE WASSERBERG	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	3,00	1,00	15,00	23,0	3º
000.300.009-15	IDIANE CAETANO GONÇALVES	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	3,00	1,00	15,00	23,0	4º
000.300.009-45	PATRICIA FRIZZO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,50	2,00	1,00	15,00	22,5	5º
000.300.006-94	SIMONE PATRICIA BOGONI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	3,50	0,50	14,00	22,0	6º
000.300.009-30	PATRICIA PAGANINI TRAGANCIN	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,50	3,50	0,50	14,00	21,5	7º
000.300.006-99	BRUNA BERTONCELLO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	3,00	1,50	13,00	21,5	8º
000.300.006-69	GABRIELLE CENDRON STIRMA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,00	2,00	1,50	14,00	20,5	9º
000.300.007-95	JANETE SANTINA LONGO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	3,50	1,00	12,00	20,5	10º
000.300.008-49	CLAUDIA GIZELI ALVES FRANÇA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,00	2,00	1,00	14,00	20,0	11º
000.300.009-53	JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,00	2,00	1,00	14,00	20,0	12º
000.300.008-44	JOSIANE MANICA BRUCH	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,00	3,00	1,00	13,00	20,0	13º
000.300.009-70	GIOVANI GREGOLON	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	4,00	2,50	1,00	12,00	19,5	14º
000.300.006-65	MARCELE DAL MOLIN GASPERINI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	2,50	2,50	1,00	13,00	19,0	15º
000.300.009-40	JISLEI NEIVA TONETTA BORGIA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,00	1,50	1,00	13,00	18,5	16º
000.300.008-14	DIEGO FRANCISCO CARVALHO DA COSTA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,50	2,50	0,50	12,00	18,5	17º
000.300.009-05	CAROLINA KRELING PRESSANTO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	APROVADO	3,50	2,50	0,50	12,00	18,5	18º
000.300.006-55	HELIN PERAZZOLI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	5,00	3,00	1,00	11,00	20,0	
000.300.009-22	ARIENI ROEHRIG BERTE	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	4,00	3,00	1,00	11,00	19,0	
000.300.008-24	ANDREA ROSE BROCARDI PICCOLI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	2,50	1,50	11,00	18,0	
000.300.007-44	ADINEIA FERREIRA OLIVEIRA MELO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,50	2,00	1,00	11,00	17,5	
000.300.006-95	CARINA FALCHETTI PERETTI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,50	2,00	1,00	11,00	17,5	
000.300.006-67	SUELEN RABUSKE	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,50	1,50	1,50	11,00	17,5	



Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC

CNPJ: 82.827.148/0001-69

000.300.007-38	CAMILE CRISTINA CIVIERO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	4,00	2,50	1,00	10,00	17,5	
000.300.009-28	SILVANA BIDINI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	1,50	1,00	11,00	16,5	
000.300.009-59	HELENA COELHO DO ROSARIO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	2,50	0,50	10,00	16,0	
000.300.008-99	MARA ESTELA DE BORBA PIOVESAN	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	2,00	1,00	10,00	16,0	
000.300.007-42	JESSICA BADO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,50	2,00	1,50	9,00	16,0	
000.300.009-60	JOCELI SANTANA DE MORAES PAVE	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	1,50	1,00	10,00	15,5	
000.300.006-96	LUIS FELIPE ALVES PEREIRA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	2,00	1,00	9,00	15,0	
000.300.006-85	LUCINDA APARECIDA CIVIERO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	4,00	1,50	1,50	8,00	15,0	
000.300.007-99	DEISY FABIANI SILVA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	1,50	1,00	9,00	14,5	
000.300.006-00	CRISTINA DALL BOSCO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	2,50	1,50	1,50	9,00	14,5	
000.300.009-02	FABIANE JANAINA GESSI OLIVO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	2,00	2,00	1,50	9,00	14,5	
000.300.009-11	IULLI FATIMA ESTEVES PEREIRA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	2,50	0,50	1,00	8,00	12,0	
000.300.006-74	LUCI APARECIDA CARDOSO DA SILVA LAZZARI	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	3,00	1,50	1,00	6,00	11,5	
000.300.008-80	ALINE ALVES RIBEIRO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.007-30	DÉBORA BARICHELLO	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.006-52	KATIANE RODRIGUES DA SILVA	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.006-47	VINICIUS LAUTERT	AGENTE DE RECURSOS HUMANOS	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	

AGENTE FINANCEIRO

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.007-05	RODRIGO VESCOVI	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	4,50	3,00	0,50	16,00	24,0	1º
000.300.009-07	ANA LAINE GRAHL	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	3,50	3,00	1,00	16,00	23,5	2º
000.300.006-35	FRANCIELI BENDER	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	4,00	2,00	1,50	15,00	22,5	3º
000.300.008-95	TAISE MARTA PAZIN	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	3,50	1,50	1,00	16,00	22,0	4º
000.300.009-68	JUCILEY VIEIRA COELHO DO ROSARIO	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	2,50	2,00	1,50	16,00	22,0	5º
000.300.008-08	ANDRESSA MACIEL STRAPAZZON	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	4,00	3,00	1,00	14,00	22,0	6º
000.300.007-01	SIMONE STELA OLIVO	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	4,00	2,50	1,00	14,00	21,5	7º
000.300.007-60	KELLI APARECIDA TONETTA MONTEIRO	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	4,00	3,50	1,00	13,00	21,5	8º
000.300.006-42	HADRIEL DALMOLIN	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	2,00	2,50	1,00	14,00	19,5	9º
000.300.009-32	PRISCILA BARONCELLO MAZUTTI	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	2,50	3,00	1,00	13,00	19,5	10º
000.300.009-57	CARINE SEIXAS PINHEIRO ROQUE	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	3,50	3,00	1,00	12,00	19,5	11º
000.300.006-78	DANIELI IRIENE KNEFELS	AGENTE FINANCEIRO	APROVADO	3,50	2,00	1,00	12,00	18,5	12º
000.300.008-45	CHALANA FRIZZO PERIN	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	4,00	2,50	1,50	11,00	19,0	
000.300.009-36	DIANA SCORTEGAGNA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	3,00	1,00	11,00	18,5	
000.300.006-45	LUCAS PANAZZOLO	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	3,00	1,00	11,00	18,5	
000.300.006-72	ALEXANDRA ZANELLA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,00	3,00	1,50	11,00	18,5	
000.300.009-46	ANDREIA RABUSKE	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	4,00	3,00	1,50	10,00	18,5	
000.300.008-47	PATRICIA HACK DA SILVA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	4,00	2,50	1,50	10,00	18,0	
000.300.009-12	DANIMAR SCORTEGAGNA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	3,50	1,00	10,00	18,0	



Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC

CNPJ: 82.827.148/0001-69

000.300.009-51	RAUL BEAL PARTYKA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	4,00	3,50	1,50	9,00	18,0	
000.300.007-62	DAIANA PERAZZOLI	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	2,50	1,00	10,00	17,0	
000.300.008-31	LILIANE CRISTINA BARICHELLO	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	1,00	1,00	11,00	16,5	
000.300.009-34	ANDRESSA RIGO FARINA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	2,50	2,00	1,00	11,00	16,5	
000.300.009-44	ELISANGELA LUCIA BOESING	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	2,00	3,00	0,50	11,00	16,5	
000.300.009-24	JAILE CRISTIANE WAGNER	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	2,50	3,00	1,00	10,00	16,5	
000.300.008-00	SIMONE GRAZIELI BERTA	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	1,50	2,00	0,50	12,00	16,0	
000.300.007-04	FRANCIELE RECH GOTTSSELIG	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	1,50	1,00	10,00	16,0	
000.300.007-66	ELENICE ANGELA FRIGERI	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,00	2,50	1,00	9,00	15,5	
000.300.008-04	HENRIQUE DA ROSA MATTOS	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	3,50	2,00	0,50	9,00	15,0	
000.300.007-12	SONIA MARA DOS SANTOS	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	4,00	2,50	0,50	6,00	13,0	
000.300.007-27	ELIZANGELA DE BASTIANI	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.009-55	PAMELA CARLA ALVES PASQUALIN	AGENTE FINANCEIRO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.006-62	BARBARA VENTORIM ZUCCO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	4,00	2,00	1,00	15,00	22,0	1º
000.300.008-27	ANDREIA ELIZA BORTOLOZO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	4,50	2,50	1,00	14,00	22,0	2º
000.300.007-98	GABRIELA PECCIN SARTORI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	3,50	2,00	1,00	15,00	21,5	3º
000.300.006-26	VANESSA LONGO PIACENTINI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	3,50	1,50	1,50	14,00	20,5	4º
000.300.008-26	SILIANE APARECIDA DENARDI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	2,50	2,50	1,50	14,00	20,5	5º
000.300.007-11	MARISA APARECIDA NEIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	3,00	2,00	1,00	13,00	19,0	6º
000.300.007-37	FATIMA RABUSKE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	2,50	2,00	1,50	12,00	18,0	7º
000.300.009-23	IVONETE CRISTINA SCHMIT CORDEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	APROVADO	3,00	0,50	1,50	12,00	17,0	8º
000.300.009-21	ELOISA HACK	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	4,00	3,00	1,00	11,00	19,0	
000.300.006-81	LUCIANA ZANELLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	3,00	2,50	1,50	11,00	18,0	
000.300.006-70	VALERIA BEAL BRESSAN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	3,00	1,50	1,50	11,00	17,0	
000.300.006-73	PAULA FRITZEN DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	4,50	2,00	0,50	10,00	17,0	
000.300.009-50	CLEOMAR GUSTAVO BENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	2,00	2,00	0,50	11,00	15,5	
000.300.009-13	VALERIA PERIN	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	3,50	1,50	1,00	9,00	15,0	
000.300.006-49	DEBORA KAHER PEGORARO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	2,50	2,00	1,00	9,00	14,5	
000.300.006-90	TAUANA NEIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	1,50	1,50	1,00	9,00	13,0	
000.300.006-75	ALESANDRA GERALDA DA SILVA MUGNOL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	2,00	2,00	1,00	8,00	13,0	
000.300.006-33	ALEXIA MILENA TITON VENTURA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.007-18	ANA PAULA DEMORI CARLETTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.008-22	GABRIEL DENARDI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.006-98	LEONARDO BERTELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.007-14	LUIZ EDUARDO RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.009-09	MARILUCE DE MORAIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	



Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC

CNPJ: 82.827.148/0001-69

AUXILIAR DE TESOUREARIA

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.007-39	SILVANA MUGNOL	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	4,50	3,50	1,00	15,00	24,0	1º
000.300.008-13	YASMIN BOGONI	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	3,50	2,00	1,00	13,00	19,5	2º
000.300.006-63	JOSLAINE DALL AGNOL ZUCCO	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	4,00	1,00	1,00	13,00	19,0	3º
000.300.006-91	FERNANDA TRAGANCIN	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	4,50	1,50	1,00	12,00	19,0	4º
000.300.007-40	LEODIR MARÍRIO NEIS	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	3,50	2,50	1,00	12,00	19,0	5º
000.300.006-82	JULIANA VEDOVATTO PELENTIR	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	2,50	1,50	1,00	13,00	18,0	6º
000.300.008-10	BRUNA PIRES DOS SANTOS	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	4,00	1,00	1,00	12,00	18,0	7º
000.300.009-03	CAMILA BOGONI	AUXILIAR DE TESOUREARIA	APROVADO	3,50	1,50	1,00	12,00	18,0	8º
000.300.009-26	ALESSANDRA ELIZABET HACK DALMOLIN	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	3,50	1,50	1,00	11,00	17,0	
000.300.008-32	MARILDA CASAGRANDE MATTANA	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	3,00	1,50	1,50	9,00	15,0	
000.300.009-58	STEFANI CAMARGO	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	4,00	3,00	1,50	6,00	14,5	
000.300.008-40	HELLEN CRISTINA MANICA	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	1,50	1,00	1,50	10,00	14,0	
000.300.008-43	MARINÃSS OLIVO BAGGIO	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	1,50	2,00	1,50	9,00	14,0	
000.300.008-96	ALINE ALICE DE MELO RIES	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	1,50	1,50	1,00	9,00	13,0	
000.300.006-57	ADRIANA RITA ALBERTI	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.008-33	JUCELI DONATTI	AUXILIAR DE TESOUREARIA	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	

FARMACÊUTICO

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.009-14	ELIANE AP WITTI	FARMACÊUTICO	APROVADO	3,50	2,00	0,50	15,00	21,0	1º
000.300.007-22	ANDREIA RAMBO THOMÉ	FARMACÊUTICO	APROVADO	2,50	1,50	1,00	12,00	17,0	2º
000.300.007-20	VERONICA DE ALMEIDA	FARMACÊUTICO	ELIMINADO	3,00	1,00	0,50	10,00	14,5	

NUTRICIONISTA



Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC

CNPJ: 82.827.148/0001-69

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.007-03	LAUREANE FONTANA	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,50	3,50	1,00	16,00	25,0	1º
000.300.006-79	THAIS MARIANI BEE	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,50	2,00	1,00	17,00	24,5	2º
000.300.007-49	MARINA WERNER	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,50	3,00	1,00	17,00	24,5	3º
000.300.007-24	FRANCLISLAINE BARONCELLO	NUTRICIONISTA	APROVADO	5,00	3,00	1,00	15,00	24,0	4º
000.300.006-54	VANESSA BARBIERI	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,00	3,50	1,50	15,00	24,0	5º
000.300.006-41	LENISE REGINA ZANCHET CAMILOTTI	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,50	2,50	1,00	15,00	23,0	6º
000.300.006-36	IDIANE RIGO	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,50	3,00	1,50	15,00	23,0	7º
000.300.008-16	MARIANA FERNANDA OTTO	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,00	3,50	1,50	15,00	23,0	8º
000.300.008-34	JAIELLE TORRI	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,50	3,50	1,00	14,00	23,0	9º
000.300.008-36	CAMILA EMILIANE FROELICH	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,00	2,50	1,00	15,00	22,5	10º
000.300.009-25	CHAIANA BORSOI	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,00	1,00	1,00	17,00	22,0	11º
000.300.007-15	DAMIANE BRESCIANI RINALDI	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,50	3,50	1,00	12,00	21,0	12º
000.300.009-17	JOELMA PASQUALLI PAGANINI	NUTRICIONISTA	APROVADO	2,50	2,00	1,00	15,00	20,5	13º
000.300.009-61	BRUNA SKRSYPCSAK	NUTRICIONISTA	APROVADO	4,00	3,00	0,50	13,00	20,5	14º
000.300.006-80	CAMILA MARCON OURIQUES	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,50	2,00	1,00	13,00	19,5	15º
000.300.008-01	ROSANA CLAUDIA TORQUATTO KOLBERG	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,00	1,50	0,50	14,00	19,0	16º
000.300.009-49	JULIA MARIA DOS ANJOS	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,00	2,00	1,00	13,00	19,0	17º
000.300.006-39	LAIZE SOUTHER CENDRON	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,50	2,50	1,00	12,00	19,0	18º
000.300.007-21	SABRINA CELITA OSMARINI	NUTRICIONISTA	APROVADO	3,50	1,50	1,00	12,00	18,0	19º
000.300.006-71	JANE TAIMARA MARCHETI	NUTRICIONISTA	APROVADO	2,50	2,50	1,00	12,00	18,0	20º
000.300.006-88	SARAJANE HELENA PAZIN	NUTRICIONISTA	ELIMINADO	4,00	3,00	1,00	11,00	19,0	
000.300.006-61	GREICE MORESCO	NUTRICIONISTA	ELIMINADO	3,00	3,00	1,00	10,00	17,0	
000.300.009-48	CAROLINE PEDROLO	NUTRICIONISTA	ELIMINADO	3,00	1,50	1,00	10,00	15,5	

PROFESSOR

Inscrição	Nome	Cargo	Resultado	Língua Portuguesa	Raciocínio Lógico	Conhecimentos Município	Conhecimento Específico	Nota Final	Classificação
000.300.006-84	SONIA REGINA SPOLTI PICCININ	PROFESSOR	APROVADO	3,50	3,00	1,00	15,00	22,5	1º
000.300.009-39	FRANCIELLE POSSERA	PROFESSOR	APROVADO	3,50	3,50	1,00	14,00	22,0	2º
000.300.008-25	SIRLEI APARECIDA DENARDI	PROFESSOR	APROVADO	3,50	1,50	1,00	13,00	19,0	3º
000.300.007-35	ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE	PROFESSOR	APROVADO	3,00	2,00	1,50	12,00	18,5	4º
000.300.008-46	FABIANA KOPP BENQUE	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	2,00	1,00	10,00	15,5	
000.300.009-33	JULIANA PASOLD GUZZI	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	2,00	1,00	9,00	14,5	
000.300.009-04	ROSANA MISTURINI BOGONI	PROFESSOR	ELIMINADO	3,00	2,00	1,00	8,00	14,0	
000.300.009-27	IVANIA BEAL BRESSAN	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	2,50	1,00	8,00	14,0	

**Prefeitura do Município de Pinheiro Preto – SC****CNPJ: 82.827.148/0001-69**

000.300.009-54	RENICE PRATES	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	1,50	0,50	8,00	12,5	
000.300.009-71	JAINE PATRICIO	PROFESSOR	ELIMINADO	2,00	1,50	1,00	8,00	12,5	
000.300.009-41	MARINEZ BEAL PARTYKA	PROFESSOR	ELIMINADO	1,50	1,50	1,50	8,00	12,5	
000.300.009-56	RITA PRATES RIBEIRO	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	0,50	1,00	8,00	12,0	
000.300.008-41	SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	PROFESSOR	ELIMINADO	2,00	0,50	1,00	8,00	11,5	
000.300.008-94	JUSSARA BOESING	PROFESSOR	ELIMINADO	2,50	0,50	1,50	5,00	9,5	
000.300.009-42	KELI GRANEMANN DE OLIVEIRA	PROFESSOR	ELIMINADO	2,00	1,00	1,00	3,00	7,0	
000.300.006-66	ANGELA DOS SANTOS	PROFESSOR	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
000.300.007-09	MAYARA MARIA ARIOTTI	PROFESSOR	ELIMINADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Pinheiro Preto - SC, 17 de Março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO DE PINHEIRO PRETO - SC

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

Processo Administrativo n.º 002/2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA JANELAS E PORTAS SOB MEDIDA NA UNIDADE DE SAÚDE JANE MERIEBERT FERNANDES, LOCALIZADA NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, N.º 1798, BAIRRO TESTO REGA, POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 10/04/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 10/04/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 25 de Março de 2015.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 2.914, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 2.914, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.703 de 25/03/2015 e o Art. 43, Parágrafo 1º, da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETA:

Art. 1º. Anula parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 0008.0241.0140.2047 - Subv. Social ao Centro de Conv. Pommern Heim

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 64.000,00

TOTAL R\$ 64.000,00

..... R\$ 64.000,00

Art. 2º Abre crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa

Projeto/Atividade: 0008.0241.0140.2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 64.000,00

TOTAL R\$ 64.000,00

..... R\$ 64.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 25 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2015

Processo Administrativo n.º 002/2015.

Objeto: LOCAÇÃO DE PISCINA COM AQUECIMENTO TÉRMICO, TRATAMENTO DE ÁGUA, ESCADAS DE ACESSO PARA A PRÁTICA DE HIDROGINÁSTICA PELOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 10:00 horas do dia 10/04/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 10:00 horas do dia 10/04/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 25 de Março de 2015.

ANTONIO VARELA BORGES

Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº001/2015 – RUA WALDO STRUCK

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
Nº001/2015 - RUA WALDO STRUCK

O Município de Pomerode, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 428 a 433 do Código Tributário do Município de Pomerode, bem como com fulcro na Lei Federal nº 5172 de 26.10.1966 e Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, por intermédio do presente edital, que será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Pomerode nos termos do artigo 73 da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar sítio eletrônico oficial www.pomerode.sc.gov.br leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros, não aderentes ao regime de pavimentação pelo sistema de mutirão (Lei Municipal nº 2504/2012) da RUA WALDO STRUCK, situada no bairro TESTO CENTRAL, que serão executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, nas vias públicas da cidade, conforme descrições que seguem.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Rua Waldo Struck, em toda sua extensão, no bairro Testo Central.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUENCIA

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, não aderentes ao Programa Mutirão para Serviços de Pavimentação de Vias Públicas, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados.

Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros assemelhados.

4. MEMORIAL DESCRITIVO

4.1. Considerações Preliminares

O memorial descritivo se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio fio e calçadas nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação, que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento e nivelamento, drenagem com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação (asfáltica, pavimento intertravado, lajota sextavada ou retangular), calçadas, meio fio, etc.

4.2. Da descrição individual da obra:

4.2.1. Topografia

Alinhamento e nivelamento = 481,28 m

4.2.2. Drenagem

Escavação mecânica de valas = 1.247,59 m³

Assentamento de tubulação:

- Diâmetro 40 cm = 248,01 m

- Diâmetro 60 cm = 280,01 m

Caixa de Passagem = 23 unidades

Boca de lobo = 12 unidades

4.2.3. Terraplanagem

Corte de subleito = 1.352,07 m³

Regularização de subleito = 3.004,59 m²

4.2.4. Pavimentação

Largura da pavimentação = 6,00 m

Extensão da pavimentação = 481,28 m

Área = 3.004,59m²

Espessura da pavimentação:

- Sub-base (rachão ou macadame) = 25,00 cm

- Base (brita graduada) = 15,00cm

- Capa asfáltica = 4,00cm

Extensão do meio fio = 994,18 m

Calçada:

Área = 1.797,20 m²

4.3. Da descrição individual dos serviços:

a) Alinhamento e nivelamento topográfico com estação total;

b) Escavação mecânica, reaterro e compactação de vala em material de 1ª categoria;

c) Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana CA e CA-II;

d) Boca de lobo simples com grelha de concreto;

e) Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria 800 < DMT < 1.000 m;

f) Escavação, carga e transporte de solos moles 400 < DMT < 600 m;

g) Serviços de patrolamento e nivelamento na plataforma do leito;

h) Compactação do leito com rolo vibratório liso;

i) Sub-base de rachão ou macadame com espessura média de 25 cm;

j) Compactação de sub-base com rolo vibratório liso;

k) Base de brita graduada com espessura média de 15 cm;

l) Compactação de base com rolo vibratório liso;

m) Imprimação com CM 30;

n) Pintura de ligação com RR 2C;

o) Capa de concreto betuminoso usinado a quente (faixa "C" do DNIT) espessura 5 cm;

p) Compactação de CBUQ com rolo liso e rolo pneumático;

q) Meio fio de concreto moldado in loco, com espessura média de 10 cm e largura 40 cm;

r) Regularização e nivelamento de calçadas;

s) Base para calçadas;

t) Assentamento de pavimento intertravado de 6 cm de espessura na calçada.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na Rua Waldo Struck está distribuído:

	Descrição	Valor (R\$)
1	Sinalização da Obra	1.268,01
2	Terraplenagem	13.899,28
3	Drenagem	237.591,02
4	Pavimentação	304.272,57
5	Obras Complementares	214.972,15
6	Sinalização	8.477,37
	TOTAL	780.480,40

A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 476.207,83 do orçamento, e mais aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida

pelo quantum de valorização experimentada pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro, elaborado antes do início dos trabalhos e o segundo, ao seu término, cuja emissão não excederá 45 (quarenta e cinco) dias da conclusão das obras.

Os laudos serão elaborados por comissão ou profissional lícito. Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de Contribuição de Melhoria é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a valorização do imóvel, limitando-se o valor da contribuição ao custo individual da obra que teria o proprietário lindeiro, se não tivesse sido despendida pela municipalidade.

Correrão por conta do Município de Pomerode: a) as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme a tabela abaixo:

RUA	SERVIÇO	OBRA TOTAL (R\$)	UNITÁRIO (R\$/m²)
Waldo Struck	SO + TE + DP + PV + OC + SV	780.480,40	259,76

SO - Sinalização da Obra

TE - Terraplenagem

DP - Drenagem Pluvial

PV - Pavimentação

OC - Obras Complementares

SV - Sinalização Viária

A despesa total para a realização das obras, terraplenagem, implantação drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e calçadas deste Edital, será da ordem de R\$ 263,58 (Duzentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos), obtendo-se o preço unitário em m² pelo custo total da obra dividido pela área total.

8. FATOR DE RATEIO

O fator de rateio, na pavimentação pelo Sistema de Mutirão, é o obtido pelo custo da obra, proporcionalmente, dividido pelas testadas dos imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, excluídas as despesas que correrão por conta do Município de Pomerode.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

É parte integrante deste Edital o primeiro laudo de avaliação (Anexo I) anterior à realização da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital (inclusive o primeiro laudo de avaliação), dentro do prazo de 31 (trinta e um) dias, contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente), por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

10. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento e a notificação do contribuinte, este poderá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do lançamento não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

11. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, observado as seguintes condições:

11.1. Pagamento à Vista

Pagamento pelo contribuinte em cota única, no prazo acima estipulado, com redução de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo montante.

11.2. Pagamento Parcelado

Pagamento pelo contribuinte, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sem o desconto e corrigidas monetariamente.

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Pomerode.

Pomerode, 19 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MAURÍCIO EDUARDO GORIGOITIA VEGA

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Administração e Fazenda

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº002/2015 – RUA ANNA UTPADEL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº002/2015 - RUA ANNA UTPADEL

O Município de Pomerode, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 145, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional c/c 428 a 433 do Código Tributário do Município de Pomerode, bem como com fulcro na Lei Federal nº 5172 de 26.10.1966 e Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, por intermédio do presente edital, que será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Pomerode nos termos do artigo 73 da Lei Orgânica do Município, bem como de forma complementar sítio eletrônico oficial www.pomerode.sc.gov.br leva ao conhecimento dos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores a qualquer título de imóveis situados ou lindeiros, não aderentes ao regime de pavimentação pelo sistema de mutirão (Lei Municipal nº 2504/2012) da RUA ANNA UTPADEL, situada no bairro Centro, que serão executadas pelo Município as obras de melhoria de que trata este edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como avaliação dos imóveis antes da execução da obra para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrentes da obra de infraestrutura e pavimentação, nas vias públicas da cidade, conforme descrições que seguem.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO

A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO

Rua Anna Utpadel, em toda sua extensão, no bairro Centro.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUENCIA

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis lindeiros, não aderentes ao Programa Mutirão para Serviços de Pavimentação de Vias Públicas, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados.

Consideram-se também lindeiros os bens imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas ou passagens particulares, entradas de vila, servidões de passagem e outros semelhantes.

4. MEMORIAL DESCRITIVO**4.1. Considerações Preliminares**

O memorial descritivo se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio fio e calçadas nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação, que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento e nivelamento, drenagem com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação (asfáltica, pavimento intertravado, lajota sextavada ou retangular), calçadas, meio fio, etc.

4.2. Da descrição individual da obra:**4.2.1. Topografia**

Alinhamento e nivelamento = 288,57 m

4.2.2. Drenagem

Escavação mecânica de valas = 903,28 m³

Assentamento de tubulação:

- Diâmetro 30 cm = 53,20 m

- Diâmetro 60 cm = 322,00m

Poço de visita Ø60 = 1 unidades

Boca de lobo = 19 unidades

4.2.3. Terraplanagem

Corte de subleito = 837,72 m³

Regularização de subleito = 1.861,60 m²

4.2.4. Pavimentação

Largura da pavimentação = 6,00 m

Extensão da pavimentação = 288,57 m

Área = 1.861,60m²

Espessura da pavimentação:

- Sub-base (rachão ou macadame) = 25,00 cm

- Base (brita graduada) = 15,00cm

- Capa asfáltica = 5,00cm

Extensão do meio fio = 607,03 m

Calçada:

Área = 865,71 m²

4.3. Da descrição individual dos serviços:

a) Alinhamento e nivelamento topográfico com estação total;

b) Escavação mecânica, reaterro e compactação de vala em material de 1ª categoria;

c) Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana CA e CA-II;

d) Boca de lobo simples com grelha de concreto;

e) Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria 800 < DMT < 1.000 m;

f) Escavação, carga e transporte de solos moles 400 < DMT < 600 m;

g) Serviços de patrolamento e nivelamento na plataforma do leito;

h) Compactação do leito com rolo vibratório liso;

i) Sub-base de rachão ou macadame com espessura média de 25 cm;

j) Compactação de sub-base com rolo vibratório liso;

k) Base de brita graduada com espessura média de 15 cm;

l) Compactação de base com rolo vibratório liso;

m) Imprimação com CM 30;

n) Pintura de ligação com RR 2C;

o) Capa de concreto betuminoso usinado a quente (faixa "C" do DNIT) espessura 5 cm;

p) Compactação de CBUQ com rolo liso e rolo pneumático;

q) Meio fio de concreto moldado in loco, com espessura média de 10 cm e largura 40 cm;

r) Regularização e nivelamento de calçadas;

s) Base para calçadas;

t) Assentamento de pavimento intertravado de 6 cm de espessura na calçada.

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA

O custo da obra do presente edital referente à execução da pavimentação asfáltica na Rua Waldo Struck está distribuído:

	Descrição	Valor (R\$)
1	Sinalização da Obra	1.268,01
2	Terraplenagem	8.611,76
3	Drenagem	129.198,91
4	Pavimentação	188.521,45
5	Obras Complementares	117.784,96
6	Sinalização	5.735,13
	TOTAL	451.120,22

A municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 262.598,77 do orçamento, e mais aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

A base de cálculo da contribuição de melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentada pelo imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro, elaborado antes do início dos trabalhos e o segundo, ao seu término, cuja emissão não excederá 45 (quarenta e cinco) dias da conclusão das obras.

Os laudos serão elaborados por comissão ou profissional lícito. Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida a prova em contrário e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de Contribuição de Melhoria é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a valorização do imóvel, limitando-se o valor da contribuição ao custo individual da obra que teria o proprietário lindeiro, se não tivesse sido despendida pela municipalidade.

Correrão por conta do Município de Pomerode: a) as quotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme a tabela abaixo:

RUA	SERVIÇO	OBRA TOTAL (R\$)	UNITÁRIO (R\$/m ²)
Waldo Struck	SO + TE + DP + PV + OC + SV	451.120,22	242,33

SO - Sinalização da Obra

TE - Terraplenagem

DP - Drenagem Pluvial

PV - Pavimentação

OC - Obras Complementares

SV - Sinalização Viária

A despesa total para a realização das obras, terraplenagem, implantação drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e calçadas deste Edital, será da ordem de R\$ 242,33 (Duzentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos), obtendo-se o preço unitário em m² pelo custo total da obra dividido pela área total.

8. FATOR DE RATEIO

O fator de rateio, na pavimentação pelo Sistema de Mutirão, é o obtido pelo custo da obra, proporcionalmente, dividido pelas testadas dos imóveis incluídos nas respectivas zonas de influência, excluídas as despesas que correrão por conta do Município de Pomerode.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

É parte integrante deste Edital o primeiro laudo de avaliação (Anexo I) anterior à realização da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital (inclusive o primeiro laudo de avaliação), dentro do prazo de 31 (trinta e um) dias, contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal (Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente), por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo e sua decisão somente terá efeito para o recorrente.

10. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento e a notificação do contribuinte, este poderá no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do lançamento não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

11. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o contribuinte tiver ciência do lançamento, observado as seguintes condições:

11.1. Pagamento à Vista

Pagamento pelo contribuinte em cota única, no prazo acima estipulado, com redução de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo montante.

11.2. Pagamento Parcelado

Pagamento pelo contribuinte, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, sem o desconto e corrigidas monetariamente.

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As demais informações poderão ser obtidas no setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Pomerode.

Pomerode, 19 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MAURÍCIO EDUARDO GORIGOITIA VEGA

Secretário de Planejamento e Meio Ambiente

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 276, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 276, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DAS ALÍNEAS "A" E "B", ACRESCENTANDO AS ALÍNEAS "C", "D", "E", "F" E "G" AO INCISO II, ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 230, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º As alíneas do inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 230, de 23 de novembro de 2011, passam a ter a seguinte redação:

"a) 1 (um) representante da Fundação Hermann Weege;

b) 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Pomerode - ACIP;

c) 1 (um) representante da Associação Visite Pomerode - AVIP;

d) 1 (um) representante do Veteran Club de Pomerode;

e) 1 (um) representante da Fundação Cultural de Pomerode;

f) 1 (um) representante da Associação de Artistas e Artesãos de Pomerode; e,

g) 1 (um) representante da Associação de Desenvolvimento Turístico da Rota do Enxaimel - ADETURE."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 25 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 277, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 277, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS E PAGOS PELO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE POMERODE - FAP, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2014.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere o a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os benefícios mantidos e pagos pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Pomerode - FAP, concedidos com base no art. 40, § 1º, incisos I, II e inciso III, alíneas "a" e "b", e § 7º, incisos I e II da Constituição Federal; e artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2015, em 6,23 % (seis virgula vinte e três por cento), para os aposentados até janeiro de 2014.

Parágrafo Único. Para os benefícios concedidos pelo FAP a partir de fevereiro de 2014, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único da presente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2015.

Município de Pomerode, 25 de março de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

DATA INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE %
FEVEREIRO 2014	5,60
MARÇO 2014	4,95
ABRIL 2014	4,12
MAIO 2014	3,33
JUNHO 2014	2,71
JULHO 2014	2,44
AGOSTO 2014	2,31
SETEMBRO 2014	2,12
OUTUBRO 2014	1,56
NOVEMBRO 2014	1,21
DEZEMBRO 2014	0,65

LEI COMPLEMENTAR Nº 278, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 278, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
AUTORIZA A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de reajuste geral das remunerações dos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, o percentual de 9 % (nove por cento), aplicados no mês de março de 2015.

§ 1º O índice de reajuste de que trata este artigo estende-se aos proventos dos servidores inativos que possuem paridade alcançada pela Emenda Constitucional nº 20/1998.

§ 2º O reajuste correspondente 9% (nove por cento), refere-se ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de março de 2014 a fevereiro de 2015 de 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento), mais 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) de ganho real.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a título de reajuste geral dos subsídios dos agentes políticos, o percentual de 7,68% (sete vírgula sessenta e oito por cento), aplicados no mês de março de 2015.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2015.

Município de Pomerode, 25 de março de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.700, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.700, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
DÁ DENOMINAÇÃO DE HANS FISCHER PARA O COMPLEXO DE ESPORTES E LAZER DE TESTO CENTRAL, ANEXO A EBM OLAVO BILAC.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada como COMPLEXO DE ESPORTES E LAZER HANS FISCHER, localizado em anexo a E.B.M. Olavo Bilac, em Testo Central, neste Município.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 25 de março de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.701, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.701, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL - CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social no exercício financeiro de 2015, à Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel- Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ sob nº 51.382.422/0003-71, com sede à Avenida 21 de Janeiro, 1470, Pomerode/SC, o valor de até R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, destinam-se à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando, a Educação de qualidade acessível às crianças pomerodenses na educação infantil e contra-turno do ensino fundamental.

Art. 2º A Sociedade Beneficente Santa Maria Madalena Postel - Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 4º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Município de Pomerode, 25 de março de 2015.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.702, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.702, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

cria e dá denominação de Centro de Educação Infantil Municipal Professor Rudolf Hornburg e dá outras providências.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o "Centro de Educação Infantil Municipal Professor Rudolf Hornburg", localizado na Rua Ricardo Bahr, nº 100, no bairro Centro, neste município.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.703, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.703, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E, CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CENTRO DE CONVIVÊNCIA POMMERN HEIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular parcialmente dotação orçamentária no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura, na importância de R\$64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social

Projeto/Atividade: 0008.0241.0140.2047 - Subv. Social ao Centro de Conv. Pommern Heim

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários R\$ 64.000,00

TOTAL R\$ 64.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, por conta da anulação de que trata o art. 1º desta Lei, no orçamento em vigor da Unidade Gestora Prefeitura por destinação de recursos, na importância de R\$ 64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais), conforme especificado abaixo:

ÓRGÃO: 13 - SECRETARIA DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade Orçamentária: 002 - Fundo Municipal da Pessoa Idosa

Projeto/Atividade: 0008.0241.0140.2069 - Manutenção do Fundo Municipal da Pessoa Idosa

Elemento: 33500000 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos

Vínc. p/ Fonte de Recursos: 1000000 - Recursos Ordinários

..... R\$ 64.000,00

TOTAL R\$ 64.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder, a título de subvenção social, no exercício financeiro de 2015, ao Centro de Convivência Pommern Heim, inscrita no CNPJ sob nº 02.667.539/0001-24, com sede em Pomerode/SC, no valor de até R\$64.000,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais).

Parágrafo Único. Os recursos financeiros de que trata o caput, deste artigo, destinam-se, à cobertura de despesas com manutenção das atividades da entidade, objetivando a prestação de serviços e albergamento de idosos pomerodenses, promovendo qualidade de vida física e mental.

Art. 4º O Centro de Convivência Pommern Heim, para recebimento e prestação de contas dos recursos financeiros, de que trata o artigo anterior, submete-se à legislação pertinente, em vigor.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

SAMAE - POMERODE**PORTARIA 11/2015**

PORTARIA Nº 011/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor EDSON CARLOS SIEBERT, ocupante do cargo de ESCRITURÁRIO, de acordo com o Artigo 120 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, durante o período de 02 de março de 2015 a 31 de março de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 02 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 12/2015

PORTARIA Nº 012/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

CESSA a cessão do servidor efetivo DANIEL ARMELINI concedida pela portaria nº 047/2014 de 19 de maio de 2014, ocupante do cargo de leiturista, padrão 3, nível 01-H, com regime de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que a partir desta data o servidor retorna ao quadro de servidores desta Autarquia.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 02 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 13/2015

PORTARIA Nº 013/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

Considerando que o servidor DANIEL ARMELINI deixará de ser cedido ao FAP;

Considerando que o servidor DANIEL ARMELINI passará a gerir a instituição da taxa de coleta de lixo desta autarquia.

RESOLVE:

ALTERAR o percentual de gratificação de função dada ao servidor DANIEL ARMELINI, pela PORTARIA Nº 048/2014 de 19 de maio de 2014 de 69,03% (sessenta e nove vírgula três por cento) para 48,07% (quarenta e oito vírgula zero sete por cento) e voltará a exercer o cargo de leiturista, padrão 3, nível 01 - H, com regime de 40 (quarenta) horas desta Autarquia.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 02 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 14/2015

PORTARIA Nº 014/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

Em razão da revogação das Leis Complementares nº 167, nº 243, nº 255 e dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 172, EXONERAR, os servidores ocupantes de cargo comissionado da Autarquia SAMAE, a partir de 02 de março de 2015, abaixo relacionados:

Nome	Cargo
Edson Hille	Diretor De Resíduos E Paisagem Urbana
Leandro Kempner	Diretor Jurídico
Mayra Trierveiler	Gerente Das Estações De Tratamento
Rogério Luis Kickhoefel	Diretor Administrativo

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 15/2015

PORTARIA Nº 015/2015 DE 02 DE MARÇO DE 2015

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o Artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014 e da Lei Complementar nº 274 de 26 de fevereiro de 2015, NOMEAR, os servidores ocupantes de cargos comissionados da Autarquia SAMAE, a partir de 02 de março de 2015, abaixo relacionados:

Nome	Cargo
Edson Hille	Diretor de Reciclagem
Leandro Kempner	Diretor Jurídico
Mayra Trierveiler	Diretora de Tratamento e Abastecimento de Água
Rogério Luis Kickhoefel	Diretor Administrativo

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 02 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 16/2015

PORTARIA Nº 016/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo Nº 49 da Lei complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, EXONERAR a pedido, o servidor celetista VANDERLEI GESSNER, do cargo de Auxiliar de Operações II, padrão 1, nível 01-A, com 40 horas semanais, a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Pomerode, 03 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 17/2015

PORTARIA Nº 017/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015

AFASTA A SERVIDORA CARIN SCHWARTZ, EM FACE DA CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA JUNTO AO FAP - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.

O Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria Nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 3º da lei ordinária 116/1966,

RESOLVE:

De acordo com o artigo 16, da Lei Complementar nº 122 de 20 de dezembro de 2005, AFASTAR, por motivos da concessão de Auxílio Doença pelo Fundo de Aposentadoria e Pensão - FAP, da servidora CARIN SCHWARTZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações II, Padrão 02, Nível 01, Referência D com Regime de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Setor de Reciclagem, no período de 13 de março de 2015 a 13 de maio de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 16 de março de 2015.

MÁRCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

PORTARIA 18/2015

PORTARIA Nº 018 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA PADRONIZAÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do SAMAE de Pomerode, MÁRCIO SCHEIDEMANTEL, nomeado pela Portaria nº 17.768, de 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de se reduzir as perdas não físicas, por meio do acesso sistemático e integral dos técnicos do SAMAE à ligação de água e ao hidrômetro, possibilitando assim a coleta da leitura real e a manutenção em hidrômetros danificados ou parados, evitando-se fraudes em hidrômetros, ligações clandestinas ou não cadastradas, e outras;

Considerando a possibilidade de ampliar a segurança do usuário, uma vez que o fácil acesso ao hidrômetro previne a entrada de estranhos ao imóvel, reduzindo o risco de delitos ocasionados por pessoas que possam se passar ilegalmente por funcionários da Autarquia;

Considerando a necessidade de facilitar a substituição e manutenção do ramal predial, evitar a quebra de muros ou pisos internos, reduzindo transtornos aos usuários; diminuir os riscos de vazamentos; preservar a qualidade da água e proteger contra vandalismos;

Considerando a necessidade de diminuir o tempo de execução das ligações de água e da coleta da leitura mensal;

Considerando as determinações da Portaria 246 do INMETRO relativas às condições de instalação do hidrômetro, garantindo a qualidade de sua utilização e apuração de consumo;

Considerando a necessidade de zelar pela segurança dos leituristas e demais servidores do SAMAE, evitando-se que sejam atacados por cães, pois não precisarão mais adentrar no imóvel;

Considerando que o novo padrão de ligação de água do SAMAE, com a unidade de medição dentro de uma caixa padronizada,

instalada em muretas apropriadas ou em muros do usuário, visa à melhoria e maior durabilidade dos materiais utilizados na ligação de água, a redução de incidência de vazamentos e eventuais danos;

RESOLVE:

Artigo 1º - As novas ligações de água, mudanças de ligação de água, deslocamentos de cavalete, vistoria para liberação de habite-se, imóveis com constatada dificuldade para acesso e/ou leitura e imóveis cujo acesso é impedido pelo usuário por qualquer motivo, deverão ser padronizadas nos moldes desta Portaria, que consiste na instalação pelo usuário de uma Caixa de Proteção de Hidrômetro na divisa frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, de acordo com o especificado no Anexo I.

§ 1º - A Caixa de Proteção de Hidrômetro tem as dimensões internas de 40 (quarenta) centímetros de altura, 50 (cinquenta) centímetros de largura e 15 (quinze) centímetros de profundidade, fabricada em concreto e com porta de proteção em grade aramada com fecho para travamento que permita a leitura do hidrômetro.

§ 2º - A aquisição e instalação da caixa de proteção são de responsabilidade do usuário.

§ 3º - O usuário pode não adquirir a caixa de proteção, desde que execute o padrão de forma embutida no muro (alvenaria), não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro, atendendo às dimensões da caixa especificadas no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º - Os itens I, II, III e IV descritos a seguir, assim como a tubulação de saída da caixa protetora, deverão ser adquiridos e instalados pelo usuário, com materiais que atendam às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme exposto no Anexo I.

I. Um (1) tubo camisa 75 mm (2 1/2") PVC branco.

II. Uma (1) curva de 90º raio longo de PVC branco rígido 75 mm (2 1/2").

III. Um (1) registro PVC diâmetro 1/2" ou registro metálico de gaveta diâmetro 1/2" (deve ser instalado logo após a saída da caixa de proteção para utilização do usuário, antes da torneira de jardim).

IV. Dois (2) joelhos 45º de PVC 20 mm (1/2").

§ 5º - As demais peças do padrão deverão ser pagos seguindo as normas de cobranças de serviços complementares da Autarquia e serão instalados pelos profissionais do SAMAE.

Artigo 2º - Para que a ligação de água seja realizada, são necessários os seguintes pré-requisitos:

I. A caixa de proteção deve ser devidamente instalada pelo usuário a uma altura de 50 (cinquenta) centímetros da base inferior em relação à calçada, com a grade de visualização voltada para a rua, em local de fácil acesso para leitura e manutenção, conforme o Anexo 1 desta Portaria. Em ruas não pavimentadas e sem presença de calçada, deve ser instalada a uma altura de 80 (oitenta) centímetros da base inferior em relação ao nível do solo.

II. A caixa de proteção deve estar instalada dentro dos procedimentos detalhados para instalação da mesma e conforme desenho técnico com detalhe esquemático da ligação, descritos no Anexo I da presente Portaria.

III. Em qualquer situação deverá ser garantido o livre acesso ao hidrômetro pelo SAMAE, sendo vedado obstruir a caixa de proteção com qualquer obstáculo ou instalação, que dificulte a fácil remoção do medidor ou a sua leitura, sob pena de interrupção no fornecimento de água.

IV. Após a conclusão da instalação da caixa de proteção, o usuário deverá dirigir-se ao escritório do SAMAE e solicitar o serviço desejado, para que o Setor Técnico providencie o agendamento da execução da ligação de água, sendo que a mesma somente será feita se a instalação estiver de acordo com todos os detalhes previstos no Anexo I.

V. No ato da execução da ligação, se houver qualquer irregularidade na instalação da caixa, não será concluído o serviço. Após solucionar o problema o usuário deverá entrar em contato com o SAMAE pelo telefone (47) 3387-2550, informando o número do Código da Ligação para reagendar a execução da ligação.

Artigo 3º - Em caso de necessidade de instalação de dois (2) ou mais cavaletes, o usuário deve realizar o padrão de forma embutida no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, não sendo permitidos ressalto para fora em relação ao acabamento do muro, atendendo às dimensões conforme o caso descrito abaixo e especificado nos Anexos II, III, IV e V.

§ 1º - O padrão para instalação de 02 (duas) ligações deve seguir os modelos especificados no Anexo II, atendendo às dimensões ali descritas.

§ 2º - O padrão para instalação de 03 (três) ligações deve seguir os modelos especificados no Anexo III, atendendo às dimensões ali descritas.

§ 3º - O padrão para instalação de 04 (quatro) ligações deve seguir os modelos especificados no Anexo IV, atendendo às dimensões ali descritas.

§ 4º - O padrão para instalação de mais de 04 (quatro) ligações deve seguir os modelos especificados no Anexo V, atendendo às dimensões ali descritas.

§ 5º - Os itens I, II e III descritos a seguir, assim como as tubulações de saída da caixa protetora e demais conexões necessárias para as instalações hidráulicas após a caixa protetora, deverão ser adquiridos e instalados pelo usuário, com materiais que devem atender às normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas -ABNT.

I. Um (1) tubo camisa 75 mm (2 1/2") PVC branco.

II. Uma (1) curva de 90º raio longo de PVC branco rígido 75 mm (2 1/2").

III. Registro PVC diâmetro 1/2" ou registro metálico de gaveta diâmetro 1/2" para cada ligação (devem ser instalados logo após a saída da caixa de proteção para utilização dos usuários, antes da torneira de jardim).

Artigo 4º - Para as edificações com 02 (duas) ou mais ligações definitivas, conforme os casos citados no Artigo 4º, poderá ser concedida uma ligação provisória quando da construção da edificação, sem necessidade de atender à padronização desta Portaria.

§ 1º - A ligação provisória deverá ser instalada no alinhamento frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) do terreno, no local onde será instalada a ligação definitiva.

§ 2º - Para execução das ligações definitivas, a construção do padrão deverá estar concluída.

Artigo 5º - Os casos que apresentarem situações excepcionais deverão ser remetidos à Diretoria Técnica, ao Departamento de Engenharia e à Assessoria Jurídica do SAMAE para a manifestação pertinente e decisão do Sr. Presidente.

Parágrafo Único - Os casos de individualização de micromedição

para condomínios verticais e/ou horizontais possuirão instrução normativa própria.

Artigo 6º - Os deslocamentos de cavalete são os realizados num raio de até 1,0 metro da posição do cavalete existente. Para os casos com deslocamento superior a 1,0 metro será realizada uma mudança de ligação. A cobrança será realizada seguindo as normas de cobranças de serviços complementares da Autarquia.

Artigo 7º - Todo o encanamento posterior ao hidrômetro é de responsabilidade do usuário.

Artigo 8º - Os Setores de Atendimento e Engenharia deverão orientar e disponibilizar de forma adequada aos usuários os procedimentos padronizados nos Anexos I, II, III, IV e V, visando esclarecer e informar a forma correta de implantação da ligação, rigorosamente de acordo com o padrão, conforme disposto nos artigos 1º a 7º, inclusive com o apoio de folhetos explicativos disponibilizados na sede administrativa do SAMAE.

Parágrafo Único - Deverá ser disponibilizada cópia desta Portaria em meio digital, para livre acesso ao público interessado, através do sítio eletrônico do SAMAE na internet.

Artigo 9º - O Setor de Almoxarifado deverá receber, conferir, guardar e controlar todo o material destinado ao atendimento desta Portaria, promovendo o controle de estoque físico e do consumo para efeito de previsão, atentando para que seja preservado estoque mínimo, bem como promover a entrega mediante a requisição de materiais.

Artigo 10º - Fica facultada ao usuário a utilização da padronização prevista nesta Portaria para os procedimentos solicitados pelo usuário até 31 de março de 2015.

Parágrafo Único - As solicitações efetuadas a partir de 1º de abril de 2015 deverão seguir os termos descritos nesta Portaria.

Artigo 11º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da sua data de publicação.

Pomerode (SC), em 25 de Março de 2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se,

ANEXO I

MANUAL DE INSTALAÇÃO:
Novo Padrão de Ligação de Água

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA INSTALAÇÃO

Ao fazer uma ligação de água ou deslocamento de cavalete, o usuário deverá atender ao novo padrão de ligação de água. A aquisição e instalação da caixa padrão modelo SAMAE (Figura 1) fica sob responsabilidade do consumidor, que deverá seguir o projeto de instalação cedido pela Autarquia.

Figura 1: Caixa padrão modelo SAMAE.

O consumidor pode não adquirir a caixa, desde que execute o padrão de forma embutida no muro, atendendo às medidas especificadas nos esquemas a seguir.

-Vantagens

A instalação da caixa padrão tem como vantagens:

- Facilidade na detecção de possíveis vazamentos;
- Facilidade de manutenção e leitura pelos funcionários do SAMAE;

- Realização de leitura do hidrômetro sem necessidade de entrar na propriedade;
- Proteção contra vandalismo;
- Garantia de instalação adequada do hidrômetro, sem inclinação e protegido de intempéries.

-Onde instalar?

A caixa padrão deve ser instalada no alinhamento frontal do imóvel, com a grade de visualização voltada para a rua, conforme sugestões abaixo:

O padrão deve ser instalado em local de fácil acesso para leitura ou manutenção, não sendo permitido construir nada em sua frente, que possa impedir o manuseio do mesmo. Quando construído no muro, a caixa padrão deverá estar embutida, não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro.

Observação: Na impossibilidade de instalação da caixa padrão no muro frontal, solicite vistoria prévia do SAMAE para autorizar e orientar sobre a instalação no muro lateral.

-MATERIAIS UTILIZADOS PARA A INSTALAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CLIENTE

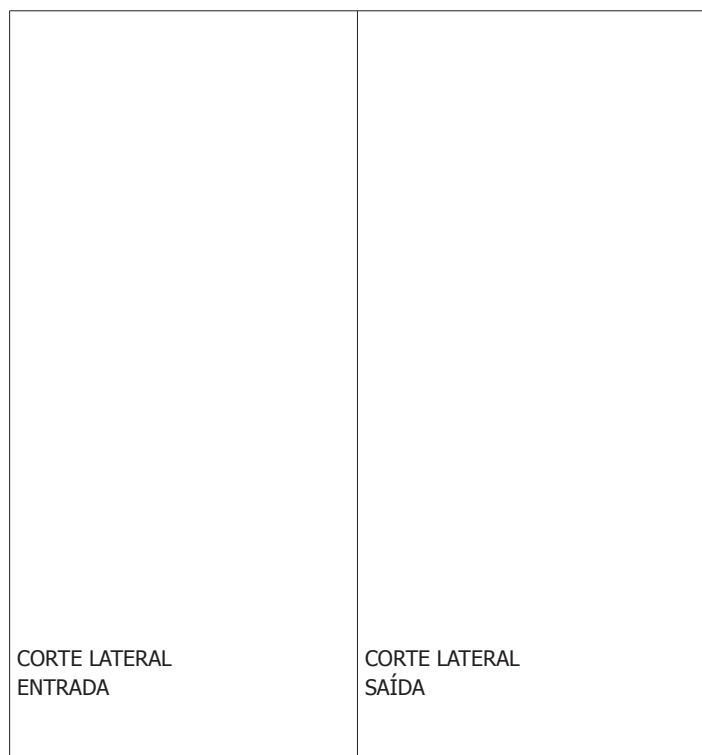
- Tubo de PVC Esgoto 75 mm (2 1/2");
- 01 (uma) curva de 90° raio longo de PVC Esgoto 75 mm (2 1/2");
- 01 (um) registro de PVC 20 mm (1/2") ou registro metálico de gaveta de 1/2";
- 02 (dois) joelhos de 45° de PVC 20 mm (1/2");
- Tubo 20 mm (o necessário que interligue o hidrômetro com o reservatório).

- COMO FAZER A INSTALAÇÃO?

A instalação da caixa padrão deve seguir o esquema apresentado nos desenhos abaixo e os passos descritos a seguir.

VISTA FRONTAL

(Caixa padrão para UMA ligação)



-INSTALAÇÃO PASSO A PASSO

1.Prepare o muro ou construa a mureta para instalação da caixa padrão na divisa frontal do seu imóvel (a caixa deve ficar de frente para a rua), conforme esquema de instalação apresentado;

2.Instale a caixa padrão prumada, nivelada e fixada a uma altura de 50 cm em relação à calçada. Em ruas não pavimentadas e sem presença de calçada, instale a caixa padrão a uma altura de 80 cm em relação ao nível do solo;

3.Instale o tubo camisa de PVC Esgoto 75 mm embutido na alvenaria, no lado da entrada da água. A altura do tubo camisa deverá ficar 10 cm abaixo da viga. ATENÇÃO: o tubo não pode ficar torto ou inclinado.

4.Instale a curva de 90° raio longo de PVC Esgoto 75 mm no tubo camisa, seguindo a profundidade descrita anteriormente no esquema de instalação (10 cm abaixo da viga). Atenção: o tubo camisa deve ser revestido com o acabamento de alvenaria após a instalação da curva no local indicado;

5.Instale o tubo de 20 mm deixando uma sobra de 20 cm dentro da caixa padrão. Na saída de água deverá ser instalado um registro. Atenção: o tubo deve estar centralizado e não poderá ficar torto ou inclinado.

6.Após a instalação de todos os tubos, cubra com reboco. Atenção: o fundo da caixa padrão também deve ser rebocado, não podendo ficar aparente.

Todas as etapas de instalação devem estar concluídas antes de solicitar a ligação de água ao SAMAE. Em caso de dúvida, entre em contato com a nossa equipe técnica.

O SAMAE somente efetuará a ligação de água, se a construção do padrão atender as especificações deste folheto.

Se não for possível atender qualquer uma das recomendações acima, o SAMAE deverá, previamente, aprovar as alterações necessárias, com a realização de uma vistoria no local, solicitada pelo consumidor.

ATENDIMENTO SAMAE:

- Atendimento Telefônico: (47) 3387-2550
De segunda à sexta-feira, das 8h00 às 17h00

- Atendimento Presencial:
Avenida 21 de Janeiro, 2233, Centro, Pomerode/SC
ANEXO II

Padrão para 02 (duas) ligações

Para fazer a instalação de 02 (duas) ligações, o usuário deve realizar o padrão de forma embutida no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro. Há 03 (três) modelos de padrão admissíveis. São eles:

I.Modelo 1: abertura no muro com dimensões de 60 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para trás (Figura 1).

II.Modelo 2: abertura no muro com dimensões de 60 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída lateral (Figura 2).

III.Modelo 3: abertura no muro com dimensões de 60 cm de

altura, 65 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para baixo (Figura 3).

Figura 1: Padrão para 02 ligações - Modelo 1.

Figura 2: Padrão para 02 ligações - Modelo 2.

Figura 3: Padrão para 02 ligações - Modelo 3.

ANEXO III

Padrão para 03 (três) ligações

Para fazer a instalação de 03 (três) ligações, o usuário deve realizar o padrão de forma embutida no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro. Há 03 (três) modelos de padrão admissíveis. São eles:

I.Modelo 1: abertura no muro com dimensões de 80 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para trás (Figura 1).

II.Modelo 2: abertura no muro com dimensões de 80 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída lateral (Figura 2).

III.Modelo 3: abertura no muro com dimensões de 80 cm de altura, 75 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para baixo (Figura 3).

Figura 1: Padrão para 03 ligações - Modelo 1.

Figura 2: Padrão para 03 ligações - Modelo 2.

Figura 3: Padrão para 03 ligações - Modelo 3.

ANEXO IV

Padrão para 04 (quatro) ligações

Para fazer a instalação de 04 (quatro) ligações, o usuário deve realizar o padrão de forma embutida no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro. Há 02 (dois) modelos de padrão admissíveis. São eles:

I.Modelo 1: abertura no muro com dimensões de 80 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para trás (Figura 1).

II.Modelo 2: abertura no muro com dimensões de 80 cm de altura, 55 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída lateral (Figura 2).

Figura 1: Padrão para 04 ligações - Modelo 1.

Figura 2: Padrão para 04 ligações - Modelo 2.

ANEXO V

Padrão para mais de 04 (quatro) ligações

Para fazer a instalação de mais de 04 (quatro) ligações, o usuário deve realizar o padrão de forma embutida no muro frontal ou lateral (quando autorizado pelo SAMAE) de seu lote, não sendo permitidos ressaltos para fora em relação ao acabamento do muro. Há 02 (dois) modelos de padrão admissíveis. São eles:

III.Modelo 1: abertura no muro com dimensões de 100 cm de altura, 95 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída para trás (Figura 1).

IV.Modelo 2: abertura no muro com dimensões de 100 cm de altura, 95 cm de largura e 15 cm de profundidade, para instalação dos hidrômetros de maneira sobreposta. Hidrômetros instalados com saída lateral (Figura 2).

Figura 1: Padrão para mais de 04 ligações - Modelo 1.

Figura 2: Padrão para mais de 04 ligações - Modelo 2.

Porto Belo

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO - PREGÃO 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - Registro de Preço - 013/2015 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades da frota de veículos, ônibus e maquinários das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor Preço por Item;

Onde se lê:

Anexo I

10	PNEU 1.400 X 24, 16 LONAS	UN	9	R\$ 539,75	R\$ 4.857,75
----	---------------------------	----	---	------------	--------------

Leia-se:

Anexo I

10	PNEU 1.400 X 24, 16 LONAS	UN	9	R\$ 2.713,00	R\$ 24.417,00
----	---------------------------	----	---	--------------	---------------

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 013/2015 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 25 de março de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

2º RETIFICAÇÃO - PREGÃO 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO - Registro de Preço - 013/2015 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Aquisição de pneus, câmaras e protetores para atender as necessidades da frota de veículos, ônibus e maquinários das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Tipo: Menor Preço por Item;

Onde se lê:

Anexo I

10	PNEU 1.400 X 24, 16 LONAS	UN	9	R\$ 539,75	R\$ 4.857,75
----	---------------------------	----	---	------------	--------------

Leia-se:

Anexo I

10	PNEU 1.400 X 24, 16 LONAS	UN	9	R\$ 2.713,00	R\$ 24.417,00
----	---------------------------	----	---	--------------	---------------

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO - Registro de Preço - 013/2015 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 25 de março de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 682/2015

DECRETO Nº 682, de 20 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 35.063,14 (Trinta e cinco mil, sessenta e três reais e quatorze centavos):

ÓRGÃOORÇÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1003 – Construção de Centros de Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 – 3170 – Aplicações Diretas	48	35.063,14
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		35.063,14

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do Exercício 2014, na Fonte 3170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 685/2015

DECRETO Nº 685, de 25 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

ÓRGÃOORÇÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2082 – Despesas não consideradas para Índices de Ensino		
MODALIDADE	3390 – 3100 – Aplicações Diretas	56	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do Exercício 2014, na Fonte 3000 da Prefeitura.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 686/2015

DECRETO Nº 686, de 25 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais):

ÓRGÃOORÇÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0211 – SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO		
PROJETO	1020 – Construção Portais e Mirantes Turísticos		
MODALIDADE	4490 – 3100 – Aplicações Diretas	157	17.000,00
MODALIDADE	4490 – 3169 – Aplicações Diretas	158	128.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		145.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro do Exercício 2014, na Fonte 3100 - Recursos Ordinários e Fonte 3169 - Convênios com o Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 25 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 008/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 008/2015 - Educação

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 022/2014 - Educação

Partes: Município de Porto União e Ivo Pasternak.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 20 de março de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 037/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 037/2015 - Prefeitura
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 034/2014 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Ivo Pasternak.
CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA
Prorroga-se o aludido contrato superior por mais 12 (doze) meses.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 20 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 031/2015- Prefeitura
Extrato de Edital de Concorrência 002/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Concorrência, com adjudicação por menor preço por item, para fornecimento, transporte e aplicação de material para pintura RM 1C, fornecimento, transporte e aplicação de CBUQ (Concreto betuminoso usinado a quente) faixa C. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 28 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, data e horário. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 - EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 003/2015- EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global, do tipo presencial, para execução de serviço de desinsetização, limpeza das caixas de água, caixas de gordura e ralos das escolas da rede municipal de ensino de Porto União e da Secretaria Municipal de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 10 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2015 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 005/2015- FAS
Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de cestas básicas completas e leite em pó para atendimento às famílias beneficiárias da Assistência Social. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 09 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 030/2015- Prefeitura
Extrato de Edital de Pregão Presencial 016/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 10 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 25 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 009 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 09.04.2015, para Contratação de empresa do ramo, com fornecimento de materiais e mão de obra, para conserto devido ao super aquecimento do motor e retífica de cabeçote bloco camisa, do veículo Scania R112 NA 4/2 1986, PLACA MGE-6817, de uso do Batalhão de Corpo de Bombeiros do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 25 de Março de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2015 - REPUBLICAÇÃO - ANA MARIA DE OLIVEIRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) ANA MARIA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 601.163.319-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Ogenil de oliveira, nº 822 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Orientador de Educação, nível II, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, para atender o Programa Mais Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.876,67 (dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único ☐ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/03/2015 e encerrando-se em 22/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	ANA MARIA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4527, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4527, de 03 de fevereiro de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 169/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública 169/2014 de 16.12.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

03 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4527/2014

Concorrência Pública nº 169/2014 de 16.12.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E MATERIAIS PARA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO TRANSVERSAL A ESTRADA DO REDENTOR, BAIRRO FUNDO CANOAS E CONTENÇÃO DE ENCOSTA NA RUA PATRÍCIO NOVELETTO NO BAIRRO BARRA DO TROMBUDO. SECRETARIA PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

Participantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP;
- TERRAPL E TRANSP. ZABEL LTDA;
- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP

DECRETO Nº 4538, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2015.

DECRETO Nº 4538, de 06 de fevereiro de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 170/2014."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública 170/2014 de 16.12.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

06 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4538/2014

Concorrência Pública nº 170/2014 de 16.12.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE PONTE EM CONCRETO LIGANDO A SC 350 À ESTRADA DO BOMFIM. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE.

Participantes:

- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA;
- CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA;
- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP

DECRETO Nº 4616, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4616, de 24 de março de 2015

"ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 5º, DO DECRETO N. 3843 DE 23 DE JANEIRO DE 2015, QUE REGULAMENTA A JUNTA MEDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, no artigo 4º, Inciso I, Parágrafo § 2º da Lei Complementar n. 073 de 20 de novembro de 2001 e artigo 30 § 3º do Decreto n.119 de 21de março de 2002,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o caput do Artigo 5º, do Decreto n. 3843 de 23 de janeiro de 2014, publicado em 29 de janeiro de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - A Junta Médica Oficial do Município de Rio do Sul será composta por médicos integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, sendo 03 (três) titulares e seus respectivos suplentes, devendo obrigatoriamente possuir: 01 (um) Médico Clínico Geral, 01 (um) Médico Ortopedista e 01 (um) Médico Psiquiatra. (...)"

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar n. 208/2010 e alterações posteriores, Lei n. 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO pelo presente Edital, as normas para realização do PROCESSO SELETIVO, destinado às funções elencadas no Anexo I, parte integrante deste edital.

1. DAS FUNÇÕES E DAS VAGAS

1.1. O candidato concorrerá às vagas das funções constantes no Anexo I deste Edital, com função/área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/habilitação descritos no mesmo.

1.2. O candidato que integrar o cadastro de reserva deverá manter seu endereço atualizado no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda da classificação.

2. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1. São reservadas às pessoas portadoras de necessidades especiais, 5% (cinco por cento) das vagas, por função oferecida, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma do artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal.

2.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o item 2.1

deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

2.2. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração e Súmula 377 STJ.

2.3. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos dos itens 3.3 e 3.4 deste Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições estarão abertas no período de 30/03/2015 à 13/04/2015, somente via internet, pelo site www.clicksolucoesinteligentes.com.br.

3.2. O candidato deverá:

3.2.1. Preencher integralmente o requerimento de inscrição e enviá-lo via internet;

3.2.2. Imprimir o boleto bancário;

3.2.3. Efetuar o pagamento da inscrição, de acordo com o valor previsto no item 4 deste Edital, utilizando o boleto bancário, até o dia 14/04/2015, em qualquer agência bancária do território nacional, observados os horários de funcionamento das mesmas.

3.3. O candidato portador de necessidades especiais deverá, após viabilizar os procedimentos do item 3.2 deste Edital, e antes de encerrado o prazo para as inscrições:

3.3.1. Apresentar à Comissão Especial de Processo Seletivo:

3.3.1.1 Atestado médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças - CID, e a provável causa da mesma, no Departamento de Recursos Humanos do Município de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 11h30min, até o dia 13/04/2015.

3.3.1.2. Anexo IV deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém:

a) declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições da função;

b) declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

c) as condições de que necessita para realizar a prova.

3.4 A avaliação e verificação, por equipe multiprofissional prevista no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração, somente antecederá à posse, se o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais (deficiente) for aprovado neste certame. Esta verificação avaliará se a deficiência do candidato, constante do Laudo Médico, é compatível com as atribuições da função para o qual foi aprovado e se consta dentre aquelas previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações.

3.5. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.5.1 Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membro com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis - db - surdez leve;
- b) de 41 a 55 - db - surdez moderada;
- c) de 56 a 70 - db - surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 - db - surdez severa;
- e) acima de 91 - db - surdez profunda; e
- f) anacusia;

III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

3.6. A inscrição somente será efetivada após o pagamento do valor da inscrição, conforme item 3.2.2 e 3.2.3 deste Edital.

3.7. Terá a inscrição cancelada, o candidato que não efetuar o pagamento da inscrição da maneira prevista nos itens 3.2.2 e 3.2.3.

3.7.1. O Município não efetuará a devolução do valor de inscrição paga após o decurso do prazo previsto no item 3.2.3 e, também, não efetuará reembolso em qualquer outra hipótese.

3.8. O Município e a Empresa Click Soluções não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via Internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado no item 3.2.2 deste Edital.

3.9. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes.

3.10. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

3.11. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas as exigências, no dia 15/04/2015 o presidente da Comissão Especial de Processo Seletivo publicará o rol dos inscritos, na forma disposta no item 10.1 deste Edital.

3.13. No dia 20/04/2015, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal de Rio do Sul.

4. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

- 4.1. R\$ 30,00 para função de Nível Médio;
- 4.2. R\$ 40,00 para função de Nível Técnico;
- 4.3. R\$ 80,00 para função de Nível Superior.

5. DA PROVA

5.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas ☐ Anexos II e III deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

5.2. Prova Escrita (PE) objetiva, de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

5.2.1. A prova escrita terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos, utilizando-se 2 (dois) decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo vista que cada questão valerá 0,25 (vinte e cinco centésimos).

5.2.2. Será considerado aprovado todo o candidato que obter nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na Prova Escrita.

6. DA REALIZAÇÃO DA PROVA E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. A prova escrita será realizada no dia 26/04/2015, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, em local e horário a ser divulgado no Edital de Homologação dos Inscritos.

6.2. A realização da prova escrita dar-se-á conforme disposto no Anexo III deste Edital.

6.3. Os gabaritos das provas escritas serão disponibilizados via internet, no sítio www.clicksolucoesinteligentes.com.br, e nos locais previstos no item 10.1 deste Edital, no 26/04/2015 após as 18h.

6.4. No dia 06/05/2015, a Comissão Especial de Processo Seletivo publicará o gabarito definitivo.

6.5. O conteúdo programático da prova escrita está descrito no Anexo II.

6.6. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

6.6.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações ☐ Estatuto do Idoso;

6.6.2. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

6.6.3. que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

6.6.4. que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

6.6.5. que possuir maior número de dependentes.

6.6.6. que tiver maior idade.

6.7. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, em local e data anunciados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência, na forma do item 10.1 deste Edital.

6.8. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 6.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

6.9. No dia 06/05/2015 será publicado as notas da prova escrita e classificação provisória.

6.10. A lista de classificação homologada pelo Prefeito Municipal de Rio do Sul, será publicada no dia 15/05/2015, nos locais previstos no item 10.1 deste Edital.

7. DOS RECURSOS

7.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

7.1.1. do presente Edital;

7.1.2. do não deferimento do pedido de inscrição;

7.1.3. da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

7.1.4. da nota da prova escrita;

7.1.5. da classificação provisória

7.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento protocolado no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Centro, Rio do Sul - SC, no horário das 7h30min às 13h30min.

7.3. Os demais recursos deverão ser feitos através do sítio da empresa Click Soluções ☐ www.clicksolucoesinteligentes.com.br.

7.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

8. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

- a) CPF;
- b) Registro de Identidade;
- c) Carteira de reservista (se homem);
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP;
- e) Certidão nascimento ou casamento;
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 21 anos);
- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- h) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme Anexo I deste edital);
- i) Endereço completo, telefone e e-mail para contato;
- j) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH);
- l) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH);
- m) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH);
- n) Declaração de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;
- o) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH);
- p) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver);
- q) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH);
- r) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da

convocação.

9. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, com possibilidade de ser prorrogado por igual período.

9.2. O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado por meio do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados no formulário de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul ☐ SC, quando houver alteração dos dados informados no formulário de inscrição.

9.3. A admissão dar-se-á através de ato oficial e os admitidos terão 15 (quinze) dias para procederem a contratação junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os documentos, habilitações e exame admissional.

9.4. Caso o candidato admitido para assumir a vaga não preencha os requisitos para a contratação, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Rio do Sul convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para a respectiva função.

9.5. A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas previsto neste edital, não gera direito à contratação. As convocações serão realizadas de acordo com a necessidade do município e disponibilidade orçamentária.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Cessadas as vagas no momento da chamada da primeira escolha, os candidatos seguintes serão convocados na medida em que surgir necessidade de preenchimento das vagas, por meio do Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e/ou Portal do Servidor (www.riodosul.sc.gov.br/rh).

10.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações das convocações, via on-line.

10.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em retificação ou aviso a ser publicado.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

10.4. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 10.4.1. Anexo I - Função / carga horaria / habilitação exigida / numero de vagas e vencimento;
- 10.4.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Escrita.
- 10.4.3. Anexo III - Normas para realização da Prova Escrita;
- 10.4.4. Anexo IV - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais
- 10.4.5. Anexo V - Cronograma

Rio do Sul, 25 de março de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

ANEXO I

A - QUADRO DE FUNÇÃO, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, VAGAS E VENCIMENTO

Função	Carga Horária	Habilitação Mínima	Vagas	Vencimento
Agente Administrativo	40h	Ensino Médio	07	R\$ 1.607,78
Enfermeiro	40h	Graduação em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	01	R\$ 3.617,51
Farmacêutico	40h	Graduação em Farmácia. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	01	R\$ 3.617,51
Médico Psiquiatra	20h	Graduação em Medicina, com especialização em Psiquiatria. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	01	R\$ 6.500,00
Técnico em Enfermagem	40h	Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	05	R\$ 2.210,69
Assistente Social	40h	Graduação em Serviço Social. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	01	R\$ 3.617,51

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA

1. LÍNGUA PORTUGUESA:

Morfologia, Fonética e Fonologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês, Interpretação de texto, Literatura Brasileira, Gêneros literários e discursivos.

2. CONHECIMENTOS GERAIS:

História e Geografia do Município de Rio do Sul, do Estado de Santa Catarina, do Brasil e do Mundo. Atualidades do Brasil e do Mundo / Notícias publicadas na mídias escrita e falada.

3. MATEMÁTICA:

Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto; Números fracionários e operações, Equações de 1º e 2º Grau, Raciocínio Lógico e Estatística.

4. ESPECÍFICOS:

4.1. Agente Administrativo:

Técnicas de Redação Oficial: ofícios, projetos de lei, leis, decretos, portarias, memorandos, conforme Manual de Redação da Presidência da República. Conhecimentos básicos sobre tributos municipais: tipos de impostos, taxas e contribuições, Fato gerador, lançamento, cobrança, fiscalização e arrecadação. Dívida Ativa Tributária. Noções gerais sobre licitações e contratos administrativos: Lei nº 8666/1993 e alterações. Noções básicas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Noções básicas sobre administração de recursos humanos. Conhecimentos gerais de informática: conceitos básicos: Hardware e Software, segurança, vírus, backup;

pacote Microsoft Office: Microsoft Office Word, Microsoft Office Excel, Microsoft Office Power Point; Microsoft Windows; Browsers para Internet (Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome); correio eletrônico: Web e Software específico (Microsoft Office Outlook); sites de busca na internet; ferramentas preventivas: ferramentas de Backup, Firewall, antivírus.

4.2. Enfermeiro:

Atenção à saúde da mulher no ciclo reprodutivo. Planejamento e Assistência de enfermagem ao parto, pré-parto, puerpério (Baixo e Alto Risco), urgências e emergências maternas. Planejamento e assistência de Enfermagem à Criança na Unidade Pediátrica e UTI Neonatal com distúrbio gastrointestinal, respiratório, geniturinário, hematológico, cardiovascular, endócrino, neurológico, e metabólico. Atenção humanizada à mulher, criança e família. Aspectos básicos da assistência de enfermagem médico-cirúrgica. Assistência de enfermagem ao paciente portador de doença crônico-degenerativa, causas da doença e métodos de tratamento. Assistência de enfermagem pré e pós operatória com ações de enfermagem na realização de curativos. Assistência de enfermagem ao indivíduo acometido de distúrbios cardiovasculares, renais e respiratórios, em situações de urgência/emergência e em Unidade de Terapia Intensiva. Assistência de enfermagem nos distúrbios e/ou afecções imunológicas e de doenças infecto-parasitárias. Prevenção e controle da Infecção Hospitalar. Terapia medicamentosa. Intervenções de enfermagem no preparo, esterilização e acondicionamento de material de uso hospitalar. Aspectos éticos e legais do exercício profissional do Enfermeiro e da equipe de enfermagem. Abordagem humanística da administração. Programa Nacional da Humanização. Elementos básicos da administração e suas relações com a assistência de enfermagem. Planejamento da assistência: conceito, finalidade e organização. Previsão de recursos materiais. Gestão de pessoas/ dimensionamento de pessoal. Supervisão e liderança. Programa de Educação Permanente, Estratégia de Saúde da Família.

4.3. Farmacêutico:

Conceitos objetivos, estrutura física e organizacional da farmácia popular; Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar; Seleção de medicamentos, Sistema de Distribuição de Medicamentos; Comissão de Farmácia e Terapêutica; Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares; Farmacovigilância Hospitalar; Farmacoepidemiologia; Farmacoeconomia; Terapia Antineoplásica (quimioterapia); Nutrição Parenteral; Estudos de utilização de medicamentos; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Cálculos em Farmácia Hospitalar.

4.4. Médico Psiquiatra:

Interpretação do exame físico. Valor da História Clínica. Interpretação de exames complementares básicos. Relação médico-paciente. Ética Médica. Semiologia psiquiátrica. Psicopatologia. Psiquiatria clínica. Delirium. Demências. Intoxicações. Dependências a drogas. Esquizofrenia. Transtornos delirantes. Transtornos de humor. Transtornos de ansiedade. Transtornos do pânico. Distúrbios alimentares e distúrbios do sono. Distúrbios da personalidade. Deficiência mental. Urgências em psiquiatria. Psiquiatria geriátrica. Psicoterapias. Psicofarmacoterapia. Terapêuticas biológicas. Legislação em saúde mental. Reforma Psiquiátrica.

4.5. Técnico em Enfermagem:

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação, contra indicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência

de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorços e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Doenças de notificação compulsória. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

4.6. Assistente Social:

O processo de trabalho no Serviço Social; Questões teórico-metodológicas do Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Serviço Social; Serviço Social e Políticas Sociais. Família, Grupos e Redes. Violência Doméstica. O trabalho do Assistente social nos espaços sócio-ocupacionais. A evolução histórica do Serviço Social no Brasil. Ética e Serviço Social; Interdisciplinaridade Profissional; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Conhecimentos sobre a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social e seus processos; Conselhos Municipais de Direitos e de Políticas Sociais; Projeto Ético-Político do Serviço Social; Programas Governamentais de Transferência de Renda. Constituição Federal do Brasil; Lei Orgânica de Assistência Social; Norma Operacional Básica do SUAS; Norma Operacional Básica ☐ RH ☐ SUAS; Política Nacional de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto das Pessoas com Deficiência; Código de Ética Profissional do Assistente Social. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Conhecimentos inerentes aos programas CRAS e CREAS. Decreto nº6307/2007.

ANEXO III

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

Na realização da prova escrita, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. Comparecer no local da prova, convenientemente trajado, com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta; poderá ser exigido comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte

brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997); 1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2. A prova terá 40 questões, distribuídas da forma abaixo:

MATÉRIAS	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	08	0,25
Conhecimentos Gerais/Atualidades	07	0,25
Raciocínio Lógico (Matemática)	05	0,25
Conhecimentos Específicos	20	0,25

3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ficar excluído do Processo Seletivo:

3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

3.3. Utilizar telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova;

5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

6. Todas as respostas da prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta. Não serão computadas as questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura;

7. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

8. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se do local. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

9. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal o cartão-resposta devidamente preenchido;

10. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a rubrica e conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

11. Os envelopes contendo os cadernos das provas que sobraram e os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Especial de Processo Seletivo.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome do Candidato:	
CPF:	Carteira de Identidade:
Função Pretendida:	

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.3.1.2 do Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições da função acima mencionada;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

RIO DO SUL, ____ de ____
_ de 2015.

Assinatura do Candidato

ANEXO V

CRONOGRAMA

DATA	ATO
25/03/2015	Publicação do Edital e Abertura de Inscrições
26 e 27/03/2015	Prazo para impugnações do Edital de abertura das inscrições
30/03/2015	Publicação das decisões acerca das impugnações ao edital de abertura de inscrições.
30/03 à 13/04/2015	Período de Inscrições
14/04/2015	Último dia para pagamento do boleto
15/04/2015	Publicação do Rol dos Insritos
16 e 17/04/2015	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/04/2015	Homologação das Inscrições
26/04/2015	Realização da Prova Escrita
26/04/2015 após as 18h	Publicação do Gabarito Provisório
27 e 28/04/2015	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova escrita. Prazo para recursos contra a prova prática
06/05/2015	Publicação do Gabarito Definitivo. Publicação das Notas da Prova Escrita e Classificação Provisória
07 e 08/05/2015	Prazo para recurso contra Nota da Prova Escrita e Classificação Provisória.
15/05/2015	Publicação do julgamento dos recursos Contra Notas e Classificação Provisória e a Homologação Final.

LEI 5.568

LEI Nº 5.568, de 25 de março de 2015

"DISPÕE SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), objetivando a cessão da servidora GLAUCE MARIA DE OLIVEIRA PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de fonoaudióloga, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, vinculada à Administração Direta do Poder Executivo Municipal.
----------	---

Art. 2º-	As normas e condições que regerão o Termo de Convênio são aquelas constantes da minuta anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei.
----------	---

Art. 3º-	As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente.
----------	--

Art. 4º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 5º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

25 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, OBJETIVANDO A CESSÃO DE PESSOAL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul - SC, doravante denominado CONVENIENTE, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Exmo. Sr. JEAN PIER XAVIER DE LIZ, e de outro, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede na Avenida 7 de Setembro, nº 467 - Centro, nesta cidade de Rio do Sul, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. DALMIR DA SILVA, resolvem por mútuo acordo, celebrar o presente TERMO DE CONVÊNIO, com fulcro na Lei Municipal nº 5.200, de 11 de outubro de 2011, e art. 37, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e demais legislações correlatas vigentes, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Convênio viabilizar a cessão, pelo CONVENIENTE, da servidora GLAUCE MARIA DE OLIVEIRA PINHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de FONOAUDIOLOGIA, com jornada de 30 (trinta) horas semanais e vinculada a Administração Direta do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, visando a melhoria dos serviços de competência da CONVENIADA no âmbito da educação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- a) ceder servidora municipal para o exercício de suas respectivas funções junto à CONVENIADA;
- b) arcar com despesas de remuneração e encargos trabalhistas e previdenciários da servidora cedida.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA obriga-se a:

- a) orientar a servidora cedida, de acordo com o serviço a ser desempenhado pela mesma;
- b) observar rigorosamente as condições de trabalho estipuladas pelo CONVENIENTE no que tange à jornada, carga horária semanal e função, sendo vedado o labor sobre jornada sem autorização prévia do CONVENIENTE;
- c) enviar mensalmente, folha de frequência da servidora cedida, constante da mesma todas as faltas eventualmente ocorridas e demais ocorrências do período.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Convênio é de 12 (doze) meses, a contar da data de 1º de janeiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo de Convênio poderá a qualquer tempo ser denunciado, por qualquer das partes, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias. Constituem motivo para a rescisão administrativa do Convênio:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de suas cláusulas;
- b) a modificação da finalidade ou da estrutura do Termo de Convênio, que prejudique a execução do mesmo;
- c) a inobservância de qualquer das cláusulas, condições ou obrigações estabelecidas neste instrumento, que facultará à parte prejudicada considerá-lo rescindido de pleno direito, independente de qualquer ação ou notificação judicial.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir os conflitos de interesses decorrentes da execução do presente Termo de Convênio.

E, por estarem as partes de comum acordo com as cláusulas, termos e condições do presente instrumento, firmam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas, após terem lido e assinado.

Rio do Sul (SC), 14 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ Prefeito do Município de Rio do Sul em exercício.	DALMIR DA SILVA Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
---	---

Testemunhas:

Daniel Juppa da Silva CPF: 054.890.789-79	Frederico Machado Heissler CPF: 035.329.749-67
--	---

PORTARIA 0206/2015

PORTARIA N. 0206/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido, a partir de 20/03/2015, a servidora LARA FERNANDA KERSBAUMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ipm

PORTARIA N. 0107/RH

PORTARIA N. 0107/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor municipal JOSÉ LUIZ DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos e designado para as funções de Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária, para exercer as atribuições do cargo de Secretário Municipal da Fazenda, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, durante o impedimento do titular por motivo de Férias, de acordo com Art. 46 e 47 da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 57 da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010 e com o Art. 11 da Lei Complementar n. 208 de 28/09/2010, o servidor fará jus ao vencimento do cargo de Agente Político de Secretário Municipal da Fazenda durante a designação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de fevereiro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lso

PORTARIA N. 0198/RH

PORTARIA N. 0198/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Designar, para a partir de 04/02/2015, a servidora CRISTIANA DALPIAZ GIRARDI, matrícula n. 648302, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor (40h), para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" da Rede Pública Municipal - Centro de Educação Infantil Tia Bea. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% (trinta por cento) do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0200/RH

PORTARIA N. 0200/RH

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Altera o Art. 1º, da Portaria n. 0195/RH de 13 de março de 2015, publicada em 18 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Designar, a partir de 04/03/2015 o servidor MARCELO FRANCISCO SCHMITT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar na Função de Coordenação de Unidade Educacional de "Extra Porte" da Rede Pública Municipal - Centro Educacional Luiz Adelar Soldatelli - CEPLAS. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 20% do seu vencimento base, nos termos do §7º do Art. 10 da Lei Complementar nº 075, de 20 de novembro de 2001 e alterações posteriores".

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 0195/RH de 13 de março de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA N. 0204/RH

PORTARIA Nº. 0204/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonera, o servidor JULLIAN HERMANN CREUTZBERG, portador do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função comissionada de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, sendo 26/03/2015, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N. 0205/RH

PORTARIA Nº. 0205/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonera, a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, portadora do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, da função comissionada de Chefe da Divisão de Treinamento e Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Administração, sendo 23/03/2015, o seu último dia de atuação na função comissionada, com fundamento no § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art.2º Nomear, a servidora LAIANA DA SILVA OSSEMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 27/03/2015, com opção pelo vencimento do cargo comissionado, fundamentado no Art. 57 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014 - EDIO SCHNEIDER**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) EDIO SCHNEIDER, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Instrutor de Atividade Física, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 003/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 25 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 011/2014 - ANDRESSA ANDRE**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANDRESSA ANDRE com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente na Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Barão do Rio Branco, n.220, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFESSOR- ANOS INICIAIS, 40H, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 011/2014

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 25 de fevereiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 010, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 010, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: JOELSON FARIAS PEREIRA, Diretor de Compras, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos, ANTONIO ALCEU DE SOUZA, Motorista, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação de bens inservíveis que serão leiloados na forma das Leis citadas.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2015.

Art. 2º O relatório da Comissão será anexado ao presente Processo Licitatório.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 011, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 011, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis ao Município, conforme Termo de Inservibilidade 001/2014 e Parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, em 13 de março de 2015, os seguintes bens móveis, para efeito de alienação:

LOTE 01: 01 ÔNIBUS M. BENZ/OF 1318, ano/modelo 1992, Placas LYC 3039, RENAVAL 555625648, cor amarela, Diesel, 41 Lugares.

LOTE 02: 01 ÔNIBUS VOLVO/B58, ano/modelo 1984, Placas AGJ 6494, RENAVAL 512555893, cor branca, Diesel, 46 Lugares.

LOTE 03: 01 PATROLA HUBER WACO 130, ano 1980.

LOTE 04: 01 PATROLA HUBER WACO 140, ano 1986.

LOTE 05: 01 PRENSA DE LIXO com motor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 065/2015 GRATIFICAÇÃO VALMIR BERTOLLO

PORTARIA Nº 065/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CHEFIA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida, a partir desta data, função de chefia ao Servidor Público Municipal Sr. VALMIR BERTOLLO, Mat. 7315/01 ocupante do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria de Infraestrutura, em conformidade com o Art. 54 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação 25 de Março de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 4/2015 EMHAB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ☐ EMHAB

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015

MENOR PREÇO POR LOTE

A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ☐ EMHAB, DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DE SEU DIRETOR PRESIDENTE, TORNA PÚBLICO, PARA QUEM INTERESSAR POSSA, CONFORME PRECEITUA A LEI Nº 8.666/93, ALTERADA PELA LEI Nº 8.883 DE 08/06/94 E LEI Nº 9.648 DE 27/05/98 E LEI 12.349/10, QUE RECEBERÁ ATÉ ÀS 13:30 HORAS DO DIA 28 DE ABRIL DE 2015, NA SEDE DA MUNICIPALIDADE, NA RUA JORGE LACERDA, Nº 75, PROPOSTAS PARA:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS, OFICINAS, PALESTRAS, GRUPOS DE CONVIVÊNCIA, CAMPANHAS, MOBILIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E PESQUISA PÓS-OCUPAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DO TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SERRA ALTA - FNHIS FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 301.579-56/2009/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFÊRNCIA ANEXO AO EDITAL.

OS INTERESSADOS PODERÃO OBTER MAIORES INFORMAÇÕES E RETIRAR O EDITAL COMPLETO, NO SETOR DE LICITAÇÕES DA EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO ☐ EMHAB, NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 120, SALA 02, NO HORÁRIO DAS 07:30HS ÀS 12:00HS E DAS 13:30HS ÀS 17:00HS.

SÃO BENTO DO SUL, 20 DE MARÇO DE 2015.

LUIZ CARLOS PEDROZO

DIRETOR PRESIDENTE DA EMHAB

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 83/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 83/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 27 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO DAS RUAS C, D, LUIZ CARLOS CONTEZINI E WILFRIED AFONSO WEIHERMANN, LOCALIZADAS NO CONJUNTO HABITACIONAL WILFRIED AFONSO WEIHERMANN, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO E CONVENIO Nº2014TR001536 COM SRD MAFRA.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 27/2015 FMS
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 9:00 horas do dia 10 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

DECRETO Nº 904/2015

DECRETO Nº 0904, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(349) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

(358) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente R\$ 3.500,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(455) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(357) 4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações R\$ 4.500,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 - Meio Ambiente

Atividade: 4.003 - Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(448) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PCR R\$ 40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EDITAL 01/2015 - CMDCA

EDITAL Nº 01/2015

RESULTADO DO EDITAL Nº 01/2014 DO CMDCA SOBRE A SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETO PARA FINANCIAMENTO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005, e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 24 de março de 2015, torna público o resultado do Edital nº 01/2014 do CMDCA sobre a seleção pública de projeto para financiamento, sendo:

-Projeto: Formando atletas por amor. Entidade Proponente: São Bento Handebol Clube;

-Projeto: Fazendo arte no tratamento. Entidade Proponente: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE,

-Projeto: Oficinas esportivas. Entidade Proponente: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE;

-Projeto: Natação de base. Entidade Proponente: São Bento Clube de Natação

-Projeto: Desenvolvendo cidadãos através da prática da natação. Entidade Proponente: São Bento Clube de Natação;

-Projeto: Promovendo cidadania. Entidade Proponente: Associação São Bento de Futebol;

-Projeto: Debate nas escolas. Entidade Proponente: JCI de São Bento do Sul;

-Projeto: A alfabetização através do uso da tecnologia em sala de aula. Entidade Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

-Projeto: A utilização do lúdico nas terapias. Entidade Proponente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE,

-Projeto: Aluno na quadra é aluno longe das drogas. Entidade Proponente: Associação São Bento de Futsal, e

-Projeto: Banda Marcial Castelo Branco. Entidade Proponente: Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Presidente Castelo Branco.

As Entidades proponentes terão o prazo de 15 dias úteis, após a publicação da aprovação pelo CMDCA, para apresentar os anexos II, III e IV constante no Edital nº 01/2014 do CMDCA

São Bento do Sul, 24 de março de 2015

Otto Muller

Presidente do CMDCA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Exames de Biópsias que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CITOPAR CENTRO CITO PATOLOGIA PARANÁ S/C LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de laboratório para a realização de exames de biópsias para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul - SC, conforme Pregão nº 16/2015.

DO VALOR: R\$ 144.600,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CITOPAR CENTRO CITO PATOLOGIA PARANÁ S/C LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 079/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 079/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática do 23º BPM-SC - Convênio Prefeitura/Rádio Patrulha, conforme Termo de Referência anexo a Compra Direta nº 364/2015.

DO VALOR: R\$ 3.600,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 06 (seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 25 de fevereiro de 2015.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ACADEMIA M J LTDA - ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de academia para desenvolver atividades físicas nos grupos de 3ª Idade, nos meses de fevereiro à novembro de 2015, sendo 07 profissionais (1 profissional de ioga, 2 coordenadores, 1 secretária e 3 profissionais de educação física), conforme especificações anexas ao Convite nº 34/2015.

DO VALOR: R\$ 39.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 03 (três) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de fevereiro de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ACADEMIA M J LTDA - ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 093/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 093/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 003/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, em 06 de JANEIRO de 2015, conforme Edital de Convite nº 368/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 003/2015, que constitui na contratação de empresa para adequação de espaços para salas de aula nas Unidades Escolares: CEIM Fada Madrinha, CEIM Neide de F. Lobermeyer, CEIM Pequenos Passos, CEIM Pingo de Gente, CEIM Sonho Meu, EBM Denise C. Harms, conforme memorial descritivo em anexo ao convite nº 368/2014;

Considerando a realização de serviços não previstos no projeto inicial, tais como:

- construção de mureta para guarda corpo no CEIM Pingo de Gente, visando maior segurança para as crianças;
- demolição, requadramento de parede e assentamento de cerâmica na cozinha do CEIM Fada Madrinha, devido à necessidade de construção de um passa prato;
- instalação de mais 60 m² de forro na sala do maternal no CEIM Neide Lobermeyer, necessário devido ao "eco" gerado pelas crianças no local;
- abertura de porta no CEIM Sonho Meu, devido a adequação do espaço para construção de um berçário e acesso a sala lateral;
- instalação de fossas anti-sépticas para os novos trocadores do CEIM Pingo de Gente;

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 5.670,59 (cinco mil seiscentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos).

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 04 (quatro) semanas, a contar de 13 de março de 2015 e com término em 09 de abril de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 04 (quatro) semanas, a contar de 16 de março de 2015 e com término em 12 de abril de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 10 de março de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

MINETTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, como Contratado.

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 146/2006

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 146/2006

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Permissão de Uso de Bem Público de nº 146/2006, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOCHA E SOCHA LTDA ME, de 26 de ABRIL de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública nº 64/2006.

Cláusula Primeira - Constante do objeto do Contrato a Permissão de uso de 01 (uma) sala destinada para exploração de venda de loterias num total de 45,37 m², solicita-se a revogação da permissão de uso conforme Art. 78, inciso XII e Art. 79, inciso I da Lei nº 8.666/93 a partir da data de 23 de março de 2015, sendo o valor a ser pago pelo aluguel da sala no valor de R\$ 460,98 referente ao período de 15 de março a 22 de março de 2015, sendo feita a devolução da chave da sala na data de 23 de março de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 20 de março de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito.

ALCIONE FRANÇA DA SILVA, como Secretário de Administração do Município.

SOCHA E SOCHA LTDA ME, como Permissionária.

RESOLUÇÃO 02/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 02/2015

NOMEAR A COMISSÃO ORGANIZADORA DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 24 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul.

Art. 2º - A referida Comissão será composta pelas conselheiras governamentais: Jaqueline Siedschlag e Josleine Travinski e como conselheiros não governamentais: Ana Maria Del Olmo Hillesheim e Jucélia Drechsler Zotz.

Parágrafo único - Também farão parte da Comissão Organizadora a adolescentes, Natascha Genifer Moranter como representante dos alunos da Rede Estadual Ensino e o adolescente Eduardo Henrique Koscianski como representante da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º - A Comissão de trabalho terá a seguinte atribuição:

I. Organizar e coordenar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Orientar e acompanhar a realização e resultados da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das pré-Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III. Preparar e acompanhar a operacionalização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul;

IV. Propor e encaminhar para aprovação da plenária do CMDCA critérios de definição do número de delegados, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V. Promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com a Coordenação de Evento, para tratar de assuntos referentes à realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI. Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VII. Manter a plenária informada sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização das pré-Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

VIII. Elaborar relatório a ser discutido nas comissões temáticas e informar em Plenária.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015
Otto Muller
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 03/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

NOMEAR A COMISSÃO ELEITORAL PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BENTO DO SUL PARA A GESTÃO 2016-2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 1.242, de 16 de fevereiro de 2005 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária deste Conselho realizada no dia 24 de março de 2015, resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão Eleitoral para a Eleição do Conselho Tutelar de São Bento para a gestão 2016-2020.

Art. 2º - A referida Comissão será composta pelos conselheiros Otto Müller, Dagumir Nogueira, Helenice Granemann Costa Grein e Jaqueline Siedschlag.

Parágrafo único - Também farão parte da Comissão Organizadora o assessor jurídico da Prefeitura, Thiago Rogério Hilgenstieler e o representante da Gestão administrativa, indicado pelo poder executivo, o Diretor do Serviço de Proteção Social Básica, Andriago Carvalho.

Art. 3º - A Comissão Eleitoral terá suas atribuições definidas de acordo com a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA.

Art. 4º - A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 24 de março de 2015
Otto Muller
Presidente do CMDCA

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 098 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA/SAMAE /SBS/Nº 098 de 25 de março de 2015.

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

Art. 1º Constitui comissão especial para acompanhar processo seletivo de contratação temporária nº 001/2015;

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

- Renato José Quost - Representante do setor de Recursos Humanos;

- Marcos Gertler - Representante do setor Contábil/Financeiro;

- Osni Paulo Langa - Representante da área Administrativa;

- Ivana Aparecida Pereira - Representante da área Técnica;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de março de 2015.
Osvalcir Peters
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

**DECRETO Nº 1916, DE 25 DE MARÇO DE 2015.
ADMITE SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O SERVIÇO
PÚBLICO MUNICIPAL. O PREFEITO MUNICIPAL DE
SÃO DOMINGOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO
USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS: 1.
PELO INCISO IX, DO ARTIGO 37, DA CONSTITUIÇÃO
FED**

DECRETO Nº 1916, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
 2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
 3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
 4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
 5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
 6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
 7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;
- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;
 - Considerando o Edital n. 008, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2014;
 - Considerando o Quarto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;
 - Considerando a necessidade da contratação de servidores para atender às demandas existentes em caráter temporário, uma vez que o Concurso Público vigente é de caráter efetivo e em diversas situações não contempla as necessidades;
 - Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;
 - Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;
 - Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Sidiane Chittó, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2015, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 25 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**CONV PREFE 018-B DE 17 12 2013 EQUIPAMENTOS
FDR**

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO - REPUBLICAÇÃO

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013

NÚMERO DO CONVÊNIO: Prefe 018-B/2013 de 17/12/2013 (Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel 283/2013)

DESCRIÇÃO: Este Convênio/ Termo de Cessão de Uso de Bem Móvel, tem por objetivo a cedência dos seguintes bens:

01 Carreta Agrícola 4 Toneladas, Série n.3361, Pat/FDR nº 798; no valor de R\$ 7.680,00.

01 Carreta Agrícola 6 Toneladas, Série n.3293, Pat/FDR nº 802; no valor de R\$ 8.680,00.

01 Grade Niveladora Pat/FDR nº859; no valor de R\$ 15.000,00.

01 Arado Subsolador, 5 Hastes Pat/FDR nº 852; no valor de R\$ 3.800,00.

01 Roçadeira Pat/FDR nº 755; no valor de R\$ 3.850,00.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC N. 29.784-B

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA/FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CNPJ: 82.951.336/0001-02

CESSIONÁRIO: Município de São Domingos - SC

CNPJ: 83.009.894/0001-08

DATA VENCIMENTO: 31/12/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 037/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 013/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 09 de abril de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE NITROGÊNIO, BAINHA FRANCESA E LUVAS DE POLIETILENO, PARA UTILIZAÇÃO NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL BOVINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 16 de março de 2015.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

PREGOEIRO OFICIAL.

São João do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 01.2015-HOSPITAL ASSIST. SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João.

ORIGEM: Dispensa de Licitação Nº 01/2015

OBJETO: "Fornecimento de imóvel a ser locado para o funcionamento do "Conselho Tutelar e do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social do Município de São João do Oeste", com área de 132,00 m², considerando a necessidade de instalação e localização de referida unidade."

Valor: 16.800,00

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 01.2015-HOSPITALSAUDE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João.

ORIGEM: Dispensa de Licitação Nº 01/2015

OBJETO: "A contratada foi selecionada e se compromete a efetuar o fornecimento de imóvel a ser locado para o funcionamento da seguinte especialidade: Consultório dentário, composta por 01 sala localizadas no Hospital Santa Casa Rural ."

Valor do contrato: R\$ 9.000,00

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATO 03.2015-CTO

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos de Informática Ltda- Me.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 03/2015

OBJETO: "Oficina de Confecção de Artesanatos e peças decorativas em tecidos, com fornecimento de material didático e certificado na conclusão do curso, conforme plano de ação do CRAS de São João do Oeste, com recursos do PAIF."

Valor: R\$ 9.000,00

VIGÊNCIA: 02.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Março de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATO 04.2015- CRIATIVA

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e CTO Cursos de Informática Ltda- Me.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 03/2015

OBJETO: "Oficina de Confecção de Artesanatos e peças decorativas em tecidos, com fornecimento de material didático e certificado na conclusão do curso, conforme plano de ação do CRAS de São João do Oeste, com recursos do SCFV."

VALOR: 13.000,00

VIGÊNCIA: 02.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Março de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATO 05.2015-ALEXANDRE

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Alexandre Campos Camargo- MEI.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 04/2015

OBJETO: "Realização de dança urbana e capoeira, destinados aos inscritos no CRAS, do município de São João do Oeste, com recursos de SCFV."

VALOR: R\$ 10.000,00

VIGÊNCIA: 02.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Março de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATO 10.2015-PREVENT

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Laboratório de Citologia Clínica Dannebrock- LTDA.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 28/2014

OBJETO: "Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN ."

VIGÊNCIA: 09.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATO 11.2015-LUISE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 11.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Luíse Terraplenagens Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 119/2014

OBJETO: "Prestar os serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013""

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

CONTRATO 11.2015-SIMEÃO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Farmácia e Drogaria Simeão-Ltda

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 34/2014

OBJETO: "Aquisição de fraldas descartáveis para munícipes acamados."

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal

CONTRATO 12.2015-DELAUVY

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 12.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Rogério Luis Delavy - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 119/2014

OBJETO: "Prestar os serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013""

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

CONTRATO 12.2015-SÃO LEOPOLDO

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Farmácia São Leopoldo- Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 34/2014

OBJETO: "Aquisição de fraldas descartáveis para munícipes acamados."

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

CONTRATO 13.2015-SKIN

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 13/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Clínica Integrada Skin Center S/S Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 06/2015

OBJETO: "A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - CIRURGIAS ELETIVAS."

VIGÊNCIA: 11.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
11 de Março de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal

CONTRATO 14-2015-LEILA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Leila Skrypcsak Rhoden

ORIGEM: Pregão Presencial nº 05/2014

OBJETO: "Captação de água em Cristo Rei."

VALOR: R\$ 1000,00

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

CONTRATO 19-2015-MITRA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Mitra Diocesana Chapécó - Paróquia São João Berchmans.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 33/2015

OBJETO: "A Contratada se compromete a ceder três salas e o auditório do Centro de Pastoral Comunitário São João Berchmans, para o funcionamento de aulas de canto e música e para a realização de reuniões e palestras de interesse da Administração do Município de São João do Oeste, CME, Setor Cultural, Epagri."

VALOR: R\$ 8.400,00

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste
02 de Janeiro de 2015
Sérgio Luís Theisen
Prefeito Municipal.

CONTRATO 22.2015-BETHA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Betha Sistemas Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 21/2015

OBJETO: "Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da contratante."

VALOR: R\$ 9.178,75

VIGÊNCIA: 04.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

30 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 23.2015- OESTE FM

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Oeste Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 20/2015

OBJETO: "Publicações de informes das secretarias municipais, no horário compreendido entre às 06:30 horas e 18:30 horas, de segunda a sexta feira, em forma de avisos, durante o período de fevereiro à dezembro de 2015. Divulgação e cobertura de eventos oficiais do Município de São João do Oeste, incluindo flashes ao vivo do evento."

VALOR: R\$ 16.500,00

VIGÊNCIA: 04.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

30 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 24.2015 - EZEQUIEL

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Ezequiel Rodrigo Pasinato.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 20/2015

OBJETO: "Serviço de divulgação de matérias de caráter educacional, informativo e de orientação social, veiculando de forma eletrônica eventos oficiais e campanhas vinculadas ao município de São João do Oeste-SC, através de site de propriedade do Contratado."

VALOR: R\$ 4.000,00

VIGÊNCIA: 04.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

30 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 27.2015-AGROPAMPA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Agro Comercial Pampa Ltda Me.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 14/2015

OBJETO: "Compra de sêmen bovino."

VALOR: R\$ 31.500,00

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 28.2015 - SEMEX

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Semex do Brasil Comércio, Importação e Exportação Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 14/2015

OBJETO: "Compra de sêmen bovino."

VALOR: R\$ 99.020,00

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 29.2015 - EMBRIOSEMEN

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Embriosemen Equipamentos Agropecuários Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 14/2015

OBJETO: "Compra de sêmen bovino."

VALOR: R\$ 144.800,00.

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 30.2015 - IMPACTO

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Impacto Sistemas de Informação Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 21/2015

OBJETO: "Licença de uso do Software de Controle das Atividades e Serviços do meio Rural denominado Sicas Rural, bem como a prestação de serviços de assistência técnica do referido Software."

VALOR: R\$ 4.180,00

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 31.2015- ITECH

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e JV - itech informática tecnologia impressão LTDA

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 21/2015

OBJETO: "Objeto a locação de sistema de informática para o setor de RH, com 02 (dois) usuários."

VALOR: R\$ 2.665,00

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 32.2015 - BETHA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e BETHA SISTEMAS- LTDA.

ORIGEM: Processo Licitatório n.º 21/2015

OBJETO: "Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo."

VALOR: R\$ 14.625,00

VIGÊNCIA: 09.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

CONTRATO 09.2015-HOFFMANN

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 09/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Laboratório de Análises Clínicas Hoffmann LTDA- ME

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 28/2014

OBJETO: "Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN."

VIGÊNCIA: 09.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

09 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

CONTRATOS 21.2015-COOPAFA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21.2015

PARTES: Município de São João do Oeste e COOPAFASJO

ORIGEM: Pregão Presencial nº 07/2015

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE com Recursos Federais."

VALOR: Até R\$ 10.346,00

VIGÊNCIA: 30.01.2015 até 30.04.2015

São João do Oeste

30 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

TA CONTRATO 27.2014-PROGRESSO

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO 1º TA 27/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Rádio Progresso de Descanso Ltda.

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 13.2014.

OBJETO: "Realização das publicações dos atos oficiais da administração pública municipal do município de São João do Oeste, no horário entre as 11:00 horas às 12:00 horas de Segunda a Sexta Feira, em forma de avisos, durante o período de Fevereiro à Dezembro de 2015."

Valor: R\$ 6.600,00

VIGÊNCIA: 01.02.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

01 de Fevereiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal

TA CONTRATO 41.2014 - HAMMES

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 41/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Hammes & Cia Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: "Transporte Escolar."

Valor: R\$ 83.766,00

VIGÊNCIA: 02.01.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste

02 de Janeiro de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

São João do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.748 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.748 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.2051 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
25 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 1.749 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.749 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA), DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FIA) E DO CONSELHO TUTELAR (CT) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política de Atendimento da Criança e do Adolescente no município de São João do Sul e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA); a Lei n.º 12.696/2012; as Resoluções do CONANDA nº 139, 152 e 170, de 10 de dezembro de 2014 e na Lei Orgânica Municipal de São João do Sul.

TÍTULO II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º - É assegurada, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente, a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, como dever correntemente da sociedade e do Poder Público Municipal, articulado ao Poder Público Estadual e Federal.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Art. 3º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente compreende todo um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, quando for o caso.

Art. 4º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - Políticas sociais básicas de educação, saúde, habitação, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo,

mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, bem como à convivência familiar e comunitária;

II - Políticas e Programas de Assistência Social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitarem;

III - serviços especiais, nos termos desta Lei.

§ 1º O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

§ 2º O Município poderá firmar consórcio e convênios com entidades públicas de outras esferas governamentais, para atendimento regionalizado, desde que haja prévia aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e autorização legislativa, quando necessária.

Art. 5º - São órgãos e instrumentos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente

- CT.

Art. 6º - As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Art. 7º - Os programas a que se refere o artigo anterior serão classificados como de proteção ou sócio-educativo e destinar-se-ão a:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semi-liberdade;
- g) internação.

Art. 8º - Os serviços especiais referidos no inciso III do artigo quarto visam a:

- a) proteção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) identificação e localização de pais, crianças e de adolescentes desaparecidos;
- c) proteção jurídico-social.

TÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, como órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador e fiscalizador da política de atendimento à criança e ao adolescente das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

Parágrafo Único - Os atos normativos ou decisórios emanados do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão formalizados sob a denominação de Resolução.

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) será composto por 10 (dez) membros efetivos, com igual número de suplentes, representados paritariamente por instituições governamentais e não governamentais, da seguinte forma:

I - 05 (cinco) instituições governamentais, representadas pelos seguintes órgãos e entidades:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- e) 01 (um) representante da Polícia Militar.

II - 05 (cinco) representantes de Instituições não governamentais, de atendimento direto, de defesa, de estudos e pesquisas e de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

- a) 01 (um) representante da Associação dos Clubes de Mães;
- b) 01 (um) representante do Pastoral da Saúde;
- c) 01 (um) representante da APAE;
- d) 01 (um) representante da Pastoral da Criança;
- e) 01 (um) representante das APPs das Escolas de Educação Básica do Município.

§ 1º - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais serão indicados pelo Prefeito Municipal, dentre pessoas com poderes de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da sanção da Lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Os Conselheiros representantes dos demais órgãos governamentais serão indicados pelos chefes das unidades locais no âmbito do respectivo órgão, no prazo de 10 (dez) dias, contatos a

partir de recebimento da solicitação para nomeação.

§ 3º - Os representantes de entidades não governamentais de defesa ou atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente serão indicados por suas respectivas diretorias, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da solicitação para nomeação.

§ 4º - Para cada Conselheiro haverá 01 (um) suplente indicado na mesma ocasião que aquele.

§ 5º - A solicitação de indicação do Conselheiro far-se-á para a primeira composição, pelo Prefeito Municipal, e nos demais casos pelo coordenador do Conselho cujo mandato estiver se extinguindo.

§ 6º - Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terão mandato por 02 (dois) anos, permitindo a reeleição por igual período.

§ 7º - A função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 8º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito Municipal, obedecida a origem das indicações.

§ 9º - Em caso da extinção da entidade com representação no Conselho, o membro desta será indicado pela que vier a sucedê-la, ou em caso de não haver entidade para suceder, será indicado outra entidade do Município que for cadastrada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 11 - São requisitos para exercer a função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 18 (dezoito) anos;

III - residir ou atuar profissionalmente no município de São João do Sul.

Art. 12 - O Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído, a qualquer tempo, pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou por vontade do Conselheiro, devendo o seu afastamento ser previamente comunicado e justificado para que não haja prejuízo das atividades do Conselho, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade competente deverá designar o novo Conselheiro governamental no prazo máximo da realização da Assembléia Ordinária subsequente ao afastamento.

§ 2º Na primeira sessão plenária ordinária de cada biênio, o Conselho elegerá a sua diretoria, composta por um presidente, um vice-presidente e dois secretários.

§ 3º A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes ao exercício de seu cargo.

§ 4º Caberá ao Município oferecer suporte técnico e administrativo, bem como pessoas para o funcionamento do Conselho, devendo constar na Lei Orçamentária previsão de recursos para este fim.

§ 5º O Chefe do Poder Executivo, ouvido o Conselho, disporá de local para o funcionamento do mesmo.

Art. 13 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular e coordenar a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com garantia de sua promoção, da sua defesa, da sua orientação, visando à proteção integral da criança e do adolescente;

II - fixar os critérios para gerenciamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA e utilização dos recursos nos termos do Art. 260 da Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990 e alterada pela Lei nº 8242, de 12 de outubro de 1991;

III - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente Lei e toda a legislação atinente a direitos da criança e do adolescente;

IV - dar apoio aos órgãos não governamentais para tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos na Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990;

V - zelar pela execução da Política dos Direitos da Criança e do

Adolescente atendidas as suas peculiaridades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança, dos bairros e da zona rural ou urbana em que se localizam;

VI - requisitar da Secretaria Municipal de Assistência Social, apoio técnico especializado no assessoramento, procurado efetivar os princípios ou diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - participar do planejamento integrado do orçamento do município formulado as prioridades a serem incluídas no mesmo, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

VIII - receber denúncias, petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa ou entidade, por desrespeito aos direitos assegurados à criança e ao adolescente, dando-lhes o encaminhamento devido;

IX - promover o registro e a avaliação das entidades governamentais e não-governamentais, ligadas ao atendimento e a defesa dos direitos da criança e do adolescente, através de seus programas de proteção e sócio-educativas, na forma dos artigos 90 e 91 da Lei n.º 8.069/90.

X - elaborar e alterar o seu regimento interno, com a aprovação de dois terços do total de seus membros;

XI - reunir-se ordinária e extraordinariamente conforme dispuser o Regimento Interno;

XII - conduzir o processo de escolha dos Conselhos Tutelares, designando Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil;

XIII - homologar o regimento interno do Conselho Tutelar;

XIV - encaminhar o seu regimento interno e do Conselho Tutelar para homologação do Poder Executivo.

Art. 14 - O Conselho Municipal manterá uma Secretaria Geral, destinadas ao suporte administrativo-financeiro necessário ao funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

Art. 15 - Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados no Quadro Mural de Publicações e/ou Diário Oficial do Município, podendo utilizar-se, ainda, dos meios de comunicação necessários a divulgação dos atos legais e institucionais.

CAPÍTULO I

DO REGIMENTO INTERNO

Art. 16 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elaborar o Regimento Interno, submetendo-o à homologação por Decreto ou por resolução do CMDCA.

Art. 17 - O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá conter, dentre outros, os seguintes itens:

I - a estrutura funcional mínima composta por Plenária, Diretoria e Comissões, definindo suas atribuições;

II - a forma de escolha dos membros da Diretoria do Conselho;

III - a forma de substituição dos membros da Diretoria na falta ou impedimento dos mesmos;

IV - a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que seja garantida a presença de todos os seus membros e a participação da população em geral;

V - a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a prévia comunicação aos Conselheiros;

VI - a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

VII - o quorum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - as Comissões que deverão ser compostas de forma paritária;

IX - a forma como ocorrerá a discussão das matérias da pauta;

X - a forma como se dará a participação dos presentes na Plenária

Ordinária;

XI - a garantia da publicidade das Plenárias Ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

XII - os procedimentos básicos que normatizam a inscrição e recadastramento das entidades não governamentais e governamentais ao CMDCA;

CAPÍTULO II

DO REGISTRO E INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E PROGRAMAS DE ATENDIMENTO

Art. 18 - Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas no Município de São João do Sul, que prestem atendimento à criança, adolescente e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o artigo 90, caput, e, no que couberem, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 19 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá realizar:

I - periodicamente, a cada 02 (dois) anos, no máximo, o recadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente traçada;

II - expedir Resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no artigo 91, da Lei Federal n.º 8.069/90.

Parágrafo Único - Os documentos a serem exigidos visarão, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

TÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

Art. 20 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com esteio nos Arts. 165 da Constituição Federal, 71, 72, 73 e 74 da Lei Federal nº 4.320/64 e 88, 154, 214 e 260, 260-A, 260-B, 260-C, 260-D, 260-E, 260-F, 260-G, 260-H, 260-I, 260-J da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente e Lei Federal 13.019/2014 e legislação correlata vigente.

Art. 21 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

I - doações de contribuintes do imposto de renda e outros incentivos governamentais;

II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais, sejam elas de bens materiais, móveis e imóveis ou recursos financeiros e demais doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

V - produto de aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

VI - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;

VII - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica e transferidas do Estado e da União;

VIII - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 22 - Cabe ao gestor do FIA:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou União;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de

convênios ou por doações ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - praticar os demais atos necessários à eficiente gestão do FIA, de acordo com as normas em vigor.

Art. 23 - Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA na esfera da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo Único - São gestores do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, o Chefe do Poder Executivo Municipal e o Secretário Municipal de Assistência Social.

TÍTULO VI

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CAPÍTULO I

DA MANUTENÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 24 - Fica instituído o Conselho Tutelar do Município de São João do Sul, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto por 05 (cinco) membros remunerados, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º - Entende-se como de natureza funcional, a autonomia do Conselho Tutelar, ou seja, em matéria técnica de sua competência, cabe tomar decisões e aplicar medidas, sem qualquer interferência externa.

§2º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas por ele próprio (arts. 99 e 100, ECA) ou pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse (art. 137, ECA).

Art. 25 - O Conselho Tutelar será vinculado administrativamente à Secretaria de Assistência Social e receberá suporte técnico, humano, administrativo e financeiro do Município.

Parágrafo Único - Constará na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários a sua implantação, manutenção e funcionamento, incluindo:

I - o processo de escolha dos conselheiros tutelares;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos conselheiros, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios, em serviço;

IV - manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

Art. 26 - O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, que ofereça acessibilidade e contará ainda com as seguintes garantias mínimas ao seu funcionamento:

I - placa indicativa da sede do Conselho;

II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público e para os serviços administrativos, equipada com computador com acesso à internet, sendo no mínimo 01(um) com impressora;

III - sala reservada para o atendimento individual dos casos;

IV - 01 (uma) central telefônica e no mínimo telefone 01 (um) telefone móvel;

V - mobiliário e material de expediente adequado ao funcionamento do órgão.

Art. 27 - Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), ou sistema equivalente.

Parágrafo único - Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo

atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 28 - A sede do Conselho Tutelar permanecerá aberta ao público, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único - Poderá o Poder Executivo Municipal, em acordo com deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o colegiado do Conselho Tutelar, estabelecer, através de emissão de decreto municipal, horário diferenciado ao previsto no caput, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população e em conformidade com a carga horária prevista no Art. 29, desta Lei.

Art. 29 - O conselheiro tutelar fica sujeito à jornada de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho distribuídas em atividades na sede do órgão, além de sua participação em reuniões de trabalho fora da sede do Conselho e eventual presença em atos públicos, sempre que for solicitado.

Parágrafo Único - Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, onde cada membro deve cumprir 24 (vinte e quatro) horas corridas, a cada 05 (cinco) dias, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de suas atividades.

Art. 30- As decisões em relação às atribuições do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

Parágrafo único - O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 - O Processo de escolha membros do Conselho Tutelar será feito mediante sufrágio universal, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral que compõem as seções eleitorais do Município de São João do Sul/SC, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 32 - No período de 06 (seis) meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar na imprensa local, por três vezes sucessivas, Edital de Convocação da Eleição, fixando sua data e abrindo prazo para inscrição de candidatos.

Art. 33 - A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo poderá votar em apenas 01 (um) dos candidatos.

Art. 34 - O processo de eleição para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 35 - O processo de eleição ocorrerá no primeiro (1º) domingo

do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, a partir de quatro (04) de outubro de 2015.

Art. 36 - A posse dos Conselheiros Tutelares eleitos ocorrerá no dia dez (10) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 37- No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

CAPÍTULO IV

DOS REQUISITOS, DOS REGISTROS E DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 38 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município de São João do Sul há no mínimo 02(dois) anos;

IV - possuir Ensino Médio Completo, mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso;

V - possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria "B", podendo ser postergada a comprovação da habilitação para o ato da posse;

VI - estar no gozo de seus direitos políticos;

VII - submeter-se a 01 (uma) sessão psicológica (entrevista) de caráter eliminatório.

Art. 39 - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá examinar a idoneidade moral do candidato em declarações, atestados ou certidões formais, mas também em quaisquer outros meios de prova em direito admitidos como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspectos relevantes.

Art. 40 - O conselheiro tutelar titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 41 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Rosa do Sul.

Art. 42 - Os candidatos a membros do Conselho Tutelar deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do Edital de convocação.

Parágrafo Único - O candidato, que for membro de Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que pleitear cargo de Conselheiro Tutelar deverá pedir seu afastamento formal daquele Conselho, no ato de inscrição à eleição.

Art. 43 - Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar o Edital com a relação dos inscritos, abrindo prazo de 05 (cinco) dias para impugnações a partir da publicação.

§ 1º A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos da criança ou adolescente.

§ 2º Simultaneamente à publicação e pelo prazo de 05 (cinco) dias abrir-se-á vista ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90, podendo apresentar impugnações.

Art. 44 - Havendo impugnação o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias.

Art. 45 - Cumprindo o prazo acima, os autos serão submetidos à Comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha para decidir sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias e, podendo, se necessário, ouvir as testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências, dessa decisão, publicar-se-á em murais públicos do Município;

Art. 46 - Ao apreciar finalmente os pedidos, a comissão especial mencionará as razões no caso de indeferimento de inscrição, mandando publicar Edital com as candidaturas deferidas e notificando as indeferidas aos seus autores.

Parágrafo Único - Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para a decisão com o máximo de celeridade.

Art. 47 - Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os nomes dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

CAPÍTULO V

ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 48 - Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, garantindo-se que o processo de escolha seja realizado em locais públicos e de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade.

Art. 49 - A Comissão Especial Eleitoral poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como, providenciar a elaboração de software, observada as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

§1º Na impossibilidade de aquisição de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral, poderá obter junto a Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente;

§2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atento à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 50 - À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral, ouvido o Ministério Público.

§1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto a Comissão Especial Eleitoral.

§2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Art. 51- Encerrada a apuração dos votos e julgadas eventuais impugnações, o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fará publicar

Edital com os nomes dos Conselheiros e suplentes eleitos, com respectiva quantidade de votos.

§ 1º - Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos titulares nos termos do Art. 24, ficando todos os demais como membros suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na avaliação psicológica.

§ 3º - Permanecendo o empate, será considerado eleito o candidato com maior idade.

Art. 52 - Os Conselheiros Tutelares eleitos serão diplomados e tomarão posse perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com respectivo registro em Ata, no dia 10 (dez)

de janeiro do ano subsequente à eleição, devendo para tanto ser oficiado ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados e publicado o ato de nomeação.

Art. 53 - Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, nos casos de férias anuais dos conselheiros titulares, licenças, renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento, o Poder Executivo Municipal convocará imediatamente o suplente mais votado, seguindo a ordem de classificação, para o preenchimento da vaga.

CAPÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 54 - Compete aos Conselheiros Tutelares, sem prejuízo das atribuições conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

I - zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

II - manter conduta pública e particular ilibada;

III - zelar pelo prestígio da instituição;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X - identificar-se em suas manifestações funcionais;

XI - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XII - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente;

XIII - exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;

XIV - inserir dados online das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;

XV - acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.

XVI - apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XVII - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

XVIII - ter conhecimentos básicos em informática nos programas: excel, powerpoint, word e internet.

XIX - dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar, abstando-se de se pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos.

CAPÍTULO VII

DAS GARANTIAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 55 - O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração, uma vez que a função de membro do Conselho Tutelar exige

dedicação exclusiva.

Parágrafo Único - O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

Art. 56 - O padrão salarial do cargo de Conselheiro Tutelar será de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), à título de remuneração, sendo reajustado na mesma base e condições dos demais servidores do Município de São João do Sul.

Parágrafo Único - Ao Conselheiro Tutelar será assegurada ainda, a percepção das seguintes vantagens:

I - gratificação natalina;

II - férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;

III - contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - licença por falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, irmãos, avós e netos, pelo período de 05 (cinco) dias;

VII - licença para tratamento de saúde.

CAPÍTULO VIII

DAS FALTAS FUNCIONAIS

Art. 57 - Comete falta funcional o Conselheiro Tutelar que:

I - exercer outra atividade profissional no exercício do mandato;

II - acumular outra atividade, mesmo que de forma voluntária, simultaneamente às atividades exercidas como conselheiro tutelar;

III - exercer a função abusivamente em benefício próprio;

IV - receber, em função do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos e diligências;

V - ter faltas injustificadas;

VI - proceder de forma desidiosa;

VII - não cumprir a carga horária e plantões;

VIII - ter inidoneidade moral;

IX - romper o sigilo legal, repassando informações a pessoas não autorizadas, sobre casos analisados pelo Conselho e das quais dispõe somente em virtude da sua função;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - abusar da autoridade que lhe foi conferida, excedendo os justos limites no exercício da função ou exorbitando de suas atribuições no Conselho;

XII - recusar-se ou omitir-se a prestar o atendimento que lhe compete, seja no expediente normal de funcionamento do Conselho Tutelar, seja durante seu turno de plantão;

XIII - aplicar medida contrariando decisão colegiada do Conselho Tutelar, e desta forma causando dano, mesmo que somente em potencial, a criança, adolescente ou a seus pais ou responsável.

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO DISCIPLINAR E DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 58 - O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar penalidade a Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por Comissão de avaliação de processo disciplinar especialmente designada, formada por 01 (um) representante do Executivo Municipal, 01 (um) representante de entidade não-governamental, 2 (dois) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um governamental e outro não-governamental e 01 (um) representante do próprio Conselho Tutelar, de todos sendo exigido conhecimento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 59 - Os representantes supracitados serão indicados, respectivamente:

I - o representante do Executivo, pelo Prefeito Municipal;

II - o representante governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela maioria dos conselheiros governamentais, e o representante não-governamental pela maioria dos conselheiros não-governamentais do referido Conselho;

III - o representante do Conselho Tutelar, pela maioria dos

conselheiros tutelares, neste caso estando impedido de votar o indiciado.

Art. 60 - Conforme a gravidade do fato e das suas consequências e a reincidência ou não, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão não remunerada de 01 (um) a 90 (noventa) dias;

III - perda do mandato.

§ 1º No caso de ausência nas convocações do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros poderão ser penalizados conforme Capítulo IX do processo disciplinar e das sanções disciplinares.

§ 2º A penalidade de suspensão não-remunerada poderá ser convertida em multa, na mesma proporção da remuneração do Conselheiro penalizado e dos dias afastados, sendo esta revertida ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA.

Art. 61 - O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

Parágrafo Único - Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado e seguirá os trâmites estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João do Sul.

Art. 62 - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com quórum mínimo de 2/3 de membros, decidirá o caso, aplicando quaisquer das penalidades previstas nesta Lei em seu art. 60.

§ 1º Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 2º Constatada a prática de crime ou contravenção penal, o fato será ainda informado ao Ministério Público, com cópia da decisão final.

Art. 63 - Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

II - deixar de residir no município;

III - for condenado por decisão irreversível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Parágrafo Único - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 64 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 1.202, de 17 de agosto de 2004, a Lei Municipal nº. 1.554 de 21 de setembro de 2010 e, a Lei Municipal nº. 1.642, de 04 de dezembro de 2012.

Art. 65 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 25 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 093/2015

DECRET O Nº 093/2015

"QUE CONCEDE PAGAMENTO DE PENSÃO Á VIÚVO DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL APOSENTADA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao Requerimento Verbal formulado por LOURIVAL CASSÃO; Em conformidade com Lei; fica concedido o pagamento de PENSÃO por morte da funcionária Aposentada ROSA SERAFIM CASSÃO, ao viúvo LOURIVAL CASSÃO, a contar do dia 02 de Março de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 094/2015

DECRET O Nº 094/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO MAURICIO TADEU BRANCO RAMOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor MAURICIO TADEU BRANCO RAMOS, ocupante do Cargo Efetivo de Professor, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 055/2013, de 04/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 095/2015

DECRET O Nº 095/2015

"QUE DETERMINA RETORNO DE FUNCIONÁRIOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com os Autos Nº 0001468-44.2012.8.24.0063, Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa Fica determinado o retorno dos funcionários ANDRÉ DE SOUZA SPOLTI e GIULIAN AMARAL PORTO às suas funções junto a este Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 096/2015

DECRET O Nº 096/2015

"QUE DETERMINA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE TRANSPORTE ESCOLAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; Fica autorizado a contratação emergencial da empresa FILIPI ANTUNES ZANETE, portadora do CNPJ 21.737.555/0001-90 para realizar os serviços de Transporte Escolar, no trajeto da SC - 114 mediações do barracão do senhor Schilenper até a localidade de Santa Isabel, no período Vespertino, percorrendo 72 Km diários, tendo como data de início do referido transporte no dia 02/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 097/2015

DECRETO Nº 097/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em atenção ao requerimento Protocolado sob o Nº 243, de 04/03/2015 e de acordo com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Capítulo I, Do Avanço Vertical, Art. 53, fica concedido Progressão por nova Habilitação ou Titulação Superior a Professora LÚCIA DE FÁTIMA FURTADO DOS SANTOS MARTINS, ocupante do Cargo de Professora I Plena, 20 horas, Nível A1, com vencimentos mensais de R\$ 1.088,56 para Professora II Pós, 20

horas, Nível A1, com vencimentos mensais de R\$ 1.165,14.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 098/2015

DECRET O Nº 098/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO AO FUNCIONÁRIO JULIANO RIBEIRO ZANELLA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor JULIANO RIBEIRO ZANELLA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 123/2013, de 11/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 099/2015

DECRETO Nº 099/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - ADRIANA APARECIDA ARTISMO GUIMARÃES, para ocupar o Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais (servente), na Secretaria Municipal de Assistência Social, com 40 horas semanais classificada em 60º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário. - MARCOS ALEXANDRE PEREIRA DE OLIVEIRA, para ocupar o Cargo Efetivo de Operador de Maquina Escavadeira Hidráulica, na Secretaria Municipal de Agricultura, com 40 horas semanais, classificado em 2º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.

ULADIMIR DEMECIANO

Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 100/2015

PORTARIANº 130/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário ADRIANO RODRIGUES TAVARES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 23/03/2015 à 21/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 23 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 101/2015

DECRETO Nº 101/2015

"QUE DECLARA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude de não ter sido aceita a proposta da única participante no processo licitatório de Nº 16/2015, referente à contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo e considerado o fato de que o mesmo não pode sofrer solução de continuidade, fica declarada a situação de emergência administrativa na prestação dos referidos serviços.

Art. 2º - Em consequência, fica autorizada a contratação direta dos serviços de coleta e destinação do lixo, em caráter emergencial, e pelo prazo de 90 dias, nas mesmas condições do contrato firmado com a empresa Serrana Engenharia LTDA, cujo prazo se venceu em data de 16 de Março de 2015.

Art. 3º - No prazo de 90 dias deve ser aberto e finalizado novo processo licitatório para a contratação dos serviços de coleta e destinação do lixo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 102/2015

DECRET O Nº 102/2015

"CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO A FUNCIONÁRIA ELIZETE HUGEN NUNES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE SAÚDE, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento protocolado sob o Nº 246, em data de 13/03/2015, e em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.300/99, artigo 69, Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, Fica concedido Licença sem Remuneração para tratar de assuntos particulares, pelo período de 02 (dois) anos à funcionária ELIZETE HUGEN NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Saúde, a referida Licença é a contar do dia 13/03/2015.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 13 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 103/2015

DECRET O Nº 103/2015

"QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 049/2015, DE 05/02/2015, QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA NAS CONTRATAÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em virtude da necessidade de autorização Legislativa para a contratação de TRANSPORTE ESCOLAR com a dispensa de algumas exigências estabelecidas no Processo de Licitação 035/2015, para determinados casos, implicando em maior tempo para o novo Processo Licitatório, ficam prorrogados por mais 60 dias os efeitos do Decreto 049/2015, contados a partir do término de sua vigência.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

DECRETO Nº 104/2015

DECRETO Nº 104/2015

"QUE NOMEIA TEMPORARIAMENTE NOVO MEMBRO PARA O CONSELHO TUTELAR"

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007; Fica Nomeada Temporariamente para compor o Conselho Tutelar do Município de São Joaquim - SC., a senhora DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para ocupar o Cargo de Conselheira Tutelar, em substituição a conselheira NELCI DA SILVA TOMAZ, que encontra-se em gozo de férias, a contar do dia 06/03/2015 até 04/04/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

TERMO DE POSSE

Sr.ª: DANIELA CRISTINA MEDEIROS

Cargo Eletivo: CONSELHEIRA TUTELAR

Aos 18 (dezoito) dias do mês de Março do ano de 2015, nesta cidade de São Joaquim - SC., na Sala de Despachos do Sr. Prefeito Municipal - Em Exercício, compareceu a Senhora DANIELA CRISTINA MEDEIROS, para tomar posse no Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, para o qual foi nomeada através do Decreto Nº 104/2015, de 18/03/2015.

Depois de apresentar os documentos a que se refere às Leis Municipais, proferiu em voz alta as seguintes palavras, prestando seu compromisso:

- "PROMETO CUMPRIR FIELMENTE OS DEVERES DO MEU CARGO".

Em seguida o Sr. Prefeito Municipal - Em Exercício declarou empossada a referida Conselheira, mandando que fosse lavrado o presente Termo de Posse.

ULADIMIR DEMECIANO
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELA CRISTINA MEDEIROS
CONSELHEIRA TUTELAR

DECRETO Nº 105/2015

DECRETO Nº 105/2015

"QUE REMANEJA VALORES ENTRE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015, ART 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014."

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO
03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(12)3.3.90.00.00.00.00.2.005-0015- Aplicações Diretas
200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO
..... 200.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da utilização parcial da dotação orçamentária:

03 - PODER EXECUTIVO

03.04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

(14)4.4.90.00.00.00.00.2.005-0015- Aplicações Diretas
200.000,00

TOTAL DA UTILIZAÇÃO
..... 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 095/2015

PORTARIANº 095/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ADRIANA APARECIDA MACEDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Ciências, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - ADRIELI COSTA MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - FABIANA PORTO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Língua Portuguesa, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - GIZELI RIBEIRO MATTOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de História, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - GUILHERME SOUZA SANTOS, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - ISMÊNIA DE SOUZA ARRUDA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Anos Iniciais, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - JANE GOULART NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Língua Portuguesa, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 096/2015

PORTARIANº 096/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LEONOR SERAFIM DE SOUZA NUNES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Anos Iniciais, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - MAIARA PADILHA NESI, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - MARCIA BITTEN-COURT OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Boa Vista, Bairro Boa Vista, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015, em substituição a professora Jamili Maria Campos, a disposição no Tele Centro. - RENATA STEFFEN DE BETIO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Matemática, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Física, Prof. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - TAMARA NUNES DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, na área de Língua Portuguesa, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015. - TATIANI FOGAÇA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, na área de Anos Iniciais, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 03/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 097/2015

PORTARIANº 097/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da professora TUIZA PADILHA DE LIMA RISSI, de 10 horas semanais, para 20 horas semanais, pois a mesma irá atuar no 9º ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 03 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 098/2015

PORTARIANº 098/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - FRANCINE MATOS DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/03/2015 até 30/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 099/2015

PORTARIANº 099/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária - JOSEANE MARIA SPRA-DA MENDES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 04/03/2015 até 30/08/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 100/2015

PORTARIANº 100/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 04/03/2015. - JANAINA BORGES HABITZREUTER, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Matemática, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 04/03/2015. - JOÃO PEREIRA LIMA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Geografia, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 04/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 101/2015

PORTARIANº 101/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por término de contrato a senhora GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 278/2014, de 05/06/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 102/2015

PORTARIANº 102/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica REMOVIDO o servidor ITAMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica efetivo na Secretaria Municipal da Agricultura e do Abastecimento, através da Portaria Nº 038/2015, de 20/01/2015, para se tornar efetivo na Secretaria Municipal de Obras e Viação, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 038/2015, de 20/01/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 103/2015

PORTARIANº 103/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora ELAINE SILVA ROCHA ROSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Pré-Escolar, Prof. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 02/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 02 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 04 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 104/2015

PORTARIANº 104/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CASSIANO SUHRE DA ROSA, para exercer a função de Professor Substituto, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - DAIANE NUNES DE OLIVEIRA MAURICIO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - DEIZIANE PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, na área de Educação Infantil, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - ELAINE RODRIGUES DO AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Inglês, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - JOSIANE LEHMKUHL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente), no C.E.I. Anibal Nezi, Localidade de Despraiado, com 40 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 105/2015

PORTARIANº 105/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JOSIELLI DA SILVA PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Geografia, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - MARILEIA APARECIDA OLIVEIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José e Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, na área de Música, Prof. 2º Grau, com 40 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - SABRINA ARCARO MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Attilia Cechinel Nesi, Localidade de Despraiado, na área de Artes, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Português, Prof. Normalista,

com 20 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015. - SUIANI ELINIS OLIVEIRA DA ROSA, para exercer a função de Professora Substituta, no Centro de Música, Bairro Centro, na área de Música, Prof. Plena, com 40 horas semanais, a contar do dia 05/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 05 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 106/2015

PORTARIANº 106/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a seguinte funcionária NELCI DA SILVA TOMAZ, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheira Tutelar, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 06/03/2015 à 04/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 107/2015

PORTARIANº 107/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CAMILA BAESSO, para exercer a função de Professora Substituta, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - EDISON LUIZ DE SOUZA HUGEN, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, na área de Matemática, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - ELZA DOS SANTOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, Localidade de Bentinho, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - ERICA DE SOUZA AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, na área de Artes, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - LILIANE LEANDRO MACHADO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de

Souza, Localidade de Bentinho, na área de Artes, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIANº 108/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LUIZ ADROALDO DUTRA RODRIGUES, para exercer a função de Professor Substituto, nos Projetos Educacionais (Ginásio de Esportes) , Bairro Centro, na área de Educação Física, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - MAIANE VIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - MICHELE CASSÃO MUNIZ, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na Secretaria de Assistência Social - Casa Lar, Bairro Centro, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015. - TATIANE DE FATIMA LENDRAS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente), no C.E.I. Marcio Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015, em substituição a Agente Maria dos Santos Velho Andrade que encontra-se em gozo de licença prêmio. - VANESSA ELISETTE ROTTA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, com 40 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015, em substituição a Agente Magda Aparecida dos Santos que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 06 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIANº 109/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CLEUZA APARECIDA BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Paulino Gonçalves de Liz, Localidade de São Sebastião da Várzea, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/03/2015. - DAIANE PORTO DA ROSA ROTTA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 09/03/2015, em substituição a professora Luci Mara Pereira Machado que esta respondendo pela Direção da E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira. - JUCELMA APARECIDA DA ROSA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente), no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/03/2015, em substituição a Agente Ivone Rodrigues Oliveira que encontra-se em licença gestação.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 110/2015

PORTARIANº 110/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor LUCIANO BROERING ALVES, ocupante da Função de Engenheiro Civil, na Secretaria Chefe do Gabinete de Planejamento, para a qual havia sido Designado através da Portaria Nº 035/2014, de 13/01/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 111/2015

PORTARIANº 111/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - CLEBER NELTON PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 09/03/2015 à 07/04/2015. - LEONARDO JOSÉ BATHKE, ocupante do Cargo de Médico, referente ao exercício de 2012/2013, a contar do dia 09/03/2015 à 07/04/2015. - KARINA RODRIGUES LEITZKE, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 09/03/2015 à 07/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 112/2015

PORTARIANº 112/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - IVANIA DE FATIMA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 03/03/2015. - EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 10 (dez) dias, a contar do dia 03/05/2015. - MAIKELE CAMARGO ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 03/03/2015. - MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 03/03/2015. - ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 03/03/2015. - JOAQUIM RODRIGUES DA ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, por 01 (um) dia, no dia 04/03/2015. - MARLI GERARDI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a contar do dia 04/03/2015. - ELIZIANE BRANCO VIEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 05/03/2015. - MAIKELE CAMARGO ARRUDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 05/03/2015. - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 05/03/2015. - IVANIA DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 05/03/2015. - ELAINE CRISTINA RODRIGUES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 05/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - VOLNI PEREIRA DE LIMA, ocupante do Cargo de Eletricista, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/03/2015. - CLAUDETE FERNANDES, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 05/03/2015. - MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 09/03/2015. - MARILDA FAUSTO, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 09/03/2015, e o retorno de acordo com o INSS. - JULIO CESAR DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 03 (três) dias, a

contar do dia 09/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 113/2015

PORTARIANº 113/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da professora ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA, de 20 horas semanais, para 40 horas semanais, pois a mesma irá atuar no período matutino no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira no 1º Ano.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 114/2015

PORTARIANº 114/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANDRÉIA RAMOS FLORES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Encruzilhada do Cruzeiro, Localidade de Cruzeiro, na área de Artes, Prof. Plena, com 20 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015. - JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Prof. Normalista, com 30 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015. - JANISSE CEQUINEL MATOS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Língua Portuguesa, Prof. Plena, com 10 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015. - LIDIANE POLLI, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (Servente), na Secretaria Municipal de Assistência Social - Casa Lar, Bairro Centro, com 40 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015, a contratação se fez necessária devido a não aprovação de monitores sociais para ocupar o cargo. - MARIA COSTA LIMA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015, em substituição a Agente Nilza Aparecida Pereira que encontra-se readaptada na Secretaria Municipal da Saúde. - SIMONE DE FATIMA ROSA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente), no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim

Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015, em substituição a Agente Orandina de Fatima Mattos que encontra-se em gozo de férias. - SUÉLEN AMARAL, para exercer a função de Professora Substituta, nos Projetos Educacionais (Ginásio), Bairro Centro, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 10/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 115/2015

PORTARIANº 115/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - VANESSA ELISETE ROTTA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 108/2015, de 06/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 116/2015

PORTARIANº 116/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ANA PAULA DE LIMA, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Flares Fabre Melo, Localidade de Santa Isabel, na área de Educação Infantil, Prof. 2º Grau, com 30 horas semanais, a contar do dia 11/03/2015, em substituição a professora Zuleica Aparecida Andrade Lima que esta na direção da escola. - LENITA DE FATIMA SOUSA DIEL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente), na E.E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, com 40 horas semanais, a contar do dia 11/03/2015, devido o aumento de matrículas na escola integral para o ano letivo de 2015. - RUAN MEDEIROS DE SOUZA, para exercer a função de Professor Substituto, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de Língua Portuguesa, Prof. 2º Grau, com

10 horas semanais, a contar do dia 11/03/2015. - VANESSA MARIA CASSEMIRO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Anos Iniciais, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 11/03/2015.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 11 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 117/2015

PORTARIANº 117/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor GILBERTO MARTINS, para exercer a função de Professor Substituto, nos Projetos Educacionais (Ginásio), Bairro Centro, na área de Educação Física, Prof. Plena, com 30 horas semanais, a contar do dia 12/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 118/2015

PORTARIANº 118/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 231/2015, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; Fica REMOVIDA à funcionária CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora, efetivada na E.E.B.M. João Paulo Carvalho, Localidade de Luizinho, para se tornar efetiva no CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, Bairro Jardim Minuano, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Portaria Nº 086/2015, de 02/03/2015, por ter saído com incorreções.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 119/2015

PORTARIANº 119/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor MATHEUS GOULART MENDONÇA, para exercer a função de Professor Substituto, nos Projetos Educacionais (Ginásio), Bairro Centro, na área de Educação Física, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 06 de Março de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 120/2015

PORTARIANº 120/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica TRANSFERIDO o funcionário PEDRO HERIBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para a partir desta data desempenhar suas funções na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 12 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIANº 121/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora TAIZE DE SOUZA VELHO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, na área de Matemática, Prof. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 16/03/2015.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 122/2015

PORTARIANº 122/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - ADRIANA DE JESUS ANSELMO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 16/03/2015 à 14/04/2015. - MARIANA DA SILVA, ocupante da Função de Agente de Saúde, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 16/03/2015 à 14/04/2015. - TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 16/03/2015 à 14/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 123/2015

PORTARIANº 123/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo

de Marceneiro, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 09/03/2015. - JOSSEMARA FRANZOI, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 09/03/2015. - ANGELITA ANTUNES GUEDES, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 10/03/2015. - ALESSANDRA GOULART ROSA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 02 (dois) dias, a contar do dia 11/03/2015. - JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 11/03/2015. - JANETE APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 11/03/2015. - EDUARDO LUIZ MASSENZ, ocupante do Cargo de Professor, por 02 (dois) dias, a contar do dia 12/03/2015. - DEIZIANE PADILHA, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 13/03/2015. - RAFAELA S. FARIAS DA SILVA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 13/03/2015. - RAFAELA LUCIANO COSTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 13/03/2015. - SUZANA NAZARÉ ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 16/03/2015. - OLAVO PEREIRA DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, e o retorno de acordo com o INSS. - JOSÉ PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Marceneiro, por 07 (sete) dias, a contar do dia 16/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 16 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 124/2015

PORTARIANº 124/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ROSA ELIZABETE OLIVEIRA, para exercer a função de Merendeira, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Bairro Centro, com 40 horas semanais, a contar do dia 17/03/2015, em substituição a Elaine Cristina Rodrigues que encontra-se encostada pelo INSS. - ROSANA NUNES DE JESUS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente), no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 17/03/2015, em substituição a agente Ivania de Fatima Rosa que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 125/2015

PORTARIANº 125/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário DONIZETE BARBOSA, ocupante do Cargo de Eletricista, referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 17/03/2015 à 15/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 17 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 126/2015

PORTARIANº 126/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a seguinte funcionária: - ANA MARIA MARAFIGO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente), na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, com 40 horas semanais, a contar do dia 18/03/2015, em substituição a agente Ana Paula Costa que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único - A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PORTARIA Nº 127/2015

PORTARIANº 127/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contrato a senhora: - JAQUELINE ALMEIDA COSTA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Assistência Social - Casa Lar, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 232/2013, de 07/06/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 128/2015

PORTARIANº 128/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade de São Sebastião do Arvoredo, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 105/2015, de 05/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício.

PORTARIA Nº 94/2015

PORTARIANº 094/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim - Em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a funcionária JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 02/03/2015 à 31/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de Março de 2015.
ULADIMIR DEMECIANO
Prefeito Municipal - Em Exercício

PREGÃO 09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 09/2015
PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 - REGISTRO DE PREÇO
EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO
PORTE

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de alimentação para os usuários do CAPS
Tipo: Menor Preço por Item
Abertura: 08/04/2015 às 14:00 horas

Valor estimado: R\$: ,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de Março de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PREGÃO 16/2015 PMSJ PEÇAS PARA IMPLEMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 44/2015

Pregão Presencial 16/2015 (Registro de Preço)

Objeto: Aquisição de peças para implementos agrícolas, destinados à Secretaria da Agricultura

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 15/04/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 5.357,12

Os Processos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido nos editais. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 25 de março de 2015
Humberto Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 – CMSJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 - CMSJ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa MONEYTRON INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 00.539.891/0001-59 sito na Rua Presidente Nereu Ramos, nº 306, sala 02, Centro, Lages - SC no valor mensal de R\$ 103,60 (cento e três reais e sessenta centavos) num valor total para 12(doze) meses de R\$ 1.243,20 (mil duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos), para prestação de serviços Técnico-especializados de backup de dados online pelo software Eversafe Online Backup Manager, com duração de 12 meses.
Publique-se,

São Joaquim, 06 de janeiro de 2015.
Tulio Cesar Mattos
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015 – CMSJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015 - CMSJ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa RADIO FM NEVASCA LTDA -ME - CNPJ: 02.3555.406/0001-12 sito na Rua Boanerges Pereira de Medeiros, nº 205, sala 02 e 03, Centro, São Joaquim - SC, no valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais), a serem pagos em duas parcelas de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) até o dia 30 do mês referente a prestação dos serviços, para divulgação e publicidade dos informativos da Câmara Municipal de Vereadores as terças-feiras, com espaço de 15 (quinze) minutos, no horário entre 12 (doze) e 13 (treze) horas, com duração de 02(dois) meses, contados a partir da assinatura com vigência até 31/03/2015.

São Joaquim, 01 de fevereiro de 2015.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 – CMSJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 - CMSJ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2015 para a Celebração de Contrato com a Empresa TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA- CNPJ: 02.255.187/0001-08 sito na Rua General Osório, nº 311, sala 604, Centro, Timbó - SC no valor de R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais) mensais, com vencimento para todo dia 25 de cada mês, mediante boleto bancário, para prestação de serviços de provimento de acesso à internet e serviços de comunicação multimídia, com duração de 11 (onze) meses, contados a partir da assinatura com vigência até 31/12/2015, podendo ser renovado mediante novo termo de adesão ou termo de aditivo pelo período de 12 (doze) meses.

São Joaquim, 01 de fevereiro de 2015.

Tulio Cesar Mattos

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José**PREFEITURA****CONVÊNIO N. 003/PMSJ/SAS/FMAS/2015**

CONVÊNIO N. 003/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Paroquial de Campinas. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Candida Izoete Amaral Hames, pela Ação Social Paroquial de Campinas.

CONVÊNIO N. 004/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 004/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social de Barreiros. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Pe. Alceoni Berkenbrock, pela Ação Social de Barreiros.

CONVÊNIO N. 005/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 005/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social São Francisco de Assis. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Pe. Roberto Silva, pela e Ação Social São Francisco de Assis.

CONVÊNIO N. 006/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 006/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Salto do Maroim. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Eduardo Pedro de Souza, pela Ação Social Salto do Maroim.

CONVÊNIO N. 007/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 007/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação de Moradores do Jardim Amodelar. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Aurea Corina Valério, pela Associação de Moradores do Jardim Amodelar.

CONVÊNIO N. 008/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 008/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Paroquial São Judas Tadeu. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Rosane Cristina Carmignan, pela Ação Social Paroquial São Judas Tadeu.

CONVÊNIO N. 009/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 009/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Ação Social Paroquial Santa Cruz. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Jurema Alexandre, pela Ação Social Paroquial Santa Cruz.

CONVÊNIO N. 010/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 010/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Voluntários Josefenses de Ação Social. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 382.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Zélia Guimarães Ferreira Laurentino, pela Associação dos Voluntários Josefenses de Ação Social.

CONVÊNIO N. 011/PMSJ/SAS/FMAS/2015

CONVÊNIO N. 011/PMSJ/SAS/FMAS/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Rede Social Pró-Envelhecimento Sadio de São José. OBJETO: Execução de conveniamento com Entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de grupo de idosos, com vistas à participação, ocupação e convívio da população idosa. VALOR: R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.50.43.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: 1/03/2015 a 31/12/2015. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Neusa Terezinha Gandra, pela Rede Social Pró-Envelhecimento Sadio de São José.

CONVÊNIO N. 012/PMSJ/2015

CONVÊNIO N. 012/PMSJ/2015 - Processo Administrativo n. 441/2015. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Associação dos Moradores do Jardim Amodelar. OBJETO: Desenvolvimento de atividades de atendimento, por meio de atuação de profissionais. VALOR: R\$ 1.810.290,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.1.90.04.00.00.00.00.0080. VIGÊNCIA: Dez meses a contar de sua assinatura. LOCAL E DATA: São José, SC, 13 de março de 2015. SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont e Norma Warmling pelo Município de São José e Aurea Corina Valerio, pela Associação dos Moradores do Jardim Amodelar.

DECRETO Nº 4142/2015

DECRETO Nº 4142/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.391.0113.2.500 - Conservação e Manutenção do Patrimônio Cultural Municipal - Lei 4429/06

4.4.90.39.00.00.0126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos do Governo do Estado - FUNCULTURAL R\$ 190.000,00

Total desta Atividade R\$ 190.000,00

Total do Órgão R\$ 190.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 190.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São

José, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.062 - Promoção de Eventos, Feiras, Exposições,
Simpósios e Datas Comemorativas - FCT

1248 - 3.3.90.39.00.00.0126 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos do Governo do Estado - FUNCULTURAL R\$ 190.000,00

Total desta Atividade R\$ 190.000,00

Total do Órgão R\$ 190.000,00

Total da Anulação R\$ 190.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4143/2015

DECRETO Nº 4143/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 101.466,12 (cento e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e doze centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

641 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 101.466,12

Total desta Atividade R\$ 101.466,12

Total do Órgão R\$ 101.466,12

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 101.466,12

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 101.466,12 (cento e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e doze centavos), na dotação consignada no Orçamento do

Município de São José, a seguir especificada:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.241.0111.3.102 - Construção de Piscina para Idosos

1816 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 101.466,12

Total desta Atividade R\$ 101.466,12

Total do Órgão R\$ 101.466,12

Total da Anulação R\$ 101.466,12

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4144/2015

DECRETO Nº 4144/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 33 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.494.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.066 - Funcionamento e Manutenção das Unidades

Culturais e de Turismo

1244 - 3.3.50.42.00.00.0080 - Auxílios,

Recursos Próprios R\$ 125.000,00

1250 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Física,

Recursos Próprios R\$ 20.000,00

1251 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 100.000,00

1255 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 255.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Proj. Cult. / Manut. da Fundação de Cultura e Turismo - FCT
 1205 - 3.1.90.04.00.00.0080 - Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 300.000,00
 1223 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 19.000,00
 1217 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 30.000,00
 Total desta Atividade R\$ 349.000,00

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Organização e Apoio às Práticas Culturais, Educativas e de Turismo - FCT

1259 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 200.000,00
 Total desta Atividade R\$ 200.000,00

20.01.13.391.0113.3.100 - Desapropriação da Casa Moreira

1230 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$ 690.000,00
 Total desta Atividade R\$ 690.000,00
 Total do Órgão R\$ 1.494.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.494.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.494.000,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e quatro mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
 20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.1.328 - Elaboração/Implementação de Projeto para Revitalização do Centro Histórico

1231 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
 Recursos Próprios R\$ 40.000,00
 1232 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 1233 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total desta Atividade R\$ 42.000,00

20.01.13.392.0113.2.007 - Funcionamento e Manutenção do Centro Multiuso

1237 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 25.000,00

1239 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 40.000,00

1241 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 60.000,00

1243 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 40.000,00
 Total desta Atividade R\$ 165.000,00

20.01.13.392.0113.2.066 - Funcionamento e Manutenção das Unidades Culturais e de Turismo

1247 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 125.000,00
 1249 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 60.000,00
 Total desta Atividade R\$ 185.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Proj. Cult. / Manut. da Fundação de Cultura e Turismo - FCT

1215 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 32.000,00
 Total desta Atividade R\$ 32.000,00

20.01.13.392.0113.3.101 - Desapropriação do Terreno Extremante - Bica

Carioca
 1261 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$ 1.000.000,00
 Total desta Atividade R\$ 1.000.000,00

20.01.13.392.0113.2.408 - Programa de Organização e Apoio às Práticas Culturais, Educativas e de Turismo - FCT

1258 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 70.000,00
 Total desta Atividade R\$

70.000,00
 Total do Órgão R\$
 1.494.000,00
 Total da Anulação R\$
 1.494.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4170/2015

DECRETO Nº 4170/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.102 - Implantar Sistema de Transporte Coletivo

Municipal

577 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$
 44.000,00

Total desta Atividade R\$
 44.000,00

Total do Órgão R\$
 44.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
 44.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.102 - Implantar Sistema de Transporte Coletivo

Municipal

579 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$
 1.000,00

580 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$

1.000,00

Total desta Atividade R\$

2.000,00

09.01.26.782.0112.1.099 - Viabilizar a Rodoviária Interestadual,

586 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$
 1.000,00

591 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$
 30.000,00

593 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$
 1.000,00

Total desta Atividade R\$
 32.000,00

09.01.06.183.0112.2.009 - Municipalização do Trânsito,

561 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$
 8.000,00

Total desta Atividade R\$
 8.000,00

09.01.18.541.0109.2.256 - Funcionamento e Manutenção de Fiscalização

de áreas Verdes

583 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$
 1.000,00

584 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$
 1.000,00

Total desta Atividade R\$
 2.000,00

Total do Órgão R\$
 44.000,00

Total da Anulação R\$
 44.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
 Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4171/2015

DECRETO Nº 4171/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância

de R\$ 176.637,50 (cento e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, abaixo a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal
484 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 10.635,00
479 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 77.477,50
482 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 19.000,00
Total desta Atividade R\$ 107.112,50

09.01.15.451.0112.1.173 - Sinalização Horizontal e Vertical para o Município
563 - 3.3.90.39.00.00.0026 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 59.525,00
Total desta Atividade R\$ 59.525,00
Total do Órgão R\$ 166.637,50

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
13.01.04.121.0105.2.008 - Funcionamento e Manutenção da SEPLANGE

736 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 176.637,50

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 176.637,50 (cento e setenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.451.0112.1.173 - Sinalização Horizontal e Vertical para o

Município
564 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 60.525,00
Total desta Atividade R\$ 60.525,00

09.01.06.181.0110.2.156 - Educação no Trânsito

470 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,
Recursos Próprios R\$ 10.635,00
Total desta Atividade R\$ 10.635,00

09.01.06.125.0110.2.258 - Programa de Apoio a Corregedoria

435 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$ 5.317,50
436 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$ 5.317,50
437 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 5.317,50
Total desta Atividade R\$ 15.952,50

09.01.06.181.0110.2.261 - Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

488 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 20.000,00
487 - 4.4.90.52.00.00.0026 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos do Convênio com Multas de Trânsito R\$ 59.525,00
Total desta Atividade R\$ 79.525,00
Total do Órgão R\$ 166.637,50

13.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
13.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.122.0105.2.274 - Programa Nacional de Apoio a Modernização Administrativa PNAFM
759 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
Total desta Atividade R\$ 10.000,00
Total do Órgão R\$ 10.000,00
Total da Anulação R\$ 176.637,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4172/2015

DECRETO Nº 4172/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 122.200,00 (cento e vinte e dois mil e duzentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

10.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.243.0111.2.438 - Funcionamento e Manutenção (CMD-CA, CONS. TUTELAR)

620 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Próprios R\$ 32.000,00

Total desta Atividade R\$ 32.000,00

10.01.08.244.0111.2.063 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

635 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,

Recursos Próprios R\$ 40.200,00

Total desta Atividade R\$ 40.200,00

Total do Órgão R\$ 72.200,00

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.244.0111.2.136 - Benefícios Sócio Assistenciais

1980 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Próprios R\$ 50.000,00

Total desta Atividade R\$ 50.000,00

Total do Órgão R\$ 50.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 122.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 122.200,00 (cento e vinte e dois mil e duzentos reais), nas

dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

28.00 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

28.01.08.243.0111.2.170 - PSEMC - Serviço de Proteção Social a Adolescente / Sócio Educ. de Liberdade

Assistenciais

1840 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 40.000,00

Total desta Atividade R\$ 40.000,00

28.01.08.243.0111.2.182 - PSEAC - Serviço de Acolhimento em Repúblicas

1859 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 500,00

1862 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 500,00

1865 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios R\$ 500,00

1868 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente

Recursos Próprios R\$ 500,00

Total desta Atividade R\$ 2.000,00

28.01.08.243.0111.2.186 - PSEMC - Serviço de Proteção e Atendimento

Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) -

CREAS

1894 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 15.550,00

Total desta Atividade R\$ 15.550,00

28.01.08.241.0111.2.284 - PSEMC - Ser. Disque Denúncia de Violência

Contra Crianças, Adolescentes, Mulheres, Idosos e Deficientes

2056 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 6.000,00

2057 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

2058 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente

Recursos Próprios R\$ 1.000,00

Total desta Atividade R\$ 8.000,00

28.01.08.241.0111.2.286 - PSEMC - Serv. Proteção Social Especial para

Idosos / Centro dia do Idoso

1796 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica	
Recursos Próprios	R\$ 38.000,00
1792 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
1793 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
1799 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
1802 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
Total desta Atividade	R\$ 40.000,00
28.01.08.244.0111.2.289 - PSEAC - Serviço de Acolhimento Institucional	
Em Residência Inclusiva	
2088 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 1.905,00
2091 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,	
Recursos Próprios	R\$ 635,00
2094 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Recursos Próprios	R\$ 11.475,00
2097 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
Total desta Atividade	R\$ 14.515,00
28.01.08.241.0111.2.292 - PSB - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa Deficiente / Idosa	
1805 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 317,50
1808 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física,	
Recursos Próprios	R\$ 317,50
1811 - 3.3.90.39.00.00.0080 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
1814 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente	
Recursos Próprios	R\$ 500,00
Total desta Atividade	R\$ 2.135,00
Total do Órgão	R\$ 122.200,00
Total da Anulação	R\$

122.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4183/2015

DECRETO Nº 4183/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 23.721,58 (vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.032 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino

Fundamental

280 - 3.3.90.39.00.00.0121 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos do Convênio nº 7982/04-0 - Governo do Estado e Secretaria do

Desenvolvimento Regional R\$ 23.721,58

Total desta Atividade R\$ 23.721,58

Total do Órgão R\$ 23.721,58

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 23.721,58

Art. 4º - Os recursos na ordem de R\$ 23.721,58 (vinte e três mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e oito centavos) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convênio nº 7982/04-0 - Governo do Estado e Secretaria do Desenvolvimento Regional, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com o código 121.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4184/2015

DECRETO Nº 4184/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.110.556,78 (quatro milhões, cento e dez mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reformas e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

339 - 4.4.90.51.00.00.0006 - Obras e Instalações,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
120.011,00

Total desta Atividade R\$
120.011,00

08.01.12.361.0103.1.041 - Implantação, Reformas, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

201 - 4.4.90.51.00.00.0006 - Obras e Instalações,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
1.288.135,00

Total desta Atividade R\$
1.288.135,00

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

259 - 3.3.90.30.00.00.0006 - Material de Consumo,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
700.000,00

265 - 3.3.90.39.00.00.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
1.550.000,00

272 - 4.4.90.52.00.00.0006 - Equipamento e Material Permanente,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
300.000,00

Total desta Atividade R\$
2.550.000,00

08.01.12.361.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

375 - 3.3.90.39.00.00.0006 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
152.410,78

Total desta Atividade R\$
152.410,78

Total do Órgão R\$
4.110.556,78

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
4.110.556,78

Art. 4º - Os recursos na ordem de R\$4.110.556,78 (quatro milhões, cento e dez mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos de Contribuição Salário Educação, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com o código 6.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4191/2015

DECRETO Nº 4191/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reformas e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

339 - 4.4.90.51.00.00.0006 - Obras e Instalações,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$
2.000.000,00

Total desta Atividade R\$
2.000.000,00

08.01.12.361.0103.1.041 - Implantação, Reformas, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

204 - 4.4.90.51.00.00.0099 - Obras e Instalações,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$
2.200.000,00

Total desta Atividade R\$
2.200.000,00

Total do Órgão R\$
4.200.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$
4.200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.041 - Implantação, Reformas, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

206 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 90.000,00
Total desta Atividade R\$ 90.000,00

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reformas e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

343 - 4.4.90.51.00.00.0099 - Obras e Instalações,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 200.000,00
Total desta Atividade R\$ 200.000,00

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

261 - 3.3.90.30.00.00.0099 - Material de Consumo,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 150.000,00

267 - 3.3.90.39.00.00.0099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 427.000,00

275 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 75.000,00
Total desta Atividade R\$ 652.000,00

08.01.12.361.0103.2.036 - Uniforme Escolar - Ensino Fundamental

284 - 3.3.90.32.00.00.0006 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$ 1.500.000,00
Total desta Atividade R\$ 1.500.000,00

08.01.12.361.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

372 - 3.3.90.32.00.00.0099 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 128.000,00

378 - 3.3.90.39.00.00.0099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 300.000,00

370 - 3.3.90.30.00.00.0099 - Material de Consumo,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 200.000,00

384 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 728.000,00

08.01.12.361.0103.2.506 - Kit Escolar - Ensino Fundamental

306 - 3.3.90.32.00.00.0006 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos de Contribuição Salário Educação R\$

500.000,00

Total desta Atividade R\$ 500.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil - Pré Escola

412 - 3.3.90.39.00.00.0099 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 300.000,00

418 - 4.4.90.52.00.00.0099 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos da Valorização do Magistério - 40% FUNDEB R\$ 230.000,00

Total desta Atividade R\$ 530.000,00

Total do Órgão R\$ 4.200.000,00

Total da Anulação R\$ 4.200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL Nº 013/2015/FUNDESJ

EDITAL Nº 013/2015/FUNDESJ

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES VISITANTES - EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ - APÓS ANÁLISE DOS RECURSOS.

A Superintendente da Fundação Educacional de São José - Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann e a Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ - Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, no uso de suas atribuições regimentais, TORNAM PÚBLICA.

1. A homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 008/2015/FUNDESJ, publicada através do Edital nº 012/2015/FUNDESJ no dia 24 de março de 2015, é o constante no Anexo Único.

Recursos Recebidos:

Inscrição nº 010 - Processo 304/15 - CPF do candidato: 417.660.169-87

Situação do Recurso: Indeferido.

2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 25 de março de 2015.

Profa. Ma. Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da Fundação Educacional de São José - FUNDESJ

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
Reitora do Centro Universitário Municipal de São José - USJ

ANEXO ÚNICO
CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO
EDITAL Nº 008/2015/FUNDESJ

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência nos Anos Iniciais

Vaga 1.1 – Disciplina: Educação na Perspectiva Inclusiva

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
004	023.437.409-84	348,3	10,00	1º
010	417.660.169-87	227,0	6,52	2º
007	009.245.799-19	203,3	5,84	3º
018	422.549.570-15	134,0	3,85	4º

Vaga 1.2 – Disciplina: Seminários de Aprofundamento: Literatura, Artes Visuais, Música, Mídias, Oficina de Materiais Lúdicos, Cultura Africana

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
001	976.388.200-10	268,1	10,00	1º
003	022.015.944-06	97,0	3,62	2º

Vaga 1.3 – Disciplina: Linguagens Integradoras: Língua Portuguesa, Literatura e Arte

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
008	356.260.469-68	479,5	10,00	1º
017	724.177.300-49	69,5	1,45	2º

Área: Educação - Curso de Especialização: Docência na Educação Infantil

Vaga 2.1 – Disciplina: Linguagens Brincadeira e Interação

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
006	548.457.939-20	425,0	10,00	1º
019	422.549.570-15	134,0	3,15	2º
011	977.218.080-49	86,3	2,03	3º

Vaga 2.2 – Disciplina: Linguagem: Oralidade e Escrita

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
026	356.260.469-68	331,5	10,00	1º
014	958.795.010-00	88,5	2,67	2º
012	044.163.659-42	86,0	2,59	3º
015	724.177.300-49	69,5	2,10	4º

Vaga 2.3 – Disciplina: Metodologia de Pesquisa com Crianças

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
005	023.437.409-84	348,0	10,00	1º
022	783.614.279-53	200,5	5,76	2º
024	469.322.329-87	169,2	4,86	3º

Vaga 2.4 – Disciplina: Linguagem, Expressão e Arte: Musical, Cênicas e Visual

Inscrição	CPF do(a) Candidato(a)	Pontuação	Nota	Classificação
009	954.552.720-04	80,0	10,00	1º

PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 007/2015 - PROCESSO Nº 026/2015: OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção da parte elétrica dos veículos leves, pesados e equipamentos rodoviários da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/04/2015 às 15h05min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/04/2015 às 15h10min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 019/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 019/2015 - PROCESSO Nº 042/2015: OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de concertos de pneus, balanceamento e geometria com o fornecimento de peças para os veículos leves, pesados e equipamentos rodoviários pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/04/2015 às 13h05min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/04/2015 às 13h10min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 181/2014 - RETIFICADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 181/2014 - RETIFICADO - PROCESSO Nº 432/2014: OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, caixas d'água e cisternas, descupinização, desratização e desinsetização para atender a rede municipal de ensino do Município de São José. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 14/04/2015 às 16h05min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/04/2015 às 16h10min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

PREGÃO PRESENCIAL 184/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 184/2014 - PROCESSO Nº 438/2014: OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de iscas raticidas para serem distribuídas através de serviços de iscagem no Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 16/04/2015 às 13h05min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 16/04/2015 às 13h10min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

RESULTADO DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 048/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Data:
Processo: 056/2015

Resultado Dispensa por Justificativa Nº 048/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 056/2015 - Dispensa por Justificativa Nº 048/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DESTINADA AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura das propostas fica classificada pelo critério de a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	1	40,0	R\$ 120,00	R\$ 4.800,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	2	150,0	120,00	18.000,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	3	120,0	120,00	14.400,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	4	500,0	120,00	60.000,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	5	80,0	120,00	9.600,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	6	260,0	120,00	31.200,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	7	120,0	120,00	14.400,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	8	40,0	120,00	4.800,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	9	280,0	120,00	33.600,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	10	300,0	120,00	36.000,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	11	375,0	120,00	45.000,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	12	8,0	120,00	960,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	13	1,0	109.470,00	109.470,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	14	1,0	52.510,80	52.510,80
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	15	120,0	120,00	14.400,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	16	40,0	120,00	4.800,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	17	112,0	120,00	13.440,00
FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIO ECON-FEPESE	1	18	1.104,0	120,00	132.480,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 599.860,80	quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e sessenta reais e oitenta centavos

São José, 24 de março de 2015.

<u>CARLOS ALFREDO SCHMIDT</u> Presidente / CPL	<u>PAULO DUTRA</u> Membro
---	------------------------------

<u>KETY SILVA TRIERVEILER</u> Membro	<u>RAMON S. CAMPOS MARTINS</u> Membro	<u>REJANE MAGALI S. MEDEIROS</u> Membro
---	--	--

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

ASSISTENTE FINANCEIRO

WILDERSON RESENDE DE OLIVEIRA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de Março de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 052/2015 - SF

DECRETO Nº. 052/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"64" 3.3.90.36.00.00.1.0000Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física....R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Recursos Ordinário, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"63" 3.3.90.30.00.00.1.0000Material de Consumo
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE MARÇO DE 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

ASSISTENTE FINANCEIRO

WILDERSON RESENDE DE OLIVEIRA
MAIARA ONGARATTO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de Março de 2015.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2015 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 008/2015 - Pregão Presencial Nº 006/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, E UM VEÍCULO ZERO KM PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 77.396.810/0008-00.

VALOR: R\$ 79.700,00 (setenta e nove mil e setecentos reais).

TOTAL: R\$ 79.700,00 (setenta e nove mil e setecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/03/2015.

VIGÊNCIA: 24/03/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS – 1º A 20/03/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/2
Data: 25/03/2015
Hora: 17:01:11
Período: 01/03/2015 - 20/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/03/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 60%	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	268.302,67
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	UBS Reformas	4.1.7.2.1.33.17.00.00.00	48.756,31
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	77.863,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde da Família - SF	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	45.390,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	13.200,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saúde Mental - CAPS	4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	18.692,70
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PAB FIXO	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	47.801,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	33.462,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 25%	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	111.792,78
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Saude Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	9.670,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	16.100,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	9.781,38
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	26.250,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do FPM 15%	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	67.075,67
Total de recursos recebidos em 10/03/2015:			794.137,64

Recursos recebidos em: 12/03/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	244.500,00
Total de recursos recebidos em 12/03/2015:			244.500,00

Recursos recebidos em: 13/03/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	136.100,14
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	204.150,21
Total de recursos recebidos em 13/03/2015:			340.250,35

Recursos recebidos em: 16/03/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	49.148,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Vigilância Epidemiológica	4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	10.810,43
Total de recursos recebidos em 16/03/2015:			59.958,43

Recursos recebidos em: 19/03/2015

Órgão concedessor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 15%	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	24,09
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - CREAS	4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	13.000,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	108.901,43
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 60%	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	96,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	833,66
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota Parte do ITR 25%	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	40,16

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/2
Data: 25/03/2015
Hora: 17:01:11
Período: 01/03/2015 - 20/03/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 19/03/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FUNDEB - MAGISTÉRIO	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	163.352,14
Total de recursos recebidos em 19/03/2015:			286.247,85

TOTAL GERAL:	1.725.094,27
---------------------	---------------------

SÃO LOURENÇO DO OESTE, SC, 25 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Recebido em ____/____/____.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.278/2015 - CONCEDE O ACESSO A NOVA TITULAÇÃO AOS PROFISSIONAIS REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS, NA FORMA DO ART. 25, 40, 41 E 42, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 8.278/2015

CONCEDE O ACESSO A NOVA TITULAÇÃO AOS PROFISSIONAIS REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS, NA FORMA DO ART. 25, 40, 41 E 42, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, c/c os art. 25, 40, 41, e 42, da LCM n. 026/2013, e,

Considerando que os arts. 25, 40, 41, e 42, da LCM n. 026/2013, encontra-se pendente de regulamentação.

Considerando que haviam vários pedidos de acesso à nova titulação pendente de análise antes da edição do decreto nº 8275/2015. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o acesso a nova titulação aos seguintes professores e coordenadores pedagógicos:

Adreana Gregolon	Coordenadora Pedagógica
Adriane Gisele Marcante	Professora
Ana Rita Skunieczny	Professora
Carla Adriane Ritter	Professora
Cleusa Schneider Vorma	Professora
Cristiane Schulz Lazzarotto	Coordenadora Pedagógica
Daiana Santin Martini	Professora
Daiane Tais Dalsotto	Professora
Daniela Evelin de Souza	Professora
Eduarda Arcari Heinen	Professora
Elaine Maria Porsch Dias	Professora
Elisangela Irma Machado Greggio	Professora
Gereci Scapin Gehlen	Professora
Igor Mercaus da Silva	Professora
Jane Maria Rodigheri	Professora
Jonatham Scholl	Professora
Juliane Tania Simioni	Professora
Karli Cristina da Silveira	Professora
Kassiana Ziemniczak	Professora
Katiane Fraporti	Professora
Leonara Juliana Paloski	Professora
Leondina Maria Alves de Oliveira	Professora
Luciane Fatima Dall Agnol	Coordenadora Pedagógica
Lucineia Accadrolli	Coordenadora Pedagógica
Maria de Fatima Costeira Hernandes	Coordenadora Pedagógica
Marici Nunes Both	Professora
Marlete Dill Daltoe	Professora

Nadia Luzia Corte	Professora
Noeli Rodrigues da Silva	Professora
Normelia Reckziegel	Coordenadora Pedagógica
Patricia Ferreira	Professora
Patricia Gabiatti	Coordenadora Pedagógica
Ronise Britto Schwengber	Professora
Simone Regina Stoer Schmitt	Professora
Vanessa Briedis	Professora

Art. 2º Os vencimentos decorrentes do presnete acesso, dar-se-ão a partir da folha do mês de março de 2015.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º O Decreto 8275/2015 aplica-se a partir de 1º de abril de 2015.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em 23 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ
Secretária de Administração

SILVIA TERESINHA KUHN
Secretária de Educação

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Coffe Break destinados para os eventos promovidos pelos Programas CREAS e CRAS, sendo que o primeiro evento acontecerá no dia 15 de abril de 2015 será realizado o Seminário Municipal do Programa IGD- Bolsa Família, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 10 de abril de 2015

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de março de 2015.
CLAUDETE MARIS DE OLIVEIRA FABIANI
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para locação de máquinas multifuncional monocromática com frente e verso automático destinados para os diversos setores desta municipalidade, de acordo com o anexo I do edital, para o período de 12 meses.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 10 de abril de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 25 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº.
17/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 17/2015-PMS
PROCESSO Nº. 32/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 25 de março de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando a o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fonte ATX para Computadores. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2015-PMS, realizar-se-á em 14 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CANCELAMENTO DE ITEM 37 CONTRATO Nº. 76/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,

CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 81/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 39/2014-FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DE ITEM 37 - DE-XAMETASONA 1MG/10G CREME, referente ao Contrato nº. 76/2014-FMS, Processo de licitação nº. 39/2014- FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 08/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, vencido pela empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60, a qual pede desistência deste item devido a quebra do equilíbrio financeiro do contrato, sendo então convocada a segunda colocada a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98 a qual alega não ter condições de entregar o item devido ao aumento de preços do medicamento, e a terceira colocada a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, a qual alega que não podem aceitar a colocação do item, a quarta colocada a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86 a qual alega não conseguir entregar o medicamento nas mesmas condições da licitação e que não possuem o referido medicamento em estoque, a quinta colocada a empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 06.035.038/0001-86 a qual alega não conseguir atender o processo, sendo enfim convocada a sexta colocada a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 a qual alega não ter como aceitar fornecer o item visto que o valor praticado atualmente é maior que o do processo.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.278/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº3.278/2015, de 25 de março de 2015

REVOGA O DECRETO Nº 3.259/2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Programa CACS - Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

Considerando que o mandato dos conselheiros da Portaria nº 4.186/2011, de 23 de setembro de 2011 somente terminaria em 30/9/2013;

Considerando que a Portaria nº 5.089/2013, de 18 de abril de 2013 foi publicada dando início de vigência dos novos conselheiros por motivos alhures antes da data correta que seria dia 1º/10/2014;

Considerando que a edição do Decreto nº 3.259/2015 pautou-se pelos princípios constitucionais da isonomia, da legalidade e da moralidade, insculpidos nos artigos 5º e 37 da Constituição da República;

Considerando que o referido Decreto teve por escopo corrigir as distorções existentes na Portaria nº 5.089/2013;

Considerando que as disposições ali estatuídas estavam em consonância com Lei Orgânica do Município de Schroeder;

Considerando que conforme protocolo nº 20150003391971 do FNDE houve a necessidade de alteração do referido Conselho que trata o Decreto supramencionado;

Considerando a imperiosa necessidade de proteger e tornar eficaz o princípio dos atos administrativos, assim como resguardar a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, a normalidade da prestação dos serviços públicos municipais.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 3.259/2015 de 4 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO FERREIRA

Controlador Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 71/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 71/2015 - PMS
Dispensa de Licitação nº. 21/2015-PMS
Processo nº. 53/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 72.375.405/0001-15, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 4670, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição e instalação de alarme com sistema automatizado de levantamento de vidros para a viatura Fiat Pálio, placa MLI4237 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Alarme Positron c/ chaveiro original	Unidade	01	420,00	420,00
02	Modulo automatização de vidros elétricos	Unidade	01	200,00	200,00
TOTAL R\$					620,00

Valor do contrato: R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais),
Data da Assinatura: 25/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 17/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 17/2015 - FMS
Processo de licitação nº. 13/2015-FMS - Pregão Presencial nº. 07/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 83.719.963/0001-77, estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº. 470, Bairro Centro, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.103-400

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica para a Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular na Estratégia Saúde da Família 001 - localizado a Rua Guaramirim, nº. 560, Bairro Schroeder I, do Município de Schroeder/ SC, (47) 3374-5497 ou 3374-0665, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	410,00	2.870,00
2	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Unidade Básica de Saúde - Rua Paulo Jahn, 147, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6400, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 70 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	410,00	2.870,00
3	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 003 - Rua Alphons Maria Schmalz, 130, Sossego, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-1107 / (47) 3374-0632, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 30 sensores infra vermelho passivo com 02 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	410,00	2.870,00
4	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 004: Rua 23 de Março, 1995, Itoupava Acú, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3275-1362, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	307,00	2.149,00

5	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para a Estratégia Saúde da Família 002: Rua Presidente Costa e Silva, 770. Rio Hern. Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3374-6470, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 35 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência). O ESF 002 será transferido para um novo local no decorrer do ano de 2015, assim os aparelhos e materiais, bem como, mão de obra para realocação dos equipamentos para monitoramento e vigilância eletrônica na nova sede, serão feitos pela empresa contratada sem custo adicional para a Contratante.	7	Mês	290,00	2.030,00
6	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o CAE - Centro de Atendimento Especializado, NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família e Movimenta Schroeder: Rua Marechal Castelo Branco, 3564, Centro, Schroeder. SC. CEP 89275-000, (47) 3373-3192 ou (47) 3373-6541, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 15 sensores infra vermelho passivo com 02 teclados, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	376,00	2.632,00
7	Contratação de empresa especializada em serviços de locação e monitoramento eletrônico ininterrupto, através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS- Rua Blumenau, 123, Centro, (47) 3374-6460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 20 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	410,00	2.870,00
8	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS- Rua Paulo Jahn, 245, Centro, (47) 3374-5460, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 25 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	298,00	2.086,00

9	Contratação de empresa especializada em serviços de locação, vigilância e monitoramento eletrônico ininterrupto através de sistema de alarme, tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular para o Conselho Tutelar – Rua Marechal Castelo Branco, 3668, Centro, Telefone: (47) 3374-0489, sendo que o sensoramento deverá compreender minimamente: um aparelho central de alarme com capacidade para até 10 sensores infra vermelho passivo com 01 teclado, um transformador, uma caixa metálica para central, uma bateria, duas sirenes, filtro ADSL para linha telefônica ou outro material que compreenda o tele monitoramento mediante sinais de linha telefônica ou via internet ou via celular conforme a necessidade do local; acionamento Silencioso em Caso de Emergência; detecção de Fumaça (quantidades devem ser condizentes com o termo de Referência).	7	Mês	228,00	1.596,00
TOTAL R\$					21.973,00

Valor do contrato: R\$ 21.973,00 (vinte e um mil novecentos e setenta e três reais)

Data da Assinatura: 25/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 70/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 70/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 54/2015-PMS - Dispensa de Licitação nº. 22/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TEKA CARIMBOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 73.379.158/0001-98, estabelecida na Rua Coronel Francisco Gomes nº. 1153, sala 03, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-073

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de carimbo com Selo Nacional para utilização na Biblioteca Pública Municipal. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	CARIMBO CHANCELA DA MARCA D'ÁGUA COM SELO NACIONAL - METAL	01	UNIDADE	265,00	265,00
TOTAL R\$					265,00

Valor do contrato: R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 25/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº160/2015

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº062/2008, QUE ESTRUTURA A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar no 062/2008, que passa a vigorar com a redação que lhes dá esta lei.

Art. 2º Fica alterado o Anexo II da Lei Complementar nº062/2008, incluindo o cargo de Diretor de Cultura na Secretaria Municipal de

Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Diretor de Agricultura na Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e alterado o número de vagas de Assessor de Obra no Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder para o seguinte cargo:

I - Diretor de Cultura (01) vaga;

II - Diretor de Agricultura (01) vaga;

III - Assessor de Obras, passando de 06 (seis) para 08 (oito) vagas disponíveis;

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições dos cargos do Quadro de Pessoal da Administração do Município de Schroeder, constante no anexo II.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 160/2015

ANEXO II

REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS E DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS

A	R\$ 235,14		
FG-1		B	R\$ 470,28
		C	R\$ 705,43
A	R\$ 352,71		
FG-2		B	R\$ 705,42
		C	R\$ 1.058,12
		A	R\$ 470,27
FG-3		B	R\$ 940,54
		C	R\$ 1.410,82
		A	R\$ 665,48
FG-4		B	R\$ 1.330,96
C	R\$ 1.996,45		

NÍVEIS ESPECÍFICOS PARA OS COMISSIONADOS

NÍVEL	BASE (R\$)
1	R\$ 1.410,81
2	R\$ 1.763,51
3	R\$ 2.892,19
4	R\$ 3.327,43

GABINETE DO PREFEITO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Procurador Municipal	01	4	FG-4
Controlador Municipal	01	3	FG-3
Chefe de Gabinete	01	2	FG-2
Secretário Executivo	01	2	FG-2

Agente de Controle Interno (Obrigatoriamente Servidor Efetivo)	01	-	FG-3
Diretor de Convênios	01	2	FG-2
Diretor do PROCON	01	2	FG-2
Secretário do PROCON	01	1	FG-1
Assessor Jurídico	01	3	FG-3
Diretor Municipal de Defesa Civil	01	2	FG-2
Secretário Executivo de Defesa Civil	01	1	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças	01	Lei Específica	
Diretor de Finanças	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento	01	02	FG-2
Diretor de Informática	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Humanos	01	02	FG-2
Diretor de Recursos Materiais	01	02	FG-2
Diretor de Tributação	01	02	FG-2
Secretário de Gabinete	01	01	FG-1
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças	14	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	01	Lei Específica	
Coordenador Administrativo	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Esporte e Lazer	01	02	FG-2
Diretor de Unidade de Ensino	12	02	FG-2
Diretor de Cultura	01	02	FG-2
Orientador Escolar	06	02	FG-2
Supervisor Escolar	03	02	FG-2
Assessor de Cultura	04	01	FG-1
Assessor de Educação	08	01	FG-1
Assessor de Esporte e Lazer	04	01	FG-1
Secretário de Unidade de Ensino	06	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Saúde	01	Lei Específica	
Diretor de Saúde	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Coordenador da Atenção Básica	01	02	FG-2
Assessor de Saúde	10	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Assistência Social	01	Lei Específica	
Diretor de Assistência Social	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2

Coordenador de CRAS	01	01	FG-1
Coordenador de CREAS	01	01	FG-1
Assessor de Assistência Social	04	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Obras e Serviços Urbanos	01	Lei Específica	
Diretor de Obras e Serviços Urbanos	01	02	FG-2
Diretor Administrativo	01	02	FG-2
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas	01	02	FG-2
Diretor de Planejamento Urbano	01	02	FG-2
Assessor de Obras e Serviços Urbanos	08	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	01	Lei Específica	
Diretor de Agricultura	01	02	FG-2
Diretor de Indústria, Comércio e Turismo	01	02	FG-2
Assessor de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo	05	01	FG-1

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL			
Cargo	Vagas	Nível	Função
Secretário de Águas, Saneamento e Gestão Ambiental	01	Lei Específica	
Diretor de Saneamento	01	02	FG-2
Assessor de Saneamento e Gestão Ambiental	03	01	FG-1

LEI Nº 2.092/2015

LEI Nº2.092/2015

ALTERA O § 1º DA LEI N.º 2.088/2014, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER A CELEBRAR CONVÊNIO COM O CLUBE DOS IDOSOS DE SCHROEDER DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º da Lei n.º 2.088/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Para a execução do Convênio o Município de Schroeder repassará à entidade R\$25.320,00 (vinte e cinco mil trezentos e vinte reais), de acordo com o novo Plano de Aplicação determinado no instrumento de Convênio.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da referida Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

LEI Nº 2.093/2015

LEI Nº2.093/2015

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SCHROEDER/FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - PROJETO FUTURO NOTA 10, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Schroeder/FIA autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SCHROEDER - PROJETO FUTURO NOTA 10, objetivando a manutenção do projeto Futuro Nota 10 que busca a cooperação mútua com fulcro na Lei nº8.069/1990, que visa prevenir a fragilidade e vínculos sociais e familiares buscando formas de atender aos adolescentes no Município de Schroeder.

§ 1º Para a execução do Convênio de que trata o "caput" deste artigo, o Município de Schroeder através do FIA repassará à entidade, R\$39.997,20 (trinta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos), divididos em 10 parcelas de acordo com o Plano de Aplicação determinado no corpo do instrumento de Convênio.

§ 2º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior.

§ 3º A vigência do Convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro de 2015.

§ 4º As obrigações recíprocas entre os partícipes serão detalhadas no instrumento de Convênio a ser celebrado a posteriori.

Art. 2º Fica o Município de Schroeder autorizado a ceder administrativamente o Stand de Tiro, localizado nas dependências do Complexo Esportivo Municipal, para o desenvolvimento das atividades educativas da Associação, nos termos do instrumento de Convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual - Exercício 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**PORTARIA Nº 5.999/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº5.999/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015
DELEGA RESPONSABILIDADE PELA ANÁLISE DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Designar o servidor Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CAU/SC sob o nºA60922-6, CPF nº003.963.009-95, matrícula nº2.054, para análise de projetos arquitetônicos de estabelecimentos de saúde, conforme determinação da ANVISA, cumprindo a carga horária semanal de 20 horas na Vigilância Sanitária do município.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº5.986/2015, de 18 de março de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de março de 2015.
OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**PORTARIA Nº 6.000/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº6.000/2015, de 25 de março de 2015
NOMEIA NOVOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO NACIONAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB PARA O MANDATO DE 2015-2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº1.670/2008, de 24 de junho de 2008,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB para o mandato de 2015 a 2017.

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Harildo Konell- titular
- Alessandro Martins Viana - suplente
- Maria Joana Bellarmino - titular
- Jonny Jordy Walz - suplente

II - Representante dos professores das escolas públicas municipais:

- Geziane Machado - titular

- Edivânia Gubert Fari - suplente

III - Representante dos diretores das escolas públicas municipais:

- Alexandra Scheuer - titular
- Ilva Tomaselli Baade - suplente

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

- Tiago Roque Grzybowski - titular
- Gilberto Godeney de Oliveira - suplente

V - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

- Hildo Artur Hatschbach - titular
- Elmer Sandro Quadros - suplente
- Patrícia Hasse Onofre - titular
- Cristiane Feustel Hafemann - suplente

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

- Lucinei Zago - titular
- Edenilson Weiss - suplente
- Felipe Meier - titular
- Maicon Ronei Scheidt - suplente

VII - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

- Dionata dos Santos Ramos - titular
- Greice Maiara Denker - suplente

VIII - Representantes do Conselho Tutelar:

- Vanderlei Clever Junkes - titular
- Nilda Gaedke - suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.001/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº6.001/2015, de 25 de março de 2015

NOMEIA REPRESENTANTES PARA FORMALIZAÇÃO DA ASSINATURA DO CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL/CPDC DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os senhores abaixo relacionados para formalização da assinatura do Cartão de Pagamento de Defesa Civil/CPDC, da conta 6929-9, agência 5410-0 - Banco do Brasil, a saber:

I - Represente Legal da Unidade de Governo:

- Osvaldo Jurck - CPF nº310.472.469-53 - C.I. nº597.443-7/SSP/SC

II - Representante Autorizado do Centro de Custos:

- Tânia de Lourdes Dantas - CPF nº066.649.488.69- C.I. nº4.340.549/SSP/SC

III - Portador:

- Elmer Sandro Quadros - CPF nº712.448.169-49 - C.I. nº2.307.998-3/SSP/SC

- Michele Alves Urnau - CPF nº047.166.309-35 - C.I. nº4.507.280/SSP/SC

- Rafaela Susan Kienen - CPF nº010.063.949-66 - C.I. 4.832.241-5 - SSP/SC

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Diretor de Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N° 17/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 17/2015 - PR	
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação:	32/2015
	Data do Processo:	03/03/2015
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 30/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fonte ATX para Computadores. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 25 de Março de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

DISPENSA 22/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2015 - DL**

Processo Nr.: 54/2015
Data: 25/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: TEKA CARIMBOS LTDA - ME
Endereço: R CORONEL FRANCISCO GOMES, 1153 - SALA 03
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 73.379.158/0001-98

Código: 13038

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de carimbo com Selo Nacional para utilização na Biblioteca Pública Municipal. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	CARIMBO CHANCELA DA MARCA D'ÁGUA COM SELO NACIONAL - METAL	UN	265,00	265,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

OBJETO SOLICITADO SERÁ UTILIZADO NAS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS JUNTO AO PODER MILITAR, PARA CONFIRMAR A VERACIDADE E AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS EMITIDOS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 25 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2015 - DL**

Processo Nr.: 54/2015
Data: 25/03/2015

Folha: 2/2

20/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Março de 2015

Valor da Despesa: 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 21/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2015 - DL**

Processo Nr.: 53/2015
Data: 25/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: COFISO COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - ME
Endereço: RUA MAL. CASTELO BRANCO, 4670
Cidade: SCHROEDER - SC
CNPJ: 72.375.405/0001-15

Código: 7821

Inscrição Estadual: ISENT0

Objeto da Compra: Aquisição e instalação de alarme com sistema automatizado de levantamento de vidros para a viatura Fiat Pálio, placa ML14237 da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Alarme Positron c/ chaveiro original	UN	420,00	420,00
2	1,00	Modulo automatização de vidros elétricos	UN	200,00	200,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, a necessidade desse produto para o bom desempenho da viatura da Polícia Militar é imprescindível este serviço de segurança pública na Município, e também tendo em vista o valor total da aquisição.

Schroeder, 25 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 21/2015 - DL**

Processo Nr.: 53/2015
Data: 25/03/2015

Folha: 2/2

20/3/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 20 de Março de 2015

Valor da Despesa: 620,00 (seiscentos e vinte reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

1º ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015,
DE 20 DE MARÇO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, 830, Centro, Serra Alta, SC, CEP 89871-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor FRANCISCO ARTUR BOTH, no uso de suas atribuições legais, torna público Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2015

1. Os itens 7.2, 7.2.1 e 8.2 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2015 de 20 de Março de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"7.2. As provas escritas serão realizadas no dia 25 de abril de 2015, com início às 13h30min e término às 16h30min (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC".

"7.2.1. Os portões serão abertos às 13h00min e fechados às 13h20min, recomendando-se que o candidato esteja no local com a devida antecedência, munido de documento de identidade".

"8.2. A apresentação de títulos acontecerá no dia 25 de abril de 2015, com início às 14h30min e término previsto para as 17:00h (horário oficial de Brasília, DF), no Centro Municipal de Educação, situado na Rua Sete de Setembro, 530, Centro, Serra Alta, SC

2. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Serra Alta, SC, 26 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta, SC

DECRETO Nº 071/2015

DECRETO Nº 071/2015 DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre atribuição de Adicional de Titulação a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o anexo VI, do art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005, parágrafo 2º do art. 6º da Lei 692/2006 de 13 de abril de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica atribuído Adicional de Ensino Médio e Pós-Graduação, sobre o vencimento do servidor, aos Servidores Públicos Municipais relacionados no anexo I e II deste Decreto, de acordo com a especialização e respectivo percentual constante do anexo VI da Lei Complementar nº 684/2005.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Vigente.

Ar. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta, 25 de Março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I

Relação dos Servidores Municipais Efetivos Habilitados com direito à Adicionais em conformidade com o Decreto nº 071/2015.

Nome do servidor	Ensino Médio	Especialização
Josimar Senhor	x	
Graziane Frigo		x
Pamela Terezinha Rosignollo	x	
Geni Tereza Stankiewicz	x	
Viviane Baldin		x
Lewis Maté Heineck		x
Elizandra Kominkiewicz		x
Vilson Pauletto	x	
Doglas Bogoni	x	
Simone Zimmermann	x	

ANEXO II

Relação dos Servidores Municipais Temporários Habilitados com direito à Adicionais em conformidade com o Decreto nº 071/2015.

Nome do servidor	Ensino Médio	Especialização
Ivani Tomazelli Germiniani		X
Sonia Elizabete Jacobsen Stocker		x
Viviane Baldin		x
Elizandra Kominkiewicz		x

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito de Serra Alta

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2012

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS Nº 48/2012	
EXTRATO SÉTIMO ADITIVO CONTRATUAL	
Sétimo Aditivo Contrato Nº.:	45/2012
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME.
Objeto.....	Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira – Dos Prazos de Execução e Vigência" do contrato nº 45/2012, com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação: "CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA" "3.1 - O prazo de execução para a prestação dos serviços fica readitivado ficando com a vigência de 30/03/2015 á 30/04/2015, podendo ser prorrogado, mediante novo termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 20 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94".
SERRA ALTA, 26 de março de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

LEI MUNICIPAL Nº 1020/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1020, DE 25 DE MARÇO 2015

"Dispõe sobre a política de desenvolvimento econômico, concessão de incentivos fiscais e materiais, PROINDUS - PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E REVOGA A LEI 485/2001 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. FRANCISCO ARTUR BOTH, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece a política de Incentivos Fiscais e Materiais às empresas industriais, que estabeleçam suas atividades no Município de Serra Alta, bem como às empresas já existentes que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda de mão-de-obra, visando o desenvolvimento econômico.

§ 1º O Município de Serra Alta incentivará o cooperativismo e o associativismo Industrial.

§ 2º Para a concessão dos incentivos serão analisados processos relativos à solicitações de pessoas jurídicas, constituídas, que

desenvolvam atividades econômicas, instaladas ou que venham a se instalar no Município de Serra Alta.

§ 3º A concessão dos incentivos mencionados no caput deste artigo, e a seguir especificados, observará o disposto nesta Lei, na Lei 8666/93 e demais regulamentos municipais.

CAPÍTULO II Dos Incentivos

Art. 2º Os incentivos Fiscais de que trata esta Lei constituir-se-ão de:

I - isenção de tributos municipais para empresas que se instalarem com recursos próprios observado o que segue:

a) pelo prazo de 05 (cinco) anos, para empresas que apresentarem Resultado Operacional Positivo e produção de no mínimo 05 (cinco) empregos diretos.

b) pelo prazo de 03 (três) anos, para empresas que apresentarem Resultado Operacional Positivo e produção de no mínimo 03 (três) empregos diretos.

c) pelo prazo de 02 (dois) anos, para empresas que apresentarem Resultado Operacional Positivo e produção de no mínimo 02 (dois) empregos diretos.

Parágrafo único. A empresa beneficiada deverá apresentar anualmente ao final de cada exercício o balanço patrimonial, a DIME - Declaração de Informações Econômicas do exercício anterior, Registro de Funcionários e RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

Art. 3º Os incentivos materiais de que trata esta Lei, serão concedidos as empresas industriais que desejarem instalar-se no município, ou ampliar de forma significativa sua capacidade de produção que constituir-se-ão em:

I - concessão ou permissão de uso de bens móveis e imóveis pertencentes ao erário Municipal não utilizados pela Administração, ou para esta finalidade adquiridos ou construídos, com as seguintes características mínimas;

II - execução total dos serviços de terraplanagem ou terraplenagem e de infraestrutura do terreno necessária à implantação ou ampliação pretendida;

III - concessão de uso de área de terra necessária à realização do empreendimento, observados os encargos e prazos previstos nesta Lei e processo de venda, observando o processo licitatório competente;

IV - construção ou pavimentação de acessos ao local destinado a implantação da Empresa;

V - outros incentivos estruturais, na forma que estabelecer o Conselho Municipal da Indústria e Comércio, de forma igual à todas as empresas beneficiadas;

VI - Incentivar a visitação e participação em feiras setoriais.

§ 1º - As empresas serão beneficiadas com a concessão de direito real de uso de área de terras, pelo prazo máximo de 36 meses da homologação do processo licitatório, ficando garantida a opção de compra mediante o pagamento do valor do imóvel a partir do terceiro ano da concessão, atualizando a saldo devedor pelo IGPM e parcelado em até sete anos, sendo uma parcela anual e sucessiva, condições estas que deverão estar previamente estabelecidas no

edital de licitação.

§ 2º- As empresas que serão beneficiadas com a concessão de direito real de uso de área de terra que possuam pavilhão industrial edificado obrigam-se a pagar no ato licitatório 50% (cinquenta) por cento do valor do pavilhão, garantindo-lhe os incentivos do parágrafo acima quanto à área de terra e o restante do pagamento do pavilhão industrial.

§ 3º - Uma vez concluído o pagamento integral a que se refere o § 1º e/ou § 2º desse artigo, o município transmitirá a empresa, em Cartório competente, a propriedade do imóvel, sendo obrigatório a continuidade das atividades industriais, reservando-se o município para os casos contrários, o direito à desapropriação do imóvel.

§ 4º - Não será permitido a transferência do bem entre empresas sendo que em caso de interrupção da concessão, o bem deverá retornar ao município que encaminhará novo processo licitatório para nova concessão, salvo se não houve alteração de CNPJ e razão social.

§ 5º - Fica por conta da empresa beneficiada a responsabilidade com o seguro do imóvel, questões ambientais, segurança preventiva e outras responsabilidades legais de acordo com a atividade da empresa.

Art. 4º. Dos Instrumentos que efetivarem a concessão de incentivos materiais e estruturais, constará obrigatoriamente os encargos fixados no presente dispositivo, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de reversão de pleno direito se imóvel, não sendo o caso, o ressarcimento dos benefícios no prazo de 05 (cinco) anos.

§ 1º. Para efeitos desta Lei serão considerados como encargos:

I - A utilização do imóvel recebido de acordo com o projeto apresentado e aprovado.

II - O início da execução do projeto no prazo de 06 (seis) meses da doação com encargos, recebidos a título de incentivo nos termos desta lei.

III - Comprovar ajuda ou contribuição financeira para o Fundo da Criança e Adolescente durante 05 anos consecutivos ou intercalados obedecido no mínimo a quantia equivalente a 20 % dos benefícios recebidos como incentivos econômicos corrigidos pelo índice oficial do governo.

§ 2º. A prova do cumprimento dos encargos será sempre documental a cargo do beneficiário.

Art. 5º. Para as Empresas que estão sob incentivos, na data da aprovação da presente Lei, prevalecerá o Contrato Vigente.

CAPÍTULO III

Do Processo de Concessão dos Incentivos

Art. 6º. Após edital de chamamento de interessados, as pessoas Jurídicas, legalmente constituídas e que tiverem interesse na obtenção dos benefícios criados por esta lei, deverão encaminhar a solicitação ao Executivo Municipal para cadastramento, que deverá ser instruída com o respectivo projeto, no qual constará:

I - Contrato Social e/ou Estatuto Social de Constituição com as devidas alterações se houver, ou documento equivalente;

II - Descrição sumária dos objetivos, incluindo as repercussões econômico-sociais para a economia local;

III - Número de empregos a serem gerados direta e indiretamente;

IV - Matéria-prima a ser utilizada, e sua origem;

V - Observações gerais que a empresa julgar necessárias, notadamente, quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais, decorrentes da realização do projeto;

§ 1º. De posse desses documentos, o Município cadastrará as empresas interessadas sendo que os benefícios serão concedidos de acordo com o interesse público e disponibilidade financeira, após parecer do Conselho Municipal da Indústria e Comércio.

§ 2º. O Executivo Municipal diretamente ou através de Conselho, poderá solicitar outras informações que julgar necessárias para instrução do requerimento e posterior emissão do parecer.

§ 3º. Para efeito de avaliação das solicitações enquadráveis na presente Lei, serão considerados, prioritariamente os projetos em função de:

I - Número de novos empregados diretos e indiretos;

II - Utilização de matéria-prima local;

III - Empresa com ramo de atividade pioneira no Município;

IV - Estar associada à ACISA;

§ 4º. Consistirá em requisito essencial para usufruir dos incentivos desta Lei, a apresentação de Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal e ainda de cartórios cíveis.

Art. 7º. O Procedimento para a concessão do Incentivo previsto no artigo 3º inciso I e III, obedecerá rito próprio, em atendimento ao disposto na Lei 8.666/93 - Lei de Licitações, e em especial as regras previstas nesta lei.

Parágrafo único. O Município fará realizar processo licitatório na modalidade concorrência para selecionar os interessados, que melhor atender os requisitos desta Lei, para fins de contemplação com encargos de área de terra.

Art. 8º. No processo Licitatório para concessão de encargos, o julgamento das propostas ocorrerá de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

CAPÍTULO IV

Das Proibições

Art. 9º. As Empresas beneficiadas com os incentivos Fiscais e Materiais é vedado:

I - Dar utilização diversa da prevista no Projeto do Empreendimento enquadrado nos benefícios da presente Lei, sem a devida aprovação do Conselho, antes de decorrido o prazo de 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades.

Art. 10. Cessarão os benefícios concedidos às empresas que deixarem de cumprir o disposto na presente Lei, e responsabilizar-se-ão pelo recolhimento de todos os tributos municipais, de cujo pagamento estavam dispensados, corrigidos monetariamente, e a indenizar o Poder Público Municipal das despesas de Serviços de terraplanagem e/ou terraplenagem, implantação da infraestrutura, requerida para o empreendimento e as demais despesas decorrentes em relação aos incentivos recebidos.

Parágrafo único. O recolhimento de que trata o presente artigo, será feito em 12 (doze) prestações mensais, sucessivas e corrigidas pelo índice oficial do Governo.

Art. 11. Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus ou indenização, os terrenos objetos de concessão a título de incentivos, às empresas beneficiadas, quando:

I - Não utilizados em conformidade com o projeto apresentado e aprovado;

II - Decorridos 06 (seis) meses da concessão e não tenha sido iniciada a execução do projeto;

III - As obras estiverem paralisadas por mais de 06 (seis) meses, salvo motivo de força maior, ou alteração do projeto inicial.

IV - As empresas não comecem suas atividades no prazo máximo de 01 (um) ano da homologação do processo licitatório.

V - Ocorrer a extinção, falência ou concordata, antes de decorridos 05 (cinco) anos da publicação do decreto que concedeu os incentivos.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Indústria e Comércio, dará um prazo de até 06 (seis) meses, para que a empresa retire as benfeitorias por ela construídas, fora do qual passarão a pertencer ao Poder Público Municipal.

CAPÍTULO V

Fundo Municipal de Indústria e Comércio

Art. 12. Fica criado o Fundo Municipal da Indústria e Comércio, instrumento de captação e aplicação de recursos que objetiva apoiar mediante incentivo financeiro, a implantação e expansão de projetos de empresas indústrias e cooperativas de transformação, visando o desenvolvimento econômico e social do município de Serra Alta.

Art. 13. Constituirão receitas do FMIC:

I - Dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II - Resultado operacional próprio;

III - Doações de qualquer espécie provenientes de entidades públicas e privadas;

IV - Outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º. Os recursos que compõem o FMIC, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação - Fundo Municipal de Indústria e Comércio.

Art. 14. O FMIC será gerido pelo Município de Serra Alta, sendo gestor o próprio Chefe do Poder Executivo Municipal, sob a orientação do Conselho Municipal de Indústria e Comércio.

Parágrafo Único - O orçamento do FMIC, será incluído no orçamento geral do município, com unidade orçamentária observadas as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 15. Os recursos do FMIC se destinam a:

I - Investimento de acordo com os incentivos previstos nesta Lei, na expansão e implantação de empreendimentos industriais do município.

Art. 16. Serão transferidos para o exercício seguinte os valores registrados no balanço anual na forma da legislação pertinente.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 17. Os objetivos constantes no Projeto por ocasião da concessão dos incentivos constantes nesta Lei poderão ser alterados, desde que devidamente autorizados pelo CMIC.

Art. 18. Todos os processos e demais documentos decorrentes da aplicação da presente Lei, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal, resguardado aos interessados, direito à certidões e vistas ao processo por três dias, mediante protocolo.

Art. 19. Esta Lei será regulamentada nos casos em que não for auto-aplicável.

Art. 20. O CMIC emitirá Parecer de todas as reuniões na forma da Lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 485/2001 e as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 25 de março 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na data supra.

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 006-2015 SAUDE

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO 006/2015 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 006/2015 no com a Empresa TELE ARTES GRAFICA LTDA ME - CNPJ: 02.271.529/0001-75 no valor de R\$ 7.223,00 para Prestação de Serviços Gráficos conforme modelo padrão para Manutenção do Centro Municipal de Saúde, de acordo com a necessidade durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 24 de março de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 025-2015

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 025/2015 no com a Empresa TELE ARTES GRAFICA LTDA ME - CNPJ: 02.271.529/0001-75 no valor de R\$ 11.100,00 para Prestação de Serviços Gráficos conforme modelo padrão para Manutenção dos Setores, de acordo com a necessidade durante o exercício de 2015.

TIGRINHOS/SC, em 24 de março de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

PORTARIA 085/2015

PORTARIA Nº. 085/2015.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A TÉCNICA ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Técnica Administrativa Educacional, MARCIA ADRIANI DE OLIVEIRA, adiantamento no equivalente a 01 (uma) diária, no valor R\$ 499,40 (quatrocentos e noventa e nove reais), para sua viagem à Florianópolis/SC, no dia 30 de Março de 2015, com objetivos de participar da Formação dos Coordenadores do PNAIC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE MARÇO DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e seis de março de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel
Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 64/2015

DECRETO Nº 64, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições
que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 1.748/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento
do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 153.500,00 (cento
e cinquenta e três mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações
do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(2) - Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(10) - Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
2.008 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0087(45) - Aplicações Diretas
..... R\$ 57.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2.027 - Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(106) - Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

14.01 - Encargos Gerais do Município
0.001 - Amortização da Dívida Fundada
3.2.90.00.00.00.00.00.0080(138) - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.500,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que
trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das
seguintes dotações:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
1.004 - Ampliação da Rede Física do Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(15) - Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00
1.005 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(18) - Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00
1.006 - Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(22) - Aplicações Diretas
..... R\$ 9.000,00

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes
2.026 - Manutenção da iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(88) - Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1.020 - Sinalização de Trânsito e Indicativos
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(104) - Aplicações Diretas

..... R\$ 20.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
2.043 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(151) - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 24 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na
data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA DECISÃO HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA N.º 171 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.º 171/2014 - PMT

Às quinze horas, do vigésimo quinto dia, do mês de março de dois mil e quinze (25/03/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luíza Poffo de Azevedo, para julgamento da Habilitação da Concorrência nº 171/2014 - PMT, tendo em vista os pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Carla Moser, sobre o item 7.1.3 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que todas as empresas licitantes atenderam aos requisitos estabelecidos no Edital.

Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, e pela arquiteta e urbanista, Sra. Bárbara Luíza Poffo de Azevedo, sobre o item 7.1.5 (Qualificação Técnica) do edital, constatou-se que as empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, cumpriram com todas as exigências do edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO N.º 35 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO N.º 35 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certificam que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "UNÍRIO NESTOR DALPIAZ", situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, esquina formada com o lado ímpar da Olinda, com a área de 6.305,20m² (Seis mil, trezentos e cinco metros e vinte decímetros quadrados), processo D-002/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente UNÍRIO NESTOR DALPIAZ, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 563, datado de 05 de fevereiro de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.321, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.02.046.0112.001, sendo constituído:

De 06 (seis) lotes, abaixo transcritos:

Área a Desmembrar nº 01 (um) - com área de 1.253,67m² (Hum mil, duzentos e cinquenta e três metros e sessenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, esquina formada com o lado ímpar da Olinda; estremando na frente em 35,96 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, e em 9,45 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 42,12 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em 23,98 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com a área a desmembrar nº 02. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 111,09m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 7,06 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 9,32 metros com a área a desmembrar nº 02; lado direito estrema em linha sinuosa de 24,47 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 12,70 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar nº 02 (dois) - com área de 450,00m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Rio de Janeiro, distando pelo lado direito do imóvel, 41,98 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Olinda; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; fundos estrema em 15,00 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em 30,00 metros com a área a desmembrar nº 01; e, lado esquerdo estrema em 30,00 metros com o "Residencial Maringá" de propriedade de Wilson Guimarães, matrícula nº 3.834, livro 2. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 105,08m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 9,32 metros com a área a desmembrar nº 01; fundos estrema em 6,13 metros com a área a desmembrar nº 03; lado direito estrema em linha sinuosa de 11,75 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa

de 23,11 metros com terras do proprietário.

Continuação da Certidão n.º 035/2015, fls. 02.

Área a Desmembrar n.º 03 (três) - com área de 857,34m² (Oitocentos e cinquenta e sete metros e trinta e quatro décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 30,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 9,92 metros com o "Residencial Maringá" de propriedade de Wilson Guimarães, matrícula n.º 3.834, livro 2 e em 5,08 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Sílvia Palhano de Jesus, matrícula n.º 16.611, livro 2; lado direito estrema em 57,19 metros com a área a desmembrar n.º 04; e, lado esquerdo estrema em 57,12 metros, sendo em 42,12 metros com a área a desmembrar n.º 01 e em 15,00 metros com a área a desmembrar n.º 02. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 98,10m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 6,13 metros com a área a desmembrar n.º 02; fundos estrema em 6,84 metros com a área a desmembrar n.º 04; lado direito estrema em linha sinuosa de 16,48 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 16,22 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar n.º 04 (quatro) - com área de 858,40m² (Oitocentos e cinquenta e oito metros e quarenta décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 45,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 15,00 metros, sendo em 11,50 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Sílvia Palhano de Jesus, matrícula n.º 16.611, livro 2 e em 3,50 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula n.º 16.612, livro 2; lado direito estrema em 57,26 metros com a área a desmembrar n.º 05; e, lado esquerdo estrema em 57,19 metros com a área a desmembrar n.º 03. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 219,98m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 6,84 metros com a área a desmembrar n.º 03; fundos estrema em 8,68 metros com a área a desmembrar n.º 05; lado direito estrema em linha sinuosa de 19,49 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em linha sinuosa de 8,96 metros e em 17,63 metros com terras do proprietário, em 1,31 metros com terras de Alaersio Jose Bento e Sílvia Palhano de Jesus, matrícula n.º 16.611, livro 2 e em 3,50 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula n.º 16.612, livro 2, em 12,73 metros com a área a desmembrar n.º 05 e em 8,91 metros e em 2,84 metros com terras do proprietário.

Área a Desmembrar n.º 05 (cinco) - com área de 926,82m² (Novecentos e vinte e seis metros e oitenta e dois décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 60,00 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 21,86 metros e em 0,51 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 14,81 metros, sendo em 13,06 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula n.º 16.612, livro 2 e em 1,75 metros com terras de Juliana Moser, matrícula n.º 16.613, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada de 25,21 metros e em 33,41 metros com a área a desmembrar n.º 06; e, lado esquerdo estrema em 57,26 metros com a área a desmembrar n.º 04. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 196,96m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 8,68

metros com a área a desmembrar n.º 04; fundos estrema em 5,90 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; lado direito estrema em linha sinuosa de

Continuação da Certidão n.º 035/2015, fls. 03.

30,18 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 36,40 metros com terras do proprietário e em 4,52 metros com a área a desmembrar n.º 06. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 10,90m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando nos fundos em 1,19 metros com terras de Adolar Lucio da Silva, matrícula n.º 16.612, livro 2; lado direito estrema em linha sinuosa de 12,82 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 12,73 metros com a área a desmembrar n.º 04.

Área a Desmembrar n.º 06 (seis) - com área de 1.958,97m² (Hum mil, novecentos e cinquenta e oito metros e noventa e sete décimos quadrados), situado no lado ímpar da Rua Olinda, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 82,37 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Rio de Janeiro; estremando na frente em 27,56 metros com o lado ímpar da Rua Olinda; fundos estrema em 35,04 metros, sendo em 21,04 metros com terras de Juliana Moser, matrícula n.º 16.613, livro 2 e em 14,00 metros com a rua Porto Velho; lado direito estrema em 24,37 metros, sendo em 22,37 metros com terras de Marcello Pasquali, matrícula n.º 4.172, livro 2, e em 2,00 metros com terras de Décio Francisco Ribas, matrícula n.º 4.874, livro 2, em 34,00 metros sendo, em 25,00 metros com terras de Décio Francisco Ribas, matrícula n.º 4.874, livro 2 e em 9,00 metros com a rua Londrina; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 25,21 metros e em 33,41 metros com a área a desmembrar n.º 05. Neste imóvel fica reservada uma faixa sanitária "non aedificandi", com uma área total de 2,08m², de 3,00 metros de largura de ambas as margens da vala pública de drenagem de esgotos e águas servidas, com a seguinte descrição: estremando na frente em 0,95 metros com o lado ímpar da rua Olinda; lado direito estrema em linha sinuosa de 4,93 metros com terras do proprietário; e, lado esquerdo estrema em 4,52 metros com a área a desmembrar n.º 05.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei n.º. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei n.º. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 27 de fevereiro de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

CERTIDÃO Nº 37 DE 24 DE MARÇO DE 2015

CERTIDÃO Nº 37 DE 24 DE MARÇO DE 2015

ALTERA dispositivo da Certidão nº 034, de 13 de fevereiro de 2015, com a seguinte descrição:

“ Lote 02 (dois) - com área de 2.394,21m² (Dois mil, trezentos e noventa e quatro metros e vinte e um decímetros quadrados), situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 332,68 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas; estremando na frente em 20,97 metros com lado par da Rua Tiroleses; fundos estrema em 24,59 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2; lado direito estrema em linha quebrada de 33,32 metros e em 18,43 metros com o lote nº 01 e em 90,74 metros com terras de Arnaldo Strey Junior, matrícula nº 20.486, livro 2; e, lado esquerdo estrema em linha quebrada de 31,99 metros, em 26,78 metros e em 6,75 metros com o lote nº 03 e em 24,79 metros com o lote nº 04;

Área Remanescente - com área de 3.713,84m² (Três mil, setecentos e treze metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), situado no término da Rua Lorena, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 998,10 metros do lado par da Rua Lorena até a esquina formada com o lado ímpar da Rua Aristiliano Ramos; estremando na frente em 48,27 metros, sendo em 14,06 metro com o término da Rua Lorena, em 32,80 metros com terras de Rosely Salete Dallabona, matrícula nº 12.374, livro 2 e em 1,41 metros com terras de Nisio Panoch, matrícula nº 12.300, livro 2; fundos estrema em 32,03 metros com terras de Lucia de Souza, matrícula nº 14.098, livro 2 e em 25,03 metros com o lote nº 04; lado direito estrema em 71,05 metros com terras de Reuter Empreendimentos Imobiliários Ltda EPP, do “Residencial Spazio Jardim de Tiroleses”, matrícula nº 10.356, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 70,15 metros com terras do Município de Timbó, matrícula nº 6.814, livro 2;”

Ficam ratificados os demais termos.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 24 de março de 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Município de Timbó

DECRETO Nº 3753, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3753, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 400.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	400.000,00
	total	400.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3754, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3754, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 250.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

18.01.009.271.0025.2120.	FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO DE TIMBÓ - FASS	
18.01.009.271.0025.2120.	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR	
18.01.009.271.0025.2120.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.30300	SUPERAVIT – CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	250.000,00
	TOTAL	250.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3755, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3755, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2747, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.31200	CONVENIO TRANSITO PREFEITURA – SUP. FINANCEIRO	50.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3750, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3750, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede auxílio financeiro para manutenção de modalidades esportivas à entidades deste município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 2751, de 17 de dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes fica autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades:

I - À Associação dos Moradores do Bairro das Nações (CNPJ nº 79.358.503/0001-93), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bocha e manutenção da entidade, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

II - Ao Clube Ginástico Guairacás (CNPJ nº 82.775.099/0001-68), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes das modalidades esportivas Bolão 16 cm Masculino/Feminino e Vôlei de Areia Masculino/Feminino, e a manutenção da entidade, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III - À Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó (CNPJ nº 83.792.960/0001-69), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das equipes Masculina e Feminina da modalidade de Bolão 23cm e manutenção da entidade, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - À Associação Timboense de Tênis de Mesa (CNPJ nº 11.307.516/0001-08), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes Masculina e Feminina da modalidade de Tênis de Mesa e manutenção da entidade, o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

V - Ao Clube Caça e Tiro Frederico Donner (CNPJ nº 86.379.104/0001-74), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio das Equipes de Tiro Esportivo Armas Curtas, Longas, Seta e Escolinha de Tiro, incluindo a compra da munição que é utilizada nos treinos e competições, e manutenção da entidade, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

VI - Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade (CNPJ nº 86.793.679/0001-40), para auxiliar no pagamento de parte das despesas do custeio da equipe Masculina e Feminina da modalidade de Vôlei de Quadra e manutenção da entidade, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

VII - À Associação Esportiva T-REX Futebol Americano (CNPJ nº 08.295.923/0001-20), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da Equipe de Futebol Americano e manutenção da entidade, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

VIII - À Associação Desportiva Olímpica do Vale (CNPJ nº 11.344.597/0001-08), para auxiliar no pagamento de parte das despesas de custeio da(s) Equipe(s) de atletismo masculino e feminino e manutenção da entidade, o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

Parágrafo Único. Os valores totais de que tratam os incisos do art.1º serão repassados de forma parcelada às entidades, em três vezes, sendo a primeira em março/2015, a segunda até junho/2015 e a terceira até setembro/2015, por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

Art. 2º A despesa com a execução desta lei correrá à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2015 da Fundação

Municipal de Esportes, com a seguinte classificação:

19.02.027.812.0091.2242 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
19.02.027.812.0091.2242 - TRANSFERENCIA A ENTIDADES ES-
PORTIVAS

19.02.027.812.0091.2242 - REPASSES DA FME PARA ENTIDADES,
CLUBES E ASSOCIAÇÕES

300000.00 - DESPESAS CORRENTES

330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3751, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3751, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede auxílio financeiro à Associação de Amparo à Terceira Idade de "Lar Elze Benz".

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 2752, de 17 de dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º Fica autorizado a repassar recursos financeiros à Associação de Amparo à Terceira Idade (CNPJ nº 79.374.724/0001-55), declarada de utilidade pública pela Lei 1.817 de 22/12/95, na ordem de R\$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais), consignados no orçamento-programa de 2015.

Art. 2º O valor será repassado em três parcelas iguais, sendo a primeira em março/2015, a segunda até junho/2015 e a terceira até em setembro/2015, por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

Art.3º As despesas com a execução desta lei, para o exercício financeiro de 2015, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

16.003.008.244.0088.2292 - FMAS - FUNDO MUN. DE ASSISTÊN-
CIA SOCIAL

16.003.008.244.0088.2292- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE
ALTA COMPLEXIDADE

300000.00 - DESPESAS CORRENTES

330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS

335043.00 - SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 3752, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 3752, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede auxílio financeiro para manutenção das atividades culturais por entidades deste município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXII, c/c art. 70, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e de conformidade com a Lei nº 2764, de 22 de dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º O Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó fica autorizado a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades culturais, nos seguintes valores e parcelas mencionados no presente artigo:

I - À Associação Folclórica Blauer Berg, entidade sem fins lucrativos, CNPJ nº. 09.466.458/0001-05 e inscrição municipal nº. 9678 (constituída pelos grupos folclóricos "Volkstanzgruppe Blauer Berg" - Adulto e Infante Juvenil), o correspondente a R\$ 17.620,00 (dezesete mil, seiscentos e vinte reais) para o ano de 2015;

II - À Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 07.749.478/0001-68, o correspondente a R\$ 58.100,00 (cinquenta e oito mil e cem reais) para o ano de 2015;

III - À Banda Municipal Professor João Muller, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº 86.949.849/0001-21, o correspondente a 95 (noventa e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de 50 (cinquenta) integrantes, a ser pago a referida entidade durante 11 meses, com início de pagamento a partir de fevereiro/2015 e término em dezembro/2015;

IV - À Associação do Grupo Folclórico os Cinquentões, entidade civil sem fins lucrativos, CNPJ nº. 14.738.358/0001-20, o correspondente a 85 (oitenta e cinco) UFM's para cada integrante, limitado ao total de até 15 (quinze) integrantes, a ser pago a entidade durante 11 meses, com início a partir de fevereiro/2015 e término em dezembro/2015.

V - A Banda Musical "Acordes Celestes", associação civil, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 10.984.966/0001-64, o correspondente a R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais), em parcela única, para o ano de 2015.

VI - Ao Musical Adonai Restauração, associação civil, sem fins lucrativos, CNPJ nº. 13.784.417/0001-34, o correspondente a R\$ 5.650,00 (cinco mil seiscentos e cinquenta reais), em parcela única, para o ano de 2015.

§1º Os valores repassados deverão ser destinados exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção das atividades dos grupos mencionados neste artigo, decorrentes do apoio e das parcerias realizadas com a Fundação Cultural de Timbó, e se repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Para as entidades descritas nos itens I e II do presente artigo o valor será repassado de forma parcelada, em três vezes, sendo a primeira em março/2015, a segunda até junho/2015 e a terceira até setembro/2015, sendo de até 3 (três) meses o prazo para utilização destes recursos.

§3º O presidente da cada entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis a espécie.

Art. 2º A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta

de dotação própria do Orçamento-Programa 2015 da Fundação Cultural de Timbó, com a seguinte classificação:

22.01.013.392.0094.2246. FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
22.01.013.392.0094.2246. MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
22.01.013.392.0094.2246. TRANSFERENCIA DE RECURSOS
300000.00 - DESPESAS CORRENTES
330000.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 335000.00 - TRANSF. A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS
335041.00 - CONTRIBUIÇÕES

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO CONTRATO 2015.48 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/48

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: SSAT Sinalização e Adesivos Ltda.

OBJETO: Plena e total execução do serviço de execução de sinalização vertical e horizontal (com fornecimento de material) na malha viária central - complexo viário Rolando Mueller tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preço nº. 162/2014.

VALOR: R\$ 34.644,00 (trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: de 11/03/2015 à 11/09/2015.

Data da assinatura: 11/03/2015.

Timbó, 25 de março de 2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO CONTRATO 2015.49 CIGA - SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/49

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão pública Municipal (CIGA).

OBJETO: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Timbó no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA. Data da assinatura 11/03/2015. VALOR TOTAL: R\$ R\$ 8.520,00. PRAZO: março até dezembro de 2015.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2015.50 CIGA - SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/50

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão pública Municipal (CIGA).

OBJETO: prestação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: REGIN e Simples Nacional.

Data da assinatura 11/03/15. VALOR MENSAL: R\$ 1.536,00. PRAZO: março até dezembro de 2015.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 COMERCIAL ABELAM LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Comercial Abelam Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 2.737 kg ao item 040 (coxa e sobrecoxa de frango) e acréscimo de 1.116 kg ao item 044 (peito de frango com osso e sem carcaças).

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

TIMBÓ, 24/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - Nº 22.2014 DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Distribuidora Nova Esperança Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 462 kg ao item 028 (mistura para preparo de pudim).

DATA DA ASSINATURA: 16/03/2015.

TIMBÓ, 24/03/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE DECRETO Nº 5/2014**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Decreto nº 5/2014 - Dispõe sobre a aprovação de contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Timbó.

Iniciativa do Projeto: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó.

Relator: Vereador Marcelo Luiz Ferrari.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores, que pretende aprovar as Contas do exercício de 2013 da Prefeitura Municipal de Timbó, após recebimento de Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, processo TCE nº PCP-14/00089007.

O mesmo foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 03 de dezembro de 2014, sendo que foi apresentado em plenário no mesmo dia.

Atendendo aos preceitos regimentais, o mesmo foi despachado pela Mesa Diretora e imediatamente processado para posterior distribuição de avulso aos Vereadores.

Conforme anexo ao Projeto em análise, a autoridade prestadora das contas foi devidamente notificada conforme protocolo de recebimento na fl. 16.

No dia 25 de fevereiro foi apresentado por esta Comissão parecer instrutivo, sendo que, seguindo trâmite regimental no que tange ao objeto deste Projeto. No dia 27 de fevereiro a autoridade prestadora de contas foi notificada para apresentar sua defesa (fls. 32) e no dia 05 de março a mesma procedeu com sua juntada (fls.33). Após, seguindo os trâmites do art. 156 do Regimento Interno, o Relator desta Comissão exarou seu parecer final, cabendo então a esta Comissão manifestar-se sobre o mesmo, sendo, portanto, o que segue, conforme preceitos do §4º do art. 156 do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Pelo exposto, este ora segue.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Com relação à prestação de contas este Relator opta por acompanhar o Parecer Prévio aprovado pelo Tribunal de Contas, que, por sua vez acompanha a conclusão da Diretoria de Controle dos Municípios.

A respeito das matérias e das recomendações analisadas e apontadas pelo Tribunal, podemos constatar nas razões de defesa do Prefeito Municipal que as mesmas já foram devidamente observadas e acatadas pelo Poder Executivo.

Frise-se, contudo, que à Câmara, no momento, não cabe ir além dos itens que compuseram o parecer do Tribunal, sendo certo que qualquer irregularidade, porventura existente e detectada, seria tratada em processo específico.

Ressalte-se, a propósito, que a aprovação das contas não veda a possibilidade de análise futura de fato que venha a se tornar conhecido e comprovado.

III - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

O Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do presente, propondo-se para tanto a edição e promulgação do decreto legislativo pertinente. Submeto o presente Voto aos demais Pares da Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 17 de março de 2014.

Rubens Borchardt
Relator

IV - CONHECIMENTO DO PARECER FINAL DO RELATOR AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2014 PELA COMISSÃO

Jorge Augusto Krüger John Adriano Schwartz
Presidente Membro

V - PARECER FINAL DA COMISSÃO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2014

Com base no artigo 156, §4º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, após abertas vistas aos integrantes destas, exaure, com base em todos os pareceres já apresentados neste Projeto de Decreto, parecer favorável à aprovação deste Projeto de Decreto, referente às contas do exercício de 2013, não havendo nada que enseje atitude contrária.

Esse é o Parecer.

Sala das Comissões, em 20 de Março de 2015.

Jorge Augusto Kruger	
Presidente	
John Adriano Schwartz	Rubens Borchardt
Membro	Relator

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/2014

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Resolução nº 3/2014 - Dispõe sobre a Criação do Espaço Cultural "Egenolf Theilacker" na sede da Câmara Municipal de Timbó.

Autor: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó.

Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa visando a criação do "Espaço Cultural Egenolf Theilacker" na sede da Câmara Municipal.

O projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 10 de dezembro de 2014, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 03 de fevereiro corrente, em Sessão Ordinária, conforme §1º do art. 122 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais.

No dia 18 de março a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue. Esse é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a)Da emenda pela Comissão

A Comissão apresenta no corpo deste parecer a Emenda nº 01 ao PR 03/2014.

Trata-se da supressão dos parágrafos do artigo 1º do projeto em epígrafe, uma vez que tais dispositivos preveem a criação de "despesa imprópria" e obrigações que não são de competência do Poder Legislativo, posto não ser objetivos da instituição em si a

aquisição de equipamentos destinados a exposições. A permanência dos dispositivos em comento na proposição iria atentar contra a Lei Federal n.º 4.320/64, sendo necessária a sua remoção dos parágrafos referidos.

Diante do exposto, a Comissão submete à apreciação dos Nobres Vereadores a Emenda nº 01.

b)Do mérito.

Com a Emenda apresentada por esta Comissão, no que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95/98, respeitando, portanto, o §5º, do art. 101, do Regimento Interno.

De acordo com a justificativa, o projeto objetiva, a criação de um espaço cultural na Casa Legislativa, posto existir poucos espaços em nosso município com condições de abrigar exposições e outras atividades culturais.

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local.

No âmbito da Lei Orgânica do Município, o art. 30 dispõe sobre a iniciativa das leis da seguinte maneira:

"Art. 30. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador, comissão legislativa permanente, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica." No presente caso, a matéria objeto da presente proposição, com a Emenda apresentada, não se encontra enumerada pelo §1º, do art. 30, da Lei Orgânica Municipal, não sendo, portanto, de competência privativa do Prefeito Municipal.

Deste modo, plenamente possível a iniciativa deste projeto de lei pelos Vereadores, não havendo que se falar em vício de origem da proposição.

Assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

III - CONCLUSÃO VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Resolução nº 03/2014, com a Emenda apresentada no corpo deste parecer.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 18 de Março de 2015.

Rubens Borchardt	
Presidente	
Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2015

EXTRATO DE CONTRATO 21/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: RADIO TROPICAL FM LTDA

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 17/2015 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na divulgação de atos oficiais e campanhas educativas da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital, durante o período de Março a Dezembro de 2015..

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 90.500,00 (Noventa mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 03.01.2 003.33.90.00.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 23/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Março de 2015.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL 21-2015

PREGÃO PRESENCIAL 21/2015 - RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração do item 6.1.16 do edital do Pregão Presencial 21/2015.

Onde se lê;

6.1.16. Comprovação de possuir vínculo empregatício, na data prevista para a entrega da proposta, com os seguintes profissionais seguintes profissionais, 01 (um) engenheiro Civil ou Mecânico, conforme atribuições do CONFEA; 01 (um) engenheiro/técnico na modalidade Elétrica, conforme atribuições do CONFEA; 03 (três) técnicos de Sonorização; 03 (três) técnicos de Iluminação; 04 (quatro) montadores na modalidade Estruturas para Eventos; 01(um) técnico na modalidade Gerador de Energia, conforme atribuições do CONFEA.

Leia-se;

6.1.16.Comprovação de possuir vínculo empregatício, na data prevista para a entrega da proposta, com os seguintes profissionais seguintes profissionais, 01 (um) engenheiro Civil ou Mecânico, conforme atribuições do CONFEA; 01 (um) engenheiro/técnico na modalidade Elétrica, conforme atribuições do CONFEA; 03 (três) técnicos de Sonorização; 03 (três) técnicos de Iluminação; 04 (quatro) montadores na modalidade Estruturas para Eventos.

Treze Tílias, 24 de Março de 2015.

ATA RP 14-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/7

Número do Registro de Preços: 14/2015			Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Açucar cristal - Pacote 5kg (6328)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	SANTA ISABE	0	7,4500	1
4	Açúcar de baunilha - 30gr (6338)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	1,2000	1
5	Açucar mascavo - kg (8873)	KG	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DAJU	0	9,4500	1
6	Açúcar refinado especial - Pacote 5 kg (5550)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	ALTO ALEGRE	0	7,5000	1
7	Adoçante - 200ml (8872)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	ASSUCRIM	0	6,9000	1
9	Amido de milho - Caixa 1kg (5614)	CX	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	AWAFIL	0	4,9000	1
11	Arroz parbolizado - classe longo fino - Tipo 1 - Pacote 5kg (5553)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	MINUTINHO	0	8,4500	1
15	Biscoito doce rosquinha de coco - Pacote 800gr (6109)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PRODASA	0	5,9500	1
16	Biscoito doce sortido - Pacote 800gr (5587)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PRODASA	0	5,9500	1
17	Biscoito doce tipo maisena - Pacote 800gr (6110)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PRODASA	0	5,9500	1
18	Biscoito integral - 400gr (8871)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	ISABELA	0	3,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Imã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Biscoito salgado tipo água e sal - Pacote 800gr (6111)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PRODASA	0	5,9500	1
20	Café solúvel granulado - Vidro 200gr (5595)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	IGUAÇU	0	8,9000	1
21	Café torrado e moído especial com selo de pureza da ABIC - Pacote 500gr (6056)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	JURERE	0	5,9900	1
22	Canjica de milho Tipo 1 - Pacote 500gr (5616)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DAJU	0	1,9000	1
27	Cereal Infantil com Zinco, Vitamina A, Vitamina C e Ferro - 400 gr (7585)	UN	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (3384)	MILNUTRI CEI	0	4,5000	1
29	Chá diversos sabores - (camomila, hortelã, erva doce, capim cidreira) Caixa com 25 saquinhos (7536)	CX	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	BARAO	0	3,9000	1
30	Chocolate em pó com açúcar cristal, cacau em pó, sal e aroma artificial de baunilha, não contém glúten - Pacote 1kg (6114)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	7,9500	1
31	Coco ralado - Pacote 100gr (5607)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	KITA	0	2,7900	1
32	Colorau - Pacote 500gr (5609)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DAJU	0	2,4900	1
34	Creme de leite - 200gr (6342)	CX	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PIRACANJUB	0	1,5000	1
35	Cuca sem recheio - 500gr (6734)	UN	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	6,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Doce de fruta, diversos sabores - 400gr (8866)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DIFRUTI	0	2,9900	1
37	Doce de leite em pasta - 900gr (5605)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DOGITO	0	7,9900	1
38	Ervilha em conserva - 200gr (6344)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	GOIANS VERD	0	1,5900	1
39	Extrato de tomate concentrado - Lata 850gr (5600)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DAJU	0	6,7500	1
40	Farinha de aveia - Pacote 500gr. (8848)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	4,3500	1
41	Farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico - Pacote 5kg (5548)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	DAJU	0	7,4000	1
42	Farinha de Trigo Especial Tipo 1 - fortificada com ferro e ácido fólico - Pacote 5kg (5547)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	MARX	0	9,9500	1
43	Farinha de trigo integral - Pacote 1kg (5549)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	TOZZO	0	3,9900	1
45	Feijão carioca - Tipo 2 - Pacote 1kg (6090)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	BRIGUENTI	0	4,3000	1
46	Feijão preto - Tipo 1 - Pacote 1kg (5555)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	BRIGUENTI	0	3,9900	1
47	Farmento biológico seco instantâneo - 500gr (5594)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	8,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 477

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Fervendo em pó químico - 250gr (5593)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	MONOPOL	0	3,4900	1
51	Gelatina - Pacote 1kg (6116)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	LEO	0	6,9500	1
54	Leite desnatado - caixa com 12 unidades (8870)	CX	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	AURORA	0	29,9000	1
55	Leite sem lactose (8868)	L	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PIRACANJUB	0	4,5500	1
57	Leite UHT Integral - 3% de gordura - Caixa com 12 litros (5546)	Cai	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PIRACANJUB	0	29,9000	1
58	Lentilha - Pacote 500gr (5556)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	CAROL	0	3,2000	1
63	Margarina com sal cremosa 0% de gordura trans - 500gr com 77% de lipídios (6730)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	COAMO FAMILI	0	4,2500	1
64	Massa fina aletria (cabelo de anjo) Pacote 500gr (6088)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	GERMANI	0	3,5900	1
65	Massa tipo espagete de semola com ovos enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e curcuma - Pacote 500gr (6086)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	MAJU	0	2,1500	1
66	Massa tipo parafuso com semola, de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, corantes naturais urucum e curcuma - Pacote 1kg (6088)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	AGLIARE	0	4,1800	1
69	Milho verde em conserva - 200gr (6343)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	GOIAIS VERD	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 57

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cassia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	Óleo de soja refinado 0% gorduras trans - 900ml (5601)	UN	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	COAMO	0	3,4500	1
72	Oregano - Pacote 100gr (8874)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	3,9500	1
73	Pão de calhoro quente (8865)	KG	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	7,9000	1
74	Pão de leite (7576)	KG	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	7,9000	1
75	Pão francês (6133)	KG	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	7,9000	1
76	Pão integral (8876)	KG	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	7,9000	1
77	Pipoca - Pacote 500gr (6131)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	APTI	0	1,9900	1
78	Pó para pudim - Pacote 1kg (6117)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	LEO	0	6,9000	1
79	Queijo fatiado inspecionado (6103)	KG	PANIFICADORA E CONFETARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	17,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2015			Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016	
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
82	Sagu - Tipo 1 - Pacote 500gr (5602)	PCT	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (2947)	PRATA	0	2,5500
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 25/03/2015		Válido até: 25/03/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Imã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Imã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

PROCESSO Nº 14/2015

(1833) - PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA

(2947) - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD

(3384) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.

Treze Tílias, 25 de Março de 2015.

Tunápolis**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2015

Edital de Pregão Presencial nº 35/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto Contratação de Serviços de rádios para veiculação de atos oficiais, avisos e serviços da municipalidade, bem como de campanhas de interesse público de caráter informativo, social e educativo da administração municipal para o exercício de 2015.

Entrega dos envelopes às 9h30min do dia 09/04/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

Turvo**PREFEITURA****DECRETO 06/2015**

DECRETO Nº 006/15, de 16 de Março de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004-VIAS URBANAS PAVIM. PAS. PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (0080) - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 16 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

DECRETO 07/2015

DECRETO Nº 007/15, de 19 de Março de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.397.800,00 (Um milhão, trezentos e noventa e sete mil e oitocentos reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004-VIAS URBANAS PAVIM. PAS. PÚBLICO E PRAÇA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0024.0 (079) - Aplicações Diretas R\$ 1.340.800,00

17.512.0057.1.032-SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 (082) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0047.2.027-MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL

3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 (094) - Aplicações Diretas
..... R\$ 42.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0024 no valor de R\$ 1.134.000,00 por conta do Convênios de nº TR000334 e Processo nº 1005786-71/2013 no valor de R\$ 206.800,00 e da Fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 57.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 19 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2229/2015

LEI Nº 2.229/15, de 18 de Março de 2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Prefeitura Municipal de Turvo, autorizado a firmar Convênio com a finalidade de repassar verba pecuniária a Associação de Clube de Mães de Turvo, entidade sem fins lucrativos, portadora do CNPJ nº 07.645.979/0001-02, com sede e foro da Comarca de Turvo/SC, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.780/2006, de 04 de Julho de 2006, para aplicação destes recursos na manutenção e funcionamento de suas finalidades estatutárias.

Art. 2º. O presente convênio prevê o repasse de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), compreendendo os meses de Março a Dezembro de 2015.

Art. 3º. Caberá à Associação do Clube de Mães encaminhare no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento de cada parcela, a prestação de contas dos recursos recebidos, ao setor competente da Prefeitura.

Parágrafo Único. A liberação da parcela subsequente fica condicionada à apresentação da prestação de contas de que trata o presente artigo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 18 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2230/2015

LEI Nº 2.230/15, de 18 de Março de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Parágrafo Único. Para atingir os objetivos pretendidos no convênio a ser firmado, o Município repassará a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), durante o exercício de 2015.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 18 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2231/2015

LEI Nº 2.232/15, de 18 de Março de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONTRATAR MONITORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PREPARAÇÃO DE ATLETAS AMADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento das atividades relacionadas a preparação de atletas do Município, em diversas modalidades do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:

Nº de Vagas	Cargo	Carga horária	Vencimento (R\$)
07	Monitores	40 hs semanais	1.202,66

§ 1º. A preparação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa à participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá - JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º. A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limita-se a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para

efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º. A contratação poderá se dar para o cumprimento de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente, sendo reajustado no mesmo índice e data dos servidores públicos municipais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 18 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2232/2015

LEI Nº 2.232/15, de 18 de Março de 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONTRATAR MONITORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PREPARAÇÃO DE ATLETAS AMADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado contratar servidores em caráter temporário, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para atendimento das atividades relacionadas a preparação de atletas do Município, em diversas modalidades do esporte amador, até o limite das vagas, conforme especificado abaixo:

Nº de Vagas	Cargo	Carga horária	Vencimento (R\$)
07	Monitores	40 hs semanais	1.202,66

§ 1º. A preparação de atletas de que trata o caput deste artigo, visa à participação do Município nos jogos Escolares da Região do Vale do Araranguá - JERVA, Moleque Bom de Bola e outros eventos esportivos do calendário Estadual e Regional, em que o Município vier a participar.

§ 2º. A vigência dos contratos para os servidores a serem contratados para os cargos autorizados pela presente Lei limita-se a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º. O servidor contratado temporariamente fica sujeito ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para efeito de vínculo empregatício e ao Regimento Geral da Previdência Social, para efeito da legislação previdenciária.

Art. 3º. A contratação poderá se dar para o cumprimento de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, com a remuneração correspondente, sendo reajustado no mesmo índice e data dos servidores públicos municipais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 18 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

LEI 2233/2015

LEI Nº 2.233/15, de 18 de Março de 2015.

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o poder executivo Municipal de Turvo autorizado a doar os imóveis localizados no Loteamento São Braz, anexo ao Bairro São Luiz de propriedade do Município de Turvo, com as matrículas de nº 27.735, 27.736, 27.737 e 27.738 a seus mutuários finais (beneficiários).

Art. 2º - Para fins de incentivo a transmissão da titularidade de propriedade dos imóveis acima mencionada, objetivando a outorga de escritura pública de doação entre o município e seus mutuários final (beneficiários), fica isento do pagamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos do Estado de Santa Catarina - ITCMD-SC, de acordo com o Decreto nº 2.884/04 de 30 de Dezembro de 2004, Artigo 9º Inciso VI.

As despesas de transferência com tabelionato e registro dos imóveis, ficarão por conta dos mutuários (beneficiários).

Parágrafo Único - A isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos do Estado de Santa Catarina - ITCMD-SC, que trata esse Artigo é válido apenas para os imóveis beneficiados nesta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 18 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 088/2015

PORTARIA Nº 088/15, de 09 de Março de 2015.

ALTERA CARGA HORÁRIA DAS SERVIDORAS NOMEADAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora ALEXANDRA DOS SANTOS CPF nº 037.455.319-06, matrícula nº 3379, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, de 20 (vinte) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Alterar a carga horária da servidora PATRICIA TONETTO CADORIN GOMES CPF nº 043.244.289-80, matrícula nº 3378, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor IV, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 089/2015

PORTARIA Nº 089/15, de 09 de Março de 2015.
NOMEIA PROFESSOR III E AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011 e Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor III, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOMECPF CARGO LOCAL DE TRABALHO
Edevar Longaretti560.132.059-49 Pedagogo EJA - Morro Chato

Art. 2º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.
NOMECPF LOCAL DE TRABALHO
Beatriz Macedo da Silva082.212.169-76 EJA - Vila São José

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 09 de Março de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 09 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 090/2015

PORTARIA Nº 090/15, de 10 de Março de 2015.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor ADMIR MAFFIO-LETTI, CPF nº. 376.914.579-87, matrícula nº. 0431, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Motorista II, no período de 11.03.2015 a 08.06.2015, referente ao período aquisitivo de 02.05.1995 a 01.05.2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de março de 2015

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 091/2015

PORTARIA Nº 091/15, de 11 de Março de 2015.
DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.
NOME CPFMATRICULA
Nadir da Silva Zeferino Vicentin769.754.609-493263

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 092/2015

PORTARIA Nº 092/15, de 11 de Março de 2015.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Nadir da Silva Zeferino Vicente por ter pedido demissão.

NOMECPF LOCAL DE TRABALHO

Rosiléa Soares006.011.919-51Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 11 de Março de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 11 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 093/2015

PORTARIA Nº 093/15, de 13 de Março de 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao Servidor EDSON DAMINELLI, CPF nº. 742.217.609-15, matrícula nº. 0183, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Operador de Equipamentos I, no período de 17.03.2015 a 15.05.2015, referente ao período aquisitivo de 01.01.1993 a 31.12.1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de março de 2015

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 094/2015

PORTARIA Nº 094/15, de 13 de Março de 2015.

NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Alexandra Miguel da Silva que se encontra em auxílio doença.

NOMECPF LOCAL DE TRABALHO

Vanderlene da Silva Tomé Manenti814.075.059-04Creche Maria M. Sartor

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 13 de Março de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 095/2015

PORTARIA Nº 095/15, de 16 de Março de 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora DENISE LIMA DE SOUZA MATTOS, CPF nº 024.983.639-47, matrícula nº 1222, exercendo o cargo em provimento efetivo de Digitador, no período de 17 de Março de 2015 a 14 de Julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 096/2015

PORTARIA Nº 096/15, de 17 de Março de 2015.
ADMITE MOTORISTA II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Motorista II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF

Elisandro Alano Pereira023.988.499-02

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 17 de Março de 2015 e encerrará em 16 de Julho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 097/2015

PORTARIA Nº 097/15, de 18 de Março de 2015.
ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)CPFValcionir Costa014.488.369-48

Renan dos Santos Vieira092.127.759-85

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Março de 2015 e encerrará em 10 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 098/2015

PORTARIA Nº 098/15, de 18 de Março de 2015.
ADMITE TÉCNICO DE ENFERMAGEM EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)CPF

Andréia Pereira044.500.379-01

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Março de 2015 e encerrará em 15 de Maio de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de Março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 099/2015

PORTARIA Nº 099/15, de 19 de Março de 2015.
DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPFMATRICULA

Mayara Valnier Hahn Pizzolo 063.343.599-673303

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 100/2015

PORTARIA Nº 100/15, de 19 de Março de 2015.
ADMITE AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOMECPFAnadir Santana Ronchi Menegon015.441.869-24

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 19 de Março de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 19 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101/15, de 23 de Março de 2015.
ALTERA CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES NOMEADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora NALVA REJANE DA SILVA CORDEIRO CPF nº 713.307.479-68, matrícula nº 3325, nomeada através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Alterar a carga horária do servidor EDEVAR LONGARETTI CPF nº 560.132.059-49, matrícula nº 3398, nomeado através do Processo Seletivo 001-2014-SME, exercendo a função pública de Professor III, de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 102/2015

PORTARIA Nº 102/15, de 23 de Março de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Mayara Valnier Hahn Pizzolo por ter pedido demissão.

NOMECPF LOCAL DE TRABALHO
Jaqueline Schultzer055.902.459-23E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 103/2015

PORTARIA Nº 103/15, de 23 de Março de 2015.
DEMITE A PEDIDO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NOMEADA EM CARTER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Comunitário de Saúde, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/13 - ESFs, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.
SERVIDORA CPFMATRICULA
Elaine M. Favaro Casteller 863.075.689-682579

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 104/2015

PORTARIA Nº 104/15, de 23 de Março de 2015.
ADMITE VIGIA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir os Servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercerem a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOMECPF
Tarcisio Figueredo 613.357.629-49
Ana Silvia Trichês Parol020.483.179-28

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Março de 2015 e encerrará em 12 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 105/2015

PORTARIA Nº 105/15, de 23 de Março de 2015.
NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOMECPF LOCAL DE TRABALHO
Maiara Pasini Menegaro074.232.159-29 E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 106/2015

PORTARIA Nº 106/15, de 23 de Março de 2015.
NOMEIA PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOMECPF CARGO LOCAL DE TRABALHO
Cintia Mota da Boit048.262.669-01 Ed. Física E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 107/2015

PORTARIA Nº 107/15, de 23 de Março de 2015.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de

Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOMECPF LOCAL DE TRABALHO

Vanderli da Silva Tomé Marques023.905.249-82E. M. São Luiz

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 23 de Março de 2015 e encerrará em 09 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 108/2015

PORTARIA Nº 108/15, de 23 de Março de 2015.

REDUZ A PEDIDO CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARTER TEMPORARIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Reduzir a pedido a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor IV, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULASERVIDOR (A) CPF

3365Josiele Bonfante Visentin066.331.199-33

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 23 de março de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO PR 19/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2015/PMU

Objeto: aquisição de placas de trânsito e pintura horizontal de faixa de pedestre, de uso na sinalização viária. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 13/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h do dia 13/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta-Pregoeira

AVISO PRORROGAÇÃO PR 17/2015/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF PREGÃO Nº 17/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de serviços e peças manutenção elétrica veículos, máquinas pesadas e equipamentos da frota municipal. Nova data de entrega: até às 14h do dia 09/04/2015. Nova data de abertura dos envelopes: as 14h do dia 09/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Centro - Setor de Licitações. Novo edital deverá ser retirado nesta municipalidade ou solicitado no e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188

ROSANE ZATTA

Pregoeira

ERRATA EXTRATO DE CONTRATO N. 130/2015/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Errata do Extrato do Contrato n.º 130/2015/FMS

Onde se lê: R\$ 40.625,00

Leia-se: R\$ 76.375,00

Publicado no DOM SC Nº 1708 de 23/03/2015, Pág. 568.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO N. 89/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 89/2013

Data de assinatura: 25/03/2015

Processo de Licitação: 89/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: CASVIG - CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

CNPJ/CPF: 83.179.963/0001-77

Objeto: prestação de serviços de monitoramento eletrônico ininterrupto

Reajuste IGP-M 3,8498%

Valor Aditivo: R\$ 1.047,80 (será acrescido o valor ref. a diferença do valor contratual)

Vargem Bonita**PREFEITURA****LEI N.1.038/2015**

LEI Nº 1.038/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 956/2013, DE 27 DE AGOSTO DE 2013 QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO ADERIR AO SAMU E FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO COM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, torna público que o Poder Legislativo aprovou e o Executivo sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Os dispositivos da Lei nº 956/2013 de 27 de agosto de 2013, a seguir citados passam a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 3º. O valor do repasse será de até R\$ 0,09 (nove centavos) per capita por mês.

(...)

Artigo 2º. As despesas para o cumprimento da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 25 de março de 2015.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 26/03/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

REPUBLICAÇÃO PROCESSO 015_2015 PR 013_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015
Edição 2 - Republicação

JUSTIFICATIVA: Alterações na descrição do Objeto. Exclui-se da descrição do objeto o seguinte: "basculamento com força de desagregação mínima de 8.000 Kgf, através de um (1) ou dois (2) Cilindros Hidráulicos".

OBJETO: Aquisição de UMA (01) RETROESCAVADEIRA com as especificações, capacidade e características descritas no Edital do Processo Licitatório.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço.

Recursos: Execução do Contrato de Repasse nº 1019145-47/2014/MDA/CAIXA.

Nova data da Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 09 de Abril 2015 às 09:30 (nove horas e trinta minutos), horário de Brasília, na Sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal.

Obs: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vítório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 25 de Março de 2015.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.793/15

DECRETO Nº 11.793/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4299/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JANE MARI MOREIRA DA SILVA, do emprego público de Enfermeiro - Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 11.546/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

Videira, 18 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.794/15

DECRETO Nº 11.794/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4241/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, IDINARTE JOÃO ALVES, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido pela Portaria nº 0839/06.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2015.

Videira, 18 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.795/15

DECRETO Nº 11.795/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.637/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4276/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.637/15, que nomeou VILSO JOSÉ VETURIN, para exercer o cargo de Operador de Moto-niveladora, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.796/15

DECRETO Nº 11.796/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Operador de Motoniveladora

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LEODOMIR LUIZ MICHELON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.797/15

DECRETO Nº 11.797/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GILSON FIORELLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.798/15

DECRETO Nº 11.798/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADILSON MENIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.799/15

DECRETO Nº 11.799/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, AMARILDO DE ALMEIDA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.800/15

DECRETO Nº 11.800/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIO LUIZ PERAZZOLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.801/15

DECRETO Nº 11.801/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WALDECIR DEODORO SOUZA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.802/15

DECRETO Nº 11.802/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.803/15

DECRETO Nº 11.803/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RUDINEI AMIANO ZOLETTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.804/15

DECRETO Nº 11.804/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIO TELLES RODRIGUES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.805/15

DECRETO Nº 11.805/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROBSON PEPES DO VALE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.806/15

DECRETO Nº 11.806/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Motorista II - Ambulância

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVIANI DAROL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista II - Ambulância, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.807/15

DECRETO Nº 11.807/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.213/15, de 18 de março de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 903.313,52 (novecentos e três mil, trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento do Ensino Fundamental	
1.009 – Aplicação do Salário Educação – Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0006 – Aplicações Diretas	903.313,52
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	903.313,52

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.808/15

DECRETO Nº 11.808/15, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.567/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4471/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.567/15, que nomeou RODRIGO CONTE, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.809/15

DECRETO Nº 11.809/15, DE 20 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.810/15

DECRETO Nº 11.810/15, DE 20 DE MARÇO DE 2015.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de março de 2015, ESTIVER DOMER DA SILVA, Assessor de Almoxarifado, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, nomeado pelo Decreto nº 11.000/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Videira, 20 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.811/15

DECRETO Nº 11.811/15, DE 20 DE MARÇO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.504/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4523/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.504/15, que nomeou CARLA CAROLINE PAULETTO IANNUZZI, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.812/15

DECRETO Nº 11.812/15, DE 20 DE MARÇO DE 2015.
Nomeia Odontólogo - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GRAZIELA MAYRA VIEIRA MEDAGLIA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 20 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.813/15

DECRETO Nº 11.813/15, DE 20 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de março de 2015, JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, Chefe de Administração, símbolo DAS-3, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pelo Decreto nº 11.524/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2015.

Videira, 20 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DECRETO Nº 11.815/15

DECRETO Nº 11.815/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.185/2014, de 10 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração

01 - Administração

2.009 - Manutenção da Secretaria de Administração

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicações Diretas 49.000,00

06 - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

01 - Planejamento e Urbanismo

2.030 - Manutenção da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 79.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.816/15

DECRETO Nº 11.816/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.549/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4647/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.549/15, que nomeou ANDERSON DENIS PERIN, para exercer o cargo de Fiscal de Tributos Municipais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.817/15

DECRETO Nº 11.817/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Fiscal de Tributos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIA ALICE VANZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos Municipais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.818/15

DECRETO Nº 11.818/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Torna sem efeito o Decreto nº 11.571/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 4659/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.571/15, que nomeou ANDERSON DENIS PERIN, para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.819/15

DECRETO Nº 11.819/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Fiscal de Posturas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VILSON LUIZ PANISSON JUNIOR, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Posturas, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.820/15

DECRETO Nº 11.820/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAROLINA LUCHESI MACIEL, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.821/15

DECRETO Nº 11.821/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA VIEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.822/15

DECRETO Nº 11.822/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.662/15, que exonerou a servidora DEJANIRA ANTUNES CRUZ, do cargo comissionado de Assessor do Programa Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.662/15, que exonerou a servidora DEJANIRA ANTUNES CRUZ, do cargo comissionado de Assessor do Programa Social na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.823/15

DECRETO Nº 11.823/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.663/15, que exonerou a servidora ESTHER LICKS GREGOLON, do cargo comissionado de Assessor do Serviço de Convivência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.663/15, que exonerou a servidora ESTHER LICKS GREGOLON, do cargo comissionado de Assessor do Serviço de Convivência na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.824/15

DECRETO Nº 11.824/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.664/15, que exonerou a servidora SILVANA TOCCOLINI, do cargo comissionado de Assessor do Serviço de Convivência

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.664/15, que exonerou a servidora SILVANA TOCCOLINI, do cargo comissionado de Assessor do Serviço de Convivência na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.825/15

DECRETO Nº 11.825/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.665/15, que nomeou a servidora DEJANIRA ANTUNES CRUZ para exercer cargo comissionado de Chefe do Laboratório Municipal,

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.665/15, que nomeou a servidora DEJANIRA ANTUNES CRUZ para exercer cargo comissionado de Chefe do Laboratório Municipal na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.826/15

DECRETO Nº 11.826/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.666/15, que nomeou a servidora ESTHER LICKS GREGOLON para exercer cargo comissionado de Assessor Executivo dos Conselhos Municipais,

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.666/15, que nomeou a servidora ESTHER LICKS GREGOLON para exercer cargo comissionado de Assessor Executivo dos Conselhos Municipais na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.827/15

DECRETO Nº 11.827/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Revoga o Decreto nº 11.667/15, que nomeou a servidora SILVANA TOCCOLINI para exercer cargo comissionado de Assessor Administrativo da Secretaria de Saúde e Ação Social,

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 11.667/15, que nomeou a servidora SILVANA TOCCOLINI para exercer cargo comissionado de Assessor Administrativo da Secretaria de Saúde e Ação Social na Secretaria de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.828/15

DECRETO Nº 11.828/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e do Mem. nº 125/2015 - SAU,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de março de 2015, DEJANIRA ANTUNES CRUZ, Assessor do Programa Social, símbolo DAS-7, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.305/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.829/15

DECRETO Nº 11.829/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e do Processo Administrativo nº 3.757/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de março de 2015, ESTHER LICKS GREGOLON, Assessor do Serviço de Convivência, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.028/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.830/15

DECRETO Nº 11.830/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e do Processo Administrativo nº 3.758/15,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 02 de março de 2015, SILVANA TOCCOLINI, Assessor do Serviço de Convivência, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.003/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.831/15

DECRETO Nº 11.831/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Chefe do Laboratório Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e no Mem nº 127/2014 - SAU;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DEJANIRA ANTUNES CRUZ, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Laboratório Municipal, símbolo DAS-7, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.832/15

DECRETO Nº 11.832/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Assessor Executivo dos Conselhos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e no Processo Administrativo nº 3.754/15

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ESTHER LICKS GREGOLON, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo dos Conselhos Municipais, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.833/15

DECRETO Nº 11.833/15, DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Assessor Administrativo da Secretaria de Saúde e Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, inciso IX da Lei Orgânica do Município, bem como do Memorando nº 11/DEPJP de 24 de março de 2015; da Comunicação Interna do Controle Interno, datada de 24 de março de 2015 e no Processo Administrativo nº 3.755/15,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANA TOCCOLINI, para exercer o cargo comissionado de Assessor Administrativo da Secretaria de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.834/15

DECRETO Nº 11.834/15, DE 25 DE MARÇO DE 2015.

Retifica o Decreto nº 11.791/15, que Declara a Nulidade e a Revogação da Portaria nº 789/09, de 21 de julho de 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica,

DECRETA

Art. 1º O número da portaria de nomeação da servidora SUZANA DE FÁTIMA SOUZA, constante na fundamentação do texto do Decreto nº 11.791/15, fica retificado nos seguintes termos:

“Considerando que em 2008 a Administração Municipal, através da Portaria nº 1.492/08, procedeu a nomeação da senhora SUZANA DE FÁTIMA SOUZA, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Operacional de Vigilância.”

Art. 2º As demais disposições constantes do Decreto nº 11.791/15, ficam mantidas em todos os seus efeitos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a 17 de março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Videira, 25 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0056/2015

Extrato do Termo de Rescisão n. 0056/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0423/13

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DANIEL RUBINI

CPF: 056.326.419-53

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 18 de março de 2015.

LEI Nº 3.213/15

LEI Nº 3.213/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 903.313,52 (novecentos e três mil, trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento do Ensino Fundamental	
1.009 – Aplicação do Salário Educação – Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0006 – Aplicações Diretas	903.313,52
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	903.313,52

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.214/15

LEI Nº 3.214/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Altera disposições contidas na Lei nº 3.194/14, de 19 de dezembro de 2014, que Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a Concessão de Direito Real de Uso de imóvel público que especifica, à empresa SULFIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o art. 1º, da Lei nº 3.194/14, de 19 de dezembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer a concessão gratuita de direito real de uso, a empresa SULFIBRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 08.285.458/0001-46, situada a Rua Ademar Mendes, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Iomerê-SC, do Lote do Loteamento “Condomínio Industrial Campina Bela”, com área total do lote de 25.374,72m² (vinte e cinco mil, trezentos e setenta e quatro metros e setenta e dois decímetros quadrados), do qual poderá fazer uso de uma área de 10.697,90m² (dez mil, seiscentos e noventa e sete metros e noventa decímetros quadrados), respeitando e preservando a área de 14.686,72m² (quatorze mil, seiscentos e oitenta e seis metros e setenta e dois decímetros quadrados) relativos à área de preservação permanente - APP contidos no projeto urbanístico do loteamento; localizado na Estrada Municipal do Bairro Campina Bela, perímetro urbano desta cidade e Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com matrícula nº. 32.273, conforme planta arquivada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC.

§ 1º A finalidade da concessão de direito real de uso é a instalação da empresa para a produção de poliuretanos e a produção de laminados reforçados com fibra de vidro, destinado para a montagem de carrocerias frigoríficas e térmicas; dentre outros,

conforme consta do Processo Administrativo nº 15.076/2014.

§ 2ºA empresa beneficiada por esta Lei ficará obrigada a iniciar a obra num prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da publicação da lei, e a concluí-la dentro de 12 (doze) meses no máximo.

§ 3ºNa impossibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a empresa beneficiada terá a prerrogativa de requerer dilação de prazo devidamente justificada, a qual será apreciada pela comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

§ 4ºEm não havendo o início da execução e implantação da empresa nos prazos acima estabelecidos, será realizada a reversão da concessão, através da respectiva autorização legislativa, e ficará automaticamente revogada a concessão e revertido o imóvel ao patrimônio público municipal, mediante simples requerimento da comissão especial para emitir pareceres sobre processos concernentes à concessão de incentivos econômicos e fiscais e com a anuência do Chefe do Poder Executivo Municipal, acompanhado de documentos comprobatórios do não cumprimento do projeto ao Cartório de Imóveis.

§ 5ºNo caso de reversão imediata do bem para o Poder Público este ocorrerá com a prévia notificação do beneficiário, reservada a ampla defesa e o contraditório, nos termos da Lei.

§ 6ºNão havendo cumprimento do projeto e sendo o imóvel revertido nos termos do parágrafo anterior, fica autorizada a imediata reintegração no Município, inclusive sem indenização.” (NR)

Art. 2ºEsta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.215/15

LEI N.º 3.215/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1ºEsta Lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2ºO atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

- I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;
- II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem;
- III - serviços especiais.

Parágrafo Único - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3ºSão órgãos municipais da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Conselho Tutelar.

Art. 4ºO Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, desta Lei ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1ºOs programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão à:

- I - orientação e apoio sociofamiliar;
- II - apoio socioeducativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo;
- V - liberdade assistida;
- VI - semiliberdade;
- VII - internação.

§ 2º Os serviços especiais visam:

- I - a prevenção e atendimento médico e psicológico às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- II - a identificação e localização de pais responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos;
- III - a proteção jurídico-social.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I DA NATUREZA

Art. 5ºO Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, integrante da estrutura do órgão gestor da Política de Assistência Social, previsto no art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 6ºCompete ao CMDCA:

- I - elaborar normas gerais para a formulação e implementação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, bem como controlar e fiscalizar as ações de execução a nível municipal, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87 e 88 da Lei nº 8.069/1990;
- II - buscar a integração e articulação com o Conselho Tutelar, os Conselhos Setoriais, entidades não-governamentais, apoiando-os para tornar efetiva a aplicação dos princípios, das diretrizes e dos

direitos estabelecidos na Lei nº 8.069/1990;

III - promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com indicação de medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação desses direitos;

IV - estimular a formação técnica permanente, promovendo e apoiando a realização de eventos e estudos na área da criança e do adolescente;

V - estimular, apoiar e promover a manutenção de bancos de dados, com o intuito de propiciar o fluxo permanente de informações sobre a situação da criança e do adolescente;

VI - acompanhar a elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como a execução do Orçamento da Municipal, indicando as modificações necessárias à consecução dos objetivos da política formulada para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

VII - gerir o Fundo de que trata o Art. 18 desta Lei e fixar os critérios para sua utilização nos termos do Art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VIII - receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

IX - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pela política e pelos programas e projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

X - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo;

XII - realizar o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar conforme Lei Municipal.

XIII - efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

XIV - dispor sobre o seu Regimento Interno.

XV - convocar a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que terá a atribuição de avaliar a situação desta política e, propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 7º O CMDCA é órgão colegiado de composição paritária, integrado por 6 (seis) representantes do Poder Executivo, assegurada a participação dos órgãos executores das políticas sociais básicas, direitos humanos, finanças e planejamento e, em igual número, por representantes de entidades não governamentais, de âmbito municipal de promoção, proteção, defesa e controle social da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Subseção I

Da indicação dos membros representantes dos órgãos governamentais:

Art. 8º Os membros dos órgãos governamentais serão designados pelo chefe do Executivo juntamente com seus suplentes.

Parágrafo Único - Os conselheiros titulares e suplentes representantes dos órgãos públicos municipais, cuja participação no conselho não poderá exceder a 4 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Prefeito Municipal que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Subseção II

Da eleição e da indicação dos membros representantes das entidades não governamentais:

Art. 9º O conjunto das entidades não governamentais, em assembleia convocada especificamente para esse fim, elegerá suas entidades titulares e suplentes junto ao CMDCA, que deverão ser em número igual àquele de órgãos governamentais de que trata o art. 8º desta Lei.

§ 1º A eleição referida no caput deste artigo será convocada pelo CMDCA, em até 60 (sessenta) dias antes do término de seu mandato, por meio de edital publicado no Diário Oficial do Município e em jornal de circulação local;

§ 2º Poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil constituídas há pelo menos dois anos com atuação no âmbito territorial correspondente.

§ 3º O Plenário do CMDCA designará uma comissão eleitoral composta por três entidades da sociedade civil para organizar e realizar o processo eleitoral;

§ 4º Dentre as entidades mais votadas, as seis primeiras serão eleitas como titulares, e as restantes serão as suplentes, indicando, cada uma, o seu representante, que terá mandato de dois anos, podendo ser reeleito uma vez por igual período.

§ 5º O resultado da assembleia de que trata o caput deste artigo deverá ser lavrado em ata, onde constará o nome das entidades eleitas;

§ 6º O documento de que cuida o § 4º deste artigo deverá ser encaminhado ao presidente do CMDCA, que dará posse aos eleitos no prazo máximo de trinta dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição contados do término do último mandato.

§ 7º O Ministério Público Estadual será convidado a fiscalizar o processo eleitoral de que trata este artigo.

Subseção III

Da substituição de entidades não governamentais eleitas

Art. 10 No caso de vacância de entidade não governamental com titularidade, assumirá efetiva e automaticamente a vaga, a entidade suplente mais votada em ordem decrescente na assembleia das entidades não governamentais.

Parágrafo Único - No caso de vacância de entidade não governamental suplente assumirá a vaga a entidade mais votada, em ordem decrescente, na assembleia das entidades não governamentais.

Subseção IV

Da substituição de membros do CMDCA

Art. 11 A solicitação requerimento de qualquer membro do Colegiado, por deliberação do Plenário do CMDCA, o conselheiro será substituído quando:

I - faltar o representante de órgão governamental a três assembleias consecutivas, ou quatro alternadas, sem o comparecimento do respectivo suplente, ressalvada a hipótese de apresentação de justificativa por escrito ou motivo de força maior.

II - faltar o representante de entidade não-governamental a três assembleias consecutivas, ou quatro alternadas, sem comunicação prévia ao presidente do CMDCA, para convocação da entidade suplente, ressalvada a hipótese da ausência ter ocorrido por motivo de força maior, devidamente justificada por escrito.

III - for determinada a suspensão cautelar de dirigente da entidade, de conformidade com o art. 191, parágrafo único, da Lei nº

8.069/90, ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97 da lei, após procedimento de apuração de irregularidade cometida em entidade de atendimento, nos termos dos arts. 191 a 193 do mesmo diploma legal.

IV - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art.4º, da Lei nº 8.429/92.

Parágrafo Único - A cassação do mandato dos representantes do Governo e das organizações da sociedade civil junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

Art. 12 Não deverão compor o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito do seu funcionamento:

I - conselhos de políticas públicas;

II - representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - representantes que exerçam simultaneamente cargo ou função comissionada de órgão governamental e de direção em organização da sociedade civil;

IV - conselheiros tutelares.

Parágrafo Único - Não deverão compor o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma deste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública com atuação na área da criança e do adolescente.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 13 A Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente caberá ao Prefeito Municipal, podendo ser delegada através de decreto municipal, conforme artigo 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 14 Para exercer suas competências, o CMDCA dispõe da seguinte organização funcional:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Vice-presidência;

IV - Secretaria Executiva;

V - Comissões Permanentes.

Art. 15 O CMDCA terá seu funcionamento regido por regimento interno próprio, obedecendo as seguintes normas:

I - plenário como órgão de deliberação máxima;

II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada dois meses, e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;

III - as reuniões das comissões serão realizadas ordinariamente a cada mês, e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 16 O órgão gestor da Política de Assistência Social prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMDCA.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DAS FONTES DE RECEITAS E NORMAS PARA AS CONTRIBUIÇÕES AOS FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 17 O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ter

como receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento Municipal;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;

IV - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

SEÇÃO II

DAS CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 18 A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a três anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 19 Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei.

§ 1º Os casos excepcionais elencados no parágrafo anterior se submetem à análise do CMDCA e devem ser aprovados pela maioria do Plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso

exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 20 Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, estes entes não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 21 O financiamento de projetos pelos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 22 O Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeado pelo Poder Executivo, deve ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;
VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente, o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;
VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e
IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

SEÇÃO IV

DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 23 Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao CMDCA, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo Único - O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 24 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária para a sua efetiva implementação;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício;

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25 Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 26 O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente previsto expressamente na Lei nº 8.069, de 1990 e na Constituição Federal.

Art. 27 O Município contará com um Conselho Tutelar como órgão da administração pública local, o qual estará vinculado administrativamente à Administração Municipal e ao setor responsável pela Política de Assistência Social, que fornecerá os materiais necessários para execução de seu trabalho.

Art. 28 O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - placa indicativa da sede do Conselho;

II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público;

III - sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - sala reservada para os serviços administrativos; e

V - sala reservada para os Conselheiros Tutelares.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 29 O Conselheiro Tutelar cumprirá jornada de 8h (oito horas) diárias, totalizando 40h (quarenta horas) semanais de trabalho.

§ 1º Decreto do Poder Executivo Municipal e o Regimento Interno definirão os critérios para o regime de plantão e a jornada

de trabalho a que estão sujeitos os Conselheiros, devendo haver compensação quando excedida a jornada, em casos excepcionais devidamente justificados.

§ 2º Além do cumprimento do estabelecido no caput, o exercício da função exigirá que o Conselheiro Tutelar se faça presente sempre que solicitado, ainda que fora da jornada normal a que está sujeito.

SEÇÃO II DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 300 processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores municipais, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas; e

III - fiscalização pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 31 Os candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 1º O mandato será de quatro anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 2º O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

§ 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, sob pena de cassação do registro de candidatura.

Art. 32 O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 33 Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e nesta legislação municipal.

§ 1º A resolução regulamentadora do processo de escolha deverá prever, dentre outras disposições:

I - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie no mínimo seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

II - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos, sendo:

a) reconhecida idoneidade moral, mediante a apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais;

b) idade superior a vinte e um anos;

c) comprovação de residência no município Videira, a no mínimo 1 (um) ano;

d) carteira nacional de habilitação, no mínimo categoria B;

e) comprovação de conclusão de ensino médio;

f) comprovar, mediante apresentação de atestado médico, estar em pleno gozo das aptidões físicas e mentais para o exercício do

cargo de conselheiro tutelar;

g) estar no gozo dos seus direitos políticos.

h) não estar sendo processado criminalmente;

i) não ter sofrido penalidade de perda de mandato de Conselheiro Tutelar, ou qualquer cargo público;

j) obrigatória aprovação em prova classificatória e eliminatória de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

k) avaliação Psicológica, de caráter eliminatório.

III - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será composto de 4 (quatro) etapas, quais sejam: 1ª Inscrição, 2ª Prova Escrita, 3ª Avaliação Psicológica e 4ª Eleição;

IV - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções;

V - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§ 2º A relação de condutas ilícitas e vedadas previstas no § 3º do art. 30 desta Lei, ocasionará a cassação do registro de candidatura por parte do CMDCA e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

§ 3º Cabe ao Município o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 34 Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito no Diário Oficial do Município e em jornal de circulação local, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio e outros meios de divulgação.

§ 1º O edital conterá, dentre outros, os requisitos legais à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, regras da campanha e o calendário de todas as fases do certame.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 35 Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como elaborar o software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade;

II - em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que votação seja feita manualmente; e

III - garantir o fácil acesso aos locais de votação, de modo que sejam aqueles onde se processe a eleição conduzida pela Justiça Eleitoral ou espaços públicos ou comunitários, observada a divisão territorial e administrativa do Conselho Tutelar.

Art. 36 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a uma comissão especial eleitoral, conforme a resolução específica, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 41 desta Lei.

§ 1ºA composição, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2ºA comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 3ºDiante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 4ºDas decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 5ºEsgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 6ºCabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de cassação do registro da candidatura.

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - escolher e divulgar os locais de votação;

V - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VI - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação; e

VIII - resolver os casos omissos.

§ 7ºO Ministério Público será pessoalmente notificado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela comissão especial eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 37Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os critérios do art. 35, § 1º, inciso II, desta Lei.

Art. 38O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar acontecerá através de três etapas eliminatórias e uma classificatória, sendo:

I - 1º etapa eliminatória: Inscrição;

II - 2º etapa eliminatória: Prova Escrita de conhecimento sobre

os direitos da criança e do adolescente - Legislação n. 8.069/90; III - 3º etapa eliminatória: Avaliação Psicológica de caráter eliminatório;

IV - 4º etapa classificatória: Eleição.

Art. 39O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

§ 1ºCaso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 2ºEm qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 40A votação deverá ocorrer no dia previsto na resolução regulamentadora do processo de escolha publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial do Município e jornal de circulação local, com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes.

Art. 41São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo Único - Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca.

Art. 42Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1ºOs Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 2ºNo caso de não aceitação do exercício da suplência, esta acarretará a renúncia ao mandato.

§ 3ºNo caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

Art. 43A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos outros eletivos implicará na perda de mandato de Conselheiro Tutelar por incompatibilidade com o exercício da função.

SEÇÃO III

DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 44A autoridade do Conselho Tutelar terá autonomia para

tomar providências e aplicar medidas de proteção decorrente da lei, sendo efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 450 Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas no artigo 136 na Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo Municipal.

Art. 46A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvado o disposto no art. 136, incisos III, alínea 'b', IV, V, X e XI, da Lei nº 8.069, de 1990.

Parágrafo Único - O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 47As decisões do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 48É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático eleitoral.

Art. 49O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Parágrafo Único - Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

Art. 50No exercício de suas atribuições o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também será comunicado na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos.

Art. 51O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão gestor da Política de Assistência Social.

SEÇÃO IV

DOS PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 52No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;
- III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;
- IV - municipalização da política de atendimento à crianças e adolescentes;
- V - respeito à intimidade, e à imagem da criança e do adolescente;
- VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;
- IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e o adolescente;
- X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e o adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;
- XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e
- XII - oitiva obrigatória e participação da criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 53No exercício da atribuição prevista no art. 136, da Lei nº 8.069, de 1990, constatando a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o Conselho Tutelar comunicará o fato ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, mediante representação.

Art. 54Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;
- III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e
- IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo Único - Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 55Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1ºO membro do Conselho Tutelar poderá se abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão.

§ 2ºO membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3ºA responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares a disposição do Conselho Tutelar.

Art. 56As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade.

SEÇÃO V DA FUNÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 57A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§ 1º Na qualidade de membros eleitos, os Conselheiros Tutelares não são servidores do quadro da Administração Municipal, inexistindo qualquer vínculo de natureza trabalhista dos Conselheiros para com o Município.

Art. 58Os Conselheiros Tutelares serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, previsto no artigo 201, da Constituição Federal.

Art. 59São atribuições da função pública de Conselheiro Tutelar, as definidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 60O Conselheiro Tutelar, no efetivo exercício da sua função, perceberá como remuneração, a título de subsídio, o valor correspondente a R\$ 1.995,27 (mil novecentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos) reajustados anualmente na mesma data e pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual assegurada aos servidores públicos municipais.

Art. 61Ao Conselheiro Tutelar é assegurado o direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina.

Art. 62O Conselheiros Tutelares possuem autonomia funcional, ficando entretanto, vinculados por regime disciplinar e organizacional, ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO VI DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 63São deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
- II - zelar pelo prestígio da instituição;
- III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
- IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
- V - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
- VI - declarar-se suspeitos ou impedidos;
- VII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes

e famílias;

VIII - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente;

IX - residir no Município;

X - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XI - identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

XIII - observar as normas legais e regulamentares;

XIV - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

XV - ser assíduo e pontual.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 64É vedado aos membros do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

V - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VI - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VIII - proceder de forma desidiosa;

IX - agir com incontinência pública ou conduta escandalosa no exercício da função;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990;

XIII - recusar fé a documento público;

XIV - aplicar medida de proteção previstas no artigo 101, I ao IX do ECA, sem a prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte.

Art. 65O membro do Conselho Tutelar deverá declarar-se impedido ou, no caso de inércia, será declarado impedido pelo CMDCA de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1ºO membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2ºO interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

SEÇÃO VII DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 66Dentre outras causas estabelecidas na legislação municipal, a vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou
- V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral.

Art. 67Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função;
- III - destituição da função.

Art. 68Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, as agravantes e as atenuantes.

Art. 69A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante dos incisos I a III, VIII e XIII do art. 64, desta Lei e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna do Conselho que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 70A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, e nos incisos V, IX e XI do art. 64, não podendo exceder trinta dias, implicando o não pagamento da remuneração pelo prazo em que perdurar a punição.

Art. 71O Conselheiro será destituído da função nos seguintes casos:

- I - prática de crime contra a administração pública ou contra a criança e o adolescente;
- II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer outra atividade atribuída a ele, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - não comparecer, injustificadamente, a 3 (três) sessões de colegiado consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas no mesmo ano;
- IV - ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- V - a prática reiterada de condutas que impliquem a penalidade de suspensão;
- VI - transgressão dos incisos IV, VI, VII, X, XII e XIV do artigo 64 desta Lei.

Art. 72O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tiver ciência de irregularidade por parte de qualquer Conselheiro Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, mediante a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurado ao investigado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 73A instauração do processo administrativo disciplinar e da sindicância caberá ao Presidente do CMDCA, o qual indicará a nomeação de uma Comissão formada por três membros, para condução dos trabalhos, podendo fazer parte das referidas Comissões, o Presidente, quaisquer dos integrantes do CMDCA, bem

como outros Conselheiros Tutelares que não tenham correlação e/ou interesse no caso investigado.

Art. 74Da sindicância, que não excederá o prazo de trinta dias, poderá resultar:

- I - o arquivamento;
- II - a instauração de processo disciplinar.

Art. 75Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro Tutelar não venha interferir na apuração de irregularidades, poderá o Presidente do CMDCA determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até trinta dias, sem prejuízo da remuneração. No caso de necessidade, o prazo pode ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art. 76Para apuração das irregularidades noticiadas, aplicam-se as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata, no que concerne ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar, bem como a legislação esparsa própria do CMDCA, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei.

Art. 77Em todos os processos administrativos disciplinares e sindicâncias serão assegurados a imparcialidade dos responsáveis pela apuração e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 78Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 79As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade, conforme previstos no art. 70 a 72 desta Lei.

Art. 80Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81O orçamento municipal consignará dotação específica para custear as despesas de remuneração da função pública honorífica de Conselheiro Tutelar, bem como para pagamento de despesas com a manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 82As situações não previstas nesta Lei serão reguladas através de legislação complementar ou através de decreto municipal, quando cabível.

Art. 83Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nº 49/1992 e alterações; 1836/07 e alterações e 2542/11 e alterações.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

LEI Nº 3.216/15

LEI Nº 3.216/15, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com os Professores de Música da Suíça - Sr. Ariel Facundo Rossi e Sr. Roger Schütz, que ministrarão cursos para os alunos do Núcleo de Música da Secretaria Municipal de Turismo, a realizar-se a partir de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despende, até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), com o pagamento de despesas de alimentação, hospedagem e transporte terrestre do Sr. Ariel Facundo Rossi e do Sr. Roger Schütz professores de música da Suíça, no período compreendido entre abril de 2015 a dezembro de 2015, com o objetivo de ministrar curso para os alunos do Núcleo de Música da Secretaria Municipal de Turismo.

§1º O transporte terrestre será realizado com veículos municipais, compreendendo o deslocamento dos músicos do aeroporto de chegada até o Município de Videira.

§2º As demais despesas de alimentação e hospedagem serão executadas mediante a contratação de serviços por processo licitatórios, registro de preços em vigor e outras modalidades de compra.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.056 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0185/15

PORTARIA nº 0185/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Mem 024/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora DIRLEIA HONORATO FERREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 06 de março de 2015 até 03 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2015.

Videira, 13 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0188/15

PORTARIA nº 0188/15

Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luiz Leoni

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4.182/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Escola Gennius - Ensino Fundamental, no dia 08 de agosto de 2015, das 08h00min às 20h00min, a fim de realizar homenagem alusiva ao Dia dos Pais com atividades físicas da instituição de ensino.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0191/15

PORTARIA nº 0191/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 5º da Lei nº 1942/07 e art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4392/2015, bem como no Mem. 025/15DEPLD,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JUSSARA PANCERI, Enfermeira - ESF, a partir do dia 05 de março de 2015 até 02 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

Videira, 18 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 0201/15

PORTARIA nº 0201/15

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Imóveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, bem como na Comunicação Interna nº 17/15, da Secretaria de Planejamento;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei

Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 - Avaliação de Bens da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI e RAQUEL BRUSCHI, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de implantação de Loteamento Habitacional, as seguintes áreas:

I - Uma área de terras com 60.701,61 m², (sessenta mil, setecentos e um metros e sessenta e um decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior de 197.327,79 (cento e noventa e sete mil, trezentos e vinte e sete metros e setenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado em Videira-SC, no Bairro Amarante, nesta cidade e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao Sul, com o vértice na divisa com o imóvel da antiga matrícula nº 26.994 e com Gilberto Mauri da Silva; ao Norte, com distância de 171,72 metros com Pedro Giacomini; ao Leste, com Gilberto Mauri da Silva, com a distância de 546,75 metros; e ao Oeste, com distância de 634,61 metros com a antiga matrícula nº 26.994, matriculado sob o nº 28.691 no Registro de Imóveis da Comarca de Videira."

II - Uma área de terras com 75.877,54 m², (setenta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior de 197.327,79 (cento e noventa e sete mil, trezentos e vinte e sete metros e setenta e nove decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado em Videira-SC, no Bairro Amarante, nesta cidade e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao Sul, com Dorino Furlan, Luiz Peretti e Francisco Busanello, com distância de 342,98 metros; ao Norte, em vértice com a Rua Adelar Pirolli e Pedro Giacomini; ao Leste, com distância de 634,61 metros com imóvel da antiga matrícula nº 26.993 e com Gilberto Mauri da Silva, com a distância de 30,41 metros; e ao Oeste, com Loteamento Sociedade Joaquim Amarante, com distância de 374,45 metros e com 184,39 metros com a matrícula nº 27.263, matriculado sob o nº 28.691 no Registro de Imóveis da Comarca de Videira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0202/15

PORTARIA nº 0202/15

Revoga a Portaria nº 0568/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 15 de março de 2015, a Portaria nº 0568/14, que designou IDINARTE JOÃO ALVES, para exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de março de 2015.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0203/15

PORTARIA Nº 0203/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00012/15-9, nos assentos funcionais do servidor JORGE JACÓ, detentor da matrícula funcional nº 5430, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.304/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar, para fins de concessão de aposentadoria, a averbação de parcialidade de tempo de contribuição, correspondente aos períodos de 10 de março de 1975 a 23 de fevereiro de 1979 e 01 de fevereiro de 1996 a 02 de fevereiro de 1998, totalizando 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 16 (dezesesseis) dias, nos assentamentos funcionais do servidor JORGE JACÓ, detentor da matrícula nº 5430 e do cargo de provimento efetivo de Professor, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00012/15-9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0204/15

PORTARIA Nº 0204/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00023/09-6, nos assentos funcionais da servidora IARA LICKS, detentora da matrícula funcional nº 2385, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.280/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora IARA LICKS, detentora da matrícula nº 2385 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1. 00023/09-6, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0205/15

PORTARIA Nº 0205/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00007/13-9, nos assentos funcionais da servidora VANDA MARIA CHRISTANI AGOSTINI, detentora da matrícula funcional nº 8674, e do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.258/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora VANDA MARIA CHRISTANI AGOSTINI, detentora da matrícula nº 8674 e do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00007/13-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0206/15

PORTARIA Nº 0206/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00015/10-7, nos assentos funcionais da servidora IRACILDA CAON PIROLI, detentora da matrícula funcional nº 1784, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4.372/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora IRACILDA CAON PIROLI, detentora da matrícula nº 1784 e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00015/10-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0207/15

PORTARIA nº 0207/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2853/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARIA APARECIDA ALVES CORDEIRO, Atendente de Creche, de 01 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0154/15.

Videira, 24 de março de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0208/15

PORTARIA nº 0208/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4164/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora GEMANIR FELCKILCKER BETU, Professora, de 06 de abril de 2015 até 06 de julho de 2015, referente ao quinquênio de 21 de fevereiro de 2004 até 20 de fevereiro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0209/15

PORTARIA nº 0209/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3053/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor PEDRO RAMSKI IURKEVICZ, Operador de Máquinas e Equipamentos para Obras de Pavimentação, de 06 de julho 2015 até 06 de outubro de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 26 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de julho de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0210/15

PORTARIA nº 0210/15
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 1650/2015,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ADHEMAR CARVALHO DOS ANJOS, Marroeiro, de 04 de maio de 2015 até 04 agosto de 2015, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de maio de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0211/15

PORTARIA nº 0211/15
Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4180/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Gennius - Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no dia 17 de dezembro de 2015, a fim de realizar a decoração do local (em horário a combinar) e a festa de Formatura da Educação Infantil, a partir das 20h00min.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;

- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0212/15

PORTARIA nº 0212/15
Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 4183/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Gennius - Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no dia 18 de dezembro de 2015, a fim de realizar a decoração do local (em horário a combinar) e a festa de Formatura do Ensino Fundamental II, a partir das 20h00min.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal

de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0213/15

PORTARIA nº 0213/15

Autoriza o Uso do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que constam no Processo Administrativo nº 4181/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm, pela Escola Comecinho de Vida - Educação Infantil e Geníus - Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no dia 03 de novembro, no período vespertino, para realização do ensaio do evento e no dia 05 de novembro (o dia inteiro) para realização de evento denominado "Noite Cultural".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Municipal Padre Bruno Pokolm quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0214/15

PORTARIA nº 0214/15

Prorroga prazo de licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 4636/2015,

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, a pedido, por 24 (vinte e quatro) meses, o prazo da licença para tratar de assuntos particulares concedida à servidora NEUSA FÁTIMA DA SILVA DELAZZERI, através da Portaria nº 0132/13.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2015.

Videira, 24 de março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de março de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 04/2015 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS IVO LANG, ARARAS E PARTE DA ERNESTO FANTIN, OTTO A. MULLER BRANDT, FINAL DA RUA PREFEITO CÉSAR AUGUSTO FILHO E FINAL DA RUA SERGIPE E DA RUA PARÁ. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando INABILITADA as empresas Consest Pré-Moldados Ltda ME e Femaks Construtora e Incorporadora Ltda, HABILITADAS as empresas Palazzo Construtora Ltda ME e Concretos Farroupilha Ltda - EPP e HABILITADA COM RESSALVA a empresa Rodrigues e da Silva Ltda - ME. Outrossim, ficam as

licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 25 de Março de 2015.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015 - PMV
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto do Edital de Pregão Presencial nº 23/2015-PMV, o qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MESAS INTERATIVAS DIGITAIS PARA USO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 30 de Março do corrente ano às 14h00min, e que tais alterações implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e não havendo tempo hábil para a abertura do certame, fica remarcada a data de abertura para o dia 10 de Abril de 2015 às 09h00min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min às 13h30min às 17h45min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026/9032.

Videira/SC, 25 de Março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 15/2015

Termo Aditivo nº 15/2015
Contrato/Ata nº: CT 14/2015
Processo: CC 03/2014 - PMV
Fornecedor: AGENCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA
Objeto: Retificar o valor constante na Cláusula 6ª, item 6.2, referente à despesa empenhada para cumprimento das obrigações contratuais, passando a constar a importância de R\$ 240.000,00.
Data: 05/03/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 002/15

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 002/2015.
OBRIGA A DIVULGAÇÃO, NO SÍTIO DA CÂMARA DE VEREADORES, DE TODAS AS ESPÉCIES DE PROPOSIÇÕES QUE TRATA O ARTIGO 98 DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara de Vereadores de Videira, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e o Regimento Interno.
Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º Todas as proposições que tratam os incisos do art. 98 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Videira (SC) deverão ser publicadas integralmente no sítio oficial da Câmara de Vereadores na rede mundial de computadores (internet), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do protocolo.

§1º O acesso, no sítio da Câmara, às proposições de que trata o caput, deverá se dar de forma objetiva, clara e em linguagem de fácil compreensão, bem como permitir a consulta por meio de ferramenta de pesquisa.

§2º A proposição publicada deverá indicar o número recebido, o assunto, a identificação do (s) autor (es), o andamento atual e o ato legal que gerou, quando for o caso.

§3º As proposições deverão permanecer a disposição para consulta no sítio da Câmara de Vereadores mesmo após convertidas em lei em sentido amplo, se for o caso, ou arquivadas.

§4º Na hipótese de inclusão de novas espécies de proposições ou ocorrendo renumeração do atual dispositivo citado no caput, considerar-se-ão sujeitas, da mesma forma, às disposições da presente resolução.

Art. 2º A Câmara de Vereadores promoverá os atos necessários para o cumprimento da presente resolução no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 2.070/08, e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Secretário

RESOLUÇÃO Nº 003/15

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 003/2013.

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA A FIRMAR CONVÊNIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA CONCESSÃO DE EMPRESTIMO AOS SERVIDORES EFETIVOS E VEREADORES MEDIANTE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução Legislativa:

Art. 1º. Fica a Mesa Diretora autorizada a firmar Convênio com a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é a concessão de empréstimo de consignação em folha de pagamento aos Servidores Efetivos e aos Vereadores do Poder Legislativo do Município de Videira.

Art. 2º. É vedado ao Poder Legislativo de Videira, atuar como avalista ou garantidor do pagamento do Empréstimo no caso de inadimplimento do Servidor ou Vereador beneficiário.

Art. 3º. Os descontos mensais, devidamente autorizados pelos beneficiários, não poderão exceder a 30% (trinta por cento) dos vencimentos correspondentes às remunerações e proventos dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo do Município de Videira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira, 16 de abril de 2013.
CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
Presidente

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Secretária

Vitor Meireles**PREFEITURA****DECRETO N.º 011/2015**

DECRETO Nº 011/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ESTEVÃO RUCHINSKI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias pelo Superávit do Exercício Anterior:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 - Manutenção da Educação Infantil (Creches)

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.0003 - Recursos Ordinários - Convênio Empresas
..... R\$ 4.023,41

0701 - SECRETARIA DE OBRAS

15.452.017.2035 - Manutenção e Melhoria da Iluminação Pública

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.0800 - Const. Custeio Serv. De Iluminação Pública - COSIP
..... R\$ 5.864,69

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.003.2004 - Manutenção da Segurança Pública

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.1000 - Convênio de Trânsito - Militar
..... R\$ 5.000,000.3.1100 - Convênio de Trânsito - Civil
..... R\$ 5.000,000.3.1200 - Convênio de Trânsito - Prefeitura
..... R\$ 2.491,50

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2023 - Manutenção do Transporte Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.3600 - TSalário Educação
..... R\$ 4.295,55

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.010.2024 - Merenda Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.3701 - Programa Nacional de Alimentação Escolar
..... R\$ 822,63

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.007.2014 - Ações de Vigilância em Saúde

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.3.0004 - Recursos Ordinários - Alvará Sanitário
..... R\$ 39,98

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais
31900000.00 - Aplicações Diretas
0.3.3801 - Atenção Básica
..... R\$ 192,37
0.3.3804 - Gestão do SUS - PACS
..... R\$ 14.324,17

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.007.2011 - Manutenção do Depto de Saúde e Assistência Médica
33000000.00 - Outras Despesas Correntes
33900000.00 - Aplicações Diretas
0.3.3805 - Programa Saúde na Escola - PSE
..... R\$ 1.400,00
0.3.6701 - Atenção Básica - Cofinanciamento Estado
..... R\$ 1.439,16

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 18 de Março de 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 011/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
14 - Pregão: 6/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 259/2013,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 14 - Pregão numero 6/2015, com a finalidade de Aquisição de veículos zero quilômetro. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
RENAULT DO BRASIL S.A	33.300,00

Vitor Meireles (SC), em 25 de março de 2015.
ESTEVÃO RUCHINSKI
Prefeito Municipal em exercício

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 01/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N. 001/2015
PROCESSO LICITATÓRIO N. 071/2015

O Município de Xaxim - SC, juntamente com o Fundo Municipal de Habitação, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa especializada para reforma e conclusão de 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais, destinado ao PAC1, Convenio com a Caixa Econômica Federal e o Município de Xaxim. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:45min do dia 13 de abril de 2015, procedendo à abertura às 09h:00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 25 de março de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

Decreto 133

DECRETO Nº. 133/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 157.018.480-9.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 30 de março de 2015, a servidora municipal IZELDA SALETE VERARDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, portadora da matrícula 1906, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de março de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 134

DECRETO Nº. 134/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o Sr. LUIS ANTONIO CIPRIANI, CPF: 525.820.009-49, a partir da presente data, no cargo de DIRETOR GERAL, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim - SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2ºA servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 24 de março de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

Associações

AMMVI

TERMO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO – CONVITE Nº 01/2015

TERMO DE REVOGAÇÃO

LICITAÇÃO - CONVITE nº 01/2015

A Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, através do seu Presidente, PAULO ROBERTO WEISS, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve REVOGAR o presente feito, que tem por objeto a "Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis com a finalidade de implementar as atividades no edifício sede".

De início, ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal e previsto ainda no capítulo 11.1 - "Disposições Finais" item "11" do edital.

Nesse sentido, tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, que apenas tomou conhecimento o ente licitante após esclarecimento apresentado pela empresa interessada DUCA MOVEIS LTDA - EPP, notadamente em relação às especificações técnicas do item 1 - Cadeiras, que se encontra fora das reais necessidades da AMMVI, o que poderia acarretar prejuízo com a aquisição de uma quantidade expressiva de cadeiras, constatou-se a necessidade de ser revogada a licitação para elaboração de novo edital com a melhor e correta especificação técnica, cujo novo edital deverá ser publicado observando-se os prazos legais de publicidade.

Assim, verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma melhor, incumbe ao ente licitante revogar a licitação, com o objetivo de sanar as incorreções apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas.

Publique-se.

Intime-se.

Blumenau, SC, 25 de março de 2015.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI.

JOSÉ RAFAEL CORREA

Secretário Executivo da AMMVI

FECAM**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 – CONFAZ-M/SC**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - CONFAZ-M/SC

A Presidente do CONFAZ-M, Sra. MARIA ANGÉLICA FAGGIANI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 27 de março de 2015.

Hora: 9h às 15h.

Local: Associação dos Municípios da Grande Florianópolis - GRAN-FPOLIS - Rua Cândido Ramos, nº 250, Capoeiras - Florianópolis/SC - CEP: 88.090-800. Tel.: (48) 3224-3668.

Ordem do dia:

1. Apresentação por parte do Dr. Murilo Casemiro Mattos, Coordenador do COT - MP/SC, sobre o andamento do Programa Saúde Fiscal, do Ministério Público de SC em parceria com os Municípios e o Projeto do Valor Adicionado;
2. Discussão sobre as alterações da legislação do Simples Nacional na Lei Complementar nº 147/2014, seus impactos e consequências:
 - 2.1. 2ª Parte: Introdução de novas atividades de serviços no SN;
 - 2.2. Cobrança de taxas, controle e fiscalização do MEI;
 - 2.3. Programa Federal "Bem Mais Simples" (<https://youtu.be/f1ge-7F7YOjk>), na prática o que muda e quais os impactos diretos nos municípios;
3. Debate sobre a coibição das populares "FEIRAS ITINERANTES" (Ex.: Feira do Braz), (Incluído por Carlos Lima, sugestão do Secretário de Finanças de São Francisco do Sul, Jean Ricardo Celestino);
4. Debate sobre ISS na Construção Civil, (Incluído por José Luiz do Nascimento, Diretor de Fiscalização de Rio do Sul);
5. Debate sobre as multas de trânsito aplicadas em veículos de fora do município e de outros estados que o DETRAN não está repassando aos municípios de origem (Incluído por Ricardo Dragoni, Secretário de Finanças e Contabilidade de Porto União);
6. Assuntos diversos.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Presidente do CONFAZ-M/SC

Consórcios**ARIS****EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015

OBJETO: Apoio financeiro concedido ao projeto de iniciativa da FECAM, denominado XIII Congresso Catarinense de Municípios e XI ExpoFECAM, que será realizado no período de 18 a 20 de março de 2015, no Centro de Convenções - CentroSul, Florianópolis/SC.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERM. DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM

CNPJ: 75.303.982/0001-90

VALOR: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Florianópolis, 12 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2015 DISPENSA Nº 007/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

DISPENSA Nº 008/2015

OBJETO: Serviço de Manutenção de Computadores.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II c/c parágrafo único, da Lei de Licitações.

CONTRATADA: MARCOS AGOSTINHO FURTADO - EPP

CNPJ: 05.132.581/0001-39

VALOR: R\$ 1.810,00 (mil oitocentos e dez reais).

Florianópolis, 17 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor geral da ARIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2015 DISPENSA Nº 008/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2015

DISPENSA Nº 008/2015

OBJETO: Serviço de Manutenção de Computadores.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II c/c parágrafo único, da Lei de Licitações.

CONTRATADA: MARCOS AGOSTINHO FURTADO - EPP

CNPJ: 05.132.581/0001-39

VALOR: R\$ 1.810,00 (mil oitocentos e dez reais).

Florianópolis, 17 de março de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor geral da ARIS

CIGA**EXTRATO CONTRATO 207 - DOM - ABDON BATISTA**

Extrato de Contrato nº 207/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Abdon Batista

CONTRATANTE: Município de Abdon Batista

CNPJ: 78.511.052/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 047/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Abdon Batista no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas de R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 04 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 208 - DOM - COCAL DO SUL

Extrato de Contrato nº 208/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Cocal do Sul

CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

TERMO ADITIVO Nº 80/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Cocal do Sul no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR TOTAL : R\$ 5.160,00 (Cinco mil cento e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 209 - DOM - FREI ROGÉRIO

Extrato de Contrato nº 209/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Frei Rogério

CONTRATANTE: Município de Frei Rogério

CNPJ: 01.616.039/0001-09

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0552015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Frei Rogério no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 11 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 210 - DOM - VITOR MEIRELES

Extrato de Contrato nº 210/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 013/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Vitor Meireles no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas de R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 211 - PGT - CHAPECÓ

Extrato de Contrato nº 211/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Chapecó

CONTRATANTE: Município de Chapecó

CNPJ: 83.021.808/0001-82

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 022/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.965,00 (Hum mil novecentos e sessenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 212 - PGT - VITOR MEIRELES

Extrato de Contrato nº 212/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Vitor Meireles

CONTRATANTE: Município de Vitor Meireles

CNPJ: 79.372.520/0001-85

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 012/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de R\$ 342,00 (Trezentos e quarenta e dois reais) .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 17 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 213 - PGT - COCAL DO SUL

Extrato de Contrato nº 213/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Cocal do Sul

CONTRATANTE: Município de Cocal do Sul

CNPJ: 95.778.056/0001-88

TERMO ADITIVO 72/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR TOTAL : R\$ 9.840,00 (Nove mil oitocentos e quarenta reais) .

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**EXTRATO DO TERMO DE CANCELAMENTO Nº TC15CIMCATARINA020**

TC15CIMCATARINA020

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS

ÓRGÃO GERENCIADOR:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	MUNICÍPIO DE IOMERÊ
FORNECEDOR:	BELLENZIER PNEUS LTDA
ATA:	AT15CINCATARINA257
OBJETO:	REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Pneus e Correlatos.
VALIDADE:	23.02.2015 à 30.04.2015
DATA:	23.02.2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0034/2014 / Pregão Eletrônico nº 0026
REGISTRO DE PREÇOS:	0030/2014

Pelo presente termo fica cancelada a Ata de Registro de Preços acima epigrafada, em razão que está deveria ter sido gerada para o município de Tangará e foi gerada para o município de Iomerê, não havendo contratação de nenhum item registrado.

Fraiburgo(SC), 24 de Março de 2015.

ELÓI RÖNNAU
DIRETOR EXECUTIVO DO CIMCATARINA
Órgão Gerenciador

CIMVI**CONTRATO Nº 2015/009 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA E HORA ROÇADEIRA NAS DEPENDÊNCIAS DO ATERRO SANITÁRIO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/009

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Empreiteira KJ Ltda Epp

OBJETO: Prestação de serviços de hora máquina e hora roçadeira para roçada das dependências do Aterro Sanitário

VALOR: R\$ 73.341,00 (setenta e três mil e trezentos e quarenta e um reais)

VIGÊNCIA: 25 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Prestação de Serviços

Timbó, 25 de março de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

LICITAÇÃO Nº 002/2015 - CONVITE - ROÇADA - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 002/2015

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 002/2015, consoante ata de julgamento.

Timbó, 25 de março de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO Nº 002/2015 - CONVITE - ROÇADA - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 002/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 120/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da carta convite nº 002/2015, o participante:

EMPREITEIRA KJ LTDA EPP	R\$ 73.341,00
-------------------------	---------------

Timbó, 25 de fevereiro de 2015.

Sergio Almir dos Santos

Presidente

CITMAR**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/2015

Objeto: É objeto do presente Termo de Cooperação firmado entre as partes para realização do evento Pedal da Mari by Pedalli Bike Store, no dia 19 de Abril de 2015, com público aproximado de 1.000 (mil) pessoas, pelas regiões de Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

Fundamento Legal: §8º do art. 23 c/c art. 24, inciso II e Parágrafo Único da Lei Federal 8.666/93.

Valor Global: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Contratado: PEDALLI BIKE STORE LTDA EPP - CNPJ n. 10.450.291/0001-73.

Vigência: 20/03/2015 a 30/04/2015.

Itajaí/SC, 20 de março de 2015.

Célio José Bernardino

Diretor Executivo CITMAR